

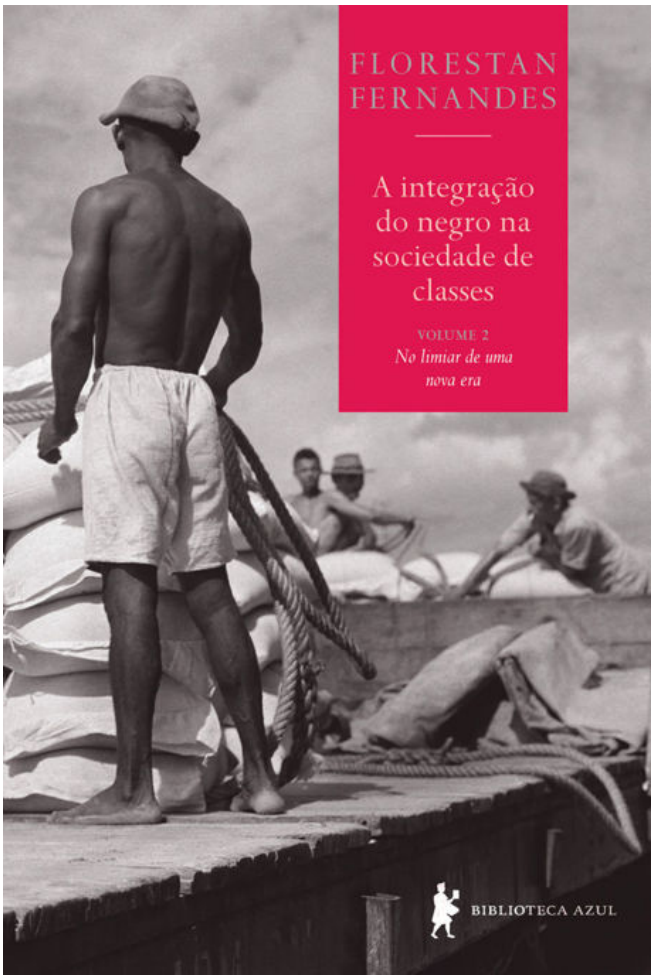
FLORESTAN FERNANDES

A integração do negro na sociedade de classes

VOLUME 2

No limiar de uma nova era

BIBLIOTECA AZUL


FLORESTAN
FERNANDES
A integração do negro na sociedade de classes
VOLUME 2
No limiar de uma nova era
BIBLIOTECA AZUL

A integração do negro na sociedade de classes

Obras reunidas de Florestan Fernandes

Coordenação:

Maria Arminda do Nascimento Arruda

Circuito fechado / Educação e sociedade no Brasil/O folclore em questão/A função socialda guerra na sociedade tupinambá/Fundamentos empíricos da explicação sociológica/A integração do negro na sociedadede classes/Pensamento e ação/Que tipo de República?/A Revolução Burguesa no Brasil/A sociologia numa era de revolução social

Florestan Fernandes

A integração do negro na sociedade de classes

(No limiar de uma nova era)

Volume 2



BIBLIOTECA AZUL

Copyright © 2008 by herdeiros de Florestan Fernandes

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida — em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, por fotocópia, gravação etc. — nem apropriada ou estocada em sistemas de bancos de dados sem a expressa autorização da editora.

Preparação: Agnaldo Holanda
Revisão: Ronald Polito
Capa: Paula Astiz
Diagramação: Crayon Editorial
Produção de ebook: S2 Books

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Fernandes, Florestan, 19201995.

A integração do negro na sociedade de classes : (no limiar de uma nova era) , volume 2 / Florestan Fernandes. – São Paulo : Globo, 2008.

Bibliografia.
ISBN 978.852.505.610-8

1. Brasil Relações raciais 2. Classes sociais Brasil 3. Negros Brasil I. Título.

0808884 CDD305.896081

Índices para catálogo sistemático:
1. Brasil : Negros : Relações raciais : Sociologia
305.896081

Direitos da edição em língua portuguesa adquiridos por Editora Globo **S.A**.
Av. Jaguaré, 1485 — 05346902 — São Paulo — **SP**
www.globolivros.com.br

Sumário

Capa

Obras de Florestan Fernandes

Folha de rosto

Créditos

Capítulo I - Os movimentos sociais no “ meio negro ”
- 1. Manifestação e objetivos dos movimentos sociais
- 2. Uma ideologia de desmascaramento racial

Capítulo II - Impulsões igualitárias de integração social
- 1. Cor e estratificação socioeconômica
- 2. A ascensão social do negro e do mulato
- 3. Natureza e função das impulsões igualitárias

Capítulo III - O problema do negro na sociedade de classes
- 1. A reação societária às tensões raciais
- 2. O dilema racial brasileiro

Bibliografia

Índice remissivo

Capítulo i

Os movimentos sociais no “ meio negro ”

Introdução

Os resultados da análise desenvolvida na primeira parte deste trabalho mostram que as transformações históricos-sociais, que alteraram a estrutura e o funcionamento da sociedade, quase não afetaram a ordenação das relações raciais, herdadas do *antigo regime*. Ela se perpetuou com suas principais características obsoletas, mantendo o negro e o mulato numa situação social desalentadora, iníqua e desumana. No fundo, essa situação acarretava não um, mas dois grandes dilemas sociais. Primeiro, havia o dilema da absorção da “população de cor” às formas de vida social organizadas imperantes na ordem social competitiva. O estado de miséria, de desorganização e de abandono, em que vivia a maior parte dessa população, precisava ser combatido e superado. É provável que aí não estivesse o pior aspecto da condição humana oferecida ao “negro” na era da civilização industrial. Contudo, nele se achava, sem dúvida ou disfarce possível, o lado mais pungente e perigoso do “drama da *raça negra*”. Segundo, havia o dilema do “preconceito de cor”, ou seja, no que isso significa na sociedade brasileira, da perduração da velha associação entre *cor e posição social* ínfima, a qual excluía o “negro”, de modo parcial ou total (conforme os comportamentos e os direitos sociais considerados), da condição de *gente*. Enfim, o dilema que nascia das resistências abertas ou dissimuladas, mas todas muito fortes, em se admitir o negro e o mulato em pé de igualdade com os “brancos”. Enquanto tal dilema subsistisse, mesmo o padrão de democracia inerente à sociedade de classe numa economia capitalista seria impraticável. Ocorria uma perversão insidiosa do regime, que trazia consigo riscos potenciais para a diferenciação e o equilíbrio da ordem social competitiva.

Enfrentar os dois dilemas era algo historicamente crucial, pois nenhuma sociedade pode ficar imune, indefinidamente, às conseqüências perturbadoras de inconsistências tão graves. A situação humana do negro e do mulato, nas duas direções apontadas, traduzia materialmente e

simbolizava moralmente a própria impossibilidade da sociedade de classes. Nesse sentido, o destino do ex-agente do trabalho escravo surgia identificado com a exeqüibilidade das bases materiais, jurídicopolíticas e morais do novo regime. Enquanto o negro e o mulato não fossem plenamente absorvidos, a ponto de deixarem de contar como um setor deteriorado da coletividade e de serem positivamente aceitos como "iguais", os princípios que ordenam e legitimam a ordem social competitiva não passariam de meras falácias – válidos para uns, inexeqüíveis ou praticáveis às meias para outros.

Em suma, ambos os dilemas se impunham como anomalias sociais, a serem progressivamente superadas, acaso se quisesse garantir a expansão e a integração normais da ordem social competitiva. Tornava-se urgente qualquer espécie de reação societária, que exterminasse as referidas anomalias e favorecesse a emergência gradual de uma ordem racial ajustada ao cosmos econômico, social e político da sociedade de classes. Essa reação, como não podia deixar de suceder, partiu dos segmentos "espoliados" ou "prejudicados" da coletividade. Sob os olhos impassíveis, perplexos ou hostis dos "brancos", ergueu-se "o protesto negro", como o "clarim da alvorada", inscrevendo nos fastos históricos da cidade os pródromos da *Segunda Aboli*ção. Como processo histórico, portanto, esta se enquadra no contexto das inquietações e esperanças políticas, que culminaram com a revolução de 1930. Durante o primeiro qüinqüênio do segundo quartel deste mesmo século se avolumaram de tal modo a amargura e a insatisfação da "população de cor", que brotaram, espontaneamente, vários movimentos de tomada de consciência, de crítica e de repulsa ao duro destino a que se viram relegados os "homens de cor".

Em virtude da própria situação histórica do negro e do mulato, a rebelião que se ensaiava não possuía o caráter de uma revolução contra a ordem social estabelecida. Tratava-se de uma insubordinação surda e insufocável contra as debilidades mais profundas do sistema de relações raciais, as quais se prendiam antes à persistência camuflada do *antigo regime* que às injustiças flagrantes dessa ordem social. Explica-se, assim, por que os "negros" não se colocaram contra ela. Ao contrário, admitiram abertamente que ela satisfazia a seus anseios de segurança, de dignidade e de igualdade sociais, advogando apenas que ela também valesse para eles. Desse ângulo, os episódios relacionados com os referidos movimentos sociais marcaram o

retorno do negro e do mulato à cena histórica. Agora, eles repontam como uma espécie de vanguarda intransigente e puritana do radicalismo liberal, exigindo a plena consolidação da ordem social competitiva e do modelo correspondente de organização democrática das relações entre os homens. Insurgem-se, literalmente, contra as iniqüidades e as impurezas históricas do regime, propugnando que a sociedade aberta não fosse fechada para ninguém e muito menos para um contingente racial. Por con seguinte, os movimentos que organizam se afirmam – histórica, política e moralmente – como as primeiras grandes tentativas coletivas de correção substancial das contradições existentes entre o substrato legal e a realidade social implantados através do abolicionismo e da experiência republicana. Arrogando-se a solução de problemas ignorados ou descurados pelas elites no poder, o negro e o mulato chamaram a si duas tarefas históricas: de desencadear no Brasil a modernização do sistema de relações raciais; e de provar, praticamente, que os homens precisam se identificar, de maneira íntegra e consciente, com os valores que encarnam a ordem legal escolhida.

Pela própria natureza das coisas, essa "revolução dentro da ordem" e para a "pureza e a normalidade da ordem" estava destinada ao malogro. Mesmo se contentando em ficar dentro dos limites da ordem social estabelecida, pretendendo apenas expurgála de elementos ou de influências condenáveis à luz dos *mores* em vigor, o "negro" jamais poderia ter êxito sem a compreensão, a cooperação e a solidariedade do "branco". Por isso, os movimentos vão eclodir e desaparecer ou se diluir em certas instituições antes de alcançarem seus fins últimos e de preencherem as funções históricos-sociais revolucionárias, a que se consagravam. Ainda assim, impõe-se cuidar deles com toda a atenção possível. De um lado, porque representam os únicos mecanismos de reação societária consistente aos dilemas sociais criados pela situação de contato racial, imperante na cidade de São Paulo. De outro, porque eles constituem uma impressionante façanha histórica, na luta pela modernização da sociedade brasileira no presente. Neste capítulo, procuraremos enumerar os principais fatores, condições ou efeitos correlacionados à manifestação desses movimentos. E tentaremos, em seguida, focalizar a contribuição que eles trouxeram à percepção e à condenação, sem subterfúgios, da realidade racial existente em São Paulo e no Brasil.

1. Manifestação e objetivos dos movimentos sociais

A inquietação, que começa a ganhar corpo pelos fins da I Grande Guerra, e os movimentos sociais, que se esboçam a partir da segunda década do século XX, marcam o início da participação do negro e do mulato, como e enquanto tais, na história moderna da cidade. Aos poucos, a situação de miséria, o tratamento diferencial e o isolamento irão provocar um doloroso processo de auto-afirmação e de protesto, que projetará o "homem de cor" no cenário histórico, como agente de reivindicações econômicas, sociais e políticas próprias. O sentido dessas reivindicações é bem conhecido. Correspondendo ansiosamente às expectativas assimilacionistas da sociedade inclusiva, as inquietações e os movimentos sociais se amparam sob o signo de uma revolução moral. Eles não vão contra a ordem econômica, social e política estabelecida. Mas contra a espécie de *espoliação racial* que ela acobertava, graças aos mecanismos imperantes de acomodação entre "negros" e "brancos". Por isso, ao contrário do que pensavam os círculos dirigentes das camadas dominantes, tratava-se de uma rebelião de cunho nítida e expressamente integracionalista.[1] Os negros e os mulatos não ameaçavam a ordem social instituída pela Abolição e pela República, pois nem chegavam a pôr em causa os fundamentos materiais e morais em que ela repousava. Partiam de dois pressupostos: 1º – que essa questão fora resolvida no âmbito da situação de interesses e dos valores da "raça dominante"; 2º – que uma minoria desorganizada e impotente, como a "população de cor", devia se concentrar na luta pela conquista efetiva das oportunidades e garantias sociais legalmente consagradas pelo regime vigente. Empenhavam-se, portanto, em abolir distinções sociais que se convertiam, automaticamente, em privilégios raciais e em alcançar, a curto prazo, igualdade econômica, social e política perante os "brancos". O teor revolucionário dessas inquietações e movimentos sociais se objetiva na disposição de se opor contra a persistência indefinida do *antigo regime* no plano das relações raciais. Admitia-se e aceitava-se a ideologia econômica,

jurídica e política dos círculos dirigentes da “raça dominante”. Pretendia-se que ela fosse aplicada com equanimidade e de modo íntegro, de maneira a se proscrever tanto a deformação quanto as inconsistências da ordem social competitiva. Em suma, o negro e o mulato surgiam como os campeões da “revolução dentro da ordem”. Exigiam a concretização e a plena vigência dos princípios e dos valores em que se fundava, legalmente, o equilíbrio da ordem social estabelecida. Por essa razão, eles se converteram em agentes históricos e evidenciam como as camadas populares, mantidas à margem do processo político na sociedade estamental e de castas, emergem nas pugnas ligadas à instauração e à consolidação do estilo democrático de vida. Em busca de uma *situação de classe*, ou seja, de um status dotado de certa autonomia social, eles passam a contar como elementos ativos no desenvolvimento da sociedade de classes.

Não nos interessa proceder, aqui, a um levantamento exaustivo das circunstâncias históricas que cercaram semelhante processo sociocultural. Bastanos atentar para aquilo que é, ao mesmo tempo, essencial e específico na manifestação e desenvolvimento do “protesto negro”, em si mesmo uma tentativa, frustrada historicamente, de consumar a propalada *Segunda Aboli*ção. Desse ângulo, impõe-se analisar: 1º – os incentivos históricos-sociais e os requisitos psicossociais ou socioculturais, que lograram se concretizar objetivamente, os quais nos permitem compreender como e por que tais movimentos se tornaram viáveis; 2º – as principais ocorrências, historicamente significativas, que marcam e delimitam a atualização desses movimentos; 3º – os obstáculos históricos-sociais, inerentes à organização da sociedade inclusiva e à situação do “meio negro”, que explicam a descontinuidade, as inconsistências e a frustração final dos movimentos em questão; 4º –as funções sociais construtivas que eles conseguiram preencher, em termos da integração do negro e do mulato à sociedade de classes, como ela se expandiu e tende a se expandir na cidade de São Paulo.

De acordo com os resultados das análises feitas nos dois capítulos precedentes, vários fatores concorreram, simultaneamente, para impedir que a “população de cor” da capital desenvolvesse qualquer espécie de reação conjugada e consciente aos problemas sociais que a afligiam. De um lado, o pauperismo e a anomia social conduziam à desilusão coletiva e ao desalento crônico. De outro, a preponderância da “raça branca” se operava de modo a manter os modelos arcaicos de ajustamento racial, com todos os ônus que

eles envolviam para o “negro”, da passividade à percepção deformada da realidade. Não obstante, a urbanização intensa e rápida iria desencadear mudanças profundas no estilo de vida social, nas relações humanas e na mentalidade das pessoas, convertendo a cidade de São Paulo no principal centro de modernização tecnológica e institucional, de secularização do pensamento, de propagação de novas ideologias, de agitação social e de democratização gradativa dos comportamentos políticos existentes no cenário brasileiro. Por isso, quando se dá o surto industrial associado à primeira década do século XX, com ele emergem tendências sociais inovadoras consideráveis e irreversíveis. A “plebe” se transforma, desordenadamente, por efeito da proletarização, em “operariado”, firmando-se, aos poucos, modelos de acomodação social típicos das *sociedades de massas.* Ao mesmo tempo, os círculos dirigentes das camadas dominantes perdem, gradualmente, a faculdade de agir segundo padrões autoritários e discricionários em assuntos de interesse coletivo, sendo crescentemente forçados a levar em conta as opiniões e as pressões de grupos destituídos de qualquer expressão na antiga estrutura de poder. O conflito passa a ser usado regularmente, então, por esses grupos: primeiro, de maneira tímida e vacilante, depois com certa desenvoltura, como o atestam as reivindicações e as greves operárias dessa época.[2]

Nesse contexto, a situação histórico-social era propícia ao solapamento aberto e contínuo da forma tradicional de acomodação e de dominação raciais. O “meio negro” não permaneceu imune e indiferente a tais acontecimentos. Ligou-se como podia ao clima geral de fermentação de idéias, de ebulição social e de renovação política. Por volta do fim da I Grande Guerra e desde o começo da segunda década formaram-se, em seu seio, pequenos núcleos de equacionamento autônomo e crítico do “problema do negro”. Apesar das limitações insanáveis, decorrentes da desorganização social permanente, da incapacidade de cooperação em fins coletivos próprios e da inexperiência política quase total, um pugilo de pioneiros conseguiu abalar a apatia do “meio negro”. Eles se empenharam em projetar o negro e o mulato nessas tendências globais e tiveram êxito em três pontos. Suscitaram um novo estado de espírito, que polarizou as aspirações integracionistas e assimilacionistas em direções reivindicativas de teor igualitário. Despertaram o interesse pelo conhecimento objetivo da “realidade racial brasileira”, como condição de esclarecimento da

“população de cor” e de sua atuação consciente na cena histórica. Mobilizaram o “elemento negro”, tentando inserilo, diretamente, no debate e na solução dos “problemas raciais brasileiros”, o que representava, em si mesmo, um acontecimento revolucionário. Ouvia-se, por fim, o clamor da “gente negra”, soando, pela primeira vez, o clarim que convocava todos os homens a cumprirem os ideais da fraternidade humana e da democracia racial.[3]

Dentro desse contexto geral, que desencadeava as principais impulsões inconformistas e funcionava como uma espécie de regulador das aspirações igualitárias universais das camadas populares, é possível discernir certos incentivos históricos-sociais específicos, que tiveram importância dinâmica tópica ou que agiram localmente na fomentação dos movimentos sociais no “meio negro”. Graças ao levantamento a que procedemos, conseguimos identificar os incentivos históricos-sociais dessa natureza, que parecem ter exercido influências mais ou menos decisivas.

Entre esses incentivos, o mais marcante diz respeito à reação do negro e do mulato ao bloqueamento a que se viam reduzidos pela sociedade inclusiva. A massa da “população de cor” esbarrava contra dificuldades sucessivas às aspirações de classificação social; era quase impossível conquistar, manter e melhorar um meio de ganho conspícuo, tanto quanto era impraticável fazê-lo render, depois de conquistado, os mesmos proventos materiais, morais e políticos que tais meios proporcionavam aos “brancos”. Doutro lado, a elite daquela população tinha de apelar para um isolamento degradante, se quisesse desfrutar o estilo de vida que estava em condições de atingir, e precisava pôr em prática uma autodisciplina humilhante, seja para dissimular as frustrações que pesavam sobre as gerações adultas, continuamente desapontadas com a anulação inapelável dos esforços de ascensão profissional, econômica e social; seja para tolher a livre objetivação dos anseios legítimos de mobilidade vertical das gerações jovens. Aqui se encontrava, portanto, a verdadeira fonte social das insatisfações, das fricções e das tensões do negro e do mulato diante dos mecanismos imperantes de ordenação societária das relações raciais. O importante é que a mesma fonte de insatisfação, de fricções e tensões abria, coletivamente, à “população de cor” da capital anseios inconformistas do mesmo tipo, facilitando, assim, tanto o aparecimento de uma massa propensa à rebelião contra a ordem racial vigente quanto o recrutamento de

líderes aptos a assumir os encargos práticos e ideológicos dessa rebelião. Essa situação simplificava enormemente a escolha de objetivos comuns, facilmente inteligíveis e compartilháveis; os processos de proselitismo e de comunicação simbólica; e a formação da consciência de que as reivindicações do negro e do mulato constituíam matéria de justiça social mínima, devendo se inspirar em argumentos puramente éticos (e não "racistas" nem mesmo "segregacionistas" ou "radicalistas").

Outro incentivo de cunho moral provinha da emulação indireta, provocada pelo êxito econômico e social dos "imigrantes", especialmente dos "italianos". Já mencionamos, de passagem, como as preferências diante do "estrangeiro" e a rápida ascensão que eles conseguiram perturbaram primeiro o escravo e o liberto; e, mais tarde, o negro e o mulato livres. Banidos do sistema de trabalho assalariado e do artesanato pela concorrência do "branco europeu", viam com ansiedade e ressentimento as transições quase mágicas que se operavam no destino de antigos vizinhos nos porões e nos cortiços. Aos poucos, porém, as emoções e os sentimentos negativos foram sendo dominados e sublimados, surgindo um estado de perplexidade que logo cedeu lugar a avaliações construtivas. Graças à vizinhança e, principalmente, à convivência íntima no seio de algumas famílias que abrigavam "menores de cor", formou-se uma compreensão madura das "fontes de sucesso do italiano". Assim, aos poucos se deixou de dar relevo à preferência dos "brancos" brasileiros pelos homens de sua "raça", ao favoritismo do Governo e à assistência "do cônsul" aos súditos de seus países, passando-se à percepção dos fatores mais profundos e ao confronto do estilo de vida do "italiano" com o da "gente negra". Por essa via, a "população de cor" da capital logrou uma visão realista das coisas e começou a absorver atitudes ou comportamentos típicos das populações migrantes. Não só "fez justiça ao italiano", atribuindo o enriquecimento ao trabalho árduo, à poupança severa e ao anseio de "subir na vida". Foi ao fundo do problema, relacionando seus padrões de êxito com as formas de vida social organizada, imperantes entre os "italianos" e outros imigrantes.

Essa percepção, alcançada mais ou menos quando os movimentos sociais começaram a germinar, teve enorme significação dinâmica. Ela concentrou a atenção dos líderes desses movimentos naquilo que era essencial: a absorção, pelo negro e pelo mulato, de novas técnicas e instituições sociais. Entenderam, enfim, que a classificação na ordem social competitiva

dependia de certos requisitos psicossociais e se dispuseram a conquistálos, pela imitação dos exemplos fornecidos pelos próprios “brancos”. A essa complexa aprendizagem se prendem as palavras de ordem que se formaram, que insistiam no valor da vida familiar integrada, na solidariedade doméstica, no respeito pela mulher, na importância da educação dos filhos etc., que lançaram a “população de cor” em uma autêntica política cultural de assimilação em bloco de complexos socioculturais a que se mantivera, antes, mais ou menos indiferente. Acresce que o paradigma do “italiano” era, em si mesmo, estimulante. Tratava-se de pessoas e de grupos de pessoas que contaram com o mesmo ponto de partida aparente: o trabalho braçal e indigno, a penúria dos porões ou dos cortiços, em suma, a vida incerta e difícil da grande massa em que se recrutavam os que “comiam o pão que o Diabo amassou”. O fato de eles terem se levantado acima desse nível social e igualado ou superado as principais “famílias importantes” da cidade embalava o “homem de cor” em novos sonhos. Abriase a esperança ou a certeza de que, palmilhando com cuidado um caminho análogo, também poderia “se elevar do pó” criando para si e para os filhos um destino digno, seguro e respeitável. Esse aspecto precisa ser enfatizado e retido, pois a ele se prende o deslocamento do eixo de aspirações do negro e do mulato “urbanos”. Essa experiência pressupunha uma opção realista: a escolha de meios adequados para atingir fins acessíveis. O trabalho, a poupança, a solidariedade e o sacrifício etc. aparecem como instrumentos por excelência dos mecanismos de mobilidade ocupacional e ascensão social. Mas, acima disso, implicavam uma substituição dos modelos de personalidade ideal. No passado, “subir” significava se tornar igual ao “doutor”, ao “senhor”, ao “nobre” etc. Algo que não levasse a esse desfecho não merecia consideração. Nessa época, o negro e o mulato começam a perceber que se poderia “subir” fazendo serviços modestos e que o fim da trilha exige tenacidade, gradações e sacrifícios prévios, sem os quais jamais alcançariam o tope. Todas essas lições, recebidas pelo intercâmbio com o “estrangeiro”, desaguaram na mesma direção. Alargavam o horizonte cultural da “população de cor” e levavamna a converter seus movimentos sociais em centros de reeducação do negro e do mulato para o estilo urbano de vida – enfim, para se integrarem na ordem social competitiva e assumirem posições defensáveis na estrutura da sociedade de classes.

Um terceiro incentivo partia do colapso final da dominação tradicionalista e patrimonialista. O desaparecimento do regime escravocrata e senhorial aluíra as bases materiais e morais de perpetuação daquele padrão de relação humana. Paulatinamente, ele deixa de ter vigência plena e indiscutível entre os "brancos". Contudo, manteve-se durante maior lapso de tempo nas relações dos "brancos" com os "negros". As razões desse fato já foram apontadas nos dois capítulos anteriores. Mas, mesmo nessa esfera, o referido padrão de relação entrou em crise progressiva e irreversível, graças aos efeitos da universalização do trabalho assalariado, à consolidação da ordem social competitiva e à industrialização. Somente em certos "nichos" se mantinha intata a veneração irracional pelo "branco" e este não tinha interesse nem contava com meios para revitalizar o paternalismo, que poderia forjar novas cadeias de dependência material e moral do "negro" em face dos "antigos senhores".

O certo é que o padrão de isolamento sociocultural difuso ajudou a quebrar, lentamente, os únicos focos ativos de subordinação muda e cega ao "meio branco". Rompeuse o cordão umbilical com os resíduos vivos dos escombros do *antigo regime*, compreendendo o "homem de cor" que precisava arcar sozinho com as duras tarefas de construir sua posição na sociedade. As migrações internas e a alta mobilidade horizontal da população negra e mulata agiam no mesmo sentido. Aos poucos, o grosso dessa população não tinha conhecimento nem acesso às "famílias brancas tradicionais". Portanto, aumentara continuamente o número daqueles que não esperavam nem procuravam a solução de seus problemas no "meio branco". Esses, orgulhosamente, diziam que "não aceitavam cabrestos de ninguém" e se predispunham a viver como pudessem, de acordo com um código rústico de independência diante do "branco". Ao mesmo tempo, a própria estrutura de poder da cidade sofria transformações profundas. Na terceira ou quarta gerações, as famílias ricas de origem estrangeira modificavam radicalmente sua estratégia de acomodação. O retorno definitivo às comunidades ancestrais se patenteava como verdadeira miragem irrealizável. A ascensão econômica e social suscitava, por sua vez, novas modalidades de participação cultural e de especialização. Os avós, os pais e os tios precisavam de substitutos ou de colaboradores com outra formação, com capacidade para lidarem com os problemas administrativos e políticos e com influência direta na estrutura de poder da sociedade

inclusiva. Por isso, estimulavam e compeliam os jovens a abraçarem carreiras liberais, lançando-os, com apoio em suas fortunas, nas carreiras políticas ou na administração pública. Como nada mais deviam ou tinham a temer de "famílias tradicionais poderosas", passaram a competir com elas pelo poder político.

Essas alterações de conjunto eram acompanhadas conjugadamente, pelos aspectos por assim dizer exteriores, pela "população de cor". Em muitos de seus círculos, sentiase um secreto júbilo pela derrocada daquelas famílias. Como nos adiantou um dos informantes: "Só depois da Grande Guerra, com o surto da industrialização verificado, é que os negros mais conscientes observaram o aparecimento da pequena burguesia de imigrantes produzir uma transformação nas camadas dirigentes, pois começavam os imigrantes a substituir uma suposta aristocracia rural, sem iniciativas na indústria e no comércio, os quais ficavam nas mãos dos italianos e turcos". A própria revolução de 1930 foi por ela recebida e saudada como um "golpe de morte" e como "o desmantelamento da oligarquia que domina o país".

Todavia, muito mais amplas e imprevisíveis eram as conseqüências desse processo, que não saíram no horizonte cultural dessa população. Alargavamse ou diluíamse os grilhões que prendiam o "negro", de modo invisível, à antiga condição de "escravo" ou de "liberto", submetendo-o, inapelavelmente, à dominação racial tradicionalista. Em suma, abriase uma espécie de *vazio histórico* no plano das relações raciais, que equivalia, na prática, a uma repentina dilatação da autonomia moral do negro e do mulato. Se estes tivessem coragem de ousar e de agir, aproveitando esse vazio, quase certamente ganhariam novas *chances* de aprofundar sua inclusão na ordem social competitiva. Os núcleos que procediam à defesa monolítica e impenitente das velhas formas de dominação racial haviam perdido vasta parcela de sua influência direta e pessoal no "meio negro", estando por sua vez empenhados em se resguardar de concorrentes bem mais temíveis. De qualquer modo – e isso foi deveras importante –, já não possuíam condições eficientes para paralisar, divertir ou perverter as manifestações coletivas que abalavam a "população de cor" e a encaminhavam na luta por reivindicações próprias.

A predisposição a aceitar o engajamento em ações inconformistas de caráter coletivo nasceu da inquietação larval, que grassou extensamente dentro do "meio negro", em virtude das conseqüências indesejáveis da

miséria, da desorganização crônica e do desencanto universal. O fatalismo tradicionalista e a apatia permitiam a absorção passiva de decepções e de desilusões amargas. Mas não podiam impedir que os ressentimentos e as tensões comprimidas se acumulassem perigosamente, convertendo os indivíduos em bastonetes de dinamite, prontos a explodirem à menor centelha. A revolta reprimida trabalhava de forma latente os espíritos, constituindo uma base natural para a emergência de solidariedade, de consenso e de comportamento coletivo inconformista a qualquer oportunidade de equacionamento histórico-social do "problema do negro". A passagem do que essa revolta representava como desespero, vergonha ou humilhação pessoais, para modos socialmente integrados e conscientes de rebelião dependia, apenas, da existência de catalisadores psicossociais. Por isso, durante algum tempo ela se exprimiu de maneira negativa: pela fuga ao trabalho, pela transgressão às expectativas de comportamento da sociedade inclusiva ou pelos ajustamentos divergentes do malandro, da prostituta e do criminoso profissional. Em seguida, ela encontrou, nas claques de companheiros, que se reuniam nos bares, nas esquinas e nos terrenos baldios, canais de livre expressão verbalizada. Aquelas claques forneciam o palco em que as insatisfações materiais e morais podiam ser representadas diante da coletividade. Aos poucos, porém, esses dois tipos de inquietação larval evoluíram noutro sentido, encontrando polarizações dinâmicas que orientavam o inconformismo latente na direção de fins coletivos mais amplos, que requeriam consciência da realidade ambiente e atuação social organizada.

Os dados coligidos revelam que foi a revolta contra a capitulação passiva, a heteronomia racial e a resistência à ascensão social do negro e do mulato que operaram como a principal fonte dessa alteração da agitação larval em inquietação difusa e em movimento social integrado. As seguintes indicações sugerem como se formou e se difundiu o novo estado de espírito:

> Em 1924 já havia consciência formada, do idealismo do negro. Em Campinas, onde o emparedamento do negro era maior, essa consciência apareceu primeiro. Havia, lá, um bom jornal [*O Getulino*] de combate e luta. De 24 a 26, Benedito Florêncio, Gervásio de Moraes e Lino Guedes transferiramse para São Paulo e passaram a ser os principais oradores em todas as festas cívicas do meio negro. [...] Começouse a sentir a revolta que causavam os negros capangas de políticos, bajuladores, e a necessidade de formarse um grupo consciente

> para lutar contra esses que tinham sentimento de inferioridade. [...] Esclarece bem esta situação o jornal *O Clarim da Alvorada*, que Jaime de Aguiar teve idéia de fundar, fazendo-o em companhia de José Correia Leite. Aparecendo em janeiro de 1924 com pretensões puramente literárias, tornouse um ano depois um jornal doutrinário e de luta, por força da colaboração que recebia. A orientação que se imprimiu ao jornal, neste início, foi de aproximação ao branco e recuperação do negro, além da idéia constante da necessidade de união da classe (de homens de cor, porque o termo negro só mais tarde foi aceito). [...] Ao lado desta situação, pela qual se percebia que os negros começavam a tomar consciência de sua existência como grupo à parte e com problemas específicos dentro da nossa sociedade, permanecia ainda, imperando de fato, a situação passada.[4]

A acuidade do "meio negro" a tais intenções era tão grande, que o êxito logrado chegou a surpreender e desorientar os próprios fomentadores e os líderes de semelhantes iniciativas. Eles pensavam que os vários obstáculos inerentes ao estado do "meio negro" e à organização da sociedade inclusiva iriam dificultar o recrutamento, a retenção e a animosidade dos prosélitos. No entanto, quando se fundou a Frente Negra, por exemplo, mostrouse uma realidade diversa, com o afluxo em massa de aderentes entusiastas. "O conhecimento dessa conjuntura não permitia que fôssemos otimistas com relação ao êxito da Frente Negra. Por este motivo, o seu extraordinário sucesso deixou os elementos de sua direção abalados e sem saber que orientação tomar."[5] Consolidouse, assim, com certa rapidez, uma consciência clara das exigências da situação de contato, do ponto de vista dos interesses da "população de cor", a qual colidia frontalmente com a ideologia racial dominante e com o padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial.

Tomando como referência as transformações da ordem social, identificadas através da ascensão dos imigrantes ou de seus descendentes e da circulação das elites na estrutura socioeconômica, tentouse descobrir por que o negro e o mulato ficaram excluídos da prosperidade geral, bem como o que seria necessário fazer para corrigir essa situação. Graças a isso, ao contrário do que sucedia com o "branco", a tensão aberta e o conflito (confinados às reivindicações assimilacionistas) surgiam como "armas de luta" e como técnicas de teor social construtivo. Realizavase, portanto, uma autêntica aprendizagem da "população de cor" da cidade, que se inseria, com outros segmentos das camadas populares, no processo de mobilização política que os convertia em agentes diretos da democratização dos direitos

e garantias sociais, estabelecidos pela ordem legal vigente. Eis como o documento citado descreve esse aspecto da “reação do negro”:

> A estas transformações de estrutura social, corresponde uma série de outros sucessos que influíram na tomada de consciência, por parte dos negros, de seus problemas específicos. [...] A partir da Guerra de 1418, começou a efervescência dos negócios de ismos (socialismo, comunismo). Freqüentei reuniões da U.T.G., onde se embaralhava a revolta do negro com reivindicações do proletariado. Nas nossas rodas de conversa apareciam negros e brancos envolvidos nas teorias marxistas. Estes diziam que a posição verdadeira do homem negro era lutar contra a ordem social, pois a culpada da situação era a exploração do regime capitalista. Falavam de um famoso pintor mexicano que tinha feito um mural onde aparecia Lenine no meio de dois trabalhadores: um branco e um negro, com as mãos entrelaçadas, tendo Lenine as mãos sobre eles. Teve também intensa repercussão no meio negro o caso de Scotbar, pois nessa ocasião os comunistas trabalharam intensamente entre os negros no sentido de demonstrar que haviam tomado a defesa, através de seu socorro vermelho, daqueles sete negros acusados, por mulheres brancas, de as haverem violentado. Ficou provado que essas mulheres eram prostitutas.[6]

As esperanças que tudo isso suscitava logo foram desmentidas pelos efeitos da crise de 1929 (particularmente violentos no “meio negro”) e pelas decepções provocadas pela revolução de 1930:

> Os movimentos de negros adquirem, na década de 30, um conteúdo novo. De fato, se já podiam ser notadas, na ação do *Clarim da Alvorada*, no Palmares, na tentativa de realização de um congresso da Mocidade Negra, intenção de reivindicação de um grupo que até então vivera à margem da sociedade, é só na referida década que procuraram os negros arregimentar sua massa para conseguir maior eficiência na efetivação dessas reivindicações. Para isso concorreu, ao lado das transformações sociais expressas nos fatos apontados, a não concretização das esperanças que os negros depositavam na revolução de 30. [...] As condições de vida dos negros, pouco satisfatórias até então, agravaramse com a crise de 29, que fez grassar entre eles o desemprego. Este fato criou uma situação favorável para a emergência de um movimento reivindicatório, ao deixar sem ocupação elementos em condições de estabelecer o contato entre elite e massa, elementos esses que, por sua vez, encontraram campo favorável para a ação, num meio descontente com o desemprego [...] Antevendo a possibilidade de ter a situação mudada com a revolução de 30, os negros entusiasmaramse e passaram a encarála como a solução de todos os seus males. Na fase revolucionária os negros estavam contentes... Podia mesmo ser observado, entre eles, um espírito vingativo: a satisfação de ver aqueles velhos homens da política perderem a posição dominante. A revolução, feita para liquidar um estado de coisas que predominava desde o início da República, serviu, na realidade, para satisfazer à ânsia, dos que estavam por baixo, em ocupar uma posição de destaque na vida nacional – pelo menos, aos que viveram a situação revolucionária, assim se apresentava.[7]

Mas de tudo isso resultou uma combinação de extrema importância sociodinâmica. Os efeitos da secularização de atitudes se associaram à racionalização progressiva do comportamento do negro e do mulato, originando uma radicalização imprevisível das manifestações coletivas do "protesto do negro". Certos casos concretos de discriminação foram habilmente escolhidos e explorados para canalizar, inicialmente, esse protesto. A ideologia racial dominante oferecia cobertura moral a semelhantes tentativas de aglutinação dos "homens de cor" contra a situação racial existente, permitindo que eles tirassem amplo proveito do farisaísmo dos "brancos". Vários episódios pontilham como a decisão para a luta cresceu com relativa intensidade. As descrições mostram como se passou de uma oposição discreta e velada a atitudes firmes e definidas de oposição ao "preconceito de cor". No início, mais apoiavam ou incentivavam as manifestações de solidariedade democrática dos brancos. Os dois casos seguintes sugeremno claramente:

> (1) Em 1926, um negro, filho de um professor de latim, negro, muito conhecido, quis entrar num clube de regatas. Foi barrado. O cronista Carlos de Campos Sobrinho iniciou, pelo *Diário da Noite*, uma campanha contra essa atitude. Como resultado da posição do cronista, o jornal recebeu uma grande quantidade de cartas apoiando o gesto da diretoria do clube. A argumentação, que então se fez para justificar o clube, invocava o atraso de Cuba e outros países dirigidos por negros e cuja maioria da população era constituída de negros. Nessa ocasião o cronista foi procurado por um grupo de negros que, cumprimentando-o, ofereceulhe uma braçada de flores. Entretanto, a disposição geral favorável ao clube levou-o a desistir da campanha;[8] (2) Nesse momento, em que o negro começava a tomar consciência. (uma consciência ainda nublada, confusa, toda cheia de contradições) de sua situação social, aparece um negro, Antônio Carlos, hoje major em Barbacena, com a idéia de formar uma biblioteca exclusivamente para negros. Surgiu, desta idéia, uma instituição com o nome de *Centro Cívico Palmares*, que assumiu logo um papel *suigeneris* entre os movimentos de negros. A finalidade nitidamente cultural com que surgiu (organização de uma biblioteca) foi superada por força das condições em que vivíamos, passando essa sociedade a ter papel na defesa dos negros e dos seus direitos. É esclarecedora, nesse sentido, a campanha que fez contra uma portaria do chefe de polícia, dr. Bastos Cruz, que impunha a condição de branco para a aceitação na Guarda Civil. Conseguiu o Palmares que o deputado Orlando de Almeida Prado fizesse um discurso de grande repercussão, o qual provocou a queda dessa determinação...[9]

Porém, quando surge a Frente Negra, ele já arrola entre seus fins a preparação do negro para enfrentar e se opor, pessoal e diretamente, contra as manifestações e os efeitos do "preconceito de cor"! Em poucos anos, o

clima se alterara a ponto de apresentar a “ação direta” como a única alternativa consentânea de tomada de posição pelo “homem de cor”.

Ao mesmo tempo, impunhase criar veículos de comunicação, capazes de imprimir viabilidade e de dar continuidade ao esforço de consciência e de crítica à situação racial brasileira. A “imprensa negra”[10] aparece, assim, vinculada a fins de proselitismo, como uma imprensa engajada na solução dos “problemas específicos do negro brasileiro”. Ela teve, por isso, uma função socializadora e de controle altamente construtiva. Condensou e difundiu avaliações inconformistas sobre a realidade racial brasileira; contribuiu para transpor o consenso mecânico, fundado na identidade das frustrações, numa solidariedade consciente e orgânica; e, por fim, suscitou no seio da “população de cor” disposições assimilacionistas identificadas com a situação de interesses do negro e do mulato. Paralelamente, procediase a uma tenaz exploração dos motivos que poderiam concorrer para congregar os negros e os mulatos em objetivos comuns. Além de tirarem esse proveito da criação de jornais, clubes ou bibliotecas, procuravam os mais variados intentos para atingir esse fim. Sirvam de exemplos a participação que os negros de São Paulo tiveram na campanha em prol da mãe negra, na tentativa de realizar o Congresso da Mocidade Negra e no projeto de construção de uma erma em homenagem a Luiz Gama.[11]

Nesse período, de 1926 a 1929, procuravase, com sagacidade, absorver os negros e os mulatos em atividades que permitiriam unilos em torno de centros de interesses comuns, mas que não chocassem a (ou chocassem apenas algumas parcelas da) “população branca”. Na medida em que a inquietação larval operava como mero ponto de apoio e em que os objetivos visados possuíam nítido teor inconformista, preparavase o terreno para uma maior autonomia moral e intelectual da “população de cor”. Por fim, logram até suplantar o temor pela identificação através do termo negro.[12]

Aparecia, cada vez com maior clareza, que o essencial consistia na liberação definitiva do passado e na construção de um novo estilo de vida no presente, que preparasse o negro para competir com o “branco”, onde se tornasse possível e de modo progressivamente mais amplo, em todas as esferas da sociedade.

Ao lado desses incentivos históricos-sociais, de magnitude considerável pelas suas repercussões na ordenação da sociedade inclusiva ou na

diferenciação do comportamento inconformista no “meio negro”, seria preciso levar em conta três tendências sociodinâmicas de apreciável importância prática. A mais significativa se associava ao combate consciente à acefalização secular do “meio negro”. Como já assinalamos, a ascensão social do negro e do mulato sempre acarretou um mecanismo de redefinição de interesses e de lealdades. Com o desaparecimento gradual da ordem patrimonialista, essa tendência sofreu certas atenuações. Contudo, os indivíduos que se consideravam de “elite” se isolavam da “população de cor”, esforçando-se por romper qualquer ligação com pessoas ou com um estilo de vida que pareciam degradantes. Ora, os elementos mais ativos nessa fase de transição se empenhavam em reaproximar aquelas “elites” da “massa” da população negra e mulata. Em particular, faziam enorme esforço no sentido de atrair para as manifestações coletivas o interesse, o apoio indireto ou a colaboração dos “homens de cor” de prestígio. Eis um exemplo: “Em 1923 o *Clarim da Alvorada* tentou realizar o que se chamou, então, *Primeiro Congresso da Mocidade Negra*, tendo enviado convites aos intelectuais negros. Destes, somente o dr. Arlindo Veiga dos Santos aceitou-o, tendo escrito uma mensagem publicada no *Clarim* e no *A Capital* e ficado encarregado de redigir o programa. O dr. Evaristo de Morais enviou uma carta dando sua adesão ao Congresso. Houve, nessa época, uma reação contrária, tendo o *Diário da Noite* publicado editorial nesse sentido”.[13]

A formação de uma elite atuante e respeitada era essencial. O que estava em jogo era o padrão de reação do negro à ordem racial vigente. Seria impossível ter êxito sem integrar as “classes médias de cor” no seio dos movimentos e compelilas a sair de seu esplêndido isolamento egoísta. Embora nem sempre os resultados correspondessem aos esforços, o fato é que, enquanto tais movimentos tiveram algum vigor, eles conseguiram absorver pelo menos uma pequena parcela daquelas elites, principalmente entre indivíduos ou grupos de indivíduos que ainda não haviam se diluído na massa da “população branca”.

Outra tendência relevante diz respeito ao entrosamento do negro e do mulato na vida intelectual do país. É difícil determinar até que ponto essa condição foi favorável à radicalização de opiniões no “meio negro”. De qualquer maneira, ela produziu conseqüências produtivas evidentes, pois entrava em conexão com outras tendências mais gerais e profundas, ligadas à secularização de comportamentos e de atitudes nos centros urbanos da

sociedade brasileira. Doutro lado, algumas dessas influências auxiliavam o "negro" a estabelecer uma imagem gratificadora de si próprio, de seu passado como agente histórico e de sua dignidade humana no presente ou no futuro. As duas transcrições seguintes dão uma idéia clara da natureza e do alcance dessa tendência:

> De 1922 a 1927, o movimento modernista trouxe a sua contribuição para a criação de uma consciência que possibilitasse a organização de um movimento de negros para atender às suas reivindicações específicas, com os negros fornecendo temas para a poesia e a pintura. Era uma espécie de reabilitação do negro para o próprio negro, pelo branco;[14] [...] Enquanto não saía o jornal, era essa a vida: discussão sobre opiniões de "sociólogos", a respeito do negro. Lembro-me de algumas: "o negro representa a redenção universal" (Rocha Pombo); "o negro madrugou no alicerce da formação da nacionalidade e da nossa base econômica"; "o negro acompanha o branco desde o berço até a sepultura"; "dos negros é que ninguém jamais quis se ocupar, cometendo assim o maior crime da nossa história" (Silvio Romero); "o negro é a imagem de Cristo talhada em ébano". Condenavamse os nomes dos que não tratavam o negro com a devida justiça e viam neles um elemento de atraso – entre estes se encontrava Oliveira Viana, a quem chamávamos de "mulato safado". Eram frases e opiniões que publicávamos no *Clarim.* Eram também comuns discussões sobre o porquê de os poetas negros fazerem versos exaltando as coisas claras, como Cruz e Souza, que só falava em coisas alvas, alabastrinas.[15]

A última tendência se relaciona com o alargamento do horizonte cultural do "branco", já apontado no fim do capítulo precedente. O egoenvolvimento do "branco" nos ideais e no estilo de vida forjados pela ordem social democrática atenuou ou suprimiu vários focos de intolerância diante de comportamentos autônomos da "gentinha" e, mesmo, da "negralhada". A secularização de atitudes não chegara a ser suficientemente profunda para engendrar uma autêntica compreensão dos movimentos sociais desencadeados pelos "homens de cor" ou para suscitar uma colaboração frutífera dos "brancos" em seu desenvolvimento. Ainda assim, deu lugar a certas transigências e indiferenças que tiveram enorme importância. Pois, caso contrário, os círculos mais intransigentes teriam orientado a média das opiniões, e aqueles movimentos seriam sufocados no nascedouro, como "meros casos de polícia". Um dos informantes, de família tradicional, afirmou que, já nessa época, havia "entre os brancos maior respeito pelo preto". Quanto avançamos, em relação ao passado, pode ser percebido pela seguinte opinião de um branco radical, externada em 1949: "Agora, voltando ao nosso problema, o do negro na nossa

‘sociedade’, poderia terse um outro desenvolvimento em defesa dele, como grupo étnico. Seria necessário concentrálo, não me referindo ao aspecto demográfico. Seria preciso darlhe coesão de grupo. Totalizálo dentro daquilo que é realmente seu: suas crenças e seitas. Tornálo, enfim, um grupo nacional minoritário, ou quem sabe majoritário. Depois, eles mesmos saberiam resolver o problema como negros”. Na época que focalizamos, poucos “brancos” propendiam para semelhante radicalização do liberalismo racial.

Não obstante, os movimentos sociais da “população de cor” puderam emergir e vingar sem se converterem em “caso de polícia”. Já se admitia, em consideráveis parcelas dos demais grupos étnicos e raciais, a legitimidade desses movimentos e havia um mínimo de tolerância diante deles, desde que se limitassem aos alvos proclamados, à melhoria do nível de vida, à reeducação e à ascensão socioeconômica do “negro” na ordem social. Tudo isso estava longe de significar compreensão e solidariedade por parte da “população branca”. Mas, era um avanço na democratização do horizonte cultural médio e assumia o caráter de incentivo indireto, à medida que concedia a liberdade de ousar, de ir cada vez mais longe e de se afirmar com autonomia crescente. O certo é que o “negro” usou essa liberdade sofregamente e as coisas seriam hoje bem diferentes se ele houvesse persistido na trilha aberta no decênio decisivo, que vai de 1927 a 1937.

Todos esses incentivos históricos-sociais puderam se atualizar e operar socialmente graças a certas condições psicossociais e socioculturais propícias. Alterarase a organização do que Durkheim chamava de “meio social interno”, a ponto de ser possível algo que jamais se realizaria no passado, sem severa repressão policial: a congregação ostensiva de negros e de mulatos em torno de uma “causa racial” e através de recursos materiais e morais próprios, com liderança e diretrizes saídas dos quadros humanos da “população de cor”. Em suma, aqueles incentivos traduziam a existência de alterações fundamentais nas atitudes dos homens, tanto “negros” quanto “brancos”, e indicavam, dinamicamente, que a era de integração dos primeiros à sociedade de classes e à ordem social competitiva se iniciara. Eles significavam, no plano histórico, que a “população de cor” acordara da longa letargia e cobrava, com alguma desorientação mas com firmeza, o resgate da “espoliação secular”. As transcrições feitas, na discussão dos referidos incentivos, já explicitaram os requisitos psicossociais e

socioculturais que servem de marco dessa nova era da história social do negro e do mulato na cidade de São Paulo. Por isso, na exposição subseqüente, iremos apenas concatenálos com espírito sistemático, para que se tenha uma visão ordenada dos processos que estamos investigando.

Está claro que os mencionados requisitos faziam parte da estrutura e operavam tanto na integração da sociedade inclusiva, quanto na diferenciação e organização do "meio negro". O progresso lento das atitudes e dos comportamentos societários, tendo como pano de fundo a urbanização das condições exteriores do estilo de vida social e a racionalização gradativa da mentalidade e da concepção do mundo (amplamente associada à filosofia dos negócios numa ordem social em que prevalecia a competição individualista), fazia com que a cidade do fim do primeiro quartel do século XX adquirisse caracteres propriamente urbanos. [16] Daí a maior tolerância da sociedade inclusiva não só à formação dos movimentos sociais no "meio negro", mas ainda às técnicas sociais reivindicativas que eles exploravam a fundo e aos objetivos de longo alcance, que eles pressupunham.

No entanto, o que já apontamos neste trabalho, no fim do terceiro capítulo ou nas páginas precedentes, é bastante para os fins de nossa análise. Desejamos concentrála sobre as alterações ocorridas na organização do comportamento, do horizonte cultural e da personalidade do negro e do mulato. Aí se acham, de fato, os problemas teóricos específicos. Em vista do que vimos nos capítulos 2 e 3, o "negro" se encontrava praticamente bloqueado, seja pela apatia resultante do pauperismo e da desorganização social, seja pelo isolamento sociocultural inerente até à situação das ralas "elites negras", seja em virtude da tutelagem direta ou indireta, mas fatal e completa, da "raça branca", decorrente do padrão de dominação racial imperante. Como pôde suceder, portanto, que ele tivesse *chance* de aproveitar os incentivos históricos-sociais descritos e de se lançar, ativa, autônoma e ordenadamente, na aventura de discutir e se bater pelo seu destino social na cena histórica? Se quisermos responder a essa pergunta, temos de estudar o "negro" – e não o "branco", embora não devamos perdêlo de vista, pois ambos participaram de um mesmo *drama histórico*, numa coletividade que largou àquele a responsabilidade de se fazer justiça pelas próprias mãos. Cumpre acentuar, também, que nesta parte do trabalho vamos lidar com atitudes, comportamentos e relações sociais intensamente

labiais e instáveis, por assim dizer, no estado mesmo de sua atualização como fenômenos históricos-sociais. Por conseguinte, não contamos com muitas facilidades descritivas. Temos de surpreender os requisitos psicossociais e socioculturais através de instantâneos e de situações fugazes: nos momentos mesmo em que eles se constituíam e começavam a operar, à medida que o "negro" saía de seu retraimento e tentava se medir com o "branco" pela posse do seu futuro.[17]

Os dados recolhidos permitem considerar os requisitos psicossociais e socioculturais dos movimentos sociais do "meio negro" em termos: *(1)* da ressocialização do negro e do mulato; *(2)* da compreensão alcançada de que o preconceito e a discriminação raciais são "problemas sociais" e devem ser tratados como tal; *(3)* do aparecimento de formações societárias que serviriam de base à organização e à expansão dos movimentos; *(4)* de polarizações sociodinâmicas, como o chamado "preconceito do negro"; *(5)* da radicalização do "mulato"; *(6)* da influência construtiva dos movimentos sociais com agências de diferenciação de papéis sociais e de controle social. Outros aspectos, de importância marginal ou secundária, foram negligenciados na exposição.

Os resultados dos dois primeiros capítulos demonstram que não foi a incapacidade congênita do "homem de cor" a responsável pela situação terrível que se criou, logo em seguida à desagregação final do regime servil. Mas as condições de organização da sociedade, combinada à falta de preparo do negro e do mulato para se imporem como agentes históricos válidos nas relações com os brancos. Como já assinalamos, as primeiras experiências com a liberdade, num regime sem proteção exterior e sem constrangimentos intransponíveis, conduziram a comportamentos de auto-afirmação verdadeiramente negativos e calamitosos. A liberdade funcionou como uma armadilha, que o "negro" só logrou perceber e enfrentar, completamente, quase meio século depois da Abolição. Nesse interregno, a sua aprendizagem raramente se deu através da participação e da ação. Ele aprendeu graças à exclusão, à provação e à frustração. Comparando-se com os "outros" e aferindo, constantemente, o que lhe faltava e o que lhe negavam. Por isso, ele não surge, de imediato, com a capacidade de conduzir o seu destino. Foi se erguendo aos poucos, tateando e errando, que colocou sobre seus ombros a tarefa gigantesca de reagir ativamente contra males perniciosos, a que a sociedade inclusiva se mantinha indiferente.

O fato mais importante, de todo o *background* psicossocial e sociocultural que nos interessa, diz respeito a essa aprendizagem tosca, dolorosa e, por excelência, vicária. Não está ao nosso alcance apreendêla como um processo, em suas condições e em seu desenrolar histórico. Apenas podemos identificála exteriormente, pelos efeitos que dão testemunho de sua existência, do seu alcance e do seu significado. Ao decidir permanecer na cidade, apesar de tudo, o "negro" optou por um estilo de vida, por uma concepção do mundo e por certos ideais de organização da personalidade. Sem o saber, ao longo dos anos de desventura foi assimilando, ao acaso, um pouquinho de cada coisa. Por fim, converterase, subjetivamente, num urbanita, embora ostentasse essa condição de forma precária, tanto psicológica quanto socialmente. Aí está a principal razão para explicar por que uns puderam idear os movimentos sociais; outros se dispuseram a seguilos; e um tão grande número tenha decidido envolver a "população de cor" num novo tipo de aprendizagem, que se processava no terreno das idéias, da comunicação e da ação.

Em síntese, pelo simples fato de viver na cidade e de ter vencido a dura prova da permanência dentro dela, o "negro" revolucionara o seu horizonte cultural. Diríamos que polira a sua rusticidade e amealhara um forte desejo de ir mais longe. A documentação disponível desdobra os vários aspectos desse extenso processo de ressocialização. A própria concentração numa cidade grande representava uma condição estimulante e construtiva. Graças à urbanização, aos poucos desapareceram muitas atitudes e comportamentos que tornavam o negro e o mulato "desconfiados" em relação a seus semelhantes. Em particular, o retraimento em face dos estranhos e a suspeita diante daqueles que alcançavam algum êxito na convivência com os "brancos" cederam lugar à compreensão de que o "negro" precisava alargar sua experiência pessoal e seu conhecimento do mundo. Doutro lado, a situação de existência no mundo urbano abria muitas vias de comunicação com a comunidade local, com o restante do país e com o exterior. Isso não só ampliava o conteúdo como mudava a própria qualidade da perspectiva social do "negro". Emergia uma espécie de "radicalismo secular" que exercia as funções de regulador na substituição de antigas categorias de pensamento e de ação por novas modalidades de apreciar e de avaliar as coisas, os acontecimentos ou as pessoas.

Graças ao mencionado radicalismo, fortaleceram-se três orientações de comportamento. Em primeiro lugar, surgiam tendências bem definidas de crítica, ponderação e rejeição das influências conservantistas do tradicionalismo. Separando as tradições do contexto em que elas se manifestavam, através da dominação patrimonialista da "raça branca", distinguiase o que se devia conservar do que se repelia. Sirvam de exemplo as atitudes contra o "beneditismo": definiase, assim, o conformismo nascido de certa irmandade, deveras importante no "meio negro", e, por extensão, toda manifestação "religiosa" que exercesse influxos análogos. Não se procurava atingir o catolicismo, mas as ligações que este estabelecera, no passado remoto ou recente, com a perpetuação da dominação da "raça branca". Em segundo lugar, selecionavase o que, na herança sociocultural rústica e nas tentativas de adaptação à cidade, concorria para prejudicar a capacidade competitiva do negro e do mulato ou para desmoralizálos socialmente. Tome-se, como exemplo, o empenho em combater a atração pelos cortiços ou pelos porões.

Nas campanhas desencadeadas pelo *Clarim da Alvorada* e pela *Frente Negra*, apontavamse as vantagens econômicas, higiênicas, materiais e morais da aquisição de terrenos a prestação, nos arrabaldes, a construção da "casa própria" etc. Via-se com realismo, além disso, que a lealdade aos interesses do "meio negro" não nascia nem do estilo de vida (ou do grau de pobreza) nem da condição de isolamento. Uma pessoa instalada no "meio branco", porém identificada com os interesses da "gente negra", poderia ser muito mais útil que os "irmãos de cor" indiferentes ou acovardados. Em terceiro lugar, começavase a perceber que é no jogo político que se decidem os problemas práticos do homem moderno. Essa descoberta engendrava não só acusações indignadas aos "capangas de políticos", aos "cabos eleitorais dos brancos" e aos "traficantes do voto negro". Ela iria fomentar a tendência inversa, de "arregimentar o negro" com fins próprios, tanto no terreno eleitoral quanto, em sentido mais amplo, como grupo social integrado, autônomo e capaz de manejar livremente, em fins próprios, sua parcela de poder político. Eis como essa motivação transparecia em manifesto da Frente Negra Brasileira:

> Unamonos, então, Patrícios! Unamonos, Associações Negras, para sermos força social, força moral, força econômica. *FORÇA POLÍTICA*, que possa ajudar os Poderes Nacionais a

> serem nacionais e a resolver o nosso problema no que compete à esfera deles e para virmos a ser nós mesmos também uma parcela do Poder Público num sentido radicalmente nacionalista, defendendo todas as reivindicações que favoreçam ao Negro e ao Brasil (como por exemplo a nacionalização do comércio), sentido esse que destrua as malhas das influências estrangeiras políticas, como certas associações que há por aí, sentido que impeça as grandes ruínas que uma política sem finalidade nacional (mas internacional e cosmopolita), que uma política duramente materialista e amoral vem causando à Nação criadas pelos Nossos Mortos, pelos nossos Antepassados, cujo Sangue poderoso e doloroso andou lutando, trabalhando e produzindo sem reserva e sem bairrismo a Nossa Pátria.[18]

Parece evidente, pois, que o "radicalismo secular" se voltava, especificamente, contra a acomodação passiva e suas conseqüências sobre a perpetuação do velho padrão de dominação racial ou sobre a dependência socioeconômica no "negro". Havia a preocupação de preservar certos valores, desde que fossem dissociados das funções que preenchiam como técnicas de domesticação e de subjugação. As duas transcrições seguintes são suficientemente esclarecedoras:

> Definindo, pois, o problema segundo já tivemos ocasião de o fazer na "Mensagem aos Negros Brasileiros", em 8/6/29 (V. *Clarim da Alvorada*), estabelecemos que – *O PROBLEMA NEGRO BRASILEIRO* É *O DA INTEGRALIZAÇÃO ABSOLUTA, COMPLETA, DO NEGRO, EM TODA A VIDA BRASILEIRA* (*POLÍTICA, SOCIAL, RELIGIOSA, ECONÔMICA, OPERÁRIA, MILITAR, DIPLOMÁTICA* etc.); *O NEGRO BRASILEIRO DEVE TER TODA FORMAÇÃO E TODA ACEITAÇÃO, EM TUDO E EM TODA PARTE, DADAS AS CONDIÇÕES COMPETENTES* (que devem ser favorecidas) *FÍSICAS, TÉCNICAS, INTELECTUAIS, MORAIS, EXIGIDAS PARA A "IGUALDADE PERANTE A LEI"*. O Brasil precisa absolutamente cessar de ter vergonha da sua Raça aqui dentro e lá fora, na vida internacional.[19] [...] Por isso, repetimos, nós devemos lutar por uma associação Negra, porém – atendase bem! – radicalmente brasileira e afirmadora da Tradição, e a qual se estenda para onde quer que exista o problema.

Essas indicações sugerem que a urbanização do estilo de vida e a secularização de atitudes ou de comportamentos se associavam, dinamicamente, a anseios de classificação e de ascensão na estrutura da sociedade inclusiva. O "negro" procurava se transformar para se inserir material e moralmente na ordem social. Mas, ao mesmo tempo, exigia para si as condições de participação da riqueza, da cultura e do poder que eram usufruídas pelos "brancos". Tais impulsões sociodinâmicas repousavam na assimilação progressiva dos ideais de pessoa, consagrados pela cultura da sociedade inclusiva. Por isso, nesse plano ocorriam mudanças psicossociais profundas e revolucionárias. O "negro" modificava suas autoconcepções de

status e de papéis sociais, esforçando-se por absorver os modelos de personalidade-*status* compartilhados pelos "brancos". Todavia, essas mudanças não eram concebidas como um fim em si mesmo, como uma sorte de aperfeiçoamento ideal. Elas eram vistas e praticadas como um "meio" para atingir "fins desejáveis" (a integração total do negro, em condições de igualdade com o "branco", na ordem social). Em conseqüência, vinham animadas de um espírito reivindicacionista, cuja exigência mínima consistia em aguardar dos "brancos" um comportamento análogo. Esperavase deles que modificassem, por sua vez, as concepções de *status* e de papéis sociais e as representações de personalidade-*status* que mantinham, a respeito do "negro". Estabeleciam-se dois pólos que precisavam se alterar em concomitância, como salientam as duas transcrições subseqüentes:

> E, pois, a questão negra brasileira, segundo a opinião antiga e a contemporânea, que havemos colhido entre a Gente Negra, é antes de tudo e principalmente, *um problema de educação*, intrinsecamente; e extrinsecamente é o respeito a todos os direitos humanos, sociais, cívicos e políticos do negro, tanto por parte da sociedade como do Poder Público. [20] [...] Quanto à parte sentimental, que constitui a grande tragédia silenciosa ou aberta que faz da Família Brasileira uma contradição permanente determinada pelo preconceito de cor, com simulações, hipocrisias, reservas e até brigas em questões de amizade, parentesco, casamentos, etc., – isso somente se poderá resolver por um quase esforço geral e por uma educação nova, brasileira radical, integral em todas as escolas, em que se cancele aquele sistema estulto de menosprezar e negar a toda hora o Negro em *toda* nossa evolução histórica ou de "exaltálo" com um sentimentalismo contraproducente que apenas consegue fazer dele um pobre objeto de piedade... ou, pela influência maléfica, o aniquila e revolta resultando daí – um vencido da vida ou um bandido sádico e satânico.[21]

Essa era uma condição psicológica para que o "negro" viesse a se julgar *igual* ao "branco", tivesse a coragem de exigir dele um "tratamento condigno" e se dispusesse a atuar socialmente sem nenhum entrave subjetivo. De acordo com as indicações de um dos informantes, constituía o elemento que iria possibilitar o domínio dos "recalques" e lhe permitir que agisse como *HOMEM*, não como *PRETO*. Isso envolvia a superação da passividade e do conformismo, que o tornava servil, tímido e medroso diante do "branco"; e o triunfo sobre ódios, ressentimentos e frustrações, que o convertiam num ser desconfiado, indócil e violento.

A absorção de novos modelos de personalidade-*status* se fazia acompanhar de substanciais alargamentos quantitativos e qualitativos do

horizonte cultural do “negro”. Alteravamse, simultaneamente, as categorias de pensamento e de ação que regulavam a percepção do mundo exterior e a organização do comportamento. Aí se achava a base psicodinâmica dos novos mecanismos de ajustamento do “negro”. Primeiro, o fator que facultava a “compreensão da situação” nas relações com o “branco”. De nada adiantaria aderir a modelos mais complexos de personalidade-*status*, sem aprender a manipular as interferências nascidas das aplicações mais ou menos rígidas do padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial. O seguinte caso é ilustrativo:

> De forma que acredito que nós os negros não podemos estar de acordo com aqueles que vieram da casagrande, porque nós viemos da senzala. [...] Eu mesmo, quando era fiscal do Estado, tive um colega que era neto de C. S.[22] Uma ocasião surgiu uma discussão entre os fiscais e não sei por que cargas d’água o meu nome surgiu também. C. S. disse nessa ocasião que negro não podia saber nada e admirava de um negro ser fiscal do Estado. Então manifestouse o preconceito desse cidadão, que fez grande carga contra mim. Encontrandonos uma ocasião, tivemos uma conversação nesse sentido. Então disse a ele: “Eu soube do seu argumento contra mim, mas qual é a razão? Nós somos amigos.” “Eu disse aquilo e confirmo!” “Então é difícil resolvermos o caso. Você é um rapaz bonito, alinhado, neto de C. S. Só seu cartão de visita já lhe recomendaria. Você veio da CasaGrande, tem todas as possibilidades para subir na vida, entretanto, eu não tenho nada disso. Tenho cabelo carapinha, nariz chato, sou beiçudo. Não tenho a posição que você tem. Entretanto, estamos aqui em pé de igualdade. Recebemos a mesma instrução, percebemos os mesmos ordenados, portanto não vejo razão para que você me queira colocar em situação de inferioridade.”[23]

Segundo, contribuiu para melhorar a qualidade e a eficácia das bases perceptivas e cognitivas do comportamento social do negro e do mulato. Estes adquiriram recursos apropriados para entender melhor as “exigências da situação”, tanto em termos da composição e funcionamento da ordem social democráticocompetitiva, quanto à luz da integração da sociedade nacional, e da importância que nela pode ter a solidariedade grupal nas minorias étnicas ou raciais. Terceiro, forneceu um ponto de referência explícito e realista para a análise da “situação do negro”. Assim, a própria experiência existencial do “negro” lhe ofereceu um ponto de apoio para uma visão autônoma da realidade racial brasileira. A fonte dessa autonomia intelectual não foi uma revisão das explicações histórico-sociológicas. Mas uma autêntica projeção especulativa nas experiências concretas de vida e em seus ensinamentos, que configuravam uma “perspectiva social do

homem negro". Dessa perspectiva, o passado e o presente da sociedade brasileira podiam ser percebidos e explicados por meio da "espoliação secular do negro" e do significado histórico que a luta contra essa espoliação possui para a "gente negra". "... A nossa história tem sido exageradamente deturpada pelos interessados em esconder a face histórica interessante ao Negro, aquilo que se poderia dizer a 'negridade' da nossa evolução nacional; [...] cessem, por conseguinte, os mitos, e simultaneamente os excessivos louvores aos estrangeiros de ontem, italianos e companhia, e façase justiça ao Negro."[24] Portanto, a partir de certo momento as impulsões igualitárias emergiam de disposições psicodinâmicas, que tendiam a se generalizar no seio da "população de cor". Como respondiam a influências psicossociais, elas se refletiam em atitudes, comportamentos e mecanismos de organização da personalidade de caráter coletivo. Enfim, começava a surgir um novo tipo de "negro", que se revelava filho de seu tempo e homem de sua época.

Esse homem pretendia alcançar consciência racional de sua situação e sabia que tinha de "lutar" contando somente com aqueles que estavam na mesma condição histórico-social. "Vejamos, então, *quem resolverá* e *como se resolverá* o *nosso problema*. *Só nós poderemos, dentro da Ordem Nacional*, resolver o *Nosso Problema*, *pela Associação e pela Educação*."[25] Por isso, ele precisou se iniciar no uso de técnicas sociais que antes lhe eram proscritas. Teve de aprender a lidar, organizadamente, com o comportamento voluntário, consciente e inteligente em escala coletiva. Aí surgiram, como se verá adiante, as inconsistências incontroláveis e fatais. Ainda assim, várias manifestações atestam a sua capacidade organizatória e de ação, literalmente acumulada sob a pressão dos fatos consumados. Souberam passar depressa da idéia de que a "união faz a força" para tentativas bastante complexas de arregimentação da "gente negra" em torno de uma causa comum. Nessas experiências, compreenderam através da ação que podiam usar construtivamente o conflito com o "branco" e que o êxito de seu movimento dependia de atitudes, comportamentos e processos sociais mal conhecidos e praticados. Quanto ao primeiro ponto, a Frente Negra Brasileira doutrinava os seus adeptos a "quebrar os tabus" – por exemplo: a invadirem os passeios públicos ou os rinques de patinação proibidos, a enfrentarem as patroas "malcriadas" etc. A "palavra de ordem" da Frente Negra consistia em

“separar aqui, para unir lá fora”. O “negro” precisava se unir ao “branco”; mas precisava ser educado para isso, para não ser “aceito” segundo o velho código tradicionalista:

> Separar era uma contingência necessária. O negro não estava preparado nem técnica, nem psicológica, nem moralmente para a vida livre. Daí o que aconteceu no Brasil. A Frente Negra visava lutar contra isso: a estratégia era reunir os negros para preparálos, para quebrar o seu medo e a sua covardia diante do branco, para darlhe coragem e ousadia, na competição econômica e na defesa de seus direitos. Mas a Frente Negra lutava contra toda tentativa ou tendência de separação racial. O lema político seria, pois: O Brasil é dos brasileiros. O que se deve é fazer dos negros brasileiros autênticos. [...] A nossa palavra de ordem era para que os negros tomassem em toda parte uma posição. Isso seria separar. E nós separamos para unir.[26]

Portanto, para “lutar” por sua integração, o “negro” precisava adquirir novas habilidades em três níveis do comportamento organizado. Primeiro, aprender a se identificar com seus “irmãos negros”, unindo-se entre si e apoiandose mutuamente.

> *UNI-VOS! UNI-VOS NEGROS! UNI-VOS TODOS.* Deus está conosco! Uni-vos, pela elevação moral, intelectual e econômica da Raça! Pela Dignidade da Mulher Negra! Pela dignidade e progresso do trabalhador negro! Pela afirmação política da Gente Brasileira na Constituinte quando vier e depois da Constituinte que vier! Pelo Brasil de nossos Avós![27]

Segundo, necessitava desenvolver novos padrões de cooperação, para atingir esse fim e para colocar a seu serviço o comportamento grupal organizado e consciente. Isso não era tão simples. Essas técnicas sociais não faziam parte da herança social tradicional. O passado recente convertera o individualismo predatório e o egoísmo cego em únicas armas eficazes na luta pela sobrevivência. Era preciso, pois, desbastar o caminho, criar mecanismos de repressão e de controle dos comportamentos egoísticos e preparar a assimilação rápida de formas alternativas de cooperação e de solidariedade intraraciais. Terceiro, precisava desenvolver impulsões integracionistas bastante fortes para operarem independentemente de motivações psicológicas e de controles sociais, seja do “meio negro”, seja da sociedade inclusiva. Os segmentos da “população de cor” que participavam dos movimentos reivindicatórios estavam como que em estado de suspensão. Faltavalhes apoio psicológico e sociocultural nos dois estoques raciais em presença. Em conseqüência, tinham de alimentar por

via própria seus anseios de classificação e de ascensão sociais, criando uma subcultura capaz de lhes fornecer um mínimo de unificação, de autosuficiência e de impetuosidade a seus comportamentos ou aspirações inconformistas.

O aparecimento e a expansão das associações negras simplificaram alguns problemas de ajustamento, que surgiram nessa área, pois elas propiciavam a base institucional que iria aglutinar as tendências de formação da referida subcultura. Contudo, no que dizia respeito às relações com os "brancos" e, em parte, à acomodação com elementos nãoparticipantes da "população de cor" surgiam dificuldades potencialmente perigosas. Está claro que o grosso da "população branca" poderia se tornar hostil àqueles movimentos, principalmente se eles ostentassem caráter abertamente "racial" e parecessem socialmente revolucionários (isto é, se se pudesse ligá-los ao intento de alterar a ordem social vigente). Doutro lado, os negros e os mulatos que se mantinham apáticos às impulsões reivindicativas e os que eram contra elas, por causa de suas identificações com a "raça dominante", não compreendiam os móveis dos movimentos, temiam sua estratégia de luta e tendiam a reprovar o uso deliberado do conflito. Por isso, a elaboração prévia de certas categorias de pensamento e de ação – cuja função consistia em imprimir cunho moral às reivindicações, em demonstrar sua conformidade com a ordem social existente e em submeter suas manifestações concretas à contenção consciente – vinha a ser essencial. O conflito era visto como uma arma de combate ao isolamento difuso; pretendia-se circunscrevêlo e impedir que ele gerasse algo pior, como a segregação sistemática.

O que estava em jogo era converter a sociedade de classes em um sistema "aberto" pelo menos aos "negros" que estivessem em condições de competir com os "brancos" – não transformála num sistema "fechado" a todos os negros e mulatos. Não só se queria evitar uma regressão, como havia profundo empenho que se entendesse que os movimentos reivindicativos constituíam um recurso extremo, inevitável e provisório de *justiça social.* Tudo isso fazia com que a invenção, a propagação e o aperfeiçoamento de categorias de pensamento e de ação adequadas fossem extremamente necessários para calibrar e dirigir a fermentação das impulsões inconformistas básicas. No fundo, portanto, os mecanismos psicossociais apontados restringiam o alcance inconformista dos

movimentos reivindicativos, impedindo que eles ultrapassassem as fronteiras do combate estrito aos resíduos do “antigo regime” na ordenação das relações raciais. Porém, o “negro” não dispunha de nenhum controle sobre as condições externas dos conflitos, suas repercussões sobre o grosso da “população branca” ou sobre extensas parcelas da “população de cor”. Proceder de outro modo naquelas circunstâncias seria contra-producente. O que mostra que aqueles mecanismos, com as categorias correspondentes de pensamento e de ação, desempenharam uma influência construtiva enorme, ajustando o horizonte intelectual e a atividade prática às possibilidades de integração social abertas pela própria situação de contato.

Como se vê, a ressocialização do “negro” afetou todas as esferas de organização das bases perceptivas e cognitivas do comportamento, da personalidade e do horizonte cultural. Ele não só adquiriu novas possibilidades de compreender sua situação como e enquanto “homem de cor”; conquistou uma nova capacidade de fazer face a essa situação, tanto em termos de ajustamentos individuais calculistas, quanto em termos de ajustamentos coletivos inconformistas. Isso significa que elevou ao campo de consciência social, de maneira reflexiva e crítica, vasta porção de suas condições de existência e alguns ideais de transformação da situação de contato existente. A principal conseqüência dessas alterações psicossociais e socioculturais aparece na percepção e na explicação que o “negro” logo alcança de sua posição na ordem racial da sociedade inclusiva. Descobriu que ele não era rejeitado “por ser negro”, pura e simplesmente. Mas que a cor e outros caracteres raciais serviam como um sistema de referência para mantêlo como um “estrato social inferior”, que não tinha acesso aos padrões de vida e às garantias sociais desfrutados por outros grupos nacionais, étnicos ou raciais.

Surgiu, então, a noção de “preconceito de cor” como uma categoria inclusiva de pensamento. Ela foi construída para designar, estrutural, emocional e cognitivamente, todos os aspectos envolvidos pelo padrão assimétrico e tradicionalista de relação racial. Por isso, quando o negro e o mulato falam de “preconceito de cor”, eles não distinguem o “preconceito” propriamente dito da “discriminação”. Ambos estão fundidos numa mesma representação conceitual. Esse procedimento induziu alguns especialistas, tanto brasileiros quanto estrangeiros, a lamentáveis confusões interpretativas. Esvaziando o conceito de seu sentido histórico, no fim não

deparavam com as realidades que os termos “preconceito racial” e “discriminação racial” permitem descrever, psicológica e sociologicamente, em outras sociedades (nos Estados Unidos, em particular). No entanto, o conceito cunhado pelo “negro” possuía plena consistência histórica na cena brasileira. Aqui, nem mesmo na era escravocrata a discriminação vinha em segundo plano. O preconceito sempre forneceu a justificação emocional, moral e racional da discriminação. Ele apenas servia para legitimar a apropriação da pessoa do escravo ou a exclusão do “liberto” e do “homem livre” de certas regalias e direitos sociais. Por conseguinte, estabeleceuse algo paradoxal. A discriminação era, em si mesma, o elemento operativo e danoso. Ela é que restringia, solapava ou impedia o acesso do “negro” às formas desejadas de integração social. Contudo, o que lhe dava fundamento aparecia em primeiro lugar, porque pressupunha infrações notórias, penosas e injustificáveis dos mores vigentes. O “negro” patenteou, portanto, inegável talento e sutileza na construção desse conceito. Selecionou a marca racial que orienta as manifestações das atitudes ou comportamentos preconceituosos e discriminativos. Deu o máximo de evidência ao elo mais fraco da cadeia, já que o “preconceito” colide aberta e irreconciliavelmente com alguns mores fundamentais para o equilíbrio da cultura. Por fim, fundiu as duas polarizações, convertendo a “discriminação” e o “preconceito” em coisas inseparáveis, pela conotação que atribuiu ao termo “preconceito de cor”.

O mais importante, porém, para a nossa análise está nas impulsões psicodinâmicas e sociodinâmicas que ficaram por trás dessa construção conceitual. A partir do momento em que o “negro” passa a compreender e explicar sua situação por meio de conseqüências objetivas do “preconceito de cor”, ele deixa, automaticamente, de aceitar o destino de ser “inferior” e “dependente”. Projeta-se como “pessoa” e como “igual” na cena histórica, entendendo que as disparidades econômicas, sociais e políticas não eram produtos de uma fatalidade psicobiológica e racial, mas de circunstâncias exteriores, moldáveis pela ação coletiva dos homens. Em outras palavras, a consciência de que o “preconceito de cor” existe vem acompanhada da disposição de encarálo como fator da *desigualdade racial* e de combatêlo pelos meios possíveis. Essa disposição leva o “negro” a um dos fulcros dos dinamismos da situação de contato. Impele-o a conceber o preconceito e a

discriminação raciais, em suas manifestações tipicamente brasileiras, como problema social e a procurar, para ambos, uma solução igualmente social.

A referida compreensão não era universal no “meio negro”. De acordo com um dos informantes, somente uma minoria possuía idéias claras a respeito. A maioria não só “não compreendia bem a situação”; mas, ainda, “não tinha educação para elevarse espiritualmente, para desenvolver uma conduta mais branda e conveniente”.[28] O que pensava e como agia aquela minoria são coisas facilmente documentáveis. Em depoimento escrito por um dos principais pioneiros e líderes dos movimentos reivindicatórios, deparamos com a seguinte afirmação: “Os negros devem, diretamente, participar de qualquer movimento que se promova, visando à sua melhoria. Como? Procurando dar aos negros a assistência material que ele necessita, para, entre si, desenvolver uma vasta obra de ação social para o seu alevantamento”. Outro líder daqueles movimentos assevera, em passagem de sua história de vida: “Não se trata de ir a barbeiro ou hotel e ter navalha sem corte ou cama dura, mas de lutar em torno de reivindicações mais sérias e que têm raízes mais profundas”. O que quer dizer que essa minoria procurava mecanismos coletivos de reação ao “preconceito de cor”.

Os movimentos visavam consolidar e difundir um dado tipo de consciência da situação racial brasileira, congregar e reeducar os interessados em debatêla e em combatêla; e, por fim, convertêlos em força irresistível, capaz de alterar a referida situação. Os textos arrolados a seguir evocam esses intentos como eles se traduziram num dos documentos mais significativos da época.

> A Frente Negra Brasileira é o resultante de uma consciência da nova geração negra do Brasil na observação e estudo do ambiente nacional em relação aos problemas que preocupam a humanidade, dentro das novas perspectivas da vida. [...] O mundo atravessa uma fase delicada, impregnando de idéias novas e reivindicações quase sempre justas e necessárias, exigindo de todos os grupos raciais uma harmonia de vistas em torno dos problemas transcendentais. [...] No Brasil, o homem negro, mais do que em outros países, sofre as conseqüências de seu cativeiro de quase quatro séculos, durante os quais contribuiu eficientemente para a formação das riquezas pública e particular, e tem sido um fator étnico nesse caldeamento de raças que se fundem, apresentando um tipo mais uniformizado, de acordo com o ambiente dos trópicos. [...] À margem da vida nacional, cuja organização sustentou em seus ombros durante esse decorrer de séculos, sem economia, sem instrução e sem saúde, o negro vem sofrendo os terríveis efeitos de maquiavélica campanha de preconceito de cor, que só ele sente e percebe, porque é fato de todo instante. [...] Várias tentativas têm falhado, no sentido de uma arregimentação negra, com outras finalidades que

> não a de simples recreação. *Reagir,* eis o sentido exato dessa arregimentação. A última tentativa foi o Centro Cívico Palmares, há uns dez anos, com programa menos desenvolvido, porém com o mesmo escopo. [...] Foi quando, apreciando e sentindo a imediata necessidade que as condições de vida exigiam, se fez, com mais entusiasmo e experiência, a arregimentação que tomou o nome de frente Negra Brasileira.

E, adiante, assevera no mesmo diapasão:

> É uma afirmativa leviana, se não maldosa, dizerse que no Brasil não há preconceito de cor. Já inscrevemos em nosso estandarte: "O preconceito de cor no Brasil só nós, os negros, podemos sentir". Porque a luta que se move ao negro é traiçoeira e disfarçada: não é feita como, especificadamente, nos Estados Unidos, onde a mentalidade material impôs: "O homem vale por aquilo que ele seja capaz de fazer". [...] Não é a luta aberta dos valores. Ao contrário, prometemlhe muito mas nada lhe dão. [...] E a mentalidade reinante é a de fazer do negro, sempre, um elemento servil, negandolhe todos os direitos que, ironicamente, a lei lhe concede [...] Vem sofrendo o negro nessa maldosa infiltração e maquiavélica insinuação; e onde quer que ele esteja, apenas o vêem como negro e sob indisfarçável ponta de ironia, como se a cor da epiderme pudesse influir na capacidade intelectual.[29]

Essa percepção da realidade levou o "negro" a dar grande realce à influência educativa que os movimentos reivindicatórios deviam satisfazer. Converteramnos em centros de reeducação do "homem de cor", preparando-os para agir como homens livres e para lutar, construtivamente, contra as diversas manifestações do preconceito e da discriminação raciais. "Precisamos, porém, de educação e assistência social como base para tudo o mais. Mas essa educação precisa ser dada por nós mesmos, isto é, pelos elementos bons, cultos e tradicionalistas nacionais pertencentes à Gente Negra Brasileira, para daí não se criar para o Negro uma mentalidade deformada. Outra educação é sempre falha e negativista..."[30] O que visava essa educação do "negro" pelo "negro"? Preparar a "gente negra" para "a integralização absoluta, completa, do negro, em toda a vida brasileira".[31] Pretendia-se, pois, educar o "negro" para exigir que lhe dessem "o seu lugar na sociedade", e como estoque racial. Ou seja, para "reagir" ao *status quo* e modificálo, tornando a sociedade de classes "aberta" também para o negro e o mulato. Nesse contexto, salientavase com clareza o repúdio à solução alternativa segregacionista, que permitiria atingir o mesmo objetivo através de uma ordem biracial estanque. "Repelimos todos os patrícios que, errados, queiram transportar para o Brasil o problema negro ianque de luta de ódio contra o branco. Não é esse

feitio o nosso. Repelimos a concepção norte-americana, fruto da mentalidade, no fundo anticristã, daquele povo. Não queremos uma segregação da vida nacional, senão uma afirmação nacional do Negro, uma integração real e leal."[32] Não seria possível ser mais claro. Equacionado o "preconceito de cor" como problema social, perseguiase a sua solução por via social: a preparação dos "negros" para assumirem, em pé de igualdade com os "brancos", as posições a que fizessem jus na ordem social.

Os progressos na ressocialização do "negro" correspondiam ou se seguiam, por sua vez, ao aparecimento de novas formações sociais. A proliferação de associações recreativas, culturais e beneficentes teve importância bem definida na ressocialização do "homem de cor". Essas associações não só alargavam a área de contatos internos no "meio negro"; elas difundiam e consolidavam novos padrões de vida, que contribuíam para aumentar o autorespeito do "negro" por si mesmo, seus laços de solidariedade e, especialmente, a insatisfação pelo fato de se ver posto à margem no seio da sociedade inclusiva. De acordo com a seguinte informação, parece, entretanto, que raramente conseguiam preencher suas funções manifestas:

> Desde 1915 vinham sendo fundadas organizações de negros que acabavam se desvirtuando e virando bailes. É fato que os fins dessas sociedades não eram de arregimentação da raça, mas sim culturais e beneficentes. Assim foram fundadas de 19181924 a Sociedade Beneficente 13 de Maio, o Grêmio Recreativo e Cultural, e outras. Constitui exceção, nessa época, o Grêmio Recreativo Kosmos, que realizou seu programa educativo: teve um grupo dramático, e um jornal que publicava notícias sociais e ensaios literários.[33]

Algumas, no entanto, além de realizar essas funções, sintonizavamse com o clima de ebulição social dominante. É o caso do Centro Cívico Palmares, fundado em 1927, visando fins educativos e que se converteu, desde logo, em núcleo de arregimentação do "negro" e em ativo foco de luta contra as manifestações do "preconceito de cor".[34]

É preciso que se tenha em mente que tais associações não operaram, apenas, como fontes indiretas do advento dos movimentos reivindicatórios. À luz das influências do Grêmio Recreativo Kosmos e do Centro Cívico Palmares, especialmente, constatamos que elas exerceram três funções construtivas capitais. Primeiro, elas condensaram a objetivação e canalizaram a difusão de avaliações sobre a importância fundamental da

educação para o negro e o mulato. A educação foi colocada como condição número um da luta do “negro” contra a miséria, o “preconceito de cor” e a desorganização social. Foilhe atribuído, mesmo, um valor mais elevado que ao conflito, encarado como um recurso cuja eficácia dependia, diretamente, do êxito prévio de reeducação do “negro”. Segundo, elas atuaram, desde o início, como as primeiras formas de pressão usadas grupalmente pelo negro. Todas as agitações, feitas no turbulento período de 19271931, contra manifestações concretas do “preconceito de cor” ou pela revogação de medidas discriminativas em repartições públicas, foram provocadas e dirigidas por meio dessas associações. Terceiro, elas forneceram o clima moral que contrabalançava as tendências centrípetas das “elites de cor” – pouco propensas a se identificarem com os “negros humildes” ou “pobres” – e levantaram as primeiras reações contra a identificação do “negro que sobe” com os interesses ou os valores dos “brancos”. Nesse sentido, elas contribuíam para neutralizar vários efeitos das técnicas de acefalização das minorias raciais, postas em prática na sociedade inclusiva, e para aumentar o grau de lealdade dos elementos inconformistas à situação e interesses da “gente negra”.

O material exposto permite situar outra questão delicada. Trata-se do que alguns intelectuais brancos já chamaram de “preconceito do negro” e “preconceito do negro contra o branco”. Parece óbvio que, enquanto o “negro” se visse através de contraimagens construídas pelo “branco”, ele jamais conseguiria se representar, autonomamente, como pessoa, e ter uma visão independente de seu destino na sociedade. Por isso, a consciência de que “existe o preconceito de cor” e a oposição direta ou indireta às suas manifestações possuía, em si mesma, considerável importância dinâmica para o comportamento do “negro”, tanto psicológica quanto sociologicamente. Os resultados das entrevistas e das histórias de vida, concernentes à época considerada, demonstram cabalmente duas coisas. De um lado, que os “negros” que se mantinham fiéis ao código ético tradicionalista se conformavam com expectativas vigentes e raramente exteriorizavam o “tormento em que viviam”. De uma forma ou de outra, sentiam “vergonha” de serem “pretos”, dissimulavam ou absorviam destrutivamente o “rancor” contra os “brancos” e, quando “explodiam”, faziamno de modo mais ou menos negativo, esporádico e violento. No íntimo, sucumbiam à fórmula segundo a qual “negro não é gente” e ao seu

nefasto corolário, de que “vida de negro é assim mesmo”. De outro lado, os “negros” que se identificavam com a corrente inconformista se livravam dessas aberrações. Passavam a agir calculadamente, em termos racionais, pesando bem as probabilidades de interferência negativa da cor e preferindo as alternativas de comportamento impessoais para neutralizálas. A “vergonha”, o “rancor” e a “intransigência individualista” cediam lugar ao anseio desenfreado de ter êxito nos projetos de ascensão social.

Portanto, aí se localizava a fonte de influxos emocionais e irracionais incontroláveis. O temor do *status* social “baixo” e da incapacidade em sobrepujar os “brancos” ou de anular as “barreiras da cor” é que contava em primeiro plano. No mais, predominava o ponto de vista de que “negro é gente”, tornandose secundárias as gradações da cor da pele. Em três documentos pessoais diferentes pudemos apreciar essa polarização sociodinâmica. Em uma história de vida, o sujeito (mulato escuro) mostrou, espontaneamente, apego ao lema de que “quem escapa de branco é preto”, classificandose como “negro”. Em dois outros casos, mulatos claros (um dos quais antes seria “branco”, pelos critérios raciais brasileiros) identificaramse, racial e moralmente, como “negros”, frisando que somente tem importância a situação social da pessoa. Germinava uma sorte de orgulho racial, de natureza compensatória, que serviu em seguida de bandeira aos movimentos reivindicativos. “Protestamos quando se nos repele ‘somente’ por sermos Negros, que o somos hoje orgulhosamente.”[35] Desse prisma, é possível constatar que o “preconceito do negro” podia parecer “antipático” e até “intolerável” ou “perigoso” pela sociedade inclusiva. Mas ele constituía uma condição psicossocial deveras importante para a formação e o desenvolvimento de atitudes de independência moral e de inconformismo social no seio da “população de cor”.

Os dois últimos pontos – a radicalização do mulato e a influência construtiva dos movimentos sociais – devem ser apenas mencionados. As observações reunidas sugerem que a participação dos mulatos na liderança dos movimentos reivindicatórios era particularmente intensa. Tratava-se de mulatos que se consideravam “negros” e definiam sua lealdade para com a “gente negra”. Excetuandose Vicente Ferreira e Jayme de Aguiar, os principais líderes da fase pioneira podiam ser classificados como mulatos

“claros” ou “escuros”. Um dos informantes, que teve participação invulgar naqueles acontecimentos, asseverou o seguinte:

> O negro é subserviente, bajulador; o mulato não, é revoltado, insubmisso. Tenho medo de explicar esse fato pois sou praticamente analfabeto. Mas acho que ela [a explicação] pode ser dada pelo atavismo. Afinal três séculos de escravidão devem pesar. Mesmo o preto culto é humilde. Veja o dr. S. e as idéias dele de que os negros devem procurar líderes brancos.

No entanto, parece que o mulato teve maiores *chances* em virtude da própria experiência e do prestígio grangeado anteriormente. Muitos conheciam melhor as técnicas sociais a serem manipuladas e na verdade os demais empurravam para as suas mãos as tarefas de maior complexidade ou importância. De qualquer maneira, o fato é que a insatisfação dos mulatos contribuiu para radicalizar suas reações e leválos a um engajamento definitivo ao lado da “gente negra”. Como traziam consigo uma experiência que foi muito útil para a liderança daqueles movimentos, é conveniente tomar em conta essa condição entre os requisitos que ora nos preocupam.

Por fim, à medida que os movimentos reivindicativos se afirmavam e se expandiam, eles criavam novos modelos de comportamento e de aspirações sociais. Surgiam papéis sociais especificamente ligados às atribuições dos agentes nas campanhas realizadas ou nas associações que as patrocinavam. Doutro lado, estabeleciase uma nova rotina na vida diária, com centros de interesses próprios. As pessoas podiam cooperar e competir entre si mediante essa participação. Os alvos das reivindicações impunham obrigações altruísticas e deveras penosas. Mas, dependendo da forma de atendêlas, os indivíduos podiam fortalecer sua autoestima e grangear prestígio social no “meio negro”. Os militantes ativos acabavam ocupados em tarefas regulares e integrativas, formando um círculo altamente influenciável pela moral do “nosso grupo”. Nesse caso, as impulsões que dinamizavam suas atitudes e comportamentos ganhavam outra qualidade e intensidade. Ficavam sujeitos a controles externos, pessoais e diretos, que expunham suas atividades a uma supervisão constante. Esses influxos tinham importância condicionante, já que decidiam o grau de lealdade, de perseverança e de dedicação com que cada um se devotaria aos objetivos colimados coletivamente.

Os resultados dessa breve discussão sobre os requisitos psicossociais e socioculturais patenteiam que o “meio negro” reunia certas condições para

reagir aos incentivos históricos-sociais já descritos. A “população de cor” da cidade contava com elementos para se sintonizar com os processos que abalavam a estrutura da sociedade brasileira. Podia se sincronizar com outros grupos sociais, que se projetavam contemporaneamente na cena histórica, reclamando para si a soma de poder e de autodeterminação que deveria possuir numa sociedade aberta, competitiva e democrática. Tudo isso nos indica que o passado se encerrara. Refeitos de suas cicatrizes, os “negros” se preparavam para disputar com os “brancos” os direitos e os deveres do cidadão.

Visto isso, podemos cuidar da segunda questão,[36] situando as principais ocorrências que marcam, historicamente, as manifestações dos movimentos reivindicativos no “meio negro”. No período de 1927 a 1945 surgiram várias associações, beneficentes, culturais ou recreativas, e muitas delas fomentaram campanhas ou realizações com objetivos práticos. Em nosso levantamento, registramos a Associação José do Patrocínio, a Associação dos Negros Brasileiros, o Centro Cívico Beneficente Senhoras Mães Pretas, o Centro Cívico Palmares, o Clube Negro de Cultura Social, a Federação dos Homens de Cor, a Frente Negra Brasileira, a Frente Negra Socialista, o Grêmio Recreativo e Cultural, o Grêmio Recreativo Kosmos, a Legião Negra Brasileira, o Movimento AfroBrasileiro de Educação e Cultura, Organização de Cultura e Beneficência Jabaquara, a Sociedade Beneficente 13 de Maio e a União Negra Brasileira. Essa lista, que não é completa, deveria compreender, ainda, a veneranda Irmandade de N. S. do Rosário dos Homens Pretos; e algumas iniciativas posteriores, como a Associação Cultural do Negro, a Bandeira Cultural Negra Brasileira e a Casa da Cultura AfroBrasileira.

A maioria dessas associações teve duração curta, ou, mesmo, efêmera. Algumas sucumbiram aos desígnios de dirigentes inescrupulosos e se viram envolvidas em manipulações lamentáveis. Outras, como a Associação José do Patrocínio ou a Associação Cultural do Negro, conseguiram imprimir certa continuidade e espírito criador aos seus trabalhos. Algumas iniciativas importantes também deveriam ser assinaladas, nesse período recente, como a Convenção Nacional do Negro (1944), a **I** Convenção Paulista do Negro (1956), o Congresso Mundial da Cultura Negra (1962) ou o Primeiro Encontro de Estudos sobre a Cultura Negra (1963). Para os fins da nossa pesquisa, entretanto, havia conveniência em restringir a análise à fase por

assim dizer pioneira, em que se deram as primeiras manifestações organizadas das lutas do “negro” por sua integração social. Por isso, escolhemos a Frente Negra Brasileira como unidade de investigação, o que limita as explanações ao espaço de tempo compreendido entre 1931 e 1937. Essa limitação possui, contudo, a apreciável vantagem de localizar a análise sociológica das conexões de sentido, de estrutura e de função, que serão levantadas no estudo dos fatores e das condições que explicam quer o malogro dos movimentos reivindicativos, quer suas influências construtivas sobre o comportamento do “negro”, sua concepção do mundo e a orientação de suas aspirações sociais. Nada impede, doutro lado, que se complemente as interpretações, quando necessário, com dados referentes a constelações históricos-sociais posteriores.

> A Frente Negra Brasileira foi fundada em 16 de setembro de 1931. Ela surgiu num clima de inquietações e de ansiedade, pois desde 1927 vários grupos, tendo à frente o *Clarim da Alvorada*, vinham preparando o terreno para uma organização desse tipo. Por isso, ela foi recebida com júbilo e congregou, no início, “todos os grupos existentes no meio negro”. “A palavra frente estava muito em voga, quando Isaltino Veiga dos Santos em companhia de outros negros, entre os quais Francisco Costa Santos, reuniramse e resolveram fazer um trabalho de agitação e arregimentação no Meio Negro.”[37] O êxito imediato foi espantoso. Em pouco tempo, contava com milhares de membros, com um poderoso núcleo dirigente em São Paulo e várias ramificações pelo interior e em outros estados. Manteve, ainda, a partir de 18 de março de 1933, um jornal próprio, *A Voz da Raça*, e pôs em prática um programa de proselitismo que jamais alcançou paralelo em outras tentativas ulteriores. Alguns elementos se tornaram uma espécie de agitadores profissionais. “Tinham o encargo de sair pelos bairros à procura de partidários.” Em regra, eram extraídos entre desempregados, que “viviam com dificuldades, e abraçavam com entusiasmo esse encargo”. Também encaravam com interesse as atividades correspondentes, “pois os inscritos pagam 1$000 por mês e nem todos os cabos eram fiéis – no fim de um dia de trabalho sempre dava uns 5$000 ou 6$000”.[38]

A sede central da Frente Negra se localizava na rua da Liberdade, 196. Por seus estatutos, ela se reconhecia como tendo por fim promover a “união política e social da Gente Negra Nacional, para afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude da sua atividade material e moral no passado e para reivindicação de seus direitos sociais e políticos, atuais, na Comunhão Brasileira”. Era dirigida por um Grande Conselho, “soberano e responsável, constando de 20 membros, estabelecendose dentro dele o Chefe e o Secretário, sendo outros cargos necessários preenchidos pelo Presidente”. O Grande Conselho era “ajudado em sua gestão pelo Conselho

Auxiliar, formado pelos cabos distritais da capital". Esse órgão se tornou o fulcro da formação da milícia frentenegrina, que tinha organização paramilitar. Os seus componentes vestiam camisas brancas, estavam sujeitos a rígida disciplina, recebiam treinamento militar e foram chefiados pelo dr. Raul Joviano do Amaral, que ocupava o posto de capitão (os demais postos de major, coronel, estes eram honoríficos, cabendo aos membros do Grande Conselho e ao presidente da FNB).[39]

Talvez movidos pelo êxito alcançado, talvez porque pensassem que assim serviriam melhor aos móveis da organização, seus mentores transformaramna, em 1936, em partido político.

> A Frente Negra acabou por se registrar como partido político. O pedido de registro provocou, no Tribunal, discussões sobre sua constitucionalidade, mas acabou sendo aceito. Os negros não tiveram grande interesse pelo fato, mas os mais ligados aos movimentos de negros ficaram espantados. O golpe de 37 encontrou a Frente Negra registrada como partido político e o Governo fechou-a. Transformou-se imediatamente em União Negra Brasileira, sob a presidência do dr. Raul Loviano do Amaral, que se esforçou para continuar a obra até maio de 1938, quando dos festejos do cinqüentenário da Abolição.[40]

O contexto psicossocial descrito continha impulsões que pressupunham, estrutural e dinamicamente, certas orientações ideológicas. O repúdio ao padrão tradicionalista e assimétrico de dominação racial e as aspirações de integração social rápida, em escala coletiva, convertiam a Frente Negra, inapelavelmente, num movimento reivindicatório de tipo assimilacionista. No fundo, portanto, ela atuou como um mecanismo de reação societária do "meio negro". Visava consolidar e difundir uma consciência própria e autônoma da situação racial brasileira; desenvolver na "população de cor" tendências que a organizassem como uma "minoria racial integrada"; e desencadear comportamentos que acelerassem a integração do negro à sociedade de classes. Para atingir este fim, ela operava em três níveis distintos: no solapamento da dominação racial tradicionalista, através do combate aberto às manifestações do "preconceito de cor" e da desmoralização dos valores ou das técnicas sociais em que ele se assentava; na reeducação do "negro", incentivando-o a concorrer com o "branco", em todas as esferas da vida, e emulando-o, psicologicamente, para enfrentar a "barreira da cor"; na criação de formas de arregimentação que expandissem e fortalecessem a cooperação e a solidariedade no seio da "população de

cor". Subsidiariamente, fazia um esforço consciente no sentido de estimular a imagem histórica que o "negro" construíra de si próprio, levando-o a compreender o papel que a "raça negra" tivera como "o fator mais preponderante na estabilidade da vida nacional durante quase quatrocentos anos";[41] e pretendia estender suas influências socializadoras também à reeducação dos "brancos", pois se sabia que era necessário implantar nova mentalidade no tocante à representação dos direitos dos "negros" e à significação do convívio igualitário para o equilíbrio ou o progresso da ordem social nacional. No entanto, a ênfase especificamente política incidia em interesses sociais imediatos e fundamentais, como testemunha a seguinte transcrição, feita sob a epígrafe "as nossas necessidades e reivindicações":

> Essa associação (que a F. N. B. pretende vir a ser) deve cuidar do problema negro total, tratando do ensino e assistência em geral (assistência esta que deve hoje buscar especialmente os anciãos e anciãs exescravos e os inválidos ou desvalidos negros veteranos das campanhas imperiais e das sedições republicanas); da União dos Negros em grupos profissionais homogêneos, os únicos possíveis no cosmopolitismo horrível de São Paulo, grupos esses que impeçam a situação de miséria e exploração onímoda em que vive perpetuamente o operário negro, aqui rejeitado, ali maltratado, acolá diminuído, trabalhando mais e ganhando menos, além de mal pago ou não pago; tirálo das garras exploradoras dos senhorios, quase sempre estrangeiros, usurários e estúpidos, donos dos buracos ou porões com nome de casas, em que por aí se vive sem luz e sem higiene; erguer toda a infinidade de patrícios dessas baiúcas e fechálas para sempre, não se admitindo que, de maneira alguma, em espeluncas miseráveis onde, se há outros sofrendo e perdendose, é o negro o mais infeliz e desvalido; dar hábitos de economia e cuidar de aplicarlhes os frutos em propriedades imóveis reduzidas a "bens de família" impenhoráveis, segundo estatui o Código Civil Brasileiro, no artigo 70; providenciar pelo aproveitamento das vocações artísticas ou técnicas de que foram sistematicamente excluídos os valores Negros pela política estrangeirista ou semiestrangeirista que marcou o ominoso domínio do P.R.P.[42]

Desde sua fundação, previa-se a possibilidade de convertêla num mecanismo de influência política, a ser manipulado autonomamente pelo "negro". É o que se infere, pelo menos, do artigo 4º de seus estatutos: "Como força política organizada, a FRENTE NEGRA BRASILEIRA, para mais perfeitamente alcançar os seus fins sociais, pleiteará, dentro da ordem legal instituída no Brasil, os cargos eletivos de representação da Gente Negra Brasileira, efetivando a sua ação políticosocial em sentido rigorosamente brasileiro".

Dentro em pouco, os objetivos foram formalizados com muita clareza; é o que se observa com o programa em que se sistematiza, em 1936, as "finalidades e obras realizadas" pela Frente Negra. Nele, especificase como suas "*finalidades* congregar, educar e orientar".[43] Eis como esses objetivos são fundamentados e enunciados no referido programa:

> *Congregação* – A própria natureza do cativeiro matou no homem negro as tendências naturais e individuais ao agrupamento, e dentro da senzala o escopo do senhor e seus prepostos era evitar essa união por meio de delações e incompatibilidades pessoais.
> Essas deformações associativas, agravadas pelas regiões originárias dos escravos, ainda num estado pouco desenvolvido de civilização europeizante, contribuíam para a formação de várias correntes dentro da raça e existência de certa incompreensão do problema geral da gente negra.
> Libertado repentinamente, sem um conhecimento objetivo da vida, o negro nem teve tempo de conseguir um elemento intelectual que o pusesse ao par da realidade, uma vez que a sua subsistência, bem como a de sua família, que já ia existindo de fato e de direito, exigia ou lhe tomava todo o tempo para a labuta física, cujos frutos deveriam ser imediatos.
> Com o decorrer dos tempos essa desagregação mais se arraigou no ânimo do negro, envenenado pelas maquinações diabólicas de interesseiros em tal estado caótico, e chegamos aos tempos modernos que exigem de todas as correntes, raciais, econômicas ou filosóficas, uma completa harmonia de ação para a defesa de interesses vitais da existência. Assim, a Frente Negra está congregando todos os homens da raça, qualquer que seja a sua condição, e tem desfeito essa visão errônea do panorama da vida, que dominava as várias correntes então existentes. [...] *Educar* – O Brasil, de si, já é, na expressão dolorosa mas justa da estatística, um país de analfabetos. E dentre estes, infelizmente, o negro ocupa grande percentagem. Certamente que não lhe cabe culpa dessa situação. A geração que gemia na senzala, embriagada com a irônica liberdade com que lhe acenavam, atirouse ao gozo das prerrogativas de sua libertação, sem capacidade para compreender a dura realidade da vida. Deramlhe a liberdade moral e intelectual. Sem capacidade para pensar e agir, como poderia o negro transmitir aos seus filhos uma orientação mais firme e produtiva, numa seqüência progressiva?
> Eis aí um problema complicado e quase insolúvel que a nova geração veio encontrar, entravando a vida. Procurouse resolvêlo sob o prisma individual, mas, evidentemente, o resultado não podia ser positivo, por isso que a situação econômica do negro, considerada no seu aspecto geral, é má.
> Individualmente, a solução do problema se tornava morosa e deveria, fatalmente, darse um congestionamento da questão.
> Devemos ainda considerar que todo o negro, à proporção que se ia alfabetizando, minado por terrível insinuação preconceituosa, ia se afastando dos outros negros. E tão forte é esse aspecto, que chegou aos nossos dias.
> O escopo de nossa organização é cuidar da educação coletiva, quer entre adultos, em vários graus e aspectos, como, e principalmente, entre as crianças, desde o curso primário até as noções necessárias ao alto padrão de conhecimentos para as lutas quotidianas do trabalho. [...] *Orientar* – Embora o negro se ressinta de melhores noções de instrução e educação, vem ele, individualmente, sentindo a necessidade de se orientar por um prisma mais real e objetivo da vida, que lhe possa trazer melhores dias. É uma informação leviana, se não

> maldosa, dizerse que no Brasil não há preconceito de cor. Já o inscrevemos em nossos estandartes: “O preconceito de cor no Brasil só nós, os negros, poderemos sentir”.
> Porque a luta que se move ao negro é traiçoeira e disfarçada; não é feita como, especificadamente, nos Estados Unidos, onde a mentalidade material impôs: “O homem vale aquilo que ele seja capaz de fazer”. Não é a luta aberta dos valores. Ao contrário, prometemlhe muito, mas nada lhe dão.
> E a mentalidade reinante é a de fazer do negro, sempre, um elemento servil, negandolhe todos os direitos que, ironicamente, a lei lhe concede. Emotivo por excelência, confiado apenas nos impulsos do seu generoso coração, o negro vem para as lutas da vida de alma aberta, sem perceber que aquele que o abraça agora é o mesmo que, ali adiante, irá intrigálo para que não lhe dêem lugares de destaque que as suas capacidades técnicas, morais e intelectuais exigem.
> Vem sofrendo o negro essa maldosa infiltração e maquiavélica insinuação; e onde quer que ele esteja, apenas o vêem como negro e sob indisfarçável ponta de ironia, como se a cor da epiderme pudesse influir na capacidade intelectual!
> Enquanto isso, o negro, que gemeu quatro séculos sob duro e intenso cativeiro, que formou, sozinho, as riquezas pública e particular do Brasil; que desbravou os nossos sertões formando as tropas das vanguardas das “bandeiras”; que cultivou o solo, plantando esses oceanos verdes de cafezais; que palmilhou os nossos rios em busca do ouro e das esmeraldas para os seus senhores; e que, um dia, partiu de armas aos ombros para a defesa de uma terra em que o tinham escravo; que, enfim, por intermédio da “Mãe Preta”, amamentou os filhos dos senhores, em prejuízo da alimentação do próprio filho, o negro continua por aí, atirado à margem da vida, arredado do lugar que lhe pertence e que, por ironia da sorte, dão a outros, até a forasteiros do pior quilate, alijados de toda parte da terra, como indesejáveis!
> Eis por que, também, o nosso escopo é orientar. Orientar para reconquistar um lugar que é seu, mas não lhe deram. Orientar para que, como outros elementos raciais, ele possa ter uma vida mais produtiva e compensada, mais ritmada com os benefícios que o trabalho produz. Orientar para que ele possa gozar da mais ampla regalia que a lei lhe concede.[44]

Cristalizara-se, em pouco tempo, toda uma filosofia da ação, que concentrava as reivindicações em torno de objetivos simples, claros mas essenciais. Bem examinados, eles indicam que se queria, na verdade, uma única coisa: substituir os critérios tradicionalistas de absorção individual, lenta e descontínua do “negro”, por critérios alternativos, congruentes com a ordem social da sociedade aberta, competitiva e democrática. Em suma, por critérios que promovessem a assimilação e a ascensão do “negro” em escala grupal, de modo rápido e ininterrupto.

É preciso notar que se estabeleceu notável congruência entre a formalização desses objetivos e as maneiras de colocálos em prática. Malgrado as limitações insuperáveis, nascidas da pobreza da “população de cor” e das dificuldades de coletar fundos, a Frente Negra Brasileira se empenhou ardorosamente na consecução de seus fins. Por isso, ela

correspondeu, de fato, às principais expectativas que “estavam no ar” e contribuiu poderosamente para criar o clima moral que iria produzir o surgimento do “novo negro”. Sob esses aspectos, ela foi antes a expressão de tendências profundas, que se agitavam no “meio negro” e exigiam transformações substanciais, a longo termo, do comportamento, da personalidade e do estilo de vida da “gente negra”. Em outras palavras, serviu como ponto de referência das primeiras formas de objetivação social daquelas tendências, num momento em que o “negro” ainda não podia equacionálas de modo mais ordenado, sereno e consentâneo com as possibilidades da situação de contato. O fato é que a Frente Negra Brasileira pôs a “população de cor” de São Paulo diante das alternativas de comportamento e de opções coletivas representadas por aquelas tendências, abrindo novas sendas à influência ideológica dos movimentos reivindicatórios e provocando avanços que não se fariam a não ser sob a pressão emocional ou moral da própria ação reivindicatória.

Uma breve sondagem pode comprovar essas interpretações. No período de 1927 a 1931 fizerase muita coisa. A agitação larval se transformara, rapidamente, em inquietação social e esta se traduziu, de diversos modos, em atuação inconformista ordenada. Atrás de idéiaschave, que condensavam os objetivos reais e de alcance dinâmico (como a de “recuperação do negro”, de “união da raça” e de “aproximação com o branco em bases de igualdade completa”), procediase ao solapamento da dominação racial tradicionalista, através do combate a manifestações concretas do “preconceito de cor” e da congregação do “negro” na realização das atividades próprias (como o culto à “Mãe Negra”, a criação de associações culturais e da imprensa negra etc.). Com a fundação da Frente Negra Brasileira, as atividades dessa natureza ganharam outro alento. Não só podiam ser disciplinadas e intensificadas, como, pelo poder resultante da solidariedade da massa, podiam ser diversificadas e estendidas revolucionariamente. Tais atividades encontravam uma fonte de organização, altamente empenhada em lhes dar continuidade e eficácia. Como que se inseriam na rotina da acomodação do “negro” ao mundo construído pelo “branco”. Em conseqüência, ela teria de coordenar as diferentes motivações ideológicas existentes no “meio negro”, condensálas em fórmulas práticas e, ao mesmo tempo, conduzilas ao terreno da efetivação ou da concretização.

O que importa salientar é que se montou uma estratégia por assim dizer brusca, direta e tosca, que o grosso da massa podia entender e acompanhar. Não se pôs de lado os “grandes objetivos”, cuja realização dependia da alteração da estrutura da sociedade inclusiva. Eles continuaram a ser explorados, pelo menos no nível da verbalização e da idealização. O propósito de fazer do “negro” o “bom cidadão”, o “honesto homem”, a personalidade respeitável e válida do mundo burguês jamais deixou de ser perseguido. O mesmo se podia dizer de outros ideais mais ou menos complexos. A sua atualização constante mantinha acesa a ira sagrada e revitalizava o clamor pela justiça social, que o “negro” exigia e esperava. Portanto, as fórmulas pertinentes ao “alevantamento econômico, social e moral do negro” não eram negligenciadas. Ao contrário, alimentavamnas com discursos apaixonados e com escritos virulentos, cujo alvo era um só: insuflar no “negro” a consciência dos objetivos dos movimentos reivindicatórios e desenvolver seu apego emocional ou racional às idéiaschave que lhes davam consistência ideológica. Mas tudo isso se fazia para forjar um mínimo de uniformidade e de consenso quanto aos objetivos conscientes dos movimentos reivindicatórios. Compreendia-se que a duração desses movimentos e seus resultados últimos dependiam, extensa e profundamente, dessa condição, que impunham a clarificação do horizonte intelectual da massa e sua homogeneização, por meio do debate e do esclarecimento das questões básicas (em que medida a justiça social reclamada implicava em aceitar a ordem social existente, mas repudiandose os ajustamentos raciais ao velho estilo; o que significava reeducar o “negro” para agir como “pessoa”, com toda autonomia e em pleno gozo de seus direitos e deveres de “cidadão”; em que medida a democratização das relações e acomodações raciais constituía um imperativo do novo regime jurídicopolítico e precisava ser instigada pelo próprio “negro”; o que vinha a ser “solidariedade com o branco” em uma ordem racialmente igualitária e democrática etc.).

Contudo, fugiase deliberadamente a qualquer “academismo” ou “intelectualismo”. Não se pretendia que o “negro” primeiro compreendesse esses objetivos centrais e depois agisse. Mas, ao inverso, fomentavase a ação como etapa inicial, deixando que, ao longo dela ou depois dela, os aderentes entendessem, como pudessem, o verdadeiro sentido daqueles objetivos centrais. Daí o fato capital: o ativismo constituía o nexo efetivo

entre a liderança e a massa, bem como entre a propaganda, a formação de uma ideologia comum e a transformação dos líderes ou dos aderentes.

Isso demonstra que a Frente Negra Brasileira operou, realisticamente, dentro de uma faixa estreita. Esse foi o preço de uma atuação eficaz, o qual não impedia a esperança de uma alteração radical da estratégia seguida, quando o próprio "negro" tivesse *chance* de pôr em prática comportamentos políticos de maior envergadura. No interregno, a "ação" convergia para fins imediatistas e praticáveis coletivamente. Cinco pontos merecem, aqui, consideração especial. Primeiro, inspirandose nas diretrizes anteriores, vindas principalmente do grupo do *Clarim da Alvorada*, insistia na absorção dos modelos de organização do comportamento, da personalidade e dos grupos sociais existentes na sociedade inclusiva. Mas, orientando as exigências numa direção puramente imediatista: seja na doutrinação das pessoas sobre as vantagens de manter vida familial organizada, de prestar amparo aos filhos e à mulher etc.; seja estimulando a ambição pelo emprego estável, a aquisição de terrenos, a construção da casa própria etc. No fundo, nesse campo as investidas eram diretas. A crítica à situação presente passava para plano secundário e subsidiário. O que tinha importância real consistia na impulsão para absorver os padrões de vida dos "brancos" e, através deles, redefinir a posição do "negro" na estrutura social e as imagens negativas, que circulavam a seu respeito.

Segundo, a Frente Negra Brasileira se empenhava, tenazmente, em modificar o padrão de acomodação e de reação societária do "negro". De um lado, fomentava o repúdio ostensivo e até irritado às expectativas de capitulação passiva. De outro, incentivava comportamentos conscientemente "exigentes": ter ou obter "consideração condigna"; e fazer as coisas com "o máximo de perfeição". Se a patroa agisse "com desconsideração", as empregadas eram preparadas para "repelir os insultos". Daí resultavam fricções e conflitos, que não ocorriam, pelo menos na mesma escala, anteriormente. As empregadas diziam: "Agora nóis já tem quem nos defende. Nóis tem a Frente Negra, quem cuide dos nosso interesse"... etc. O resultado é que muitas patroas passavam a evitar as "negras frentenegrinas". Em compensação, outras lhes davam preferência, pois "sabiam que podiam confiar nelas, que eram gente direita". Coisas análogas sucediam em outros níveis ocupacionais e em outras esferas da vida. Não se preparava o "negro" para aguardar,

pacientemente, que soasse a Segunda Abolição. Porém, para realizála com as próprias mãos, se preciso por métodos violentos.

Terceiro, a Frente Negra Brasileira aderiu a uma política decidida em face das manifestações e das conseqüências do "preconceito de cor". Sempre prevaleceu certa ambivalência, no "meio negro", quanto a essa matéria. Quanto mais identificado com a situação de interesses e com os valores da "raça dominante", mais o "preto" ou o "mulato" se sentiam confusos e propensos a admitir que "no Brasil não existe esse problema". A doutrinação da Frente Negra combatia essas reações ambíguas, desmascarando-as mediante a explicação dos interesses, das concessões ou das confusões que ficavam por trás delas. E, principalmente, inculcava um ânimo beligerante em seus seguidores, levantando-os contra os "brancos" que tivessem "preconceitos de cor" e animando-os a lutar com bravura pela correção das "injustiças" recebidas.

> No tempo em que nós militávamos na Frente Negra Brasileira sempre vieram estas questões à tona. Quando da nossa peregrinação pelo interior, por motivos de serviço, encontrávamos casos assim de preconceito. Formado o grupo na cidade [o núcleo da FNB], a ordem era quebrar os tabus. Em várias cidades havia este costume. Os negros perambulavam pelo jardim [enquanto os brancos faziam o *footing*]. Então um dizia: estão no jardim. E quando nós fazíamos isso, quebravase e acabavase [aquele costume] [...] Houve [...] uma coqueluche de patinação. Os negros, graças à flexibilidade do corpo, talvez porque são mesmo do samba, tomaramse logo os maiores patinadores. Então começou a prevenção. Os negros não podiam entrar no ringue. Nunca permitiram que o negro entrasse. A Frente Negra deu o alarme. Comunicou aos jornais. Não tomaram providências. Ordem da Frente Negra: Vão, patinem com cuidado; entrem com respeito. Não estraguem nada e patinem. Os negros foram e ninguém quebrou nada [...] É aquele mesmo fato de sempre. Onde a Frente Negra entra, acaba com isso. Até parece que os brancos acharam bom. Porque afinal não havia razão. Há também alguns casos diferentes, em que os negros é que pensam que não podem entrar, que o lugar deles é fora. Se quiserem entrar entrem, entrarão também...[45]

Punhase, pois, em primeiro plano o esforço de compelir o "negro" "a ter coragem", tanto de "viver entre os brancos" quanto a enfrentálos com decisão.

Quarto, a Frente Negra Brasileira também procurava preparar o "negro", subjetiva e materialmente, para suportar as tensões e os conflitos que porventura resultassem dos ajustamentos recomendados. Os dados expostos evidenciam bem a natureza. da orientação adotada. O dr. Arlindo Veiga dos Santos nos explicou que a situação existente era conseqüência da falta de

preparo no “negro” para se integrar na coletividade. Por isso, “a estratégia da Frente Negra era reunir os negros para preparálos, para quebrar o seu medo e a sua covardia diante do branco, para lhe dar coragem e ousadia na competição econômica ou na defesa de seus direitos”. Contudo, não aceitavam concessões compensadas pela exclusão. Semelhante alternativa introduziria no Brasil uma segregação sistemática, ardorosamente combatida pela Frente Negra. O mesmo informante relatou uma experiência concreta. Enquanto presidente da Frente Negra, fora procurado por um padre amigo, que pretendia seu apoio para fundar um círculo mariano “só para pretos”. Recebeu a seguinte resposta: “Não conte com a Frente Negra para isso! A nossa palavra de ordem é para que os negros tomem, em toda parte, uma posição. Isso seria separar. E nós separamos para unir. Os pretinhos têm que ficar é nas irmandades comuns, junto com os brancos. Aí que é o lugar deles!”. Os exemplos sublinham que se apelava para o conflito como recurso para atingir um nível de acomodação que permitisse alcançar igualdade econômica, social e política diante do “branco”.

Quinto, prevalecia um claro entendimento de que o “negro”, por si mesmo, jamais alteraria o modo de ser e a natureza do “branco”. Por conseguinte, a Frente Negra Brasileira se propunha à reeducação do “branco” só numa esfera limitada: de suas disposições de acomodação em face do “negro”. A longo termo, aguardava que novas formas de convivência contribuíssem para alargar os espíritos, evidenciando a irracionalidade do “preconceito de cor”. Porém, nunca tomou uma posição dogmática e utópica diante desse dilema social. Assim, limitavase a disseminar a consciência de que ele “existia” e “emparedava” o “negro” na sociedade; e a propagar mecanismos societários de reação ativa contra suas manifestações e conseqüências funestas à “gente negra”. Nunca se impôs a aspiração de extirpálo para sempre. Esse é um ponto deveras importante. Agindo dessa maneira, não só circunscrevia as tensões e os conflitos com os “brancos” a situações concretas. Como não podia ser acusada de preparar algo parecido com uma sedição da “raça negra”. As técnicas de manipulação da violência que propagava achavam justificação moral nos fatos mesmos que combatiam. A sociedade inclusiva tinha de tolerálas e de admitir que o “negro” buscava, por meio delas, defender direitos legítimos. Doutro lado, esse procedimento concedia pequena vantagem estratégica ao “negro”. As tensões e os conflitos que fossem provocados por causa de

casos concretos de “preconceito de cor” podiam ser resolvidos independentemente de qualquer alteração mais profunda da personalidade do “branco” ou da ordem social. Bastava que se atendessem as reivindicações, dispensando tratamento “condigno” e “respeitável” ao indivíduo ou concedendolhe certa garantia a que tivesse direito socialmente, para deixarem de existir motivos para as dissensões. Como não queriam modificar a ordem social, também não viam por que se interessar pela transformação do “branco” além dos limites envolvidos pela aceitação igualitária. A julgar pelos depoimentos coligidos, até encaravam essa questão como secundária. O que vinha em primeiro lugar era a correção da “injustiça social” de que o “negro” se erigia em “vítima” e a conquista de uma situação socioeconômica que regulasse sua integração normal à ordem social existente. No mais, muitos pensavam que o “preconceito de cor” constituía “uma miséria humana” e não estavam certos de que ele desaparecesse com a conquista da igualdade econômica, social e política perante os “brancos”. Os mais sensíveis se atormentavam com isso. A maioria se importava, apenas, com os problemas práticos relacionados ao “levantamento econômico, social e cultural da gente negra”, no que era literalmente correspondida pela Frente Negra Brasileira. Esta não só teve sensibilidade para apanhar essa complexa disposição psicossocial. Colocou-a em prática onde e como pôde, nas diferentes tentativas de oposição organizada às manifestações do “preconceito de cor”.

Esses dados sugerem, claramente, quão amplas e construtivas foram as funções da Frente Negra Brasileira na conformação de uma ideologia e na organização ou na orientação do “protesto coletivo” do negro e do mulato. Ela precipitou atitudes e comportamentos que, de outro modo, não eclodiriam na cena histórica. Contribuiu especificamente para modificar o padrão de reação do “negro” aos mecanismos existentes de ordenação social das relações raciais. Por fim, construiu uma estratégia direta de combate confinado ao “preconceito de cor”, que permitia lançar mão da violência disciplinada sem maiores riscos, convertendo o conflito em arma criadora, como instrumento da integração social.

Isso não significa que a Frente Negra Brasileira fosse uma organização “perfeita”. Ela pagou um preço caro à inexperiência política e a outras influências adversas, do “meio negro” ou da sociedade inclusiva.

> Perseguida por uns, que não conheciam as suas altas, salutares e benéficas finalidades, combatida por outros que a observavam com olhos mal disfarçados do despeito e da ira e, finalmente, guerreada pelos que propagavam o preconceito desumano e mesquinho, a Frente Negra Brasileira prosseguiu impávida no seu trabalho de arregimentação, desfraldando aos quatro ventos a sua bandeira racial e de brasilidade, trombeteando o seu clarim de reunir, cujo eco ressoou pelos mais inóspitos rincões do país.[46]

Na verdade, os fatores aí apontados, somados a deficiências de organização interna e ao advento do Estado Novo, deitaramna por terra, para jamais se reerguer. Não nos interessa examinar todos os aspectos desse triste desfecho. Contudo, precisamos enumerar pelo menos alguns pontos essenciais, para que se entenda quanto é difícil para o "negro" responder ao drama em que vive através de movimentos coletivos de protesto, de reivindicação e de luta.

As primeiras divergências surgiram em função das técnicas autoritárias de organização do poder, adotadas pelos primeiros líderes principais da Frente Negra Brasileira.

> Ao se fundar a Frente Negra, em meados de [19]31, São Paulo via o entusiasmo com que a colônia italiana abraçava as novas idéias políticas surgidas na Itália com o advento do fascismo. As reuniões em organizações dessa colônia eram presididas por pessoas de camisa negra, fazendose, aí, a saudação fascista; nos círculos de trabalhadores já se falava muito em Dopolavoro. Os alemães, de seu lado, entusiasmavamse com a subida de Hitler ao poder. Apareciam, aqui, os primeiros pruridos da ação integralista, semelhante em muitos pontos ao movimento patrianovista, dirigido pelo dr. Arlindo Veiga dos Santos. [...] Por este motivo, a escolha do dr. Arlindo Veiga dos Santos para a presidência da Frente Negra foi aceita com restrições por vários negros, inclusive pelo grupo que se formara em torno do *Clarim da Alvorada*. Logo na elaboração dos estatutos, os quais deram à organização um caráter nitidamente fascista, surgiram as primeiras divergências, afastandose nessa ocasião alguns elementos (entre os quais Alberto Orlando). A identificação da orientação da Frente com os ideais direitistas fica bem evidenciada através do fato – ocorrido mais tarde, quando da realização do Primeiro Congresso da Ação Integralista – de haver o dr. Arlindo Veiga dos Santos feito um discurso no qual hipotecava a solidariedade da Frente e seus 200.000 negros. O grupo do *Clarim*, percebendo desde já a intenção dos irmãos Veiga dos Santos de fazer dos demais elementos simples caudatários de seus ideais, assumiu uma atitude vigilante e independente em relação aos acontecimentos. Apareceram nesse momento os primeiros sintomas de divergência logo depois manifestada entre a direção da Frente Negra e o grupo do *Clarim*.[47]

O próprio êxito inicial deixou a direção desorientada e compeliu-a a se apegar às técnicas autoritárias de arregimentação. O grupo dirigente se

tornou impermeável à comunicação com os demais, aparecendo novas fricções desalentadoras.

> Na primeira reunião da Frente Negra, realizada nos salões das Classes Laboriosas, que ficaram totalmente lotados, o grupo do *Clarim* teve o primeiro choque com a direção da Frente. Um dos componentes do referido grupo apresentou, do meio da assistência, uma sugestão concernente a algumas das diretrizes que deveriam nortear a luta em prol da causa específica do alevantamento social, econômico e cultural dos negros. O dr. Arlindo Veiga dos Santos, na presidência dos trabalhos, não aceitou a sugestão.[48]

Esses entendimentos suscitaram a formação de facções e, mais tarde, o abandono da Frente Negra Brasileira pelo grupo do *Clarim da Alvorada.* Iniciamse, então, conflitos intestinos no "meio negro".

> Uma vez definidas as posições opostas, da Frente Negra e do grupo do *Clarim*, começou uma luta surda entre eles. Na Frente diziase que o grupo do *Clarim*, e outros considerados inimigos, eram os Judas da Raça. Acusavase o grupo do *Clarim* de ser sem ação, de nunca ter feito nada pelos negros, de só saber falar e criticar. [Diziam:] "os nossos seguidores não precisam de intelectuais; precisamos de mais ação e menos palavras". Por seu lado, o grupo do *Clarim* continuava a fazer críticas, pelo jornal, à orientação seguida pela direção da Frente.[49]

Os ânimos chegaram a se exaltar de tal maneira, que se chegou a depredar o interior da casa onde funcionava aquele jornal.

> Depois desse fato chocante, houve um momento de confusão e de comentários desencontrados, a seu respeito, no meio negro. Notavase um gesto de reprovação, e ouviam-se alguns protestos velados, através de expressões como estas: "Heroísmo de Caim"; "Será o inimigo do negro, o próprio negro?"; e, pilheriando, alguém dizia: "Não vou na Frente, fico, atrás".[50]

Finalmente, depois da revolução de 1932, quando a Frente Negra Brasileira já era dirigida por outra equipe, na qual se distinguiram Justiniano Costa, Francisco Lucrécio e Raul Joviano do Amaral, surgiu a idéia de registrála como partido político. A idéia vingou, mas o resultado final foi melancólico. Com o advento do Estado Novo, em 1937, ela teve as suas atividades encerradas. Sob o nome de União Negra Brasileira, o dr. Raul Joviano do Amaral tentou resguardála e darlhe continuidade.[51] Contudo, os esforços foram baldados. Nunca mais se conseguiu suscitar no "meio negro" paulistano uma organização de tais proporções.

Evocamos alguns acontecimentos penosos, apenas os essenciais, para projetar alguma luz sobre a natureza das dificuldades que entravaram, internamente, a evolução normal da Frente Negra Brasileira. Três são os temas gerais, que precisamos situar, tendo em vista os dados expostos. Primeiro, o aparecimento de divergências insuperáveis sobre questões essenciais. As divergências são atribuíveis, aparentemente, à labilidade da situação do negro e do mulato na sociedade inclusiva. A variedade de interesses, de concepções e de experiências, nascida das diversas formas possíveis de acomodação racial, tornava impraticável a objetivação de "uma" política racial aceitável por todos. Doutro lado, o "meio negro" não dispunha de mecanismos próprios de compulsão e de controle. Em conseqüência, as divergências eclodiram e se propagaram até o ponto de arruinarem os melhores projetos e as tentativas mais ousadas de "união da raça".

Segundo, o processo de seleção dos líderes ocasionou desajustamentos graves. Os líderes não saíram do peneiramento espontâneo e prolongado no seio da massa de militantes. Foram recrutados entre os "notáveis", ou seja, entre pessoas que possuíam renome e prestígio suficientes para atrair seguidores. Como esse mecanismo não encontrava compensação no grau de politização e na capacidade de autodefesa ou de pressão moral da massa, o resultado foi que os líderes exerceram as funções de liderança com autonomia elástica, chegando a empalmar, inclusive, uma soma de autoridade potencialmente perigosa para o equilíbrio de sua atuação e de suas relações com a massa ou com as organizações. Terceiro, o processo de formação das facções apresenta anomalias notórias. Mesmo na ausência de mecanismos exteriores de conciliação das divergências, a devoção a uma "causa sagrada" ou a simples consciência de interesses comuns muito fortes deveriam impedir que o fracionamento evoluísse até uma luta suicida. As pessoas e os grupos envolvidos naquelas pugnas são conhecidos por sua dedicação exemplar à "causa" do negro e do mulato. Então, por que as coisas foram tão longe? Parece que à inexperiência política se somou uma condição fortuita mas crucial: pela primeira vez se concretizava, no "meio negro", a possibilidade de competir por prestígio e por poder na arena política. A partir de certo momento as divergências traduziam interesses e motivações que eram tão fortes (ou mais fortes ainda), para as pessoas e grupos nelas empenhados, que a "causa comum".

Levando-se em conta os ensinamentos que resultam dessas três constelações de fatores, é fácil concluir que a Frente Negra Brasileira já nascera condenada ao malogro. Ela deu uma prova magnífica de capacidade organizatória e de pugna viril do negro e do mulato. Todavia, também patenteou, ao mesmo tempo, que ainda era cedo para irse muito longe na marcha contra a corrente. Ficou em nossos fastos políticos como uma espécie de marco histórico da primeira demonstração de rebeldia e de força da "gente negra". Um teste que serviu para o melhor conhecimento dos meios e dos fins que o "negro" terá de mobilizar se quiser alterar, abruptamente, a ordem racial imperante.

A terceira questão,[52] que nos propusemos debater, diz respeito aos obstáculos históricos-sociais, inerentes à organização da sociedade inclusiva e à situação do "meio negro", que interferiram na expansão dos movimentos reivindicatórios. A descontinuidade, as inconsistências e o malogro desses movimentos, quanto a seus alvos centrais, não podem nem devem ser encarados em termos de atributos psicológicos diferenciais do "negro". Houve quem aventasse sua "incapacidade" de construir socialmente seu próprio destino. Mas essa suposição é falaciosa. As razões que explicam o limitado rendimento obtido por aqueles movimentos, sua descontinuidade e insuficiências são de natureza especificamente social. Uma coisa é querer atingir certos fins; outra, bem diversa, é concretizálos socialmente. O "negro" tentou e ousou; não é pelo ângulo *pessoal* (ou psicobiológico), portanto, que temos de atacar o assunto. Partindo dessa premissa, procuramos descobrir na "organização do meio social interno" (como diria Durkheim) – nos níveis da sociedade inclusiva e da situação de existência da "população de cor" – os fatores realmente explicativos. Na exposição subseqüente, os resultados da sondagem efetuada foram agrupados tomando-se cada um desses níveis como ponto de referência.

Quanto à sociedade inclusiva, a maior parte dos influxos negativos provinha da falta de sincronização entre a ordem social e a ordem racial. Os processos de mudança social, que operavam na diferenciação e na integração da estrutura social global, quase não repercutiam no padrão de ordenação societária das relações raciais.[53] Por isso, enquanto a ordem social se alterava rapidamente, a ordem racial se convertia numa esfera em que prevalecia a demora sociocultural. Essa conjuntura histórica precisa ser bem compreendida para se entender o grau de alheamento e mesmo

hostilidade com que os vários círculos da "população branca" acompanharam as tentativas de democratização das relações raciais, levadas a cabo pelos segmentos inconformistas da "população de cor". Se as tendências à constituição da ordem social competitiva tivessem abrangido, em bloco, esta população, ela teria pelo menos se proletarizado grupalmente, o que envolveria um mínimo de integração, em escala coletiva, e teria neutralizado a maior parte das insatisfações, que serviam de base aos movimentos reivindicatórios da "gente negra". À luz dessas razões, precisamos fazer algumas distinções fundamentais. A sociedade inclusiva por assim dizer vitimou os movimentos reivindicatórios dos "negros". Mas não o fez graças a alguma resistência consciente, organizada e obstinada do "branco". Tudo se deu pelo peso da inércia. Os processos sociais renovadores não incluíam em seu bojo os principais fatores raciais da vida social; os processos "arcaicos", que mantinham o passado no presente, abrangiam esses fatores e produziam, ainda que de modo intermitente, efeitos estabilizadores ou regressivos. O "branco" não se levantou contra o "negro" nem se opôs, abertamente, a seus movimentos reivindicatórios. O resultado final, porém, é quase o mesmo. Para que eles lograssem êxito real, seria necessário que os "brancos" compartilhassem, ativa e empenhadamente, dos propósitos de universalizar, indistintamente, os proventos econômicos, sociais e políticos da democratização do estilo de vida.

À luz dessa compreensão dos fatos ocorridos, a esfera dinâmica da sociedade inclusiva só entra em causa indiretamente, como uma condição potencial que não chegou a se tornar eficiente – ou, melhor, operativa. Houve, aí, total ausência de receptividade, que condenou os movimentos reivindicatórios a ficarem confinados aos "negros" inconformistas. O impacto transformador foi, assim, neutralizado, estabelecendose com nitidez o padrão histórico-social que vai regular, na sociedade de classes, o controle e a racionalização progressivos das inconsistências raciais herdadas do passado. Elas serão absorvidas lentamente, à medida que o "negro" tiver elementos para se inserir, individualmente, na ordem social competitiva. Por enquanto, parece que não existem limitações quanto ao número de indivíduos que poderão fazer isso. É possível que (em circunstâncias hipotéticas), se um grande número de "negros" tivesse condições para realizar essa transição, a absorção se daria normalmente. O

que fica patente é que se substituiu a técnica tradicionalista de assimilação do “negro”, que promovia a acefalização da “população de cor” em conexão com a infiltração individualista, por outra técnica social, que converte o “indivíduo de cor” em unidade dos processos de socialização e de integração, embora ela não seja igualmente restritiva.

O alcance dentro do qual essa técnica poderá ser manipulada pelo “negro” depende, nas condições consideradas, totalmente do poder econômico, social e político da “população de cor”. Se ele for “nulo” ou “baixo”, as oportunidades de mobilidade vertical serão restritas; se ele se tornar “considerável” ou “alto”, as mesmas oportunidades poderão assumir certas proporções e, teoricamente, até abarcar a totalidade dos “indivíduos de cor” potencialmente assimiláveis. O lado grave da questão é que essa mudança de padrões de absorção do “negro” quase não pode ser explorada pelo grosso da “população de cor” e tem o inconveniente de impedir qualquer surto criador de solidariedade racial. Como existe a consciência de que a sociedade é potencialmente “aberta”, tendese a encarar os problemas que surgem nessa área como de interesse exclusivo do “negro”. O tremendo esforço de auto-afirmação, de reeducação e de propaganda, desenvolvido pelos movimentos reivindicatórios, esbarrou, portanto, numa barreira de aço intransponível, gerada pela indiferença do “branco” e pelas próprias tendências dinâmicas de reintegração da ordem social da sociedade inclusiva.

Enquanto essas tendências produziam a falta de comunicação, de simpatia e de colaboração do “branco”, as influências puramente conservantistas desencadeavam incompreensões, temores e intransigências embaraçantes. O padrão tradicionalista de dominação racial não era suficientemente plástico para permitir qualquer espécie de tolerância diante da transformação da “população de cor” numa minoria racial integrada. Acostumados, pela escravidão, a ver como uma necessidade irremediável a destruição sistemática e a pulverização implacável dos mecanismos de solidariedade entre os “pretos”, os círculos dirigentes da “população branca” desaprovavam francamente os objetivos e a forma assumida pelos movimentos reivindicatórios. O fulcro emocional da reação desses círculos é bem conhecido. Ele repousava na convicção de que “não existe o preconceito de cor no Brasil”. A arregimentação dos “pretos” e suas reivindicações virulentas expunham a sociedade brasileira ao “perigo dos

ódios e das lutas raciais", fomentados pelo "preconceito do preto" e não do "branco".

Tais motivações, nascidas de uma *consci*ênc*ia falsa* da situação de contato racial, dão origem a todo um elenco de atitudes e de comportamentos que tolhia qualquer possibilidade de diálogo ou de entendimento mútuo. Primeiro, as pessoas se dispunham a usar a influência ou a autoridade que tivessem para demover os que pudessem da realização desses intentos. Os líderes e os militantes ativos dos movimentos reivindicatórios apontam essa causa como uma das principais fontes da perda de adesões. Segundo, punham em prática uma sorte de política de congelamento, que confinava a comunicação dos fins e valores dos movimentos aos meios de que dispunha a própria "população de cor". "É sugestivo, nesse sentido, o seguinte fato: um dos responsáveis pela Frente (lsaltino Veiga dos Santos) quis dar uma entrevista violenta contra os brancos, em um dos jornais da capital, mas o redator objetou, argumentando que ele ia atacar a brancos em um jornal de brancos."[54] Aliás, nem era preciso que se chegasse a esse extremo. Já mencionamos o caso do cronista que, em 1926, encetou uma campanha contra medidas discriminativas, postas em prática por um clube esportivo da capital. O número de cartas, enviadas à redação do jornal, obrigou-o a desistir da campanha. O silêncio podia ser quebrado, ocasionalmente, aqui ou ali; mas isso era insuficiente para esclarecer a população local a respeito dos fins construtivos dos movimentos reivindicatórios. O próprio "negro" precisava construir a sua imprensa, para ter um veículo de comunicação. O editorial do primeiro número de *A Voz da Raça* consignava:

> Este jornal aparece na hora em que precisamos tornar público, nos dias de hoje, de amanhã e de sempre, os interesses e a comunhão de idéias da raça, porque as outras folhas, aliás veteranas, por despeitos políticos, têm deixado de o fazer; porém isso não tem importância; diz o ditado que "a dor ensina a gemer!..." e si não fosse a dor este jornal não surgiria e nós continuaríamos marcando passo, e *sendo alvo da contínua atitude dos diários paulistas que, na surdina, vão pondo no cesto os originais que no presente momento o seuassunto vise a moral e a uni*ão *política do negro.*[55]

Terceiro, a desconfiança pontilhava as avaliações gerais. Alguém podia confiar na serenidade, na lucidez e no patriotismo deste ou daquele líder "preto". Contudo, isso não se traduzia em compreensão, simpatia ou

solidariedade para com a “sua” causa. A razão era simples: “Há também a considerar o medo das conseqüências de incentivar os negros à revolta, o qual, pela boca de um deles [os brancos], assim se expressa: “Se você assanhar todos esses negros, como é que isto vai ficar?”.[56] Achava-se que o “negro” devia encaminhar suas reivindicações aos partidos existentes, ignorandose que tais partidos eram, por natureza, indiferentes e omissos em relação às “causas” que animavam politicamente o “homem de cor”. No fundo, procuravase manter as antigas formas de tutelagem sobre a população negra e mulata. Esperavase do “negro” identificação ou conformidade perante a situação de interesses e os valores sociais da “raça dominante”. Como os movimentos reivindicatórios faziam uma rotação copernicana, nessa matéria, protestando lealdade à situação de interesse e aos valores sociais da “gente negra”, eles eram desencorajados, sabotados e proscritos.

Quanto ao “meio negro”, os influxos negativos se ligam visivelmente à dualidade apontada: os negros e os mulatos que preparavam, animavam e orientavam os movimentos de reivindicação e de protesto formavam a pequena fímbria de pessoas identificadas com a ordem social competitiva; o grosso, a grande maioria, ainda vivia sob a égide das concepções tradicionalistas, embora todos fossem mais ou menos propensos a aderir aos movimentos, por causa dos efeitos da miséria, do “preconceito de cor” ou da frustração psicossocial.

Em síntese, os contrastes, nesse sentido, eram ainda mais fortes que no seio da “população branca”, tanto em termos de números, quanto em termos de qualidade das motivações. Os que propendiam para a ordem social competitiva nem sempre tinham experiência com o que ela significava; tratava-se de uma aspiração, de uma escolha para organizar a vida futura. Os que estavam sob o jugo do tradicionalismo e de suas implicações sociodinâmicas também aspiravam a “melhorar de vida”, eram pelo “levantamento econômico, social e cultural do negro” e faziam uma opção análoga mas de modo confuso. Eles mais repeliam o presente, com seu tipo de integração à sociedade e de relações com o “branco”, do que elegiam um determinado destino. Associavamse ao “protesto negro”, às reivindicações em que ele se traduzia e aos anseios de assimilação social, em virtude da carga pesada que carregavam ou de humilhações e ressentimentos a que pretendiam pôr termo. Portanto, a massa dos movimentos compunhase de

gente que aceitava uma escolha feita por certa elite porque *não queria continuar como estava.*

Muitas dessas pessoas nem sabiam explicar por que não queriam mais que as coisas continuassem como estavam. Procuravam semelhante explicação nas idéias e nos motivos alegados pelos líderes. Acabavam, assim, fazendo uma opção grave e tomando posição – ou seja, querendo algo socialmente – na medida em que, Tão-somente, repeliam socialmente o seu destino. Por aqui se vê as debilidades que pairavam sobre a motivação, a continuidade e o vigor dos movimentos reivindicatórios. Apenas um pugilo de homens reunia uma experiência mais vasta, possuía adestramento prévio em posições e papéis sociais criados pela expansão da ordem social competitiva e sabia claramente quais eram as perspectivas dos movimentos no seio da sociedade inclusiva. Mesmo uma parcela considerável da elite e quase toda a massa estavam em condições precárias, a esse respeito, preparandose e dispondose a agir porque era necessário, pois as coisas "não podiam continuar daquele jeito".

Esse pano de fundo é o retrato da situação econômica, social e cultural da "população de cor". Ela se alterara muito, em relação ao passado remoto e à herança cultural rústica. Mas não tanto a ponto de possuir outra imagem do mundo e, de qualquer maneira, ao "progredir" não o fez de modo homogêneo. Uns foram bem longe – até muito longe, suportando confrontos mesmo com os urbanistas "brancos" de posições sociais análogas; outros, ficaram a meio caminho; a maior parte da massa apenas aspirava a esse presente como futuro para si, para seus filhos ou para seus netos. As contradições entre a ordem social competitiva e a ordem racial se faziam sentir de forma bem mais drástica e sufocante que no "meio branco". O passado custava mais, tolhia mais e dividia mais os homens, dificultando suas tentativas de construir um mundo melhor. Muitos (pelo que se sabe, o grosso dos aderentes) só levavam para os movimentos pobreza, ignorância e desespero. Precisavam, literalmente, de ser ajudados, de um guia para travar uma batalha decisiva com o destino. Não iam em busca de dinheiro, de auxílio material; porém, de orientação, de fórmulas para aprenderem a lutar com a adversidade. Ora, essa massa podia ser um ingrediente explosivo, se os movimentos fossem socialmente revolucionários. Como eles aceitavam a ordem social existente, parando suas reivindicações no limiar da repartição dos pães, e como eles não

encontravam eco dentro dessa mesma ordem – pois os “brancos” não se dispuseram nem a ouvir nem a entender as reivindicações e o “protesto negro” – não estavam em condições de aproveitar essa massa e de condu zila aos objetivos apregoados.

Os idealizadores dos movimentos reivindicatórios queriam sobrepujar o tempo e conseguir, a curto prazo, o que parecia que iria demorar séculos – aí estava seu ânimo construtivo: integrar o maior número no menor lapso de tempo possível. Entretanto, a própria dinâmica dos movimentos, esbatidos na situação histórico-social vigente (vista através das disposições dos “brancos” e das possibilidades dos “negros”), tornava essa ambição uma quimera. Eles representavam um passo para diante. Exerceriam enorme influência construtiva sobre a “população de cor”. Mas ficariam condenados a desempenhar um papel de entreato, pois não podiam ir além. Para que isso sucedesse, precisariam contar com outro arsenal ideológico, com condições para formar um número maior de dirigentes devotados e uma massa conscientemente reivindicativa, bem como com elementos para romper o muro do silêncio e da indiferença, que os expulsavam do fluir da história.

Contudo, bem ou mal, os movimentos reivindicativos respondiam aos influxos da parcela da “população de cor” que se integrava, estava se integrando ou desejava ardentemente se integrar à ordem social competitiva.

Para entender as fontes mais profundas de seu malogro teríamos de levar em conta como o “meio negro” reagiu a esses movimentos e, em particular, a seus fins inovadores. Os pioneiros daqueles movimentos, por idealismo puro, foram vítimas de uma ilusão que tem cegado a maioria dos reformadores sociais. Julgaram que bastava jogar a semente da razão, para ela medrar. Acontece que antes de se lançarem socialmente na luta por alguma “causa”, por mais importante ou vital que ela seja, os homens precisam estar socialmente convictos de que ela se impõe e deve ser tentada. Já se disse que “só vê algo socialmente quem quer algo socialmente”. A dificuldade aparecia nesse nível – de instilar esse “querer” e esse “ver” na compreensão do mundo e na capacidade de ação coletiva da nossa “população de cor”. O seu envolvimento no estilo moderno de vida contribuíra para desbastar o horizonte cultural do “homem médio de cor”; mas não o bastante para criar um 14 de julho do “negro brasileiro”.[57]

Para realizar semelhante façanha, o "negro" teria, antes, de assimilar técnicas sociais de cuja existência mal suspeitava. O fato é que, por viver num mundo criado pelo e para os "homens brancos", ele se defrontava com muitas forças sociais que não conhecia nem podia submeter a alguma espécie de controle social próprio. Se não era difícil absorver as categorias de pensamento que permitiam verbalizar essas forças sociais, o mesmo não ocorria no nível do comportamento social inteligente. Aí, o êxito passava a depender do domínio alcançado sobre as técnicas de organização do comportamento coletivo, correspondentes àquelas categorias de pensamento. A última palavra já não seria dada pelo homem e por sua vontade, mas por sua cultura. Ou seja, pelo homem como e enquanto portador de cultura, visto nos quadros históricos de seu querer e atuar sociais.

Encarando-se as ocorrências dessa perspectiva, somos forçados a admitir que os movimentos reivindicatórios correspondiam a uma problemática histórica real, que precisava ser enfrentada de imediato, mas que pressupunha exigências práticas em grande parte inexeqüíveis. Faltava à "população de cor" o necessário suporte material e moral: recursos econômicos, sociais e culturais. Se eles existissem numa escala razoável, os movimentos teriam adquirido outra vitalidade e, talvez, tomassem outra direção, colocando com maior clareza os dois tipos de alvos perseguidos: 1º – a desagregação completa da antiga ordem racial; 2º – a absorção do "negro", em condições de igualdade econômica, social e política, na sociedade de classes. Do jeito que as coisas transcorreram, historicamente, aqueles movimentos tiveram de arcar com um peso morto paralisante. Os agentes não discerniam os dois alvos nem tinham como atacálos por meios apropriados. Deram o "não!" para uma coisa; e o "sim!" para outra. Ficou faltando, porém, criar o "querer coletivo" e o "agir coletivo" que esses dois alvos formidáveis requeriam. As tentativas para estabelecer esses elos falharam sempre, pois na situação brasileira, ainda hoje, só a "raça dominante" dispõe de meios tão amplos.[58]

É preciso atentar bem para as implicações sociológicas desta análise. Há os que pensam que a função dos movimentos sociais consiste em *fabricar* as ideologias e as técnicas de ação, exigidas pelas circunstâncias. Se pensássemos assim, faríamos uma crítica severa mas unilateral aos movimentos reivindicatórios descritos. Na verdade, se a análise

desenvolvida for verdadeira, eles ficaram aquém das exigências da situação histórico-social; todavia, mesmo assim, iam além das possibilidades médias da "população de cor". Em segundo lugar, a análise também pressupõe que as limitações iniciais e as inconsistências crônicas dos movimentos não chegaram a ser corrigidas e superadas por causa mesmo dessas possibilidades médias. Aqui está o busílis da questão. A situação de existência social daquela população tem concorrido, direta e indiretamente, para solapar e até para destruir os fatores dinâmicos, nos quais poderia se assentar a expansão dos requeridos movimentos. A exposição subseqüente condensa os dez principais aspectos dessa conexão.[59]

Primeiro, a crise da dominação racial tradicionalista está longe de ter chegado a seu termo. A ideologia racial vigente ainda é a que foi construída para legitimar a extrema heteronomia social da "raça negra". A barreira moral invisível, que absorveu e anulou, incessantemente, o élan autonomista dos movimentos reivindicatórios provinha das imagens através das quais consideráveis parcelas da "população de cor" concebiam seus status e papéis sociais. Aquelas imagens foram construídas pelos "brancos" e inseriam na subcultura da referida população contrarepresentações sociais que animavam ajustamentos "humildes" e uma compreensão deformada da realidade. Assim, elas não só inibiam ou consumiam as impulsões igualitárias do ambiente, mas desencadeavam identificações e disposições de comportamento altamente passivas. Isso não impedia que se estabelecesse uma visão gratificadora do "papel histórico" da "raça negra" nem que se exteriorizassem certos ressentimentos contra as "injustiças sofridas pela raça negra". A seguinte transcrição, de um dos depoentes, revela ambas as coisas:

> No Brasil, jamais os negros brasileiros lembrarão de outra pátria. Em seus lares, tudo é nacionalizado genuinamente, motivo pelo qual a pátria pode esperar destes brasileiros, cujos antepassados cooperaram pela sua grandeza, nas devastações das matas, nas fundações das cidades e, finalmente, defendendo-a heroicamente nas invasões e até na própria guerra; sendo que, para comprovar essas argumentações, a sua história, a do Brasil, transcreve merecidamente os feitos daqueles que mais se destacaram. Infelizmente, essa raça, mantida na história como a mais resistente do universo (fisicamente), essa raça, dotada também de inteligência, vive miseravelmente desprotegida, tombada no campo da luta, vencida pelo preconceito, cuja fuzilaria lhe foi desferida de uma trincheira que eu qualifico de *bastidores.*

Os movimentos reivindicatórios qualificavam esse tipo de reação como “lamuriosa” e investiram contra ela. Contudo, jamais conseguiram aniquilála. Ela produzia dois efeitos perniciosos. De um lado, fazia com que o “negro” aguardasse a solução de seus problemas de iniciativas ou medidas dos brancos. Tal expectativa ocorria mesmo entre pessoas que tinham consciência e combatiam, ao seu modo, o “preconceito de cor”:

> Sim, os pretos deviam tomar parte nessa transformação [da situação de contato racial]. Deviam em primeiro lugar apelar para o governador pedindo para que acabasse essa situação de preconceito. Em segundo lugar deveriam unirse e mostrar aos brancos que na raça negra existem homens capazes e com cultura. Mas isso tudo dentro da ordem e não da desordem. Acabar com os ódios existentes entre pretos e brancos e viceversa seguindo o conselho da Bíblia Sagrada: “Amaivos uns aos outros”.

De outro lado, impedia a exteriorização e a efetivação de atitudes ou comportamentos competitivos nas relações com os brancos. Desde os pródromos dos movimentos reivindicatórios, todas as tentativas de congregar o “voto negro”, por exemplo, canalizando-o para determinado (ou determinados) representantes sempre falharam irremediavelmente. Houve quem explicasse semelhante desfecho (chocante em alguns casos, pois a Frente Negra Brasileira possuía milhares de adeptos e o candidato escolhido alcançou votação inexpressiva) pelo analfabetismo que excluía o “negro”, em massa, do corpo eleitoral. No entanto, o “eleitor negro” raramente tende a acolher os argumentos favoráveis à concentração “racial” dos votos, apesar da pertinácia dos que defendem essa orientação. Como se infere de uma passagem da história de vida de um dos fomentadores de tal orientação, eles não “desanimam”:

> Nós precisamos ter representantes nas Assembléias, porque, senão, não teremos meios para sustentar organizações que trabalhem pelo levantamento econômico e cultural do negro, pois a nossa gente é toda pobre e os que melhoram de vida não querem mais ter relações com os negros. Precisamos educar o negro a votar em negro, pois só mesmo um negro sabe quais são os nossos problemas. Na eleição para a Assembléia Legislativa não conseguimos eleger o R., mas desta vez ele vai. Depois que estivermos com um lá dentro, o resto é fácil. Haverá dinheiro para nos organizarmos e nas eleições vindouras iremos colocando outros. É este o caminho para a melhoria das condições de vida do negro.

Portanto, as duas conexões evidenciam, claramente, que a perpetuação do padrão tradicionalista de dominação racial lança raízes no conformismo

imperante em vastos círculos da “população de cor”. Os que se dispõem a competir de modo aberto e sistemático com os “brancos”, embora numerosos, constituem uma minoria. O maior número, mesmo quando chega a repelir o “preconceito de cor” e suas conseqüências perniciosas ou humilhantes, não é capaz de violar a identificação com a “raça dominante” ou de vencer a ambivalência de atitudes, ambas geradas pela influência esmagadora da ideologia racial dos “brancos”.

Segundo, apesar das reivindicações propagadas pelos movimentos sociais, o “negro” não conseguiu romper o padrão de isolamento difuso. Não logrou, sequer, alguma espécie de controle direto sobre seus efeitos reconhecidamente nefastos. Para atingir esse fim seria necessário que seu modo de integração à sociedade tivesse sofrido uma alteração radical, com a incorporação, em massa, da “população de cor” aos diferentes níveis da ordem social competitiva.

Ora, as transformações estruturais ocorridas não foram de tal monta. Graças à proletarização, à poupança e à mobilidade social vertical, aumentou, progressivamente, o número de “indivíduos de cor” infiltrados nos segmentos mais altos da “classe baixa” e na “classe média”. Esses processos contribuíam muito pouco, não obstante, para criar condições realmente abertas e dinâmicas de comunicação do “negro” com o restante da sociedade. No nível da proletarização, os indivíduos abrangidos pertencem, com freqüência, a levas migrantes, portadoras da herança cultural rústica e ignorantes do passado de lutas da “gente negra local”. No nível da “classe média de cor”, onde se encontram antigos participantes dos movimentos reivindicatórios, tende a prevalecer a busca de compensações imediatas, através da estabilização e da exibição de um padrão de vida “alto”. Em conseqüência, em um nível social se reproduz o passado no presente. É como se o “negro” voltasse ao ponto de partida e tudo devesse ser começado de novo. No outro nível, a ascensão social, a secularização do pensamento e a urbanização do estilo de vida aumentam a comunicação, mas dentro do próprio “meio negro”. As compensações postas em primeiro plano proscrevem, por sua vez, qualquer identificação emocional ou moral com o “negro”, porque a massa é sinônimo de “ralé” e esses pequenos grupos exclusivistas não querem nada com o “rebotalho”, com a “vergonha” da “população de cor ordeira”.

Portanto, continua a operar, ativamente, o mesmo elenco de fatores que produzia perplexidade e ambivalência de atitudes ao longo da integração do negro e do mulato à ordem social. Todos propendem a valorizar a "sociedade aberta" e, por conseguinte, a preferir o isolamento difuso à segregação sistemática. Mas essa situação ambígua drena e destrói improdutivamente as impulsões inconformistas. Já não estamos em condição análoga à que existia por volta do fim da **I** Grande Guerra, em que os italianos diziam aos "negros" que "fora o rei da Itália que fizera a Abolição" – e muitos deles acreditavam; nem à que prevalecia entre 1927 e 1937, em que "depois de assistir às reuniões da Frente, [havia negros que] comentavam com brancos as discussões presenciadas e, ouvindo deles que entre nós não eram necessários tais movimentos, nos abandonavam".[60]

Porém, a persistência do padrão de isolamento difuso tolhe, por si mesma, a evolução das tensões raciais. Na medida em que não vê pela frente uma resistência organizada e acirrada, o "negro" se debate com o "preconceito de cor" sem saber enfrentálo e temendo, sempre, levar as reivindicações longe demais. Com isso, não encontra ponto de apoio material, organizatório e moral para explorar a fundo o conflito como técnica de mudança da ordem racial e da situação social. A esse respeito, as críticas dirigidas à orientação da Frente Negra Brasileira por um dos grupos dissidentes são ilustrativas. O grupo em questão era politicamente bem mais avançado que a Frente Negra; no entanto, seus mentores verberavam a *tática* "violenta" de fomentar tensões, que aquela associação recomendava para combater as manifestações do "preconceito de cor". Abriase, assim, um impasse insuperável. Uma minoria só amplia seu sistema de solidariedade pela ação; é através dos conflitos que ela adquire a moral e a união do "nosso grupo". Repudiando o conflito como técnica social ou explorando-o apenas de maneira esporádica, não existiam condições para dar à "população de cor" paulistana a organização interna de uma minoria racial.

Doutro lado, mesmo sem apelar para tais cogitações, é fácil perceber que a perpetuação indefinida do padrão de isolamento difuso também significava manutenção do *status quo* racial. A ele se prende o estado de espírito conformista, que leva muitos "negros" a tolherem as ambições dos filhos, para não sofrerem "decepções"; ou que impede que se encare o "preconceito de cor" como problema social (e não dos indivíduos isolados).

Enfim, onde ele prevalece, é impossível cultivar, com êxito amplo, o inconformismo racial. Este exige uma mentalidade avessa à capitulação passiva. “É preciso que nós mesmos façamos a nossa revolução interna. Nós devemos modificar a nossa personalidade, a nossa conduta diante desse problema [o preconceito de cor]. O que tenho visto é que muitas pessoas têm querido comentar a situação. É que nós nos convencemos da realidade, mas continuamos na cômoda situação errada...”[61] Permanecendo passivo diante do isolamento difuso, o “negro” não podia nem se modificar, nem intervir diretamente na transformação da ordem racial. Prendiase a um imobilismo funesto a seus interesses e aspirações de integração econômica, social e política.

Terceiro, a diferenciação social interna do “meio negro” foi suficiente para incentivar, no momento de transição inicial, certas perplexidades e inquietações que conduziram à organização dos movimentos reivindicatórios. No entanto, é patente que ela não foi suficientemente extensa e profunda para fornecer àqueles movimentos a base material, institucional e moral de que eles careciam. Sob esse aspecto, as inconsistências dos movimentos traduziam a precariedade das associações que lhes serviam de base, via de regra efêmeras e carentes de substrato ideológico sólido. Frutos da boa vontade e da dedicação de um pequeno número, em sua maioria nasciam condenadas ao malogro, encontrando pequena ressonância no “meio negro” inclusivo e nenhuma solidariedade por parte dos “brancos”. Após sacrifícios tocantes, encerravam suas atividades sem atingir os objetivos fundamentais ou se arrostavam anos a fio, teimosamente, com as limitações congênitas. Algumas, apesar de seus propósitos humanitários, nem chegavam a ser úteis aos movimentos reivindicatórios, em virtude de seu teor conservantista. Por isso, aqueles movimentos se ressentiram da falta de motivação baseada em grupos institucionalizados estáveis e em crescimento contínuo.

Essa circunstância talvez explique um fato que já foi apontado. Existia uma séria contradição, nos movimentos, entre a “consciência da situação” e as “técnicas de intervenção na realidade”. Havia objetividade e sagacidade inegáveis no primeiro nível; o mesmo não se pode dizer com relação ao segundo: as escolhas dos meios de ação eram emperradas pela falta de consenso, surgiram com notável lentidão e, não raro, revelavam pouco sentido prático. Tais sintomas denunciam algo evidente. A iniciativa do

“negro” era tolhida por sua posição na estrutura de poder da sociedade inclusiva. Essa circunstância se refletia na capacidade de lidar com os próprios problemas, porque nela deitava raiz a impossibilidade, em que se achava a “população de cor”, de expandir suas formas grupais de vida social organizada, com as técnicas sociais correspondentes. Doutro lado, essas influências não eram neutralizadas pelos efeitos espontâneos da ascensão social do negro e do mulato. Seja porque os “indivíduos de êxito” preferissem competir com o “branco” em níveis extravagantes (do vestuário, da fartura, do consumo sibarístico em ocasiões festivas etc.). Seja porque a “classe média de cor” se apegou crescentemente aos padrões aristocráticos das antigas “elites de cor”, divorciandose do dever de lutar pelos objetivos dos movimentos reivindicatórios. Ao invés de fortalecerem os movimentos reivindicatórios, dandolhes novos conteúdos e outras direções, os pequenos progressos alcançados socialmente pela “população de cor” acarretaram uma espécie de confinamento do “idealismo negro”. Eles diminuíam, visivelmente, o número de indivíduos egoenvolvidos nos movimentos. E retiraram da participação ativa o caráter nobilitante e de fonte ímpar de prestígio, que ela possuía no passado. No conjunto, pois, as bases de diferenciação interna do “meio negro” não foram propícias à expansão gradual dos movimentos reivindicatórios. O que ela não lhes proporcionou, em determinado momento, continuou a lhes negar pelo tempo afora, apesar da importância que eles poderiam adquirir tanto na desagregação da ordem racial vigente, quanto na aceleração dos processos de integração do “negro” à sociedade de classes.

Quarto, dificuldades dessa ordem continuam a acarretar complicações na esfera da socialização. Os laços emocionais e morais que unem socialmente os indivíduos são criados, regulados e ordenados através das formas de associação. As inconsistências e as limitações destas últimas tinham de produzir conseqüências psico e sociodinâmicas muito graves. Individualismo predatório e falta de consenso foram dois fantasmas que pairaram, ininterruptamente, sobre os movimentos reivindicatórios. Deu-se atenção ao caráter do líder que se apossava dos movimentos, convertendo-o em pedestal para a sua autoglorificação ou em fonte de sustento, de barganha com os “brancos” etc. Também se falou nos dilemas insolúveis provocados por massas que não passavam de congéries de indivíduos, porque cada um entrava e saía com opiniões pessoais irredutíveis. Contudo,

entre uma e outra coisa estava o *background* institucional e moral, que se deveria levar em conta em primeiro plano.

A solidariedade que ligava os "indivíduos de cor", recémegressos da sociedade escravocrata, não chegava sequer a ser uma solidariedade tribal, de natureza mecânica. No entanto, os problemas econômicos, políticos e sociais com que o "negro" se defrontava exigiam os padrões de solidariedade orgânica típicos da sociedade de classes.[62] As perspectivas não eram, pois, muito fáceis. O "negro" não podia fazer nenhum milagre, que lhe facultasse dar esse tremendo salto histórico. Portanto, não é de admirar que não existissem normas e forças de cooperação social, que permitissem a congregação dos esforços. Nem, tampouco, que fossem tão brutais e insopitáveis as forças que agiam no sentido contrário, de desunião e de desintegração.

A presença do "branco", com seus interesses divergentes, ainda complicava mais as coisas. Os antigos líderes dos movimentos reivindicatórios são unânimes no retratar essa complexa situação. Acentuam que a Primeira República fomentou um clima inteiramente desfavorável à atividade política no "meio negro". Empenhados em obter votos e só nisso, "os políticos abusaram da boa fé dos negros. Por isso, o negro agora está mais desconfiado. Não acredita com facilidade nos que os procuram para fazer movimentos em benefício da raça". Mas, em seus depoimentos salientam, em uníssono, que as debilidades básicas e irremediáveis procediam da atitude do "negro" diante do próprio "negro".

> "Eles seriam incapazes de se unir para fazer um deputado negro." "Logo têm despeito de ver o outro preto subir. Não lhe dão o seu voto." "Preferem votar no branco." "É impossível pensar numa política de negros." "Não adianta nada a gente querer lutar contra o preconceito de cor e para melhorar a situação do negro. Não há união entre os negros. Para conseguirse qualquer coisa, seria preciso que houvesse união." "Um negro não ajuda o outro. Ao contrário. É mais fácil que se combatam do que se auxiliem mutuamente." "Não agem cooperativamente nem se estimulam uns aos outros. Não há uma opinião. Cada um tem a sua e a defende como se fosse a melhor." "É que há muita confusão entre os negros. É uma coisa louca isto aqui. Não é muito simples. Se o senhor quiser estudar o negro precisa vir comigo. Eu mostro ao senhor como tudo que parece simples é complicado."

Essas afirmações são sintomáticas. Contra esse pano de fundo, o admirável é que os movimentos reivindicatórios subissem à tona e vingassem, chegando aos nossos dias. Todavia, algo se impõe reconhecer.

Onde a cooperação é tão difícil, como se organizar um grupo de pressão ou um grupo de conflito? Para se manejar o inconformismo e o conflito como técnicas culturais construtivas, é imprescindível que exista, por trás dos homens, padrões suficientemente integrados de solidariedade social. Desse ângulo, parece evidente que aí estava o principal fator das debilidades e inconsistências dos movimentos reivindicatórios da "população de cor". A descontinuidade e, em particular, a neutralização histórica de tais movimentos resultavam, em larga margem, desse fator. Os comportamentos inquinados, dos líderes ou das massas, traduziamno, apenas, em fatos concretos e visíveis.

Outros fatores não possuíam a mesma universalidade e influência dinâmica que os que acabamos de enumerar. Mas precisariam pelo menos ser mencionados, numa sondagem global. Estão nessa situação: 1º – os efeitos da ascensão individualista, que redundavam em acefalização permanente das massas "negras"; 2º – a inexperiência política da "população de cor", em grande parte responsável pela falta de adestramento e de maturidade porventura revelados na manipulação inadequada de certas técnicas sociais (inclusive na assimilação de filiações ideológicas que colidiam com a própria natureza e com os objetivos dos movimentos reivindicatórios); 3º – a repercussão destrutiva de acontecimentos históricos da sociedade inclusiva no "meio negro" (este não revelava a mesma plasticidade e vitalidade na absorção de tais acontecimentos; a revolução de 1932, por exemplo, paralisou temporariamente a Frente Negra Brasileira); 4º – o oportunismo e certas práticas de "picaretagem", dissimulados ou patentes, que contribuíam para desmoralizar os movimentos reivindicatórios. tanto no "meio negro", quanto na sociedade inclusiva.

Por fim, seria necessário considerar, também, dois tipos de influências reflexas. Na medida em que medravam sob condições sociais deficientes, os movimentos reivindicatórios se tornavam incapazes de disciplinar e de canalizar construtivamente certas forças psicossociais e socioculturais reativas. Nesse sentido, duas considerações apresentam certa importância. Primeiro, eles não desencadearam, no seio da "população de cor", influências persistentes que elevassem o grau de identificação (individual e coletiva) com os objetivos que propugnavam. Segundo, eles não chegaram a absorver os padrões organizatórios típicos de uma sociedade aberta, competitiva e de classes. Em suas manifestações mais relevantes,

fomentaram tendências que pressupunham o ideal (por vezes exteriorizado e expresso objetivamente) de converter a “população de cor” numa minoria racial monolítica (embora em comunicação com a sociedade inclusiva).

Essa polarização possuía dois efeitos negativos. De um lado, não inseria, em bloco, os movimentos reivindicatórios na estrutura e na dinâmica da sociedade de classes. De outro, fazia com que eles não se ajustassem à realidade existente no seio da própria “população de cor”, em processo de diferenciação interna. Se isto sucedesse, vários movimentos simultâneos poderiam equacionar socialmente os interesses dos diferentes estratos daquela população, o que facilitaria a formação de uma consciência mais completa: (a) dos interesses que variam de um nível social para outro; (b) dos interesses que são comuns e que exigiriam a colaboração estreita dos diversos movimentos independentes. Semelhante processo permitiria oferecer incentivos próprios à mobilização das “classes médias de cor” (pouco identificadas com os alvos dos movimentos reivindicatórios que representam os interesses da “gente negra” monoliticamente) e corresponderia melhor ao tipo de solidariedade requerida pelo padrão integrativo da sociedade de classes. Em suma, faria com que os movimentos reivindicatórios produzissem maior rendimento, como canais de integração do “negro” ao estilo de vida imperante em São Paulo na era da civilização industrial.

As indicações expostas sugerem quão variada e complexa vem a ser a integração dos movimentos reivindicatórios com condições ou fatores mais ou menos adversos do “meio negro”. As limitações resultantes interferiram na estrutura, nos conteúdos e na dinâmica interna daqueles movimentos. Assim, suas debilidades (de ordem organizatória ou de duração) se explicam pelas deficiências dos suportes materiais e morais com que contaram. O reverso da medalha revela, porém, que as insuficiências apontadas interferem em suas funções sociais construtivas. Na medida em que isso acontece, eles deixam de atingir regularmente os objetivos conscientes e formais, com conseqüências insanáveis sobre a capacidade que poderiam ter, quer no desenvolvimento de novos modelos de solidariedade no “meio negro”, quer na incentivação de novos tipos de ajustamento social do “negro” à sociedade inclusiva. Ambas as coisas significam, em outras palavras, que é no suporte material e moral dos movimentos reivindicatórios que deparamos com a explicação da

limitadíssima influência que eles exerceram na alteração propriamente dita do sistema de relações raciais.

A quarta questão, que nos compete discutir aqui, referese às funções sociais construtivas que os movimentos reivindicatórios desempenharam, como vias de integração do "negro" à sociedade de classes.[63] Em vista do muro de indiferença e de silêncio com que a sociedade inclusiva cercou aquelas manifestações do inconformismo e da revolta da "população de cor", seria inútil traçar qualquer quadro de referência que envolvesse os "brancos" nos referidos processos. Os seus "efeitos úteis" se circunscrevem aos agentes, ou seja, aos participantes dos movimentos; e àqueles que caíram em seu círculo de influência relativa ou indireta, ou seja, a segmentos da "população de cor" que se mostraram sensíveis à ideologia racial que eles ajudaram a construir.

É quase impossível apanhar toda a rede de influências psicodinâmicas e sociodinâmicas, desencadeadas imediata ou retardadamente pelos movimentos reivindicatórios. Tais influências são, além do mais, em sua maioria sutis e complexas. Reportamse a transformações de um estado de espírito e de impulsões sociais, coisas difíceis de descrever através da documentação disponível. Em nossos dias, o máximo que se pode fazer, nessa direção, apenas permite surpreender algumas transformações identificáveis pela motivação de certos comportamentos ou pela alteração evidente de certos conteúdos do horizonte cultural do "negro". Por isso, a parte mais rica da documentação existente diz respeito à formação e à difusão de uma ideologia racial característica, praticamente construída graças às disposições e às reivindicações suscitadas pelos movimentos sociais. Não obstante, esse aspecto será debatido adiante,[64] tomando-se por referência também a situação existencial da "população de cor". Iremos debater agora, portanto, somente certos efeitos psicossociais, presumivelmente associados às influências sociodinâmicas dos movimentos reivindicatórios. Doutro lado, como os temas considerados já sofreram análise anterior, reduzimos ao indispensável a transcrição de dados de fato.

A principal contribuição, dada pelos movimentos reivindicatórios, tinha relação com o contexto social imediato em que eles próprios se constituíam e operavam. Ressentimentos, frustrações e esperanças despertavam certo entusiasmo elementar, fazendo com que iniciativas como a Frente Negra Brasileira contassem, em pouco tempo, com milhares de seguidores.

Contudo, tratava-se de uma massa tosca, de indivíduos rudes e incultos, que não dominavam, em sua maioria, sequer uma parcela mínima das técnicas sociais que os participantes de movimentos desse gênero precisam conhecer e manejar. A primeira coisa a fazer, mesmo para dar continuidade aos movimentos, consistia em "reeducar" a massa, em prepará-la, emocional, intelectual e moralmente, para a condição de elemento ativo, responsável e atuante. Como assinalou, em sua história de vida, um dos antigos líderes da Frente Negra Brasileira: "Um negro nunca julga o outro superior a ele. Quando muito, igual. Por isso, não ajuda os outros negros. O negro que fica rico, por exemplo, foge de negros: ajudar, emprestar dinheiro, nunca".

Daí ser preciso cultivar sentimentos, emoções e laços morais que redundassem na elevação das potencialidades sociodinâmicas requeridas por organizações daquele tipo, que exigiam tenacidade, espírito de sacrifício e alto senso de responsabilidade. Doutro lado, a luta por classificação e ascensão sociais tinha de ser, forçosamente, também uma luta contra o "preconceito de cor". Isso envolvia a necessidade de forjar certas disposições em face do "branco", que apenas existiam em estado latente e eram, com freqüência, reprimidas ou solapadas de diversas maneiras. Como consignava um documento fundamental:

> Várias tentativas têm falhado, no sentido de uma arregimentação negra, com outras finalidades que não a da simples recreação. *Reagir, eis o sentido exato dessa arregimentação.* [...] Abrigando em seus seios negros de todas as condições sociais, pautou a nova organização as suas bases de atividades, abrangendo todos os aspectos do problema da vida. Desde o aspecto econômico, seja individual ou coletivo, até as atividades políticas, tudo foi examinado à luz fria da imparcialidade, focalizandose as injustiças e, mais do que isso, as perseguições e maquiavelismos sofridos pelo negro.[65]

Tratava-se, pois, de preparar o "negro" para viver na sociedade inclusiva, como condição mesma para que ele se tornasse um elemento produtivo dentro dos movimentos a que se incorporava. As questões de "orientação" vinham a ser o fulcro básico das influências formativas dos movimentos. Desse ângulo,

> os problemas que se apresentam ao negro são múltiplos e variados; tanto no aspecto social, como moral, intelectual e econômico. [...] No primeiro caso, temos exemplificadamente o alijamento das sociedades e dos lugares públicos ou de acesso público mediante pagamento; o afastamento do negro dos empregos públicos de destaque, embora não lhe faltem aptidões; o auxílio de que precise para ver essa situação resolvida. [...] Moral, no caso moral, essa

> pressão que o negro sofre continuamente, de todos os lados, procurando diminuílo perante os olhos até dos próprios estrangeiros, negandolhe o lugar remarcado a que tem direito. [...] No campo intelectual, fechamlhe, constantemente, as portas das escolas, desde as primárias até as superiores, negandolhe qualquer assistência, quando os poderes públicos, amiúde, auxiliam poderosamente elementos raciais adventícios que minam os nossos organismos sociais. [...] Dirseia que existe secretamente uma convenção geral contra o negro para que ele não chegue a instruirse, continuando por aí, sem teto e desorganizado, sujeito à capangagem política e aos perigos capadócios dos sambas carnavalescos.[66]

Erigida essa base de preparação por assim dizer *cívica*, o "negro" podia se inserir nos movimentos reivindicatórios e nele realizar a aprendizagem dos papéis sociais que precisaria desempenhar nas organizações. O sentido e o teor dessa aprendizagem específica, subordinada às tarefas práticas propriamente ditas e às suas implicações doutrinárias, variavam, naturalmente, com os tipos dos movimentos. Onde prevaleciam os modelos autocráticos, a arregimentação se fazia formalmente de modo rígido e segundo uma disciplina paramilitar; onde vingavam os modelos democráticos, ela aparecia como uma educação espontânea, alicerçada no exemplo ou no debate. Embora os movimentos falhassem, em conjunto, na formação de quadros permanentes, parece fora de dúvidas que eles lograram apreciável êxito no plano formativo mais geral. O que se entendia por "arregimentação para reagir" e por "orientação" produziram frutos de longo alcance, visível até em nossos dias. Não só canalizaram e fortaleceram tendências amorfas e difusas; impeliram as impulsões vagas, preexistentes, em direções novas e construtivas, imprimindolhes o vigor e o sinete de algo que é irreversível, por ser *coletivo*, *imperioso* e *realizável*.

Ao mesmo tempo, os movimentos reivindicatórios regulavam a emergência gradual de identificações psicossocial e sociocultural inéditas. A escravidão conduzira à destruição mais completa e impiedosa de identificações que poderiam prender o "negro" a símbolos ou a valores de sua herança sociocultural. A perda cultural, daí resultante, jamais foi compensada – pois não se poderia entender como tal a assimilação forçada de técnicas e comportamentos sociais impostos pela "raça dominante". O vazio que se formou pode ser avaliado pela gratidão com que os "negros" livres absorveram as interpretações histórico-sociológicas que "valorizavam o negro historicamente". Elas desvendavam uma nova senda à auto-avaliação e à autogratificação da "raça negra". O eixo de tais interpretações, porém, continuava a gravitar em torno da situação de interesses e dos

valores sociais da “raça branca”. Elas não levavam em conta, nem poderiam levar, a situação de interesses e os valores da “raça” escravizada e oprimida. Os movimentos reivindicatórios se construíram sobre esse eixo. Por conseguinte, a concepção do mundo e da história que eles iriam difundir trazia consigo a marca da “negridade” – ou seja, uma compreensão do passado, do presente e do futuro coerente com a perspectiva social e com os anseios de justiça da “gente negra”. Pode-se dizer que eles não foram tão longe quanto prometiam, como fontes de uma nova concepção do mundo e da história. Contudo, iniciaram um processo que ainda está em curso e poderá produzir outros frutos. Sem repelir a solidariedade com o “branco”, o “negro” descobriu que existem várias maneiras de contar a nossa história e de projetar o nosso futuro. Ensaiou, assim, a busca dos caminhos que o situam no processo histórico.

Bem entendida, esta original contribuição dos movimentos reivindicatórios abre conseqüências imprevisíveis e insondáveis. Ela oferece uma perspectiva social, de que o “negro” carecia antes, a partir da qual lhe será possível absorver as identificações psicossociais e socioculturais imperantes na sociedade inclusiva mas de maneira autônoma. A “gente negra” se eleva aos processos histórico-sociais como “brasileiros”, detendo porém uma brasilidade própria e inconfundível, nascida de uma situação de interesses materiais e morais específica.

O “negro” redescobriu, portanto, o seu lugar na sociedade graças à ruptura violenta com o passado e com um destino de submissão imutável, a qual os movimentos reivindicatórios fomentaram e propagaram no nível ideológico. O temor de sair do isolamento e de concorrer com os outros constituía um plano inclinado. Contra ele, o “negro” nada podia, como *indivíduo isolado* nem como *raça dependente.* O ponto de apoio, para subverter esse plano inclinado, tinha de vir do “negro”, se não como “raça”, pelo menos como coletividade. Apesar da descontinuidade, da fluidez e das deficiências dos movimentos reivindicatórios, eles forneceram, estrutural e dinamicamente, esse ponto de apoio indispensável. Ajudaram, decisivamente, a quebrar o “temor do branco” e, o que é deveras mais importante, puseram em seu lugar “a coragem de enfrentar o branco em todos os terrenos”. Da ocupação à representação política e à dignidade inviolável da pessoa, tudo ficará aberto à ânsia de competir e de concorrer, *sem restri*ções. Desse ponto de vista, os movimentos reivindicatórios

preencheram uma função decisiva, impulsionando o “negro” a se converter em “homem de sua sociedade e de sua época”. Na conjuntura histórico-social em que surgiram e atuaram, tentaram organizar e abreviar a transição de um estado de isolamento sociocultural, para o estado alternativo de participação sociocultural consciente, intensa e responsável.

Para que pudesse desempenhar essa função, era indispensável que os movimentos reivindicatórios modificassem as atitudes e os ajustamentos diante das barreiras que dificultavam ou impediam a integração normal do “negro” à vida social. Como indivíduo isolado, ele jamais poderia construir, defender e manipular, segundo fins próprios, uma ideologia do desmascaramento racial. Àqueles movimentos se deve o amplo equacionamento do “preconceito de cor” como *realidade histórica* e como *problema social.* Eles engendravam as fórmulas que prescreviam a sua existência e que ordenavam a sua correção através do comportamento coletivo.

Em conexão com essa tendência, os movimentos reivindicatórios também provocaram uma reavaliação moral interna do “negro” como e enquanto tal. Apresentaram uma nova medida da capacidade criadora do “negro”, incluindo em sua esfera de consciência social a convicção de que é tão capaz quanto o “branco” e, pelo menos, suficientemente apto para enfrentar e resolver os dilemas com que se defronta. Como afirmava um dos líderes daqueles movimentos: “... o negro, com a graça de Deus, só não pode e não faz o que não quer...”.[67] Eles ajudaram, portanto, a configurar novas impulsões psicossociais, que incentivaram o “negro” a confiar no próprio “negro” e na sua capacidade de atuação como agente humano no processo histórico.

Por fim, os movimentos reivindicatórios aparecem estreitamente vinculados a novas atitudes e comportamentos, que testemunhavam uma tendência de alteração radical do padrão de reação societária do “negro” à situação de existência que lhe cabia na coletividade. Pela própria dinâmica normal dos movimentos dessa natureza, de “efeitos” eles se converteram em “causas”, contribuindo para acelerar a consolidação daquele padrão de reação e para universalizálo no “meio negro”. Nesse sentido, malgrado suas insuficiências, eles alcançaram uma influência marcante, exercendo funções construtivas na formação da mentalidade, das aspirações coletivas e do estilo de vida do “novo negro”. Serviram, em resumo, como forças

intermediárias entre as tendências de modernização da cidade e a transformação do próprio “negro”, compelindo-o a tomar consciência do que teria de fazer para se tornar membro ativo (e não mera excrescência renegada) da sociedade inclusiva.

O quadro de referência, exposto sob as principais facetas, sugere quão complexa era a situação em que emergiam e se desenvolviam os movimentos sociais no “meio negro”. Os incentivos históricos-sociais da época puderam atuar graças a condições favoráveis à sua objetivação como realidade. Ainda assim, nem tudo lhes era propício. Eles eclodiram numa fase de desorientação, enquanto o “negro” não via direito as perspectivas que lhe eram asseguradas pela ordem social competitiva e, presumivelmente, como um meio inicial de ajustamento histórico-social. Sentindo-se excluído, o “negro” atribuía à sociedade a culpa por suas desditas. E não aceitava soluções de compromisso, como se a ordem racial pudesse se alterar de um instante para outro. Mais tarde, essas tendências seriam sublimadas e reprimidas, dando lugar a propensões acomodatícias, graças às quais o negro e o mulato aproveitaram as vias abertas pela ascensão gradual. Voltaram, então, as costas às antigas propensões ao “protesto coletivo”.

Não obstante, nesse ínterim, os movimentos sociais reivindicatórios preencheram uma tarefa histórica de inegável magnitude. Alargaram o horizonte cultural do “negro”, ajustando-o melhor à natureza da sociedade de classes, e incentivaramno a contar consigo próprio na “luta pela vida”, confiando em seus recursos materiais e morais. Ensinaramno, sobretudo, que o “negro não é inferior ao branco” e que seu lugar na sociedade dependerá do que souber fazer para tirar proveito de suas aptidões. Tudo isso acentua que constituíram uma força de ajustamento numa era de transição. Quanto ao presente e ao futuro imediato são possíveis vários prognósticos. Se as impulsões igualitárias da “população de cor” se mostrarem tímidas e fracas ou se elas forem fortes mas a sociedade de classes se revelar bastante “aberta” para atendêlos, os movimentos sociais permanecerão estagnados ou apenas desenvolverão, unilateralmente, suas atividades ressocializadoras. Contudo, eles poderão ressurgir com uma vitalidade e uma violência que não possuíram no passado.

Editado [illegible]

ANNO VIII — São Paulo, 23 de Agosto de 1931 — NUMERO 35

O nosso grito, vive nos FACTOS

E nós advogamos os direitos da raça negra.

Porque ella tem uma grande herança dentro do Brasil.



Raça Negra, de pé!...

O


O Clarim d'Alvorada

Tal coisa poderá acontecer se os anseios de classificação e de ascensão sociais do “negro” forem demasiado intensos para serem absorvidos com relativa rapidez pela sociedade de classes. Então, seus componentes dinâmicos vinculados com o “protesto racial” poderiam adquirir relevo ímpar, pois a sede de justiça social daquela população continua insaciável. O essencial é que a “resposta” definitiva não está exclusivamente nas mãos do “negro”. Ela depende das relações que se estabeleceram entre suas necessidades sociais e a dinâmica da ordem social inclusiva.

2. Uma ideologia de desmascaramento racial

Os dados expostos descrevem como o "negro" se afirmou na cena histórica paulistana, entre 1927 e 1937. Ele rejeitou, ao mesmo tempo, a imagem do "preto" ou do "homem de cor", construída pelo "branco", e o destino que lhe foi dado atingir na fase formativa e de expansão inicial da sociedade de classes. O que foi visto seria suficiente para situarmos, agora, os aspectos ideológicos do *protesto negro.* No entanto, em vez de concentrar a análise desses problemas no referido período, preferimos lidar com um contexto histórico-social mais amplo. A fase que se inicia com a revogação do Estado Novo foi particularmente rica de agitações intelectuais e políticosociais no "meio negro". Além disso, mesmo no período considerado ocorreram manifestações extremamente importantes, que não foram arroladas na reconstrução estabelecida. O grupo do *Clarim da Alvorada,* depois da dissidência que surgiu no seio da Frente Negra Brasileira, continuou ativo, por meio do Clube Negro de Cultura Social e seus sucessivos órgãos de comunicação: aquele jornal; *Cultura*, "revista da mocidade negra", publicada durante 1934; e o *Clarim,* que circulou em 1935.

A atuação desse grupo foi sempre muito coerente, mantendo a "bandeira do negro", ou seja, as reivindicações relacionadas com "o levantamento econômico, social e cultural do negro", com uma mistura equilibrada de idealismo e de realismo, o que imprimiu às suas posições um caráter marcantemente construtivo. Além disso, as facções e organizações em luta se empenharam arduamente em conquistar os jovens – principalmente a parte letrada da "mocidade negra". As circunstâncias contribuíram, assim, para que os jovens adquirissem enorme influência política. Alheios aos dramas pessoais e doutrinários, que cercavam a luta pelo controle do poder e da liderança (como a que irrompeu, com tamanha violência, na Frente Negra Brasileira), eles se voltaram para o trabalho de conciliação, procurando unir facções divergentes ou criar ambiente para o

apaziguamento geral, acima e entre os diversos tipos de movimentos reivindicatórios. Por fim, a Revolução Constitucionalista (de 1932) precipitou a fundação da Legião Negra Brasileira.[68] Essa legião prestou "uma grande colaboração à revolução, mas maior colaboração ainda aos negros, pois veio darlhes um crédito através das lutas por eles sustentadas nos setores mais renhidos de combate".[69] O importante, porém, é que Guaraná Sant'Ana e seus epígonos esposavam uma compreensão renovadora do "problema negro". Eles entendiam que o futuro do "negro" dependia de sua capacidade de se entrosar nos processos globais de transformação da sociedade brasileira. "Os negros da República Nova, que incontestavelmente a têm amparado e prestigiado, devem e precisam se arregimentar, para, sobretudo, lutar pela consolidação dessa mesma república nos transes que porventura se tornarem necessários."[70] Seu impulso se processou na direção de quebrar o isolamento histórico do "negro", visando compeli-lo a tomar parte consciente e ativa nos acontecimentos históricos da sociedade global.

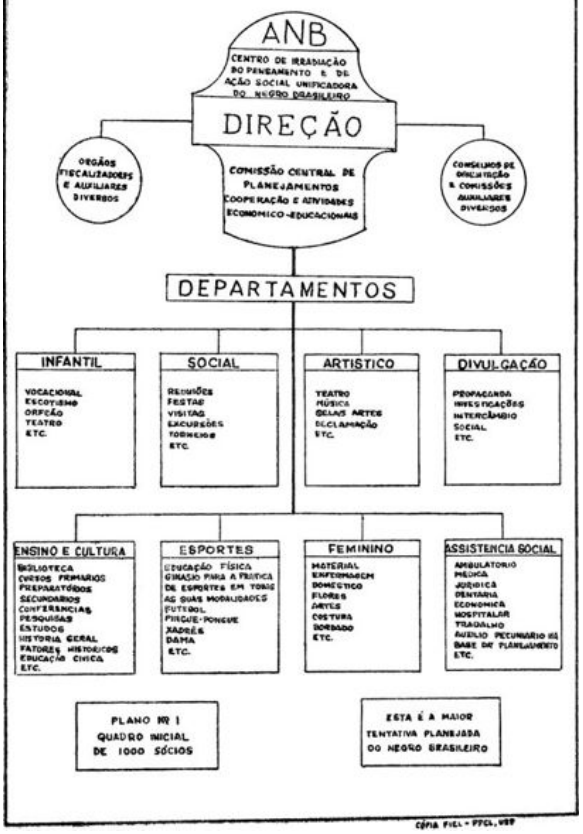
Essas tendências frutificaram ao longo do silêncio e da atividade reduzida, que caracterizam a adaptação dos movimentos reivindicatórios sob a ditadura. Em 1945, elas eclodem, florescentes, com vitalidade que abria maiores esperanças. O esforço de conciliação alcançará um mínimo de êxito. Quando surge a aspiração de se fundar a Associação dos Negros Brasileiros, ela conseguiu abranger algumas das figuras mais expressivas dos movimentos reivindicatórios da década de 1927 a 1937. Seu jornal, *Alvorada*,[71] circulou entre 1945 a 1948, propagando uma compreensão bem mais madura, integrativa e plástica do "problema do negro" encarado, simultaneamente, como problema econômico, social, cultural e racial. Se a tentativa tivesse vingado, nela se encontraria o caminho para a mobilização conjunta dos diferentes estratos sociais da "população de cor".

Outros veículos de agitação intelectual e de comunicação no "meio negro", como *O Novo Horizonte* ("órgão de propaganda unificadora"., que tinha por lema, inicialmente, "Para seres bom negro, sê culto – o futuro da nossa raça o exige"),[72] também se devotaram, a seu modo, ao esforço de congregar e de unir o negro e o mulato em uma causa comum. As tentativas de uma abertura mais franca e corajosa diante dos processos históricos-sociais da sociedade brasileira como um todo foram retomadas, com amplitude e profundidade que não tiveram antes, pelo grupo de orientação

socialista, reunido em torno de *Senzala*, “revista mensal para negros”, que teve duração efêmera mas exerceu influência fecunda.[73] A seguir, apareceram novas entidades e alguns jornais.[74]

Todo esse florescimento revela quão significativo foi o período que vai de 1945 a 1948 (pelo menos), como ressurgimento, redefinição e implantação definitiva das velhas reivindicações da “gente negra”. Não se renovam, apenas, os antigos focos de agitação intelectual e moral. Esboçam-se novas linhas de consciência da situação sociocultural do “negro” em São Paulo, consolidamse as esperanças de arregimentação universal, mas segundo modelos democráticos e pluralistas de atuação social organizada, e surgem soluções institucionalmente mais elaboradas para esses problemas. Sabiase que a miséria, a ignorância e o individualismo do “negro” não constituíam as únicas barreiras a serem vencidas. Via-se melhor como a sociedade inclusiva tolhia a eficácia e a continuidade dos movimentos reivindicatórios; e compreendia-se com maior clareza a relação entre meios e fins (com a própria natureza de ambos) em termos da ação propriamente dita.

ASSOCIAÇÃO DOS NEGROS BRASILEIROS



CÓPIA FIEL - FFCL, USP

Embora os objetivos destas variadas ramificações da agitação social no "meio negro" tenham falhado, no terreno prático, elas penetraram e modificaram, de várias maneiras, o horizonte cultural do negro e do mulato paulistanos. Por isso, julgamos mais avisado projetar os aspectos ideológicos num período mais vasto de tempo e conduzir nossas sondagens pelo menos até 1948, marco que assinala o fim do sonho de se constituir a Associação dos Negros Brasileiros, com o desaparecimento de *Alvorada.*

Em conseqüência, partindo das evidências fornecidas pelo fulcro original dos movimentos reivindicatórios, já debatidos, coligimos outras manifestações ideológicas referentes àquele período ou à fase de ressurgimento dos movimentos reivindicatórios no "meio negro". Haveria pouco interesse, outrossim, em reiterar conclusões sugeridas, implícita ou explicitamente, pelos materiais empíricos, apresentados anteriormente. Preferimos nos concentrar, portanto, em três questões fundamentais: 1ª – a natureza da ideologia racial com que nos defrontamos, graças ao aparecimento e à persistência dos movimentos reivindicatórios da "gente negra"; 2ª – os conteúdos e a orientação das formulações ideológicas, objetivadas socialmente de forma bastante geral e persistente, para serem consideradas representativas e atuantes; 3ª – as funções dessas formulações ideológicas.

Club Negro de Cultura Social



Associação que imprime na sua finalidade, as aspirações maximas da mocidade negra patricia.

Funciona sob exide vigorosa do cliche que encima esta nota: União da juventude no campo da instructura physico-moral intellectual Alistem-se

Quanto à primeira questão, é inegável que as aparências sugerem uma idéia falaciosa: que não existe uma "ideologia negra" – nem mesmo variantes toscas de algo que pudesse merecer esse nome. No entanto, atrás das ambigüidades, das vacilações e das contradições (por vezes agravadas pelas lutas encarniçadas e sem "quartel de líderes, de grupos ou de facções), havia uma situação de interesses comum. Por mais complexa e caleidoscópica que fosse essa situação de interesses, ela enredava os "agitadores",[75] comprometendo-os com reivindicações e palavras de ordem substancialmente idênticas.

Essa realidade foi prontamente descoberta e apontada pelos principais expoentes da "imprensa negra" (ainda que sem resultados práticos). E não pode deixar de ser reconhecida numa análise objetiva. A única coisa que se poderia ponderar é que se estabeleceram e se consolidaram, gradualmente, duas tendências típicas. Enquanto e na medida em que aceitasse e se identificasse com a dominação da "raça branca", o "negro" comungava a ideologia da democracia racial caracterizada no capítulo **III**. Ou seja, definiase perante a sociedade através da ideologia racial dominante. Todavia, quando o "negro" repudiava essa ideologia, com alguma coerência e vivacidade, ele encarava aquele espécime de sua "raça" como "trânsfuga", procurando se afirmar mediante avaliações e aspirações sociais autônomas. Em conseqüência da própria conjuntura histórica, o grau de autonomia da consciência social era extremamente variável no seio da "população de cor". Havia os que percebiam a necessidade da "arregimentação da gente negra" sem admitir a existência do "preconceito de cor"; e os que acreditavam em ambas as coisas. Entre os dois pólos opostos, intercalavamse diferentes concepções de transação. Todos os que assim pensavam, porém, compartilhavam de certas convicções elementares universais. Achavam que o "negro" devia despertar, sair do retraimento e se impor novos alvos de "integralização" à ordem econômica, social e política.

É dentro do referido estoque de convicções elementares universais que se constitui, aos poucos, uma ideologia racial divergente, sob muitos aspectos em conflito aberto com a ideologia racial dominante. Ela nunca chegou a ganhar um mínimo de pureza *teórica* e de agressividade *prática*, por causa da ambigüidade inerente à conjuntura histórico-social e racial. A busca de autonomia não se confundia com a negação e a repulsa da ordem social vigente. Ao contrário, pressupunha a defesa convicta das vantagens da

aceitação e da integração completa a essa ordem social. Portanto, o "branco" não era atacado senão na essência de sua dominação racial e da ideologia correspondente. O elemento dinâmico das acomodações divergentes desenvolvidas é inconfundível: o "negro" inconformista pretendia que se redefinisse a situação de interesses da "raça negra" em termos da estrutura e do funcionamento da sociedade de classes. Ele não repelia nem o "branco", nem a "sociedade de classes", nem as "formas de dominação" que reajustassem as relações raciais aos mecanismos da ordem social competitiva. Mas condenava literalmente a perpetuação indefinida dos padrões brasileiros de integração racial, que mantinham uma dualidade indesejável: uma situação praticamente de castas sob o manto da "sociedade aberta" e da "democracia racial".

Tudo isso mostra que a "ideologia negra" se forma como uma réplica à ideologia racial tradicionalista. De ângulo positivo, ela representa o produto dinâmico da absorção dos valores em que se assentava a ordem legal (e, por conseguinte, o próprio estilo de vida dos "brancos") pelo "negro". Na polarização negativa, ela traduz a repulsa do "negro" à duplicidade de uma ordem social, que lhe parecia *aberta* num plano, mas *fechada* noutro. Tratava-se, pois, de uma ideologia que jamais se poderia organizar em bases racistas. O apelo de união e de exclusivismo tinha, dentro dela, um caráter meramente estratégico. Não era um fim em si mesmo nem o alvo supremo, perseguido conscientemente como tal. Sob todos os aspectos, estamos diante de uma contraideologia, construída para minorar as frustrações psicossociais de uma categoria racial e, eventualmente, para auxiliála na luta direta pela modificação rápida do *status quo.*

Entendida nesses termos, a "ideologia negra", tal como ela se objetivou através dos movimentos sociais considerados, tinha por fim explícito e último o desmascaramento da ideologia racial dominante. Por sua própria natureza, ela deveria extinguirse à medida que preenchesse suas funções. A longo termo, *paripassu*com a integração econômica, social e política da "gente negra", ela perderia sua razão de ser e estaria fadada ao desaparecimento. O seu lugar seria tomado por outros valores e avaliações sociais, legitimamente consagrados pela ordem social vigente. Se isso não sucedeu, a culpa não cabe ao "negro" nem a qualquer sorte de intolerância racial de que ele se fizesse portavoz. Mas se deve a uma conjuntura

histórico-social que solapou, pela base, suas esperanças e seus esforços de democratização do sistema brasileiro de relações raciais.

O desmascaramento se processava em três níveis distintos. No mais evidente e superficial, ele negava a eficácia, para o "negro", da ordem legal estabelecida. A liberdade e a igualdade, conquistadas após a Abolição e a República, seriam meramente formais e inúteis. Ambas não teriam eliminado a "espoliação secular", que continuaria sob novas formas.

> Basta de mentiras... Basta de tutelas... Os negros querem ajudar na organização do Brasil, com a sua independência de pensamento. Querem ter a proteção própria na política, colocandose sempre ao lado do seu único partido que é o Brasil.[76] [...] O elemento negro já sabe que precisa trabalhar para a sua integralização moral e material; é uma conquista imprescindível; é uma necessidade inadiável que se nos apresenta; é a maior consagração que se pode oferecer à memória do nosso antepassado. E será também, a segurança do futuro da nova geração que vem surgindo, e precisa, por força, encontrar o exemplo da nossa vitalidade moral, em volta de tantas idéias sãs que temos defendido e semeado na seara do bem e do bom viver. [...] Depois de oito lustros de liberdade, os remanescentes dos exescravos tiveram de lutar, para não ficar intoxicados pela cachaça e outros vícios... Ficaram libertos, porém, sem pão e sem lar, embrutecidos pelos martírios do maldito regime; tiveram, também, de enfrentar as correntes migratórias que sempre foram bem remuneradas e amparadas por todas as leis do nosso país... Do negro ninguém cuidou, ele que fora a verdadeira máquina de trabalho para a construção do progresso que, hoje, assistimos, mas que, à mocidade negra, não toma parte ativa, na tumultuosidade dessa lufaIufa diária.[77] Nossas glórias não nos poupam à atitude de escárnio ou piedade pior que ele, com que nos tratam governo e sociedade. Gozamos, *teoricamente*, de todos os direitos que, juridicamente, nos garante a própria constituição fundamental. Mas, como o direito, para o ser, implica uma expressão de vida real e não abstração, as forças da sociedade que estão, inapelavelmente, acima da lei ou contra ela, evitamnos ou até nos expulsam das suas instituições burocráticas, de utilidades ou "política" social de ensino, e de formação intelectual, moral e religiosa também; abominamnos orfanatos, hospitais e mais casas de assistência social, e até nas casas de expressão econômica em que, em suficiência e competência, poderíamos ganhar o pão de brasileiros e humanos. [...] Não há, para nós, o mais das vezes, justiça social. Em situação de direito, quando apelamos para quem nôla garanta, já estamos antecipadamente derrotados na demanda. [...] Relegamnos, pois, a nós brasileiros, a uma posição horrível de inferioridade e desprestígio perante o nacional branco, e o que mais revolta, perante o estrangeiro. [...] Nada têm valido os protestos insulados. E eles hão sido muitos, chegando às vezes tragicamente à reação violenta que é paga pelo castigo de crimes comuns articulados no Código Penal, sem atenuante... [...] Somos a caricatura ambulante do grande Brasil da epopéia de 300 anos, para a gargalhada beócia dos que não conhecem a história e as tradições nacionais que somos nós, que são os nossos antepassados. [...] Esbulhados de posses pessoais e coletivas, não há quem advogue a nossa causa, enquanto muitos de nós, na ignorância da situação, nos esquecemos do futuro nosso. [...] Despertai, Patrícios! Nada nos aproveitam as nossas glórias tantas vezes empanadas e até negadas. Nada valem para o remédio do nosso estado atual, não nos valorizam familiar, social, política nem economicamente.[78] [...] Enquanto aqueles nossos irmãos vivem há

> longos anos, chafurdados num ver dadeiro pantanal, os nossos inimigos, que para aqui se apartaram, apoderavamse das posições de destaque, quer na política, quer nas repartições públicas, mancomunados com os passados governos, que, além de deixarem de executar as leis constantes na nossa Carta Constitucional, ainda faziam prevalecer o despotismo, tolhendo a liberdade do povo. "Todos são iguais perante a lei", diz o parágrafo 113 da nossa Magna Carta. Esse direito de igualdade que a lei nos assegurava foi, sempre, um mito. Nunca existiu! Ainda hoje, quando um indivíduo batese pelo direito de igualdade, é tachado de extremista por alguém que se julga com o direito de superioridade, dada a sua posição social.[79]

Em um nível mais profundo, o desmascaramento alcançava as racionalizações em que se fundavam a filosofia e a política da "democracia racial", com o padrão correspondente de dominação racial tradicionalista. Aí surgiam, a um tempo, uma explicação para a ineficácia da ordem legal vigente e uma interpretação das fontes de resistência à aceitação igualitária do negro e do mulato pelo "branco". O "preconceito de cor" se elaborava como uma categoria histórico-social, indicando por que "classe" e "raça" se misturavam de maneira tão intrincada. Dois tipos de barreiras se entrecruzariam, de modo imperceptível ou dissimulado aos olhos do "branco", complicando o peneiramento social do "negro" e pervertendo a normalidade da ordem social competitiva e democrática, mais ou menos fechada para os "homens de cor". Esse diagnóstico era, por sua natureza, muito complexo. Por isso, esboçase aos poucos, até se firmar plenamente, com toda clareza e através de uma posição de luta. De início, ainda prevalecia certa confusão. O "negro" não sabia se o "preconceito" se associava à sua condição racial ou à sua posição social. A seguinte pergunta é bastante esclarecedora: "Pergunto eu: por que é que existe esse mesquinho preconceito; é por causa da cor, ou por ser pobre e não andar decentemente trajado, ou ainda no causo mais sério será porque o negro não sabe portarse com a devida polidez que esses lugares requerem?".[80] Mas logo se firmou uma orientação predominante, que o definia como sendo *racial* e suscitava reações de animosidade consciente.

> "Nós, os negros, somos os primeiros a sonegar a existência da questão negra, brasileira, e vivemos apavorados diante da marcha evolutiva de outras classes e diante dos fenômenos resultantes dos erros sociais, pela covardia e a vaidade de certos negros que vivem amparados pelo protecionismo interesseiro e confessamos abertamente que somos incapazes de advogar a própria causa. No entanto, é mister não se notar a transmutação do ambiente que aos poucos vai nos colocando numa condição de inferioridade, como se fôssemos estranhos a tudo. que diga respeito aos brasileiros [...]. No Brasil não há preconceito de

Raças. Assim dizem. No entanto, o dr. Rubens do Amaral, orgulho da nossa imprensa quotidiana, afirmou há tempo, em brilhante artigo, não somente a existência do preconceito da cor, como o da classe. [...] Mas o preconceito de raças no Brasil, vai se acentuando cada vez mais, sobretudo em São Paulo e nos Estados sulinos; e, em meio a esta luta surda, nós, os negros, temos que tombar vencidos [...]. Em São Paulo, onde o cosmopolitismo é forte por excelência aos demais Estados da federação, as colônias estrangeiras organizamse entre si, e fazem o preconceito, permitindo em seus meios os brasileiros não negros e berram sem receio a nossa inferioridade..."[81]

"Miguel Pereira e Belisário Pena afirmaram que é o Brasil um vasto hospital. E nós não tememos afirmar que esse vasto hospital deriva da doença mais grave, que é o preconceito de raça e de cor, enfim a dor da mentalidade dos nossos dirigentes, deixando que pereça toda uma gente que é preciso ser substituída, porque é mestiça, porque é negra e deverá ser branca custe o que custar, mesmo à custa do esfacelamento do Brasil, pela vasa do arianismo internacional imigrado."[82] "Embora muita gente queira dizer o contrário, nós, os Negros que continuamos sofrendo, afirmamos o que dizemos, e eu em boa hora já disse que – o *preconceito de cor no Brasil, só nós, os negros,* o *podemos sentir* [...]. O brado de alerta da *Frente Negra Brasileira*, porém, não é contra as leis do país, que não abrigam preconceitos de cor: não é contra a sociedade que tem o direito de pensar como ordene os ditames da própria consciência – é a favor do negro brasileiro que tem sido um exótico na sua própria terra e uma simples *coisa* na sociedade. É *preciso um impulso forte de maldade e inconsci*ênc*ia para afirmar que, no convívio social, o negro goza das mesmas prerrogativas e regalias que o branco* [...]. O preconceito de cor, repito, não é inspirado nas magnânimas leis nacionais – é fogo ateado com a lenha particular da sociedade. *E a finalidade da F.N.B.* é *construir um imenso reservatório de* ág*ua capaz de apagar para sempre essa fogueira.*"[83]

"A F.N.B. foi criada para demolir de vez o preconceito hipócrita e encoberto que existe e que tanto prejudica a nós negros, com sua obra de sapa subterrânea, contra a qual quase não podemos nos defender, por estar ele numa posição oculta de ataque que o protege da defesa franca; para conquistar para os negros coisas que até então lhe negam, para elevar o nível moral e intelectual do homem negro e organizar melhor a família, estabelecendo uma concórdia digna com o branco..."[84]

"A raça negra no Brasil é, incontestavelmente, vítima de impressionante injustiça. Injustiça tanto mais grave, tanto mais dura, quanto mais corre o tempo. Se o leitor se der ao trabalho de investigar o pensamento de cada homem negro, letrado ou ignorante, há de ficar pasmado. [...] Há uma perfeita comunhão de idéias! [...] Todos ou a maioria pensa de uma mesma forma no tocante ao ideal. Todos sofrem do amesquinhamento e da diminuição; sentem do preconceito e das preterições; sabem dos vexames e do pouco caso. [...] Sofrem pela marca indelével, de sua epiderme, pelo crime de terem nascido escuros. De nada lhes serve o saber, de pouco lhes vale a dignidade, de muito menos se lhes adianta as qualidades boas e a competência. A tudo que os faz superior se opõe um obstáculo: a cor."[85]

"É evidente, pois, que o negro brasileiro não mais pode ficar apático, indiferente, em face das realidades que o cercam. Não mais pode esperar, com aquela santa ingenuidade avoenga, pelo decreto salvador que o integre de fato e de direito na comunhão brasileira. Precisa lutar. Instruirse. Interessarse pelos problemas essenciais da humanidade e do país e pelas questões basilares de sua sorte. Precisa desmanchar o falso pressuposto de que o negro não tem casos seus dentro dos problemas e casos humanos de toda a comunidade brasílica."[86]

> “Objetivando a sua elevação, colimando aquele estado de perfeição inerente aos homens e, conseqüentemente, à coletividade de que faz parte, toda a vez que o negro começa a fugir da sonolência, contra ele se levantam as mais absurdas e descabidas objurgatórias. E – como já é de crônica antiga – reiniciam a saltitar os batidos argumentos: o negro não tem problema, somos um povo que não tem preconceito, não temos barreiras baseadas na cor. Ou então soltamse os fantasmas dos epítetos do momento político, tachandose o negro de todas as denominações, já se vê que contrárias ao regime vigente no país.”[87] “A questão do preconceito de cor no Brasil – e que nós sempre afirmamos que é de raça – esteve, em dias do mês passado, novamente em efervescência. [...] Ainda há pouco, dizia bem o poeta negro Solano Trindade num artigo inserto no *Jornal de Debates.* A questão do preconceito não é a causa que importa, mas sim, os seus efeitos. E, objetamos nós: esses efeitos são causados em grande parte pela nossa própria culpa! E quem diz isso? O jornalista e lutador José Bernardo, no próprio *Jornal de Debates*, quando afirmou esta dura verdade, que aqui grifamos: *‘a culpa é dos próprios negros!’* Estamos de acordo. Sim, porque nós, os negros brasileiros, somos todos originários das senzalas e temos, ainda, os estigmas do desprezo que, humanamente falando, devia dar mais brio e calor no rosto de certos negros granfinados pelo verniz das fantasias – que fazem toda a espécie de ridículo e são uns contrastes em face do problema da evolução negra no Brasil.”[88]

Esses dois tipos de desmascaramento engendraram a necessidade de desmascarar, também, certos símbolos e valores que serviam de fundamento, na sociedade inclusiva, para se conceber a realidade racial segundo a situação de interesses dos “brancos”, como e enquanto raça dominante. As datas históricas e sua significação oficial entravam nesse rol:

> “Mas de que serviu finalmente a lei do abolicionismo no Brasil? Unicamente para mostrar ao estrangeiro a nossa aparente civilização, porque se ela aboliu a escravatura oficial, implantou o servilismo particular; se derrubou o regime de escravos obrigatórios, impôs o de servos voluntários.” [89]
> “As revoluções de 13 de maio de 88 e a de 15 de novembro de 89, num rápido confronto, condenaram a Raça Negra à morte lenta, pela ociosidade, pelo abandono e, em suma, por todos os vícios e as agruras das intempéries.”[90]
> “E a nossa ação social, distender-se-á por todo o Brasil, num vasto campo de saneamento moral e educacional, desse mesmo povo negro que a mentira de 13 de Maio deixou no mais completo abandono, para melhor servir à causa da nossa arianização.”[91]
> “Basta de experiência!… Não podemos advogar outra coisa que não seja a nossa própria causa qual ela se apresenta. E ela se apresenta assim: o negro trabalhou mais de 300 anos na escravidão. Os horrores todos conhecem. E a escravidão é um roubo. Veio a Lei de 28 de Setembro – Ventre Livre, legislação na casca do ovo. Veio a ironia de 13 de Maio de 88. O negro ficou um livre escravo. Passaramse 43 anos e o negro veio no ciclo de todas as agitações – inconsciente e angustiado – mas sempre procurando compreender os seus usurpadores.”[92]

As transcrições feitas na primeira parte deste capítulo ou nos parágrafos anteriores evidenciam que os valores reputados como essenciais para a vigência e a normalidade do estilo de vida democrático também sofriam um processo de desmascaramento. Não se afirmava que eles fossem secundários ou indesejáveis; apenas, que sua observância se restringia ao comércio social dos "brancos" entre si, o que os convertia em autênticos privilégios e em prerrogativas de um sistema de castas dissimulado. O que importa, acima de tudo, é o tirocínio do "negro" em suas experiências com esses valores. Após as amargas desilusões, que se seguiram à fase pós-abolicionista, com as confusões tão destrutivas que o colocaram à margem do processo histórico, os referidos valores deixaram de ser vistos como um fim em si mesmo. O "negro" compreendera, enfim, que precisaria proceder como o "branco" e que a liberdade ou a igualdade só possuíam algum sentido se pudessem ser fruídas socialmente.

> A liberdade do homem não é a sua única razão de ser, mas o que brota de seu pensamento é que causa a origem da luta de igualdade reforçada pela necessidade que possui, cada ser humano, em ter sua vida regularizada dentro de um padrão decentemente recomendado pela época atual. Lamentamos sinceramente ao vermos que desde há muito, reiniciada a campanha de democratização do povo brasileiro, até agora não se pode precisar nenhum plano elaborado em bases sólidas para a defesa de nossa gente. Não nos importamos com as profecias que giram de quando em vez, trazendo à tona social o dilema "Plantar não basta". Não nos diminui, se não colhemos, hoje, aquilo que ontem plantamos; mas outras pessoas futuramente hão de colher e a pátria, agradecida, galgará mais um degrau na escadaria da civilização, impoluta, de ombro a ombro ela marchará com as demais nações instruídas, rumo à economia, rumo à cultura, rumo ao bemestar de todos! Bem sabemos que povo algum pode seguir justa e pacificamente a questão social nestes últimos tempos, em que se sente a necessidade da verdadeira união entre todos, e da comunhão de pensamento, onde a fraternidade viria operar mutuamente, e o respeito se processasse à altura do preceito humano – mesmo sendo negro.[93]

Desse ângulo, os movimentos reivindicatórios apareciam aos olhos do próprio "negro" como uma espécie de *experimentum crucis*. Cada etapa vencida significaria uma ascensão na escala do prestígio e da dignificação da pessoa, com novos recursos para o uso construtivo da liberdade e da igualdade perante os "brancos". Doutro lado, o grau de tolerância destes diria, como um termômetro, até onde se poderá chegar, no Brasil, na democratização das relações raciais. "Mas a Frente Negra Brasileira veio para reivindicar os prejuízos da raça negra, que ainda há pouco saía das

portas degradantes da escravidão; e o seu programa, patriótico e humano, merecerá o apoio de todos os brasileiros, se é verdade que no Brasil não há preconceito de cor."[94] O "dilema do negro" se confundia, assim, com o dilema da democracia no Brasil. Optando por ela e se preparando para dela participar, o grau de aceitação ou de rejeição do "negro" diria, por si mesmo, até onde chega a lealdade dos "brancos" para com os fundamentos axiológicos da ordem social democrática.

Essas indicações sugerem que, apesar da precariedade dos quadros intelectuais dos movimentos reivindicatórios, o desmascaramento foi aplicado, simultaneamente, em todos os níveis de interação com o "branco" de real importância estratégica. O "negro" não só se afirmava ideologicamente contra o "branco"; onde isso ocorria, o desmascaramento forçava o "negro" a se prover de representações e de avaliações próprias. Em conseqüência, a sua compreensão do mundo, da natureza do homem e de sua posição na sociedade ganhou certa riqueza e versatilidade. Ele não só absorveu (ou se predispôs a absorver) os símbolos e os valores fundamentais da ordem legal. Impôsse com pureza e integridade paradigmas que os "brancos" violavam ou pervertiam, em virtude das acomodações raciais imperantes.

Por aí se vê que o desmascaramento não operava, especificamente, como uma técnica social negativa. Por lamentável ou desagradável que seus efeitos possam parecer, da perspectiva social da "raça dominante", ele teve um sentido altamente criador do ponto de vista do "negro". Graças a essa técnica, o "homem de cor" redefiniu certos símbolos, assimilou o significado de certas instituições e valores sociais, bem como passou à condição de criador de seus próprios mitos. Doutro lado, as conexões de sentido que associavam a técnica de desmascaramento, tal como ela foi empregada, com a organização da personalidade, da cultura e da sociedade, converteramna, desde logo, em fonte psicodinâmica de anseio de autonomia moral e em fator sociocultural de novas tendências de autodignificação da "raça negra" como categoria social.

Os conteúdos e a orientação da "ideologia negra" se prendem, assim, estrutural e dinamicamente ao papel histórico que ela devia preencher, como contraideologia de desmascaramento racial. Em termos históricosociológicos, eles respondem à necessidade básica de uma "raça" alienada psicológica, econômica, social, política e culturalmente, que

precisa tomar consciência de sua situação de interesses para poder participar das garantias materiais e morais da "sociedade aberta". Num momento de transição, o "negro" teve de tomar consciência de si para si, como categoria racial, para se afirmar socialmente e se projetar de novo na história, na condição efetiva de *homem livre.*

Por isso, ele se propõe a "questão negra" tipicamente como minoria racial espoliada, que almeja romper as cadeias dessa espoliação. Nesse sentido, são deveras sugestivas: a gravura estampada pelo número 4 de O *Clarim da Alvorada* (13 de maio de 1928), que representa o "negro" como o liberto que rompe pelas próprias forças as grilhetas que o manietavam; e a ilustração do número 35, do mesmo jornal (de 23 de agosto de 1931), que contrastava o negro cativo ao negro livre, numa alegoria ao significado da conquista, por iniciativa própria, da plenitude cívica.[95] A noção de "raça espoliada", de "espoliação secular", de "raça secularmente desprezada e espoliada" atravessa os espíritos e ressurge em quase todos os debates.[96] "Foi uma época que marcou o surgimento de personalidades anônimas, cheias de anseios e de esperanças; era um novo alvorecer. Um novo abolicionismo, mais difícil, mais complexo. [...] Mas nós somos os párias. Lutamos com alegria e atormentados pela esperança de um ideal de conquista a um lugar ao sol." Em suma, tratava-se de "uma luta de redenção e de afirmação de direitos".[97] O "negro" pretendia se elevar à condição de "raça" livre, autônoma e respeitada, projetandose no processo histórico como agente de uma revolução social que abortara. Ele não retoma a ideologia do abolicionismo, construída pelos "brancos" e para os "brancos". Elabora ele mesmo os seus mitos, avaliações e aspirações sociais, tentando dar à segunda Abolição o conteúdo de uma afirmação do "negro" para o "negro" dentro da ordem social estabelecida.

Por conseguinte, no plano especificamente político as suas manifestações transcendiam ao âmbito dos partidos e das ideologias políticas, organizados em função da situação de interesses da "raça branca". Por isso, escreve um dos principais construtores da contraideologia analisada: "Do ponto de vista político, muito poucos são os que se colocam na esquerda ou na direita. [...] A hora é da própria reabilitação da 'raça'".[98] Contudo, isso não significava que o "negro" quisesse se *colocar à margem*, no terreno político; e, muito menos, que seus intuitos políticos tivessem algum compromisso racista. Várias transcrições, feitas anteriormente, mostram, ao

contrário, que a “política racial” posta em prática visava à integração total e, inclusive, a uma participação efetiva nas estruturas políticas do regime republicano e da nação. É que, para “ser classe”, ou seja, para se diluir nos diferentes estratos da sociedade global, o “negro” precisava, primeiro, firmarse na cena histórica como “raça”. Havia um elemento específico que impedia, no seu caso, que a transição se desse de maneira imediata – e esse elemento foi identificado como “a barreira da cor”.

O “branco” da plebe, mesmo do setor dependente, podia efetuar essa transição amparandose na “ideologia oficial”, que era a ideologia das camadas dominantes. O “negro” não, pois era preciso destruir essa barreira, por meio de comportamentos coletivos especificamente raciais, que colidiam, de modo irremediável, com aquela ideologia. Em virtude da própria situação histórico-social, bem como das tendências integrativas predominantes no “meio negro”, a transição só se efetuaria se o “negro” lograsse, como categoria racial, condições para se afirmar historicamente, rompendo o seu isolamento, superando o seu estado de dependência e anomia social e impondo, a si mesmo e aos “brancos” em geral, uma nova imagem da pessoa e dos direitos do “homem de cor”. Isso significava, em poucas palavras: vencer como “raça”, para adquirir acesso às classes sociais existentes, teoricamente abertas segundo requisitos extraraciais.[99]

Não nos compete avaliar nem os fundamentos éticos nem o grau de racionalidade de semelhante orientação. O que importa é ressaltar que ela possuía um elemento político irredutível: uma coletividade que luta por sua “redenção” e contra a “espoliação secular” (com o objetivo de compartilhar, “em condições de igualdade completa e absoluta”, os direitos e garantias sociais consagrados pela ordem legal vigente), luta fundamentalmente pela conquista de posições e de papéis políticos na estrutura de poder da sociedade. Mas, em segundo lugar, havia outro elemento político crucial na orientação da “contraideologia negra”. Não se pretendia eternizar a transição. Acabar com a “espoliação secular” e obter “a redenção da raça negra” significaria, no contexto ideológico elaborado, ir daí em diante ombro a ombro com “o irmão branco”. A enorme difusão, feita por toda a imprensa negra, mas especialmente por *O Clarim da Alvorada,* dos conflitos raciais ocorridos nos Estados Unidos abria uma margem de opção que levava o “negro” a tirar algum proveito do mito da “democracia racial brasileira”. O que se visava era a uma verdadeira democratização do

sistema de relações raciais – não as compensações de uma ordem birracial, composta por duas estruturas simétricas mas estanques.

O "negro" não aproveitou, o quanto podia, tais debilidades das racionalizações da "ideologia racial oficial". Ainda assim, teve bastante sensibilidade para se sintonizar explicitamente, com a emancipação das massas populares, com a ascensão política do *povo* numa democracia e com as exigências materiais ou morais do progresso do país como um todo. O resultado é que concebia, embora confusamente, que a luta por sua integração à estrutura de poder da sociedade devia se processar segundo modelos democráticos. A transição devia ser rápida e se esgotar, plenamente, nos instantes de sua realização como fluxo histórico. Em outras palavras, a utopia, que formava o fundo da contraideologia construída, apontava para uma sociedade de classes aberta racialmente (e não, como muitos supuseram e ainda supõem, para uma ordem social racista).

O prérequisito dessa contraideologia tinha de ser, necessariamente, a construção de uma nova imagem da "raça negra". Em primeiro lugar, impunhase quebrar o imobilismo, a passividade e o apego direto ou indireto aos mitos raciais dos "brancos". Como escrevia Vicente Ferreira, os negros precisavam sair da "apatia que envergonha a raça de gigantes".[100] Todavia, isso requeria que o próprio "negro" aceitasse abertamente e sem ressentimento uma definição inclusiva da "raça negra" e fosse capaz de se projetar com orgulho tanto no seu passado, quanto no seu presente e no seu futuro. Sob influência de Vicente Ferreira, negros e mulatos deixaram de se ver sob termos ambíguos e distintivos. Compreendeu-se que ser chamado e se designar como "negro" nada possuía de "pejorativo"; e que, ao invés, degradante seria aceitar ou estimular as ambigüidades ocultas atrás de designações correntes, como "preto", "homem de cor", "pessoa morena" etc. Logo se chega a uma autoidentificação que atribuía ao termo "negro" um sentido inclusivo e dignificante.

> Antes de começar, forçanos a explicar o que entendemos por "negro"; é *NEGRO* toda gente de cor, preto, mulato, moreno etc., descendente do Africano e do Indígena.[101]
> Pensai, negros!... Não julgueis a vossa raça por si, mas pelo que ela tem de sofrimentos no passado, e o que ela deve no presente conquistar. Pensai e hipotecai a vossa solidariedade ao soerguimento da nossa grandiosa raça, mártir de todas as usurpações e tiranias...[102]
> A escravidão não honra país algum. Deve então ser apagada da nossa história?[103]
> Somos pretos e temos alma própria![104]

Tais identificações abriam caminho para a auto-afirmação do “negro” como e enquanto “raça”. Descortinavam uma nova perspectiva, que estimulava atitudes de independência e comportamentos francamente inconformistas.

> O que precisamos é neste instante em que turbilhonam e agitamse na terra as idéias mais díspares: os negros do Brasil mantenhamse num estado de crença constante, pela jornada árida em que nos propomos a marchar, para restaurar os direitos de vida que os nossos avós cimentaram com sangue!... Raça Negra, De Pé, Para A Glória dos nossos destinos, porque as lutas retemperam os povos. [...] E nós só podemos triunfar quando cada negro for um combatente para realizar, na perfeita razão do sentimento e da justiça, a obra de bemestar econômico para a organização definitiva da família negra.[105]
>
> Estamos empenhados numa luta tão grande e nobre, que mal sentimos a penúria que nos cerca [...]. É por isto que estamos cheios de entusiasmo – amparando a legenda do século – *CORAGEM* [...] *CORAGEM* negros, um dia mais, um dia menos, havemos de vencer.[106]
>
> Sede cônscios dos vossos deveres e direitos como verdadeiros Negros e Brasileiros que sois.[107]
>
> Enquanto aguardamos a solução decantada do nosso desaparecimento, vamos marchando. Lentamente e penosamente, vamos construindo as bases para a nossa emancipação integral. *Negro, enquanto descansa carrega pedra.* Essa foi a palavra de ordem e de tormenta, sofrida pelos nossos antepassados. E nós havemos de carregar pedra, e sobre pedra havemos de construir os alicerces de nossa verdadeira aleluia. E não tardará porque os dias de hoje nos indicam – somos a raça do futuro.[108]
>
> Sou Negro! Sou Negro cônscio dos meus deveres! Sou Negro livre pelo Negro! Sou Negro! Sou soldado de minha Raça dentro do meu Brasil.[109]
>
> Erguete, negro! Empunha a tocha do saber e ilumina a senda por onde hás de transitar! Mostra ao mundo que também és forte, inteligente e capaz de realizar coisas dignas de nossa grande raça! Revela teus pendores, tuas criações, tuas necessidades e fazete credor do próprio progresso! Sacode de teus ombros o peso das agruras sofridas e faze do passado motivo de evocação e glória imorredoura. A lembrança da escravidão, longe de diminuir há de engrandecerte perante o mundo porque, libertandote desse complexo, chegarás à compreensão devida do que te está destinado a fazer para a elevação total da Raça![110]
>
> Sim, sou negro, mas ninguém contesta que pertenço a uma grande Raça.[111]
>
> Não devemos e não podemos continuar elaborando no erro da incredulidade da nossa própria capacidade de organização. E é preciso que se compreenda que só organizados poderemos conhecer os nossos verdadeiros líderes e a expressão de nossa força. E assim toda a ação que se desenvolver será em sentido direto da nossa evolução conjunta, pelos anseios de nossa cultura e pela nossa estabilidade econômica.[112]

Esse conjunto de testemunhos é incisivo. A réplica ideológica do “negro” ao “branco” respondia à necessidade de se afirmar como “raça” em si e para si. Como ponderava um de seus líderes: “Estamos ainda com a raça, pela sua emancipação integral, dentro de uma obra de negros para

negros”.[113] O “negro” estava convicto de que tinha de se converter no agente da sua liberdade e da sua integração à ordem social. Enquanto foi parceiro mudo, na cena histórica, ficou à margem dos acontecimentos e da própria vida social organizada. “A nossa hora é chegada? Então marchemos para o porvir melhor!...Alistate negro, na Frente Negra Brasileira.”[114] “Neste instante delicado da vida nacional, quando o país reclama o concurso de todos os seus filhos devotados, é preciso que o homem negro, descendente de uma raça heróica de gigantes, que regou carinhosamente o solo brasileiro, corresponda com a sua contribuição valiosa, instruindo-se e preparando o espírito para o desempenho cabal de todas as profissões.”[115] A libertação final e total da “raça negra” aparecia, assim, como uma exigência da situação histórico-social. O “negro” se redimia como e enquanto “raça”, para compartilhar e construir, com o “branco”, os destinos da sociedade brasileira.

Por aí se vê que nem o passado nem o presente do “negro” contribuíram para jungilo a uma ideologia vindicativa e de ressentimento. As frustrações e a desilusão social refluíam dolorosamente no “protesto negro”. Mas Tão-somente na esfera das motivações. Soava mais forte o empenho de eliminálas de vez, que a disposição de um acerto de contas impossível com a “raça dominante”. O “negro” se predispunha para o perdão e o esquecimento, contanto que pudesse se erguer, laboriosamente, como uma “raça” livre, respeitada e construtiva. O desmascaramento da ordem legal, da ordem racial e da ordem moral da sociedade brasileira queria pôr um paradeiro em certas práticas desumanas; não reavivar ou difundir ódios insanáveis. Vendo o seu futuro através do destino social do “branco” no presente, o “negro” se identificava com os verdadeiros fundamentos econômicos, sociais e políticos do sistema de classes. Por isso, em cada nível em que o desmascaramento racial se processava, surgiam disposições positivas de ajustamento social.

Ao desmascaramento da ordem legal, correspondiam os anseios de “integralização social absoluta”.

> Se a *Lei da Abolição* não encontrou o elemento negro preparado para recebêla e dela naturalmente saber fazer uso das prerrogativas da sua própria liberdade, cumprenos agora o desempenho de um grande papel, o de adaptálo a nós, para que o mesmo saiba doravante como quer a *Frente Negra Brasileira*, gozar e usufruir essa mesma liberdade, a fim de, em

> igualdade absoluta, o homem negro poder comparecer perante o altar da Justiça e da Lei do país, em perfeita paridade com seu patrício branco.[116]

Ao desmascaramento da ordem legal, correspondiam os anseios de tratamento social condigno e respeitoso.

> Estamos lutando para um levantamento integral do negro brasileiro; pela sua estabilidade econômica, cultural e social. Lutamos para que esses princípios sejam plantados e arraigados no fortalecimento da nossa compreensão espiritual. [...] Lutamos em função de uma missão histórica; da disparidade que uma secular espoliação deixou no seu rastro, como resultante – a condenação de gerações após gerações – malsinadas com cicatrizes profundas nesse estado latente do nosso desajustamento. Lutamos pelo direito de nossa humanidade no convívio social; contra o relegamento e as negações – tantas vezes sofridas e que ainda sofremos na estigmatização dos enxovalhamentos que nos atiram, como se fôssemos uma inútil minoria.[117]

Ao desmascaramento na ordem moral, correspondiam a laboriosa reconstrução do papel histórico desempenhado pelo "negro" no passado da sociedade brasileira e a exigência de verdadeiro respeito mútuo nas relações raciais. Assim, datas como o 28 de Setembro e o 13 de Maio adquiriram nova significação; pessoas como Patrocínio, Luís Gama, Rebouças, e tantos outros, receberam um autêntico preito engrandecedor; e os fundamentos axiológicos da ordem social competitiva e democrática sofreram uma reinterpretação realmente íntegra e puritana.[118]

Graças a aplicações desse gênero, a técnica de desmascaramento racial contribuiu para refundir o horizonte cultural médio das pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, nos movimentos reivindicatórios. Introduziu nele novas atitudes, valores e aspirações sociais; e difundiu comportamentos e controles sociais reativos de grande importância dinâmica para a integração do "negro" à ordem social competitiva e democrática. Nesse plano, seria conveniente ressaltar três aspectos mais relevantes. Primeiro, o que se poderia chamar de compulsão igualitária. O negro e o mulato, ressocializados pela participação nesses movimentos, passaram a exigir para si uma situação de existência análoga à do "branco" do mesmo nível social. A fórmula que se consagrou se exprime com vivacidade nas duas transcrições seguintes: "Temos, pois, que procurar um interstício que nos permita viver. *Viver e não vegetar.* Com dignidade própria da condição humana";[119] "E assim o negro moderno, da era nova, era de força e de

inteligência, não quer mais ficar na cozinha da nação. Hoje, ele tem um caminho a seguir, e, seguindo-o, vai ficar na sala de visitas".[120]

Semelhante compulsão animava a novas escolhas e exigia a ruptura frontal com a passividade, a apatia e o tradicionalismo:

> O negro precisa abandonar o pessimismo, deixar de lado o medo de ser alguém. Educar a inteligência, a moral, os sentimentos, o físico. Ensinar aos transviados as belas virtudes, o amor, a justiça e assim preparandonos e aos nossos, amanhã gritaremos bem alto a nossa redenção, e finalmente a nossa conquista de raça livre e nossos clarins levarão ao mundo a nossa *liberdade, igualdade*.[121]

Segundo, o desmascaramento do "branco" também atingia o "negro" que permanecesse fiel à ideologia racial oficial. Não só se condenava a capitulação passiva e o temor associado à dominação tradicionalista, bem como os traficantes com a "boa vontade" dos "brancos";[122] identificavamse e desmoralizavamse os "trânsfugas", aqueles que definiam sua lealdade fora dos interesses da "raça negra".

A ânsia de autonomia impunha uma avaliação severa do "negro" que não se identificasse com a "causa da raça" e não sentisse o seu apelo, nos terrenos do ideal e da luta. "No Sul, notadamente em São Paulo, proliferam os mercenários da raça, os vendilhões de suas glórias, escandalosamente vergados ao jugo dos brancos e para eles se prestando como veículo direto de destruição de suas próprias dignidades."[123] Terceiro, os anseios de valorização da "raça negra" se colocavam em termos precisos de redefinição das atitudes e avaliações dos "brancos". Dentro desse contexto, a ascensão econômica e social e a educação dos filhos eram vistas como alvos centrais, que iriam operar, a longo termo, como fatores de transformação indireta da mentalidade racial da "raça dominante". A seguinte explanação é suficiente para documentar a referida tendência: "os homens de cor estão trabalhando para que todos reconheçam seu valor, por que sua capacidade não seja menosprezada pela raça branca. [...] O que lhes importa fazer, imediatamente, é incutir em seus filhos o respeito aos antepassados, à convicção de que são livres no corpo e no espírito, o desejo de algo fazer em prol dos de sua cor!".[124]

A essa compulsão psicossocial se prendiam dois efeitos sociodinâmicos, que traduzem de modo pleno a influência construtiva da contraideologia construída pelo "negro". De um lado, a redefinição do significado do

trabalho na sociedade de classes. Ele passa a ser encarado como elemento de dignificação do homem e canal básico de ascensão social.

> O trabalho é um dos fatores necessários para o triunfo da nossa evolução, apeguemonos a ele, com verdadeiro amor, para que, com o fruto dos nossos esforços diários, obtenhamos os frutos que se prestam para educação dos nossos filhos e irmãos, unificando os nossos ideais de confraternização a fim de deixarmos às gerações futuras as bases sólidas para a continuidade da grandiosa obra dos nossos primeiros lutadores.[125]

Portanto, ela iniciava a reconciliação do "negro" com a civilização industrial, incentivando-o a valorizar o trabalho segundo a escala do trabalhador livre. De outro lado, a descoberta da importância da instrução e da escola como requisito para competir com êxito com os "brancos" e como fator de integração à ordem social vigente.

> Mas, para que vejamos satisfeitos os nossos sonhos, pelo qual temonos batido constantemente, não é Tão-somente a união o fator primordial destas inspirações, aliás justíssimas, não é. Em primeiro plano, está a *educação.* Logo, precisamos tratar da educação dos nossos menores, fazê-los conhecedores da lei constitucional do país, para que a vindoura geração coordenese, associandose política e intelectualmente na evolução nacional; porquanto, a maioria dos homens de cor não acompanha de perto e com interesse tudo que se passa em derredor de si, vivem alheios – pouco se lhes dá se a raça está necessitada, instruída, etc., etc., porque não receberam uma educação aprimorada na sua infância, que lhes permitisse, facilitando-os, observar o abandono em que se encontram. Eduquemos, portanto, os nossos filhos, façamolos senhores dos seus direitos, para que amanhã nos orgulhemos de ser negros e pertencentes a uma raça pujante que tem demonstrado o seu valor físico e moral desde os tempos primitivos até a conflagração européia.[126]

O sentido pragmático da orientação adotada transparece claramente na seguinte recomendação, que traduz o que o "negro" procurava na instrução: "Negros... Si eu pudesse levar a cada povoação deste continente brasileiro uma palavra siquer, diria: Aprende a ler, não para ser letrado, mas para conseguir a educação social indispensável aos filhos".[127]

O abundante material coligido aqui, a respeito da natureza, orientação e conteúdos da contraideologia racial, elaborada em conexão com os movimentos reivindicatórios no "meio negro", dispensanos da necessidade de descrever e de fundamentar, empiricamente, as funções sociais preenchidas por aquela contraideologia. Os dados já expostos indicam, com clareza, quais são essas funções. E revelam, em termos do contexto

histórico-social descrito, quais eram as barreiras que se opunham à sua universalização no "meio negro" paulistano: 1º – a inexistência de padrões de solidariedade racial suficientemente fortes para converterem a "população de cor" numa categoria racial integrada; 2º – a propensão da chamada "classe média de cor"[128] a se afirmar através de símbolos de riqueza, de nível de vida e de prestígio social próprios, isolando-se da massa da "população de cor" e tentando ignorar suas reações inconformistas diante do que poderíamos chamar de "dilema racial brasileiro"; 3º – a tendência que se manifesta em todos os setores da "população de cor" e é amplamente fortalecida pela influência direta ou indireta da "raça dominante", a se confundir a lealdade à ordem social nacional com a observância de expectativas de comportamento impostas pela ideologia racial "oficial", construída pelos e para os "brancos".

Se tomássemos a conhecida distinção, que separa as funções sociais em *manifestas* e *latentes*,[129] parece evidente que a contraideologia em questão preenchia duas funções básicas, no plano das atividades sociais conscientes, e três funções fundamentais, no plano das atividades cujos objetivos ou conseqüências eram parcial ou totalmente despercebidos pelos agentes.

No primeiro nível, aquela ideologia racial concorria, simultaneamente: 1º – para desmascarar as racionalizações, opiniões e avaliações consagradas pela ideologia racial dominante, evidenciando os fatores e os efeitos *reais* da desigualdade racial vigente; 2º – para unificar a percepção e a explicação da realidade, bem como as manifestações individuais ou coletivas de inconformismo e as aspirações de justiça social, objetivadas historicamente como reivindicações de uma categoria racial exposta à "espoliação secular". No segundo nível, ela contribuía: 1º – para ajustar o horizonte cultural do negro e do mulato às situações da existência social, criadas pela sociedade de classes; 2º – para difundir e universalizar, no "meio negro", impulsões psicossociais igualitárias de profissionalização, de participação da cultura e de integração social, as quais compeliam os negros e os mulatos a adotar a competição e até o conflito (em alternativas inevitáveis) como um aspecto normal do novo estilo de vida e, portanto, de suas relações com os "brancos"; 3º – para eliminar os resíduos do "antigo regime", ainda persistentes no sistema brasileiro de relações sociais.

No conjunto, essas cinco funções demonstram que o “negro”, como e enquanto categoria racial, começa a emergir e a se afirmar como *homem livre* quatro décadas após a Abolição. Elas deixam patente que a contraideologia racial analisada constituía uma ponte histórica entre o passado, o presente e o futuro. Por seu intermédio, o “negro” tenta se entrosar psicológica, cultural e socialmente às tendências de desenvolvimento da ordem socialcompetitiva. Ao contrário do que pensavam todos os que hostilizavam, censuravam ou viam com suspeitas os “movimentos racistas dos negros”, estes constituíam a matriz de uma ideologia racial genuinamente integracionista. Eles não alimentavam nenhuma espécie de racismo puro. A ideologia racial que eles produziam se conformava às reivindicações sociais que eles perseguiam. Lutavam, apenas, por estender à “gente negra” os benefícios materiais e morais da revolução social, que destruíra a sociedade de castas.

Essa conclusão impõe uma pergunta. Então, por que os movimentos sociais reivindicatórios não vingaram nem mesmo no “meio negro”? A resposta parece simples. A sociedade inclusiva não desaprovava os propósitos integracionistas da contraideologia racial elaborada pelos “negros”. Todavia, ela não se propunha de modo idêntico os problemas da democratização da riqueza, dos níveis de vida e do poder, isto é, fazendo *tabula rasa* do sistema vigente de dominação racial. A ordem social competitiva se abria diante do negro e do mulato; mas de forma individualista e ultraseletiva.[130] Em outras palavras, ela não se tornou aberta, *ex abrupto*, a toda uma categoria racial, como o exigia a contraideologia racial descrita. Portanto, na dinâmica da sociedade inclusiva existia uma resistência atópica e inabalável à igualdade racial, da maneira em que ela era formulada e pretendida pelos movimentos reivindicatórios dos “negros”. Os “brancos” se dispunham a aceitar os “negros”, inclusive no terreno competitivo, mas em seus próprios termos. Não toleravam, porém, que se alterassem as bases estruturais das relações de “raça” para “raça”. Como acontecera no passado, a absorção do “negro” em posições sociais conspícuas (e, portanto, a sua classificação e ascensão sociais), conta como episódio individual, que não afeta (nem deve afetar) a condição heteronômica da “raça negra”.

Tudo isso evidencia que ainda estávamos presos moralmente à concepção tradicionalista do mundo. Na imagem que se construíam da

sociedade brasileira, os "brancos" não só se representavam inapelavelmente como "raça dominante"; teimavam, ainda, em não reconhecer a legitimidade da autonomia de minorias étnicas ou raciais e repeliam qualquer aspiração igualitária que estas definissem com esse caráter, como categoria étnica ou racial. Por conseguinte, o "negro" podia ter acesso, dadas certas condições, às posições e aos papéis sociais dos "brancos". Contudo, esse resultado jamais poderia (nem deveria) ser concebido como um apanágio legítimo da "raça" a que pertencia.

Por aí se vê que não estávamos, entre 1927 e 1948, tão longe do passado recente. O "branco" se inculcava a condição de "raça dominante", embora o fizesse de maneira não explícita. O pior é que assim procedia sob a égide da ordem social competitiva. Já não se pensava o "negro" como o sucessor e o equivalente humano do escravo ou do liberto. Seus rompantes de *homem livre* eram, pelo menos, tolerados, o que explica a proliferação das "agitações" raciais e a propagação da contraideologia do desmascaramento racial no "meio negro". Entendiase, no entanto, que a equivalência de direitos e de deveres, entre as duas "raças", constituía um princípio subversivo e que, nesse ponto, impunhase "pôr a negrada em seu lugar". Redefiniase, pois, uma concepção velha, que iria camuflar a recusa sob a aparência e mesmo sob a prática esporádica da aceitação. O "negro" lutou em vão contra as causas e os efeitos perniciosos dessa areia movediça. Ele logrou se situar melhor e com maior coragem em face das alternativas do presente. Contudo, não possuía forças para derrubar os pilares invisíveis da desigualdade racial. Teve de se conformar, finalmente, com uma realidade ambígua, que dava aos indivíduos o que retirava da coletividade que eles constituíam.

Assim, o "negro" desiste dos movimentos reivindicatórios e só subjetivamente apela para o conforto moral da contraideologia que construiu num momento de protesto infrene. Penetra, desse modo, em uma nova era histórica para a "população de cor" na cidade de São Paulo, afirmando-se como *homem livre* e como *cidadão,* embora sem conseguir que se reconhecesse, socialmente, que "todas as raças são iguais perante a lei".

Capítulo ii

Impulsões igualitárias de integração social

Introdução

Parece inegável, de uma perspectiva histórico-sociológica, que os movimentos reivindicatórios no "meio negro" respondiam à situação de contato racial que se delineara durante a implantação da ordem social competitiva. O desequilíbrio existente entre as bases econômicas, sociais e políticas dessa ordem social e o sistema de relações raciais vigente engendrou a necessidade do *protesto negro.* No entanto, aquele mesmo desequilíbrio contribuiu, poderosamente, para manter a sociedade inclusiva abúlica aos anseios de integração social da "população de cor". Ela não só não reagiu às pressões morais e políticas daqueles movimentos reivindicatórios, como, em suas tendências evolutivas, imprimiu vitalidade crescente a critérios de peneiramento econômico, político e social que colocavam o negro e o mulato diante de opções irremediáveis. Ou eles se ajustavam, individualmente, aos requisitos da ordem social competitiva ou ficariam à margem dos processos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural – quaisquer que fossem suas disposições coletivas de participação cultural.

Em suma, as esperanças coletivas do "negro" ruíram fragorosamente. Foilhe impossível quebrar a ordem racial herdada do passado, mediante a introdução *ex abrupto,* na organização da sociedade inclusiva, de tendências progressivas de democratização das relações raciais. Contudo, a própria consolidação da ordem social competitiva iria modificar, substancialmente, o panorama social. De 1937, data do fechamento da Frente Negra Brasileira, a 1948, quando o *Alvorada* deixa de circular e com ele desaparece o ideal de se fundar a Associação dos Negros Brasileiros, a sociedade inclusiva se alterara de tal modo, que acabou por afetar a acuidade espontânea da "população negra" à estratégia recomendada por aqueles movimentos. A **II** Grande Guerra favoreceu de maneira intensa a expansão das indústrias, com suas ramificações na diferenciação do sistema econômico e no ritmo (para não falar no estilo) da urbanização da cidade.

No passado recente, fora a urbanização que fomentara e dirigira a industrialização. Nesta quadra, será a industrialização, ao contrário, que governará o recrudescimento da expansão urbana. Mais do que uma *comunidade industrial*, a cidade se converte, dia a dia, em poderoso centro financeiro dominante das operações econômicas. Por esta razão, vai conhecer um novo tipo de surto industrial, que fará da região conhecida como *Grande São Paulo* o símbolo do "Brasil Moderno", e assumirá o comando, direto ou indireto, de vasta parcela dos empreendimentos relacionados com a transplantação da "civilização industrial" para o nosso país.

O que nos importa é que essas transformações se associaram à mudança da estrutura demográfica, econômica e social da cidade, ajustando-a melhor aos requisitos normais da ordem social competitiva. Acima de tudo, elas provocaram certas tendências de correção dos efeitos negativos (para a população nativa ou de estirpe brasileira) da substituição populacional, ocorrida entre os fins do século **xix** e o início do século **xx**. Acresce que o próprio estilo de vida sofre modificações drásticas. Acentua-se um modelo de polarização do crescimento econômico e do desenvolvimento sociocultural que converte a "europeização" em acidente histórico do passado. Formamse tendências de organização do espaço, do convívio humano e do horizonte cultural típicas da "sociedade de massas" (por isso, similares às que se desenvolveram na *comunidade metropolitana* norte-americana).

Em conexão com a emergência desse "estilo metropolitano de vida", a ordem social competitiva se redefine tanto estrutural, quanto dinamicamente. Ela se torna mais *aberta*, na medida em que oferece oportunidades insuspeitadas ao "especulador" e ao "aventureiro arrojado", qualquer que seja a sua extração social ou a sua procedência étnica; porém, revelase sensivelmente mais *fechada*, porque o fluxo das oportunidades se concentra nos grupos que possuem posições sólidas na estrutura de poder ou que estão aptos a conquistálas como seu ponto de partida.

Nessas circunstâncias, processa-se uma espécie de expurgo da ordem social competitiva. Os compromissos que ela entretinha com a velha estrutura agrária e patrimonialista sofrem seu primeiro colapso. De um momento para outro, o passado aparece como algo obsoleto e como um ônus prejudicial, que põe em risco o presente e o futuro da coletividade.

Passase a cultivar novos mitos, que expõem o arrojo, a mística dos golpes afortunados e a organização racional em primeiro plano. À luz desses mitos, tanto o fazendeiro ousado, quanto o imigrante engenhoso e bemsucedido se tornam o protótipo do “espírito tacanho” e encarnam uma época superada.

Esses fatos significam que a depuração da ordem social competitiva favorece a inclinação pelo capitalismo industrial moderno e que o engajamento do assalariado passa a sofrer as injunções de uma economia de escala. E é por aqui que as transformações globais assinaladas tenderão a se refletir na situação social da “plebe urbana” (e, portanto, na situação social da “população de cor” da cidade). Essa plebe acaba encontrando, com um atraso médio de mais de meio século (com referência à universalização do trabalho livre), vias mais amplas de proletarização ou de ingresso nas classes médias. Foi por essas vias, graças a coincidências totalmente alheias às agitações raciais, que o negro e o mulato se viram, repentinamente, capturados e impelidos na torrente social. A cidade, que não ouvira o clamor do seu protesto e permanecera indiferente a seus sonhos de igualdade racial, abrelhes algumas trilhas que simplificavam e atendiam aos seus anseios de classificação no núcleo da ordem social legítima.

Assim, o “negro” penetra, não em grupo ou como categoria racial, mas diluído na massa de agentes do trabalho assalariado, em quase todos os ramos de atividades. As resistências, as ambigüidades e as reservas não cessaram, só por causa disso. Entretanto, elas se atenuam, obliteramse ou ficam evasivas, de acordo com as flutuações da procura de mão-de-obra. Chegamos, pois, a um ponto no qual as tendências internas de desenvolvimento da ordem social competitiva começam a solapar as bases materiais e morais do padrão tradicionalista de relação racial. Os “brancos” não procuram desmoralizar e abater, como fizeram os “negros” por meio de seus movimentos reivindicatórios, a perversão oculta da desigualdade racial. Todavia, são compelidos a se descartar, com intensidade crescente, das antigas convenções e expectativas de comportamento, que excluíam o “negro” da condição de parceiro válido, respeitado e com quem se deveria contar.

Diga-se, de passagem, que as coisas estão se passando com extrema lentidão e segundo gradações desalentadoras aos olhos da “população de cor”. O grosso das oportunidades nasceu nos setores de trabalho braçal, sem qualificação ou semiqualificado. Mas, a partir daí, o negro e o mulato

passaram a encontrar uma resposta para os seus anseios e já podem reproduzir os procedimentos dos velhos imigrantes. Bem sabem que na conjuntura atual as coisas são mais difíceis. Ninguém arredonda um pé-de-meia com base na poupança nem poderia se lançar com ele em empreendimentos compensadores. No entanto, e é o que conta, logram pôr em prática os ideais tão acalentados de vida social ordenada, decente e condigna.

Semelhantes perspectivas dividem, em bloco, o passado e o presente do "negro" na cidade. O contraste deve ser entendido mais em termos das aparências, de símbolos e de compensações exteriores. Todavia, ele contém algumas implicações significativas, pois agora algumas esperanças elementares encontram concretização e o futuro deixa de ser uma ameaça, como uma realidade ignominiosa mas inarredável. O sentimento de "ser gente" pode ser difundido e compartilhado com um mínimo de segurança, oferecendo novas bases às compulsões seculares de autonomia, de competição com o "branco" e de ascensão social. A miséria e a desorganização social ainda campeiam no "meio negro". As favelas substituem e pioram, nesse sentido, os tormentos dos porões e dos cortiços. Contudo, atingem uma área consideravelmente menor da "população de cor".

Doutro lado, parece que tais facilidades sufocaram o interesse do negro e do mulato pela afirmação como e enquanto categoria racial. Ao mesmo tempo que negligenciam os movimentos coletivos, empenhamse cada vez mais em tirar proveito individual da situação existente. Preocupamse com o "preconceito de cor", com seus efeitos perniciosos e com a sua erradicação da sociedade brasileira. Porém, de imediato, não traduzem preocupações dessa espécie em atitudes ou comportamentos inconformistas coletivos nem acreditam que seria viável extirpálo por meio de iniciativas unilaterais dos "homens de cor". Resumindo ao essencial, em vez de se congregarem para desmascarar e repelir a concentração racial da renda, do prestígio social e do poder, preferem disputar, como possam, as oportunidades que lançam o "brasileiro pobre" na senda do *progresso*.

É impossível prognosticar até onde ou até quando persistirá esse tipo de ajustamento. O fato é que ele domina o panorama atual. O negro e o mulato se ofuscam cada vez mais, abandonando, contendo ou ignorando os propósitos de autoidentificação como parte de uma categoria racial. A

contraideologia, construída e difundida pelos movimentos reivindicatórios, ainda germina e frutifica. Mas em silêncio, como se estivesse submersa nos níveis mais profundos e insondáveis da organização da personalidade. O que vem à tona são os anseios de fugir ao passado, às incertezas da miséria e da desorganização social, tão depressa quanto cada um o consiga fazer. Decepcionados com a inanidade dos desforços coletivos, os indivíduos procuram construir com seus recursos e sem depender de outrem o seu próprio nicho na sociedade de classes. Quando procuram os outros, fazemno menos em busca de *companheiros*, que por causa da necessidade de conviverem com amigos e colegas, ostentando de público os frutos do êxito alcançado. Se esses amigos e colegas possuem a mesma cor ou se enfrentam os mesmos problemas, essas são contingências que ninguém quer discutir e encarar de frente.[131] Como os imigrantes no passado, cada um transporta consigo as suas quimeras. A única diferença está em que o "negro" é um comensal tardio e apenas sonha "melhorar de vida", "ter uma oportunidade" ou, pura e simplesmente, "viver como gente". Não aspira "fazer a América", pois sabe que isso lhe é impossível.

Dóilhe o drama dos amigos ou dos colegas que sofrem tropeços "por causa da cor". Mas essa dor é aplacada por meio de duas racionalizações – a confiança nas múltiplas probabilidades de correção, ao acaso, das "injustiças"; e a forte esperança, a que cada um se entrega individualmente, de que "a sua vez também chegará".

Em vista desse pano de fundo, temos de encaminhar nossas sondagens em outras direções. Primeiro, estabelecendo como as novas tendências se refletiram na composição racial e na estratificação socioeconômica da população paulistana. Segundo, esclarecendo como se dá e quais são os efeitos da mobilidade social vertical no "meio negro". Terceiro, analisando melhor a natureza e a função sociais das impulsões igualitárias, que animam os ajustamentos do negro e do mulato às condições de vida ora imperantes. Aí está o plano a ser seguido na concatenação dos resultados das sondagens que efetuamos.

No capítulo subseqüente, completaremos o quadro, descrevendo como as injunções raciais ainda pesam, sombriamente, no comportamento e na visão do mundo dos negros e dos mulatos de nossa era.

1. Cor e estratificação socioeconômica

As tendências de crescimento demográfico e econômico da cidade de São Paulo, nos últimos trinta anos, refletiramse de diversas maneiras tanto na composição da população segundo a cor, quanto na forma de participação do negro e do mulato no sistema de trabalho urbano. Não dispomos de espaço suficiente para dispensar a essas questões um tratamento convenientemente extenso e profundo.[132] Não obstante, alguns aspectos do contexto demográfico e socioeconômico são essenciais para a compreensão dos problemas de dinâmica sociocultural que iremos considerar neste capítulo. Por isso, tentaremos focalizálos, sucintamente, com a documentação acessível ou coligida com vistas a esse objetivo.

Os quadros 1, 2 e 3 sugerem como a "população de cor" vem aumentando, sob efeito do crescimento natural e, principalmente, das migrações internas.[133] Apesar das dúvidas suscitadas pelo recenseamento de 1940, que indica proporções aparentemente muito baixas para a participação do negro e do mulato na população da cidade, ele patenteia, como já acentuamos, certa vitalidade no incremento da "população de cor".

A cidade contaria, nessa época, com 108.682 "pretos e pardos", que perfariam 8,2% da população global. Em dez anos, de acordo com os resultados do recenseamento de 1950, essa população somaria 224.906 indivíduos (ou 10,2% da população global), o que significa que ela teria dobrado nesse curto espaço de tempo! Doutro lado, os incrementos verificados beneficiariam as quotas dos "pretos", que ostentam um aumento quase da ordem de três vezes. Em contraposição, as quotas dos "brancos" teriam aumentado aproximadamente de 3/5; e as dos "pardos" pouco mais de 1/3.

QUADRO 1
População do estado de São Paulo e do município de São Paulo em 1940

População	Estado de São Paulo		Município de São Paulo	
	Nos Brutos	%	Nos Brutos	%
Brancos	7.823.111	85,65	1.929.410	87,78
Pretos	727.789	7,97	169.564	7,71
Pardos	292.669	3,20	55.342	2,51
Amarelos	14.003	3,03	41.457	1,89
De cor não declarada	276.851	0,15	2.323	0,10
Totais	9.134.423	100,00	2.198.096	100,00

Fontes: Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Série Regional; Parte **xvii** – São Paulo (tomo **i**), *Censo Demogrático*, IBGE, Rio de Janeiro, 1950; "A população do município de São Paulo segundo a cor" (Valério Mortara). Em: *Pesquisas sobre os diversos grupos de cor nas populações do estado de São Paulo e do Distrito Federal*, pp. 2035.

Os dados divulgados, a respeito das apurações do recenseamento de 1960, [134] indicam para o município de São Paulo a população global de 3.825.351 habitantes. Contudo, não contêm referências às distribuições segundo a cor.[135] Por isso, lançamos mão de um recurso precário, o registro de crianças nascidas vivas, para estabelecer uma estimativa sobre a composição atual da população do Município de São Paulo, segundo a cor. Já ressaltamos neste trabalho as restrições a que estão sujeitas as declarações dos progenitores ou seus substitutos legais; no entanto, essa era a única fonte acessível e de relativa significação estatística de que dispúnhamos. Se adotássemos a conhecida correção, introduzida pela computação conjunta dos dados referentes aos "pretos" e aos "pardos", teríamos um total de 16.993 registros de nascimento de "crianças de cor", ou seja, 13,71% do total.[136] É provável, pois, que as tendências de incremento da "população de cor", evidenciadas pelos recenseamentos de 1940 e 1950, não sofreram solução de continuidade, apresentando as mesmas linhas gerais.

QUADRO 2
População do estado de São Paulo e do município de São Paulo em 1950

População	Estado de São Paulo		Município de São Paulo	
	Nºs Brutos	%	Nºs Brutos	%
Brancos	7.823.111	85,65	1.929.410	87,78
Pretos	727.789	7,97	169.564	7,71
Pardos	292.669	3,20	55.342	2,51
Amarelos	14.003	3,03	41.457	1,89
De cor não declarada	276.851	0,15	2.323	0,10
Totais	9.134.423	100,00	2.198.096	100,00

Fonte: VI Recenseamento Geral do Brasil – 1950; Estado de São Paulo – *Censo Demográfico*, IBGE, Rio de Janeiro, 1954.

QUADRO 3
Distribuição das crianças nascidas vivas, segundo a cor e o sexo, no município de São Paulo em 1961

Cor	Sexo		Total	
	Homens	Mulheres	Nºs Brotos	%
Brancos	53.352	51.595	104.947	84,68
Pretos	1.891	1.734	3.625	2,92
Pardos	6.932	6.436	13.368	10,78
Amarelos	1.038	955	1.993	1,60
Total	63.213	60.720	123.933	100,00

Fonte: *Situação Demográfica*, Departamento de Estatística do Estado, Governo do Estado de São Paulo (Separata do Anuário, 1961), São Paulo, 1963. p. 10.

A situação ocupacional da "população de cor" pode ser apreendida por intermédio das indicações fornecidas pelo recenseamento de 1940.[137] Os quadros 4, 5, 6 e 7 resumem tais indicações de uma forma apropriada para este trabalho; o Quadro 8 oferece as indicações sobre a distribuição dos grupos de cor, da população de 10 anos e mais, para efeitos de comparação. Os quadros 4 e 5 patenteiam uma nítida desvantagem do negro e do mulato

no sistema. Duas coisas ressaltam claramente: 1º – só na posição de empregado há alguma coerência entre a participação do negro e do mulato no sistema ocupacional e na população de 10 anos e mais; 2º – é mínima (para não dizer quase nula) a sua participação na posição de empregador e muito baixa a sua participação nas outras duas posições, como autônomo e membro da família.

Na realidade, esses dados sugerem que o negro e o mulato ainda estão no limiar da proletarização. No conjunto, o padrão que se delineia para os "brancos" e para os "amarelos" ainda não é viável com relação aos negros e mulatos. Não só a posição de empregador aparece quase estrangulada entre estes últimos; como há, entre eles, nítida concentração na posição menos vantajosa, uma elaboração insignificante das outras duas posições, ao que se acresce forte polarização das mulheres na terceira posição (o que sublima o caráter de expediente e de adaptação precária. assumido pelo agente de trabalho autônomo). Os gráficos anexos oferecem uma imagem sensível desses contrastes, tornando imediatamente visíveis as disparidades que singularizam o drama ocupacional do negro e do mulato.

QUADRO 4

Distribuição dos homens e mulheres de 10 anos e mais, segundo a posição em algumas ocupações, de acordo com a cor, no município de São Paulo*

Posição na ocupação	COR				Totais
	Brancos	Pretos	Pardos	Amarelos	
Empregador	15.261 97,04%	51 0,32%	72 0,45%	342 2,17%	15.726 100%
Empregado	323.997 91,95%	15.114 4,28%	10.925 3,10%	2.317 0,65%	352.353 100%
Autônomo	74.448 93,44%	2.051 2,57%	1.595 2,00%	1.577 1,98%	79.671 100%
Membro da família	4.644 86,88%	80 1,50%	56 1,04%	565 10,57%	5.345 100%
Posição ignorada	4.393 85,83%	356 6,96%	325 6,35%	44 0,86%	5.118 100%
Totais	422.743	17.652	12.973	4.845	458.213

* Fonte: IBGE (Recenseamento de 1940).

Graças aos quadros 6 e 7 ganhamos outra dimensão desse drama. Considerandose a posição na ocupação segundo o ramo de atividades, pode-se ter uma idéia aproximada da utilização social da capacidade de trabalho do negro e do mulato.

QUADRO 5

Distribuição dos homens e mulheres de 10 anos e mais, segundo a posição em algumas ocupações, de acordo com a cor e o sexo – Município de São Paulo (1940)*

Posição na ocupação	COR											
	Brancos			Pretos			Pardos			Amarelos		
	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL
Empregador	14.682 4,37	579 0,66	15.261 3,61	42 0,30	9 0,25	51 0,29	61 0,62	11 0,36	72 0,55	331 7,74	11 1,93	342 7,06
Empregado	254.776 75,91	69.221 79,47	323.997 76,64	12.535 89,25	2.579 71,50	15.114 85,62	8.688 87,80	2.237 72,70	10.925 84,22	2.035 47,63	282 49,39	2.317 47,82
Autônomo	61.072 18,20	13.376 15,36	74.448 17,61	1.169 8,32	882 24,45	2.051 11,62	895 9,04	700 22,75	1.595 12,29	1.467 34,32	110 19,26	1.577 32,55
Membro da Família	3.356 1,00	1.288 1,48	4.644 1,10	48 0,34	32 0,89	80 0,45	40 0,40	16 0,52	56 0,43	416 9,73	149 26,09	565 11,66
Posição Ignorada	1.751 0,52	2.642 3,03	4.393 1,04	251 1,79	105 2,91	356 2,02	212 2,14	113 3,67	325 2,51	25 0,58	19 3,33	44 0,91
Totais	335.637 100,00	87.106 100,00	422.743 100,00	14.045 100,00	3.607 100,00	7.652 100,00	9.896 100,00	3.077 100,00	12.973 100,00	4.274 100,00	571 100,00	4.845 100,00

* Fonte: IBGE (Recenseamento de 1940).

QUADRO 6

Distribuição dos homens e mulheres negros e mulatos de 10 anos e mais em alguns ramos de atividades extradomésticas, segundo a posição na ocupação – município de São Paulo (1940)*

Ramos de Atividade	Empregador	Posição na Ocupação		Membro da Família	Posição Ignorada	Totais
		Empregado	Autônomo			
Agricultura, Pecuária e Silvicultura	8 6,45%	1.033 3,96%	243 6,66%	37 27,20%	14 2,05%	1.335 4,35%
Indústrias Extrativas	– –	330 1,26	29 0,79%	7 5,14%	– –	366 1,19%
Indústrias de Transformação	32 26,01%	15.279 58,67%	492 13,49%	25 18,38%	64 9,39%	15.892 51,89%
Comércio de Mercadorias	39 31,70%	2.266 8,70%	426 11,67%	35 25,73%	14 2,05%	2.780 9,09%
Comércio de Imóveis, Crédito, Seguros e Capitalização	– –	195 0,74%	33 0,90%	– –	– –	228 0,74%
Transportes, Comunicações e Armazenagem	4 3,25%	2.946 11,31%	172 4,71%	4 2,94%	16 2,34%	3.142 10,25%
Serviços e Atividades Sociais	35 28,45%	3.633 13,95%	2.159 59,21%	27 19,85%	529 77,67%	6.383 20,84%
Profissões Liberais, Ensino Particular etc.	5 4,06%	357 1,37%	92 2,52%	1 0,73%	44 6,46%	499 1,62%
Totais	123 100,00%	26.039 100,00%	3.646 100,00%	136 100,00%	681 100,00%	30.625 100,00%

* Fonte: IBGE (Recenseamento de 1940).

QUADRO 7

Distribuição dos empregados domésticos no município de São Paulo, segundo a cor e o sexo (1940)*

Cor	Nºs Brutos	Homens %	Proporção por 100 Habitantes em cada grupo de cor	Nºs Brutos	Mulheres	Proporção por 100 Habitantes em cada grupo de cor
Brancos	4.011	80,53	0,84	22.010	58,92	4,53
Pretos	552	11,08	2,58	10.501	28,11	35,44
Pardos	327	6,56	2,04	4.633	12,48	23,61
Amarelos	91	1,83	1,56	183	0,49	3,99
Totais	4.981	100,00	0,96	37.357	100,00	6,92

* Fonte: IBGE (Resenceamento de 1940).

QUADRO 8
Distribuição de homens e mulheres de 10 anos e mais, segundo a cor, no município de São Paulo (1940)*

Cor	Homens		Mulheres		Total	
	Nºs Brutos	%	Nºs Brutos	%	Nºs Brutos	%
Brancos	477.861	91,69	485.557	90,00	963.418	90,82
Pretos	21.397	4,11	29.629	5,49	51.026	4,81
Pardos	16.036	3,08	19.753	3,66	35.789	3,37
Amarelos	5.844	1,12	4.592	0,85	10.436	0,98
Totais	521.138	100,00	539.531	100,00	1.060.669	100,00

* Fonte: IBGE (Recenseamento de 1940).

Há uma nítida concentração da posição de empregador em três ramos principais (pela ordem: comércio de mercadorias; serviços e atividades sociais; indústrias de transformação). Mais da metade dos que ocupam a posição de empregado se vincula às indústrias de transformação e mais de um quarto se distribui entre três ramos (serviços e atividades sociais; transportes, comunicações e armazenagem; comércio de mercadorias).

Do mesmo modo, mais da metade dos que ocupam posições como autônomos se dedicam a um ramo (serviços e atividades sociais), e um terço converge para dois ramos (indústrias de transformação; comércio de mercadorias). Os que ocupam posições como membros da família se distribuem em quatro ramos principais (agricultura, pecuária e silvicultura; comércio de mercadorias; serviços e atividades sociais; e indústrias de

transformação). A freqüência de casos de posição ignorada é relativamente desproporcional, em comparação com os outros grupos de cor. O Quadro 7, por sua vez, evidencia como é alta a proporção de negros e mulatos, de ambos os sexos, que se ocupa em serviços domésticos. Essa característica é acentuada, todavia, entre as mulheres (em cada grupo de cor, sobre 100 indivíduos são domésticas: 4,53 “brancas”; 35,44 “pretas”; 23,61 “pardas”; e 3,99 “amarelas”).

Esses quadros, confrontados com os anteriores, deixam margem a uma hipótese básica. Parece evidente que o envolvimento da “população de cor” no sistema ocupacional da cidade obedece a tendências heterogêneas. Uma parcela aparentemente pequena dessa população está inserida numa teia de ocupações e segundo posições típicas da estrutura ocupacional do sistema de classes. Outra parcela (aparentemente considerável)[138] permanece presa a ocupações e segundo posições típicas da situação préindustrial e précapitalista. Na falta de outros indicadores, devemos atentar cuidadosamente para esse fato histórico. Ele não é só produto de uma herança adversa. É, também, a condição que explica, pela raiz, as debilidades integrativas da “população de cor”. Há uma diferença entre viver e pertencer a uma sociedade de classes. Ora, somente os negros e os mulatos que fazem parte da primeira parcela desfrutam, realmente, de modo parcial ou total, de situações de classe (como pequenos empresários, operários qualificados e semiqualificados etc.). Os demais, localizamse em posições periféricas ou marginais, que não conduzem nem à profissionalização, nem à proletarização, nem à acumulação capitalista. Para estes, o drama ocupacional possui tons sombrios, pois se erige no limite que separa, efetivamente, o “negro” do “branco”.

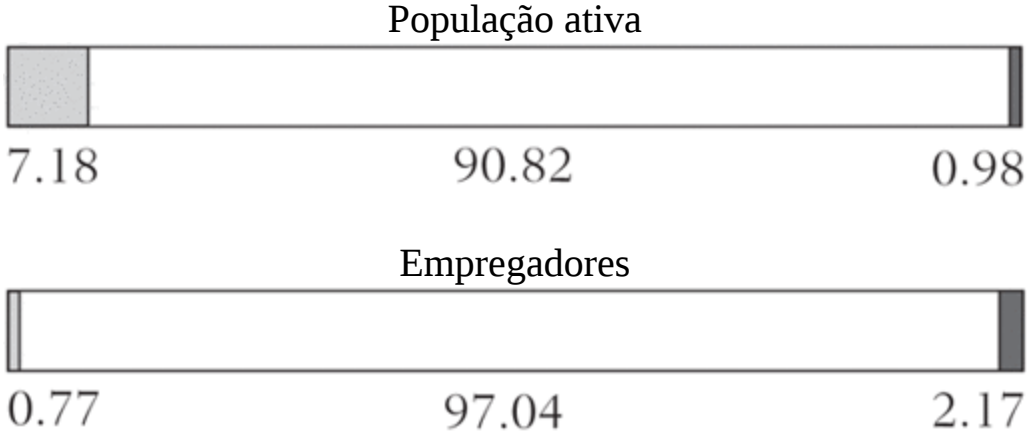
Desse ângulo, o padrão de distribuição ocupacional, atingido pelos “brancos”, define um *mínimo*, que a “população de cor” precisa realizar, para romper as disparidades materiais existentes entre os dois estoques raciais. Como não dispomos de dados análogos com referência aos censos de 1950 e de 1960, não podemos dizer, categoricamente, em que sentido evoluíram as coisas. Ao que parece, como o quadro que descrevemos em relação ao passado, as mudanças têm sido mais quantitativas que qualitativas. Ou seja, os dados de 1940 mostram que houve um notável incremento no número de negros e mulatos que se incorporaram ao regime de trabalho livre. Ao mesmo tempo, ele deixa entrever que essa

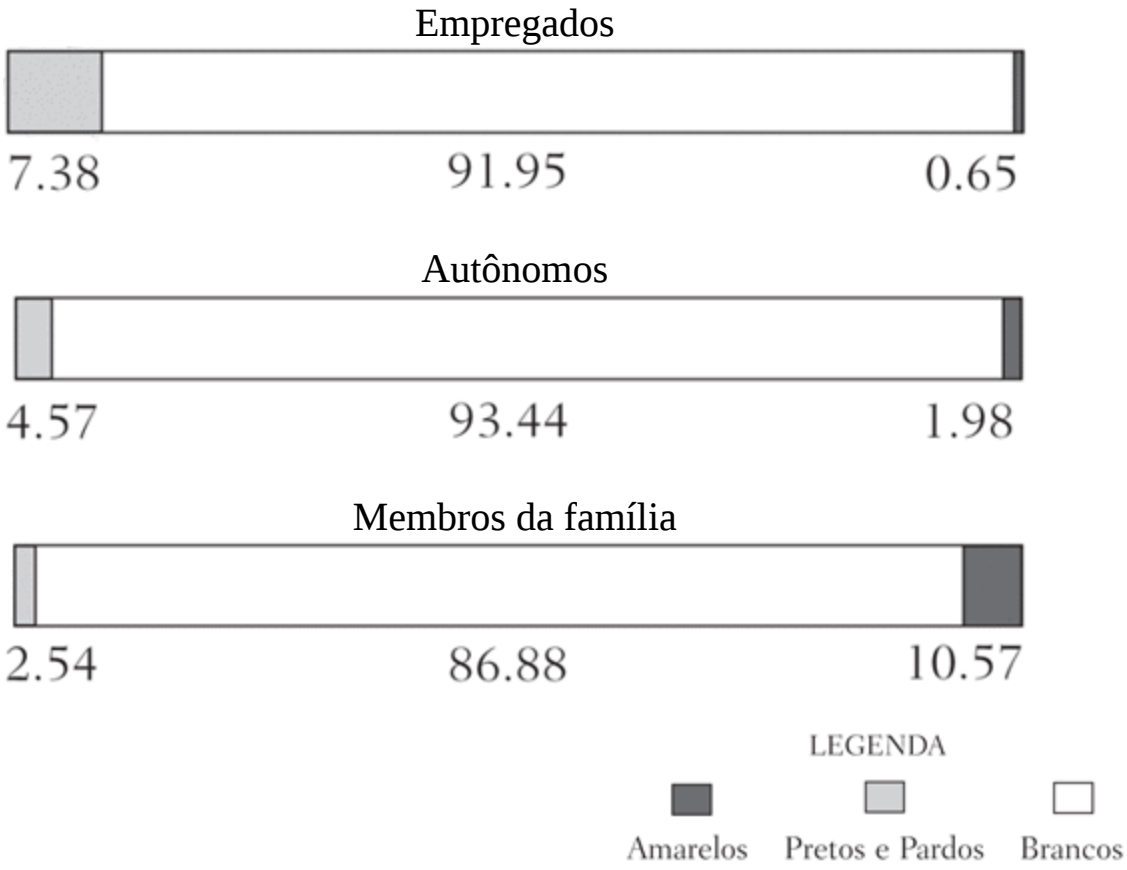
incorporação não conta, por si mesma, como classificação no sistema de classes. O número dos que se proletarizaram e dos que se inseriram nas classes médias parece notoriamente menor.

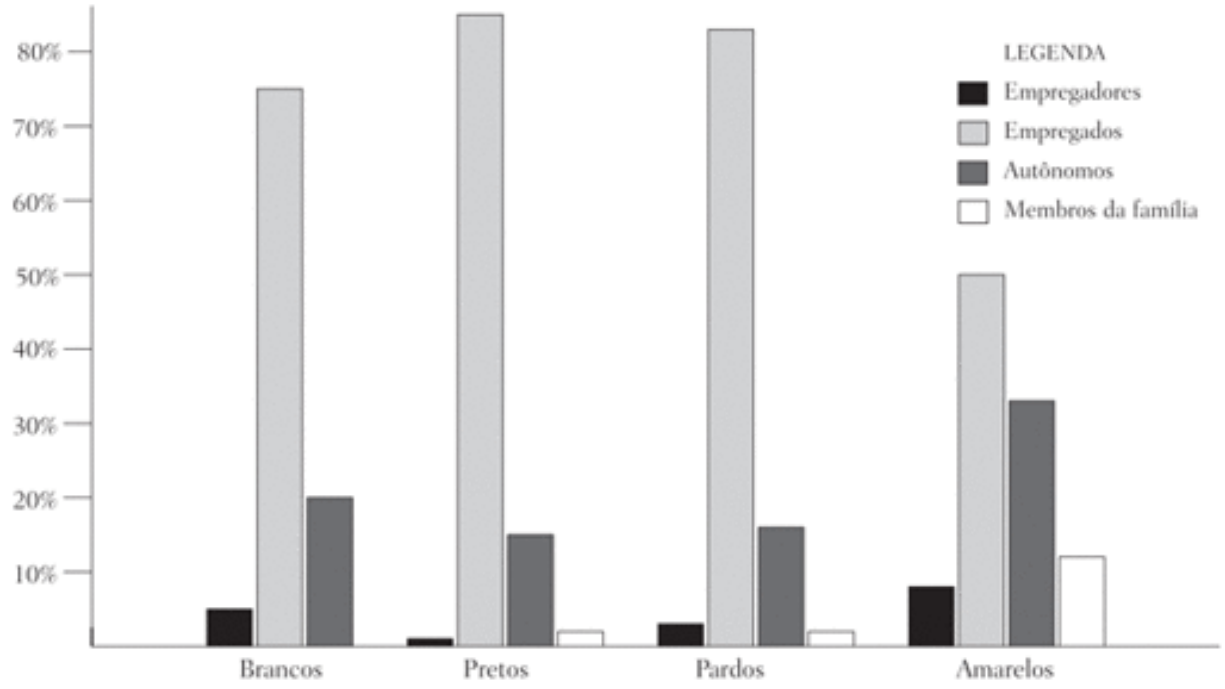
Essas duas orientações parecem continuar presentes, embora as oportunidades crescentes de incorporação ao regime de trabalho livre venham aumentando incessantemente, por sua vez, as oportunidades de classificação real do negro e do mulato no sistema de classes. Chegamos a tais conjecturas combinando os dados fornecidos pela situação ocupacional da "população de cor" em 1940 com outros dados, que recolhemos mediante questionários e entrevistas. O Quadro 9 reúne as profissões declaradas por homens e mulheres na aplicação dos questionários. Ele ajuda a compreender os quadros anteriores, na medida em que mostra que uma parte da distribuição pelos vários ramos das atividades econômicas não traduz variações reais na profissionalização. Com freqüência, muitos ainda se ocupam em serviços brutos e indiferenciados, entendidos no consenso geral sob a noção de "trabalho de negro".

Doutro lado, convém ressaltar que se deve lidar com os dados desse quadro com certa cautela. Especialmente quando a ocupação ou a posição na ocupação são concebidas como "inferiores" ou "degradantes", o negro e o mulato se identificam com a categoria profissional em que operam, às vezes em serviços de limpeza e auxiliares, outras vezes como meros aprendizes.

Distribuição da população ativa, de acordo com a cor, no município de São Paulo, 1940 (QUADROS 4 e 8)




Empregados
7.38
91.95
0.65
Autônomos
4.57
93.44
1.98
Membros da família
2.54
86.88
10.57
LEGENDA
Amarelos
Pretos e Pardos
Brancos


80%
70%
60%
50%
40%
30%
20%
10%
LEGENDA
Empregadores
Empregados
Autônomos
Membros da família
Brancos
Pretos
Pardos
Amarelos

QUADRO 9

Distribuição das Profissões entre Homens e Mulheres Negros e Mulatos – Capital (1951)

Profissões	Homens	Mulheres	Total
Açougueiro	1	–	1
Ajudante de Costureira	–	1	1
Ajudante de Enfermeira	3	–	3
Ajudante de Ferreiro	1	–	1
Ajudante de Mecânico	1	–	1
Ajudante de Pintor	2	–	2
Alfaiate	9	–	9
Arrumadeira	–	4	4
Ascensorista	1	–	1
Auxiliar de Escritório	4	–	4
Balconista	2	–	2
Barbeiro	1	–	1
Bibliotecário	–	1	1
"Biscates"	6	–	6
Bordadeira	–	2	2
Carpinteiro	2	–	2
Carteiro	1	–	1
Carvoeiro	1	–	1
Caseiro	1	–	1
Cerealista (técnico)	1	–	1
Chofer	9	–	19
Comerciário	3	3	6
Contador	5	2	7
Contínuo	4	–	4

Copeiro	2	–	2
Correntista	1	–	1
Costureira	–	9	9
Cozinhador (Usina)	1	–	1
Coveiro	1	–	1
Cozinheiro	1	13	14
Datilógrafo	2	1	3
Economista	1	–	1
Eletricista	1	–	1
Empregada Doméstica*	–	39	39
Encanador	2	–	2
Encadernador	1	–	1
Enfermeira	–	1	1
Engomador	1	–	1
Engraxate	1	–	1
Ensacador	1	–	1
Entregador	3	–	3
Estafeta	1	–	1
Faturista	–	1	1
Faxineiro	4	–	4
Florista	1	–	1
Funcionário Público			
(Serventes, Bedéis etc.)	11	9	29
Fundidor	1	–	1
Gráfico	1	1	2
Guarda-Civil	1	–	1
Guarda-Livros	–	1	1

Horticultor	4	1	5
Jardineiro	4	–	4
Jornaleiro	1	–	1
Jornalista	2	–	2
Lavadeira	–	9	9
Limpadora	–	2	2
Limpador de Carros	8	–	8
Linotipista	1	–	1
Lixeiro	1	–	1
Manobrista	1	–	1
Maquinista	1	–	1
Marceneiro	3	–	3
Mecânico	20	–	20
Músico	1	–	1
Oficial de Justiça	1	–	1
Operário*	2	5	7
Ourives	1	–	1
Pajem	–	1	1
Parquetista	1	–	1
Padeiro	31	–	31
Pintor	7	–	7
Porteiro	3	–	3
Pracista	1	–	1
Prático de Laboratório	1	–	1
Prensista	1	–	1
Professor **	1	4	5
Publicitário	1	–	1

Radiotécnico	1	–	1
Radiotelegrafista	1	–	1
Sapateiro	5	–	5
Servente Escolar	11	–	11
Servente de Pedreiro	8	–	8
Serviços Domésticos por Dia	–	2	2
Serviços Domésticos por Tarefa***	–	5	5
Serviço de Escritório	8	–	8
Supervisor	1	–	1
Tecelã	–	6	6
Técnico de Anatomia	1	–	1
Telegrafista	1	–	1
Tintureiro	2	–	2
Tipógrafo	1	–	1
Torneiro-Mecânico	2	–	2
Vendedor-Ambulante	5	1	6
Viajante	1	–	1
Vigia	1	–	1
Vulcanizador de Pneus	1	–	1
Zelador	2	–	2
Total	257	124	381

* Pedimos para discriminar o tipo de atividade na categoria profissional. Muitos não o fizeram, o que explica a dualidade de critérios.
** Professores de ensino primário, com exceção de uma mulher, que ensinava danças.
*** Donasdecasa que aceitavam serviços para fazer na própria residência ou na dos agenciadores (geralmente, lavar e passar roupa, pequenas costuras, serviços de limpeza etc.).

Apesar dessas ressalvas, seria útil enunciar as pistas abertas pelo Quadro 9. Tomando-se em conta o total de 381 indivíduos,[139] estariam distribuídos: no artesanato – 29,39%; nos serviços domésticos – 20,76%; no funcionalismo público – 9,18%; na indústria (como operários qualificados ou semiqualificados) – 8,13%; nos serviços de escritório – 7,08%; no comércio (como balconistas, pracistas etc.) – 4,46%; em serviços oscilantes ou ocasionais – 3,93%; em atividades de horticultura e jardinagem – 2,33%; em outras ocupações – 14,69%. Essas indicações fortalecem as conjecturas que formulamos. Ao que parece, o aproveitamento regular do negro e do mulato está sendo mais intenso na área dos serviços mais afetados pelo rápido crescimento urbano, onde há relativa escassez de trabalhadores qualificados, semiqualificados ou sem qualificação. Isso explica por que é na esfera artesanal que se concentram as maiores oportunidades de engajamento profissional.

Parece óbvio que, em duas direções pelo menos, continuamos presos a tendências tradicionais, como revelam as indicações concernentes ao aproveitamento do negro e do mulato nos serviços domésticos e no funcionalismo público. Quanto às tendências à profissionalização, abertas pela industrialização, pela expansão dos serviços administrativos e pelo crescimento do comércio, parece patente que as oportunidades ainda são limitadas. Por fim, a situação do biscateiro e das pessoas que "vivem de expediente" não corresponde às expectativas (nem mesmo às fornecidas por informantes "negros" esclarecidos e conhecedores do "ambiente"). Ela se traduz através de uma porcentagem aparentemente demasiado baixa.[140]

No conjunto, portanto, a diferença decisiva, que se estabelece em relação ao passado recente, diz respeito à aquisição de uma fonte estável de ganho. Em outras palavras, o negro e o mulato conquistaram "meios de vida" que lhes proporcionam posições regulares (e por vezes permanentes) no seio do sistema de trabalho livre. No entanto, essas posições nem sempre asseguram classificação no sistema capitalista de relações de produção. Por isso, associamse, variavelmente, com ocupações que proporcionam baixos níveis de remuneração e condicionam formas mais ou menos precárias da participação da estrutura de poder da sociedade inclusiva. Sob esses aspectos, há uma distância considerável com referência ao passado, especialmente quando se tomam em conta as situações descritas nos capítulos 1 e 2. Mas essa diferença é meramente de grau. A "população de

cor” ainda está confusamente empenhada na luta por converter o trabalho livre em fonte de classificação socioeconômica e de mobilidade social vertical.

Em vista disso, não é de estranhar que, subjetivamente, o “homem de cor” continue insatisfeito com sua situação ocupacional e com os proventos sociais dela resultantes. Os resultados do nosso questionário demonstram que o peneiramento ocupacional do negro e do mulato ainda representa, em larga margem, um produto do azar. Assim, à pergunta “Possui alguma profissão?”, obtivemos as seguintes respostas:

	Homens	Mulheres	Total
Sim	250	119	369
Não	11	11	22

Ora, combinandose esses dados com outros fornecidos por perguntas subseqüentes, chega-se a conclusões interessantes. Assim, à questão “Como a aprendeu?”, responderam:

	Homens	Mulheres	Total
Em casa	2	20	22
Na escola	37	19	56
Praticando	217	82	299

A outra questão, “Pode dedicarse a outros serviços?”, indicaram:

	Homens	Mulheres	Total
Sim	231	112	343
Não	30	14	44

Esses dados não só evidenciam o papel desempenhado pelo acaso na conquista de empregos e profissões. Também ressaltam que as escolhas são decididas em termos oportunistas, regulandose pelas ofertas ou oportunidades espontâneas do meio. Até que ponto isso tudo cria uma forte insatisfação nos agentes transparece, abertamente, nas respostas à pergunta "A que profissão gostaria de dedicarse?":

	Homens	Mulheres	Total
À mesma	60	18	78
A outra	184	101	285

Note-se que essa flutuação não se prende a uma consciência deformada ou pervertida da realidade. À pergunta "Acha que se deve ter uma profissão?", só um homem e uma mulher responderam "não"; os demais (252 homens e 125 mulheres) responderam "sim". Doutro lado, duas perguntas permitem controlar, indiretamente, a qualidade da percepção alcançada pelo negro e pelo mulato a respeito da competição ocupacional:

(1) "Acha que se deve freqüentar escola para conhecer melhor a própria especialidade?"

	Homens	Mulheres	Total
Sim	206	101	317
Não	9	5	14
"É melhor" [141]	16	16	32
"Nem sempre"	16	8	24

[141]

(2) "Acha que um bom especialista sempre encontra serviço no seu ramo?"

	Homens	Mulheres	Total
Sim	206	105	311
Não	11	3	14
Às vezes	30	22	61

As respostas sublinham que o negro e o mulato possuem clara consciência racional das qualificações requeridas pela competição ocupacional. A oscilação, da ordem de 19,5% entre os homens e de 19,2% entre as mulheres (ligada às alternativas negativas, pressupostas pela última questão), nem sequer traduz o grau de consenso existente a respeito das interferências do "preconceito de cor". Na verdade, à pergunta "Pensa que a cor: (a) limita as oportunidades dos pretos? (b) não limita as oportunidades dos pretos? (c) às vezes limita as oportunidades dos pretos? (d) limita em parte as oportunidades dos pretos?", apuramos:

	Homens	Mulheres	Total
a) limita etc.	149	77	226
b) não limita etc.	86	40	126
e) às vezes limita etc.	8	8	16
d) limita em parte etc.	10	3	13

Portanto, 66% dos homens e 68% das mulheres, no grupo considerado, aderem definidamente ao ponto de vista de que o "preconceito de cor" interfere de modo negativo na competição ocupacional (sendo que 59% dos homens e 60% das mulheres perfilham esse ponto de vista de maneira categórica, como o sugerem as respostas à primeira alternativa). Apesar de semelhante convicção, são capazes de discernir, objetivamente, a importância primordial dos requisitos intelectuais e técnicos da competição ocupacional.[142] Tal circunstância evidencia, em nosso entender, que a

insatisfação em causa se vincula, diretamente, à frustração repetida e generalizada dos anseios de ajustamento ocupacional da "população de cor".

Para se entender essa frustração, é preciso levar claramente em conta o que o trabalho representa para o "negro" na ordem social competitiva. Dadas as suas origens, ele não possui outro meio para se redimir do passado e se impor socialmente. Em outras palavras, o trabalho surge como o único elo que pode ligar, por enquanto, o seu destino à fórmula que mobilizou e deu sentido à nossa *revolu*ção *burguesa* – "trabalho livre na pátria livre". Em suma, ele depende do trabalho para montar uma situação socioeconômica e nela erigir as bases materiais ou morais da condição de pessoa. Por isso o *que se faz* e o *quanto se ganha* acabam sendo pouco importantes nas cogitações imediatistas. Estas giram, literalmente, em torno de objetivos socioculturais, que conjugam a aquisição de uma fonte estável de renda à participação regular em um padrão e em um estilo de vida. Em conseqüência, o "negro" se recusa a competir pela simples sobrevivência. Ele deseja as formas de trabalho que qualificam o homem, tanto econômica, quanto social e politicamente. Ou seja, ele quer competir por formas de trabalho que produzam proventos sociais, classificando socialmente as pessoas e projetando-as nas espirais da mobilidade social vertical. Tais razões interessamno, realmente, nas alternativas de profissionalização e nos caminhos que elas abrem no seio da ordem social competitiva.

Dessa perspectiva social, seria difícil conciliar as ambições mais realistas e modestas com as potencialidades da situação existente. A análise das profissões ideais, indicadas por homens e mulheres, mostra três constantes. Primeiro, com algumas variações, são em regra as profissões reais, evidenciadas pelos "trabalhadores negros" que lograram se classificar profissionalmente. Segundo, também são, com algumas exceções (que nem sequer subsistem à luz das possibilidades pessoais), profissões altamente acessíveis numa sociedade urbana em expansão, como São Paulo. Terceiro, concentramse, intensamente, na faixa de idade entre 16 e 35 anos (quanto aos homens), com acentuado pronunciamento entre os 21 e os 30 anos; e, de maneira oscilante, na faixa de idade entre 16 e 40 anos (quanto às mulheres).

Portanto, tudo leva a crer que os pontos nevrálgicos consistem no nível de emprego, no grau de estabilidade da renda e na soma de prestígio social

– elementos que se aglutinam, objetivamente, nas representações sociais sobre as profissões. Daí resulta que, ao equacionar seus projetos de carreira, o "negro" conjuga, inevitavelmente, determinadas profissões com intentos bem definidos de classificação ou de ascensão sociais.[143] Vendo-se através de semelhante estado de espírito, com freqüência tem motivos de sobra para ser pessimista e se sentir frustrado diante das *chances* que lhe oferecem as oportunidades ocupacionais correntes.

Em vista disso, demos cuidadosa atenção, na coleta de dados pessoais, aos ajustamentos às oportunidades de trabalho existentes. Partindo do pressuposto de que a alteração da situação econômica e da posição social do negro e do mulato constitui uma função das mudanças estruturais em sua localização no sistema de trabalho, tentamos focalizar, tão intensamente quanto nos foi possível, os aspectos negativos e positivos das tendências em curso.

No que concerne aos aspectos negativos, uma coisa é patente: ainda persistem dificuldades estruturais ao ajustamento construtivo do "negro" ao trabalho livre e, o que é mais importante, à sua passagem da área marginal para o núcleo do sistema de relações de produção capitalista. Limitandonos ao essencial, podemos distinguir cinco fontes dinâmicas de dificuldades estruturais: as interferências da estereotipação negativa na definição social do "trabalhador negro" e na limitação de suas oportunidades de trabalho; as inconsistências da socialização prévia do "trabalhador negro"; os efeitos reativos de sua situação social de existência; os efeitos compulsivos do "complexo" e o conformismo. Em regra, vários fatores obstrutivos operam em conjunto, convertendo em verdadeiras façanhas os êxitos profissionais mais modestos. A condensação, feita a seguir, apenas pretende dar uma idéia geral das influências que concorrem para fazer do "trabalhador negro" um caso à parte.

Não há dúvida de que a estereotipação negativa interfere em dois pontos centrais: 1º – ela dá o contorno da definição social do "negro" e, portanto, traça as características desejáveis ou indesejáveis do "trabalhador preto"; 2º – ela regula a maneira pela qual o "branco" põe em prática um código de avaliações e de reconhecimento de valor amplamente desfavorável ao "negro" e, por conseguinte, às suas aspirações ocupacionais. Na verdade, o regime de trabalho livre se formou e se consolidou, em São Paulo, sob o monopólio de todas as posições básicas pelo "branco". Isso excluiu,

praticamente, o “negro” do seu horizonte cultural – não digamos como *competidor válido*, mas mesmo como *algu*ém com q*uem se deveria contar* em fins mais ou menos sérios. Daí resultou uma situação paradoxal. Desde o início (e ainda hoje) o “trabalhador negro” precisa de compreensão atilada e de amparo constante, seja para encetar uma carreira, seja para persistir nela, seja para tirar o máximo proveito de sua capacidade de trabalho, para si, para os patrões e para a coletividade.

A estereotipação negativa não só impediu que o “branco” descobrisse esse aspecto da realidade. Mas produziu algo pior: suscitou uma barreira invisível universal, que tolhia qualquer redefinição rápida da imagem do “negro”, que facilitasse a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e acelerasse pelo menos a proletarização do “homem de cor”. Assim, gerouse e manteve-se um clima de avaliações morais do “negro” que instila no ânimo dos patrões, dos chefes, dos colegas, dos subordinados ou dos clientes uma perversão residual inevitável. Em lugar de compreensão atilada e de amparo constante, o “negro” se defronta com um mecanismo de avaliação que contribui, severamente, para desajustálo e para eliminálo da arena competitiva. Pondo de lado aqueles que julgam que “o negro é inferior mesmo” e barramno sistemática e totalmente em suas firmas e organizações,[144] vamos apontar aqui avaliações restritivas, observadas de modo consciente em firmas que aceitam ou toleram a admissão de “empregados de cor”.

No geral, tais avaliações são coerentes com estereótipos que convertem o “negro” na negação do “branco” ou na própria imagem do “antibranco”. Avaliações do tipo que já foram enumeradas nos capítulos 2 e 3, as quais representam o “preto” como “vagabundo”, “irresponsável”, “confiado”, de “caráter menos firme”, “ineficiente”, “largado”, de “moral duvidosa” etc., e que às vezes se atenuam, com relação ao “mulato”, embora este seja repelido com mais tenacidade quando é exposto na categoria do “tipo de mulato carioca”, “boavida, folgado”. De acordo com essas premissas, os “brancos” caem nas armadilhas forjadas por suas representações. Os chefes de seção de pessoal de grandes firmas nos mostram como isso é freqüente e quase segundo um padrão médio, do qual é característica a afirmação seguinte. “De fato, o nível mental do preto é inferior ao do branco. Parece que eles não têm a mesma inteligência, nem a mesma capacidade de trabalho e de organização.”

Esse contexto de avaliação dá origem a uma política de ân*imo frio* diante do "trabalhador negro". Ele não é discriminado sistematicamente, mas também não é peneirado com isenção. Passa, aqui e ali, ao sabor de injunções ocasionais, que dificultam deveras as suas ilusões e as suas esperanças de "arranjar bons empregos". Eis uma pequena coletânea de testemunhos, que evidenciam o teor e a generalidade das avaliações restritivas e etnocêntricas do "trabalhador negro":[145]

(1) No setor de construções: "São muito brutos. Só trabalham quando precisam de dinheiro. Depois param. Com o tempo aprendem. Mas não gostam de se submeter ao horário e ao trabalho diário [...]". "São muito esquentados. A gente não pode gritar com eles nem falar nada."

(2) Numa grande firma comercial: "Eles não têm capacidade para o trabalho organizado. Gostam mais da liberdade que os brancos. Por isso, não se pode contar com eles para o trabalho [...]". "Trabalham um dia ou dois. Mas, tendo o dinheiro que precisam, deixam de ir trabalhar outros dois dias. Isso não serve para uma casa comercial, em que tudo é regulado. Os brancos já não são assim. Não pretendem ser tão independentes."

(3) Numa organização comercial que possui várias filiais: O chefe da seção de pessoal informou, francamente, que não admitia "empregados de cor", mesmo que fossem bem recomendados. Perguntamos: "Por que não aceita empregados de cor? Por causa do público?". Resposta:

> Não é tanto por causa do público. No nosso ramo isso teria pouca importância. É por causa do próprio serviço. Eu preciso de gente que tenha certas qualidades. Primeiro que tudo, precisa ser uma pessoa honesta e em quem se possa confiar. A maioria dos negros não têm noção de responsabilidade e são capazes de avançar no que não é deles. Depois, numa casa que trabalha com peças [de automóveis], as pessoas precisam ser cuidadosas. As peças não podem ser tiradas do lugar e depois encostadas em qualquer parte. Elas precisam voltar para o seu lugar. A ordem é essencial numa casa dessas. Isso é uma coisa impossível de obter com os pretos, que são muito relaxados. Outra coisa muito importante é a limpeza. A pessoa precisa ser muito asseada. Não só por causa dos fregueses, mas por causa do serviço. É preciso muito cuidado no trabalho com as peças. Os pretos quase sempre são muito sujos. A quarta qualidade é a instrução. Para trabalhar no meu serviço, a pessoa precisa saber ler, escrever e fazer contas. Sem isso, não pode fazer as notas. É difícil encontrar pretos com instrução suficiente.

(4) Numa pequena casa comercial: O gerente alegou que não aceitava "moças de cor na loja" em virtude de experiências negativas. "São maleducadas e irritadiças. Criam atritos com os chefes."

(5) Num estabelecimento bancário: “Todos os nossos serviços têm contato com o público e dentro de uma política de agradar e impressionar favoravelmente o cliente, nos mínimos detalhes, exigimos que os empregados sejam pessoas intelectualmente capazes e de boa apresentação. Só o fato de ter cor perde a boa apresentação”.

(6) Num grande escritório:[146] “É sabido que não se deve criar um negro e por isso não costumo dar a mão a eles. Têm condição de vida precária, vêm da miséria e não sabem se comportar. Um candidato a *office-boy* vem, naquele jeito malandro, gingando, encosta na mesa e diz: ‘Eu vou trabalhar aqui, tem serviço pra mim?’.
São muito confiados e obrigam a gente a estar sempre tomando cuidado para que não tomem conta da gente”. A outros respeitos, o mesmo chefe de pessoal informou: “Os pretos não demonstram agilidade mental. São empregados de rotina. Não se adaptam a novos serviços. Temos um desenhista, cuja seção foi suprimida, que nos tem dado muito trabalho, pois não consegue adaptarse a novo serviço [...]. Parece-me que não se preocupam em fazer carreira. Chegam a escriturários e nisso ficam. Ainda não apareceu nenhum caso de preto de capacidade para ocupar posições mais elevadas”. O início de carreira, para o grosso dos funcionários da firma, passa pelo cargo de *office-boy.* No entanto, explicou candidamente: “Para estes cargos não aceito negros e não tenho dificuldades de rejeitálos, pois são ainda crianças e não atinam com as razões da rejeição”.

(7) Numa grande fábrica: O chefe da seção de pessoal disse que “o preto não é bom trabalhador”, por isso o evitava. Eis como resume suas justificações: “Para o homem, falta de moralidade sexual, grave nas fábricas onde a quase totalidade de trabalhadores é do sexo feminino [...]. Para as mulheres, a razão é a sua extrema mobilidade. Não param no emprego”. O encarregado da seção de colocações de uma grande organização patronal explicou que as restrições são tão severas, em algumas fábricas, que até para a colocação de “negros” em cargos simples, como chofer, ensacador, faxineiro etc., surgiam objeções intransponíveis. “Para vigia, então, é muito difícil colocar negros, pois acham que não dão conta do serviço. Dormem, bebem, coisas assim.”

(8) Em uma grande empresa privada, que explora um serviço público:

> Temos em todos os serviços brancos e pretos, entretanto, estes são em pequeno número. A admissão é feita através de seleção racional. Não opomos nenhum embaraço à colocação de negros, pois, se o fizéssemos, estaríamos negando o nosso passado. Evitamos, para não criar problema para os negros, colocálos em funções que tenham contato com o público. A situação da companhia, de dizer não a todo o mundo, pode levar alguém a reagir contra o funcionário, e, sendo um negro, ofendêlo por causa da cor. Numa situação dessas [há margens para conhecidos desagravos] – "Sou capaz de ir lá fora e quebrar a cara dessa pessoa". Aliás, parece que os próprios negros compreendem essa situação e não se candidatam para funções que tenham contato com o público.

Esses exemplos são suficientes para caracterizar o aspecto mais dramático da situação ocupacional do "negro". Ele é projetado num sistema de referência que deforma a sua pessoa e a sua capacidade de realização humana. Por isso, nem sempre pode comprovar, pela experiência concreta, o que é *capaz de fazer* e *até onde pode ir*. Se alimenta ou não certas aspirações profissionais, isso acaba sendo irrelevante, pois elas esbarram com resistências tão multiformes e pertinazes, que se estiolam ou arrefecem antes de poder dar frutos. Não há dúvidas de que estamos diante de atitudes e avaliações que revelam "o passado no presente", condenadas ao desaparecimento gradual. Mas elas persistem com tenacidade, remodelando continuamente o presente e o futuro do "negro" pelo seu passado. Portanto, temos de atentar para as funções sociais que tais atitudes e avaliações preenchem, enquanto se perpetuam na cena histórica.

Parece claro que a estereotipação descrita seria normal numa sociedade de castas. Doutro lado, também é evidente que a recebemos como uma herança inevitável da ordem senhorial e escravocrata. Na medida em que ela se prolonga e se reproduz em nossos dias, isso significa que existem condições e necessidades sociais que a mantêm e a revitalizam. Na esfera especificamente profissional, ela satisfaz a função de preservar a vigência de critérios diferenciais de avaliação, incentivação e reconhecimento sociais do trabalho. Ela confere ao "branco" o *direito*, o *poder* e até o *dever* de resistir à redefinição dos papéis ocupacionais do "negro" e, portanto, de tolher os efeitos igualitários, acarretados pela democratização das profissões. Em suma, se não legitima a dualidade do código ético de avaliação ocupacional, pelo menos a justifica como uma fatalidade.

Assim, o "branco" não visa, propriamente, resguardarse e protegerse da competição profissional com o "negro". Torna-a, apenas, impossível. Em conseqüência, o caminho fica aberto para manter o "negro em seu lugar",

no caso os “serviços de pretos”, e o próprio “branco” preserva todo um rico arsenal de racionalizações, destinado a dar sentido e a fundamentar suas atitudes ou comportamentos exclusivistas. Graças a essas racionalizações, manipula uma perigosa arma de dois gumes, cujos principais efeitos são bem conhecidos. Ela permite pôr em prática um franco favoritismo pelo “trabalhador branco” e suas aspirações ou realizações profissionais. Ao mesmo tempo, fomenta uma espécie de realismo enviesado diante do “trabalhador negro” e de suas aspirações ou realizações profissionais.

São quatro as aplicações negativas mais freqüentes desse realismo. Primeiro, ele alimenta intensa rejeição do “trabalhador negro” em geral, através de justificações impessoais. O agente “branco” culpa, nesses casos, o sistema rústico de onde aquele provém, apontando-o como causador de sua inexperiência e incapacidade profissionais. Segundo, ele estimula uma resistência relativamente forte e generalizada, contra o aproveitamento do negro e do mulato em “postos importantes” ou em cargos de chefia, direção e liderança. Terceiro, ele alimenta, de várias maneiras, a política de “deixar o negro ir até certo ponto”. Em conseqüência, os que conseguem impor e concretizar suas aspirações profissionais esbarram com limitações de outra ordem, que restringem, inapelavelmente, sua área de competição ocupacional. Essa política é tão conhecida que o próprio “negro” sabe, de antemão, “até onde poderá ir”. Um escriturário negro, que estava em vias de ser promovido a chefe de almoxarifado, por exemplo, declarou ao entrevistador: “Sei entretanto que acima dessa posição não vou. Para melhorar, precisarei mudar de empregador”. Quarto, ele faculta, em situações em que a competição entre o “negro” e o “branco” tende a favorecer os desígnios do primeiro, o recurso tácito a procedimentos localizados fora das regras do jogo. Comumente, as práticas utilizadas consistem em “fazer onda”, “difamar” a pessoa visada e “abrir fogo”, deixando emergir as hostilidades latentes. Esses procedimentos não são considerados desleais, pelos “brancos”, só sendo tachados de “sujeira” e desaprovados quando os agentes não sabem dosálos, mantendo-os num terreno aparentemente impessoal. Desse modo, o “branco” se recusa a compartilhar com o “negro” as garantias socioeconômicas, conferidas pela profissionalização e pela livre competição ocupacional, sem se arriscar a se envolver, de maneira inevitável e devastadora, em conflitos econômicos de fundo racial.

As outras três fontes dinâmicas de dificuldades estruturais colocam o próprio “negro” no centro do palco, levando-o a fornecer munições ao “branco”, mais ou menos predisposto a tirar partido das evidências que justificam seus estereótipos negativos e as racionalizações correspondentes. O “negro” não escolheu a escravidão nem submergiu na economia de subsistência ou nas esferas marginais do trabalho livre por sua vontade. No entanto, ele tem de pagar um alto preço por essas origens, na medida em que o sistema de trabalho livre funciona de forma inexorável, expondo a todos, “negros” e “brancos”, aos mecanismos econômicos e aos processos competitivos da organização capitalista das relações de produção. Como a “população de cor” é incessantemente ampliada e renovada por migrações internas, seus dilemas, a esse respeito, são como a cabeça da medusa. Mal certos segmentos de uma geração começam a se ajustar aos mecanismos adaptativos e integrativos da economia capitalista numa sociedade urbana, outros segmentos da mesma geração ou de outras gerações surgem à tona, com as mesmas inconsistências e insuficiências socioculturais. Os dilemas se refazem, em círculos concêntricos, voltandose constantemente ao ponto de partida inicial. Isso não impede que parcelas crescentes da “população de cor” criem seu nicho na grande metrópole. Mas suscita o problema do desajustamento ao trabalho como uma realidade permanente.

As conseqüências das limitações introduzidas pela socialização prévia insuficiente são notórias e têm sido focalizadas pelos mecanismos de reação societária do “meio negro”.[147] Elas reduzem, indisfarçavelmente, as oportunidades do grosso dos “trabalhadores negros”, confinando-os ao teto dos “serviços de pretos” e alinhando-os em torno de ajustamento impróprio à economia capitalista e à sociedade urbana. Está claro que sentimentos de segurança e disposições competitivas estáveis requerem envolvimento na estrutura ocupacional e socialização pela experiência, ou seja, pelo trabalho. O “negro” só teve acesso tardio e precário a essa oportunidade. Por isso, nem sempre domina (e raramente domina com perícia) as técnicas sociais do trabalho livre e da empresa moderna, sendo variavelmente incapaz de se ajustar, plenamente, aos papéis sociais do operário, do empresário, do profissional liberal, do comprador e do vendedor, do administrador etc. Doutro lado, faltalhe, de modo acentuado, adestramento para desempenhar ocupações que foram ou ainda são monopolizadas pelos “brancos”. Essas circunstâncias são responsáveis por uma tendência muito generalizada à

elaboração de um horizonte cultural artificial e a uma visão deformada da aprendizagem.

Aqui, é o indivíduo que se apresenta como apto para o serviço de carpinteiro ou de pedreiro, porque pensa que é simples manejar o serrote, o martelo e os pregos, a pá, a picareta, a colher e a desempenadeira; ali, é o indivíduo que, após curta aprendizagem, já se acredita oficial, "especialista competente" e "apto para qualquer serviço no ramo"; acolá, é o indivíduo que se lança, com preparo precário e limitada experiência, a cargos que "estejam à altura de sua situação" etc. Essa falsificação da consciência do trabalhador livre e essa simplificação dos mecanismos da competição econômica não afetam somente o "negro". Elas atingem, mais ou menos, todas as levas de trabalhadores que arcam com o ônus de uma herança sociocultural rústica.

Mas o negro e o mulato constituem uma vítima especial. Na medida em que a cor os compele a explorar com ansiedade as evidências externas e as compensações materiais ou morais da posição social, eles são mais propensos a teimar nessa corrida, de obstáculos, cuja regra consiste em "pôr o carro adiante dos bois". Daí advêm desajustamentos ocupacionais sistemáticos e desilusões persistentes que corroem e laceram, com o tempo, suas disposições construtivas para o trabalho e a competição profissional.

Além dessa propensão de caráter geral, existem outras manifestações negativas freqüentes, mas circunscritas, da falta de socialização prévia. A mais flagrante diz respeito à disparidade ocupacional e competitiva face ao "branco". A chamada "falta de qualificações mínimas para o emprego" opera nesse nível, ceifando em massa os que tentam passar dos "serviços de pretos" para "um trabalho melhor". Assim, o gerente de uma loja declarou ao entrevistador: "Para admissão, fazemos exame de aritmética e este fato as elimina [as 'candidatas de cor']. O grande número de pessoas que nos procuram são empregadas domésticas, que não sabem somar".[148]

Outra manifestação freqüente se relaciona ao apego a ajustamentos inadequados à organização do trabalho assalariado. A seguinte ilustração é típica. Um mestre (de carpintaria) foi procurado por um jovem negro. Ele precisava de um ajudante e tentou aproveitálo. "Perguntei para ele se sabia pegar num martelo e pregar pregos. Ele disse que sim. Começou a trabalhar no mesmo dia. Já no dia seguinte, de manhã, chegou às sete e meia [com meia hora de atraso], e foi subindo as escadas no mole. No dia seguinte

atrasou mais. Eu chamei a atenção dele: “Ei, rapaz! Se você quer aprender e trabalhar, assim você não vai longe!” Ele logo me respondeu: “Se quiser, é assim! Eu não sou escravo de ninguém! Se não tá satisfeito, passe as conta.” O informante o despediu imediatamente.[149]

Por fim, deve-se levar em conta toda uma série de manifestações que se vinculam aos conteúdos do horizonte cultural rústico ou ao padrão tradicionalista de relações com o “branco”. Quanto aos conteúdos do horizonte cultural rústico, três efeitos merecem ser considerados. Primeiro, a inexistência parcial ou total de habilidade para perceber e aproveitar as oportunidades de trabalho, existentes em um meio urbano em crescimento. Segundo, o apego a níveis de aspiração profissional demasiado estreitos e pouco compensadores, os quais restringem seriamente as potencialidades competitivas do “trabalhador negro”. Terceiro, a propensão dos pais a estimular os filhos a terem “pretensões modestas” e a fazerem escolhas ocupacionais “de acordo com a situação da gente”. Atitudes e comportamentos dessa natureza concorrem para manter o negro e o mulato presos ao universo rústico, de que foram extraídos. Elas não constituem uma peculiaridade, pois o mesmo sucede com os “trabalhadores brancos” vinculados ao mundo rural. Acontece, porém, que essas manifestações, quando se objetivam, não vêm sozinhas. Elas emergem em conexão com uma imagem do “branco” construída na era senhorial. O que quer dizer que elas trazem à tona, aqui e ali, a idéia de que “certos empregos não são para o nosso bico”, como se ainda prevalecesse o monopólio das ocupações estratégicas pelo “branco”.

Os efeitos reativos da situação social de existência prejudicam, variavelmente, tanto os “negros” que ainda vivem em condições anômicas, quanto os que contam com a proteção da vida social organizada. Ainda assim, os que se acham na primeira situação sofrem, de maneira destrutiva, a desvantagem de não contarem com os suportes sociais indispensáveis para a escolarização, a aquisição de uma profissão, a conquista de um emprego “com perspectivas” e a competição profissional ulterior. Os que se encontram na segunda situação desfrutam, em regra, dessas garantias sociais, como os “brancos”. Apenas, o temor de perda de *status* ou o medo de que os filhos não saibam enfrentar as manifestações do “preconceito de cor” conduzem, de modo freqüente, a estímulos que circunscrevem,

demasiadamente, os níveis de aspiração ocupacional ao terreno conquistado.

Acima dessas tendências, três pontos exigem referência. Primeiro, o "meio negro" ainda não absorveu, compactamente, as técnicas sociais da sociedade inclusiva. Por isso, não domina (ou domina precariamente) os meios disponíveis para corrigir os efeitos e as causas do desajustamento profissional, da deformação ou da simplificação dos níveis de aspiração ocupacional etc. Segundo, ele não é suficientemente diferenciado e integrado para oferecer alternativas aos desajustamentos ou limitações, impostos pelas "barreiras de cor". Doutro lado, também não comporta *status*, papéis e mecanismos sociais que organizem melhor e em bases mais eqüitativas a participação das diferentes gerações nas oportunidades ocupacionais oferecidas pela sociedade inclusiva. Terceiro, o nível médio de renda dos diversos estratos da "população de cor" é demasiado baixo para assegurar um aproveitamento estratégico ótimo das oportunidades ocupacionais, mesmo entre aqueles que se revelam capazes de discernilos. O nosso levantamento mostrou que, até em profissões modestas, pessoas plenamente ajustadas às ocupações se vêem na contingência de trocálas. De um lado, o empenho de persistir em certo ramo, porque "gosto da profissão"; de outro, o fatal "não dá pra viver". O drama é ainda pior nos estratos mais altos. Na medida em que a "classe média de cor" não desfruta de uma situação socioeconômica real de classe média, ela não tem elementos para garantir continuidade de posição social através da sucessão das gerações. Por conseguinte, dispõe de recursos pouco apropriados para assegurar aos filhos condições iniciais vantajosas de participação das oportunidades ocupacionais existentes.

Os efeitos compulsivos do "complexo"[150] interferem nos ajustamentos ocupacionais do negro e do mulato em três direções distintas. Primeiro, ele suscita um temor imenso de rejeição por causa da cor. Os resultados das entrevistas sugeriram que esse temor pode ser vencido, com relativa facilidade, nas etapas iniciais da carreira e não prejudica, de maneira alguma, o aproveitamento de oportunidades ocupacionais em que a aceitação do "trabalhador negro" é tradicionalmente segura. Ele provoca medo de frustração a partir do momento em que se define, dinamicamente, um estado de concorrência com o "branco" por posições ocupacionais mais ou menos vantajosas. Aí, a tendência dominante consiste em encarar os

êxitos porventura obtidos como uma compensação satisfatória. Sentindo-se numa “posição segura” (como profissional ou como subchefe de seção ou de divisão de uma empresa, por exemplo), as pessoas preferem se contentar “com o que têm” e desistem de lutar por novas promoções.

A natureza desse efeito psicossocial parece bem clara. Ela restringe, espontaneamente, o nível de competição econômica e profissional com o “branco”. Doutro lado, o mesmo “complexo” estimula atitudes e comportamentos “retraídos”, pelos quais os indivíduos se isolam voluntária ou involuntariamente do convívio freqüente com “brancos” de maior prestígio social. Esta conexão também interfere no padrão de carreira do negro e do mulato. Em regra, em níveis mais ou menos altos de competição econômica e profissional, eles deixam de contar com círculos de relações sociais que sirvam de suporte para a concretização de suas aspirações ocupacionais.

Segundo, há uma espécie de folclore das manifestações do “preconceito de cor”. As notícias de rejeições, suposta ou realmente provocadas pela cor, circulam e se propagam com relativa rapidez. Se se acumulam evidências de que determinadas firmas rejeitam os “candidatos de cor” de forma sistemática, elas “criam fama”. Aos poucos, elas deixam de ser procuradas por estes candidatos.

O chefe da seção de pessoal de uma fábrica que restringia a aceitação de “trabalhadores de cor” aos “serviços de pretos”, por determinações da direção, confirmou essa tendência. “Assim”, dissenos, “já não é mais muito freqüente pessoa de cor aparecer à procura de emprego”. Além disso, as experiências negativas das pessoas rejeitadas pela cor encontram ampla divulgação no “meio negro”, pelos “falatórios” que se propagam como se tivessem um multiplicador. Os parentes, amigos, “vizinhos chegados” e conhecidos ficam sabendo das experiências dolorosas “em primeira mão”; eles contam as ocorrências, por sua vez, a seus parentes, amigos, “vizinhos mais chegados” e conhecidos, e assim por diante. O resultado disso tudo é que os jovens, em início de carreira ou em luta por auto-afirmação em “posições melhores”, são colhidos por uma “onda” contraditória de boatos.

Muitas vezes, este ou aquele jovem nem sequer “acredita na existência do preconceito”. Sabe por “ouvir falar”, mas pensa que são “histórias dos outros”. Se sobrevém algum contratempo em sua própria vida, e se se repetem algumas “decepções”, termina por aderir ao clima de opinião

existente. Em regra, sob tal pressão desmoralizadora, os jovens "desanimam" e, com freqüência, contentamse com posições subalternas, que ficam "abaixo de sua capacidade profissional" ou refluem para a área segura dos empregos em que o "preto" não sofre restrições. As duas conexões apontadas mulato muito vulneráveis, limitando seriamente tanto seus níveis de aspiração profissional, quanto seus padrões de carreira.

Terceiro, as rejeições "por causa da cor", reais ou imaginárias, provocam autocomiseração e reações compensatórias que alimentam auto-complacência e avaliações irrealistas, como técnicas de defesa do equilíbrio do *ego*. Esses mecanismos psicológicos reativos são úteis ao negro e ao mulato, porque permitem manipular explicações exteriores como "causas" dos malogros nas tentativas de "obter emprego" ou de "alcançar promoções merecidas". Atribuindo os insucessos ao "preconceito de cor", os indivíduos seguem avante. No entanto, em prejuízo real de sua capacidade de auto-aperfeiçoamento e, portanto, de competição profissional. Uma boa parcela da "população de cor" já descobriu esse fato, insistindo que, independentemente dos motivos aparentes das rejeições, o "negro" precisa indagar se é competente ou não e tem de cuidar do seu aprimoramento constante no campo de atividades em que estiver. A maioria ainda não compartilha dessa corrente de opinião e utiliza os mecanismos de defesa do *ego* como um pára-raios. É evidente que esse mecanismo opera como uma fonte invisível e nãoneutralizável de degradação permanente da capacidade de competição ocupacional e profissional do negro e do mulato.

O conformismo, por fim, apresentase sob várias formas. Como parte da herança cultural do passado rústico, ele ainda afeta uma parcela importante da "população de cor". Nesses círculos, ele incentiva ajustamentos ocupacionais pouco vantajosos, delimitando o teto médio de aspirações em torno do que, no consenso dos "brancos", se definem "serviços de pretos" ou como empregos "até onde eles podem chegar". Existe uma segunda espécie de conformismo, que nasce de "ser judiado", de fazerse na "escola das decepções". Nesse rol se inclui, a julgar pelos resultados de nossos questionários,[151] a quase totalidade dos trabalhadores negros e mulatos. São pessoas que repetem, desanimadamente, variantes destas respostas típicas: "Trabalho porque preciso. Mas que o sujeito é humilhado aqui é"; "Tenho de ficar neste emprego. Não tenho outro remédio. Mas detesto o meu trabalho".

Há outra manifestação de conformismo, bem mais complexa. Ela afeta os que logram êxitos relativos em seus projetos de carreira. Com freqüência, atingidas as posições ocupacionais visadas, em vez de se afirmarem em termos dos padrões competitivos vigentes, os indivíduos tentam acumular prestígio pelo caráter exemplar de sua capacidade de realização profissional. Daí resulta uma grande admiração dos patrões, dos chefes, dos subordinados e dos colegas; e, em conseqüência, o tipo de "prestígio" pretendido. Analisandose esses casos, todavia, descobre-se algo fundamental: os critérios de autorealização empregados possuem teor artesanal e colidem, variavelmente, com as exigências da situação numa sociedade competitiva. Os indivíduos alcançam os objetivos imediatos mas prejudicam, irremediavelmente, a carreira a longo termo. Logo se implanta a convicção de que "fulano é excelente para o trabalho que está fazendo. Infelizmente, não serve para outra coisa" ou, a avaliação, alternativa mais cruel e generalizada, de que "o negro só serve para o trabalho de rotina". Essas constatações, confinadas ao essencial, insinuam como o conformismo, em quaisquer de suas facetas, implantase como uma fonte de limitações tanto na definição dos níveis de aspiração ocupacional, quanto na manipulação prática dos padrões de ajustamento ocupacional e de autorealização profissional. O conformismo, nascido de diferentes motivações psicossociais e socioculturais, impede a mobilização conveniente, pelo negro e pelo mulato, das técnicas sociais de competição ocupacional e profissional requeridas pela sociedade inclusiva.

Contudo, ao lado desses fatores e efeitos adversos, subsistem outras influências, que concorrem para ajustar o "trabalhador negro" aos requisitos estruturais e dinâmicos da ordem social competitiva. A rápida expansão econômica, iniciada em fins de 1939, afetou profundamente a composição e a organização do nosso sistema de trabalho. Ainda que as oportunidades emergentes não beneficiassem "negros" e "brancos" nas mesmas proporções, vastos setores da "população de cor" conseguiram alterar profundamente sua posição no mercado de trabalho. Sob este aspecto, Interessam-nos, principalmente, três alterações básicas. A escassez generalizada de mão-de-obra produziu forte pressão quantitativa, particularmente importante para os estratos da população que se achavam na periferia do sistema de trabalho capitalista. Não só surgiram oportunidades de emprego em massa e perspectivas de trabalho

permanente, como ocorreu uma revalorização econômica e social dos serviços que antigamente caíam na categoria de “empregos de negros”. Graças a essas circunstâncias, modificaramse as avaliações imperantes sobre o trabalho manual e sua significação para a dignidade da pessoa. Por fim, atingirase um ponto de partida que permitia ao “negro” se ajustar às ocupações que estava em condições de preencher, sem ferir suscetibilidades respeitáveis – antes, valorizandose econômica e socialmente.

Essa explosão quantitativa teve importância marcante em várias direções. Ela propiciou uma reabsorção rápida do negro e do mulato em serviços de que foram expulsos, no sistema de trabalho artesanal, em virtude da concorrência dos imigrantes. Assim, multiplicaramse as oportunidades de trabalho que se ofereciam nas construções (como pedreiros e serventes de pedreiro, mais intensamente; mas também como empreiteiros, pintores, carpinteiros, encanadores, eletricistas etc.), nas oficinas mecânicas, nas carpintarias e marcenarias, nas tapeçarias, nos açougues etc. Ao mesmo tempo, ao lado dos “serviços brutos”, apareceram oportunidades de trabalho que abriam as portas das fábricas e dos escritórios para o “trabalhador negro”. Vários chefes de seção de pessoal informaram que essa iniciativa tem sido regulada pelas relações entre a oferta e a procura de trabalho. Onde “não têm outro remédio”, apelam para ela, de boa ou má vontade. No conjunto, os efeitos da pressão quantitativa foram de especial significação para a “mulher negra”. Na crise do antigo sistema de trabalho ela foi mais protegida que o homem. Em compensação, ficou praticamente encravada nos serviços domésticos. A escassez de mão-de-obra favoreceu o início de sua liberação desse jugo invisível. Aos poucos, ela ganhou novas oportunidades no setor artesanal (como costureira, bordadeira, na encadernação de livros etc.) e galgou novos postos, nas fábricas, nas lojas e nos escritórios.

Entretanto, à expansão quantitativa correspondeu uma pressão qualitativa de importância excepcional. A grande barreira, onde os critérios de peneiramento sofriam interferências irracionais, nascia da cor. O crescimento econômico compeliu muitas empresas, em todas as categorias econômicas, a aplicar com maior rigor técnicas racionais de seleção, de supervisão e de promoção de pessoal. As entrevistas com administradores brancos e com empregados negros ou mulatos, de diversas qualificações, mostraram que essa alteração equivale, para os interesses econômicos e

ocupacionais da “população de cor”, a uma autêntica revolução. Muitas empresas só admitem à seleção “candidatos brancos”; outras possuem meios para solapar ou neutralizar os resultados favoráveis aos “candidatos de cor”. Não obstante, é considerável o avanço que se deu. Nas grandes organizações, privadas ou oficiais, as técnicas racionais de seleção, de supervisão e de promoção de pessoal põem ênfase nas qualificações dos candidatos e na produtividade do trabalho. A cor fica em segundo plano ou passa, para muitos efeitos, a ser pura e simplesmente ignorada. Graças aos efeitos dessa pressão qualitativa, o negro e o mulato encontraram oportunidades específicas em serviços nos quais antes eram sistematicamente evitados ou repudiados, nos escritórios, nas fábricas, nos bancos, em grandes empresas comerciais etc.

Esses dois tipos de efeitos se combinam. O “trabalhador negro”, engajado na estrutura ocupacional do sistema de produção, adquire novas possibilidades e incentivos de se reeducar para o trabalho livre. No começo, a aceitação pode ser precária, sendo admitido “apesar de não conhecer bem a arte”.[152] Aos poucos, vencem as dificuldades iniciais. A partir de certo momento, surge o oficial competente e respeitado. As transformações não abrangem apenas as técnicas do corpo – o modo de usar as energias e de disciplinar os movimentos motores; elas atingem a mentalidade, o modo pelo qual o “negro” compreende a sua posição na sociedade, os seus direitos ou deveres como trabalhador e o futuro dos filhos. Formamse novas aspirações ocupacionais, novos padrões de carreira e um horizonte cultural de quem está se profissionalizando. Não se trata, apenas, de “querer um ofício”, como no passado. Trata-se de “querer chegar ao tope”, de disputar empregos que eram parcial ou totalmente inacessíveis e de se definir, profissionalmente, em termos de igualdade diante do “branco”.

Penetramos, aqui, na área de incentivos e motivações sociais. Ao se reeducar para o sistema de trabalho livre, o “negro” repudia sua herança cultural rústica e o ônus que ela envolvia. Vence hábitos, avaliações e comportamentos pré ou anticapitalistas. E descobre uma posição que o nivela, material e socialmente, ao “branco” – a que é oferecida por sua ocupação. Não só surge, assim, um novo tipo de *folclore negro* – o folclore do êxito. Mas este folclore produz dividendos. Os que logram realizar suas ambições ocupacionais servem de exemplo. Outros procuram imitálo.

Difundese uma consciência de que o “negro” pode igualar o “branco” no trabalho e nos “serviços de responsabilidade”. Os que compartilham dessa consciência ganham condições para se desvencilhar da perigosa proteção conferida pela manipulação do “preconceito de cor” como bode expiatório. Deixam de explicar suas decepções e malogros de uma maneira simples e procuram se preparar, técnica e moralmente, para a competição integral com os “colegas brancos”.

Ao mesmo tempo, a conquista de uma situação de classe real insere o “negro” nas reivindicações de classe e nas pugnas ideológicas que dividem a sociedade. Embora ele ainda resista à proletarização e valorize símbolos estamentais como armas de auto-afirmação social, essa experiência alarga a compreensão da igualdade diante do “branco” e fortalece suas impulsões competitivas na esfera do trabalho. Por fim, começa a possuir um terreno firme sob os seus pés. A ocupação estável não garante só uma posição na sociedade e uma concepção do mundo. Ela desenvolve os pontos de apoio estruturais e dinâmicos que impediam o “negro” de participar, normalmente, da ordem social competitiva. Já pode pensar em educar o filho. No futuro da família. Em ter uma casa. Em ostentar melhor padrão de vida. E por aí afora. Eis toda uma cadeia de conexões e de motivações, que criam e generalizam ideais mais ou menos sólidos de ascensão social. O homem que descobre que “não é escravo do trabalho”, mas que pelo trabalho se liberta e se afirma socialmente. Quando essa visão da realidade se configura, o “trabalhador negro” deixa de ser uma *vítima do seupassado* e passa a usar o trabalho como a única arma de que dispõe para realizar seus anseios de ascensão social e para se impor ao “branco” de igual para igual. Aos poucos, já não divisa as fronteiras que separam os “serviços de negros” dos “serviços de brancos”. Ao contrário, esforçase para atingir estes últimos e para vencer dentro deles.

Poucos chegaram a participar desse estado de espírito. A rigor, as entrevistas revelaram tal segurança somente num pugilo de intelectuais, de profissionais liberais, de técnicos e de líderes operários. O essencial, por enquanto, não é o número. Mas as tendências que o pequeno número deixa entrever. Neste momento, fechamos o circuito histórico, que abrimos nos dois primeiros capítulos. A figura do “negro” como trabalhador livre se prefigura como uma realidade histórica. Sem deformações, como ele será, em massa, provavelmente no futuro próximo. Semelhantes conclusões nos

põem diante de uma constatação fundamental. O sistema capitalista foi pouco favorável ao "negro" em seus primórdios. Isso aconteceu, porém, não por causa das limitações insuperáveis do "trabalhador negro". Mas porque foi convertido, de escravo e de liberto, numa sorte de pária.

À medida que o próprio sistema capitalista se expande e se diferencia e que o "trabalhador negro" encontra, dentro dele, oportunidades realmente promissoras de trabalho, ele não só sabe aproveitálas, como o faz de maneira notoriamente construtiva. Com isso, desmente os que apregoavam, no fim do século **xix** e nos princípios do século **xx**, sua "inferioridade inata" e sua "incapacidade de se adaptar à tecnologia moderna". E prova que a *Segunda Aboli*ção está em curso. Esta se iniciou, de fato, quando o "negro" começou a se converter, sistematicamente, em trabalhador livre; e terminará quando ele tiver suprimido, pelo esforço e pelos frutos do seu próprio trabalho, as fronteiras que separam os homens livres na sociedade de classes.

Entrosando-se no núcleo do sistema de ocupações da sociedade inclusiva, o negro e o mulato se classificam socialmente. Passam a pertencer à ordem competitiva. Todavia, não possuímos elementos que permitam discernir as proporções segundo as quais isso ocorreu ou está ocorrendo com a "população de cor".[153]

Em estudo publicado em 1938, Lowrie dividiu a sociedade paulistana em três camadas: a classe superior; a classe trabalhadora; e a classe semidependente. Essa estratificação é arbitrária, embora ressalte a dificuldade que existe para caracterizar a *situação de classe* no setor que ficou mais ou menos à margem da ordem social competitiva. As descobertas de Lowrie sugerem que a "classe baixa" ou "semidependente"[154] abrangia, na época, parte considerável da "população de cor". Ainda não se sabe, porém, como as recentes alterações da composição e organização do sistema de trabalho repercutiram na estratificação socioeconômica da cidade. É claro que elas ampliaram o número de negros e de mulatos que possuem uma *situação de classe.* Doutro lado, as nossas observações evidenciaram duas tendências globais. Primeiro, uma que se associa à proletarização. As parcelas da "população de cor" que lograram classificarse socialmente, em sua quase totalidade, cabem nessa categoria.[155] Segundo, outra que se vincula à ascensão do negro e do mulato a ocupações ou profissões cujo nível de renda assegura

um padrão de vida e prestígio social mais ou menos característicos das classes médias da sociedade inclusiva. A nossa experiência demonstrou que essa tendência afeta um número muito reduzido de pessoas. Além disso, existem casos esporádicos de "indivíduos de cor" e de "famílias negras" de fato pertencentes aos estratos superiores do sistema.

Interessam-nos, de perto, as duas tendências globais. Elas indicam que o "negro" está sendo absorvido pela sociedade de classes, *paripassu*à sua conversão em trabalhador livre. Por enquanto, é impossível traçar limites precisos, que permitam caracterizar morfologicamente o processo. O próprio "negro" mascara as diferenças entre os dois estratos. A importância da classificação social, em si mesma, é tão grande, que todos os sacrifícios são justificados, desde que eles rendam em prestígio social, efetivo ou aparente. Por isso, uma boa cozinheira, com alta remuneração, pode ostentar um padrão de vida equivalente ao de um jornalista ou de um advogado "negros". No consenso da "população de cor", as evidências externas de *status* contam como expressões reais. Os indivíduos são considerados "ricos" e em "situação de prestígio", o que cria elites heterogêneas e uma "classe média" de feições indecisas. Ela se caracteriza muito menos pela renda real e pela posição na estrutura de poder da sociedade inclusiva, que pelo estilo de vida. Este é marcado por uma etiqueta elaborada e por refinamentos que propendem, intencionalmente, para modelos aristocráticos, de cunho estamental.[156]

Como a "posição social" constitui o verdadeiro pesadelo das "classes médias de cor", aos fenômenos de estratificação social apontados correspondem alterações patentes na convivência com os "brancos" ou com os demais componentes do "meio negro".

Esboçam-se, pela primeira vez, tendências a concentrar a interação racial nos estratos da "população branca" do mesmo nível social. Se essas tendências tivessem vingado e se fortalecido, poderseia admitir que a revolução ocupacional, em curso, estaria contribuindo, de fato, para modificar a própria estrutura do nosso sistema de relações raciais. No entanto, não parece evidente que isto esteja ocorrendo em escala significativa. Os dados sobre o intercasamento, relativos a 1961, por exemplo, indicam que ainda prevalecem os velhos padrões de escolha dos cônjuges (vejase Quadro 10). Os casamentos mais freqüentes se realizam dentro do mesmo grupo de cor (97,74% entre "brancos" e "brancas";

68,28% entre “pardos” e “pardas”; 64,28% entre “pretos” e “pretas”); são reduzidos os casamentos de “brancos” com “pardos” e “pretos” (l,75% e 0,27%, respectivamente); e os casamentos de “pardos” e “pretos” obedecem às conhecidas linhas de valorização e de resistência das cores (“pardos”: com “brancas” – 25,79% e com “pretas” – 5,85%; “pretos”: com “brancas” – 10,82% e com “pardas” – 24,76%).

QUADRO 10
Distribuição dos casamentos, segundo a cor dos cônjuges, ocorridos no município de São Paulo em 1961*

Homens	Mulheres					Total
	Brancas	Pardas	Pretas	Amarelas	Cor não declarada	
Brancos	30.167	541	85	71	–	30.864
Pardos	723	1.914	164	2	–	2.803
Pretos	94	15	558	1	–	868
Amarelos	87	2	–	877	–	966
Cor não declarada	–	–	–	–	–	–
Total	31.071	2.672	807	951	–	35.501

* Fonte: Situação Demográfica, op. cit., p. 2.

Os dados colhidos pelas entrevistas e pela observação direta completam esse quadro. Apenas esporadicamente surpreendemos situações de convivência interracial, de caráter permanente, entre famílias dos mesmos níveis sociais, pertencentes a grupos de cor diversos. Aliás, no consenso da “população de cor”, só o “branco” de posição social inferior revela alguma propensão para aceitar formas mais ou menos estreitas de convivência com os componentes da “classe média de cor”. Estes, por sua vez, refreiam tais relações, principalmente quando possuem *situação de classe média* real. Então, não valorizam o “branco” em si mesmo. Mas o nível social em que se encontre.

Tudo isso sugere que entramos numa fase incipiente de transição, na qual estão se desorganizando, intensamente, as antigas formas de convivência interracial. Contudo, as ambigüidades e a falta de vitalidade socioeconômica dos estratos mais elevados, que estão emergindo na "população de cor", não favorecem as expectativas de classificação social, no seio de outros estratos da sociedade inclusiva, dos segmentos em ascensão social dessa população. Em particular, no consenso dos "brancos" (sobretudo dos pertencentes aos níveis mais elevados da "classe baixa" e às classes "média" ou "alta"), os êxitos socioeconômicos do negro e do mulato são encarados e definidos como simples índices de que o "preto está melhorando de vida". O que quer dizer que ainda existe forte relutância, nesses círculos, em aceitar os referidos estratos da "população de cor" como parte integrante dos seus próprios níveis sociais.

Por conseguinte, os critérios subjetivos de auto-avaliação social, perfilhados pelos negros e mulatos em ascensão, só recebem franco reconhecimento na "população de cor" e, ainda assim, como algo legítimo e indiscutível, apenas por aqueles que se identificam como a *elite* ou a *alta sociedade* dessa população. Graças ao isolamento relativo dessas pessoas, à sua propensão para extrair dividendos de seu prestígio social real ou aparente e à sociabilidade própria do "homem de cor", os diversos grupos que compõem tal elite desenvolvem um estilo de vida peculiar, em comparação com os outros estratos da sociedade inclusiva. As diversas associações, recreativas ou culturais, realizam uma atividade relativamente intensa, que põe as famílias desses círculos em contato freqüente e propicia às gerações ascendentes amplas oportunidades de interação dentro do seu "nível social".

Nas conclusões de um estudo de caso, o pesquisador ressaltou esses aspectos:

> O setor onde pode ser sentida mais intensamente uma *vida social* entre os negros é nos bailes. A classe média tem seus clubes de dança,[157] onde a preocupação máxima é oferecer aos associados um ambiente "decente", que as moças de família possam freqüentar. Fora disso, a classe média realiza um intenso movimento de visitas, gostando de dar almoços e jantares aos parentes e amigos. No grupo intelectual, este fato é bastante notável. [158]

Em algumas ocasiões, certas associações fazem programações mais ambiciosas (de exibição artística ou com fins recreativos e culturais). Raramente, porém, essas programações congregam todos os círculos da *alta sociedade negra* e quase nunca repercutem nos demais segmentos da sociedade inclusiva. Em conseqüência, a visibilidade do seu estilo requintado, conspícuo e "aristocrático" de vida é praticamente nula, ultramuros. Isso faz com que os proventos da classificação social, tão ricos de dividendos no *in group*, contribuam muito pouco (e de maneira fragmentária) para modificar a definição predominante do negro e do mulato, a qual associa a cor a uma condição social duvidosa: em regra, "baixa" e "dependente".

2. A ascensão social do negro e do mulato

A análise precedente nos leva a uma conclusão básica. A aquisição e a melhoria paulatinas de meios estáveis de ganho tendem a criar condições favoráveis à absorção do negro e do mulato na ordem social competitiva. Aos poucos, ambos deixam de ficar à margem da vida social organizada e logram se classificar no sistema vigente de classes sociais. Esse fenômeno seria destituído de maior interesse sociológico, pois não se traduz, pelas aparências, em alterações radicais na posição social do "negro". Este continua a ser "pobre", a se concentrar em ocupações mal remuneradas e de pouco ou nenhum prestígio e a fornecer ralas elites, mais ou menos isoladas e fechadas, como no passado.

No entanto, o referido fenômeno constitui uma manifestação pura de mobilidade social vertical e possui enorme importância sociológica. Ele evidencia não só como estão se transformando as reações da "população de cor" à ordem social competitiva; demonstra, também, como se manifestam as propensões desta em se tornar aberta às impulsões de ascensão social de uma categoria racial que ficara à margem de nossa "revolução burguesa". Ao que parece, tendem a se diluir ou a desaparecer, pelo menos no nível da proletarização, certas barreiras que impediam ou dificultavam a classificação social do negro e do mulato. Eles podem, por fim, lançarse no mercado de trabalho e escolher entre algumas alternativas compensadoras de profissionalização.

Por pouco que isso pareça, em termos sociológicos estamos diante de uma tendência bem definida. À medida que ela se concretiza, o "negro" supera, graças ao seu esforço, a antiga situação de pauperismo e de anomia social, deixando de ser um ser marginal (em relação ao regime de trabalho) e um dependente (em face do sistema de classificação social). Como acontece com outros segmentos demográficos do nosso país, que estão sendo arrancados da desocupação disfarçada ou sistemática, sob a pressão do crescimento econômico, começa a se inserir, com certa regularidade, no

padrão de vida dos grupos urbanoindustriais da sociedade brasileira. As únicas diferenças relevantes, a respeito, procedem da cor (com suas polarizações socioeconômicas e psicossociais) e do fato de pertencer a contingentes desocupados ou semi-ocupados que se aninhavam, com freqüência, dentro dos núcleos urbanos.

Diante do contexto histórico-social já caracterizado, parece óbvio que o estudo do fenômeno nos interessa, estreitamente, por causa de duas razões. De um lado, para saber como o "negro" está se comportando diante das oportunidades crescentes de participação econômica e cultural da vida social ativa; ele precisava vencer a adversidade, a si próprio e a resistência do "branco" para se lançar na torrente social. De outro, para se determinar, indiretamente, o grau de intensidade com que os efeitos espontâneos da expansão da ordem social competitiva tendem a contribuir para a democratização das relações raciais no Brasil.[159]

É preciso que se tenha em mente que a mobilidade social não constitui, em si mesma, índice da inexistência de preconceito e de discriminação raciais. Além disso, na situação que nos compete investigar, surpreendemos as condições e os efeitos dos mecanismos sociais de ascensão de uma categoria racial no momento mesmo em que entra em crise final todo um sistema de dominação racial. Portanto, será normal que o lodo suba à tona. O que antes podia ser dissimulado ou encoberto, precisa vir à luz, para se elevar à esfera da consciência, da discussão e da crítica. Nenhuma coletividade deve se envergonhar desses fatos. Os homens não possuem outros meios para se expungir dos erros do passado e aperfeiçoar a própria organização da sociedade. Lamentável seria esconder e ignorar fatos dessa natureza, a pretexto de se resguardar a "inviolabilidade dos costumes", os "valores centrais da cultura" ou "a inteireza moral dos antepassados". Daí não resultaria outra coisa senão a perpetuação farisaica de iniqüidades sociais, plenamente reconhecíveis e retificáveis.

Na presente exposição, iremos utilizar, predominantemente, dados coligidos pela pesquisa de campo realizada em 1951. Aqui e ali, eles foram, excepcionalmente, suplementados por informações levantadas anteriormente, entre 1940 e 1949, seja por antigos alunos do professor Roger Bastide ou por este mesmo, seja pelo próprio autor e por seus alunos, sempre a pedido ou por indicação do ilustre mestre francês.[160] Nesta parte do trabalho, concentramos a análise nos seguintes aspectos dos

fenômenos considerados: 1º – incentivos e requisitos psicossociais da ascensão social do negro e do mulato; 2o – barreiras à ascensão social ou ao reconhecimento de *status* do negro e do mulato; 3º – técnicas de ascensão social ou de consolidação do *status*, exploradas pelo negro e pelo mulato; 4º – efeitos psicossociais e socioculturais da ascensão social do negro e do mulato.

Quanto ao primeiro tópico, devemos considerar antes os incentivos e, depois, os requisitos psicossociais da ascensão social do negro e do mulato. Os dados coligidos demonstram que certos incentivos, que operavam no passado, ainda estão presentes. Assim, os dois incentivos que regulavam os mecanismos de ascensão social do negro e do mulato da ordem social tradicionalista – a influência socializadora da família branca e o paternalismo do branco – continuam a ter eficácia. A inclusão transitória ou prolongada no seio de famílias brancas esclarece por que alguns "indivíduos de cor" se apegaram, tenazmente, a idéias de personalidade-*status* e a aspirações sociais que entravam em choque quer com suas possibilidades socioeconômicas, quer com as tendências de ajustamento predominantes em seu meio social imediato.

Em virtude de acidentes ligados às condições de nascimento, à dependência econômica da mãe ou da avó (empregadas de famílias importantes), à simpatia nascida da prestação de pequenos serviços etc., um menor podia ser incluído na periferia daquelas famílias e ficar exposto, de modo mais ou menos demorado, aos influxos socializadores de seu estilo de vida. Em conseqüência, passava a lutar, denodadamente, por formas de autorealização atípicas em seu meio social imediato. Propendia a avaliar a importância da instrução de modo realista e a associála, definidamente, a formas compensadoras de profissionalização. Os casos observados sugerem que, ao contrário do que se pensa comumente, a referida tendência não favorece apenas o "mulato" ou o "negro menos escuro". Tanto o "mulato claro", quanto o "preto retinto" foram e têm sido beneficiados por ela, seja na condição de "filho de criação", de "cria da casa", de "moleque" ou "dependente da família" etc. O essencial, nesses casos, não era a gradação da cor da pele do menor, mas a ligação de sua mãe ou responsável com a família adotiva.

Doutro lado, a influência exercida pela família adotiva ia muito além dos encargos que ela assumia, diretamente, na colocação do menor. Em alguns

casos, tudo dependia do que ela fizesse, patrocinando sua educação e encarreiramento inicial. No entanto, em outros, ela se omitia no terreno prático, limitandose a auxílios simbólicos, ocasionais e meramente estimulantes. Nem por isso os menores deixaram de se lançar, com afinco, à luta por uma "posição condigna", inspirandose nas experiências ou nos conselhos dos "brancos" que vieram a conhecer. Em todos os casos, os alvos perseguidos foram as profissões liberais e os cargos que elas abrem aos contadores, aos guardalivros, aos dentistas, aos advogados, aos professores etc. No conjunto, portanto, o que sobreleva notar é a qualidade da influência socializadora e os comportamentos espontâneos, que ela tendia a engendrar com certa persistência. O jovem passava a "querer ser alguém" segundo uma escala de avaliações tomada do próprio "branco"; e seguia essa inspiração com tenacidade, a ponto de lográla mesmo sem o auxílio e às vezes apesar da indiferença ou contra a resistência das pessoas cujo estilo de vida era imitado.

Algumas famílias adotivas correspondiam às expectativas de proteção ativa do menor. Nesses casos, transmitiamlhe seu nível de vida e, algumas vezes, também sua posição social. Ainda aqui, o paternalismo não aparecia como algo que dependesse da cor do menor. Contudo, raramente ele ia tão longe. A maior parte dos beneficiados colhia resultados mais magros: um emprego que permitisse estudar, conselhos e estímulos indiretos, auxílios esporádicos mais ou menos ralos etc. O encarecimento dos estudos e as dificuldades em usar as influências ao velho estilo reduziam as possibilidades de dar ao "filho de criação", ao "cria da casa", ao "moleque da família" ou ao simples "protegido" um amparo mais eficaz.

Todavia, o que importava mais na "proteção" recebida não era o volume do auxílio material. O "branco" acabava, sem o saber, suplementando e corrigindo as deficiências estruturais ou funcionais da "família negra". Orientando os menores, oferecendo-lhes um ponto de partida razoável, interessandose por seus problemas, incitava-os a perseguir aspirações que escapavam à órbita dos ajustamentos normais do "negro" e, mesmo, do "branco pobre". Aproveitando bem a parca "proteção" recebida, algumas vezes chegava aonde ninguém esperava vêlo. A surpresa dos "protetores" transparecia, então, nas avaliações com que recebiam os fatos: "êta negrinho danado!" "nem parece negro", "mulato filho da mãe!", "preto de alma branca" etc., e predispunha o "branco" a exercer um mecenato mais

largo, generoso e decisivo para os desígnios do “afilhado” ou “apadrinhado” bemsucedido.

Não obstante, na época em que realizamos o levantamento principal, esses dois tipos de incentivo tinham escassa importância prática. A própria estrutura da família branca “rica” se modificara em sentido que torna inviável a absorção regular de estranhos e de dependentes. Doutro lado, o paternalismo já não era bem visto nem pelos “brancos” nem pelos “negros”. Aqueles viam no paternalismo para com o “negro” uma carga onerosa e inútil; ou, então, nos círculos dos “brancos pobres”, encaravamno como uma “injustiça”. A seguinte afirmação, feita espontaneamente por um entrevistado nessas condições, indica o que se pensa a respeito: “Os pretos que se salientam tornam-se pernósticos, porque nesta sociedade quando se ocupa postos melhores não é por valor real mas pela proteção e pela política suja”.

Os “negros”, por sua vez, percebiam que o mecanismo só poderia favorecer um número demasiado pequeno de pessoas, além disso de maneira insatisfatória e precária. Já vimos, no capítulo precedente, como ambos os incentivos foram apanhados pelos movimentos reivindicatórios e totalmente condenados. Formarase a consciência de que o “negro” tem de resolver por si mesmo os seus problemas e que não deve se contentar com “as migalhas”, largadas aqui ou ali por uma generosidade que foi largamente identificada com a falta de empenho em “ajudar o negro”. Em suma, o favoritismo paternalista suscita no “meio negro” condições ainda mais severas que entre os “brancos pobres”. O ônus que ele acarreta, no plano da dependência moral, parece não receber compensação adequada através das vantagens materiais que ele proporciona a tão reduzido número de pessoas.

Por conseguinte, aqueles dois incentivos correspondem, de modo bem definido, à persistência de velhos padrões de comportamento nas relações raciais. Isso faz com que eles ocorram de forma esporádica e deixem de responder às exigências do presente. Quatro tipos de incentivos psicossociais fluem livremente das condições atuais de vida do negro e do mulato. Primeiro, os que resultam, como condição ou como efeito, da modernização do horizonte cultural do “negro”.

Segundo, os que defluem, estrutural ou dinamicamente, da própria mecânica da sociedade de massas: a partir de certo momento, a economia

de mercado, com sua complexa rede de fatores e de efeitos, começou a abarcar a totalidade da população existente na cidade. Portanto, independentemente de qualquer esforço deliberado, procedente dos estoques raciais "branco" ou "negro", ocorreu uma tendência marcante de nivelação do estilo de vida, de comportamentos e de aspirações sociais, de conseqüências específicas quanto à situação social da "população de cor".

A esses dois tipos de incentivos básicos seria preciso agregar dois incentivos psicossociais reflexos. A classificação e a ascensão sociais criam novos pontos de referência para a auto-avaliação dos "homens de cor". Já não é indispensável procurar emulação nos exemplos dos "brancos". Os negros e os mulatos em ascensão fornecem melhores alvos não só mais fáceis de imitar e de reproduzir mas, ainda, mais adequados e estimulantes. Além disso, ambas fazem com que o "negro" tenha acesso a papéis sociais que impõem outra dimensão à dignidade da pessoa. O "negro" fica mais exigente, consigo mesmo, nas relações com "brancos" ou no convívio com outros "negros" – e tudo isso irá transparecer em sua concepção do mundo, de si próprio e de sua posição na sociedade.

A modernização do horizonte cultural do "negro" se prende aos efeitos psicossociais da absorção gradativa dos modelos de organização do comportamento, da personalidade e das instituições sociais, tomadas da sociedade inclusiva. É preciso que se entenda, desde logo, que esse processo não pressupõe os benefícios puros e simples do "viver na cidade". Ele retrata, acima de tudo, os êxitos que o "negro" alcançou no intercâmbio com as condições materiais e morais do meio social circundante. Em outras palavras, ele indica quanto o "negro" progrediu, como e enquanto tal, em suas tentativas de se converter em homem de sua sociedade e de sua época. Trata-se de uma mudança qualitativa de enorme significação dinâmica. Enquanto a tragédia do "negro", entre 1890 e 1930, se explica por sua incapacidade de se ajustar ao estilo urbano de vida, as perspectivas atuais de superação daquele estado e de integração definitiva na sociedade de classes parecem se explicar por sua capacidade crescente de pensar e de agir como um urbanita. Malgrado os desníveis que ainda persistem entre suas atitudes, comportamentos e avaliações e as exigências da situação, já são bem maiores os círculos da "população de cor" aptos para *viver na cidade* e para transformar essa circunstância em uma condição estratégica altamente vantajosa.

Em termos dinâmicos, a modernização do horizonte cultural do “negro” se apresenta como um processo de substituição de atitudes, comportamentos e avaliações tipicamente tradicionalistas. Tais atitudes, comportamentos e avaliações eram responsáveis quer pela apatia do “negro” e por seu imobilismo, quer por sua predisposição a aceitar, passivamente, o padrão de relação assimétrica e heteronômica com o “branco”. A substituição tende a se realizar através de atitudes, comportamentos e avaliações alternativos, que envolvem de uma maneira ou de outra a compulsão a eliminar ou a restringir o papel da situação racial como fator condicionante da participação da cultura. Por isso, ela se manifesta em todos os níveis da interação das “pessoas de cor” com as forças psicossociais e socioculturais do ambiente.

No plano mais elementar, entra em jogo a disposição de “ser gente”, com todas as suas implicações e conseqüências sociodinâmicas. Note-se que não estamos mais diante de um incentivo para tornar a “vida do negro” mais circunspecta, ordenada e respeitável, como sucedia no passado com o confronto entre o “negro desordeiro” ou “malandro” e o “negro ordeiro” ou “de elite”. Está claro que a condenação de idéias como “nós somos negros mesmo!”, “O que se vai fazer, vida de negro é assim!” etc., continua presente. Mas ela entra em um contexto psicossocial caracteristicamente diverso. A seguinte explanação textual evidencia a natureza desse contexto: “Negro é gente e não tem que andar diferente dos outros”.

Essa orientação compreende três compulsões básicas distintas e, portanto, discerníveis (embora se manifestem conjuntamente). Primeiro, a repulsa em receber “tratamentos indignos”. Como nos disse o sujeito de uma das entrevistas, “hoje os negros estão agindo com maior liberdade. Já não aceitam tudo com passividade e muitos lutam por seu direito de serem tratados como *homens* e não como *pretos*”.[161] Segundo, a ânsia incontida de “melhorar de vida”, obtendo fontes estáveis de ganho e melhorando-as progressivamente. “Ser gente” só pode significar “ser igual ao branco” e para isso é preciso “proceder como o branco”, lançandose ativamente na competição ocupacional.

Ótima ilustração dessa tendência se encontra no caso de uma jovem, que trabalhava como doméstica de dia para estudar à noite. Em seu entender, “as moças devem se preparar para a vida, pondo de lado a idéia de que o preto nunca poderá ser nada”. Suas amiguinhas lhe dizem que “seu esforço

é inútil” e que “é bobagem fazer esforços como ela quer”. Ao que ela responde: “A gente precisa ser alguma coisa na vida”. Pensa que “enquanto é moça é que pode fazer seu futuro. Os sacrifícios serão recompensados, porque poderei obter novos empregos e educar os filhos melhor”. Quando “enjoar de trabalhar para os outros nos serviços domésticos estarei apta para trocar de profissão”. Na data da entrevista, já havia concluído o ginásio, um curso de economia doméstica e outro de datilografia (sem contar um anterior, de corte e costura), e estava iniciando o curso de contabilidade. Essa capacidade de fazer uma coisa com os olhos noutra, aguardando ao mesmo tempo a ocasião oportuna para a transferência a atividades mais conceituadas e melhor remuneradas, com firme decisão e grandes esperanças, marca especificamente a qualidade da impulsão psicossocial que anima o “negro que quer subir”.

Terceiro, não seria possível reproduzir o êxito do “branco” através da conquista pura e simples de um emprego melhor. O “negro” mostra que aprendeu muito bem essa lição. Ele atenta para a realidade ambiente e procura compreendêla a partir da “ambição de subir”. Parecelhe vã a pretensão de modificar a situação coletiva do “negro” de alto a baixo e de um momento para outro. Aceita fria pelo aproveitamento estratégico das oportunidades existentes, e deixando para o futuro remoto a transformação da mentalidade dos “brancos” ou da ordem social. Eis como dois sujeitos entrevistados, em seguida a uma reunião devotada à análise da “lei contra o preconceito de cor”, emitiram tais opiniões. Eles apoiaram com entusiasmo a posição de um estudante de direito do “meio negro” que defendia o projeto de lei. “Até agora, se pretendia que o governo tomasse uma providência em favor do negro e contra a atual situação. À primeira providência tomada, vêm eles e dizem que “a lei não presta! Vamos jogála fora!”. Para eles, essa atitude seria errada:

> Isso de pensar em transformar a estrutura é muito bonito. Mas, enquanto a situação é esta, o negro vai apanhando direitinho [...] A lei foi feita para a estrutura que existe, não para aquela que o Geraldo e o Lobato [162] idealizam. Se a sociedade do futuro for o que eles pretendem, então a lei será desnecessária. No momento, ela é importante. Sem dúvida, está cheia de defeitos, é vaga, incompleta. Em particular, não obriga os industriais, os banqueiros e os comerciantes a aceitar um empregado competente quando ele for negro. Com tudo isso, é alguma coisa. O Governo deu uma grande vitória aos negros, forçando o reconhecimento da existência do preconceito, que era falsamente negado por muitos brancos que o praticavam [...].

Supunham que a lei teria ampla influência educativa. “O negro não é aceito em muitos lugares porque tem medo de não ser atendido ou de ser desfeiteado. Com isso, os brancos ficam fazendo uma idéia errada dos pretos e de suas capacidades. Não têm experiências sobre eles, suas pessoas, seu caráter.” Pode-se ver que está em processo uma rotação de perspectivas. Entre 1927 e 1937, os movimentos sociais exigem uma alteração da realidade como condição para o ajustamento do “negro”. À luz das impulsões assinaladas, vê-se que estão surgindo outras alternativas. Certos estratos da “população de cor” pretendem se projetar nas “estruturas existentes”, mesmo antes e independentemente de elas se transformarem. Isso equivale a admitir que existem oportunidades sociais desejáveis, apesar das manifestações do preconceito e da discriminação, e que muitos “negros” estão dispostos” a tentar conquistálas tão rapidamente quanto lhes for possível.

Dentro de semelhante contexto psicossocial, formaram-se impulsões de ascensão social por assim dizer específicas à “população de cor”. Tornouse, naturalmente, muito importante impedir que reações irracionais às manifestações do “preconceito de cor” prejudicassem as probabilidades de classificação ou de ascensão sociais. Alguns exemplos permitem situar esse complexo aspecto do ajustamento do “negro” ao estilo urbano de vida. Uma das entrevistadas dedicou grande atenção às “queixas” de amigos e conhecidos contra o “preconceito de cor”. Parecialhe que, muitas vezes, “eles não têm razão”. “Eles meteram isso na cabeça e não procuram saber se uma coisa lhes sucede por causa do preconceito ou por causa de outras razões.” Deu dois exemplos: “um amigo se submeteu a um concurso. Foi reprovado. Aí começou a dizer que estava sendo vítima do preconceito. Eu contestei. Ele não tinha se preparado direito e eu mesma havia pedido que não fizesse o concurso, pois não estava em condições para ser aprovado. Ele nunca me deu ouvidos, misturando duas coisas distintas”.

O outro exemplo se referia à própria informante:

> Submeti-me a um concurso de datilógrafa, no Palácio da Justiça. Fui rejeitada. O chefe do serviço explicou-me que não podia ser aceita, pois ainda não tinha a idade exigida pela lei. Eu concordei. De fato, tinha 16 anos e não podia pretender um lugar para o qual exigiam um limite mínimo de 18 anos de idade. Se eu pusesse na cabeça que foi por causa do preconceito seria pior para mim e teria sofrido choques mais graves por causa disso.

Como “medida higiênica”, pensa que “os pretos deviam preocupar-se menos com a existência ou não-existência do preconceito, para procurálo em tudo que os brancos fazem e para explicar por seu intermédio tudo o que sofrem. É uma doença. Quanto mais a pessoa liga para isso, tanto pior para ela”. Não obstante, tem sensibilidade para as manifestações do “preconceito de cor”, sabendo identificálas objetivamente onde e como elas emergem, quais os setores da “população de cor” que são mais afetados etc.

Outro entrevistado insistiu também na importância de discernir as manifestações específicas do “preconceito de cor” de aspirações ou avaliações mais ou menos confusas. Para ele, “o preconceito só se manifesta quando uma pessoa é barrada em condições em que o branco da mesma posição não é”. Deu vários exemplos para ilustrar onde e como tais ocorrências se dão concretamente. À luz desse critério, distingue entre “preconceito” e “seleção”. Onde corre o risco de ser recusado ou sofrer “alguma desfeita” por causa da cor, não se apresenta; onde a repulsa contra o “negro” nasce da mera falta de familiaridade e de experiências do “branco” ou do próprio “temor do negro”, tenta forçar a situação, com tato, prudência e por meio de comportamentos adequados. “Em certos lugares não me apresento. Sei que algumas pessoas me tratariam bem. Não obstante, estaria deslocado entre eles. O meu meio não é entre engenheiros e professores.”

Com esse domínio da percepção da realidade e do comportamento consciente, abremse novas perspectivas de ação racional com relação a fins. Não só a pessoa pode escolher melhor entre oportunidades alternativas de emprego ou de promoção no serviço. É também capaz de enfrentar os vários dilemas que convertem a “vida do negro” em verdadeiro drama. Assim, quanto às preferências matrimoniais, uma jovem mulata escura declarou que excluía definitivamente o “branco” de suas expectativas de casamento. “Não é por razões afetivas que repilo os brancos. Poderia sentir por eles os mesmos afetos que pelos negros.”

> Mas pretende evitar a tragédia que surge depois do casamento. Os conflitos começam com os parentes e amigos do marido. Se intensificam por causa das diferenças de educação e de mentalidade. E se agravam com o nascimento dos filhos. Cada um fica torcendo para que ele [o filho] tenha a própria cor ou querendo que ele [idem] seja da cor branca. As decepções podem amargurar a vida do casal.

Ou, então, quanto à capacidade de corresponder a seus papéis sociais. Uma senhora entrevistada abordou longamente o assunto. Como “está em posição boa”, acha que entende melhor “o que é” e “o que não é” preconceito:

> A minha gente é muito sensível. Todas as decepções, todos os fracassos, todos os conflitos são atribuídos ao preconceito de cor. O branco fica sendo culpado de tudo. Mas o fato é que entre os brancos se encontram os mesmos acontecimentos. Uma pessoa que não consegue melhorar de posição. Outra, que não consegue um emprego. Outra, que não vê atendido um pedido de transferência, de elevação de salário etc. Muitas vezes a questão é muito mais de cartucho, de proteção pessoal, tanto para o negro quanto para o branco. Um consegue o que outro pretendia porque é mais protegido e não por causa de ser preto ou de ser branco.

Com essas idéias, procura esclarecer o marido e orientar os filhos. O primeiro possuía um amigo bacharel, que não passava de contínuo, coisa que ele atribuía, naturalmente, ao preconceito. A mulher dizialhe: “Fulano se fosse branco também não passaria disso. Ele é burro. Não importa que seja bacharel ou não”. Os filhos (em número de três, uma moça e dois rapazes) tinham os seus problemas. O mais velho era “revoltado” e ela arcava com muito trabalho para convencêlo a suportar os embates que sofria, em virtude da cor; acomodava-o como podia, ajudando-o a superar aquelas barreiras, bem conhecidas e contornáveis. A filha chegou a se abalar com o comportamento de uma colega de serviço, por demais acintoso e humilhante. Contudo, graças à assistência da mãe, aceitou com sobranceria as dificuldades e ainda procurou “dourar a pílula”, para que a mãe não sofresse por sua causa. Dizialhe: “Eu não me importo. Eu sei que tenho capacidade. Eles não gostam de mim porque sou negra. Mas não podem fazer nada, porque eu sou superior a eles no serviço. Eu tenho capacidade e não estou ligando para o que eles fazem ou para o que eles pensam”.

Em suma, para tirar proveito estratégico das posições sociais mais ou menos acessíveis, o “negro” teve de mudar sua maneira de reagir ao “preconceito de cor”. Separa-o de rejeições que possuem outra origem. Faz escolhas e procede a opções em que as diferentes alternativas de comportamento são claramente antecipadas. Doutro lado, não fica nem se lamentando em um canto nem se congrega aos protestos coletivos. No

conjunto, está mais senhor do seu destino. Alcança maior domínio consciente das condições e dos efeitos de suas relações com os “brancos”, o que lhe permite proteger, cuidadosamente, os seus interesses vitais, resguardando-se de amarguras previsíveis e evitando decepções ou conflitos prejudiciais. Em vez de lutar de frente contra o “branco”, toma a sua medida e se ajusta a ela, preparandose para converter em vantagem o que poderia ser ruinoso ou, mesmo, fatal.

No mesmo contexto psicossocial, adquire suma importância discernir a própria ascensão social como objetivo puro, claro e supremo. A quebra de continuidade em face das concepções tradicionalistas transparece nitidamente em formulações como a seguinte, de uma mulher que lutava laboriosamente para educar suas cinco filhas: “Os pretos não podem fazer tudo que o branco faz, porque o preto é pobre e não pode perder tempo nos estudos como os brancos. Mas os pretos, se fossem ricos, poderiam fazer qualquer coisa que o branco faz. Subir? Nem sempre adianta subir para ser feliz! Mas os pretos procuram subir, como não... Eu quero que meus filhos sejam gente”.

Em regra, o anseio de ascensão social comporta duas polarizações conscientes: 1º – a disposição em superar a situação de dependência e de isolamento predominante no “meio negro”; 2º – a disposição correlata de igualar o “branco” em determinado campo de atividades. Ambas as disposições se objetivam vigorosamente numa entrevista, concedida a *O Novo Horizonte*,[163] pelo atleta Adhemar Ferreira da Silva: “o branco não cria a diferença social. Ela nasce de maneira automática, isto é, da segregação a que o negro se submete, criando ambientes dos piores, demonstrando não ter desejo de ascensão, caso contrário acharia meios de conseguilos”; doutro lado, sublinha que o esporte “tem a especial finalidade de não só eliminar fronteiras, mas também faz com que os homens esqueçam suas possíveis mazelas sociais, sendo que cada indivíduo vê em seu semelhante um esportista, nunca fazendo discriminação de qualquer espécie. No esporte somos iguais”.[164]

Tais motivações projetam o comportamento e a mentalidade do “negro que sobe” num clima moral exclusivo. Ele se empenha em uma cruzada, cujo elo central consiste na própria ascensão social. Tudo converge para esse fim ou tem de se subordinar a ele. Tome-se como referência a campanha pela aquisição de terrenos e pela construção da casa própria

encetada por *O Clarim da Alvorada* e expandida pela Frente Negra Brasileira. Os mentores dessa campanha não tinham em mira apenas o conforto, a segurança econômica ou a maior estabilidade da família. O que ganhava relevo era o fato de o "negro" se tornar proprietário, desempenhar com maior plenitude os papéis sociais do chefe de família e impor, dessa forma, uma redefinição social da "pessoa do negro".

As ações se inseriam, pois, no âmbito de um processo mais amplo, de secularização da cultura. Estudos de caso, feitos por Roger Bastide e nossos antigos alunos, na Casa Verde, comprovaram plenamente essa conexão. O "negro" encadeia de tal maneira a classificação profissional, a elevação do nível de renda e a ostentação puritana do padrão de vida correspondente, que fica patente que ele está concorrendo seja para se livrar da "condição de negro" (como ela se definia no consenso tradicionalista), seja para se afirmar socialmente como "gente" e como "igual ao branco".

A ascensão social não se dirige, assim, para a acumulação de riqueza ou de poder. Ela converge para a conquista dos mínimos materiais e morais que ela própria contém, os quais podem assegurar aos agentes humanos, empenhados no processo, prestígio social suficiente para serem realmente absorvidos pela ordem social vigente. Em outras palavras, o "negro" não chega a fazer um trampolim da ascensão social, pescando através dela proventos ou compensações sociais excedentes. Deseja-a e usufrui-a sôfrega e ardentemente, como um fim absoluto, que confere, por si mesma – no próprio ato de se realizar –, dignidade social aos que dela participem. Nisso ele se distingue tanto do "branco" de extração nacional, quanto do de origem estrangeira. Porfia, por meio dela, em encontrar, finalmente, o caminho da redenção econômica, social e política. Por isso, empenhase em concretizála com ardor análogo ao que devotou às esperanças suscitadas pelos movimentos reivindicatórios. Ela surge como uma realização imensa, absorvente, digna de todos os sacrifícios, que cega as pessoas e as leva a ignorar que o homem não é uma entidade isolada no mundo em que ele vive.

As duas impulsões de ascensão social, específicas da "população de cor", descritas tão sumariamente no contexto psicossocial em que operam, envolvem duas orientações elementares: 1º – o élan de absorver os padrões de vida social organizada, que podem servir como condição ou como canal da própria ascensão; 2º – a preocupação de explorar as condições de

ascensão social acessíveis, em todos os sentidos. Adiante, teremos de retomar essas duas conexões à luz de outros fatores psicossociais ou socioculturais. Por isso, aqui só nos interessa mostrar como elas se relacionam com as tendências de modernização do horizonte cultural do "negro".

Enquanto prevaleceu a desorganização do "meio negro", o "homem de cor" se envergonhava de sua condição, retraíase e procurava formas de compensação psicológica que agravavam a desorganização social e seus efeitos sociopáticos. Ao conseguir penetrar na ordem social vigente, conquistou uma nova perspectiva das coisas que o levou a tentar absorver os padrões que favoreciam, simultaneamente, o estabelecimento de uma vida social estável e a participação de certas tendências de mobilidade social vertical. O importante, a assinalar, não é tanto a quebra da apatia, inerente ao horizonte cultural tradicionalista; mas a própria impulsão psicossocial, que engendrou um puritanistno peculiar: a associação entre a dignidade da pessoa e a maneira mais ou menos íntegra de pôr em prática os valores sociais da ordem social estabelecida. Um informante mulato, de grande lucidez intelectual, situou muito bem a questão, sob esses vários aspectos:

> Em primeiro lugar, a promiscuidade em que vivem nos cortiços é responsável pela falta de dignidade e de moralidade do comportamento, especialmente no campo sexual. Nas próprias condições de vida encontram motivos e facilidades para encontrar no sexo um derivativo ou uma fonte livre de prazer. Mas qualquer um que se eleve um pouco, que melhore de vida, logo adquire uma nova concepção de vida e passa a ter uma noção da própria dignidade ainda mais elevada que a do comum dos brancos. Nessas famílias, os filhos, as moças se comportam com muito zelo e todos são ciosos de suas obrigações. Andar direito, em todos os aspectos e em todas as coisas, passa a ser uma preocupação rígida. Nessas famílias não há por onde que aconteça o que falamos. Até no funcionalismo se vê que entre essas pessoas saem os funcionários mais direitos e mais afáveis no trato do público...[165]

Portanto, os valores e instituições absorvidos socialmente, por constituírem um mecanismo de redenção social, são compartilhados com fidelidade e com integridade morais a toda prova. Não aparecem como meios para atingir fins suplementares; porém, como mecanismos legítimos de auto-afirmação. Esse efeito deve ser retido com cuidado. Ao contrário da fase de desorganização social avassaladora, já não existe negligência nem

ambivalência diante dos padrões de comportamento e dos valores sociais assimilados. Há um lado “certo” e outro “errado”.

Quem quiser “andar direito”, “ter dignidade pessoal” ou “vida familiar irrepreensível”, e assim “imporse socialmente”, precisa “esmerarse” no cumprimento de seus direitos e deveres. A modernização do horizonte cultural alcança, pois, uma nesga da realidade: aquela na qual os agentes humanos lidam com os proventos imediatos da socialização. As controvérsias, porventura cabíveis, quanto às origens e ao destino da ordem social são ignoradas ou encaradas com reservas.

Doutro lado, as “vantagens” da socialização são vistas num plano limitado. O que interessa é “sair do atoleiro”, da “condição de inferioridade deprimente” etc. Por isso, a percepção social da realidade não se concentra na crítica dos modelos de organização do comportamento, da personalidade e das instituições sociais. Mas em sua utilidade imediata: o que esses modelos permitem conquistar socialmente, no momento, dentro da ordem social constituída, tal como ela se apresenta. Mesmo nas situações extremas, evita-se enfrentar as ocorrências com ânimo beligerante. Tomemse, como exemplo, manifestações entendidas como de “preconceito de cor”, com que se defrontam as crianças na escola. O pai de um menino, que chegou em casa chorando, porque fora “xingado de negrinho pelo colega”, convenceu-o de que aquilo não tinha importância. “Em casa, todos nós somos negros.[166] Você, eu, sua mãe, seus tios. Portanto, não há nenhuma xingação, nenhuma ofensa. Xingo seria se ele tivesse te chamado de branco. [...] O menino sossegou mas, se eu não tivesse essa orientação para educar meus filhos, como muitos não têm, pois mandam reagir, brigando, atirando pedra, eu estaria criando um desajustado.”

Num plano mais amplo, essa diretriz, de criar pessoas “ajustadas”, põe em primeiro lugar a absorção de padrões de comportamento que permitiriam ao “negro” operar vantajosamente (nos limites possíveis) com as forças psicossociais e socioculturais do ambiente. Pouco interesse se dá ao reconhecimento do caráter dessas forças ou ao grau de iniqüidade inerente aos efeitos de suas manifestações. Sem ignorar a posição do “negro” diante de tais questões, pois elas envolvem barreiras a serem vencidas, põese ênfase nos aspectos utilitaristas da situação. O menino precisa ir para a escola, “para ser alguém”; ele pode, de fato, “ir à escola” e “tirar seu curso”. Existem atritos? Surgem dificuldades nas relações com

funcionários, professores e colegas? Paciência. Essas coisas não podem ser modificadas pela criança nem pelo pai da criança. Contudo, ela precisa de escolarização e o pai pode ajudála a suportar o peso das interferências, auxiliála a vencer a provação em que se transforma seu desejo de estudar etc. A intervenção vai se dar nessa direção. Mais tarde, ninguém perguntará como o conhecimento foi obtido. O essencial está nas habilidades e aptidões adquiridas. Isso contará na competição com o "branco". Essa condição essencial é que precisa ser assegurada, para se evitar um prejuízo fatal para a criança. Vê-se, por aí, como se equaciona a inteligência da situação de contato pelo "negro" em ascensão social. Não se perde tempo com o que é "justo" ou "injusto" na ordem racial existente. Procura-se tirar o proveito possível das oportunidades que são acessíveis, tentandose responder, tão eficazmente quanto for possível, às exigências que regulam a distribuição social ser canalizado e aproveitado socialmente.

O negro e o mulato ficaram quase totalmente à margem das primeiras manifestações da expansão urbana da cidade. Na década de 1890 a 1900, as distinções, que se faziam sentir na "população de cor", relacionavamse diretamente com as ligações mantidas, no passado recente, com as famílias senhoriais. Assim, era possível separar, pelo estilo de vida, pela mentalidade e pelas aspirações sociais, o "negro do eito" do "negro do sobrado". Essas determinações continuaram a valer entre 1900 e 1930, pois a inclusão na ordem social dependia, largamente, das relações com os "brancos" e dos benefícios diretos ou indiretos que delas advinham. A separação válida seria, então, entre o "negro de brim" e o "negro de elite".

O crescimento econômico vinculado à **I** Grande Guerra aumentou as oportunidades de emprego; porém, em níveis de retribuição muito baixos e sem colocar um paradeiro na política de salários ínfimos aplicada aos "trabalhadores de cor". As revoluções de 24, 30 e 32 não modificaram, por si mesmas, a situação imperante. Ainda assim, a década de 1930 introduz alterações gerais na política trabalhista nacional. Foi particularmente importante, para o "trabalhador negro", a medida que estabeleceu a vigência do salário mínimo. Tal medida garantiu, ao negro e ao mulato, certa eqüidade na competição salarial com os "brancos" envolvidos nos mesmos níveis ocupacionais. Acresce que, entre 1939 e 1945, as oportunidades de emprego das "populações nacionais" aumentaram

rapidamente, em conexão com os influxos da **II** Grande Guerra na intensificação e na diferenciação de nossa produção industrial.

Pela primeira vez, em nossa história econômica recente, o "negro" adquire possibilidades reais de fazer parte permanente do mercado de trabalho livre. Nessas condições, abriram-se as vias que iriam inserilo na vida economicamente ativa da cidade. Aos poucos, vastos segmentos da "população de cor" começam a compartilhar, de fato, do *estilo urbano de vida*. Com isso, inaugurase uma era de superação do estado anterior dessa população, que vivia dentro dos muros da cidade, sem pertencer a ela.

Na esfera do emprego, que nos interessa especialmente, ocorrem dois fenômenos simultâneos. Primeiro, surgiram muitas oportunidades de trabalho assalariado do gênero "qualquer um pode fazer". Nos serviços de construção, de transportes ou nas fábricas, nas lojas e nos escritórios, o aumento quantitativo do número de vagas, coincidente com a ausência de correntes imigratórias volumosas, forçou os empregadores a recorrerem aos candidatos "negros" a trabalhos sem qualificação ou semiqualificados, independentemente das restrições que porventura lhes fizessem. Segundo, a escassez de mão-de-obra qualitativa, em todos os níveis da produção e no setor dos serviços, também redundou em criação de oportunidades aos "trabalhadores de cor". Aqui, as barreiras se mantiveram mais fortes; elas não impediram, no entanto, que candidatos com as aptidões requeridas varassem os critérios de peneiramento.

Isso tudo fez com que parcelas crescentemente maiores da "população de cor" lograssem a aquisição: 1º – de meios de ganho estáveis; 2º – das possibilidades de remuneração, asseguradas pelas flutuações do salário mínimo; 3º – de certas probabilidades de elevação da renda média, garantidas pela mobilidade ocupacional. Esses processos repercutiram profundamente, em conjunto, na situação dos segmentos mais favorecidos da "população de cor". Muitas posições e papéis sociais, inacessíveis ao "negro" no passado, passaram a ser fruídos com certa regularidade e segundo tendências uniformes. Uma vasta porção daquela população, em aumento crescente, conseguiu vir a desempenhar, normalmente, os papéis de comprador, beneficiandose tanto dos efeitos do incremento da renda real quanto da ampliação do crédito na melhoria do seu nível de vida. Mais que quaisquer outros, esses círculos da população negra e mulata ficaram pertencendo à cidade, usufruindo seja alguns proventos do "progresso

econômico", seja as exterioridades mais características do estilo urbano de vida.

Dois efeitos gerais da inclusão do "negro" na sociedade de massas merecem ser retidos com maior atenção. De um lado, as tendências de assimilação dos padrões de carreira, vigentes na economia urbana. Malgrado as insatisfações e as frustrações persistentes (pois as coisas não se deram nas proporções desejadas pela "população de cor"), o negro e o mulato conseguem assimilar as concepções e os comportamentos que conferem eficácia ao agente do trabalho livre. Ao contrário do que sucedia no passado, ambos deixam de pensar que vender a força de trabalho equivale a vender a pessoa, disfarçadamente, e que o contrato de trabalho seria um sucedâneo velado da escravidão. Ao mesmo tempo, aceitam a disciplinação requerida pelo trabalho assalariado, tanto na realização de tarefas rotineiras, quanto na regulamentação e supervisão das condições de prestação de serviços. Em conseqüência, superam as limitações herdadas do mundo précapitalista, imiscuindo-se no limiar econômico em que o trabalho assalariado concorre para a formação da poupança ou como mecanismo de ascensão social (pela mobilidade ocupacional vertical).

Seria impraticável reproduzir a documentação coligida.[167] Baste-nos acentuar que a aquisição de terrenos, a construção da casa própria, a participação de níveis de vida mais elevados e, em alguns casos isolados, a posse do carro particular e a ostentação de gastos sibarísticos das classes "médias" ou "altas" lançam aí os seus alicerces. O mesmo sucede com as aspirações de carreira. Não só as entrevistas, mas os questionários que aplicamos desvendam uma realidade nova em elaboração. A escolha e a aceitação realistas de ocupações acessíveis se impõem, crescentemente, como tendência normal. O corolário dessa tendência se exprime na propensão para "dar saltos", que redundam em mobilidade ocupacional vertical e em participações mais vantajosas nos fluxos de distribuição da renda.

No torvelinho provocado pelo "afã de subir" vemos: a cozinheira que se prepara para ser datilógrafa; a datilógrafa que se prepara para ser contadora; a dona de casa que se prepara para ser costureira; a costureira que se prepara para ser modista; ou, em outra direção, a empregada doméstica que passa a aceitar o trabalho por dia, "para ganhar mais" e poder, assim, instruir os filhos e "ter vida decente"; o servente que se prepara para ser

pedreiro; o pedreiro que se prepara para ser carpinteiro, encanador, eletricista ou empreiteiro; o limpador de carros que se prepara para ser motorista; o motorista que se prepara para ser mecânico; o mecânico que se prepara para ter oficina própria; o auxiliar de escritório que se prepara para ser escriturário; o escriturário que se prepara para ser guardalivros, contador, professor, dentista etc.; ou, então, os exemplos tocantes: dos pais que vão a pé para o serviço, sofrem privações alimentares e se vestem mal, "para fazer dos filhos alguém". O resultado convergente de todos esses processos de classificação e de mobilidade ocupacionais ciframse na expectativa de elevação ou na consolidação de certas probabilidades de melhorar a própria posição no modo pelo qual a "população de cor" participa da renda na comunidade.

Doutro lado, em consonância com esses processos, emergem e se fortalecem certas tendências de assimilação permanente dos padrões de vida da "população branca". Não só a inserção na estrutura ocupacional garante a participação regular dos mínimos que definem "o padrão decente de vida" do morador da cidade. Como, ainda, usando estrategicamente o seu *ganho* e o seu *crédito,* o "negro" diferencia e amplia, progressivamente, os seus papéis de consumidor, projetandose numa arena que lhe era quase inacessível no passado. Com isso, tanto pode dar vazão a certas impulsões de gasto sibarístico, que nascem de longas privações e do anseio incontido de ostentar o *status* adquirido (e, com ele, a "condição de gente"), quanto pode partilhar (embora em escala muito variável e incerta), dos refinamentos que caracterizam o padrão médio de vida urbano.

Possuir rádio, rádiovitrola, geladeira, máquina de lavar roupa, televisor, uma e mesmo duas ou três casas, automóvel, uma conta bancária, empregada, já não é algo privativo das "classes altas" e, muito menos, "privilégio dos brancos". Algumas famílias da "classe média de cor" chegam a participar plenamente desse padrão; outras, alcançamno de forma parcial. Apenas uma constante particulariza essas tendências no "meio negro". Ainda persistem a ansiedade pela mesa farta, a aspiração de se afirmar pela aparência brilhante da roupa ou do calçado e, principalmente, o ideal de imitar o estilo de vida da elite senhorial da transição do século. Essa preocupação é tão absorvente, que uma das principais associações da "gente negra" em ascensão social recebeu o nome sintomático de *Aristocrata Clube.*

Muitos não entendem essa propensão para o consumo sibarístico, a vida social refinada e um exclusivismo que melindra o "negro pobre". Suas manifestações são recebidas como uma sorte de grãfinagem postiça e de esnobismo vazio, sem sentido, merecendo críticas ferinas e contundentes. O seguinte comentário, escolhido por seu teor amplo, ilustra claramente o caráter de semelhantes críticas: sob um título, que era uma pergunta – "Há negro *snob?"* Arnaldo de Camargo afirma:

> Sim, meus senhores. Se os há. E aos montes. Para conhecêlos não será necessário procurálos. Quando menos se espera tropeçaselhes. E note-se que a impressão é pior do que teríamos se déssemos um passeiozinho pela famigerada rua Direita. Aos que freqüentam esta rua, faltalhes, porém, a educação e a instrução, que responderiam pela sua atitude em qualquer parte. Aos *snobs*, entretanto, que é que lhes falta? Não sabem? Pois faltalhes uma grande dose de boa vontade para querer bem aos outros negros. Evitam dirigirse a um negro mal vestido porque alguém poderá surpreenderlhe e reprovarlhe esse gesto de magnanimidade. Entretanto esse *snob* esquecese de que, até o momento, nada fez que o recomende à sua raça. Isto até cheira a axioma, pois, se o tivesse feito, o orgulho não o dominaria. E sob qualquer pretexto, estão a exclamar: Esta raça não vai adiante. Pois é claro, senhores *snobs*. Assim não vai mesmo. Se todos os negros que têm a ventura de enxergar um pouco além do nariz evitassem essa doença, que só é bonita na raça branca (ou em qualquer outra, menos na nossa), a Raça Negra estaria hoje em nível mais elevado. Quando não, evitaríamos conhecer as pechas de malandros, vagabundos, preguiçosos e outros mimos mais preciosos com que somos freqüentemente agraciados. E a estas horas estaríamos indecisos, sem saber se iríamos assistir à conferência do sábio negro "dr. N"... ou se preferiríamos ir ao concerto de piano da "senhorita Z"... na residência da "família X"... Tudo isso é muito bonito, não é exato? Mas nunca acontecerá enquanto houver *snobs* entre os negros. E ainda dizem que a Raça Negra não é completa! Pois, se tem todos os vícios! [168]

No entanto, os resultados globais de semelhantes tendências de acomodação são construtivos. Embora o "negro de elite" se afaste dos seus "irmãos de cor" e negue sua solidariedade ao "idealismo" dos movimentos reivindicatórios, ele impõe ao branco, por seu modo de ser, por sua maneira de se afirmar socialmente e por seu estilo de vida, uma nova imagem do "preto". Em particular, ele contribui para reduzir e, por vezes, até para anular a distância cultural existente entre os padrões de vida dos dois estoques raciais. O "branco" não se choca menos – ao contrário, sente um furor particular – quando vê o seu "vizinho de cor" ostentar, de modo notório e considerado acintoso, o padrão de vida inerente ao nível social a que pertence. Não encontra razões para explicar certas "ostentações" e jamais consegue entender por que o "negro" precisa de empregada, dando

preferência às empregadas brancas... Portanto, o "grãfino negro" desempenha a sua tarefa histórica, apesar de seu esnobismo e de sua cruel indiferença diante dos dilemas do "negro pobre", a qual consiste em matizar a composição racial dos diferentes estratos sociais da sociedade inclusiva.

Em suma, ao lhe conceder certas oportunidades de absorção de novas posições e papéis sociais, a cidade conferiu ao "negro" diversas possibilidades de assimilar os padrões e o estilo de vida dos "brancos". Isso não significa que se tenha posto um paradeiro às velhas distinções raciais, nem que a ordem racial tradicionalista entrasse em colapso definitivo de um momento para outro. Representa, apenas, certo avanço das tendências da democratização das garantias sociais, asseguradas pela ordem social competitiva. O peneiramento continua rígido e insatisfatório, como se verá em seguida. Todavia, vários sintomas indicam que se está inaugurando uma orientação mais compatível com os fundamentos econômicos, sociais e jurídicopolítico da sociedade de classes.

Os incentivos psicossociais, daí resultantes, repercutiram de maneira construtiva no "meio negro". De um lado, porque as tendências assinaladas permitiram uma imitação mais eficaz e benéfica dos exemplos fornecidos pelos "brancos". A ansiedade provocada pela "injustiça" imanente à ascensão rápida do "italiano" e do "turco" foi sendo substituída, paulatinamente, por compulsões psicossociais que compeliam o negro e o mulato a procederem de maneira análoga àqueles imigrantes e seus descendentes. Embora a "época de ouro" dos cavaleiros da fortuna pertencesse ao passado, ainda seria possível pôr em prática alguns dos seus feitos – como o trabalho árduo, o espírito de responsabilidade do chefe de família, a cooperação doméstica, a disposição a aceitar qualquer espécie de trabalho economicamente compensador, o afã de associar a poupança e a mobilidade ocupacional à ascensão social etc. Doutro lado, o que é deveras mais importante, os mecanismos descritos de nivelação progressiva dos padrões e estilo de vida, imperantes na cidade, revitalizaram e deram viabilidade histórica a uma velha compulsão psicossocial do "homem de cor".

O "negro" sempre aspirou a alcançar os padrões de vida, os tipos de personalidade-*status* e os modelos de prestígio social característicos dos brancos das camadas dominantes. A impossibilidade de concretizar essa aspiração como uma conseqüência pura e simples da Abolição suscitou um

estado de desilusão coletiva e fundas cicatrizes na “população de cor”. Ao emergir como assalariado e ao se classificar para competir com o “branco”, o “negro” adquiriu condições para superar aqueles ressentimentos e ter um ponto de partida em suas lutas diárias pela ascensão social. O que importa ressaltar é que, na conjuntura considerada, a coincidência entre predisposições de mobilidade social vertical e certas oportunidades de engajamento à vida socialmente ativa despertou e fortaleceu, no “negro”, uma compulsão específica de ascensão social. Ele se concentra, empenhadamente, em absorver os padrões de vida, os tipos de personalidade-*status* e os modelos de prestígio social antes monopolizados, praticamente, pela “população branca”. Assim, a combinação de certas tendências espontâneas de nivelação dos padrões de vida, inexoráveis em uma sociedade de massas, e os comportamentos reativos de alguns círculos sociais da “população de cor” forjam incentivos psicossociais de grande alcance dinâmico. O pouco que se avançou, nos últimos anos, na democratização do sistema de relações raciais herdado do passado é fruto das mudanças sociais progressivas provocadas no comportamento e na mentalidade do “negro” pela referida compulsão psicossocial.

Parece claro que os incentivos à ascensão social, ligados à modernização do horizonte cultural e aos efeitos estruturais ou dinâmicos da expansão da sociedade de massas, provocaram alterações de monta no comportamento, na mentalidade e nas concepções de personalidade-*status* do “negro”. Graças a tais alterações, ocorreram dois desenvolvimentos capitais para a compreensão sociológica das formas de egoenvolvimento dos indivíduos em ascensão, seja no “meio negro”, seja na sociedade inclusiva.

Primeiro, no passado só o branco fornecia um ponto de referência à compreensão do funcionamento da sociedade aberta às “pessoas de cor” mais ou menos ávidas de “melhorar de vida”. Na medida em que os negros e mulatos conseguiam se classificar na ordem social competitiva, formavamse e consolidavamse, no “meio negro”, novas possibilidades de autoreferência. O juízo anterior, calcado nos êxitos fascinantes do “italiano” e do “turco”, conduzia à crença de que “o pobre também tem a sua vez”. Com o aparecimento das “classes médias de cor”, entretanto, criaramse outras convicções alternativas. Os jovens já preferem dizer que “está chegando” ou que “já chegou a vez do negro”. Um vizinho, um conhecido, um amigo ou um parente, que se inclua no rol daqueles que “venceram

apesar da cor", converte-se num estímulo formidável. "O que um negro pode fazer, outro negro também pode." O jovem ávido de "sucesso" não subestima os exemplos dos "irmãos de cor"; não se sente diminuído nem humilhado porque outro "teve sorte" ou "soube construir o seu lugar na vida". Ao contrário do que ocorria predominantemente no passado – em que se comentava de modo azedo: "fulano diz que é doutor", "ele é doutor pras negras dele" ou "sicrano diz que é professor de inglês, mas eu não sei, porque nunca assisti aula dele" –, tende a prevalecer uma reação mais construtiva, que faz com que a diferenciação social do "meio negro" se torne útil às gerações ascendentes.

Imbuídos da convicção de que "não são menos que os outros", os jovens, principalmente, dispõemse a palmilhar os duros caminhos que parecem favorecer a ascensão social. Limitandonos ao essencial, três são as orientações do comportamento social consciente correlacionadas a semelhante reação. A disposição por assim dizer elementar nasce da própria imitação. O "desejo de vencer" se propaga de um a outro, difundindo-se em círculos concêntricos no "meio negro".

Tome-se a seguinte ilustração. Um rapaz, que no consenso dos "brancos" seria "preto retinto", trabalhava como entregador em uma editora, fazendo à noite, com muito sacrifício, curso comercial. Ele próprio declarava que "encontrou estímulo no exemplo do tio e dos primos". O tio conseguiu obter o diploma de normalista e se tornar professor em condições dificílimas. Empenhouse, em seguida, em fazer com que o filho mais velho seguisse o mesmo caminho; depois, foi mais fácil repetir a proeza com a filha. Após sucessivas remoções, todos acabaram como professores primários na capital. O rapaz em questão achou que deveria fazer a mesma coisa. Sem auxílio material nem amparo moral de ninguém, arranjou um emprego que não o agrada, mas que lhe fornece recursos para se sustentar e freqüentar uma escola de comércio. Está de olho em um emprego melhor e já tem promessas de colocação, assim que obtenha o diploma.

Exemplos dessa ordem poderiam ser multiplicados. Eles sugerem, de modo constante, que a imitação do "negro" pelo "negro" tende a difundir novos níveis de aspiração e os mecanismos apropriados para concretizálos. Doutro lado, a emulação daí resultante possui implicações dinâmicas que merecem ser mencionadas. Ao que parece, ele concorre seja para aumentar a consciência da igualdade racial, seja para generalizar e fortalecer certas

disposições conscientes de competição com o “branco”. Dois exemplos permitirão ilustrar essa asserção. Um rapaz, que trabalhava como entregador de marmitas, tinha em mente aprender uma “boa profissão”. As suas aspirações ocupacionais gravitavam em torno da experiência de três “pretos” conhecidos, que haviam conseguido “bons empregos”: um tecelão, um motorista e um foguista. Em suas explanações sobre a situação de contato racial, afirmou que “os pretos são iguais aos brancos pobres, mas inferiores aos brancos ricos porque não podem subir porque têm que trabalhar e dar duro na vida, desde cedo”. Não tinha dúvida de que “se os pretos fossem ricos poderiam ser iguais aos brancos”. O outro caso diz respeito a um homem maduro, porteiro de uma fábrica. Eis como o entrevistador resume os resultados desse ponto da entrevista: “É importante, disse-me ele, que os pretos procurem subir, isto é, melhorar de condições de vida. Isso talvez menos no sentido de melhorar internamente a raça negra pela sua valorização consciente, do que no sentido de se imporem aos brancos como raça em condições de estabelecer e de manter com eles relações de tipo competitivo”.

Segundo, a melhoria de *status* e as expectativas de que certas tendências de ascensão social terão continuidade se refletem nas concepções sobre a dignidade da pessoa, vigente no “meio negro”. O êxito suscita motivações demasiado complexas para serem descritas minuciosamente. Contudo, alguns traços essenciais podem ser retidos. Já não se pensa, como no passado, que a dignidade da pessoa depende da observância de certos padrões rígidos de “vida ordeira”. Ao lado dessa predisposição ganhou relevo a preocupação absorvente pelas probabilidades normais de atuação social, garantidas pela posição social conquistada; e surgiu uma espécie de exigência íntima, que torna os indivíduos em ascensão bastante ciosos dessas probabilidades, tanto nas relações com os “brancos”, quanto nas relações com os “negros”.

As limitações ou interferências na fruição normal de tais probabilidades de atuação social são recebidas com insatisfação extrema, como se elas pusessem em jogo a própria condição humana das pessoas “prejudicadas”. Graças a isso, quaisquer que sejam as técnicas de ajustamento exploradas, prevalece o intento de se resguardar, ativamente, quer de intimidades que não se justifiquem, quer de formas de tratamento que não sejam “condignas”, quer dos prejuízos materiais ou morais resultantes das

manifestações do “preconceito de cor”. O que importa acentuar não é o repúdio puro e simples seja à capitulação passiva do “negro”, seja ao mandonismo do “branco”. Mas o fulcro mesmo de uma nova concepção, que leva o negro e o mulato a se representarem conscientemente seus direitos e deveres, como e enquanto *socii*, em termos estritos da categoria social a que pertençam.

Essa identificação é que gera, psicodinamicamente, o repúdio aos ajustamentos de cunho tradicionalista e às manifestações persistentes do “preconceito de cor”. Por isso, ela merece especial atenção. A dignidade da pessoa se converte no eixo em torno do qual giram as atitudes, os comportamentos e as avaliações sociais dos indivíduos em ascensão, como se eles fossem verdadeiros guardiães das prerrogativas conferidas por sua “situação social”. Por essa razão, em sua maioria sentem desprezo pela passividade do “negro ignorante”, tanto quanto um surdo rancor contra as expectativas de comportamento aviltantes dos “brancos preconceituosos”. Contudo, não encontram meios para equacionar socialmente os seus dilemas morais, arrastando consigo suas frustrações, seus sonhos de igualdade racial perfeita e o zelo puritano pelo respeito às suas “regalias pessoais”. Isso não obsta que suas predisposições atuem naturalmente, apesar do individualismo, como um fermento social e como uma impulsão igualitária insopitável. Elas animam formas de ser, de pensar e de agir visceralmente contrárias à desigualdade racial e às conseqüências dela decorrentes na distribuição das oportunidades sociais.

Os incentivos psicossociais de ascensão puderam operar dinamicamente porque encontraram campo apropriado. Mudanças ocorridas na organização da personalidade e, em proporções quase irrisórias, na situação do “negro” na sociedade inclusiva concorreram, de várias maneiras, para impulsionar ou para facilitar a mobilidade social vertical no seio da “população de cor”. Essas transformações psicossociais ou socioculturais condicionantes desempenharam a função de prérequisitos à ascensão social do negro e do mulato. Atendo-nos ao essencial, devemos considerar aqui: 1º – o repúdio ao estilo de vida e ao tipo de personalidade associados ao padrão tradicionalista de acomodação racial; 2º – a objetivação e o aproveitamento ocasional de compulsões “para subir”; 3º – a formação de sentimentos e de concepções de igualdade racial; 4º – a formação de atitudes de repúdio às manifestações do “preconceito de cor”; 5º – o aparecimento e a

universalização de técnicas racionais de peneiramento e de competição no meio social inclusivo.

No fundo, todos os requisitos psicossociais e socioculturais da mobilidade social vertical do “homem de cor” estão relacionados com a quebra da ordem social tradicionalista e com o solapamento, a neutralização ou o desaparecimento dos influxos que ela exercia na organização do comportamento e da personalidade do “negro”. Desse ângulo, os indivíduos em ascensão social permitem selecionar e analisar, em escala psicossocial, o que acontecerá a longo termo com toda a “população de cor”, se as tendências assinaladas de modernização do sistema brasileiro de relações raciais persistirem e se não surgirem fatores históricos-sociais que perturbem ou impeçam a integração progressiva do “negro” à ordem social competitiva.

O componente estrutural e dinâmico elementar das transformações operadas consiste no repúdio ao estilo de vida e ao tipo de personalidade associado ao padrão tradicionalista de acomodação racial. O negro e o mulato não podem se livrar de sua cor nem das avaliações que pesam sobre seus caracteres raciais no “meio branco”. No entanto, podem modificar, dentro de certos limites, o modo de interagir com suas próprias pessoas, com os “brancos” e com as condições de existência oferecidas pela sociedade inclusiva. Com notável rapidez, assim que lograram um ponto de partida para a classificação na ordem social vigente, fizeram todos os esforços possíveis para preencher e desempenhar posições e papéis sociais análogos aos desfrutados normalmente pelos “brancos”.

Isso evidencia duas coisas, sumamente importantes. Primeiro, a condenação e a rejeição das condições anteriores de vida não resultam, como e enquanto processos psicossociais *in flux*, da assimilação pura e simples de padrões de reação societária da “raça dominante”. A pinga, com o seu consumo em público, serve como contraprova dessa interpretação. Ao introjetar as avaliações dos “brancos”, o negro e o mulato se inclinaram a abandonar o hábito de “beber pinga” nos bares e, mesmo, em outros recintos públicos. O próprio consumo da pinga, inclusive no lar e moderadamente, assumiu a aparência de algo intolerável, como se envolvesse uma espécie de degradação social. O essencial, porém, não se liga a tais conexões. O homem que temia “ser tratado como negro”, por causa do consumo ostensivo ou conhecido da pinga, já havia trocado o seu

modo de ver as coisas e de encarar a sua “posição” na sociedade (o mesmo acontecendo, inversamente, com o “negro em ascensão” que tomasse aquela bebida acintosamente). Isso quer dizer que os padrões de reação societária, imitados dos “brancos”, são antes *símbolos de status*, de limitada importância estrutural e dinâmica nos processos psicossociais *in flux* (ou seja, na fase compreendida entre o abandono da posição herdada e a posição social adquirida).

Portanto, a condenação e a rejeição das condições anteriores de vida se explicam, antes, por outras razões. Ao analisarmos as motivações dos movimentos reivindicatórios, pusemos em relevo quais são essas razões: o caráter iníquo e degradante que aquelas condições de existência assumem aos olhos dos agentes. A situação social herdada era vista e avaliada como o produto de uma espoliação racial, com o qual o “negro” se comprometia por sua inércia, passividade ou conformismo. Aquela situação social expunha o “homem de cor” a perder ou a não possuir, em toda a plenitude, a sua condição de pessoa; ela lhe negava, pois, o “estado de gente”. Segundo, a repulsa contém um elemento de decisão e de escolha, mas esse se volta para as alternativas desejadas de auto-afirmação social. “Ser gente”, conquistar uma posição no seio da sociedade consolidada e respeitável, eis o que entra, realmente, em linha de conta. Entre “o que se tem” e “o que se quer”, é da segunda polarização que saem as avaliações que orientam as atitudes e o comportamento.

O importante é que na fase de transição o “negro” criou para si um *status* fictício, identificandose com ele e agindo em função de suas determinações ideais. Esse mecanismo permitia a construção de avaliações sociais de teor ilusório e pressupunha larga margem de simulação (tanto perante a própria consciência, quanto com relação aos “outros”, brancos, negros ou mulatos). “Ser aprumado”, “parecer alinhado”, “agir direito”, “caprichar no que fizer”, “deixar os outros de olhos arregalados”, “infundir respeito” e outras aspirações do mesmo teor iluminavam o horizonte intelectual dos agentes, levando-os a proceder e se afirmar como se já tivessem adquirido o *status* real desejado. Os meios se confundiam com os fins; mas isso tinha sentido construtivo para os que estivessem, de fato, ascendendo socialmente. As exigências morais do *status* fictício, por ingênuas e precárias que elas pareçam, conferiam aos indivíduos a possibilidade de se tornarem aquilo

que eles ainda não eram – e que jamais seriam, sem atravessar com grande audácia o rubicão.

Esses dois pontos precisam ser retidos cuidadosamente. Eles delimitam o próprio sistema de referência, que deflui dos modos de ser, de pensar e de agir do "negro em ascensão", tal como ele se comporta no aproveitamento das oportunidades de classificação na ordem social competitiva, oferecidas pela situação de contato existente. Nem a "vergonha da cor", "nem a vontade de passar por branco" chegaram a ser importante nesse contexto. O estilo de vida e o tipo de organização da personalidade, associados ao padrão tradicionalista de dominação racial, não são imputados à natureza do "negro". Por conseguinte, não são considerados "peculiares ao negro" e, ainda menos, inelutáveis. Ao contrário, como frutos da violência e da espoliação, são representados como acidentes históricos-sociais, cruéis e infamantes, mas perfeitamente superáveis mediante comportamentos lúcidos, inflexíveis e persistentes.

Além disso, o estilo de vida e os tipos de personalidade alternativos, característicos do "outro lado da sociedade", não são concebidos como inacessíveis, (como se não "fossem para o bico do preto"). "O negro não é gente" porque o impediram que se afirmasse como tal; contudo, nas avaliações correntes, admitia-se que ele poderia se sair tão bem ou melhor que os "brancos". Nesse sentido, a ascensão social equivalia a pôr um paradeiro num estado de iniqüidade e assumir o estilo de vida, os modelos de organização da personalidade e o prestígio social do "branco".

"Ser gente" e "sentirse, comportar-se e viver como os brancos" eram uma e a mesma coisa. Todavia, aí não está de modo algum o ideal de um branqueamento postiço, de "varar a linha" ou de "passar por branco". Se apelássemos para uma linguagem figurada, diríamos que se pretendia apenas uma sorte de "branqueamento social", entendido como democratização perfeita das "prerrogativas sociais" a que o "negro" tem direito na sociedade de classes. Semelhante "branqueamento" apenas diz respeito a posições e papéis sociais, dissociandose de qualquer disposição de ser ou de parecer "branco" em termos raciais. Enquanto o "mulato claro", na ordem tradicionalista, procura disfarçar sua cor, na situação emergente se nota certo orgulho (provavelmente de origem e de natureza compensatória) de "ser negro". De qualquer forma, é assim que o negro e o

mulato tendem a se identificar, aspirando a “subir”, mas como e enquanto “negros”.

Essas ponderações esclarecem qual é a natureza do requisito psicossocial que regula os ajustamentos básicos dos indivíduos que querem “deixar de viver como preto” e pretendem “ser gente”. Querem “o seu lugar na sociedade”, vendo na ascensão social o remédio para todos os males; mas rejeitam as avaliações tradicionalistas, pois repudiam, juntamente com a “vida largada dos negros vagabundos” ou “sem vontade”, a associação entre “cor” e “posição social inferior”. O “negro é gente”, e como tal “tem os mesmos direitos que os brancos”. Aqui, convém lembrar dados já citados: a convicção de que “negro é gente e não tem que andar diferente dos outros” e a gradual perda de passividade, que tende a fazer com que muitos lutem “por seu direito de serem tratados como homens, não como pretos”.

Essas reações elementares se manifestam em níveis distintos. No da relação com os “brancos” envolvem a exigência do “tratamento condigno”, em moldes igualitários. Como declarou uma senhora mulataescura, que criticava os “pretos” pela situação existente:

> Mas isso não quer dizer que o preconceito de cor não existe e nem que o preto seja igual ao branco. Primeiro, os pretos não são iguais aos brancos e é difícil que venham a conseguir isso. O senhor sabe que em Roma existiu escravidão. Uma raça escravizou outra, como aconteceu no Brasil. Mas a escravidão desapareceu e todos se tornaram iguais. Ninguém se lembra mais disso, que uns descendem de senhores e outros de escravos. Mas no Brasil aconteceu o contrário. Ninguém quer se esquecer que o negro foi escravo e os brancos têm repulsa pelo negro por causa disso. Não querem admitir que o negro, que foi escravo deles, suba, tornese igual a eles. A vida dos pretos é não só diferente da dos brancos, como ainda eles são mantidos numa posição baixa pelos brancos, que não querem saber que os negros consigam por sua capacidade ou inteligência certos empregos ou ocupações de projeção. O negro é aceito em muitos serviços mas em posição inferior. Só por exceção podem eles conseguir um lugar de destaque. O branco tem medo da inteligência do negro. Sabendo que o negro é inteligente e é capaz para os serviços intelectuais, sabe falar e é capaz de escrever bem, o branco evita como pode que ele suba.

Contra essa disposição, ela se insurge de maneira consciente e tenaz. As reações em questão também produzem efeitos nas relações dos “negros” entre si e com o meio ambiente. A acomodação passiva, em particular, é combatida animosamente. A mesma informante adiantou:

> por sua vez; os pretos contribuem para manter essa desigualdade. Eles aceitam servilmente essas manobras do branco. É verdade que elas são feitas à traição, deslealmente. Com um

> sorriso no lábio e muita amabilidade uma pessoa branca pode lamentar o fato de não ter dado uma oportunidade a um preto que a merecia. Mas o preto é culpado, porque não procura educarse para subir, porque não luta para melhorar de vida. A solução do problema do negro não pode vir do branco, nem do governo. Este pode ajudar. Mas quem tem de resolver o problema do negro é o próprio negro. Ele deve educarse e deve agir de modo diferente nas relações com o branco. Deve disputar o que é seu. Não deve de maneira nenhuma sucumbir antes do desfecho da luta, nem esmorecer porque não consegue tudo de uma vez. As coisas irão devagar mas se modificarão se os pretos derem melhor educação aos filhos e tomarem uma atitude altiva diante do branco. Nada de aceitar humilhações, nada de aceitar as recusas. Devemos fazer como diz o dr. Arlindo.[169] Fazer de conta que o preconceito não existe. Eu sei que ele existe. Mas passo por cima dele! Que me importa!

O contexto moral de semelhante avaliação do "negro conformado" tende a se difundir, sendo compartilhado por todos os que aspiram a "subir", de um ou de outro jeito. Apenas para completar o quadro de referência, julgamos oportuno transcrever as opiniões de um jovem estudante negro.

> O branco não prejudica os pretos. Eles é que gostam da vagabundagem e de fazer farra. Em vez de trabalhar para subir, preferem levar vida folgada. Não querem estudar e não se aplicam na escola como os brancos. Eu tenho amigos que preferem pegar uma caixa de engraxate, em vez de procurar um emprego melhor. Quando a gente fala isso com eles, eles acham que é besteira. Que o que eles têm está muito bom.

Por fim, existe o problema deveras complexo da separação do "meio negro". Nas condições focalizadas, o "negro em ascensão" tem de se preparar para se retrair e, até, para se isolar de conhecidos, amigos e parentes. Esse afastamento aparece como algo natural e inelutável – não como o preço que se deva pagar à "vergonha de ser negro". Na medida em que se empenha "em vencer como e enquanto negro", o *homem de cor* de nossos dias não foge do convívio com os seus por causa de motivos dessa ordem. Alguns casos nos permitiram estudar objetivamente tal comportamento. A necessidade de pôr em prática o novo nível de vida, de encontrar pessoas com interesses sociais análogos e aspirações idênticas é que está na raiz das motivações evitativas. Então, ao repudiar o "negro pobre", não é ao "negro" propriamente dito que está evitando. Mas certo estado social, do qual pretende se afastar a todo custo. A prova disso é que prefere buscar a companhia de outros "negros" de posição social comparável, em vez de tentar a convivência exclusiva com "brancos" de nível social idêntico ou inferior.

Numa das entrevistas, um dos antigos líderes dos movimentos reivindicativos, muito sensível à lealdade aos interesses fundamentais da "coletividade negra", afirmou taxativamente: "meus interesses não estão no meio negro ignorante"; "agora só quero saber de tratar da minha vida e educar meus filhos". Outro sujeito evidenciou que não era por desamor que se afastava dos antigos amigos e companheiros. É que não concordava com seu estilo de vida, achando que não era a "cor" mas por causa dos comportamentos "debochados" ou "largados" que "envergonham a gente" e "desmoralizam os negros", que se separava e isolava deles. O fato é que o candidato à ascensão social precisa estar potencialmente apto a se desligar do seu ambiente, devendo estar material e moralmente preparado para enfrentar os dramas humanos daí resultantes.

Outro requisito psicossocial importante consiste na atualização de compulsões "para subir" na escala social. Por duas vias o "negro" muda sua mentalidade com referência à concepção do seu "destino social" e do seu "lugar na sociedade". Primeiro, pela aquisição de um meio de ganho e pela inclusão conseqüente na estrutura ocupacional da comunidade; segundo, graças aos efeitos psicossociais da modernização do seu horizonte cultural médio. Ambos os aspectos já foram descritos e analisados anteriormente. Conviria retomar o assunto de uma perspectiva que permita salientar a influência dinâmica dos fatores psicossociais envolvidos.

Está claro que as três condições mencionadas – obtenção de um meio de ganho; classificação na ordem social competitiva; e certo grau de secularização dos modos de ser, de pensar e de agir – podiam se dar, psicológica e sociologicamente, tanto de formas muito variáveis, quanto sem modificar, na substância, as probabilidades exteriores de ascensão social. A verdade é que não estamos diante de um sistema de forças do tipo que existe no jogo de bilhar. Malgrado certas condições favoráveis e a própria propensão subjetiva "para subir", o indivíduo podia não ter êxito ou lograr, apenas, êxitos fortuitos na direção almejada.

Tudo isso nos coloca diante de uma questão deveras complexa. Trata-se daquilo que se poderia chamar de *fator pessoal* e de sua maneira de operar em diferentes situações concretas. A objetivação social da compulsão "para subir" compreende um componente psicossociológico bem conhecido: onde surge, ela se conjuga a certas atitudes, avaliações ou aspirações que separam determinados indivíduos do contexto emocional e moral na

concepção tradicionalista. Isso se torna patente, de modo perfeito, nos casos em que os agentes explicitaram que “nem sempre adianta subir para ser feliz”, mas que “os pretos procuram [ou devem procurar] subir”. Nessas situações, parece claro que estão sob a influência simultânea dos dois padrões de reação societária exclusivos – o fornecido pelo horizonte cultural tradicionalista e o produzido pelo horizonte cultural da sociedade de massas. O indivíduo não busca a felicidade na ascensão social, porém, age como os outros, correspondendo às tendências atuantes, ao mesmo tempo que se assegura os benefícios da melhoria do nível de vida.

Doutro lado, é preciso que se tenha em mente o poder restritivo e neutralizador das condições externas de existência. As barreiras a serem vencidas, seja no “meio negro” seja em relação às atitudes dos “brancos”, são tão variadas e fortes, que a compulsão “para subir” só se torna operativa em certos casos. Os negros e os mulatos perceberam e explicaram semelhante processo, ao dizerem que só “os pretos de raça” conseguem vencer as dificuldades e realizar os seus desígnios de ascensão social. O problema, em termos psicossociológicos, não se reduz às técnicas postas em prática para controlar as adversidades do ambiente ou para explorar suas condições vantajosas. Há algo fundamental, que é a própria qualidade da compulsão psicossocial “para subir”. Se as disposições individuais de ascensão social forem tênues ou se nascerem da mera imitação, podemos nos defrontar com as alternativas vistas com desapreço no “meio negro”. Indivíduos que são apontados como “desanimados”, “capacho dos brancos”, que “não têm coragem para se impor”, que “desistem na primeira decepção” etc.

Através dos resultados de algumas entrevistas, descobrimos que a compulsão “para subir” se torna operativa quando adquire consistência para resistir aos efeitos de desapontamentos freqüentes, intensos e perturbadores. Essa conclusão justifica o recurso popular à imagem do “negro de raça”. Realmente, tanto a sociedade inclusiva quanto o ambiente social restrito selecionam de forma preponderantemente negativa e adversa as compulsões de ascensão social do negro e do mulato. Isso ocorre de tal maneira, que a efetivação das aspirações dos agentes aparece como imprevisível e ocasional. Pelas aparências, os que obtêm apoio de “brancos influentes”, a “simpatia dos chefes” ou, ainda, a compreensão e o amparo de parentes, de amigos e de conhecidos etc. é que entram no rol dos que “conseguem

vencer". No entanto, atrás dos esforços e das habilidades demonstrados pelos agentes e como fator dinâmico de seus ajustamentos psicossociais, está uma "vontade inquebrantável", uma "ambição insaciável" ou um "ânimo de ferro", como se exprimiram os próprios informantes. Então, nessas situações deparamos com um tipo de compulsão "para subir" que não cede facilmente às pressões negativas do meio, bastante forte para suportar, sem se alterar estrutural e dinamicamente, as condições externas que poderiam solapála, neutralizála ou destruíla.

Os dois extremos dessa descrição mostram quanto o "fator pessoal" depende da maneira pela qual a personalidade do "negro" interage com as forças psicossociais do ambiente. Na medida em que a "sociedade aberta" fecha a maioria de seus mecanismos de mobilidade social vertical ao negro e ao mulato, estes precisam estruturar seu comportamento para "conseguir êxito" nas oportunidades acessíveis segundo condições penosas. Em regra, uma forte compulsão "para subir" acaba sendo o único ponto de apoio com que os indivíduos podem contar, em quaisquer circunstâncias. Os que não possuírem essa armadura têm de se conformar com o malogro mais ou menos completo; e mesmo aqueles que dela disponham por vezes sucumbem aos "entrechoques da vida", culpando a sociedade pelo desfecho final. O que nos interessa pôr em evidência é a importância única desse requisito psicossocial. Ele se torna decisivo na determinação das probabilidades de ascensão social dos indivíduos, considerados singularmente, embora não corrija (nem possa corrigir) os fatores históricos-sociais da desigualdade racial.

Assim como classificação social e inclusão na ordem social competitiva significam alteração nas relações com os "brancos", também a formação de sentimentos e de concepções de igualdade racial se converte num requisito psicossocial deveras importante. Vários documentos, transcritos anteriormente, atestam que o "negro" tende a se opor e a repelir o padrão de dominação racial tradicionalista. Impõe-se, agora, relacionar tais atitudes e comportamentos com os requisitos psicossociais da competição com o "branco".[170] Para se lançar no mercado de trabalho e para pretender posições sociais que constituem autênticas "prerrogativas da raça branca", o negro e o mulato precisam adquirir, previamente, consciência de que são iguais aos brancos e de que as diferenças porventura existentes não nascem de fatores inatos, mas da herança social.

Os dados de fato demonstram cabalmente que semelhante estado de consciência está se constituindo e, ao mesmo tempo, se universalizando com notável rapidez no "meio negro". As seguintes ilustrações atestam as reações típicas com que nos defrontamos: "os pretos são iguais ou mesmo melhor que os brancos"; "qualquer preto, ou melhor, a maior parte dos pretos, se tivesse a mesma educação poderia fazer qualquer serviço de branco"; "os negros devem procurar subir para mostrar aos brancos que podem ser iguais a eles"; "os negros deveriam mostrar aos brancos que são iguais em tudo, só na cor que não"; "os negros são tão inteligentes e capazes quanto os brancos, o que lhes falta é oportunidade"; e por aí afora.

Esse sentimento de igualdade leva os indivíduos a conceberem suas posições sociais e suas personalidades-*status* em termos de equivalência social com o "branco". Além disso, como verificamos por alguns exemplos, desperta avaliações que permitem censurar tanto a "submissão" quanto a "violência" como saídas para a acomodação racial. Com isso, ficam igualmente condenados os modelos do "negro dócil" ou "medroso" e do "negro revoltado" ou "insubmisso". Em seu lugar cresce uma disposição madura e vigilante, que confere ao "negro" a possibilidade de tirar proveito da "confusão" ou das "manobras" do "branco".

O "negro" modifica, portanto, suas autoconcepções de *status* e de papéis sociais. Liberta-se das pressões morais do mundo tradicionalista e adere conscientemente ao clima moral da ordem social competitiva. O repúdio às manifestações e aos efeitos do "preconceito de cor" ganha outra tonalidade. O "protesto negro" ou foi mudo ou foi dramático no passado. Tivemos o retraimento, como um primeiro mecanismo de reação inconformista; e, em seguida, as explosões coletivas inerentes aos movimentos reivindicativos, dos quais a Frente Negra Brasileira constituiu uma manifestação típica.

As duas formas de protesto foram ignoradas pela sociedade inclusiva. Ao se equiparar psicológica, social e moralmente ao "branco", o "negro" será forçado a enfrentar seus dilemas raciais no plano individual e concreto. Em primeiro lugar, ele terá de encarar as manifestações e os efeitos do "preconceito de cor" como um desafio – algo aviltante, que põe em choque a própria condição moral de sua pessoa. Então, tentará enfrentálo, resguardando seus interesses materiais e morais. O "branco" não cria o conflito racial aberto; ele fará o mesmo, sem recorrer às técnicas tradicionais da submissão ou da rebeldia. Reitera as tentativas para

conseguir determinados empregos; aproveita o conhecimento acumulado sobre as “manobras” e os “truques” dos “brancos”; e só aceita, em última instância, um isolamento sob muitos aspectos mitigado e dourado, porque se desenrola em um nível social mais alto que o de muitos “brancos pobres”.

O essencial, em tudo isso, é o tipo de repúdio ao “preconceito de cor”. Ele envolve um combate corpo-a-corpo, em que a última concessão é deliberadamente posta fora de jogo. Admitir, direta ou indiretamente, sua *inferioridade* e aceitar complacentemente, em conseqüência, o antigo código de relações raciais, eis o que o “negro” se proíbe. Por isso, ele rejeita a acomodação passiva, com o isolamento coletivo, e o protesto ativo, com grandes promessas para um futuro remoto. Ele quer viver no presente e ter acesso “a tudo a que tem direito”. No limiar mesmo de sua afirmação social estão atitudes de repulsa militante, embora dissimuladas e “sabidas”, do “preconceito de cor” e dos seus efeitos socioeconômicos ou morais.

Em segundo lugar, o que ameaça as aspirações sociais do “negro em ascensão” também arrisca suas representações de *status* e de papéis sociais. As manifestações do “preconceito de cor” repercutem, dolorosamente, tanto nos anseios de viver e de ser tratado dignamente, quanto nas disposições de igualdade social do negro e do mulato. Ainda que o condicionamento secular pesasse mais que as aspirações recentes, seria difícil sufocar, no “homem de cor”, as exigências do mundo em que ele vive e para o qual está sendo socializado. Por conseguinte, é impossível conciliar a mentalidade do “negro em ascensão social” com as pressões tradicionalistas do meio ambiente. Há um abismo psicológico entre as duas coisas. Os resultados de nossas entrevistas comprovaram conclusivamente essa afirmação. Mesmo as pessoas que achavam que “o negro é que tem mania de perseguição’’, que sustentavam que “o complexo seria responsável por essas idéias” [de que o preconceito existe] ou que assoalhavam que “o negro é culpado de sua situação’’ repelem de várias maneiras qualquer acomodação passiva e os pressupostos materiais ou morais do padrão tradicionalista de relação racial assimétrica.

Desse ângulo, portanto, a integração à ordem social competitiva depende de certos prérequisitos. O negro e o mulato precisam deixar de se conceber, psicológica e socialmente, à luz da imagem do “negro’’ construída no passado recente. Ou fazem isso e disputam as oportunidades de

classificação e de ascensão existentes, ou continuam à margem do fluxo da vida social organizada e de seus proventos econômicos, políticos e morais. Os que debatem, com tamanha paixão, o problema de saber se existe ou não o "preconceito de cor" no Brasil deveriam partir desse limiar. O "negro'' tem de decidir entre a exclusão consentida e a participação imposta. Ao tomar o segundo caminho, não pode ter condescendências para com uma imagem de si mesmo que é uma aberração de qualquer ideal da pessoa humana e colide, irreparavelmente, com os tipos de personalidade-*status* requeridos pela ordem social competitiva.

Por fim, é preciso considerar que essa ordem social impõe certos padrões de racionalização que tornam, eventualmente, a competição aberta acima das diferenças raciais. Isso se evidencia, especialmente, no seio de grandes organizações, estatais, paraestatais ou privadas. A seleção dos candidatos aos postos iniciais de várias carreiras e às vezes também a sua promoção se fazem mediante concurso. Nessas condições, o negro e o mulato chegam a ter acesso a oportunidades que lhes eram vedadas no passado recente. Ao que parece, esses efeitos são recebidos com certa relutância, havendo organizações (particularmente privadas) que usam subterfúgios que facilitam a identificação racial dos pretendentes e sua exclusão automática. Não obstante, a racionalização das técnicas de seleção e de promoção favorece, definidamente, os segmentos da "população de cor" que estão em condições de se lançar na competição por empregos qualificados e de melhor remuneração.

Os influxos tradicionalistas ainda se fazem sentir em dois pontos. De um lado, às vezes é preciso combinar o paternalismo com as novas práticas. O seguinte exemplo ilustra essa alternativa:

> Tendo sido criada a repartição, onde até vir para cá trabalhei, foi publicado um edital de concurso para preenchimento de vinte vagas de escriturário. Apresentaramse 518 candidatos, entre os quais eu. Prestei o concurso, mas o resultado não foi publicado. Todavia, fiquei sabendo posteriormente que havia passado em segundo lugar. Logicamente, tinha o direito do preenchimento da segunda vaga. Fui chamado, mas fiquei sabendo depois que era para não o ser, pois, eis que, em reunião da diretoria da repartição, não quiseram que eu ingressasse, em virtude de julgarem que iria haver certa dificuldade no meu contato com algumas senhoritas [...] que iriam também trabalhar. Julgavam alguns diretores que tais senhoritas iriam se sentir mal em trabalhando em uma mesma sala, com um negro. Nesse ínterim, um dos diretores, de quem sou irmão de criação, levantouse e disse que eu havia sido criado na casa de seu pai e que por isso eu havia recebido uma educação igual à que recebera, sabendo eu comportar-me em qualquer meio, fosse que meio fosse. Assim, não

> desejoso de truncar a opinião da maioria, deixava de manifestarse, lavrando porém o seu protesto, retirandose da sala. Ante isso, resolveram admitir-me.

Doutro lado, a tolerância é maior para os empregos de início de carreira, apertando-se os cordões posteriormente. Assim, o candidato aceito com restrições "fica marcando passo". Para evitar esse desfecho, mais ou menos percebido, há quem apele para a influência dos cartuchos. Um branco, um dos diretores de grande organização estatal, relatounos, a respeito: "Os concursos são públicos e ninguém pode impedir que eles[171] entrem para o banco. Alguns têm pistolões, como os dois gerentes, e conseguem alcançar os altos postos".

Há evidente e fundado consenso, na "população de cor", sobre as limitações inerentes às oportunidades nascidas de frutos dessa natureza. No entanto, elas não são desprezíveis e, como se inscrevem numa tendência geral, deviam ser mencionadas. É preciso não ignorar que a disposição a aceitar "clientes de cor" entra no mesmo contexto.[172] Coisa análoga sucede com a aceitação crescente de serviços prestados por "profissionais de cor" (como professores, dentistas, médicos, advogados etc.). A idéia de que "o que conta é a competência" parece ser responsável por essas atitudes.

Consideradas globalmente, as manifestações aparentemente discretas e isoladas da mesma tendência adquirem significação especial. Elas sugerem que, em vários pontos, a substituição de técnicas sociais tradicionais por técnicas sociais racionais contribui para difundir, gradualmente, critérios que reduzem ou anulam a importância da "cor" nas ações e nas relações humanas.

Os dados expostos já entremostram as dificuldades com que se defrontam o negro e o mulato para conseguir se classificar socialmente e competir por riqueza, poder e prestígio com os "brancos". Têm de varar vários tipos de resistência e de barreiras[173] para conquistar uma situação que, em condições análogas, pode ser obtida com a maior facilidade e rapidez pelo "branco" que conte com o mesmo ponto de partida. Na medida em que a compulsão "para subir" encontra menos apoio no mundo exterior que nas predisposições subjetivas, em todos os níveis da organização do comportamento, da personalidade e da sociedade, surgem obstáculos mais ou menos ativos à ascensão social do negro e do mulato ou ao

reconhecimento explícito das alterações de *status* e de papéis sociais porventura alcançados.

Restringindo-nos ao essencial, vamos examinar aqui: 1º – os efeitos diretos ou indiretos da desigualdade racial; 2º – a função estabilizadora do "preconceito de cor"; 3º – os efeitos dos mecanismos reativos ao "preconceito de cor"; 4º – as compulsões psicossociais negativas do "meio negro"; 5º – a interferência de fatores diferenciais; 6º – o caráter neutro ou negativo dos estímulos governamentais; 7º – barreiras ao reconhecimento do *status* adquirido pelo negro e pelo mulato; 8º – os mecanismos de aceitação do "homem de cor".

A principal barreira à ascensão social do negro e do mulato é de natureza estrutural. Se a passagem para a ordem social competitiva se desse de forma rápida e homogênea, do ponto de vista da absorção dos estoques raciais em presença, teria desaparecido o paralelismo entre "raça negra" e "posição social inferior", com o monopólio da dominação racial pelos estratos sociais superiores da "raça branca". Como isso não ocorreu, a diferença entre a situação de contato racial imperante na década de 1950 e a que existia no período de 19001936 é meramente de grau.

Em outras palavras, a expansão da ordem social competitiva adquiriu densidade e intensidade suficientes para se refletir no plano das relações raciais. O padrão tradicionalista de relação racial assimétrica começou a entrar em crise irreversível e, com ele, o mencionado paralelismo entre a estratificação racial e a hierarquia social da sociedade paulistana. Note-se, porém: *apenas começoua entrar em crise*. O que quer dizer que estamos, ainda, mais próximos do passado, que da imagem de uma democracia racial incipiente e imperfeita. Doutro lado, o que irá acontecer no futuro depende de condições e de fatores históricos-sociais incertos e, a julgar pelo presente, de continuidade ou de alcance imprevisíveis.

Em contraste com a situação de contato de 19001930, diríamos que entramos, com referência às perspectivas da "população de cor", numa *era de esperanças reais*. Parece que chegou, mesmo, "a vez do negro" – para reutilizarmos uma expressão tomada aos sujeitos da investigação. Ela chegou timidamente, pois o "negro" vem a reboque dos segmentos das "populações nacionais", do campo e das cidades, arrancadas à desocupação sistemática ou esporádica. Mas permitenos fazer algo que teria pouco sentido no período de 1900-1930: analisar os mecanismos de mobilização

do “negro” para a vida social organizada da sociedade inclusiva e o que isso representa, sociologicamente, como fenômeno de mobilidade social vertical.

Contudo, é preciso que fique claro que não podemos endossar as opiniões “otimistas”. O caminho percorrido foi quase insignificante, não correspondendo nem aos imperativos da normalização da ordem social competitiva, nem às aspirações coletivas da “população de cor”, expressas através dos movimentos sociais reivindicativos. Superamos, em alguns aspectos, uma parte da demora cultural que separava nossa ordem racial de nossa ordem social. Mas subsiste o desequilíbrio que havia entre ambas.

É verdade que o negro e o mulato avançaram, “progredindo” com a cidade. Mas fizeramno às cegas e em ziguezagues, como se verá a seguir, sem despertar solidariedade de qualquer espécie em outros círculos humanos. Todos tinham tanta coisa a vencer, para modificar atitudes e comportamentos tão arraigados, que os espinhosos e comoventes esforços “para ser gente”, empreendidos obcecadamente pelo “negro”, permaneceram ignorados, não tocando nem no coração ou na razão nem na imaginação dos outros homens. O “negro” continua a se debater, sozinho e desamparado, num mundo socialmente insensível a seus dilemas materiais e morais, no qual as pessoas de outra cor sentem vergonha de agir como agem mas não possuem forças para proceder de modo diferente. Ora, enquanto isso suceder, estaremos umbilicalmente presos ao padrão tradicionalista de dominação racial, condenando os negros e os mulatos a uma desigualdade social inexorável.

É preciso que se entenda que a desigualdade racial, em termos da “situação da raça negra”, não representa apenas uma condição desvantajosa. Ela se ergue como uma verdadeira muralha, contra a qual se esbatem e anulam as esperanças mais fortes, ambiciosas e sadias da “população de cor”. Por isso, ela opera como um fator de inércia. Como procurou nos explicar um grupo de jovens intelectuais negros, a ela se prende a renovação incessante do círculo vicioso, que encadeia entre si a pobreza, a ignorância e a doença, ocupações incertas, economicamente degradadas e socialmente indesejáveis, níveis ínfimos de renda, os mais baixos padrões de vida reconhecíveis e posição social inferior.

Doutro lado, ela alimenta e dá fundamento a um estado de espírito derrotista e frustrado, que conduz o “negro”, de todas as gerações, à

convicção de que “não adianta nada fazer força”, “vida de negro é assim mesmo”, “negro nasceu pra sofrer”, “negro nunca poderá ser nada”, “é melhor levar a vida na folga”, “eu levo a vida à minha maneira”, “é melhor aproveitar a vida enquanto se pode”, “só trouxa se mata pra guardar dinheiro”, “eu não recebi nenhuma educação mas vou me virando”, “o que adianta é ser esperto”, “a gente só leva da vida o que aproveita” e por aí afora. Conversando com as pessoas que sustentam essas idéias, descobre-se logo que ditos dessa natureza são meras verbalizações, que raciocinam e escondem frustrações pessoais ou ambições legítimas, porém irrealizáveis socialmente.

Por ser um fator de inércia sociocultural, os efeitos da desigualdade racial possuem certa generalidade e, num plano mais amplo, associamse à perpetuação do padrão de organização societário que engendra e mantém a própria desigualdade racial. Portanto, nela é que se deve procurar as causas da limitada capacidade de competição, que restringem drasticamente ou anulam os anseios de integração social da “população de cor”. A esse respeito, seria preciso considerar os mencionados efeitos sob dois aspectos distintos: os que resultam, pura e simplesmente, da situação material do negro e do mulato; e os que promanam da configuração assumida por seu mundo moral.

Sob o primeiro aspecto, os efeitos estabilizadores da desigualdade racial aparecem através do baixo nível de emprego e do baixo nível de renda correspondente. Os dados coligidos revelam, abundantemente, que o negro e o mulato ainda empenham o grosso de seus esforços na luta pela superação do estado de pauperismo e de anomia, descrito no Capítulo 2. Um médico branco, dotado de vasta experiência com a clientela pobre de populoso bairro da capital, adiantounos a opinião de que “o grande problema do negro é a miséria e a doença”.

> São desanimados para o trabalho mas isto não é mais do que a conseqüência da má alimentação e esta, conseqüência do baixo nível de vida que levam. Onde não há dinheiro não há alimento e onde este não entra há as doenças. Se o negro tem fome e doença não pode tratar de sua cultura e por isso não pode competir com o branco. O branco tem a sociedade a seu favor, ao passo que ao negro tudo lhe é desfavorável.

Outras informações, e principalmente o impressionante relato de Carolina Maria de Jesus, corroboram esse lado sombrio da existência do

“negro” na década de 1950. As cenas descritas no “diário de uma favelada”[174] sugerem, dramaticamente, que a fome, a miséria, a doença e a desorganização social, com suas variadas conseqüências sociopáticas, continuam a ter plena vigência para uma vasta parcela da “população de cor”. Os porões e os cortiços são substituídos pelas favelas, “o quarto de despejo mais imundo que há no mundo” – “sucursal do Inferno, ou o próprio Inferno”.[175] Se a proporção de “negros” sobre a população socialmente desamparada e desorganizada diminui, em compensação aumenta a gravidade dos problemas sociais com que essa parcela da “população de cor” tem de se defrontar inelutavelmente. “Temos só um jeito de nascer e muitos de morrer.”[176] Com essa frase sóbria, Carolina Maria de Jesus nos leva ao âmago de uma realidade sombria e revoltante. É certo que também existem os “negros de alvenaria” e que eles são, felizmente, mais numerosos em nossos dias que os “negros favelados”. Contudo, o nosso quadro geral é mais complicado que o do começo do século. Até na miséria aparecem gradações – e gradações sociologicamente relevantes, porque tornam a “pobreza remediada” um estado ideal para muitas “famílias de cor”.

Tomando-se em conta esse pano de fundo, parece evidente o que significa a desigualdade racial como concentração social da riqueza, do poder e do prestígio social. Sem dúvida, o “branco miserável” compartilha por igual da miséria, da degradação e da corrupção desse segmento da “população de cor”. No entanto, a partir do mesmo patamar, a “população branca” consegue se diferenciar por todos os níveis da estratificação econômica e da hierarquia social, o que não sucede com os negros e os mulatos. Estes nem sempre desfrutam de uma “situação de classe”; ou logram, apenas, classificarse nas posições mais precárias da “classe baixa” e das “classes médias”.[177]

Mesmo evitandose as ambigüidades que seriam introduzidas pela noção de “situação de raça”, com referência ao presente, podemos reconhecer que é inerente à desigualdade racial (como ela se manifesta em nossos dias), uma condição econômica que tende a excluir o “negro” das oportunidades garantidas pela ordem social competitiva. Tome-se, como exemplo, as oportunidades de instrução.

> O problema está residindo na precariedade da situação econômica em que se encontra o negro. [...] Eu presumo que a maior dificuldade para o negro ir para a escola está única e exclusivamente dentro do fator econômico que impera sob todos os pontos. Eu não creio que um pai nunca não deseje que seus filhos vão à escola. Mas acontece que um pai nunca poderá dar uma educação elevada aos seus filhos, porque ele é obrigado a recorrer a seu serviço para poder sustentar o lar e isto faz com que o filho fique abandonado. [178]

Entre "querer se educar" e "poder ir à escola" existe um abismo quase intransponível.[179]

Outro informante foi ainda mais enfático: "Como é que nós podemos mandar nossos filhos ao colégio, se não temos dinheiro para sustentarnos? Nós temos que mandar nossos filhos para as fábricas, ou onde quer que seja. A educação gratuita é uma ficção. Não existe".[180] Mesmo aqueles que vêem na instrução um canal de ascensão social raramente conseguem aproveitála segundo tais fins. Eis o que nos adiantou um jovem operário negro: "O preto em geral tem pouco estímulo e desejo de subir. Mas, mesmo para os que desejam subir, a pobreza da família os faz deixar os estudos e trabalhar, ainda quando não se acham habilitados para uma função superior".

Duas ilustrações permitirão exemplificar essa tendência. Uma senhora, que trabalhava como cozinheira, indicou que "estava disposta a fazer todos os sacrifícios para que os filhos freqüentassem escolas e fossem alguém". Todavia, na realidade não podia concretizar essa aspiração. O filho desejava ser aprendiz de mecânico, "não sendo problema"; a menina, porém, "queria ser professora". "Leva muitos anos de estudo, a gente é pobre, não pode perder o ganho da menina, com tanta escola." Um rapaz de 18 anos, que entregava marmitas, pretendia estudar para obter "melhores empregos" e "melhorar de vida". Como precisava trabalhar para se sustentar e "ajudar em casa", os seus esforços foram baldados. Indicações da mesma natureza poderiam ser arroladas quanto a outras oportunidades, garantidas pela ordem social competitiva. Isso é, porém, desnecessário.

Parece evidente que uma coisa é a perístase da sociedade inclusiva;[181] outra, bem diversa, vem a ser a porção dessa perístase, que pode ser realmente mobilizada pela participação sociocultural da "população de cor". Os elementos teoricamente possíveis do ambiente diminuem drasticamente, quando passamos do estoque racial "branco" para o estoque racial "negro". Em conseqüência, a situação material da "população de cor" restringe de

modo severo suas possibilidades de explorar construtivamente o talento e outros dotes maduros da pessoa humana.

Sob o segundo aspecto, bastaria ressaltar que as desvantagens de um ponto de partida quase nulo se refletem tanto na qualidade das pretensões dos indivíduos, quanto no grau de exeqüibilidade que elas encontram. Questões que não chegam a se erigir em "problema", para a maioria dos "brancos", só poderiam ser enfrentadas e resolvidas por um número bem reduzido de "negros".

Os exemplos ventilados nos parágrafos anteriores revelam que o pai ou a mãe podem "não assumir suas responsabilidades", malgrado tenham consciência e se empenhem em "dar educação aos filhos". Mostram, igualmente, que o jovem pode abandonar precocemente os estudos, apesar de pretender o contrário. Mas as gradações da adversidade vão mais longe. Às vezes, os adultos se debatem com o que pensam ser "a falta de boa vontade nos patrões, brancos". Como não conseguem resolver questões mínimas, projetam na esfera racial os frutos das dificuldades. Todavia, é no grau de prestígio social e na soma de poder a ele inerente que se acha a explicação real. O que parece "desapreço", "desprezo", "desconfiança", "rancor contra o negro" etc. resulta da incapacidade de mobilizar, por meio da posição social ocupada, influências favoráveis à consecução dos objetivos visados.

Em regra, os círculos de relações sociais das pessoas são demasiado estreitos para lhes conferir o prestígio social desejado ou, então, faltamlhe as condições requeridas para a mobilização efetiva do prestígio social imanente ao *status* ocupado. No fundo, o monopólio das oportunidades de acumulações de riquezas, de poder e de prestígio social pelos "brancos" não só persiste em pleno vigor, como repercute de forma desastrosa no ânimo do "negro". Este sente e propaga a inutilidade de "alimentar certas ilusões". Achando que "o branco tem mais estudo" e que também "tem mais proteção", ou "desanima" ou "entrega os pontos", ou "desiste antes do tempo". O resultado de tudo isso se reflete numa filosofia derrotista de que "não adianta lutar", pois "os melhores empregos são mesmo para os brancos" – "o negro só fica com os restos", com o que "ninguém quer".

Por aí se vê como a desigualdade racial opera, dinamicamente, como fator de inércia no plano moral. O tipo de egoenvolvimento do negro e do mulato na ordem social competitiva não os protege contra mecanismos de

autoidentificação herdados do passado. Não só não chega a se estabelecer qualquer equilíbrio entre as potencialidades do meio social inclusivo e os níveis de aspiração dos indivíduos. Como as imagens pelas quais os indivíduos se julgam a si próprios e constroem seus projetos de carreira acabam se confinando a uma área muito estreita, que surge como uma esfera de "êxito comprovado" ou "indiscutível".

A seguinte explanação, extraída de uma autobiografia escrita para os propósitos desta investigação, suscita um bom sistema de referência para apreciarmos ambas as coisas.

> Como raça e como povo, a situação do negro em São Paulo é das piores possíveis. A razão é simples: O elemento negro faz parte de uma comunidade pertencente a um país democrático. Nessa comunidade existem os grandes e pequenos industriais; os grandes e pequenos comerciantes; os médicos, advogados, engenheiros e outros pertencentes a todas as profissões liberais; os governantes, secretários de Estado, altos funcionários, representantes do povo; banqueiros e financistas; funcionários de categoria e pequenos servidores públicos; os gerentes das indústrias e de grandes estabelecimentos comerciais; o proletariado especialista; o proletariado sem especialidade; etc. Entretanto, não se vê um grande industrial, um grande comerciante, governantes, secretários de Estado, altos funcionários, representantes do povo nas Câmaras legislativas, banqueiros, financistas etc., pertencentes à raça negra. Vê-se apenas pequenos industriais e comerciantes, alguns elementos pertencentes às classes liberais, alguns chefes de escritórios, alguns escriturários, algum gerente [de] indústria pequena etc. e, mesmo assim, não na devida proporção. Completamente isolado, está à margem de toda atividade produtora. Não se especializando como operário, procura as "cômodas" colocações de servente em repartições públicas, em que, assim, com seus parcos vencimentos, alimenta o baixo nível de vida de suas famílias. Em estado quase parasitário, vive como marginal, sem futuro, sem objetivo, sem poder compartilhar dos objetivos que impulsionam toda a comunidade na marcha para o progresso, passando celeremente pela história, a longos passos a caminho da morte inglória. [...] É mais que péssima a situação da massa negra. Inadaptados sociais, procuram os negros as últimas atividades que um homem vencido procuraria: investigador de polícia, soldado de Força Pública, lavador de automóveis. Como soldado ou investigador o negro dá satisfação aos complexos, valendose da Lei e da autoridade, para fazerse impor. Como lavador de automóveis, dá satisfação ao seu espírito conformista, com um leve resquício de independência, procurando ganhar o suficiente para uma bem modesta subsistência e trabalhar quando bem entender.

Em suma, é no plano moral que a desigualdade racial produz os piores efeitos. De um lado, parece patente que ela concorre para preservar autoprojeções de caráter desmoralizador. De outro, ela contribui, definidamente, para criar e difundir tipos de egoenvolvimento que não favorecem a formação nem o fortalecimento de níveis de aspiração

adequados ao presente e aos anseios de ascensão social da “população de cor”.

De acordo com os resultados do nosso levantamento, três influências concomitantes explicam as debilidades adaptativas e integrativas apontadas. [182] Primeiro, certas deficiências institucionais do “meio negro”. O grau de absorção e de domínio efetivo das técnicas sociais do ambiente ainda continua a ser a principal fonte das desvantagens do “negro” na competição com o “branco”. Na medida em que a perístase do “meio negro” não coincide com a perístase da sociedade inclusiva, aquele não conta, de modo irremediável, com as possibilidades adaptativas e integrativas fornecidas pela cultura.

O melhor foco de referência para se situar esse problema consiste no funcionamento da “família negra”. A “família negra, integrada” consegue proteger o menor, tanto material quanto moralmente. Mesmo sob as condições desvantajosas de um nível de renda baixo e instável, o afã de “dar ao filho tudo o que não tive” permite encontrar, mediante sacrifícios penosos, meios para reter “o filho na escola” até o fim da escolarização (de nível primário; às vezes, médio; raramente, superior). Doutro lado, seria ilusório pensar que as dificuldades significativas procedem unicamente da situação econômica. É claro que, onde “o dinheiro não dá nem para comer”, tornam-se impraticáveis as aspirações de instruir os filhos. Mas a capacidade de fazer face a desajustamentos associados, aparentemente ou realmente, às manifestações do “preconceito de cor” possui importância análoga e não raro maior que as limitações do nível de renda. Os pais precisam se manter atentos aos ajustamentos dos filhos – quer eles se voltem para “a conquista de uma carreira”, quer eles apenas pretendam “melhorar de posição no emprego”. Dependendo do temperamento e do caráter dos jovens, em alguns casos têm de “acalmar suas revoltas”; em outros, “quebrar sua submissão”.

As anomalias tão freqüentes na organização da “família negra” fazem com que as dificuldades nascidas do baixo nível de renda se agravem, cristalizandose um clima propício à neutralização parcial ou total das influências socializadoras construtivas das gerações adultas. Daí não só resulta que o menor se veja privado de “ir à escola”. O que é pior: ele não recebe amparo e orientação para se ajustar ao estilo de vida que se impõe socialmente. “Cresce largado”, sujeito às influências perniciosas do

ambiente imediato e aos inseguros critérios pessoais de discernimento ou de auto-afirmação.

Acresce que outras instituições sociais, do próprio "meio negro" ou da sociedade inclusiva, não suplementam as funções da família. A "escola brasileira" não está preparada para corrigir as deficiências funcionais da família e, muito menos, para lidar com os desajustamentos reais ou potenciais das minorias nacionais, étnicas e raciais. E o "meio negro" não dispõe de vitalidade econômica, social e cultural para desenvolver mecanismos reativos compensadores. Como no passado, as associações negras, *verbigratia,* inscrevem entre os seus objetivos o amparo à educação e a orientação dos menores e dos jovens. Contudo, tais objetivos continuam a ser meramente ideais. Em conseqüência, as gerações ascendentes ficam, em regra, mal amparadas ou totalmente desamparadas, em virtude de deficiências institucionais crônicas.

A mesma realidade paira sobre as tentativas de ajustamento dos adultos, que não contam, igualmente, com pontos de apoio adequados à realização de seus projetos pessoais de classificação profissional e de ascensão socioeconômica. As motivações e os mecanismos de controle continuam a ser largamente inadequados às exigências da situação histórico-social. Nem mesmo certas formas elementares de sociabilidade e de solidariedade domésticas operam, continuamente, de modo eficiente e produtivo.

Essa disparidade entre a perístase da sociedade inclusiva e a perístase do "meio negro" nos coloca diante de algo que poderíamos designar como carência institucional. Sem dúvida, semelhante carência nada tem que ver com as aptidões natas do negro e do mulato. As tendências de classificação e de ascensão sociais, observadas no seio da "população de cor", oferecem uma resposta cabal a essa questão. A esse respeito parece óbvio que ambos possuem, pelo menos, as mesmas aptidões adaptativas e integrativas que os "brancos".

Como tentamos sugerir antes, tal disparidade provém da desigualdade racial persistente. Qualquer que seja sua origem ou explicação, porém, o fato é que ela interfere negativamente nas potencialidades de adaptação ao ambiente e de integração social da "população de cor". A carência institucional fomenta, de maneira contínua e irremediável, ajustamentos que excluem o negro e o mulato de virtualidades do estilo de vida urbano que

são freqüentemente acessíveis mesmo aos círculos “pobres” da classe social inferior.

Os dados coligidos demonstram que o complexo cultural mais focalizado ou como inacessível ou como acessível a duras penas vem a ser o complexo escolar. Contudo, a mesma realidade reaparece com referência a outras esferas da cultura. Ela é tão verdadeira quando observamos o funcionamento e o rendimento da família ou quando consideramos o funcionamento e o rendimento de outras instituições, de natureza econômica, política ou recreativa. Como não existe um isolamento sistemático do negro e do mulato, eles têm de conquistar o nivelamento com os “brancos” em termos de sua capacidade sociocultural de livre competição. Para eles, seria insuficiente reproduzir, em miniatura, aquilo que poderíamos chamar de *sociedade dos brancos* no “meio negro”. As exigências da situação, mantidas as condições históricas atuais, impõemlhes a conquista da equiparação institucional através da integração gradativa à ordem social vigente. Com isso, as coisas tornam-se sumamente difíceis.

Outras minorias nacionais ou étnicas simplificaram o seu caminho, graças a padrões de sociabilidade, de solidariedade e de cooperação institucionalizados que faziam parte de sua herança sociocultural. A “população de cor” não contou, como vimos, com possibilidades dessa espécie e paga um preço demasiado alto às perspectivas de integração igualitária que se abrem diante dela. Vários informantes focalizaram espontaneamente o assunto. A maioria, para salientar as vantagens iniciais da segregação sistemática. Embora não a desejem e a condenem moralmente, vêem nela a verdadeira causa do progresso do negro nos Estados Unidos. Outros, em depoimentos repetidos, mas em menor número, para explicar o malogro do “negro” em confronto com o italiano, o “turco” e, especialmente, o japonês.

O significado do auxílio mútuo e do cooperativismo é posto em relevo, como fonte de vitalidade econômica, social e cultural dessas minorias nacionais e étnicas. O fato é que o próprio “negro” percebe o drama em que está envolvido. Premido pela própria *situação de concorrência* e pelas debilidades de sua herança social, não logra condições satisfatórias para mobilizar os recursos institucionais do ambiente, em escala que permita atender às necessidades materiais e morais decorrentes do estilo de vida social imperante. Por conseguinte, deixa de explorar, ainda que possa

pretender o contrário, as potencialidades da cultura na solução de seus problemas humanos.

A segunda influência que contribui para explicar as debilidades adaptativas e integrativas da "população de cor" consiste na falta de socialização prévia. O quadro descrito define o contexto geral da situação do negro e do mulato. Todas as gerações, em todas as situações de vida, defrontamse com a mesma dificuldade básica: uma preparação variavelmente deficiente para ajustar os indivíduos às exigências psico e sociodinâmicas de seus papéis sociais.

Os dados coligidos indicam que as oportunidades de aprendizagem são limitadas em dois níveis concomitantes. Primeiro, a ausência da escolarização ou o abandono prematuro da escolarização constituem uma contingência quase universal. Segundo, o trabalho prematuro, por sua vez, não é de molde a corrigir essa tendência. Em regra, as ocupações acessíveis não contribuem nem para a aquisição de habilidades específicas de alguma importância para outros tipos de profissionalização, nem para a aprendizagem espontânea das técnicas de ler, de contar e de escrever. Ao contrário, aprisiona os menores ou os jovens no círculo de ferro das atividades econômica e socialmente degradadas.

A conjugação dessas duas tendências cria uma terceira polarização ultraperniciosa: a fixação em hábitos e predisposições de trabalho, mais ou menos incompatíveis com os critérios de racionalidade do sistema capitalista de produção. Em conseqüência, mesmo quando o indivíduo consegue, por causa de sua inteligência, tenacidade ou aptidões de caráter vocacional, romper as barreiras à profissionalização normal, raramente reúne todos os predicados para atingir o tope das carreiras realizadas. Na maioria dos casos, os indivíduos esbarram com as limitações inerentes ao baixo ponto de partida (as experiências acumuladas previamente ou são inoperantes ou dificultam a capacidade de aprendizagem ulterior, escolarizada e espontânea); e, com freqüência, sucumbem às injunções da falta de socialização no uso de certas técnicas sociais universais (capacidade de comunicação, por meio escrito ou oral; aptidão para lidar com os outros, exercer liderança e dirigir equipes organizadas grupalmente; discernimento para reconhecer as oportunidades e habilidade para aproveitálas no momento propício etc.).

Essas três tendências se prendem às deficiências institucionais do "meio negro" e aos efeitos crônicos que elas produzem na esfera da socialização. Elas permitem falar tanto numa redução drástica da capacidade adaptativa e integrativa do "negro" – constantemente removido para as ocupações irrelevantes ou periféricas do sistema de trabalho – quanto na existência de um problema de socialização específico no seio da "população de cor". Os elementos inconformistas lançam a culpa no próprio "negro", como se o pai "não soubesse educar os filhos", se "o jovem só pensasse em cair na gandaia" ou se "a escola da rua" fosse fatalmente perigosa.

Mas os fatos são mais complicados. O tipo de adaptação e de integração conquistado pelo "negro" na ordem social vigente não lhe assegura outras possibilidades de participação da cultura. Ele não tem acesso pleno e regular à "educação de maneiras", à "capacidade de agir" e às técnicas sociais que tornam o homem "dono de sua vontade" ou "senhor do seu destino" (nos limites em que isso é possível e necessário para a elaboração e a consecução dos planos pessoais de carreira). Por conseguinte, mesmo os que percebem que a educação constitui um canal de ascensão social e dem explorá-la como tal, para si ou para os filhos, vêem-se inapelavelmente frustrados em seus intentos.

Semelhante efeito, em se tratando da "população de cor", apresenta repercussões ultranegativas. Pela instrução, o "negro" não adquire apenas uma via de classificação na ordem social competitiva. Ele passa a dominar uma perspectiva que lhe confere a própria capacidade de competir. Os resultados dos estudos de casos e das entrevistas patenteiam que a educação formal representa um verdadeiro patamar no desenvolvimento da consciência social no negro e no mulato. Ela fornece um novo ponto de partida, que se caracteriza pelo conhecimento gradual das forças sociais do ambiente e pela percepção realista dos ajustamentos sociais mais ou menos frutíferos na situação de contato racial existente. De um lado, ela "pode compelir o negro a ter mais coragem" e "a viver entre os brancos". De outro, ela "abre os olhos do negro", estimulando-o a refrear os ressentimentos, a "vencer seus recalques", a "compreender que o mundo não se fez num dia" etc. Em suma, oferecelhe um maior domínio sobre si mesmo, condição essencial para não se colocar nem ser posto à margem na competição com o "branco".

Tudo isso evidencia, no conjunto, as dimensões do problema da socialização no "meio negro". A falta de socialização prévia se associa, visivelmente, à distribuição desigual das oportunidades ocupacionais. Porém, num plano mais amplo e pouco visível, ela provoca determinações mais profundas e prejudiciais, que retiram do "negro" a faculdade de agir segundo as linhas de seus interesses e, portanto, de modificar sua própria relação com a sociedade de classe.

A terceira influência, que interfere limitativamente na graduação das potencialidades adaptativas e integrativas da "população de cor", diz respeito a uma sorte de especialização não declarada, que confina severamente as probabilidades de classificação profissional e de competição econômica do negro e do mulato. Não existe mais um consenso claro sobre "os serviços que devem ser atribuídos aos negros". Em compensação, duas forças contribuem, espontaneamente, para renovar o *status quo ante*: 1a – a propensão do "negro" a se acomodar aos níveis de emprego nos quais encontra aproveitamento ou aceitação fáceis; 2a – a propensão do "branco" a excluir normalmente o "negro" das ocupações que "exigem responsabilidade", "espírito de organização" e "capacidade de iniciativa".

O nosso levantamento nos revelou que os progressos ocupacionais do negro e do mulato se deram numa área neutra. A abundância de empregos, que requeriam mão-de-obra barata e desqualificada ou semiqualificada, contribuiu para incluir considerável parcela da "população de cor" no seio da população economicamente ativa. Contudo, as alterações concernentes ao nível de emprego foram quase insignificantes. Em conseqüência, os inconvenientes das tendências de peneiramento ocupacional que misturavam "aptidões profissionais" com "qualidades raciais" continuam a persistir com notável clareza.

De um lado, temos o "negro" que pensa que do "seu estofo" não sai senão o trabalhador braçal, apto para os serviços rudes. Aí se acham as cozinheiras que batem no peito e dizem: "ninguém me vence no fogão"; e os que ainda crêem na existência de "serviços de brancos", restringindo suas aspirações aos trabalhos menos qualificados. Doutro lado, há o "branco" que acredita que "o preto, por força das circunstâncias, é melhor futebolista, é melhor cozinheiro, e a mulher preta supera a branca assalariada para as funções de mucama". Tais crenças possuem os seus fundamentos: a convicção de que "os pretos porque mais humildes e

embora sempre mais humilhados são mais dóceis", têm "mais força física", "maior resistência aos trabalhos brutos" etc.

Essas formas de percepção da realidade levam o "negro" a representar-se, com ressentimento, que "os brancos os fizeram inferiores"; ou a confidenciar, em tom deveras pungente: "por causa da cor nunca me deram uma oportunidade e nem mesmo qualquer esperança".[183] Ou conduzem o "branco" a admitir, francamente, que "não foi o negro que especializou nos serviços subalternos, de copa e cozinha, no futebol, no boxe, na polícia e no exército as suas vocações; mas foi o branco que especializou o negro nessas atividades, porque ao lhe recusar acesso a outras, constrangeu o negro a procurar uma posição na vida".

O que nos interessa é o que significam essas linhas não expressas de especialização racial. Na autobiografia de um sujeito negro, deparamos com a seguinte análise da situação do lavador de automóveis:

> Nessa atividade, verifica-se a inexistência do espírito de previdência do negro. Os pontos de estacionamento de automóveis não são, na sua maioria, fixos. São concessões especiais dos proprietários de terrenos baldios, em troca da limpeza e guarda dos mesmos, ou de pequenos aluguéis. Tais terrenos estão apenas aguardando as construções que surgem de maneira espantosa na capital. Com as construções desaparecem os pontos de estacionamento. Nas praças públicas e em certas ruas os pontos são sempre concedidos a título precário. Existem pontos bem rendosos, mas, na proporção que ganham, gastam. E quando chega a época das chuvas são obrigados a recorrerem a outros trabalhos, para se manterem. Os lavadores de automóveis, em sua maioria absoluta, não têm profissão definida. Grande parte faz dessa ocupação um meio de manter contato com chefes políticos e altos dignitários, para conseguir um modesto lugar de servente em qualquer repartição pública. Noventa por cento dos lavadores de automóveis de São Paulo são negros.[184]

Esse exemplo serve para focalizar o ângulo que nos interessa. Boa parte da "população de cor" ainda precisa "viver de expedientes", à cata de serviços marginais, mal remunerados e instáveis. Com isso, a absorção das gerações ascendentes se faz de modo a manter a concentração dos "trabalhadores negros" em ocupações insignificantes e, o que é pior, sem perspectivas do ponto de vista da competição profissional. Ora, as potencialidades adaptativas e integrativas de qualquer categoria étnica ou racial giram, em regime competitivo, em torno de suas possibilidades de preservar e de alargar, continuamente, determinadas oportunidades de classificação profissional. A existência e a persistência de certas linhas de especialização invisível não só não correspondem a esse requisito

sociodinâmico, como representam o avesso do que deveria ocorrer, normalmente, em condições de assimilação constante do negro e do mulato à ordem social competitiva. Portanto, aí se acha o principal fator da perpetuação indefinida do padrão brasileiro de desigualdade racial.

As tendências de distribuição racial dos níveis de emprego, reguladas pela organização da sociedade inclusiva, reproduzem, quanto ao "negro", o passado no presente e estão longe de alimentar esperanças de modificações radicais no futuro próximo. Assim se equacionam, objetivamente, as dificuldades coletivas da "população de cor" em lograr uma *situação de classe* no seio da população economicamente ativa. Tal situação não envolve, apenas, a conquista de uma ocupação assalariada. Ela requer, também, participação efetiva das garantias sociais, do estilo de vida, das concepções do mundo e das oportunidades de mobilidade sociais. Ao participar restritiva e marginalmente das oportunidades de trabalho e das perspectivas de carreira asseguradas pela ordem social competitiva, a "população de cor" se vê condenada a participar da mesma maneira das demais esferas da cultura. Uma coisa determina a outra, pois na sociedade de classes são os níveis de emprego que condicionam a forma de participação dos fluxos da renda e dos padrões de vida.

Isso explica em larga parte, naturalmente, por que o "negro" não teve acesso mais amplo às imensas oportunidades criadas pela expansão da ordem social competitiva durante e em seguida à **II** Guerra Mundial. Faltavamlhe as bases materiais para ocupar as posições estratégicas em termos do aproveitamento vantajoso daquelas oportunidades. Como sucedeu com os proventos da comercialização do café e do primeiro surto urbano, coube a imigrantes ou a seus descendentes e a componentes do estoque racial "branco" nativo a monopolização das vantagens verdadeiramente compensadoras do intenso crescimento econômico recente.

Os resultados da discussão desenvolvida nas páginas precedentes indicam, sem margem de dúvidas, que a desigualdade racial aparece como o pólo dinâmico básico da situação de contato imperante na cidade. Por isso, os fatores psicossociais e socioculturais que possuem alguma importância definida para a liberação, a canalização e a graduação dos processos de reintegração do sistema de relações raciais se ligam a ela, de uma ou de outra maneira. Não são só os "brancos" que resistem, consciente ou

inconscientemente, às tendências de democratização dos padrões de tratamento do "preto", que ajudam a resguardála. O próprio "negro", em suas atitudes ou comportamentos reativos, também acaba contribuindo para esse fim. No fundo, tudo se liga a processos históricos-sociais que promovem seja a perpetuação dos modelos herdados de desigualdade racial, seja a sua alteração.

Nesta parte da exposição, entretanto, precisamos abstrair alguns fatores cruciais desse contexto geral, para considerar em separado as condições e os efeitos de sua manifestação. Assim se justifica a enumeração, feita páginas atrás,[185] dos temas a serem discutidos na presente análise das barreiras que se opõem à ascensão social do negro e do mulato. O "preconceito de cor" possui significação especial naquele conjunto. Embora ele se manifeste de forma caracteristicamente lábil,[186] onde ele se apresenta, conta como uma força estabilizadora, que reduz o impacto da ordem social competitiva sobre os padrões tradicionalistas de relações raciais e preserva, em limites máximos, a capacidade do "branco" de perpetuar, indefinidamente, sua monolítica hegemonia racial.

Já assinalamos, anteriormente, que o preconceito e a discriminação não engendram distância social entre os *socii*na cidade de São Paulo. Parece claro que eles operam como mecanismo de estabilização dos padrões vigentes de relações raciais, o que significa que ambos contribuem, dinamicamente, para manter as posições relativas dos estoques raciais em presença na estrutura de poder da sociedade global. Os resultados de levantamento feito em 1949 e, sobretudo, da pesquisa realizada em 1951 demonstram, cabalmente, que ainda estamos, a esse respeito, literalmente presos a representações e a avaliações de cunho tradicionalista.

Em um estudo de caso sobre uma família grande mista, com um segmento de "400 anos" e outros de "imigrantes italianos", a pesquisadora focalizou as reações dos brancos de "classe alta" às inovações potenciais da "lei contra o preconceito de cor". No primeiro segmento, prevalecia a opinião de que a lei iria reforçar "a arrogância e a agressividade naturais do preto". Então, impunhase a necessidade de fortalecer, vigilantemente, as medidas que antes permitiam "colocálos em seu lugar". No segundo segmento, o "preto" aparecia "como se fosse um objeto estranho a cuja presença fatalmente acabamos por nos acostumar, mas que nunca admitimos como realmente nosso, participando de nossa vida, de nossa

casa”. Para esses, “o preto não deve ser apenas posto em seu lugar, mas não há para ele lugar em seu mundo”.

Os flagrantes tomados aqui e ali, nos diversos níveis do convívio racial, mostraram que em alguns círculos havia, de fato, uma intransigência aberta e ostensiva. Um informante branco, pessoalmente contrário à situação dominante, relatounos: – Pesquisador: “Quer dizer que eles [os negros e os mulatos] podem pretender qualquer serviço? No banco em que trabalha, por exemplo, eles seriam aceitos sem oposição?” Resposta – “Ah! Isso é outra coisa! É claro que eles são prejudicados. No banco nós só temos dois empregados de cor. São contínuos. E estão lá porque são empregados antigos. Também, nunca passarão disso”.

No mesmo sentido, os resultados de um estudo de caso, sobre uma fábrica de produtos alimentícios, demonstraram que não se tentava disfarçar as coisas. A pesquisadora condensou os resultados de sua observação, corroborados pelos questionários aplicados, da seguinte forma: “Lá existe o preconceito e ninguém procura escondêlo. Empregados de cor só são admitidos em serviços de faxina ou de elevação de sacos. Serviços pesados, portanto. Assim mesmo, existe uma secção na fábrica [a maior, de massas, que absorvia 200 operários num total de 300] em que pretos não são aceitos de modo algum. Nem para tais serviços”. Os “pretos” não chegavam a 2% do total de operários e não existia, entre eles, nenhuma mulher.

> Como não podia deixar de ser, todos os pretos que lá trabalham (e que são em número de 5) sabem perfeitamente que têm diante de si um quadro de possibilidades rigidamente limitado. Fora das funções que exercem não há muito o que escolher. E sabem principalmente porque não há muito o que escolher, isto é, sabem do preconceito. Sabem que há uma ordem superior estabelecendo que eles fiquem onde estão

e excluindo-os da seção mencionada.

“De modo que formal ou informalmente, conscientemente ou não, lá existe preconceito impondo uma série de limitações à ascensão social do preto e à conseqüente mudança de nível de vida.”[187]

Raramente, porém, semelhante realidade é transparente. Em regra, continua a ter vigência a recusa dissimulada. Em uma grande organização, que recrutava o grosso do pessoal mediante técnicas racionais, punhase em prática um estratagema muito simples. Só se admitiam à inscrição candidatos com apresentações especiais. No ato de apresentar as

credenciais, “eles dão um jeito, e impedem a entrada de pretos. Podem dizer que não há vagas ou que quando precisarem mandam chamar. Eu sei é que não deixam os pretos entrar”.[188]

Em outra organização, igualmente grande e de escala “nacional”, que praticava seleção racional, exigiamse fotografias e dados pessoais do candidato. Embora não se pedissem dados sobre atributos raciais, isso permitia separar, entre os aprovados, os que não servissem “por causa da cor”.[189] Por fim, muitas informações, fartamente corroboradas, deixaram evidente: 1º – que as entrevistas com chefes de seção de pessoal preenchiam, quase indiscriminadamente, função análoga; 2º – que o recrutamento para “cargos de importância” ou “de projeção” igualmente fica confiado ao estoque racial branco.[190]

Não existem razões explícitas para semelhantes atitudes e comportamentos. Opiniões de senso comum fornecem racionalizações cuja eficácia depende do grau de intolerância dos agentes ou dos responsáveis pelas práticas discriminatórias. O nosso levantamento patenteou que entram em jogo, com freqüência, dois tipos de avaliações. Primeiro, avaliações de natureza especificamente preconceituosa. Há brancos que aderem francamente a opiniões intolerantes, como se pode inferir pelas duas transcrições seguintes. “Há preconceito e está certo. Salvo raras exceções, quando é que se vê negro ocupando posições elevadas? Eles são de raça inferior.” Faltalhes “capacidade, porque em 1.000 negros há um que se destaca”. Segundo, avaliações que introduzem certas gradações: o “negro seria igual ao branco se...”.

Procura-se, então, na situação econômica, cultural ou social do negro “explicações para a sua inferioridade”. A “inferioridade cultural”, a “inferioridade moral” e “a falta de oportunidade” são, em regra, elevadas a primeiro plano. Eis como tais racionalizações são concatenadas em duas ilustrações típicas:

> *(1)* “Se o preto tem um nível de vida menos elevado do que o branco ele o deve a várias causas. O negro veio para o Brasil como escravo e até hoje apesar das leis que o libertaram da escravidão ele é vítima do desprezo do branco. Apesar de todo o progresso, o branco nunca deixou ao preto a necessária liberdade de ação. Sempre existem amarras para tolher os seus movimentos em prol de sua cultura. [...] A Lei Áurea lhes deu a liberdade, mas os brancos continuam a espezinhálos com seu preconceito, fazendo sempre o possível para encontrar barreiras que impeçam o negro de ser ‘gente’. Se os pretos são atrasados ainda nos dias de hoje, não é somente porque alguns são preguiçosos, desordeiros etc. Eles nunca

> tiveram as mesmas oportunidades dos brancos. Primeiro escravos, depois empregados nas fazendas, criados dos brancos, fazendo os piores serviços sem quaisquer direitos apesar da liberdade. Essa liberdade quase não lhes serviu, porque não podiam usála. O preconceito de cor, a falta de meio, a ignorância, tudo isso contribuiu para estacionálos na sociedade. Enquanto os brancos tiveram tudo, os pretos serviram de escada para ajudar os brancos a galgar suas melhores posições..."[191]
>
> *(2)* "Não existe uma maior inteligência do branco em relação ao mulato e deste em relação ao preto [...]. O que existe são melhores condições do branco. O meio e as condições são os principais fatores pelo atraso do negro. Vieram como escravos da África, onde já levavam uma vida miserável, quase como animais trazidos à força para a nossa lavoura, nela não encontraram melhores condições [...]. Nunca tiveram oportunidades de aprender, de usar sua inteligência porque sempre foram tratados como animais de carga [...]. Como poderiam igualarse ao branco seus inimigos e senhores? Isso justifica a sua indolência diante de seus problemas mais importantes porque não tiveram nem têm conhecimento da própria causa pela ignorância geral [...]. O preconceito de cor existente entre os brancos vem dos tempos coloniais e nós já nos acostumamos a ver no preto um homem indolente sem coragem para enfrentar a vida e suas lutas, submetendo-se aos brancos e suas imposições: eles já se conformaram com esse estado de coisas, mas devido à falta de conhecimentos que os faça reconhecer que são iguais aos brancos. Os pretos se têm um nível de vida inferior é porque não têm as mesmas oportunidades, não por não serem trabalhadores [...]."[192]

Entre os dois extremos, ocorrem reações discrepantes ou peculiares, de pessoas que acreditam em "repulsa natural da raça" ou que "é melhor a gente não se misturar" etc. O interessante é que os dois tipos de avaliação mais freqüentes conduzem, praticamente, aos mesmos efeitos. Teoricamente, poderíamos separar os que discriminam por motivos raciais e os que discriminam por motivos sociais ou culturais.

Do ponto de vista do "negro", entretanto, essa gradação carece de sentido, pois se vêem, de fato, repelidos ou aceitos com relutância. Se se trata de um emprego, duvidase antes de qualquer demonstração em contrário que possua "experiência" ou "competência" para exercêlo; se se trata de um cargo de chefia, põese em dúvida, do mesmo modo, sua capacidade de lidar com os outros, de "saber tratar os subordinados", de "saber comportar-se com as mulheres" etc.; se se trata de um cargo que envolve contato intenso com o público ou de certo prestígio, pensase que "não fica bem ter um preto em tal lugar" etc.

Até na convivência íntima surgem restrições. O seguinte depoimento é elucidativo:

> Brancos e pretos são iguais. Mas estes últimos sempre têm um complexo que influi nas suas atitudes. Por exemplo, na minha roda de *pif* apareceu um mulato casado com uma moça de

> família muito conhecida. Jogou várias vezes muito direito, mas um dia, em que estava perdendo, acusou os companheiros de não estarem procedendo corretamente. É aquele negócio, que está certo: “Negro quando não caga na entrada, caga na saída”.

De modo que, por fás ou por nefas, o “negro” se vê descrito como sendo “bom mesmo” para os trabalhos braçais, para os serviços subalternos, para o trabalho de copa e cozinha, para o samba, para a dança, para o futebol, o boxe etc.; e é apanhado, de uma maneira ou de outra, por avaliações que o representam como preguiçoso, indolente, desordeiro, trapaceiro, esbanjador, farrista, desleixado, imprevidente, traiçoeiro etc.

Mesmo onde é aceito, a aceitação pára, com freqüência, nos limites dos contatos formais e categóricos. Em numerosas entrevistas, brancos que toleravam bem a competição com colegas “mulatos” ou “pretos” declararam que não os convidavam para visitar suas casas, para saírem juntos, para irem ao cinema etc. Esse conjunto de restrições castiga severamente os “negros” mais sensíveis. Alguns acreditam firmemente, até, que “é uma mentira afirmar que o negro pode subir só pela educação e pela profissão”. “Depois de educado e de ter competência como profissional é que começa o drama do negro.” Aí, “encontra todas as portas fechadas pelo branco”.

Esses dados sugerem, claramente, como as manifestações do “preconceito de cor” interferem nos mecanismos de integração do “negro” à vida social normal. Como se ainda tivesse pleno vigor o padrão tradicionalista de relação racial assimétrico, “cor” e “posição social inferior” se associam num verdadeiro círculo de ferro. Os brancos intolerantes apegam-se à “cor” e fundamentam suas avaliações em atributos herdados racialmente; os brancos tolerantes repelem esses critérios, mas sucumbem, de uma maneira ou de outra, às avaliações tradicionalistas.

No fundo, pois, qualquer que seja o ângulo de que o encaremos, como polarização “racial” ou como polarização “social”, o “preconceito de cor” preenche as mesmas funções. Ele concorre seja para manter a distância social entre os dois estoques raciais em presença; seja para dificultar a classificação e a ascensão sociais do negro e do mulato; seja, por fim, para diminuir o impacto das influências modernizadoras da ordem social competitiva sobre o sistema tradicional de relações raciais. Tudo isso corrobora as conclusões de Roger Bastide.

O ilustre sociólogo, estudando esses aspectos da situação de contato racial em São Paulo, estabeleceu algumas evidências de caráter geral, que nos interessam de perto. Primeiro, “que o preconceito se apresenta como uma autodefesa do branco, quando se sente ameaçado pela ascensão do homem de cor. Trata-se de manter a pirâmide atual das ocupações com o branco nos postos de comando e o negro nos postos subalternos”. Segundo, “os brancos não querem ver o esforço dos homens de cor para se integrar na sociedade de classes como proletários: mantêm a imagem do antigo negro, a fim de isolála em certos setores da sociedade e deixar os empregos mais bem remunerados ou mais *decentes*”. Terceiro, larga o “negro” a um destino ingrato, abandonando a massa de cor “à sua própria sorte, que se defenda como puder”. “O controle, aqui, é uma ausência de controle.” “Não há barreiras legais: a escola, a aprendizagem, a usina, estão, de direito, abertas a todos. Não é pois culpa do branco se o preto não aproveita as suas oportunidades. Não se pode obrigálo a procurar uma felicidade que não corresponde à sua própria concepção de vida, ao seu ideal.”[193] Embora o “branco” não tema nem tenha, por enquanto, razões profissionais ou econômicas para temer a competição do “negro”, ele resguarda como pode o antigo sistema de relações raciais. Daí a perpetuação de representações de personalidade-*status* que excluem o “negro”, parcial ou totalmente, de papéis sociais que o colocariam em pé de igualdade racial diante do “branco”.

Contudo, além dessa função estabilizadora de caráter latente, o preconceito de cor produz outros efeitos específicos, onde ele se manifesta de modo mais ou menos ostensivo. Em primeiro lugar, cumpre assinalar que as pessoas racialmente intolerantes reagem com má vontade, avaliam deformadamente e repelem francamente o “negro que sobe”. Assim, nossa abordagem nos mostrou, com muita freqüência, reações do tipo: “ninguém agüenta essa gente quando eles sobem, ficam que não se atura”; “o comportamento do negro que sobe é, em geral, intragável: por se sentir superior começa a se prevalecer da situação e a perseguir os antigos colegas, como se fossem inferiores”, “os negros que sobem ficam insuportáveis”, “eles ficam muito confiados”, “às vezes são um pouco metidos”, “tornam-se excessivamente orgulhosos, convencidos e arrogantes”, “não respeitam ninguém”, “pensam que têm o rei na barriga” etc.

As coisas vão tão longe, que o diretorgeral de uma repartição se apresentou com um escriturário negro, que se classificara em segundo lugar no concurso, a um chefe de seção para indagar “se aceitava este pretinho para trabalhar com ele”. Uma designação sem consulta prévia poderia parecer ofensiva... Outro informante mencionou suas experiências escolares: os colegas humilhavam os professores tidos como “pretos”. “Acham que um preto não pode ocupar um lugar importante, isso devido ao preconceito já existente na família.”[194]

Doutro lado, os dados sugerem que a resistência à aceitação do colega ou do chefe “de cor” nunca vem sozinha. Nesses casos, as pessoas reagem como se estivessem sendo degradadas socialmente pelo simples fato de ocuparem uma posição igual ou inferior ao “negro”. Ficam furiosas; resistem pelos meios possíveis para impedir ou solapar o êxito do antagonista. E não o poupam, nem nos falatórios nem mesmo no convívio pessoal. Parecelhes “uma poucavergonha” tal situação. Os descendentes de famílias tradicionais são mais sensíveis, a esse respeito. Mas os resultados das entrevistas revelam que os descendentes de imigrantes não ficam atrás. Sentem-se “humilhados”, principalmente quando os “colegas de cor” se salientam ou são promovidos. Então, passam a falar em “pistolões”, em “golpes baixos” etc., como fonte de explicação dos êxitos daqueles colegas.

Em segundo lugar, é preciso não perder de vista o que significa o repúdio à aceitação do “negro como um igual”. O descendente de uma família tradicional que detrata um colega por causa da “cor”, e estranha que “um negro possa ser isto ou aquilo”, e o descendente de imigrantes que “se sente roer por dentro” quando “promovem por proteção suja um negrinho incompetente” – sucumbem a sentimentos e a frustrações incompatíveis com a ordem social competitiva.

Desse ângulo, a ascensão social do negro e do mulato adquire o caráter de *experimentum crucis.* De um lado, porque contribui para desmascarar a realidade racial existente. Põe a nu, inevitavelmente, o que fica por trás de acomodações raciais aparentemente “tolerantes”, “abertas” e “igualitárias”. De outro, porque delimita a esfera potencial de tensões e conflitos raciais nas relações entre “negros” e “brancos”.

Por enquanto, o reduzido número de “pretos em ascensão” coincide com uma pletora de oportunidades socioeconômicas. Se essas condições conjunturais se alterarem, é provável que a situação de contato racial se

modifique em direções imprevisíveis. Dois fatos são patentes. A capacidadelimite de tolerância dos “brancos” a uma forte concorrência da “população de cor” ainda não foi posta à prova. E, o que é pior, as resistências à “aceitação do negro em pé de igualdade” contêm um elemento sociopático indisfarçável e irredutível. Esse elemento poderá operar destrutivamente se as atuais condições evoluírem para uma conjuntura que ameace (ou pareça ameaçar) o monopólio do poder pelos “brancos”.

A reação do “negro” à situação de contato e ao que ele próprio caracteriza como “preconceito de cor” ergue, por sua vez, uma barreira considerável aos seus anseios pessoais ou coletivos de mobilidade social vertical. Aqui, temos de distinguir duas manifestações psicossociais distintas. Há uma reação tosca e indiferenciada, que nasce da assimilação e da observância passiva da imagem do “negro” construída pelo “branco”, a qual alimenta ajustamentos espontâneos de alto teor apático. Há, também, uma reação psicologicamente mais elaborada e que é descrita no “meio negro” pelo termo *complexo.* De acordo com as formas de percepção e de explicação desenvolvidas culturalmente, ele se configura como uma realidade substantiva e o verdadeiro motor da dualidade psicológica do negro ou do mulato. O “complexo” como que faria o dr. Jekill se converter em mr. Hyde nas relações do “negro” com o “branco”. Na ânsia de se furtar ao clima moral penoso, projetado em torno de expectativas reais ou imaginárias deste último, o “negro” antecipa atitudes, comportamentos e avaliações que solapam ou destroem suas melhores possibilidades da integração normal à ordem social competitiva.

Portanto, devemos reconhecer certas gradações nos mecanismos reativos à situação de contato. No primeiro nível, o indivíduo aceita e reconhece tacitamente sua “inferioridade”. Não a discute nem a encara como uma afronta moral. Por isso, não vai procurar saber se “existe” ou “não existe preconceito de cor”. Como no mundo moral do escravo ou nos escombros dele, em que a desorganização social permanente se erigiu em estilo normal de vida, ceder se confundia com resistir e sobreviver. No segundo nível, estabelece-se como norma a configuração moral da pessoa. O *negro* e o *mulato* sentem que “não são menos” que o *branco.* O temor das afrontas, das humilhações e da degradação social engendra caminhos tortuosos e ingênuos, de defesa do equilíbrio do *ego* e da dignidade da pessoa.

Os dois tipos de reação foram desmascarados e severamente condenados através da contraideologia racial elaborada pelos movimentos reivindicatórios. Contudo, eles persistiram e se manifestam com intensidade variável no "meio negro" do presente. Quanto mais o indivíduo esteja preso ou identificado com a ordem social tradicionalista, mais ele apela para a capitulação passiva. Doutro lado, quanto mais o indivíduo se apega aos "ideais de vida ordeira", sem contar com condições materiais e morais para pôr em prática o estilo de vida dos "brancos", mais ele se torna vítima do "complexo". O número dos que suportam equilibradamente o impacto da presença e das exigências do "branco" acaba, assim, bastante reduzido.

Segundo estimativas grosseiras e meramente conjecturais, baseadas em experiências restritas,[195] por ocasião da pesquisa, estabelecemos as seguintes proporções: 3/10 das pessoas tendiam para ajustamentos parcial ou puramente tradicionalistas; 5/10 sucumbiam, de um modo ou de outro, às injunções do "complexo"; 2/10 propendiam para modelos mais complexos, equilibrados e autônomos de organização da personalidade, afirmando-se, psicológica e moralmente, de acordo com as disposições competitivas e as concepções igualitárias do "novo negro". Essas proporções insinuam quão poderosas vêm a ser as barreiras subjetivas e dentro de que escala elas operam como forças devastadoras, que comprometem ou arruínam, pela base, os melhores anseios e os maiores esforços de ascensão social da "população de cor".

Já analisamos, no Capítulo 2, os fatores e os efeitos sociais da passividade e do conformismo do "negro". Há pouco interesse em retomar o assunto neste nível da análise. Apenas, convém ressaltar que ambos estimulam ajustamentos pouco congruentes com a natureza da ordem social competitiva, fomentando a persistência de disposições e de avaliações favoráveis à exclusão do "negro" de posições, papéis e garantias sociais desfrutados regularmente pelo "branco". Este percebe o fato. Assim, em nossas entrevistas com brancos colhemos dados expressivos. Houve quem afirmasse que "os negros são em parte culpados do preconceito. Eles tratam a gente como se ainda fossem escravos". Outros observaram que expressões como "Deus que lhe pague" não saem de sua boca e que "eles agem servilmente, diante do branco".

Muitos tentaram, mesmo, explicar o "comportamento servil" ou "subserviente" através da "tara oriunda da escravidão" ou do "complexo de

inferioridade”. Porém, às vezes o “branco” se equivoca em seu diagnóstico, atribuindo a passividade do “preto” às influências reativas do preconceito. A seguinte resposta, selecionada para apresentação, sugere como aquele se representa essa questão:

> O pior é que o preto aceita que o tratem assim. Eles ficam muito desmoralizados e se conformam com tudo. Por isso, em vez de procurarem melhorar, dão escândalo e se exibem na rua, embriagados. Acham que assim fazem bonito e que ninguém se importa com isso, pois eles são uma classe desgraçada. Eles dão razão para os que dizem que preto não presta. Tudo, porém, é conseqüência de se sentirem inferiorizados e desmoralizados.

O próprio “negro”, como teve necessidade de combater os efeitos do conformismo, inerente aos ajustamentos tradicionalistas, percebeu melhor a realidade. Como ponto de partida, muitos asseveram que, nesse nível, o indivíduo não toma consciência do preconceito, sendo ao mesmo tempo ou submisso a certos “brancos” ou independente em relação a eles, não os procurando “para bajular” nem se valorizando através de sua amizade. Também indicam que a superação desse tipo de ajustamento vinculase ao grau de socialização para viver na sociedade inclusiva, fazendo distinções bem conhecidas entre o “negro do eito” e o “negro do sobrado”, o “negro de brim” e o “negro de elite”, o “negro bronco” e o “negro preparado” etc. Outros acreditam que “o negro já traz isso [o servilismo] na massa do sangue”. “Nasceu para ser escravo. Para ser dominado pelo branco. Não sabe agir com independência. E nem pode. Porque se tentar a raça dominante não deixa o preto subir.” “O preto nasceu para capacho deles. Não pode passar disso.”

Há, todavia, os que atribuem o “servilismo” às possibilidades limitadas do “meio negro”:

> O negro não se esforça para aprender. Desde criança, é criado naquele servilismo, pensando que não adianta nada estudar porque a cor corta todas as possibilidades de aproveitamento dos estudos. A mãe e o pai, geralmente, cuidam da criança durante certo tempo, largando-a depois a si mesma, na rua. Crescem sem amparo e sem orientação. Um ou outro, que pretende estudar, esbarra com a oposição dos pais. Para quê? Negro nasceu pra trabalhar! Nunca há de passar disso! Essa falta de estímulo faz com que os rapazes, que tentam estudar à noite, por sua conta, não cheguem até o fim. Logo no começo, um ou dois meses, desistem. Não têm coragem para insistir, pois apontam as dificuldades e consideram os esforços necessários pouco compensadores.

Como relatou um dos entrevistados, torna-se difícil identificar e vencer a fonte do imobilismo, oculta atrás da concepção generalizada de que "negro nasceu pra isso mesmo": "Os brancos dominam a sociedade e deixam de proteger [de conferir reconhecimento de valor a] os negros e por isso os prejudicam. Claro: e não poucos. Não, *o que acontece* é *que eles têm no sangue esse passado e não acreditam que possam fazer as coisas tão bem quanto os brancos. Eumesmo demoreipara descobrir que podia fazer e melhor, muitas vezes*".[196]

Em torno de especulações desse gênero se cristalizaram duas convicções. Uma, o "negro é culpado" da situação em que se encontra. Conforma-se com o "servilismo" e "não procura subir", condenando-se a um isolamento improdutivo. Outra, que o "preconceito do branco" nasce, em parte, por "culpa do negro". "É que antes o preto não freqüentava esses lugares [bares, restaurantes, jardins, clubes, lojas, barbearias, hotéis etc.]. Agora, pensa que é proibido entrar neles. Isso fez com que o branco se acostumasse a excluir o negro e os levou a se acostumarem com o preconceito do negro [pensar que é proibido freqüentar os mencionados lugares]. Assim, são levados a pensar que não devem receber os negros em seus negócios."

As duas convicções são pouco realistas. Mas elas comprovam que o "negro" sabe representar-se os efeitos perniciosos da acomodação passiva. Ela o afasta tanto da competição com o "branco", quanto da ascensão social e das formas de participação da cultura que ela possa garantir socialmente.

O "complexo" produz efeitos análogos, com a diferença que entram em jogo "pessoas esclarecidas", ou seja, beneficiadas de um modo ou de outro pela mobilidade vertical e pelo alargamento resultante do horizonte cultural.[197] Em nossas sondagens, descobrimos que o próprio "branco" possui alguma sensibilidade para com "o complexo do preto". Além disso, seus procedimentos diante do "negro humilde", cujos ajustamentos são regulados pelas concepções tradicionalistas, revelam nítida simpatia pelo comportamento "educado", "polido" e "respeitoso" a que o "complexo" dá origem. Encanta-o o tratamento cerimonioso e a capacidade de "colocarse em seu lugar", espontaneamente, que separa o "negro complexado" do "negro boçal" ou "inculto", sem prejuízos graves para a "tradição de hierarquia".

Contudo, atento às gradações, o "branco" não atribui essa modalidade de conformismo nem à "massa do sangue" nem à "tara da escravidão".

Entende-a, objetivamente, como efeito dos padrões vigentes de relações raciais. Assim, numa das entrevistas, um branco, descendente de italianos, explicounos que “existem pretos inteligentes”, que “merecem confiança” e “conseguem posições de realce”. Salientou, todavia, que “os próprios pretos sentem a inferioridade da cor diante dos brancos. Eles sabem que não são iguais e se conformam com a situação em que vivem”.

Semelhante explicação parece ser generalizada, pois reapareceu em outras entrevistas de modo mais ou menos elaborada. Uma jovem, descendente de família tradicional mas pertencente à classe média, declarou ao entrevistador:

> Considero pretos e brancos como iguais. Como seres humanos estão sujeitos às mesmas reações, face às diversas situações em que estão colocados. Assim, tanto um como o outro, se tiverem oportunidades dentro da sociedade, poderão vencer ou fracassar. Entretanto, o preconceito de cor, bastante atenuado atualmente, ainda é um obstáculo muito grande a ser vencido, eis que os próprios pretos, quase em sua maioria, aceitam-no como uma condição inevitável, limitando as suas pretensões e colocandose, a si próprios, numa situação de inferioridade.

Outro sujeito, descendente de italianos e de paulistas de “cepa velha”, formulou avaliações dignas de nota. Perguntamos por que o preconceito se mantinha tão forte. “É por causa do complexo dos negros.” “Então, os negros têm um complexo?”

> Não é isso. Os brancos é que criam o complexo neles. Só acham que o preto serve para o samba e para roubar. O preto perde a confiança em si. Mas veja o que está acontecendo. Os ladrões e assassinos que a polícia está prendendo agora não são pretos. São húngaros, alemães, americanos, todos gente de raça superior, como eles falam. Os pretos não andam metidos nisso.

O “negro” desenvolveu, naturalmente, percepções e explicações mais profundas. De um lado, representa o “complexo” como “uma doença”. Ela se manifesta sempre que os indivíduos “metem na cabeça que tudo que os brancos fazem é produto do preconceito” e que “sofrem muito por causa disso”. Portanto, ele é percebido e explicado como uma espécie de preconceito reativo – como um “preconceito no negro”, que responde ao “preconceito do branco”, impulsionando o primeiro ou a assumir os comportamentos esperados pelo segundo ou a se privar de certos “direitos”, apesar de sua posição social. Por essa razão, os que superam o “complexo”

apontamno como uma reação ultrajante, que “só eleva o branco”, expondo o “negro” mesmo nos seus dramas íntimos, a temêlo e a engrandecêlo. Com notável objetividade, insinuam que desse modo o próprio “negro” se põe “à margem da sociedade”, apegandose a atitudes e a comportamentos que já podem ser superados, com ou sem a anuência dos “brancos”. De outro, interpretamno como uma técnica de ajustamento. Sabem que, para a maioria, ele constitui uma “desculpa” ou uma “justificação” para os “fracassos” ou os “desapontamentos”. É mais fácil dizer que o preconceito é responsável por isto ou por aquilo, que admitir uma realidade chocante, envolvendo as aptidões do indivíduo para se ajustar às exigências da situação. Sabem que, em alguns, ele não passa de “esperteza”: um meio malicioso de “tirar o corpo” de experiências desagradáveis.

É o que acontece com os que logram varar certas resistências e conquistar empregos vantajosos, bem remunerados e com algumas perspectivas futuras. Aí se separam duas formas de objetivação do “complexo”. Há os que se atormentam e sofrem terrivelmente, com as manifestações reais ou imaginárias do preconceito de cor; e os que se identificam com o “branco”, negando no nível da verbalização a sua existência mas procedendo, na prática, de maneira a evitar as suas conseqüências e, até, a tirar proveito lucrativo dele.

Nas avaliações correntes no “meio negro” surgem, por isso, certas gradações. Ao mesmo tempo que se exterioriza certa simpatia pelos “torturados”, que são suas “vítimas lamurientas”, atacase com virulência os que usam o “complexo” com sagacidade, como “expediente indigno” para forçar acomodações vantajosas. As tonalidades da desaprovação variam muito. O “negro” ligado ao mundo tradicionalista as formula ingenuamente; reprova o “orgulho” dos antigos companheiros, amigos ou parentes, que deixaram a “riqueza virar sua cabeça”. O “novo negro”, que se afirma através de concepções competitivas e igualitárias, equaciona-a em termos de “traição à raça”; reprova tanto “a bajulação dos brancos”, quanto o “esnobismo” e a “falta de caráter” que enxerga por trás dos ajustamentos evasivos e ostentatórios.

O que nos interessa mais, entretanto, são os modos de ser, de pensar e de agir dos “negros complexados”. Em sua maioria, reagem às manifestações reais ou imaginárias do preconceito de forma autopunitiva. Como temem que sua presença seja desagradável aos “brancos” e que suas ambições

sejam repelidas, evitam como podem as situações de contato, especialmente com pessoas tidas como “estranhas” e de “posição mais elevada”. Em regra, também evitam a discussão aberta do preconceito e de seus fundamentos, com medo de que a rejeição não se dê apenas por causa da cor, mas por “algo pior”. Em conseqüência, não se dispõem a competir irrestritamente com o “branco”, restringindo seriamente suas oportunidades de profissionalização e de ascensão social.

Pelo mesmo motivo, raramente acumulam os conhecimentos e as habilidades requeridas pelas carreiras desejadas (ou escolhidas sob a pressão das circunstâncias). A sucessão de “fracassos” e o êxito ocasional muito raro se convertem numa constante, em seus perfis de carreira. No entanto, os “fracassos” provocam reações características de autodefesa; eles não “destroem as esperanças”. São explicados, em termos categóricos, pelo “preconceito”, pela “má vontade” ou pelo “medo” dos “brancos”. Num plano, este monopolizaria os “melhores empregos”; em outro, anularia as oportunidades de promoção do “negro”, negandolhe reconhecimento social de seu “valor” e de sua “competência”.

Em centenas de casos pudemos verificar até que ponto essa tendência constitui um padrão reativo. Ao sofrer a “recusa”, a pessoa se considera “desfeiteada”, “humilhada” e “prejudicada”. Retraise. Depois, as explicações que elabora encontram acolhida no círculo de amigos e de parentes, operando a indignação resultante como uma sorte de conforto moral.[198] A pessoa “tenta de novo”, até lograr um ajustamento favorável ou até perder “todas as esperanças”. No decorrer desse processo, por vezes prolongado, adquire ou aperfeiçoa a competência mínima, para fazer face aos requisitos intelectuais ou técnicos dos empregos almejados, e com freqüência “faz relações” com pessoas da mesma cor ou com “brancos” em condições de ajudála.

De qualquer maneira, o êxito surge num tal contexto de ansiedade, de decepções e de frustrações, que no fim os beneficiados já se acham “amargurados pelo resto da vida” e “com medo de tentar a sorte”. Poucos são os que possuem reservas morais suficientes para enfrentar novos embates, seja para conseguir “um emprego melhor”, seja para “obter promoção no emprego”. Em vez de concentrar os esforços no sentido de alargar seus papéis sociais e de galgar “posições mais importantes”, a maioria se dedica, penosamente, à tarefa de defender a situação

conquistada. Uns dizem que “as cicatrizes não deixam”; outros falam que “o negro deve se contentar com o que tem”. O fato é que se tornam “recalcados”,[199] encarando o mundo em que vivem através de um desalento mudo, pessimista e inibitório.

O pior é que essa orientação, alimentada pelo desejo de evitar a todo custo “novas humilhações”, conduz a acomodações passivas, que reduzem extremamente os níveis de aspiração da “população de cor”. Em não poucos casos, deparamos com negros e mulatos que exerciam, de fato, obrigações e tarefas pertinentes a cargos mais complexos e melhor retribuídos. Todavia, sem que se dispusessem a forçar a atribuição formal do *status* correspondente, contentandose com a remuneração e o prestígio de empregos ínfimos. No íntimo, “remoem suas desilusões”, “torturamse” e “vivem amargurados”. Raramente reconhecem que deixam de tomar as iniciativas apropriadas (isso exigiria a superação dos “recalques”) e se contentam em projetar nos “brancos”, em suas reflexões ou em confabulações com os amigos e parentes, as causas diretas de suas frustrações.

O seguinte depoimento é ilustrativo: “Montei o escritório porque, cansado de ser preterido numa firma, depois de recorrer à Justiça do Trabalho e perder a causa, pedi demissão. Colegas da mesma época tinham ordenados quatro vezes maiores que o meu, de mil e duzentos cruzeiros”. Sobre a explicação do comportamento dos empregadores, afirma: “Seria melhor dizer por falta de proteção[200] minha. Isso é sempre assim. Quando o negro precisa de proteção ninguém a dá”. Na verdade, porém, poucos conseguem dominar a “inibição” e os “ressentimentos pessoais”, o que os força a “vegetar nos maus empregos”. Como se consideram “postos de lado”, colocamse voluntariamente à margem da competição com os “brancos” e com os raros “negros” que “vencem na vida”.

Tal modalidade de acomodação não impede, entretanto, que sejam variavelmente manipulados pelos “recalques” represados. Isso transparece de duas maneiras. Primeiro, na preocupação ansiosa de evitar atritos ou queixas nas relações com os “brancos”. Daí a aparente “docilidade” e o “servilismo”, imputados ao “negro” pelo “branco”, e que não passam de mecanismos reativos de autodefesa. Segundo, no temor de “encher as medidas” e de “explodir”. Cada um teme esse instante imprevisível de ajuste de contas com o “branco”.

Há, no consenso geral, uma clara compreensão de que a “violência do negro” possui raízes psicológicas. “Ele toda hora é espezinhado e humilhado pelos brancos.” Chega um momento em que acha que já não pode mais “engolir os desaforos feitos aos filhos, as dificuldades que tem na vida profissional etc.”. Os próprios “negros” acham que as “explosões de violência” mostram “os seus recalques”. Como sabem que “a corda rebenta do lado mais fraco” e conhecem as conseqüências irreparáveis de semelhantes “explosões de violência”, fazem esforços desesperados para se conter e se isolam o mais possível do “branco”. Esse “pavor” de “perder a paciência” e “de explodir” é ainda mais importante, na regulamentação do imobilismo e da acomodação voluntariamente passiva do “negro”, que a “vontade de agradar os brancos”. O fato é que ele fecha o círculo vicioso que faz com que o “negro” não aproveite ou, então, aproveite mal as oportunidades de ascensão sociais, que conquista a duras penas.

No outro extremo, situase o reduzido número de “negros complexados”, que fez do desajustamento psicossocial uma modalidade compensadora de acomodação racial. Em regra, são “pessoas instruídas”, que “sabem se defender”. Por essas razões, possuem recursos intelectuais suficientes para pôr em prática mecanismos reativos de defesa dotados de alguma eficiência. Não só por levarem em conta os fatores, os efeitos e as possibilidades de neutralização do “preconceito de cor”; mas, ainda, por responderem, dinamicamente, às perspectivas concretas de fortalecimento ou de melhoria do *status* adquirido.

Seu afã também se concentra na luta pela preservação das posições conquistadas; tanto em termos dos ajustamentos aos deveres ocupacionais, quanto no das relações com os “brancos”. Contudo, a ânsia de consolidar “um nível alto de vida” desencadeia atitudes, comportamentos e avaliações que favorecem certas disposições à elevação crescente da renda, ao aumento do prestígio e à competição confinada com o próprio “branco”.

Algumas passagens de uma entrevista, que realizamos com um sujeito característico, permitirão esboçar melhor o quadro de ajustamentos, a mentalidade e as disposições psicossociais desse tipo de personalidade. Como sucede freqüentemente, negou que tivesse se defrontado, alguma vez, com obstáculos nascidos do “preconceito de cor”. “Não tem acontecido comigo. Tenho ouvido falar muito em que ele existe. Mas comigo não. Até me esqueço que sou negro.” Não obstante, fez relatos que contrariam essa

afirmação (o que também é típico). Depois de ser reformado como sargento do Exército, tentou “fazer carreira” como marceneiro; mais tarde, porque aquele projeto falhara, aceitou um emprego, como servente, num Instituto Universitário de Química. Virase forçado a abandonar as pretensões de ser marceneiro porque os mestres, em sua maioria italianos e alemães, preferiam os candidatos da mesma nacionalidade, preterindo-o sistematicamente.

Disse que se sujeitou ao emprego como servente, que estava muito abaixo de sua cultura e possibilidades, porque não tinha alternativa. Descobriu, porém, que “encontrara ambiente para subir”. Esforçouse por aprender a lidar com os aparelhos do laboratório de química biológica, de cuja limpeza devia cuidar. No início, o técnico, de ascendência italiana, apoiou o seu esforço e procurou auxiliálo. “Quando viu que eu era mais culto e que poderia prejudicá-lo, deixou de ajudar-me e inclusive intrigou-me com o chefe.”

Contou, minuciosamente, como foi perseguido por aquele técnico. “Ele não podia impedir-me que observasse as manipulações. Encostei-me também aos alunos. Aprendi assim o que foi possível.” Com o tempo, conseguiu se tornar prático, primeiro com uma suplementação de 1/3 do salário de servente; mais tarde, com a remuneração integral e as vantagens do cargo. Quanto ao seu estilo de vida, esclareceu que procura desfrutar o padrão de vida que lhe é assegurado por sua renda e posição social.

Suas explicações mostram, no entanto, como operam os mecanismos reativos de defesa associados à cor. “Quando sei que num lugar qualquer existe preconceito ou desconfio que não recebem o negro, não vou. Tomo muito cuidado. Quando saio com a esposa, só entro em firmas seguras quanto à aceitação.” Deixou claro que procede assim para evitar atritos com os brancos. “Sei que se não for atendido e reclamar, chamando a atenção dos responsáveis, logo dizem – ‘é negro mesmo!’ ‘logo se vê que é negro!’ etc. Para evitar isso, não vou.”

Só se apresenta cuidadosamente vestido com sapatos bem engraxados e a camisa engomada. Contudo, ao mesmo tempo que se afasta dos “lugares onde há seleção”, também se afasta dos botequins, “onde há rodas habituais de patrícios bebendo”.[201] Procura ser afável, atencioso e refinado, enfim, o protótipo do “homem de boas maneiras”. Insiste em freqüentar, sozinho ou em companhia da esposa, restaurantes, salões de chá e teatros;

evidenciou que habitualmente dá boas gorjetas, “para que os garçons saibam que sou uma pessoa que pode ir àqueles lugares” e “para que me tratem bem nas outras vezes”. Delicia-se com o interesse que desperta entre os freqüentadores do teatro e com o espanto que eles revelam:

> Não por causa do preconceito. Mas porque é raro ver-se um negro de poltrona e bem vestido no teatro. Logo pensam que sou alguém importante, decerto um deputado. [...] Nas vendas, procedo com dignidade para cativar a confiança dos vendeiros. Estes em geral são imigrantes e trazem idéias diferentes de sua terra. Têm preconceito, embora lá fossem uns pésrapados. Aqui se julgam superiores e tomam ares contra os negros, com base em experiências negativas. Procedendo como procedo, logo mostro que não sou como os outros negros. Mas que possuo educação e tenho uma noção exata dos meus deveres.

Quanto às relações no “meio negro”, frisou:

> evito o contato freqüente com os antigos amigos, que ficam em rodas nos botequins, se embriagam ou são malvistos. Não pretendo magoálos nem chocálos. Cumprimento-os, troco algumas palavras com eles e trato de dar o fora. Alguns me criticam, dizendo que eu sou cheio de história. Mas nunca fui de muita conversa [...]. Eles não compreendem que com o tempo a pessoa sobe e não pode mais manter as mesmas relações, mesmo que gostasse de fazê-lo.

Eis por que se afasta dos botequins e das rodas de bebedores inveterados: “Quando me encosto em um balcão, para fazer uma compra ou tomar um drinque, é sempre em estabelecimentos nos quais posso ser visto. Ninguém dirá: ‘Ora, sim senhor! O P. na porta de um botequim!’. Ou ‘quem diria que o P. andava metido com gente dessa laia’”. Também são dignas de nota as indicações que forneceu a respeito do “negro que sobe”: “Ele não sabe se cai para cá ou se cai para lá”. Em seu entender, seria ao mesmo tempo atraído e repelido tanto pelos “patrícios”, quanto pelos “brancos”:

> Os patrícios ficam quase sempre melindrados com as conseqüências da ascensão do amigo. Inevitavelmente, precisa mudar de hábitos. Começam a considerálo com hostilidade, embora velada, como estando cheio de histórias. Designam-me, por ridículo, como negro metido a branco. Com os brancos, o choque nasce da competição. O negro que quer subir sabe que precisa fazer força. Encontra colegas brancos que atingem uma certa posição e ficam satisfeitos. Não estudam mais. Em conseqüência, vêem sua posição ameaçada pelo colega negro. Daí os choques e os malentendidos. Trata logo de prejudicar o negro e de impedir, por todos os meios, que tenha sucesso na sua carreira.

Esses excertos são suficientes para sugerir como as coisas se desenrolam. O indivíduo se sente atraído para o mundo social dos “brancos”, mas não encontra nele um nicho para si e sua família. Quer se afastar do “meio negro”, como condição da afirmação material e moral de sua ascensão social. Como se limita a colher as vantagens ou os proventos imediatos dos êxitos obtidos, cai nas malhas de suas concepções oportunistas. Em conseqüência, o “complexo” acaba ferindo-o e prejudicando-o talvez ainda mais profundamente que aos outros, que não conseguem manipular os “recalques” de forma vantajosa. De qualquer maneira, também fica bloqueado, gastando suas energias e imaginação no esforço estéril de equilibrar as aparências do *status quo* estabelecido, perdendo oportunidades verdadeiramente frutíferas para “continuar a subir”.

Em seus projetos de ascensão social, o negro e o mulato também se defrontam com compulsões psicossociais negativas, herdadas pela participação da própria subcultura do “meio negro”. Para os propósitos desta análise, bastaria ressaltar algumas conexões mais importantes.

Primeiro, certas compulsões que gravitam em torno de uma avaliação básica, segundo a qual “não adianta muito ao preto querer subir, porque fica sempre preto”.

Essa avaliação possui vários significados. Ela tanto quer dizer que o “preto” não se livra de seus “complexos”, “recalques” ou limitações pessoais, quanto será sempre encarado e tratado como “preto” pelos “brancos”. Os entrevistados negros e mulatos evidenciaram um rol de atributos, que justificaria aquela avaliação: “falta de vontade firme”, “inconstância”, “não ter coragem para se fazer valer”, “incapacidade de mando”, “não saber dirigir”, “falta de iniciativa”, “ser vítima do medo”, “incapacidade de convencer os outros”, “incapacidade de obter confiança”, dos “brancos” e do próprio “negro” etc.

No fundo, esses atributos, representados como qualidades negativas, inerentes ao caráter do “negro”, constituem produtos dinâmicos dos tipos de personalidade-*status* atribuídos ao negro e ao mulato socialmente. Eles não envolvem ou restringem seriamente a aquisição de certas atitudes, comportamentos e aptidões, que são essenciais para o desempenho de certos papéis sociais na sociedade inclusiva. O negro e o mulato retêm o problema no nível dos efeitos diretamente visíveis, como se as dificuldades de ajustamentos, herdados socialmente, fizessem parte da própria estrutura

psicobiológica de sua personalidade. Doutro lado, enfatizam a variável que não podem controlar: as atitudes, os comportamentos e as avaliações dos "brancos".

Na medida em que muitos ajustamentos à ordem social competitiva dependem das disposições, da compreensão e da solidariedade do "branco", a ascensão social poderá ser inócua para diversos fins. Nesse sentido, o "negro", de fato, "sempre fica sendo preto". Enquanto o "branco" não alterar suas imagens do "negro" este será encarado e tratado, fatalmente, em termos de representações de personalidades-*status* que nunca levarão em conta a situação concreta das "pessoas de cor".

Essa maneira de perceber a realidade opera, pois, de forma destrutiva. Seja porque fortalece convicções desalentadoras, de teor irracional; seja porque predispõe o "negro" a se ver através de uma imagem de si próprio que foi construída pelo "branco", sob a égide do regime servil.

Segundo, o egoenvolvimento nas expectativas de comportamento e das perspectivas de carreira criados por semelhante imagem conduz, por sua vez, a ajustamentos variavelmente irracionais. Formamse certas convicções elementares, que impelem os indivíduos a crer que "o negro não tem cabeça" ou, pelo menos, que "os pretos, em geral, são inferiores aos brancos". Aí, penetramos na própria base psicossociológica do "complexo", que consiste em admitir como inata ou insuperável certa inferioridade do "negro" em relação ao "branco". Pouco importa o fundamento dessa convicção. Tanto faz que os indivíduos pensem que "negro nunca dará para essas coisas"; ou que ele acredite, com gradações: "A gente vê que os pretos são inferiores ao branco. Não por serem pretos. Isso é da cor, que a gente tem ao nascer. Mas preto não consegue subir como branco. Não sei se não tem cabeça, ou porque precisa trabalhar cedo".

O essencial é que tal convicção alimenta ajustamentos contraproducentes e anacrônicos. Nela reside a fonte dinâmica de decisões ou de ações irreparavelmente funestas à integração do negro e do mulato à ordem social competitiva. Assim, nela achamos explicação para certas proibições drásticas, que tolhem as aspirações de carreira dos jovens. Já mencionamos um caso antigo. Um pai que, em 1926 ou 1927, impediu o filho de estudar contabilidade. "Por que vai se formar para contador? Negro tem que ser mecânico, bom carpinteiro."

Vale a pena lembrar esse fato, pois ele se reproduz diariamente. Em diversas entrevistas topamos com exemplos dramáticos, em que os pais aparecem em conflito com os filhos, porque não aprovam escolhas de ocupações que excedam os limites dos “trabalhos de negros”. Um dos casos merece ser citado. Em documento pessoal, uma informante branca afirma:

> Uma moça de cor, filha da lavadeira de minha casa, tem como maior ambição de sua vida aprender datilografia e empregarse na cidade. A família tem um nível de vida muito modesto e essa é a única das filhas que evidenciou tal inclinação [isto é, uma inclinação para profissão situada completamente fora da profissão geral do resto da família; lavadeira, cozinheira etc.]. A mãe apesar de sua resistência não a permite matricularse numa escola, pois conforme me disse já conhece diversos casos de moças de cor que foram empregarse em escritórios e que não foram aceitas por causa da cor. E o que ela [mãe] quer é simplesmente poupar à filha uma desilusão tão grande ainda que isso custe um aborrecimento. Procurei convencêla do significado de tal desilusão para a moça, procurei mostrarlhe os inconvenientes de sua atitude, mas não o fiz com muita insistência e com menos convicção, pois perguntava a mim mesma se teria eu o direito de estimular essa moça para oferecerlhe o quê? Para apresentarlhe que perspectivas? Tal estímulo teria sido, a meu ver, um ato desumano. Mas quando penso nele fico também a pensar se mais desumano não seria deixar essa jovem sem nenhuma oportunidade de ascensão, sem nenhum horizonte de progresso.[202]

Acresce que, além dos pais, pela mesma razão, outros parentes, amigos e conhecidos do “meio negro” fazem pressão no mesmo sentido, visando dissuadir os jovens a “deixar de besteira”, quando intentam estudar ou obter melhores empregos. Logo lhe dizem: “deixe disso”, “é bobagem”, “não adianta nada”, “vê lá se isso é para seu bico”, “você está perdendo seu tempo, os brancos não dão empregos importantes para nós” etc.

Terceiro, o deslanche pessoal para a ascensão se torna muito difícil. Depois que o indivíduo consegue vencer as barreiras psicológicas, que se erguem dentro dele e no ambiente, restalhe travar uma luta amarga e sem fim com os que estão conformados ou satisfeitos com a “vida de negro”. Como as oportunidades de ascensão são limitadas, o grosso encara com ressentimento ostensivo as tentativas do companheiro, avaliando-as, literalmente, como um esforço para “deixar de ser preto”. Há clara consciência de que o êxito implicará na perda do companheiro, que ele acabará tendo “vergonha” dos seus parentes e amigos e, o que lhes parece intolerável, ficará “metido a branco”. Por isso, além de sabotar seus projetos, negamlhe qualquer apoio material ou moral, por mínimo que seja.

Tudo se passa como se existisse um rancor surdo e invisível contra o que "quer subir" e pretende, portanto, "deixar de ser negro" socialmente falando. Nas entrevistas com negros e mulatos, que estavam empenhados em "mudar de vida" e em "ficar gente", ouvimos confidências tristes, que soavam como uma condenação do "negro" pelo "negro": "preferem apoiar um branco a um homem da mesma cor"; "têm despeito de ver outro preto subir"; "um preto não ajuda o outro", "é mais fácil que se combatam que se auxiliem mutuamente"; "não agem cooperativamente nem se estimulam uns aos outros"; "nem sempre o preto é amigo de sua raça"; "o mal com os pretos é que eles são em geral inimigos de sua raça" etc.

Como não existe solidariedade, sequer para fins mais simples, não sabem enfrentar as situações que se criam quando alguém tenta se furtar à "sina do negro". Não abominam nem hostilizam a pessoa; mas aos seus projetos e às suas ambições, que ameaçam a integridade e a continuidade da "raça". Portanto, indo-se ao fundo das avaliações e das reações, descobre-se um rude apego amoroso, que enlaça os homens em sua desdita. O ressentimento, a incompreensão e o rancor não deixam, porém, de produzir os seus efeitos. O indivíduo que "quer subir" se vê embaraçosamente isolado, sem ter onde se apoiar ou para quem se voltar, em seus tateios "por um futuro melhor". Acaba pensando que "os outros têm inveja dele" e que "entre os negros é assim mesmo – cada um por si e Deus por todos". No conjunto, graças a esse entrechoque de "avaliações contraditórias, torna-se mais fácil "desistir de lutar", que "ter vontade firme". O que constitui uma conseqüência paradoxal, pois aparentemente as influências psicossociais do ambiente deveriam ir na direção oposta.

Quarto, é preciso considerar, também, o reverso da medalha. Em regra, o "negro que sobe" capitaliza somente para si. Não só as avaliações favoráveis do "branco" ficam confinadas, deixando de beneficiar a "raça negra" ou "o negro em geral". Os indivíduos, de acordo com os proventos reais de seu êxito, separamse de fato do "meio negro". Isolamse e escudamse nesse isolamento para defender o *status* adquirido. Quando muito, reintegramse em círculos sociais exclusivistas, de "negros de elite", que abominam a "massa negra", sua situação socioeconômica e seu estilo de vida.

As razões desse comportamento já foram mencionadas. O "negro rico" precisa se defender dos "chupins", que o arruinariam fatalmente; e tem pela

frente um duro combate, para se impor moralmente ao “branco” e ao próprio “negro”, em sua nova condição social. O afastamento chega tão longe que, numa entrevista, o sujeito negro declarou que conhecia casos de “pretos que subiram muito”. Mas se recusou a nomeálos: “porque eles poderiam não gostar da gente andar dizendo que eles são pretos e mulatos”. O que importa assinalar, aqui, não é tanto a ruptura moral acarretada pela ascensão social, nos dois pólos, do indivíduo em ascensão e do meio social a que pertencia, mas a repercussão dessas conseqüências na subcultura do “meio negro”. Deixa de se estabelecer e de se consolidar, assim, uma tradição característica de grupos sociais em mobilidade vertical, com tudo o que isso significa em termos de identificação das pessoas com certos alvos ideais, compartilhados coletivamente, acima das diferenças de realização pessoal e dos níveis sociais. A ausência dessa tradição favorece o extremo isolamento da “elite negra”, que se alheia cada vez mais dos dramas humanos do seu “antigo ambiente”. Doutro lado, contribui para consolidar a propensão geral a se avaliar a própria ascensão como uma espécie de traição, que ameaça a integridade e a continuidade do “meio negro”.

Quinto, nesse contexto moral, de ressentimento e avaliações contraditórias, surgem tendências à retaliação ultradesmoralizadora. O “negro de elite” se apega a uma visão exclusivista do mundo, que lhe confere o direito de ignorar o seu passado e de representar-se o problema do negro como um “caso de polícia”. Os “negros desclassificados e vagabundos” são descritos sem nenhuma comiseração. A “poucavergonha” que impera no “meio negro” representa um fardo difícil de carregar – ao mesmo tempo, uma afronta pública e uma ameaça ao *status* adquirido do “negro de elite”. Por isso, este acha que “a polícia devia fazer uma limpeza na sociedade negra. Devia livrála dos maus elementos. Prender todos eles e mandálos para trabalhar no interior”.

Em compensação, o “negro dependente” ou “pobre” não se mostra mais cordato. Ridiculariza o companheiro que pretende se expungir do “pretume,” pela via do prestígio social. Não aceita seu código ético de *novo rico*; repele suas manias de sobriedade e de decência, desmoralizando-as: “deixa de histórias”, “já não te conheço”, “preto metido a branco” etc. E lhe dá cruelmente o troco nas avaliações deformadas. Uma das pesquisadoras surpreendeu uma ocorrência característica: o sujeito da entrevista, uma mulata, chegou “revoltadíssima”: “Vi agora mesmo uma negra toda de

capote de peles e com anéis! Parecia uma macaca! Que absurdo, deviam proibir estas coisas. Isto não é para negro!". Como a pesquisadora tivesse retrucado, provocativamente, que nada havia de mal nisso, ao contrário, ela explodiu: "Ah! A senhora é pela democracia, não? Na democracia até negro é gente, não? Pois para mim não pega, eu odeio essa gente suja e fedida!".

Outro investigador registrou o desabafo de um entrevistado, que se ressentia do "exibicionismo" das freqüentadoras de certa sociedade. "Não se pode mais ir a tal lugar. Anda cheio de negrinhas pernósticas!" Os exemplos poderiam ser multiplicados. O que já vimos é suficiente para insinuar que se esboça um preconceito recíproco do "negro contra o negro" e que semelhante preconceito repercute, sociopaticamente, no equilíbrio do "meio negro". Ergue empecilhos à diferenciação interna da "população de cor" e converte, decididamente, a ascensão social numa empresa individual, tão arriscada quanto desprotegida.

Essas conclusões permitem retomar um tema que perturbou seriamente os líderes mais responsáveis dos movimentos reivindicatórios. Em face das resistências dissimuladas ou ostensivas que os "negros" opunham aos propósitos altruísticos daqueles movimentos, eles se viram diante de um dilema: "Seria o próprio negro o inimigo do negro?". A análise das compulsões que ora nos preocupam mostra que (embora o "negro" não seja, conscientemente, o seu próprio algoz) é quase inevitável que ele contribua, de uma maneira ou de outra, para dificultar o seu próprio caminho, no processo de integração à ordem social competitiva.

Ainda aqui, o que há de sociopático nas condições e efeitos psicossociais apontados precisa ser atribuído a uma herança social inadequada. Parece fora de dúvida que o "negro" continua a ser vítima do ponto de partida que lhe deram na sociedade brasileira. Os mesmos fatores que explicam a apatia social e a desorganização social permanente, na fase formativa e de consolidação da sociedade de classes em São Paulo, também explicam certas barreiras psicossociais que impedem ou solapam, no presente, o aproveitamento construtivo das oportunidades de ascensão social, criadas pela ordem social competitiva. Faltamlhe experiências elementares no uso de técnicas sociais que conferem aos "brancos", de origem nacional, estrangeira ou mista, aptidões para competir cooperativamente e para cooperar competitivamente.

Em vista disso, não só não se forma uma tradição de mobilidade vertical no "meio negro". Acontece algo pior. Os projetos individuais de ascensão social colidem fragorosamente, como se o êxito de alguns agigantasse o malogro de todos. Uns se sentem *traídos*, outros *renegam* a sua "raça". Todavia, o significado histórico desse drama é bem mais amplo, como foi posto em relevo pela contraideologia dos movimentos reivindicatórios. A curto prazo, parece que o "negro" apenas compromete o seu destino na ordem social competitiva. A longo termo, porém, ele perde muito mais, condenando-se à condição de vítima muda, passiva e indefesa do "preconceito de cor", cuja existência ele é o primeiro a verberar. Em suma, as compulsões psicossociais consideradas impelem o "negro" a ajustamentos de cunho nuclearmente irracional, como se ele tivesse fortes interesses em se identificar com o padrão brasileiro de desigualdade racial e como se a ordem social competitiva fosse irrelevante para a modificação do sistema de relações raciais, construído ao longo do passado escravista.

Ao lado dos quatro tipos de barreiras, que acabamos de descrever, e que interferem de modo decisivo na limitação e no solapamento da ascensão social do negro e do mulato, cumpre assinalar também a influência de fatores diferenciais e a qualidade dos efeitos dos mecanismos oficiais de intervenção e de controle.

Quanto ao primeiro ponto, bastaria mencionar o fato de que, dadas as condições econômicas, sociais e culturais do "meio negro", diferenças mínimas no grau de integração da família, da situação econômica e do nível educacional acabam se associando a diferenças desproporcionalmente consideráveis de aproveitamento efetivo das oportunidades existentes. Duas constantes se evidenciaram nitidamente. De um lado, as gradações da cor da pele possuem alguma importância na graduação da tolerância e das disposições cooperativas dos "brancos". Embora alguns "brancos" resistam de maneira hostil aos mulatos, a maioria prefere "dar uma oportunidade" aos "pretos mais claros". Em conseqüência, o mulato consegue assimilar mais depressa e com maior facilidade as experiências requeridas para os ajustamentos à vida prática, nos planos em que eles devem se desenvolver. De outro lado, independentemente das gradações da cor, as dificuldades mais intensas afetam aos homens. Embora a mulher encontre barreiras sérias quando tenta se ajustar a ocupações que não são entendidas como "serviços de preta" (trabalhos de copa e cozinha, lavadeira, arrumadeira

etc.), o homem tem de enfrentar de maneira mais dura e aberta as conseqüências da competição com os operários e profissionais "brancos". Por isso, as avaliações e os estereótipos negativos prejudicamno de forma severa, em escala bem mais destrutiva do que sucede com a mulher. Fora disso, três tendências parecem características.

Primeiro, muito mais importante que a "proteção paternalista do branco" vem a ser a participação prévia em sua herança sociocultural e em seu estilo de vida. Como no passado, em que o "negro de sobrado" levava vantagens sobre o "negro do eito", nas tentativas de adaptação à "vida livre", no presente, o "filho de criação", o "cria da casa" ou o simples "filho da empregada" pode alargar consideravelmente suas perspectivas de carreira se a "família branca" lhe der assistência material e moral. As histórias de vida e as entrevistas, feitas para caracterizar os perfis de carreira, demonstraram fartamente essa conexão. O envolvimento na "vida do branco" abre possibilidades de socialização que conferem aos beneficiados um discernimento mais seguro do que "pretendem fazer", meios adequados para atingir os fins colimados e, especialmente, maior maturidade no conhecimento e no uso das técnicas sociais requeridas pelos ajustamentos a serem praticados.

Segundo, a "família negra integrada" representa uma alternativa para essa influência diferencial. Quanto mais a "família negra" se aproxima dos modelos de organização da "família branca", maior vem a ser sua eficácia na socialização do menor e no amparo às ambições dos jovens. Esse processo não se reflete, apenas, no grau de estabilidade das relações entre pais e filhos ou de segurança da mulher e dos imaturos. Ele tende a repercutir, também, na estabilidade e na elevação da renda e nas aptidões das gerações adultas em preencher normalmente seus papéis sociais. Por conseguinte, a própria "família negra" adquire possibilidades de desempenhar suas funções sociais e de oferecer a seus membros um mínimo de apoio material e moral nas suas relações competitivas com os "brancos". Essa situação suscita, naturalmente, um fator diferencial específico no "meio negro". Os menores e os jovens pertencentes a famílias desorganizadas levam flagrantes desvantagens (muitas de caráter insuperável) em confronto com os menores e os jovens pertencentes a famílias integradas. Isso evidencia, indiretamente, que a ascensão social do

negro e do mulato aumenta sua capacidade de desenvolver os comportamentos e os ajustamentos exigidos pela ordem social competitiva.

Terceiro, a “proteção do branco”, sob modalidade paternalista ou dentro de um espírito moderno, continua a ser um elemento decisivo, principalmente para os indivíduos que “querem subir”. Os dados mostram que há uma desproporção entre as bases materiais ou morais da assistência fornecida pelo “branco” e os resultados colhidos pelos “protegidos”. E que a relação desperta, quando se desenrola acima do horizonte tradicionalista, disposições altamente construtivas. O indivíduo que “se sente protegido” impõe-se o “dever de corresponder à confiança do protetor”. Essa obsessão o impele, com freqüência, a se empenhar com afinco em suas realizações – tratese do estudo, do trabalho ou do modo de ser –, na esperança de que o protetor “se orgulhe dele”.

Está claro que existem casos inversos, que põem em xeque “protegidos ingratos”, que “agem como chupins” e se limitam a “desfrutar o branco”. Mas esses casos são menos freqüentes e nascem, em regra, da inexistência de uma verdadeira comunicação afetiva entre o que “protege” e o que “recebe a proteção”. O fato é que, com despesas esporádicas ou modestas e demonstrações de interesse real e persistente, o “branco” pode despertar no menor negro ou mulato uma gratidão que o obriga a “ser gente”, a “agir direito” ou de “não dar o prego no meio do caminho”, de enorme importância dinâmica para as realizações dos próprios interessados.

Por aí se vê, é claro, a significação da família integrada. Onde ela se desenvolve no “meio negro”, os pais acabam assumindo tais papéis e polarizando os anseios correspondentes de autorealização, como forma de reconhecimento e manifestação de sentimentos afetivos. Se fizéssemos uma rotação de perspectivas e comparássemos o “branco” com o “negro”, os fatores diferenciais operariam, simultaneamente, em todos os níveis de organização do comportamento, da personalidade e da vida social.

Dispensamonos de fazer semelhante comparação porque o assunto já foi discutido aqui, na parte referente à desigualdade racial como fonte de barreiras sociais específicas. Ainda assim, é bom não esquecer o que eles representam – com o menor “negro” tendo de interromper prematuramente os estudos para “ajudar a família” ou não recebendo, sistematicamente, os benefícios resultantes das garantias sociais que não podem ser compartilhadas por suas famílias. Esses elementos aparecem até nas

carreiras dos “negros em ascensão”, que estão se integrando às classes médias.

Uma das histórias de vida patenteou, por exemplo, quão difícil foi para um dentista “negro” estabelecer seu consultório, formar clientela e ganhar reputação. Teve de apelar para a colaboração de um médico branco e convencêlo a “ter ambição”, para realizar a primeira etapa. Depois lutou arduamente com os preconceitos de clientes e de colegas, bem como com a incapacidade relativa do “meio negro” de oferecer ao “profissional de cor” uma clientela segura. As tendências de ascensão social do negro e do mulato, com suas repercussões na diferenciação social do “meio negro”, terão de corrigir essa situação. Alguns efeitos já são patentes. Contudo, os avanços ainda são insuficientes para eliminar os fatores que criam e mantêm a distância socioeconômica entre os dois estoques raciais.

Quanto ao segundo ponto, são notórias as inconsistências dos mecanismos oficiais de intervenção e de controle. As lacunas que se faziam sentir nos serviços assistenciais e policiais no período de 1900 a 1930, examinadas no Capítulo 2, em vez de serem corrigidas, tomaramse mais graves. O desamparo do menor, os abusos contra as jovens ou contra as mulheres “pretas”, a indiferença em face dos efeitos sociopáticos da desorganização da “família negra” ou do “meio negro” representam uma constante que revolta os elementos politizados da “população de cor”.

Nas entrevistas, esses elementos revelaram uma repulsa violenta, demonstrando um ressentimento incomum diante do “desprezo do governo pelo negro”. Acham não só que “o negro está abandonado” e se ressente da “falta de uma política de aproveitamento da prata da casa”. Mas ainda salientam que seria preciso instituir uma espécie de *Servi*ço Nac*ional de Proteção ao Negro* suscetível de coordenar medidas de assistência e amparo efetivos aos setores rurais e urbanos da “população de cor” no Brasil. Percebem com clareza que nada podem esperar da iniciativa privada, seja do “branco”, seja do “negro”. Nos Estados Unidos, surgiram fundações dessa origem que são reputadas eficientes. Entre nós, porém, os “tubarões brancos só cuidam de seus interesses” e “não existem negros milionários”.

Compreendem, também, que não é suficiente criar instituições gratuitas, como escolas, serviços de proteção à criança, ao doente ou ao idoso etc. Em regra, o “negro” não tem condições econômicas e sociais para usar essas instituições. Seja porque não suporta os custos indiretos de tais serviços;

seja porque não tem acesso a eles, por falta de relações sociais e de traquejo nos mecanismos de sua utilização. Um dos entrevistados ponderou, seguindo a inspiração da maioria:

> As oportunidades cedidas nas escolas e em outros lugares, seja oficialmente ou por particulares, não aproveita ao negro senão por acaso. Aí está uma das dificuldades. As pessoas que ocupam cargos de direção dispõem dessas oportunidades para seus parentes, conhecidos ou protegidos dos brancos. Seria preciso obrigálas a dar tais oportunidades aos negros. Como os brancos dominam a legislação e a administração, eles agem *pro domo sua.* Os negros aproveitam as migalhas.

Outros se preocupam menos com a acusação aos "brancos" e insistem mais na viabilidade do uso dos serviços. Assim frisou um dos entrevistados:

> Não adianta obrigar as escolas a dar *x* vagas para pretos ou filhos de pretos. Eles só excepcionalmente podem aproveitar as oportunidades. O que é preciso é darlhes uma situação econômica melhor. A mãe preta não toma conta dos filhos. Ela não pode. Se ela for casada, ela precisa trabalhar, para ajudar o sustento do lar. Se ela não for casada, ela precisa arranjar dinheiro para manterse e para sustentar os filhos. Daí o fato de que, quando a criança preta tem mãe, isto é, quando ela não é enjeitada ou dada a quem queira, elas ficam largadas a maior parte do tempo. Ninguém as educa. Ficam na rua, na molecagem. Não aprendem o que é a escola. Não têm ninguém que olhe por elas, que as encaminhe na vida. A escola nada significa para elas. Se o filho for do sexo feminino, com 13, 14 ou 15 anos já vai trabalhar. Vai tomar conta das crianças brancas. É isso que acontece com os negros. Se melhorássemos a situação econômica dos negros; se lhes déssemos oportunidade de viver melhor, então poderiam educar seus filhos.

À luz de semelhantes reflexões, seguese que se pretendem "do governo" intervenções de alcance radical. Além das escolas, bolsas de estudo para o sustento e a manutenção das crianças; serviços de assistência social que orientem os pais e os menores, que os convençam das vantagens da escolarização, do trabalho regular, da vida social organizada; medidas de amparo que se traduzam em melhoria das oportunidades de trabalho e do nível de renda do "trabalhador negro", de ambos os sexos etc.

É curioso que o "branco" compartilha, de certa maneira, dessa visão da realidade. Ele não chega a conceber a necessidade de um *Servi*ço *Nacional de Proteção ao Negro.* Mas condena a orientação das intervenções oficiais e sua ineficácia. Tome-se, como exemplo, a seguinte focalização. Ao rematar uma descrição pessimista da "situação dos pretos", o informante salientou: "O principal culpado é o governo que não estimula os pretos. Em vez de dar

dinheiro para escolas de samba e de incentivar o preto no futebol, o governo devia ajudar o preto a subir. O que o governo está fazendo é fazer o preto achar que ele só serve mesmo para dançar e jogar".

O que importa, por trás do complexo pano de fundo suscitado por essas acusações, é um fato incontestável. A situação econômica, social e cultural tolhe, em média, o aproveitamento real das oportunidades inerentes aos serviços oficiais de assistência e controle pela "população de cor". Acresce que, como esses serviços não levam em conta tal fato, eles acabam sendo aproveitados predominantemente pelos "brancos" e, às vezes, de modo claro, de círculos sociais que poderiam prescindir de qualquer amparo direto ou indireto dos poderes públicos. Esses dados nos interessam, porque permitem insinuar que alguns mecanismos mais acessíveis de integração à ordem social competitiva não beneficiam ou só beneficiam por acaso a grande massa da "população de cor".

Vencidas as barreiras à ascensão social, nem sempre o caminho fica totalmente desobstruído. Surgem outras barreiras, que dificultam a fruição plena de papéis e garantias sociais, inerentes à posição social, seja do ângulo das carreiras individuais, seja da perspectiva da sucessão das gerações. Nos limites da presente discussão, vamos considerar, apenas, os aspectos centrais da situação: 1º – as resistências do "branco" ao reconhecimento da ascensão social do "negro"; 2º – as resistências do negro e do mulato ao reconhecimento da ascensão social do próprio "negro"; 3º – as dificuldades de imposição do *status* social adquirido, com que se defrontam os "homens de cor" em ascensão social.

Cumpre assinalar, desde logo, que há uma vasta gama de atitudes, comportamentos e avaliações raciais evitativos ou restritivos. Onde e na medida em que prevalece o código de relações raciais tradicionalista, tanto pode se manifestar certo exclusivismo irredutível, quanto pode ocorrer a rejeição velada. De qualquer maneira, procura-se "colocar o preto no seu lugar", ou seja, mantémse estreita associação entre *cor* e *posição social ínfima*. Em conseqüência, a cor neutraliza, parcial ou totalmente, para os efeitos da convivência com os "brancos" do mesmo nível social ou de níveis sociais mais altos, os benefícios da ascensão social. Onde e na medida em que prevalece o convencionalismo, nascido da sociedade de classes e da correspondente *civilização urbana*, definemse tanto áreas de aceitação tolerante do "preto competente", do "preto culto", do "preto

importante", do "preto de posses" etc. (através de contatos categóricos e impessoais), quanto zonas de verdadeira reclusão das "elites" (em que os "brancos" encaram a "mistura social" como algo em si mesmo indesejável e reputam a "mistura racial" como uma agravante, que a torna indisfarçável e intolerável).

Em nossa abordagem, não tentamos focalizar todos os ajustamentos possíveis, ao longo dessa ampla flutuação de atitudes, comportamentos e avaliações raciais evitativos ou restritivos. Limitamo-nos aos casos mais freqüentes e que caíram, por isso mesmo, de maneira espontânea sob o nosso campo de observação.[203]

Na resistência do "branco" ao reconhecimento do *status* social adquirido do "negro" aparece, em primeiro plano, como uma espécie de reação linear, uma representação herdada do horizonte cultural tradicionalista. Como se a escravidão e vida social desorganizada tivessem degradado a *natureza humana* do "negro", a *cor* não é apenas associada a uma *posi*ção soc*ial ínfima*. Ocorre algo mais grave: presumese que "o preto não pode ser outra coisa". Essa conexão transparece de forma nítida na seguinte formulação, selecionada por seu caráter típico:

> No Brasil, o branco e o negro não se separam. Mas o negro está numa situação muito inferiorizada. Forma a classe mais baixa [...] O negro vive no cortiço, em companhia de gente que não presta. Por isso, são relegados ao crime. Quase todos os roubos e crimes são praticados por negros [...]. Se os brancos saíssem do meio deles também não seriam coisa melhor. Por essa razão é que os brancos evitam ter relações com os pretos. É que eles não são bem vistos em nossa sociedade, por causa disso. Acham que preto não presta, é desordeiro e não é honesto.[204]

Essa conexão é digna de nota. Os dados recolhidos mostram que, mesmo nos níveis sociais inferiores da sociedade paulistana, a mencionada representação opera irrefreadamente. Há pessoas que "sentem vergonha" de "andar em companhia de pretos" ou de "aparentar intimidade" com eles por essa razão. Daí a necessidade de explicações penosas: "Eu me dou com fulano, mas ele é um preto direito". Mesmo nas relações de vizinhança, onde todas as famílias podem se conhecer mais ou menos, surge esse espantalho. Tudo se passa como se a "relação com pretos" envolvesse alguma degradação social.

A ascensão social contribui para expurgar o “negro” dessa condição infamante. Ele começa a contar como “um preto diferente”, que “nem parece preto” ou que “tem alma de branco”. Todavia, em círculos geralmente muito estreitos: colegas, vizinhos e conhecidos que se tornam “amigos” ou “amigos íntimos”. Fora desses círculos, porém, ele continua a ser visto, primordialmente, como alguém que “não passa de preto”.

Há, pois, uma inconsistência fundamental nas atitudes e comportamentos dos “brancos” que se apegam à referida representação. Eles se recusam, obstinadamente, a transferir sua experiência no convívio com determinados “negros” a todos os “negros” em geral. Muitos exemplos poderiam ilustrar essa tendência persistente. Numa entrevista com um barbeiro ítalobrasileiro, ele descreveu como, ao tomar aperitivo em certo bar, um “preto aprumado” tentou “puxar conversa” para “beberem juntos”. Tomou depressa o seu aperitivo e saiu. “Vê lá se me misturo com gente dessa laia.” Até nos veículos de transporte coletivo se repetem continuamente ações desse tipo.

Doutro lado, convicções arraigadas, nascidas do apego a essa representação, conduzem a qüiproquós dolorosos. É o chefe de família, que “fica ofendido” por “ter de agüentar a presença dessa gente”, com mulher e filhos, numa festa na casa de um amigo; é o dono de uma loja, que “tem medo de ofender a freguesia”, se contratar balconistas “pretos” ou “mulatos”; é o chefe de repartição, que pensa que “ofende os funcionários”, colocando na mesma seção um escriturário “negro”; e por aí afora.

Aqui, estamos ainda na fímbria com o passado. A resistência ao “negro que sobe” procede do temor surdo de uma “nivelação por baixo” – de ser tomado e confundido com o homem degradado pela escravidão e pela desorganização social. Alguém que ficava ainda abaixo da ralé. O próprio “negro em ascensão” percebe como opera essa imagem do “homem de cor”, verberando sem contemplações as atitudes ou comportamentos que podem revigorála.

> O negro é culpado pela situação existente. O branco pensa mal dele. Mas é ele próprio que dá origem aos desentendimentos. Ficam nos botequins, bebendo sem parar, mesmo que não seja pinga; falam em voz alta, tratamse com palavrões, andam desalinhados ou relaxados. O negociante não pode firmar uma boa idéia de elementos dessa categoria. E por uns, pagam todos.

O mesmo informante procurou demonstrar que as experiências "degradantes" serviam de fio condutor na avaliação do "caráter do negro" pelos "brancos".

Em um segundo nível, contam certas expectativas e certos comportamentos firmemente estabelecidos entre os "brancos". Independentemente de comungar daquela representação, um grande número de pessoas tende a associar, espontânea e inconscientemente, a *cor* a *posições sociais ínfimas*, sem nenhum intuito discriminativo ou preconceituoso. Trata-se de um *efeito da inércia*; acostumadas a lidar com "os pretos de posição inferior", constroem uma imagem social do "negro" que resiste a redefinições perturbadoras.

Essas ambigüidades se repetem com freqüência na esfera dos contatos entre *estranhos*. Situando o "negro", de imediato, numa categoria social "inferior", o "branco" tanto pode lhe dispensar um tratamento inadequado, como pode alimentar expectativas de comportamento inviáveis. Se fosse maior a proporção de "negros em alta posição" e se fossem mais intensas suas relações com os "brancos" dos diversos níveis sociais, é provável que semelhantes "confusões" já tivessem desaparecido ou se atenuado. No entanto, elas fornecem o tom da interação do "negro que sobe" com a parcela da "população branca" com que tem de entrar em contato.

Esse tipo de resistência, ingênua, passiva e desavisada, não teria maior importância se não repercutisse de maneira profunda nos mecanismos adaptativos e integrativos do próprio "negro". Sentindo-se, por sua vez, "desacatados", "ofendidos" e "humilhados", ou se retraem, para evitar experiências desagradáveis, ou fazem valer à força as suas prerrogativas. Alguns compreendem as raízes dessas ambigüidades, tirando vantagens delas e desenvolvendo atitudes compensatórias, de "gozação do branco". Em sua maioria, porém, reagem negativamente. Ao se retraírem, condenamse a fruir parcialmente os papéis e garantias sociais, assegurados por sua posição social. Ao "se queimarem", ostentam atitudes e comportamentos que correspondem a estereótipos negativos do "branco" sobre o "preto". Embora seus lapsos possam ser inadvertidos e corrigíveis, os "brancos" que são surpreendidos em semelhantes cadeias de recriminações "malcriadas" e "violentas" tendem a aderir fatalmente às avaliações etnocêntricas, passando, de maneira consciente, "a tratar o preto como ele merece".

Os próprios brancos se dão conta dos motivos do “não fica bem”, nas suas relações com o “preto”. Assim, para explicar por que procura impedir a aceitação e a promoção de “candidatos pretos”, em um banco de grande importância, declarounos o informante:

> Você sabe, os altos funcionários do banco são convidados para todas as cerimônias importantes. Principalmente nas cidades do interior, eles são muito considerados, por causa dos cargos que ocupam. Em qualquer cerimônia, são convidados, como o padre, o prefeito, o juiz, o inspetor de rendas etc. Ora, um preto não pode ser recebido como um branco, nessas ocasiões. O pessoal fica espantado, quando vê aparecer um preto como representante do banco. Isso destoa muito, que diabo![205]

Outro exemplo permitirá ilustrar como a mesma orientação interfere em situações mais íntimas. Uma pintora e professora de pintura, branca, sentiu-se atraída por “uma ex-aluna de cor”, pois “é uma artista de grande sensibilidade”. Não tinha dúvidas em recebêla em sua casa, apesar da oposição da família. “O pensamento de meus parentes, mãe e irmãos, com relação ao preto, não é igual ao meu. Eles não gostam que receba em casa aquela ex-aluna, achando que me misturo, que dou excesso de confiança, que essa moça deveria ser cozinheira e não professora de pintura, porque é preta. O preto nasceu para servir o branco.”

Para evitar contato com “pretos” do mesmo nível social, os “brancos” forjaram uma racionalização, muito generalizada. Como se evidencia em uma resposta típica, acreditam que “em geral as pessoas de cor, que conseguem subir econômica e socialmente, ficam um tanto pernósticas e esnobes. Talvez seja uma reação à antiga situação de inferioridade”. Contudo, os “negros” conhecem melhor a natureza do *tratamento diferencial*, a que se vêem submetidos nas relações com “brancos” de nível social idêntico ou superior. Em muitos depoimentos, ressaltaram de várias maneiras que estes últimos tendem a tratálos “sem nenhum respeito” e que “logo acham que devem dar ordens”.

Alguns exemplos característicos talvez ilustrem melhor o que sucede com freqüência. O “modo de vestir” servia para distinguir o “branco” do “preto” no passado. Certas roupas só eram usadas pelo “negro” quando as herdava de protetores brancos, já velhas e puídas. O “negro em ascensão” consegue maior fonte de renda e, em regra, procura “esmerarse no vestuário”. Não são poucos os comentários malévolos, feitos pelos

“brancos” e pelos próprios “negros” contra essa tendência. Escolhemos, no entanto, uma ilustração quase singular, já que a “impertinência do branco” focalizava uma peça do vestuário de uma criança:

> Ou era por isto, ou era por aquilo, [a professora] estava sempre implicando com ele [o filho da entrevistada]. Até com o pulôver dele implicava. Mandava tirar o pulôver mas não fazia as mesmas exigências com as outras crianças. Ele se queixava em casa. Mas eu dava mão forte para a professora. Dizia: “Você tem razão, mas quem manda é ela. Ela quer que você tire o pulôver. Então tire. Ela é que manda na classe e você tem que obedecer”. “Mas se eu tenho frio?”. “Não faz mal, meu filho, obedeça à professora.”

Outra evidência notória de status consiste “em ter posses para contratar empregada”. A “mulher de cor”, no passado e ainda hoje, sempre forneceu forte contingente das domésticas da capital. Ao “subir”, ela pode, por sua vez, ter uma ou duas empregadas. Os vizinhos “brancos” não só “implicam” – levam suas opiniões aos ouvidos da interessada. Eis um dos relatos: “Não sei por que você quer empregada”. “Por que tenho empregada? Ora, pela mesma razão que você também tem.” “Mas na minha casa tem mais serviços que na sua. Vocês não têm crianças e a fulana [filha do casal] já pode ajudar.” “Eu quero empregada porque gosto. Porque eu não quero fazer o serviço da casa. Também posso descansar. Além disso, eu posso pagar empregada. Cada um age como pode.” Segundo a entrevistada, até a filhinha da vizinha, “dando asas ao que ouve em casa, também já perguntou: ‘Por que a senhora quer empregada? A senhora não tem nenezinho para tomar conta!’”[206]

A expectativa de que a “preta” seja sempre “empregada doméstica” faz com que a “mulher de cor” de classe média se defronte com certos “aborrecimentos” freqüentes. Eis como o marido descreve os dissabores da esposa, daí resultantes:

> Ela sofre muito com os desaforos de gente que vai bater na porta, para oferecer verduras, artigos domésticos etc. Quando ela sai na janela ou chega à porta, logo recebe uma pergunta como esta: “A patroa está? Eu quero falar com ela!” “Vá chamar sua patroa, que tenho um assunto para tratar com ela.” Alguns são ainda mais atrevidos e malcriados. Quando ela diz: “A patroa sou eu”, eles respondem: “Deixe de brincadeira. Eu não tenho tempo a perder. Vá chamar sua patroa!”. Eles pensam que o preto não pode ter uma casinha melhor e viver com mais decência.

O seguinte caso sugere como se manifesta a “mania de dar ordens” do “branco”. A diretora de um grupo escolar foi, pela primeira vez, a uma reunião pedagógica de diretores.

> Não conhecia ninguém ali. Estava esperando, na entrada, uma colega que me apresentaria aos demais. Nisso chegou uma senhora, idosa e muito simpática, que me disse: “Vá chamar o delegado fulano de tal, que eu quero falar com ele”. Fiquei perplexa com a atitude dela. Tive a sorte de ver chegar a minha amiga, que me apresentou a outro. Ela sofreu um leve choque e disse-me: “Você me desculpe. Eu tomei você por uma servente da escola. Se soubesse que é minha colega não a mandaria chamar o delegado de ensino”.

As mesmas suposições criam situações embaraçosas no tratamento de profissionais liberais. Registramos numerosos casos. Os seguintes são suficientes para dar uma idéia do que costuma ocorrer.

Uma senhora branca foi ao consultório de uma instituição assistencial. O médico de plantão era “preto”. Quando este abriu a porta, ela “foi diretamente a ele, tomando-o por enfermeiro. Mandou grosseiramente que fosse chamar o médico, que ela queria falar com ele. Tremeu que nem vara verde quando ele lhe respondeu que ele mesmo era o médico”.

Um fazendeiro foi a um laboratório, para falar com certo professor de química, que era mulato. “Tocou a campainha e quando foi atendido disse que queria falar com o professor fulano de tal. Este, que o atendera pessoalmente, disselhe: ‘Pois não, pode entrar’. Ele mandou-o, então, avisar o professor. Ao que este respondeu: ‘O professor sou eu mesmo’.”

Até nas relações com os propagandistas aparecem tais confusões. Um dentista mulato nos relatou que, às vezes, está esperando um cliente ou lendo um jornal, na sala de espera.

> Chega um propagandista e me vê ali. Alguns nem dão confiança. Vão diretamente espiar dentro do consultório, para ver se o dentista está! Só então perguntam: “O dentista saiu?”. Aí, eu digo: “O dentista sou eu!”. Os rapazes se encabulam, mas eu me divirto. [...] Outros, logo que chegam e me vêem ali, de avental branco, perguntam: “O dentista está?” “Posso falar com o doutor?” Eu me vingo da mesma forma, dizendo que o dentista ou o doutor sou eu.

Esse conjunto de ilustrações demonstra claramente, segundo cremos, que certas formas de tratamento se perpetuam porque ainda não se alteraram, de modo extenso e profundo, as posições recíprocas das duas “raças” na estrutura social da sociedade inclusiva. Todavia, existe um terceiro patamar, no qual a resistência ao reconhecimento do *status* do “negro que sobe” nasce, especificamente, de atitudes discriminativas e preconceituosas ou da defesa do próprio *status*, por parte dos “brancos”.

Como sucedia no passado, remoto ou recente, muitas famílias “brancas”, em todos os níveis sociais, continuam a peneirar, de forma rigorosa, seus amigos e parentes por casamento. Esse exclusivismo raramente é disfarçado, quando o tratamento diferencial resulta do preconceito propriamente dito. Um advogado, membro de uma família tradicional, afirmou sem rebuços ao entrevistador: “Há preconceito e está certo. Salvo raras exceções, quando é que se vê negro ocupando posições elevadas? Eles são de raça inferior”.[207]

Essa pessoa, não obstante, asseverou que possuía “umas tias mulatas”.

> São, sim, no duro, irmãs de meu pai. Meu avô, o barão de..., quando morreu a mulher, amasiouse com a mulata que estava criando seus filhos. Nós não temos relações com esses parentes. Só o irmão mais novo de meu pai, grande boêmio, é que mantinha relações com elas. Tirava mesmo dinheiro delas. Meu pai, quando ia ao Rio, visitava-as. Todas elas estão casadas com brancos... portugueses.

Admitia a possibilidade de aventuras sexuais, restringindo-as ao plano erótico: “Negra é só para fazer o serviço e cair fora. Umas duas horas é o muito que tenho estado com uma. E veja bem que mulata”.

Seria inútil reproduzir outros dados, para comprovar a persistência e a generalidade de atitudes e comportamentos que já foram caracterizados neste trabalho, no terceiro capítulo. A esse respeito, as diferenças entre os “brancos de família tradicional” e os “descendentes de imigrantes ricos” são quase insignificantes. Aliás, um lúcido documento pessoal, transcrito neste capítulo, deixa patente que os primeiros procuram “colocar o preto no seu lugar” e que, quanto aos últimos, “não há para o preto lugar em seu mundo”.

Uma sondagem, feita sobre 2.076 universitários paulistas, através da escala de distância social de Emory Bogardus, adaptada ao meio brasileiro, [208] pôs em evidência resultados dignos de nota. O mulato e o negro foram identificados como os grupos “raciais” que atraíam a mais baixa aceitação como parentes para o casamento (14% e 9,9% das respostas, respectivamente) e como amigos (59,7% e 55,5% das respostas, respectivamente); nas demais perguntas, a porcentagem de atitudes positivas é mais alta, mas ainda assim o mulato e o negro aparecem entre os grupos “raciais” menos preferidos (ou mais rejeitados): como vizinho, 75,8% e 71,9%, respectivamente; como membro da mesma categoria

profissional, 74,9% e 73,3%, respectivamente; como cidadão, 77,4% e 74,4%; em estreita correspondência, aparecem entre os grupos fortemente repelidos, pois na pergunta sobre se “excluiria do país”, 5,2% manifestaram essa opinião contra o mulato e 7%, contra o negro.[209]

As conclusões de Bastide e Van den Bergue são igualmente relevantes. Analisando os resultados de uma sondagem de 580 estudantes, de cinco escolas normais diferentes de São Paulo,[210] puderam confrontar estereótipos, normas, comportamentos e relações hipotéticas.

> As normas ideais de comportamento contrastam em sua tolerância relativa com a larga aceitação de estereótipos. Uma igualdade teórica para brancos e negros é aceita por 92%, o que está de acordo com o *ethos* democrático brasileiro. Acima de 60% aceitam relações casuais entre brancos e negros. A linha de cor é encontrada no nível das mais estreitas relações emocionais. 62% opõemse a um grau de intimidade com negros que ultrapasse aquele da simples camaradagem. 77% opõemse à miscigenação com negros, e 55% à miscigenação com mulatos. [...] No comportamento efetivo, de acordo com as informações, e nas relações hipotéticas, a amostra inclinase para o lado da segregação (muito embora a falta de contato real não signifique necessariamente preconceito). 104 indivíduos relataram ausência de contatos com negros ou com mulatos. 95% da amostra não se casariam com um negro; 87% não se casariam com um mulato claro. [...] Surge um paradoxo na comparação dessas quatro variáveis ou dimensões de preconceito. Por um lado, encontramos uma larga aderência a normas democráticas, e por outro, um alto grau de estereotipagem, uma grande segregação no nível da intimidade pessoal, e uma endogamia praticamente absoluta. Esta ambivalência estabelece um verdadeiro *dilema brasileiro*, muito embora talvez diferente do *dilema americano*.[211]

Ambas as contribuições mostram algo que nos parece inegável. Apesar das pressões contra as manifestações abertas e sistemáticas do “preconceito de cor”, uma parcela considerável da “população branca” faz escolhas ou aceita estereótipos e comportamentos que colidem com as normas professadas, de tolerância e de igualdade raciais.

Ainda não se sabe como esse núcleo de pessoas, mais propensas à discriminação e ao preconceito, tem reagido às tendências recentes de classificação e de ascensão do negro e do mulato na ordem social competitiva. Por isso, é impossível determinar duas coisas, que seriam extremamente importantes para os nossos fins descritivos. Primeiro, se esse fenômeno contribuiu para exacerbar predisposições latentes. Segundo, até que ponto a competição socioeconômica se vincula a certos subterfúgios, que convertem a discriminação e o preconceito em mecanismos de defesa de *status*. A nossa suposição consiste em que o “negro” ainda não chegou a

ameaçar coletivamente, de nenhum modo definido, a situação econômica, social e cultural do “branco”. Onde a discriminação e o preconceito, nas formas que ambos assumem na sociedade brasileira, se manifestam de maneira mais intensa, não estamos propriamente na orla da ordem social competitiva, mas nos limites do empenho em preservar o nosso antigo sistema de relações raciais.

Isso não impede que o “branco” misture as coisas, aqui e ali, em situações concretas e confinadas de competição com o “negro”. E tampouco invalida a “queixa” fundamental dos negros e dos mulatos, que condenam o “preconceito de cor” como um mecanismo de defesa social dos “brancos”. Quanto ao primeiro aspecto, é inevitável que o “negro que sobe” crie riscos para os “brancos” da mesma categoria profissional e que estes se apeguem às armas mais acessíveis para combatêlo. Apenas, tais ocorrências estão longe de assumir as proporções e o caráter de um processo social. É presumível mesmo (se se preservarem certas condições do desenvolvimento socioeconômico da cidade) que tal coisa não venha a suceder nem no futuro. Quanto ao segundo aspecto, o “negro” tem razão, mas o que se lhe nega é muito mais do que ele pensa. Na medida em que a discriminação e o preconceito produzem o efeito apontado, eles não favorecem, apenas, as vantagens competitivas do “branco”. Acima e antes disso, impedem ou dificultam o próprio acesso do “negro” na ordem social competitiva.

O que está em jogo, portanto, é a estrutura do nosso sistema de relações raciais. Os círculos que se apegam, de maneira mais ou menos intolerante, às prerrogativas da “raça branca”, opõemse medularmente a que essa estrutura seja adaptada à ordem social democrática. Já os elementos que simplesmente resistem ao “negro que sobe” por temor da perda de *status* nem sempre vão tão longe.

É curioso como essa complexa situação histórico-social desorienta o negro e o mulato. Confundindo os três níveis de resistência à sua classificação e ascensão sociais, eles deixam de discernir o fator tópico de maior importância dinâmica. Alguns casos são flagrantes. Não é difícil, com relação a eles, indigitar a discriminação e o preconceito tal como operam em sua intensidade extrema. Um exemplo pungente foi apresentado em um debate público. Em certa cidade do interior de São Paulo, o médico de plantão do órgão assistencial de um sindicato foi atender a um chamado de urgência. Ao deparar com um “médico preto”, o marido da paciente não

permitiu o exame, dizendo: “Calcula se eu vou deixar um negro examinar minha mulher!”. Em conseqüência, a mulher faleceu e o médico não pôde sequer fornecer o atestado de óbito, assinalando as razões em sua folha de trabalho, para se resguardar.[212]

Duas outras coisas são percebidas, mas projetadas num contexto limitado. De um lado, a “má vontade do branco” diante de candidatos “pretos”. Estes raramente conseguem oportunidade para pôr à prova sua competência profissional; e, quando isso se dá, muitas vezes são relegados por “motivo da cor”. É impressionante o número de entrevistados que repete essa explicação. Uns acreditam que “o branco quer proteger seus parentes e amigos” ou que “os patrões gostam de dar os melhores empregos para os de sua raça”; outros supõem que “o branco tem medo do negro” (da sua inteligência, da sua dedicação ao trabalho, da sua “vontade de subir” etc.); alguns, finalmente, acham que “o branco tem medo de se arriscar, por causa do mau nome do negro como trabalhador”. No entanto, não relacionam esse comportamento com seu resultado global: a exclusão do “negro” da ordem social competitiva e suas repercussões diretas na persistência do antigo padrão de dominação racial. De outro lado, apontam “as intrigas” dos “brancos”, especialmente quando estes estão em vias de ser suplantados pelo “colega de cor”, e “a falta de proteção”, que impede ou restringe o reconhecimento do valor do profissional “negro” e, por conseguinte, limita suas possibilidades de promoção.

Poucos chegaram a descrever tais “intrigas” de forma congruente, de modo a demonstrar que, de fato, atrás delas se ocultava uma resistência residual em aceitar o “negro” seja como “igual”, seja como “superior”. E poucos, também, ligaram de maneira convincente a solidariedade dos “brancos” entre si ao monopólio “racial” que eles exercem, praticamente, na distribuição das melhores oportunidades de trabalho. Esse pequeno número, entretanto, sugere que, em certas esferas, a ascensão social do “negro” repercute no equilíbrio racial da ordem social competitiva. Na medida em que esta tende a absorver “negros” e “brancos” em condições de igualdade, o caráter das tensões raciais se modifica. O “branco”, que antes somente se empenhava numa defesa indireta e invisível de sua posição de supremacia, precisa descer ao corpo-a-corpo indisfarçável.

Esse aspecto ficou bem visível em algumas entrevistas. A melhor ilustração é fornecida, porém, pelas experiências de um dentista. Ele deixou

claro que os “colegas brancos” do bairro atacamno “sem dó nem piedade”. Se um de seus clientes “cai na mão de um deles”, logo dizem:

> “Que trabalho bem feito! Muito bom!” Os clientes gostam de ouvir isso, de saber que seus dentistas são bons. Mas, quando lhes dizem que o dentista sou eu, logo começam a pôr defeitos. “Bem, esta ponte assim não está boa. Aqui está muito larga etc.” No dia seguinte os clientes me contam: “Ontem eu precisei do senhor. O senhor não estava. Eu fui no dr. fulano ou sicrano. Ele me disse que o trabalho não está bom. Por isto, por isso e por aquilo.” E vá eu convencer o cliente! Preciso ter um trabalho do diabo para mostrar que está certo. Contudo, nas relações pessoais os mesmos colegas se mostram cordiais e fingem que se dão muito bem comigo.

Dados dessa natureza evidenciam que a resistência ao “negro” se torna, então, muito mais severa e drástica. Como afeta um número reduzido de pessoas, numa conjuntura de pleno emprego e de aumento médio da renda real, ela não produz dividendos mais dramáticos.

Na medida em que o “negro” não está plenamente socializado para a ordem social competitiva, poucos são os que reagem de forma compensadora e inteligente a semelhantes tipos de resistência específica. O desalento diante das “injustiças” ou das “traições” dá lugar a um retraimento do esforço competitivo. A noção de que “quanto mais elevada é a categoria social, a que o negro quer chegar, maior é a probabilidade de resistência oposta pelo elemento branco dessa categoria social”,[213] claramente configurada em seu horizonte cultural, ganha corpo e o leva “a desistir de suas ambições”. Doutro lado, como sua participação do *status* social adquirido é confinada, não dispõe, como o “branco”, de estímulos concorrentes para “continuar a carreira”.

O sujeito consegue se tornar dentista, médico, advogado ou engenheiro e depois verifica que “ter dinheiro não é tudo” ou que “a cor fechalhe todas as portas sociais”. Isolase, desanima e passa a participar, eventualmente, dos “clubes negros” de classe média. Os seus incentivos “para subir” sofrem uma crise, pois a sua carreira deixa de ter sentido em face das exigências sociais de um estilo de vida. Na autobiografia de um elemento desses, que tentou se ajustar a “brancos” de seu nível econômico, social e moral, deparamos com a seguinte passagem:

> O negro, nas sociedades de elite, quando lhe é permitido o acesso, é obrigado a ficar isolado, não podendo assim ali se manter. Quando não sofre diretamente esse isolamento porque

> pode ter amigos que acomodam sua situação no ambiente, não encontra o mesmo fator para colocar à vontade sua esposa ou filhos. A mulher branca tem muito mais preconceito que o homem. As mulheres de elite, acostumadas a ver as mulheres negras em suas cozinhas e copas, não se acostumam a vêlas nos salões. Julgo ser esta uma das razões que levam os homens cultos e ricos da raça negra a casaremse com mulheres brancas, mesmo que estas não estejam em idêntica situação intelectual e econômica. Em todos os lugares onde a elite brasileira tem o seu *habitat* para atividades sociais ou esportivas, aos negros é inconcesso o ambiente.

Portanto, mesmo quando pareça que a resistência devida ao preconceito e a formas conscientes de antagonismo socioeconômico é inócua ou secundária, é necessário atentar para as suas conseqüências. Ela no mínimo solapa ou derroca as bases morais de segurança da pessoa, dificultando de várias maneiras o egoenvolvimento em compulsões que dão sentido à vida e animam o indivíduo a aceitar as duras alternativas de uma sociedade competitiva. Como o "meio negro" não possui condições para absorver e neutralizar esse impacto, o "preto que sobe" é forçado a sofrêlo sob enorme tensão, como se aquele meio fosse o começo e o fim do mundo.

As barreiras ao reconhecimento da ascensão social do "negro" pelo "negro" são menos elaboradas e destrutivas. Elas nascem do sentimento de perda, do temor que o amigo, companheiro ou parente venha "a ter vergonha" dos seus, separandose deles.

Doutro lado, elas respondem, psicologicamente, à imagem do "preto" construída pelo "branco". Assim como este não distingue "cor" e "posição social", quando se trata do "preto", os "negros" também tendem a supor que sua condição racial os iguala socialmente.

Há, em primeiro lugar, uma reação elementar, que desvirtua e põe em dúvida a condição socioeconômica alcançada pelo "negro que sobe". Se o conhecido, o amigo ou o parente, depois de longos esforços, obtém o seu diploma de dentista ou de advogado, ao falar dele dizem: "Ele diz que é doutor", "Ele é doutor de araque" etc. Numa história de vida, o pesquisador, ao confrontar os dados do sujeito com as informações de pessoas de seu círculo de convivência, registrou: "metido a doutor, não sei de onde tirou esse diploma". Já numa entrevista deparamos com uma confidência: o sujeito conhecia o caso de um "negro que subira". "Ele se dizia professor de inglês [...] e gostava de vestirse bem e falar difícil. Mas eu nunca assisti a nenhuma aula do tal professor, de modo que não sei comprovar se ele dizia a verdade ou não".

Em segundo lugar, existe no “meio negro”, naturalmente, um consenso secular de que certas ocupações “pertencem naturalmente ao branco”. Em igualdade de condições, dificilmente um cliente “negro” favorece um comerciante ou um profissional da mesma cor. Ele “sente mais confiança” ou “tem mais prazer” em “servirse do branco”. Um dentista mulato nos explicou:

> Os pretos, em geral, são pouco inclinados a procurar profissionais da sua cor. Eles pensam que todos são iguais a eles. Como não têm cultura e não sabem nada, julgam que todos os pretos são assim. Para eles, o preto não dá para nada. Doutor, só branco. Se o profissional não vive no meio preto, ele não arranja cliente preto de nenhum modo. Eu nunca me separei do nosso meio. Vivo nas associações negras e participo dos movimentos com os pretos. Por isso, conto com boa parte da clientela de cor.

Por fim, existe uma espécie de tendência cega a resistir ao reconhecimento de estar numa “relação de inferioridade” para com “outro negro”. Em depoimento público, ouvimos a seguinte informação: “Aliás, falando em barreira, eu queria apartear, para dizer que também o próprio negro, às vezes, quando os seus elementos sobem numa determinada profissão, numa profissão diferente, o próprio negro não admite que este seu elemento tenha chegado àquele lugar”.[214]

O sentido dessa explicação pode ser esclarecido por meio de um exemplo característico. Realizouse, na casa de uma família francesa, uma reunião de intelectuais negros e mulatos. A empregada não gostou do acontecimento, contando com azedume: “O que eles pensam que são? Eles não são mais do que eu! Eles são, mesmo, menos do que eu. Eu não sou mais clara do que eles?”. Em suma, vendo-se através de uma perspectiva social construída e orientada pelo “branco”, mal preparado para se ajustar coletivamente à ordem social competitiva e por vezes ciumento diante de êxitos que ainda estão ao alcance de poucos, o próprio “negro” chega a levantar empecilhos variados ao reconhecimento da ascensão social dos homens de sua “raça”.

Esses resultados sugerem que a ascensão social cria um drama para o “negro”. Pelo confronto com o “branco”, ele sabe muito bem quais são os seus “direitos” e como deveria usufruílos. Na prática, porém, assiste à diluição irremediável de vários papéis sociais, que gostaria de desempenhar, muitas vezes por causa das disposições psicossociais das pessoas com as

quais interage socialmente. Ora é a “empregada branca” que irrompe na sala de visitas e se intromete nas conversações. Um funcionário público, mulato claro, queixouse, a respeito: “Não demora dois dias para a empregada se meter na sala e até conversar com as visitas, ao nosso lado. Não conseguimos impedir isso”. Ora são os “fornecedores brancos”, que se mostram “muito orgulhosos” e “arrogantes”. O dono de um restaurante, negro, referiuse a um entregador de carnes nestes termos: “Entrava aqui que só vendo. Parecia que me estava fazendo um favor. Sabe, eu pago na ficha. Quando me aborreci de uma vez com a arrogância do rapaz, fui ao açougue e cortei a conta. O pai dele era muito educado. Me perguntou por que eu cortava a conta. Eu disse: para ser franco, estou desgostoso com seu rapaz. Ele entra lá como se tivesse o rei na barriga, com uma arrogância que ofende a gente”. Ora é o próprio “negro”, que “azucrina os ouvidos da gente”, dizendo: “não te conheço mais”, “que pareço cheio de histórias”, “para guardar o orgulho” e “me difamando pelas costas”.

Esse quadro revela uma coisa. O “negro” enfrenta sérias dificuldades na imposição do *status* adquirido. De um lado, faltalhe traquejo no uso das técnicas sociais que tenta explorar. Ele vence uma batalha interior ao entrar no “restaurante fino”, ao ir a um “bom teatro” ou ao contratar uma “empregada branca”. Mas os outros não facilitam o seu caminho, forçando-o a apelar para comportamentos inusitados e mais ou menos estranhos. De outro, os “brancos” também não possuem traquejo na aceitação e tratamento do “negro” como “um igual” ou “um superior”. Por vezes forçam a nota, ultrapassando os limites da eqüidade e do respeito mútuo.

Por intermédio de episódios envolvendo o “policial negro” é possível assinalar como isso ocorre. Um guardacivil nos contou que uma mulher “espancara barbaramente dois menores”. Ele foi mandado ao lugar, com ordem de prendêla. “Eu obedeci. Disse: ‘Vamos para a delegacia’. A mulher ficou furiosa. ‘Você não se enxerga?... Onde já se viu um preto prender branco? Vocês ainda ontem estavam na senzala! A mim é que preto não prende!’” Outro caso ocorreu há mais tempo. Foi relatado por um soldado negro. No carnaval, acabara de largar o serviço, totalmente fardado e equipado, e se dispunha “a cair na farra”:

> Vi uma pretinha muito bonita. Tirei linha com ela. Ia seguila, quando senti uma cusparada na cara e depois outra. Enxuguei e passei a mão na mulher que me fizera aquilo. Era uma

> branca, que estava no bonde. Perdi a cabeça e levei-a à Central, batendo nela com o sabre pelo caminho. Subimos a ladeira do Carmo e não deixei de bater nela. Estava no plantão um subdelegado italiano. Ouviu o caso. Disse-me: “Está bem. Pode ir”. Eu saí e nem bem tinha passado uns vinte minutos, levei uma cusparada. Voltei-me. Era a tal mulher. Tornei a agarrála e a levei de novo à Central batendo nela com o sabre. O delegado já tinha chegado. Eu contei tudo de novo. O delegado mandou descer a mulher para o xadrez. Voltei para onde estava. De repente, vejo a mulher descendo a ladeira, com dois companheiros fortes. Pensei comigo: “É agora! Vai ter!”. A mulher se chegou perto de mim, mas não cuspiu. Eu estava prevenido. Fui botando a mão e dandolhe com o sabre. Os companheiros dela quiseram intervir. Eu puxei do revólver. Foram todos de novo para a Central. Levei comigo duas testemunhas. Na Central, soube que assim que o delegado fora dormir, o subdelegado soltou a mulher. Eu mandei chamar o delegado. Este veio e ouviu todo o caso. As testemunhas intervieram, dizendo que isso era um desrespeito pela autoridade. O delegado mandou prender a mulher e os dois companheiros dela. E suspendeu o subdelegado.

Situações desse tipo são, naturalmente, extremas e raras. Porém, elas insinuam até onde podem chegar as dificuldades do “negro” para “impor sua personalidade”. A cor serve como um ponto de referência, que confere ao “branco” e, de outras formas, ao próprio “negro” a faculdade de “rebaixar” a pessoa com quem estiver tratando. Em conseqüência, o “indivíduo de cor” precisa apelar para artifícios ou para a violência não só para “defender sua dignidade”, mas para corresponder normalmente aos papéis sociais, que é obrigado a desempenhar socialmente.

Por fim, podemos tratar, à luz dessa ampla descrição, das barreiras que interferem nas condições e nos efeitos psicossociais à aceitação do “homem de cor”. Há uma velha querela no Brasil, segundo a qual a “cor” não interfere no processo de avaliação do negro e do mulato. Chegouse, mesmo, a afirmar que riqueza e posição social de prestígio asseguram “brancura ao preto”. A nossa discussão mostra, ao contrário, que existe uma interferência resistente, sinuosa e complexa. Embora ela não impeça a mobilidade social vertical, é patente que ela a torna muito difícil e problemática. Aliás, a opinião predominante, tanto no “meio negro”, quanto nos diversos círculos da “população branca” da cidade, admite francamente esse fato. Reconhece-se que a riqueza e a posição social não corrigem, por si mesmas e para todos os efeitos, limitações resultantes da condição “racial”. E, o que é mais importante, sabese que as linhas de resistência se acentuam fatalmente, na medida em que o “homem de cor” pretenda desfrutar, sem restrições, todas as prerrogativas inerentes a seu nível social. Atendo-nos à documentação coligida a respeito da situação descrita, pretendemos completar a nossa

análise focalizando os aspectos que são cruciais para se entender como se processa e se explica a aceitação do “negro que sobe”.

É evidente que a aceitação do “preto” ou do “mulato” é regulada por representações e avaliações construídas pelo “branco”. Embora exista uma séria discordância entre as representações e as avaliações, de um lado, e as probabilidades de comportamento real de outro – as primeiras exteriorizamse como se fossem abertas, enquanto as segundas tendem a ser altamente restritivas[215] –, elas definem, em conjunto, alternativas de atuação pessoal e grupal que se concretizam socialmente. Os resultados de nossa investigação mostram que o “branco” admite certas potencialidades intelectuais criadoras no “negro”. Mesmo pessoas que se apegam a um preconceito extremado e irredutível ou aqueles que acreditam “que há qualquer coisa com a raça negra” freqüentemente compartilham desse julgamento. Assim, indivíduos que ressaltavam que “preto é preto”, “cada um para o seu lado” etc., por vezes frisavam, também, que os “pretos poderiam reerguerse”, já que “a inferioridade do preto não tem causas biológicas, constitucionais”.

Do mesmo modo, os que se revelaram convictos de que “os negros são uma raça decaída”, em muitos casos indicaram que eles poderiam corrigir sua inferioridade. Alguns, como sugere o exemplo seguinte, chegaram a salientar que eles “ainda podem, no futuro, se reerguer e tornar-se mais fortes que os próprios brancos”. As conclusões de Bastide e Van den Bergue esclarecem esse aspecto da nossa intricada situação de contato racial. “Em contraste com os estereótipos reinantes nos Estados Unidos, 55% da amostra julgam que os negros são intelectualmente iguais aos brancos (apenas 43% consideram os negros menos inteligentes que os brancos).”[216] Como essas conclusões se referem a indivíduos pertencentes à classe média, é provável que um contingente mais elevado da “população branca” total participe de convicções que permitem imputar ou reconhecer nos negros e nos mulatos qualidades potenciais para “subir na escala social”.

Contudo, nas explicações dos “êxitos” reais ou aparentes do “negro”, o “branco” enfrenta certa perplexidade. A maioria se apega a uma valorização de cunho etnocêntrico, segundo a qual “a melhoria do preto” resulta do seu “lado bom”. Graças à miscigenação, o “preto” teria herdado, em grau que varia com as proporções do mestiçamento, qualidades “intelectuais” e

“morais” derivadas, no fundo, da própria “raça branca”. Os que não colocam o dilema dessa maneira gravitam em torno de duas orientações básicas. Ou ficam indecisos, atribuindo os “êxitos” reconhecidos a influências construtivas do branco. É o que se infere das opiniões externadas, de forma típica, por uma pessoa de família tradicional. Ela crê, inabalavelmente, que “os pretos são inferiores aos brancos”. Mas sabe pela experiência que “alguns pretos” escapam dessa inferioridade. “Isso não tem explicação [...]. É como uma espécie biológica que, de repente, dá uma flor mais vermelha.” Ilustrou suas afirmações espontaneamente: “Tive um preto retinto, em minha repartição, que pode ser considerado uma exceção. Aliás, considero-o o único preto irrepreensível que conheci em toda a minha vida: corretíssimo moralmente, perfeito no serviço, alinhadíssimo nas roupas limpas e cuidadas, de trato finíssimo, melhor educado que muito branco [...]. Sua família era igualmente alinhada”. Tudo isso intrigava a pessoa em questão. “A única explicação que encontro é que devem ter sido educados num meio [branco] muito fino. Nunca toquei no assunto, mas o sobrenome, B. L., leva também a essa suposição, pois só pode ter sido tirado de gente boa. Aliás, era uso, antigamente, os escravos adotarem o nome de seus donos.” Ou, então, apelam para uma construção ambígua, que converge, de uma maneira ou de outra, para a imagem do “negro de alma branca”. Em um documento pessoal, deparamos com uma formulação característica:

> Tenho uns tios maternos que odeiam negros (devo explicar que minha mãe é de família de 400 anos). Absolutamente estes meus tios não se dão com negros. Quando por acaso ou um ou outro vai à sua casa (mesmo sendo preto de posição social) são tratados com reserva, e procuram evitar de qualquer modo a amizade com eles. Uma vez, somente, eu lembro-me de ter visto um desses meus tios “elogiar” um preto. “Que preto inteligente! Nem parece negro!”[217]

Um dos pesquisadores, ao elaborar uma súmula das conclusões a que conduziam as entrevistas que realizou, pôs em evidência essa manifestação de etnocentrismo do branco:

> Uma vez colocada a questão de qual o fundamento da afirmação relativa ao complexo do negro e à tara oriunda da escravidão, visto que houve (ou há) negros “grandes homens”, nenhum dos meus interlocutores foi capaz de tentar uma explicação, contentandose quase sempre em dizer que se tratava (ou se trata) de indivíduos excepcionais, algo como “são negros só na cor, no resto são brancos”.

O fato é que as três alternativas apontadas oferecem uma brecha para representar o “negro” em termos favoráveis e, mesmo, para aceitálo socialmente ou reconhecer o seu talento e a sua posição social em casos concretos. Onde elas não se equacionam socialmente,[218] os estereótipos negativos operam livremente, em prejuízo fatal da avaliação e da aceitação do “negro”. Assim, uma senhora de idade, identificada com a fórmula “Preto é preto; pode haver amizade, mas cada um de seu lado”, fazialhes restrições mesmo para os “serviços de pretos”. Adiantou que “não gosta de empregada de cor preta, porque não inspira confiança. Só aceitaria se fosse uma já conhecida de sua família”.

Os próprios informantes negros e mulatos enfatizavam essa conexão negativa. Na autobiografia de um funcionário público negro encontramos uma alusão explícita:

> As minhas relações com o chefe geral da repartição sempre foram das mais inamistosas possíveis. Uma antipatia mútua pairava sobre nós, de modo a não ser possível qualquer entrelaçamento, tão necessário no trabalho quotidiano. Creio que a razão dessa antipatia era advinda de ele não querer minha permanência na repartição. Corrobora a assertiva o fato dele não me conceder possibilidades de acesso a outros cargos de maior remuneração e de maior responsabilidade, alegando para tanto que eu vivia no meio de negros, bebendo cachaça em botequins, atitudes que se contrapunham à dignidade funcional.

A documentação coligida permite estabelecer ainda duas conclusões deveras importantes. Em situações concretas, de competição com o “negro que sobe”, o “branco” abertamente identificado com o preconceito de cor não compartilha de nenhuma dessas avaliações alternativas. Considera “o preto inferior”, “não quer nada com ele” e se protege de seu convívio mediante um exclusivismo hostil. Esse procedimento redunda em prejuízos insuperáveis para o “negro em ascensão social”. De um lado, porque reduz a viabilidade de sua aceitação nos círculos de maior prestígio social. De outro, porque lhe barra as vias mais compensadoras de intercâmbio social com os “brancos influentes” e revigora, entre estes, a propensão de respeitar a velha norma, segundo a qual a exclusão sistemática ou a aceitação excepcional do “negro que sobe” (mesmo do “grande homem de cor”) constitui matéria de arbítrio pessoal. Além disso, deve-se levar em conta a

qualidade da reação do próprio “negro” às avaliações que o reduzem à condição de *exemplo que confirma a regra.*

No passado, a integração na periferia ou no núcleo das famílias tradicionais envolvia processos de socialização e de identificação com os interesses ou os valores sociais da “raça dominante”, que faziam da avaliação “preto de alma branca” um símbolo nobilitante e desejável. No presente, como se trata de um processo de ascensão predominantemente autônoma de homens ou de famílias “de cor”, avaliações desse tipo são antes reputadas como “traiçoeiras”, “deprimentes” e “intoleráveis”. Só os “negros metidos a branco” (ou “trânsfugas”) e os “mulatos safados” se comprazem em ser discriminados, dessa maneira, da “massa de homens de cor”. Em sua autobiografia, um negro de classe média descreve francamente a sua irritação:

> Quase que diariamente tenho tido experiências desagradáveis por causa da cor. Não sei se a constância dessas situações é advinda da prevenção imposta por meu espírito, traduzindo-se, talvez, já em recalque, que fazem com que eu tenha um préjulgamento das atitudes dos brancos; mas, mesmo assim, tenho a dizer que as experiências desagradáveis, ou seja, as manifestações diretas ou indiretas de preconceito são bem constantemente percebidas em meus contatos. Uma das manifestações de preconceito bastante comum é aquela em que, num grupo de pessoas, onde se encontra apenas uma negra, sendo os demais brancos, temse, por costume, em qualquer comentário desairoso sobre o comportamento de um negro ou dos negros em geral, que surge na conversa, excluirse o componente do grupo atacado que ali se encontra, em dizendose: “Você não é negro”, ou então, “Você é negro com alma branca”. Já me encontrei muitas vezes em situações como a citada, sendo bem veementes os meus protestos, porque nunca admiti ataques à minha raça em minha presença. Também não admito elogios, porque não creio que ela os mereça, após a Abolição. Somente me curvo ante uma análise conscienciosa e criteriosa da real situação em que se encontra o negro brasileiro.[219]

Nesse contexto emocional, social e moral, o “negro” passa a receber o “tratamento excepcional”, com sua norma simbólica, como verdadeira ofensa, encarando-os, algumas vezes, como injúria irretratável. Um informante negro indicou, espontaneamente:

> Relativamente àquela exclusão do negro presente em uma roda que comenta qualquer conduta de negros, em dizendo: “Você não é negro. É somente na cor mas tem a alma branca”, tenho a dizer que conheço vários negros que romperam com suas amizades por causa dessa representação. Outros, aceitamna passivamente. Outros, principalmente mulatos, sentem satisfação em se verem excluídos da massa ignara a que pertencem.

O que ficou bem claro, na sondagem que efetuamos, é que a aceitação discriminativa, com base em ser avaliado como "preto de alma branca", deixou de ser algo universalmente compensatório. Como afirmou um dos nossos colaboradores: "O negro precisa ter seu automóvel, precisa ter seu telefone e seu palacete".[220] A identificação com o "branco" no plano verbal perdeu seu atrativo. O "negro" aspira por uma ascensão social afetiva e propende a esperar ou a exigir o "tratamento condigno" correspondente. Se ele lhe for negado, prefere a evitação franca e as relações formais, reguladas por contatos impessoais e categóricos.

À luz de avaliações raciais dessa natureza, é compreensível que o "branco" tenda, consciente ou inconscientemente, para comportamentos de teor discriminativo muito especial. A aceitação do "negro que sobe", dadas as condições materiais e as exterioridades requeridas pela situação de classe correspondente, flutua em função de três variáveis psicossociais independentes.

Primeiro, a aptidão demonstrada pelo próprio sujeito (a personalidade "negra" em ascensão social), nos diferentes níveis da vida em sociedade, em se identificar com as normas e os valores sociais, bem como com os padrões ideais de organização da personalidade da "raça dominante". Graças a esta variável, a aceitação do "negro que sobe" é condicionada pelo reconhecimento explícito de algo equivalente a uma espécie de *branqueamento social.*

Segundo, o sentido das polarizações das atitudes e expectativas de comportamento raciais do "branco". As contradições entre estereótipos, normas e comportamentos reais, já mencionadas, não são *causas*, mas *produtos* de uma situação de transição e de verdadeira ambivalência cultural. Nesse plano, elas traduzem a existência de formas sociais de acomodação racial, que são largamente divergentes, inconciliáveis e, até, exclusivas.

Em nossa reconstrução, interessam, especialmente, as polarizações extremas, em termos de afastamento ou de aproximação. Quando o comportamento do "branco" evidencia forte estereotipação, acompanhada da frustração simultânea (dissimulada ou ostensiva) das normas ideais de tratamento recíproco (do "negro", no caso), tendemos para manifestações mais ou menos intensas de intolerância racial.

Ao inverso, quando o comportamento real do “branco” propende para certa coerência em face das normas ideais de tratamento recíproco (do “negro”, no caso), tanto pode ocorrer uma suavização dos efeitos negativos da estereotipação, quanto uma neutralização desse processo,[221] e tendemos para manifestações mais ou menos límpidas de tolerância racial. O fato básico é que a interação com o “negro” não determina, por si mesma, o sentido das polarizações de atitudes e de expectativas de comportamento raciais dos “brancos”. Tal sentido é elaborado, em regra, como uma conexão de processos psicológicos, culturais e sociais inerentes ao caráter, às peculiaridades da tradição étnica ou nacional dos grupos domésticos e às implicações da situação de classe dos agentes “brancos”. Por isso, a aceitação do “negro que sobe” é condicionada pela qualidade e orientação das disposições subjetivas dos “brancos”.

Terceiro, a influência labial de fatores particulares, suscetíveis de interferir, em escala social, nos ajustamentos concretos. Certos encargos ou “obrigações de. família”; laços sentimentais ou morais, explicados através de simpatia ou antipatia, admiração ou aversão etc.; interesses cruamente materiais e racionais – podem transformar atitudes e expectativas de comportamento raciais do “branco” e converter a interação com o “negro” em fator dinâmico de aproximação ou de afastamento interracial. Explicam-se, assim: 1º – a tolerância, por vezes extrema e completa, de “brancos preconceituosos” diante de “certos pretos”, concebidos como “figuras à parte”; 2º – a intolerância, por vezes virulenta e desconcertante, de “brancos legais”[222] contra certos negros ou mulatos, encarados como “tipos que dão razão aos que falam mal dos pretos”.

O que importa ressaltar, aqui, são os efeitos dos fatores contingentes e labiais nas relações raciais. As normas ideais, acentuando modelos democráticos de avaliação e de comportamento, facilitam de certa forma a operação efetiva desses fatores. Por conseguinte, eles tanto podem contribuir para tornar menos rígidos os critérios de avaliação intolerante (dos indivíduos ou nos círculos sociais onde eles são mais freqüentes), quanto podem introduzir gradações negativas nos critérios de avaliação tolerante (dos indivíduos e nos círculos sociais onde eles são mais freqüentes). Portanto, a aceitação do “negro que sobe” também é condicionada por fatores circunstanciais, que particularizam ou personalizam as relações dos “brancos” com “certas pessoas de cor”,

aproximandoos ou afastando-os fora e acima dos padrões fornecidos pelos ajustamentos convencionais.

As três variáveis, consideradas em conjunto, atuam na mesma direção. Embora o comportamento manifesto dos “negros” seja apontado como o sistema de referência aparente, que determinaria as atitudes e expectativas de comportamento racial dos “brancos”, na realidade, os conteúdos e a latitude das avaliações e dos comportamentos destes últimos conformamse a crivos que lhes conferem, independentemente do seu nível social, a situação de “raça dominante”. Não só o “negro” tem de se esforçar para demonstrar que é capaz de atingir determinados níveis de realização psicossocial. O “branco” se reserva o direito do julgamento final e de decidir os limites dentro dos quais irá reconhecer, aceitar e sancionar as “situações de fato”, criadas pela ascensão social do “homem de cor”.

Está claro que os comportamentos psicossociais descritos reduzem o ímpeto e o impacto da mobilidade social vertical do negro e do mulato. De um lado, eles instigam a perpetuação de formas de seleção rígidas, incompatíveis com os fundamentos igualitários de uma sociedade competitiva, graças às quais o “branco” pode resistir e, em última análise, manipular as probabilidades de equiparação social com o “negro”. De outro, eles dão continuidade, atualidade e universalidade ao conhecido mecanismo da “exceção que confirma a regra”, amoldando-o às condições de integração e de funcionamento da sociedade de classes.

Quanto ao primeiro ponto, as nossas entrevistas mostraram que os “brancos” – especialmente aqueles que acham que “há muito preto bom” – tendem a reconhecer que o “negro” tem de enfrentar um sistema unilateral de barreiras. Eis como essa opinião foi equacionada de forma típica: “Quando eles [os pretos] sobem é por seu próprio valor. É que para o preto subir ele precisa ser o tal. O branco faz qualquer coisinha e passa. Mas o negro precisa ser o tal mesmo. Senão, não consegue nada”. Mesmo um informante que contraditou semelhante opinião deixou patente esse mecanismo: “O problema é antes de educação. O preto é aceito mesmo sem ser o tal. Os patrões têm medo de aceitar empregados pretos porque sabem que eles não têm educação e têm receio que eles respondam mal, como fazem os pretos com palavras daquelas, aos fregueses”.

Por aí se vê que a expectativa mínima, no plano da seleção, é fornecida pelo nível de comportamento do “branco”. Ainda que não se exija que este

seja suplantado pelo “negro”, espera-se deste uma realização que o equipare ao primeiro. Os resultados patentearam que a indiferença ou uma exigência negligente só aparecem no plano do “serviço de negro”. Um dos entrevistados, que se empenhava em provar que “não existe preconceito de cor em São Paulo”, respondeu da seguinte maneira à pergunta “se os empregados pretos faziam os mesmos serviços que os brancos”: “Bem, nisso você tem razão. A maioria se dedica a trabalhos braçais. Mas, se algum tiver valor, poderá ser melhor aproveitado. É que fazem maiores exigências para os pretos do que para os brancos”.

Um dos pesquisadores focalizou um caso ilustrativo. A diretora de uma escola particular religiosa lhe disse: “Exigimos mais de uma preta que de uma branca, para que a aceitemos. A situação é muito delicada e uma moça de cor, para ser respeitada, deve ser superior a uma branca nas mesmas condições”. Os documentos pessoais coligidos revelaram abundantemente que a aceitação do “chefe”, do “dentista”, do “advogado”, do “médico” etc. negro ou mulato ocorre sob critérios idênticos. As peneiras que regulam a seleção do “negro” e do “branco” são diferentes a tal ponto, que o fato caiu em pleno domínio da percepção de senso comum. Ao deparar com “um negro em cargo importante”, o “branco” logo pensa que “ele é o tal”, “deve ser uma sumidade” ou “é ultracompetente”.

Resumindo os resultados de uma sondagem, feita através de entrevistas informais nesse sentido, declara o pesquisador: “Fui sempre informado sobre negros que ocupam posições subalternas. Quando eram conhecidos casos em que haviam chegado a posições sociais elevadas, seu nome e situação eram referidos como se tratasse de coisa excepcional, capaz de causar surpresa. Como a justificar o fato, eram afirmadas as qualidades ‘positivas’ da pessoa”.

É curioso como se estabelecem centros de percepção espontânea da realidade. À posição de professor catedrático da Faculdade de Direito é inerente grande prestígio social. Vários entrevistados brancos trouxeram à baila o caso de um mulato claro, especialista ilustre, que logrou vencer o concurso de cátedra nesse instituto de ensino superior. Um dos entrevistados chegou a indicar que no primeiro concurso “ele não entrou por causa do preconceito de cor”; e que “somente no segundo concurso ele entrou, porque não havia jeito mesmo”. Outro informante, referindo-se à mesma pessoa, ressaltou que ela “concorreu com vários brancos de família

de projeção e prestígio” e que “isso me leva a crer que ele era muito superior aos outros, senão, numa sociedade em que o preto é sempre o mais fraco dariam a vitória a um outro branco”. Vários exemplos e informações, fornecidos diretamente por negros e mulatos, evidenciam que eles compartilham desse estado de opinião.

Um dos entrevistados chegou a frisar:

> Há uma vantagem em ser negro. É mais fácil da pessoa tornar-se conhecida. Uma pessoa de que eu tratei, falando do serviço a outra, pode esquecer o meu nome. Mas diz: “foi aquele dentista negro lá, de tal lugar assim, assim”. Agora, tem uma coisa. Do mesmo modo que um serviço bem feito de um negro repercute mais que o de um branco, quando acontece de um negro fazer um serviço porco, então, está liquidado. É isso, um negro, concorrendo em igualdade de condições com um branco, tem que ser melhor para vencer.

Esse é o credo do negro e do mulato, que se lançam decididamente na competição com os “brancos”. Eles sabem que existe uma disparidade incontornável no peneiramento interracial e que só adquirem algumas *chances* “esmerandose” para atingir seus objetivos.

Não obstante, a seleção rígida se vincula a fatores materiais ou morais persistentes, que prolongam o passado no presente. De um lado, a especialização indireta e invisível, resultante dos serviços de “negros”, contribui marcadamente tanto para preservála, quanto para justificála. A interferência desse fator é tão generalizada, que cabe ao acaso a descoberta e a utilização do talento do “negro” pelo “branco”. As histórias de vida e as entrevistas de negros e mulatos de “classe média” fixam certos instantâneos, que comprovam duas coisas. Primeiro, que o “branco” relega, inadvertidamente, “pretos preparados” a serviços subalternos. Segundo, que às vezes, quando alguém com autoridade ou ânimo humanitário descobre a situação real, aos poucos eles são guindados a empregos e a posições melhores, ainda que seja mais ou menos raro uma reparação eqüitativa e total. De outro lado, a especialização rígida favorece a persistência de padrões de dependência pessoal do “negro” em face do “branco”. Não só estimula aquele a procurar a “proteção” deste, como anima o último a se ater a critérios discricionários no reconhecimento e no aproveitamento das aptidões potenciais do primeiro, como se um resíduo de paternalismo fosse essencial ao equilíbrio das relações entre as duas categorias raciais.

Quanto ao “negro”, sentindo-se prejudicado pela seleção rígida, procura solapála e removêla pelos meios ao seu alcance, nos diferentes níveis em que ela se manifesta. Seja no modo de se vestir, de tratar o “branco” e de “sustentar a nota”; seja na maneira de atrair a simpatia dos colegas e chefes, para “completar seus conhecimentos” ou para conseguir determinadas “promoções no serviço”. O fato é que desenvolve grande sensibilidade às formas assumidas pela seleção rígida, mesmo as mais dissimuladas.

O seguinte exemplo, relativo à situação enfrentada por um dentista mulato, que se associou a um médico branco, é deveras esclarecedor. Algum tempo depois de terem instalado a clínica, o médico lhe disse: “Não esperava que você fizesse a clientela que fez”. Ao que o outro respondeu: “Você achava que um negro teria dificuldade de fazer clientela e, nós somos amigos, quando você ficou indeciso para montar consultório comigo foi porque seus amigos disseram e você também achou que não dava certo trabalhar junto com um negro”. “Como é que você sabe disso?” “Eu estou acostumado. Se não soubesse disso, não poderia vencer.”

Alguns casos mostram que, postos em situações extremas, recorrem conscientemente, com obstinação implacável, aos mais variados estratagemas para se protegerem contra os efeitos prejudiciais do uso social que os “brancos” imprimem à seleção rígida.

Quanto ao segundo ponto, deparamos com diversas modalidades de preservação do mecanismo da “exceção que confirma a regra”. Em termos ideais, esse mecanismo não deveria se perpetuar na ordem social competitiva. Ele deveria ter desaparecido com a ordem senhorial e escravocrata, na qual vinha a ser um ingrediente indispensável. Dado o fundamento pecuniário da escravidão, as várias possibilidades de alforria, a necessidade de dispor do liberto para diversas ocupações essenciais no sistema de trabalho escravista e as proporções da miscigenação mesmo nos níveis sociais altos, o referido mecanismo permitia separar determinadas “pessoas de cor” da categoria racial a que pertenciam, sem alterar a posição desta, como um todo, na ordem social vigente. No regime de trabalho livre e na sociedade aberta ele perdeu essa função reguladora do equilíbrio racial. Não obstante, como a modernização do sistema de relações sociais não afetou de pronto e de modo profundo os padrões tradicionais de convivência racial, aquele mecanismo acabou impregnando e, mesmo, pervertendo a integração e o funcionamento da ordem social competitiva.

Como se ainda tivesse de resguardar privilégios senhoriais e de impedir a degradação de prerrogativas estamentais inalienáveis, o “branco” aplica aos efeitos da competição com o “negro” fórmulas análogas às empregadas no passado. Separa, assim, o “preto de caráter”, o “negro inteligente”, o “mulato fino” etc., do “preto” considerado como uma categoria racial. Em conseqüência, pode não só atribuir certa liberdade no tratamento dos “negros” que são representados como uma espécie de equivalente social do “branco”, como, também, manter intocáveis e com um máximo de eficácia social avaliações raciais obsoletas, que abrem caminho para uma forte estereotipação negativa do “negro” e para comportamentos reais de teor variavelmente etnocêntrico. Enfim, acomodase racialmente à ordem social competitiva sem se predispor, material e moralmente, a redefinir a imagem do “negro” e as avaliações concernentes à “raça negra” em função dos êxitos do “homem de cor” na livre competição. Os êxitos verdadeiramente marcantes ou são ignorados ou contam como contrapeso negativo, para acentuar o caráter irrisório da exceção e a intangibilidade da regra geral.

A perpetuação do mecanismo. em apreço não resulta, apenas, dos fatores de demora cultural. Parece que as proporções da miscigenação excluíram, na cidade de São Paulo, o negro e o mulato de certos níveis sociais realmente beneficiados pela implantação do estilo competitivo de vida. Doutro lado, a proletarização do “negro” e a formação de “classes médias de cor” constituem fenômenos incipientes. Ambos não contribuem nem para aumentar a visibilidade do negro e do mulato naqueles níveis sociais, nem para pôr em crise avaliações raciais anacrônicas. É impossível presumir até onde essas condições, somadas aos efeitos da demora cultural, irão corromper os fundamentos ideais da ordem social competitiva e, principalmente, se eles poderão conformar essa ordem social a desvios de cunho racial discriminativo. Contudo, é evidente que a baixa porcentagem da “população de cor”, seu relativo isolamento sociocultural e sua fraca mobilidade social vertical impedem qualquer correção rápida ou a curto prazo das deformações introduzidas na integração e no funcionamento da ordem social competitiva pelas formas tradicionais de acomodação racial.

A sondagem efetuada demonstrou que o mecanismo opera, sensivelmente, como no passado. A condição *sine qua non* para a “pessoa de cor” contar como *exceção* ainda é a *identificação* ostensiva com os interesses, os valores e os modelos de organização da personalidade do

“branco”. Mesmo o negro e o mulato que não queiram “passar por branco” precisam corresponder, aparentemente, a esse requisito, onde e quando aspirem a ser aceitos e a ser tratados de acordo com as prerrogativas de sua posição social.

Desse ângulo, em que se tomam “negros” e “brancos” em autêntica convivência e em relações raciais simpáticas, a ascensão social do “preto” continua a ser um processo de infiltração no “mundo dos brancos” e de “acefalização do meio negro”. Tal condição, porém, não garante, por si mesma, plena equiparação social com o “branco”. Esta só tende a se efetivar quando a “pessoa de cor”, além disso, pertence ao núcleo legal de uma parentela considerada de “projeção” e de “importância”. Nessa alternativa, o indivíduo não é somente uma *exceção*, mas um caso isolado. Alguém poderá rirse dele pelas costas, dizer que “coça atrás da orelha” ou que “tem um pé na senzala” e, até, evitálo cuidadosamente. Contudo, ele sempre será *fulano de tal* para um grande número de brancos da mesma situação socioeconômica, embora para os “brancos estranhos” e para alguns conhecidos ou parentes, mais intolerantes, ele possa se confundir ou ser tratado como “preto”.

O fato básico, todavia, diz respeito ao grau de aceitação extrema, alcançado por esse tipo de “pessoa de cor”. Um advogado de família branca tradicional, e muito intransigente em matéria de relações raciais, oferece uma ilustração típica. Ele citou, espontaneamente, os P.[223] como exemplo de “gente boa”, com a qual mantinha estreita convivência, apesar de representar alguns deles como “pretos” (na realidade, são mulatos claros). Salientou que eles testemunham que “no Brasil todo mundo tem oportunidades”, pois “são sócios do Jóquei e isto não é coisa para qualquer um”. Indicou, outrossim, que aceitaria de bom grado ser mandado por eles: “Aí tem os P., o J. e o F.; são gente de bem, podem ser meus chefes.” “Mas, sublinhou, por essa negrada que anda por aí, não.”

Os resultados da nossa pesquisa comprovaram, abundantemente, que só nesta última circunstância o “preto” (ou o “mulato”, freqüentemente descrito como “preto”) encontra possibilidades de se mesclar nas rodas dos “brancos”, vivendo como se fosse um deles e sofrendo um mínimo de dissabores ou de discriminações associados à cor.

Como *exceção*, o indivíduo deixa de ser “preto” ou “mulato” para muitos efeitos sociais, sendo encarado como “uma figura importante” ou “um

grande homem". Um dos pesquisadores concluiu, em seu documento pessoal: "Hoje, é Cesarino Júnior o padrão; no passado era-o Machado de Assis". O branco descarta a cor da situação pessoal, e opera com esta para justificar seus sentimentos, atitudes e comportamentos, tanto em contatos categóricos, quanto em contatos simpáticos. O convívio no lar, onde o exclusivismo é mais forte, permite situar bem a questão. Ele não recebe, apenas, um intelectual, um amigo ou um parente "de cor". Mas um Rebouças, um Teodoro Sampaio ou "um sujeito formidável", do qual poderá se gabar: "Marido bom como ele é que desejo a vocês, minhas netas, mesmo sendo preto!".

Do outro lado, nas ocasiões em que o exclusivismo pode sofrer manipulações, sem se arranhar, a situação pessoal serve de fundamento à tolerância ocasional. Em um estudo de caso sobre a convivência interracial nos bailes,[224] o pesquisador chegou às seguintes conclusões:

> Nos bailes de clubes, "grãfinos" ou de classe média, a entrada de negros é vedada. É fato que se pode encontrar um ou outro mulato claro que, por assim dizer, "atravessou a linha". Mesmo assim, não se tratando de nome conhecido e facilmente identificável por todos os presentes, de pessoa, portanto, com prestígio social indiscutível, os brancos acham sua presença incômoda: ela é índice de que estão num lugar de "pouca classe". Sob este aspecto é bastante esclarecedora a entrevista que me foi dada por um diretor do clube *X*,[225] na qual narrou-me o tipo de protestos causados pela presença de mulatos claros. Um Leônidas, um Cesarino Jr., um Prado, são identificáveis a qualquer momento e, aparecendo uma pessoa que os desconheça e estranhe sua presença, poderá ela receber, de qualquer um, imediatamente, a explicação de quem é o personagem.

Essa técnica de lidar com o negro e com o mulato como exceção, nas situações de convivência mais íntima ou exclusivista, produz três conseqüências bem conhecidas. Primeiro, as qualidades atribuídas a tais pessoas, que dão fundamento ostensivo à aceitação e ao tratamento diferencial que lhes são dispensados, raramente deixam de ter o caráter de uma exceção, feita de modo consciente e mais ou menos explícito. Segundo, a tolerância daí resultante não se transfere a outras pessoas da "mesma cor" nem se aplica ao "preto em geral". Portanto, ela é neutra com referência às avaliações e aos comportamentos raciais vigentes. Terceiro, as "pessoas de cor", que caem na categoria da exceção, enfrentam uma situação social ambígua. Nem todos os "brancos" se dispõem a representálas como "negros de alma branca", "autênticas sumidades",

“verdadeiros personagens”, “gente de bem” etc.; e muitos o fazem de maneira desastrada ou contrafeita, dando origem a qüiproquós chocantes e, por vezes, deprimentes.

Na realidade, é claro à análise sociológica que esse tipo de aceitação preenche uma função latente: ele visa a manter e a preservar a distância social existente entre os dois estoques raciais. Reduzindo o reconhecimento dos efeitos econômicos, psicossociais e socioculturais da ascensão social de uma parcela mínima da “população de cor”, dá validade, continuidade e plena eficácia às avaliações e tratamentos discriminativos, aplicados aos “pretos” em geral. Por isso, a aceitação do “negro” em termos de exceção anima o “branco” a se definir, ininterrupta e fatalmente, como o agente ativo e dominante das relações raciais. E introduz, na perspectiva social do segundo, uma deformação ótica inevitável: os poucos “pretos”, que são aceitos e tratados com eqüidade relativa, servem de símbolo e de evidência perenes para a subestimação e a rejeição da grande massa dos “homens de cor”.

Em contrapartida, o “negro que sobe”, desejoso de desfrutar ao máximo as facilidades e as garantias de sua posição social, pode se empenhar, arduamente, na luta por se converter no “preto que é uma exceção”. Vê-se, assim, compelido a se desfigurar material e moralmente. Tem de se submeter, previamente, ao “figurino do branco”. E, se isso não bastasse, precisa se conformar aos papéis sociais ambíguos do “cavalheiro por exceção”, em todas as circunstâncias sujeito a dar provas ultraconvincentes de sua capacidade de ser, de pensar e de agir como equivalente moral do “branco”. Em suma, condenase a se negar duplamente, como indivíduo e como parte de um estoque racial, para poder se afirmar socialmente.[226]

Visto isso, podemos passar, finalmente, à questão crucial: como a cor e a posição social se refletem na determinação do prestígio social do negro e do mulato. A sondagem efetuada sugere que reina aparente confusão a respeito das conseqüências sociais de ambas tanto entre os “brancos”, quanto entre os “negros”.

Primeiro, certas racionalizações difundem a opinião de que o prestígio social do “homem de cor” constitui uma função de sua situação socioeconômica. Assim, “brancos” e “negros” compartilham, em larga medida, do seguinte princípio tradicionalista: “Quanto tens, quanto vales; nada tens, nada vales”. Os “brancos” mais identificados com a ideologia da

democracia racial chegam a afirmar, como o fez um sujeito que trouxe à baila o referido provérbio: “Toda vez que o preto consegue vencer ele ganha brancura, como diz Gilberto Freyre”.[227]

Na análise dessa percepção verificamos que ela não pressupõe nem a crença nem a existência de qualquer equiparação entre as duas “raças”. Eis um exemplo típico: Trata-se de uma pessoa que se distinguia pelo ardor com que se insurgia contra “a opinião de muita gente”, de acordo com a qual “o preto é inferior ao branco”. Pensava que “todas as raças são iguais” e apontava os Estados Unidos como uma espécie de *experimentum crucis*, pois lá “o negro pode ser doutor, médico, engenheiro, até capitalista”, o que “mostra que o preto é tão capaz quanto o branco. A separação do preto e do branco foi favorável ao preto. Ele teve estímulo para progredir na vida”. Manifestavase convicto de que “dentro de um século, a igualdade será instaurada no mundo. Não é coisa para nós vermos. Mas ela vem. É inevitável. Então, ninguém irá separar o preto do branco”. Quanto ao Brasil, entendia que “o preto forma a classe mais baixa”. A partir da posição social, explicava todo o drama do “negro”:

> “O preto está numa situação muito inferiorizada”; “não pode progredir” e “são relegados ao crime”. “Quase todos os roubos e crimes são praticados por negros. Se os brancos saíssem do meio deles, também não seriam coisa melhor. Por essa razão é que os brancos evitam ter relações com os pretos. É que eles não são bem vistos em nossa sociedade, por causa disso. Acham que preto não presta, é desordeiro e não é honesto”.[228]

Malgrado essa percepção da realidade e das perspectivas futuras das relações raciais, asseverou, espontaneamente: “É justo que se considere o preto inferior ao branco. É uma coisa que vem de séculos. Da África, o que poderia sair? Nada podia sair bom de lá. Eles não têm médicos, nem engenheiros, nem advogados. São todos uns bárbaros [...]. O povo sabe disso e acha que o preto não é capaz de fazer coisas que o branco sabe fazer”. Portanto, mesmo quando reduz as diferenças aos efeitos da posição social, o “branco” de orientação mais “democrática” ainda permanece preso a um resíduo de etnocentrismo insuperável.

A posição social serve, no fundo, para explicar a inferioridade do “negro”, como se ela funcionasse como uma ratoeira: prende-o inexoravelmente à “situação inferior”, num círculo vicioso perene, já que de um “meio” como o seu “não pode sair outra coisa” e a herança cultural

originária só produziria “bárbaros”. O “negro que sobe”, por sua vez, possui interesses que o levam a reduzir as diferenças diante do “branco” às implicações da posição social. Contudo, ele enfrenta dificuldades em “sair da própria pele”. Ao forçar a participação das “prerrogativas de direito”, inerentes à sua posição social, descobre que esta não é tudo e que a cor se impõe como um fantasma real. Partindo de expectativas de comportamento que imputa aos “brancos” ou que deles assimila de fato, ele próprio julga “estranha” a sua presença em certas situações sociais e se coloca na condição do “homem de cor” que não quer ser confundido nem tratado como “preto”.

Os que são melhor sucedidos nessas tentativas se apegam com fidelidade extrema às percepções e explicações dominantes entre os “brancos”. Apregoam que as diferenças de tratamento ou de oportunidades são resultantes das diferenças de posição social e que o “preto”, em última análise, “é culpado pela situação existente”. Especialmente os que, por uma razão ou por outra, varam com êxito as barreiras forjadas pela aceitação seletiva ou são assimilados por parentelas brancas conceituadas – “mulatos”, que caem, com freqüência, na categoria de “mulatos claros” mas são designados como “pretos” – sustentam onde e como podem que, “no Brasil, quem escapa de preto é branco”.

Nossa investigação revelou que esse princípio não é compartilhado, normalmente, nem pelos “brancos”, nem pelos “negros”. Apenas uma minoria, de um e de outro lado, admite sua legitimidade. Ele é usado, porém, como técnica de egoenvolvimento e autoidentificação com a situação de interesses e com os valores sociais da “raça” dominante.

Segundo, outras racionalizações objetivam, simetricamente, a opinião oposta. Uma parcela da “população branca” acha que “existe preconceito” e que “está certo”. Essa percepção, por vezes, envolve, indiretamente, conseqüências sociais da estratificação racial. Ela se objetiva nas reações do tipo – “Salvo raras exceções, quando é que se vê negro ocupando posições elevadas? Eles são de raça inferior”. Quanto ao negro e ao mulato, é elevado o número dos que propendem para essa opinião. No plano do homem rústico, que ainda não possui elementos para tomar consciência da situação racial, a adesão assume tons singelos. Sirvanos de exemplo a resposta de um empreiteiro mulato: “Não adianta muito ao preto querer subir, porque fica sempre preto”.

Na chamada “classe média de cor”, porém, as apreciações são realistas e, ao mesmo tempo, ambivalentes e amargas. Como a inclusão no “mundo dos brancos” representa um ideal supremo, estabelecem-se compromissos tácitos com a ordem racial existente. Chega-se a culpar o próprio “negro” – ou por não saber se ajustar às expectativas de comportamento consagradas socialmente (o que significa, em vários sentidos, pelos “brancos”, como “raça dominante”); ou porque ele seria “demasiado sensível”, “choramingas” e “revoltado demais”. Mas experiências concretas provocam cicatrizes indisfarçáveis e incuráveis. As mesmas pessoas, que advogam semelhantes pontos de vista, admitem contraditoriamente que a “cor é uma barreira” e que ela “exclui o negro de prerrogativas a que tem direito por sua situação econômica e social”.

Desse modo, o “negro culto”, “educado” e “rico” se torna portavoz de explicações que retomam a temática desmascaradora dos movimentos reivindicatórios. Sentindo-se repelido e humilhado, em suas tentativas de aproximação, condena “o preconceito do branco”, identificando-o como “manobras de bastidores” e vendo nele “medo da inteligência do negro”. As contradições inerentes a semelhante ambivalência de atitudes e de avaliações não impedem a dolorosa certeza de que “o negro fica de lado por causa da cor” ou de que “nada lhe adianta ser inteligente, ter caráter e possuir posição social”.

Essa variedade de percepções e de avaliações deflui, naturalmente, da extrema variedade das situações de contato racial. De fato, em dadas circunstâncias, a posição neutraliza a cor em muitos efeitos sociais. É o que se dá nos casos em que os “indivíduos de cor” são assimilados por parentelas brancas importantes; ou em que são aceitos em caráter excepcional; ou em que contam, em primeiro lugar, formalidades convencionais.[229]

Em determinadas circunstâncias, doutro lado, a posição social é solapada e até neutralizada pela cor. O advogado “preto” pode ser tomado por um contínuo ou, mesmo, barrado na porta de uma boate, apesar de ter dinheiro, de apresentarse bem vestido e de estar em companhia de “brancos respeitáveis”. No entanto, o que importa são as gradações. Enquanto as correções introduzidas por via da posição social apenas beneficiam indivíduos isolados e, com freqüência, em esferas circunscritas de interação social, as limitações decorrentes da cor possuem vigência universal.

Na verdade, o negro e o mulato estão expostos, normalmente, a uma perda real de prestígio social, como se os níveis de classificação da sociedade global não tivessem plena eficácia para eles. A cor aparece, a um tempo, como marca racial e como símbolo de *status*. Por isso, ela serve, inextricavelmente, para identificar o negro e o mulato como categoria racial (como "preto") e como categoria social (como "a classe mais baixa"). Contudo, as coisas se passam de tal maneira, que a primeira categoria pode obliterar ou não a segunda, de acordo com as disposições psicossociais e morais do agente "branco".

O "negro que sobe" põe em choque essa equivalência de categorias e os subterfúgios em que ela se sustenta. Todavia, como os diferentes níveis sociais não estão saturados nas mesmas proporções por negros e mulatos, o "branco" pode ignorar esse fato e agir segundo práticas convencionais, que lhe facultam uma arbitrariedade elástica no tratamento do "preto". Ele tanto pode deixar de "tratar como preto" um "indivíduo de cor" pertencente a uma categoria social inferior à sua, quanto pode "tratar como preto" um "indivíduo de cor" do mesmo nível social ou de nível social superior ao seu. As mudanças estruturais, que põem em jogo a estratificação racial da sociedade inclusiva, ainda não foram tão longe a ponto de suprimirem o paralelismo entre "raça" e "posição social ínfima", que se estabeleceu, no passado, com referência ao "homem de cor". Esse paralelismo não só persiste, atenuado, na sociedade de classes. Continua a ser manipulado, arbitrariamente, pelo "branco", em função de seus sentimentos e de suas conveniências pessoais, bem como de seus interesses e valores sociais.

À luz dessas conclusões é inevitável que se tenha de reconhecer duas realidades palpáveis. Em primeiro lugar, a cor interfere negativamente no processo de ascensão social do negro e do mulato. Élhes difícil usufruir, em condições de eqüidade para com o "branco", a soma de prestígio social inerente às posições sociais que logram conquistar na ordem social competitiva. Em segundo lugar, o "branco" continua a defender, em regra inconscientemente mas por vezes conscientemente, certa disparidade social entre os dois estoques raciais. Portanto, o velho paralelismo entre "raça" e "posição social ínfima", em se tratando do negro e do mulato, ainda possui significação para uma parte da "população branca".

Como veículo para a preservação da distância social entre os dois estoques "raciais", perpetuase porque é valorizado socialmente. O "branco"

reluta em encarar e em receber o “negro” como um *parceiro* e como um *igual* na ordem social competitiva, mesmo quando ele atinge seu nível social. Sem que se manifeste qualquer temor generalizado diante dos riscos reais ou potenciais da competição com o “preto”,[230] há uma resistência bem definida à sua incorporação em bloco e *ex abrupto* a essa ordem social. Ao solapar ou ao aluir o prestígio social a que façam jus os “indivíduos de cor” em ascensão, não se impede a absorção gradativa e necessariamente lenta dos “mais capazes” dentre eles; retardase indefinidamente, porém, a instauração de uma eqüidade perfeita nas relações dos dois estoques “raciais”.

Se essas conclusões forem válidas, poderemos estabelecer dois pontos essenciais. De um lado, em vista da situação de interesses e dos valores sociais do estoque “racial” branco – os quais definem, por sua vez, a própria configuração e a legitimidade da ordem social vigente –, a cor (e não a posição social) adquire significação especial nos ajustamentos raciais. Se ela fosse neutralizada (ou acaso se tornasse socialmente inoperante, por qualquer motivo), o paralelismo entre “preto” e “condição social inferior” estaria fatalmente condenado e, com ele, a forma existente de dominação “racial”.

De outro lado, em termos da perspectiva do estoque racial “negro”, inversamente, a posição social possui significação especial: 1º – como critério para ampliar os graus de participação dos interesses e valores sociais consagrados pela sociedade competitiva; 2º – como fonte de correção progressiva e de provável supressão final das injunções limitativas, decorrentes da cor e de sua utilização como “marca racial” e como “índice de classificação social”.

A fixação desses dois pontos é verdadeiramente crucial. Por meio deles, percebe-se claramente que o “branco” não luta contra o “negro” de modo direto, pessoal e consciente; que ele não consegue aceitar plenamente o princípio segundo o qual a *sociedade aberta* pressupõe igualdade social entre estoques “raciais” distintos; e que se orienta, em sentido amplo, como agente de conservantismo sociocultural. O “negro”,[231] por sua vez, também não luta de forma direta, pessoal e consciente contra o “branco”; encara a *sociedade aberta* como sendo igualitária tanto social, quanto racialmente; e se orienta, em sentido amplo, como agente de inovação

sociocultural, propenso a aceitar a dominação do “branco”, mas de acordo com os modelos ideais de relações sociais da sociedade competitiva.

Em suma, voltamos de novo aos problemas sociológicos de dinâmica social numa sociedade multirracial. Ao negar ao “negro que sobe” plena eqüidade na fruição do seu prestígio social, o “branco” se empenha, de fato, na preservação da distância social existente entre os dois estoques “raciais”. Sem desejar esse papel histórico, converte-se em fator humano da demora cultural na esfera das relações raciais, estimulando a corrupção da ordem social competitiva no que tange às relações raciais. Ao lutar pela fruição máxima do prestígio social adquirido, o “negro que sobe” se envolve, de fato, no solapamento e na neutralização da distância social existente entre os dois estoques “raciais”. Sem ter consciência e sem dispor de condições objetivas para desempenhar esse papel histórico, transforma-se em fator humano da modernização da ordem social competitiva (na esfera das relações raciais) e da eliminação progressiva de inconsistências socioculturais que ameaçam o seu padrão normal de integração e de desenvolvimento.

Essas razões evidenciam quão importantes são, para o negro e o mulato, as técnicas sociais que lhes permitem desfrutar, conservar ou melhorar as posições sociais conquistadas.[232] Tais técnicas equivalem a verdadeiras armas de defesa e de ataque, nas batalhas ingratas e obscuras em que “o negro que sobe” joga, diuturnamente, sua auto-afirmação social. Nos limites desta exposição, pensamos que seria suficiente considerar, apenas, os aspectos mais relevantes dessas técnicas, nos diferentes planos em que elas podem ser mobilizadas para “subir de *status*”, para “impor o *status*” e para “ostentar o *status*”.

As técnicas sociais, empregadas pelo negro e pelo mulato para “melhorar de posição” (portanto, para ascender de *status*), são, em regra, tomadas por imitação nas relações com os “brancos”. Elas traduzem, psicológica, cultural e socialmente, os progressos realizados pelo “negro” na participação da ordem social competitiva. Os resultados de nossa investigação indicam que esses progressos gravitam em torno de certos focos centrais. Levando-se em conta a concentração das respostas ou a convergência de atitudes manifestas, reveladas nos documentos pessoais obtidos por meio de entrevistas, histórias de vida e reuniões em grupo, a

seguinte sistematização nos oferece uma idéia de como se ordenavam esses focos por ocasião do levantamento básico (em 1951).

Primeiro, a valorização (poderseia falar, mesmo, em supervalorização) da "instrução" como fator de integração socioeconômica e de competição com os "brancos". Embora extensa parcela da "população de cor" permaneça neutra ou confusa com referência à importância prática da "instrução", os grupos em mobilidade vertical (ou com anseios de mobilidade vertical) se caracterizam pela propensão a valorizar a escola e a aprendizagem escolar como um "bem supremo" e uma espécie de "abrete sésamo" da sociedade moderna. Nesses círculos, há impressionante acordo quanto ao fato de que "a instrução é o verdadeiro problema para os negros". Condenase a evitação ou o abandono prematuro das escolas; atribuise à "falta de instrução" o malogro do "negro" na luta pelos "melhores empregos" e a persistência das avaliações restritivas dos "brancos"; e há forte tendência a se encarar "o nível extremamente baixo de instrução" como "a verdadeira causa" da deterioração dos padrões materiais e morais de existência, imperantes no "meio negro".

Alguns, chegam ao extremo de explicar a frustração dos movimentos reivindicatórios por meio desse fator: "A Frente Negra começou bem. Mas eles fracassaram, porque não deram a devida atenção ao problema da instrução, que é o mais importante de todos, para o negro". Doutro lado, estabeleceuse a convicção, bastante generalizada, de que a instrução é a única via que pode dar ao "negro" a consciência exata do seu "valor". Somente ela poderia lhe oferecer, pois, os recursos para combater "o complexo de inferioridade" e para agir de acordo com suas conveniências ou interesses mais profundos.

Por fim, os êxitos na esfera da instrução (especialmente no nível do ensino superior) são representados e avaliados como índices de igualdade racial. Eles serviriam tanto para "mostrar aos brancos que [os pretos] são iguais em tudo, só na cor que não", quanto para impelir o "negro a ter orgulho da sua cor" (ou da "raça"). A escola é definida socialmente, portanto, como veículo de ascensão social: o meio por excelência para abolir as diferenças sociais entre os dois estoques "raciais" – para "negro aprender a fazer tudo o que o branco faz" e para que ele "se torne gente". Nesse sentido, o seguinte diálogo, entre um negro idoso e uma jovem mulata, é deveras ilustrativo:

– O que está fazendo?
– Estou estudando datilografia.
– Que datilografia, nada! Vá para um ginásio e se forme. Depois, faça um curso superior. Isso sim é estudar com proveito. Como você pode ser datilógrafa sem saber nada?
– Eu gostaria. Mas leva muito tempo.
– Que leve! Isso que você está fazendo é que não leva a nada. Os nossos irmãos brancos não fazem assim. Desse modo nós nunca chegaremos onde eles estão![233]

Segundo, à supervalorização da instrução corresponde, nos mesmos círculos, um empenho obstinado em estudar. Está claro que esse empenho é mais intenso nas gerações ascendentes; porém, mesmo entre os adultos há quem combine, com relativa freqüência, o trabalho com o estudo noturno. Os que "têm mais sorte" na competição ocupacional, ao "trocarem de emprego" passam, por vezes, para cursos de níveis mais elevados. Alguns "colecionam diplomas", formandose em vários cursos técnicos ou em dois e até em três cursos superiores.[234]

Ao aumentar a taxa e a variedade da escolarização no seio da "população de cor", criamse novas "tradições". Os pais se acostumam com a idéia de "mandar os filhos para a escola", chegando a achar que "têm obrigação" de lhes garantir "pelo menos o primário"; os menores às vezes resistem a "ir à escola", apontando os atritos com os colegas e a "má vontade da professora" como razões suficientes, mas também acabam cedendo à pressão dos pais e "se acostumando com a escola"; os jovens, ainda que julguem "muito aborrecido estudar" e avaliem os cursos com certo desânimo, por serem "muito demorados" ou "muito puxados", inculcamse a "obrigação de ir até o fim", sustentando que disso "depende o seu futuro". Prevalece a ilusão, ingênua mas construtiva, de que "só assim se vence na vida".

Por isso, o número dos que fazem sacrifícios penosos para "aprender um ofício", para "tirar um diploma" ou para "ser doutor" se eleva crescentemente, dia a dia.

Terceiro, a consolidação da "família negra" faz com que certos mecanismos de solidariedade doméstica produzam efeitos positivos sobre as possibilidades de mobilidade social vertical das gerações ascendentes. O pai que "tem uma profissão" e "uma renda garantida" se volta com novo espírito para "os problemas dos filhos". Desse ângulo, o aumento da

escolarização se associa às alterações na organização da família e às conseqüências que elas produzem nas relações das gerações.

Embora tais processos não ofereçam à “população de cor” um teto competitivo equivalente ao das famílias imigrantes no começo do século, é evidente que a parcela dessa população que “está subindo” já consegue oferecer aos menores e aos jovens um ponto de partida quase análogo ao dos menores e jovens “brancos” da mesma categoria social. Alguns, além da instrução, contam com pequeno pecúlio para “começar a vida” e chegam a ganhar moradia própria na época do casamento. Essa situação se reflete também na “família incompleta”. À luz de semelhantes exemplos, algumas “mães solteiras” fazem sacrifícios inconcebíveis para “manter o filho nos estudos”.[235] As “famílias negras integradas”, mas extremamente pobres, procuram compartilhar, como podem, dessa tendência. Ou “todos se sacrificam” para que um determinado irmão estude; ou “o pai se vira”, para atingir esse objetivo.[236]

Em suma, as tendências de integração da “família negra” modificam aos poucos o cenário descrito no Capítulo 2, difundindo a consciência de que a solidariedade doméstica constitui um fator essencial na luta para “melhorar de vida”.

Quarto, essas evidências demonstram, ainda, que a consolidação da “família negra” tende a suscitar e a tornar rotineiros comportamentos cooperativos altamente favoráveis à mobilidade social vertical. O que importa não é que o “pai e a mãe” ou o “irmão” e a “irmã” se sacrifiquem para que determinado membro da família estude. Mas que o sacrifício seja feito de forma intencional e concebido como uma “obrigação” mínima. Assim, a cooperação entre as gerações, por meio do grupo doméstico, é mobilizada efetivamente como técnica de ascensão social. O beneficiado (quando a situação impede que todos aproveitem por igual das oportunidades), em regra, pertence ao sexo masculino, pois se considera que “é importante ter um homem de influência na família”.

Quinto, nesse quadro, o individualismo predatório, que animava a tosca filosofia do “cada um por si e Deus por todos” e do “contanto que eu esteja bem, os outros que se danem”, cede progressivamente lugar ao complexo padrão de individualismo inerente à ordem social competitiva. O indivíduo passa a se compreender como uma parte do todo e, ao mesmo tempo, como uma unidade autônoma.

Essa compulsão se torna uma técnica social importante por dois motivos. De um lado, porque libera o “negro” da propensão a “esperar a sua vez” como uma dádiva do “branco”. De outro, porque demonstra que os fins egoísticos exigem um suporte e uma relação de natureza material e moral, entre o indivíduo e a família. Daí a importância dinâmica dessa compulsão para ajustar o “negro” ao clima associativo imperante numa sociedade de massas e à compreensão tanto dos aspectos negativos, quanto dos aspectos positivos do individualismo.

Em conseqüência, propagase uma visão da realidade que leva o “homem de cor” em ascensão a procurar, racionalmente, pontos de apoio e de autoproteção na árdua competição por posição e por prestígio sociais.

Sexto, a mobilidade ocupacional aparece, nesse contexto, como um expediente construtivo e de rotina. O objetivo final vem a ser, invariavelmente, a conquista de uma posição mais vantajosa no fluxo da renda e, portanto, “mais segura”. No entanto, nas opções concretas o ganho imediato às vezes conta em segundo lugar. Adquirem maior significação “as oportunidades oferecidas pelo emprego”, a longo termo, na realização das ambições de carreira dos indivíduos. A estabilidade, os direitos adquiridos, as “obrigações” ou a “amizade” para com os patrões são negligenciados ou postos numa prudente posição secundária.

O “negro que sobe” adere, assim, à mentalidade típica do agente de trabalho numa economia competitiva. Ele “desafia a sorte” para “encontrar a sua vez”, pois sabe que a única fonte de poupança que possui consiste em sua capacidade de trabalho. Ele só deixa de acalentar inquietações, voltadas para a “melhoria de emprego”, ou quando “se desilude” ou quando alcança “o lugar que pretendia”. De qualquer modo, a mobilidade ocupacional entra em linha de conta, conscientemente, como técnica de ascensão social.

A esse rol, seria preciso agregar outras técnicas, exploradas socialmente de forma mais ou menos intencional. A tendência à escolha realista das profissões é uma delas. A compreensão de que o trabalho dignifica o homem, independentemente da renda ou do prestígio que proporcione, e de que o “homem capaz melhora de profissão” difundiram a propensão a aceitar sem amargura oportunidades iniciais bem modestas.

As histórias de vida e as entrevistas nos mostraram como indivíduos “bem preparados” (alguns com cursos especiais) não titubearam em “começar da vassoura” ou como serventes. Sabiam que “não adiantava

esbravejar contra o preconceito". Depois, nas situações de trabalho, procuraram evidenciar suas "possibilidades", alcançando mais tarde ocupações melhores ou os postos a que faziam jus. Além disso, o primeiro emprego tende a ser representado como o primeiro patamar de uma escada. Aquele que irá permitir galgar outros degraus, dependendo da "capacidade" (inclusive para aprender novas aptidões), da "sorte" e da "proteção" do indivíduo.

É curioso como essas disposições se generalizam. Os resultados de um questionário mostraram que as escolhas de profissões ideais (malgrado a grande dispersão das preferências) encaminhamse na direção de ocupações acessíveis. Pela intensidade das respostas, as profissões ideais preferidas pelos homens são a de motorista e de mecânico, vindo em seguida, segundo proporções três vezes inferiores, a de médico, comerciário e advogado; e, pelas mulheres, a de escriturária e a de costureira, vindo em seguida, segundo proporções quatro vezes inferiores, a de enfermeira, professora e artista.

Nas entrevistas, notamos a mesma constante. Os pais e as mães que podiam assegurar instrução aos filhos preocupavamse em animálos a fazer escolhas ocupacionais realistas; quanto aos primeiros empregos, estimulavam escolhas que pareciam combinar oportunidades iniciais fáceis a perspectivas promissoras.

Outras técnicas, que também merecem ser mencionadas: 1º – a valorização positiva do trabalho – o "negro que sobe" assimila rapidamente as representações e avaliações do trabalho inerente ao sistema de produção capitalista, o que lhe dá novas possibilidades de competir com o "branco" e de tomar decisões que lhe permitem "melhorar de vida"; 2º – a formação e a difusão de hábitos árduos de poupança – a preocupação de "formar um pé-de-meia" ou de "constituir um pecúlio" e de aplicálos judiciosamente não só ganha alento, mas passa a ser estimada e utilizada como uma técnica de ascensão socioeconômica (grosso modo, de maneira comparável à dos imigrantes no início do século, embora em condições mais precárias e difíceis); 3º – a propensão a se identificar, material e moralmente, como "pessoa" e como "cidadão", com o "branco" – ao assimilar as técnicas sociais mencionadas, com as atitudes, os comportamentos e os valores sociais correspondentes, o negro e o mulato se projetam emocional e logicamente, no seio da ordem social competitiva; por isso, essa propensão

se reflete, em escala maior ou menor, em todas as tentativas deliberadas de aproveitamento concreto das oportunidades acessíveis de ascensão social; 4º – a cooperação com o "branco" – em certos fins, seria impraticável ou sumamente difícil lograr êxito sem apoio em representantes da "raça dominante"; a assimilação prévia de modos de ser, de pensar e de agir, consagrados pela civilização urbana, permite estabelecer a associação com o "branco" em bases eqüitativas, o que faz com que a cooperação interracial (e não a "proteção do branco") assuma o caráter de expediente de ascensão social.[237]

Essas técnicas sociais traduzem a feição moderna do estilo de vida emergente no "meio negro". Ainda há, no entanto, pontos de contato mais ou menos estreitos com o passado. Por isso, também deparamos com "pessoas de cor" que exploram expedientes obsoletos para "melhorar de vida". Em tais casos, predomina a preocupação de conseguir a "proteção do branco" ao sabor do velho estilo paternalista. Ao que parece, nesta conexão conta uma espécie de *temor racial*, bem compreensível na situação econômica, social e cultural do "negro". Representando-se os "brancos" como "raça dominante", o negro e o mulato são compelidos a crer que as decisões capitais (mesmo em se tratando do destino de suas pessoas) não estão em suas mãos. Graças a essa convicção, imputam ao "branco" a tarefa de reconhecer e o poder de decidir, socialmente, como aproveitar o "valor do preto".

Formou-se, assim, uma conexão de sentido para a "relação de proteção", que é altamente dúbia e coloca o "negro" em estado de heteronomia social permanente em face do "branco". Entre os "negros que sobem", sempre se encontra um ou outro que se beneficia dessa vinculação com "brancos importantes". Como se ainda estivéssemos no passado, eles funcionam como "cartuchos", como "quebragalhos" e como "padrinhos", sendo úteis para reforçar a consecução de objetivos seguramente concretizáveis por outros meios.

Não obstante, o expediente ao "protetor branco" pode possuir grande importância em dois extremos. O "negro" mais ou menos rústico, que não possui condições para "tomar pé" na vida da cidade, com freqüência depende dele para conquistar um "emprego certo", relativamente vantajoso. O "preto culto" cuja carreira subsista mais ou menos atípica em face dos requisitos da ordem social competitiva também é dependente desse tráfico

de influências, quer se empregue na burocracia pública, quer trabalhe em escritórios ou firmas particulares. Ambos tendem a valorizar as oportunidades de trabalho oferecidas pelo funcionalismo e projetam suas lealdades na direção do "protetor branco". Os que se identificam mais com a situação de interesses da "raça" dominante chegam a se afirmar, socialmente, através de um *status* simbólico e fictício. Não traçam a sua importância pela situação socioeconômica real, mas pelo número e qualidade das ligações com "brancos de projeção social".

Esse expediente de ascensão social possui vários inconvenientes. Aqui, Interessam-nos especialmente suas interferências na continuidade do processo de ascensão social. O indivíduo fica, material e moralmente, preso à pessoa, aos interesses e aos valores do "protetor". Perde, em outras palavras, parcial ou totalmente, a liberdade para agir e tomar decisões de acordo com os requisitos da ordem social competitiva. O que faz com que o expediente seja útil na fase inicial da carreira ou sob a condição de o "protegido" poder se libertar, no momento oportuno, de uma tutelagem inibidora. Três casos diversos, de um funcionário público, de um contador e de um advogado, evidenciaram que se aquele "não souber se defender", o expediente se converte em autêntica ratoeira, condenandoo, fatalmente, a "ficar marcando passo".

Por último, seria preciso focalizar outros aspectos das técnicas para "melhorar de vida", que não cabem nas alternativas arroladas. Como a cor é um símbolo indefectível de posição social, o casamento interracial[238] contém uma válvula de suplementação de prestígio relativamente explorada. Na verdade, a "melhoria de *status*" se processa, anteriormente, por outros meios. Contudo, pelo consenso dos dois estoques "raciais", o casamento do homem "negro" com mulher "branca" e, viceversa, da mulher "negra" com o homem "branco" constitui uma evidência irretorquível da referida "melhoria". O cônjuge "beneficiado" seria o "preto" e ele próprio acha que está contribuindo para "depurar a raça" e participando de vantagens morais (aparentemente de natureza estamental), advindas da condição social da "raça" branca.

Além disso, é preciso que se considere certas concepções peculiares ao próprio "negro" do que significa "melhorar de vida". Primeiro, para um grande número de "pessoas de cor", "subir" equivale a se afastar, física, psicológica, social e moralmente do "meio negro". Como a diferenciação

social da “população de cor” é recente, o “meio negro” ainda se confunde com dependência econômica, desorganização social e desmoralização. A evitação do contato com o “negro” – principalmente com aquele que se identifica pela imagem exterior que o “branco” criou do “preto” – vem a ser uma técnica tortuosa mas indispensável para firmar e resguardar uma “posição” em vias de consolidação.

O medo de “perder prestígio” pela identificação real ou suposta com o “preto” forja, assim, um isolamento *suigeneris*, que impele o “homem de cor” em ascensão a se agregar, socialmente, segundo concepções estamentais, que não têm mais vigência na sociedade inclusiva. Ele se torna mais exclusivista que o “branco” de categoria social equivalente e defende, com unhas e dentes, as polaridades “aristocráticas” de sua posição social.

Por singular que seja esse comportamento, de teor nitidamente compensatório, ele possui compreensível importância subjetiva. Graças a ele, uma congérie de pessoas, que mal se conhecem e estão moralmente desunidas entre si, que se sentem, além disso, “desprestigiadas por causa da cor”, identificamse exteriormente como parte de uma elite seleta, rigorosa e relativamente fechada. Isso quer dizer que, da perspectiva do “negro que sobe”, a evitação do “negro pérapado”, a separação do “antigo ambiente” e o exclusivismo “aristocrático” servem para tornar nítidas certas distinções incipientes, características de uma “classe que nasce”.[239]

A técnica em questão põe em jogo novos símbolos sociais, de auto-afirmação do “negro”, dando ânimo e segurança a pessoas ansiosas por prestígio e frustradas.

Segundo, para “subir” o “homem de cor” também precisa ser aceito, de uma forma ou de outra, pelos “brancos’’ com os quais interage socialmente (como “colega”, “empregado”, “subordinado”, “chefe”, “amigo”, “conhecido”, “vizinho” etc.). Nessa esfera, ganham realidade certos procedimentos, invisíveis para os “brancos”, mas que constituem a dimensão mais amarga e deprimente do “negro que sobe” aos olhos dos antigos líderes e seguidores dos movimentos reivindicatórios.

As tarefas sem fim, concentradas em torno do objetivo de neutralizar, com relação à própria pessoa ou à sua família, as marcas e os efeitos da estereotipação negativa. São tarefas penosas, que satisfazem a necessidade de mostrar que se trata de “preto só na cor” ou de “preto em boa situação econômica e de posição social”. Ao atender essa necessidade, os sujeitos

das ações encaram seus propósitos e os ajustamentos deles decorrentes como *naturais*. O "negro rústico" e o "negro consciente" ou "independente" verberamnos, porém, com indignação. Um, por julgálos "metidos a branco"; outro, porque vê em tudo isso "uma vergonha (ou uma desmoralização) para a raça".

No entanto, semelhantes técnicas sociais criam uma ilusão e abrem novas vias de auto-afirmação para o "negro". Sem dúvida, elas são alimentadas por uma filosofia especial de *parvenu*. Mas quem é culpado dessa situação? O "negro que sobe" não a criou e, se dependesse de seus anseios pessoais, ela não existiria. Por isso, para "melhorar de vida" não tem outro remédio senão se amparar em simetrias sociais ambíguas, dolorosas e humilhantes, mas que rendem juros. Elas lhe dão a sensação de que está escapando a um destino que parecia inelutável, enfim, que o "preto" pode fugir, socialmente, ao "rebaixamento" provocado por sua cor.

A essas técnicas, que são o produto de um mundo social que não reconhece senão parcialmente o sentido da eqüidade e da piedade nas relações humanas, correspondem técnicas peculiares de imposição do *status* adquirido. A ambigüidade e a insegurança, que nascem do duplo sistema de referência e de avaliação (o da cor e o da posição social, mesclados inextricavelmente em muitos efeitos societários), fazem com que a imposição do *status* seja algo sumamente difícil, penoso e incerto para o negro e o mulato.

A documentação coligida demonstrou que ainda persistem e prevalecem duas orientações de ajustamento típicas, construídas no passado longínquo. Uma, que se conformava pelas expectativas de tratamento recíproco do "branco", como e enquanto "raça" dominante; outra, que respondia ao ressentimento produzido pela escravidão e, ainda mais, pelas frustrações de uma liberdade que não transmutava o liberto em *homem livre*. Os entrechoques dessas duas orientações com a ordem social competitiva, com as quais ambas são incompatíveis em termos de prérequisitos normais, conferiramlhes certa vigência radical. Assim, deparamos com o "negro" de comportamento maneiroso, suave e afável; e com o seu antípoda de comportamento duro, acintoso e chocante.

Seria inútil apelar, aqui, para explicações sociológicas unilaterais. As duas orientações se prendem a ressentimentos e a frustrações insanáveis. Apenas, reagem ao mesmo pano de fundo através de exteriorizações

diferentes. Parece fora de dúvida que um amadurecimento psicossocial maior e um egoenvolvimento mais profundo nas formas estabelecidas de vida social oferecem ao “negro” certa habilidade para explorar as ambigüidades da situação racial brasileira e, em particular, para desfrutar as perplexidades dos “brancos” no tocante às suas relações com os “pretos”. Entretanto, as diferenças dos dois tipos de reação parecem ser meramente de grau, o mesmo ocorrendo com a espécie de proteção ou de segurança que cada um deles confere.

Os dados que permitem focalizar as duas orientações no presente sugerem que elas se manifestam em proporções comparáveis. Dada a intolerância tradicional do “branco” a atitudes e comportamentos ostensivamente rígidos e afrontosos do “negro”, é de se presumir que a ordem social competitiva seja responsável pela quase equiparação dos dois mecanismos reativos. Doutro lado, há razões para se supor que a maior rigidez relativa do comportamento ostensivo do “negro” constitua um fenômeno de transição. Sua classificação na ordem social competitiva se processou de forma tardia e precipitada. Ela se deu com grande atraso e, ao mesmo tempo, em condições que não lhe asseguraram uma socialização adequada às situações de convivência social a serem enfrentadas.

Algo análogo sucedeu entre os “brancos”, tanto nas relações entre eles próprios, quanto em suas relações com o negro e o mulato. Contudo, a barreira da cor só se aplicou a estes últimos. Por isso, eles tiveram de suportar, em tensão extrema, o impacto das inconsistências e das contradições dos padrões socioculturais de relações raciais. Os que não sabiam tirar partido dessas inconsistências e contradições precisaram apelar para formas de auto-afirmação mais ou menos toscas, que não escondem a imaturidade social dos seus agentes na manipulação das forças sociais do ambiente, inevitavelmente desencadeadas em sua interação com os “brancos”.

O comportamento maneiroso e afável é característico do negro e do mulato que aprenderam a tirar proveito das oportunidades reais de ascensão social e que sabem, por isso mesmo, lidar construtivamente com as inconsistências dos padrões de relações raciais e com as debilidades emocionais ou morais das pessoas “brancas”. No passado, eles engrossavam os grupos seletos de “mulatos de talento”, de “negros de alma branca”, enfim dos “homens de cor” que cabiam na categoria ambígua da exceção

que confirma a regra. O próprio “branco” conhecia e utilizava suas “manhas” e suas “habilidades diabólicas” em influenciar os outros, em “tirar leite de pedra” e de dirigir as coisas segundo a ética de uma “diplomacia pessoal perfeita”.

Esse tato e inteligência especiais eram explicados como produto da mestiçagem, da convivência com famílias brancas da aristocracia e da ânsia de pertencer à “nata da sociedade”. Os que repeliam qualquer intimidade com o “negro”, independentemente de sua posição social, sentiam enorme repulsa diante desse tipo de “preto interesseiro”, “artificial” e “pernóstico”. Preferiam o negro “rústico”, “ingênuo” e “puro”, com os quais punham em prática a tolerância de cunho paternalista.

O próprio “negro” sentia, por sua vez, uma desconfiança incoercível e indisfarçável diante de tal espécime de “preto de salão” e “metido a branco”. Por mais que se iludissem, psicológica e socialmente, eles não possuíam condições de autonomia moral. Tinham de se identificar, econômica, social e politicamente, com os interesses e os valores dos círculos dirigentes da “raça” dominante. Em conseqüência, o deslumbramento que eles poderiam causar era neutralizado pela convicção amarga de que “vendiam a raça” ou “atraiçoavam o negro”, com o fito de “viver melhor”.

As histórias de vida esclareceram bem essa faceta, mostrando como o “negro consciente e radical”, envolvido nos movimentos reivindicatórios, hostilizava aqueles personagens; e como estes reagiam, culpando a “ignorância”, a “incompreensão” e a “falta de solidariedade entre os “negros” pelas invectivas que recebiam. Na situação observada, as condições de integração da ordem social competitiva já haviam abalado boa parte da eficácia das antigas técnicas de auto-afirmação do “mulato fino” e do “negro genial”. Em contraste com o que ocorria no passado, a proteção e o apoio do “branco” dependem, em maior escala, de outros requisitos, que colocam o “preto que sobe” sob o crivo de um peneiramento largamente impessoal. Por isso, os maneirismos, as exterioridades e as práticas de “sedução” ou de “enredamento” haviam perdido ampla parte de sua utilidade.

O negro e o mulato, que se viram com perspectivas para explorar semelhantes mecanismos de ajustamento racial, tiveram de modificar a velha estratégia. A questão já não era, pura e simplesmente, de “encantar” e

de “satisfazer” os “brancos de elite”. Mas, muito mais, de procurar meios para impedir que os “brancos”, em geral, se ressentissem da competição aberta “com um preto” e, em virtude de interesses e sentimentos melindrados ou feridos, o pusessem à margem do seu convívio ou o prejudicassem.

Em suma, das velhas técnicas ficaram certos comportamentos calculistas e o afã de seduzir o “branco” para contar com sua amizade ou, no mínimo, com uma neutralidade simpática. Nessas circunstâncias, a “lábia” e as “adulações humilhantes” puderam ser substituídas por uma cordialidade ostensivamente respeitosa e dignificadora, posta a serviço de uma consciência atenta às ocasiões e de uma vontade decidida a aproveitálas.

No plano mais geral e exterior, essa consciência compele os agentes a exibir sua posição social, com os atributos e peculiaridades que permitem definilos como “pretos, mas só na cor”. No plano da interação com o “branco”, ela impõe um esforço permanente e infatigável de vigilância. Trata-se de uma vigilância que não visa, apenas, a surpreender os motivos dos “outros”. Pois procura apanhar, também, as suas conexões de sentido com a situação de interesses do “negro”. Em conseqüência, ao contrário do seu espécime no passado, “não se ofende” com as referências à cor. Dilui, como pode, as implicações “degradantes” que esta possa ter, “pondo o branco à vontade” e, até, “sendo atrevido”, se necessário, colocando em choque as marcas raciais que poderiam afetar o “branco” (“branquinho”, “branca de neve” etc.).

No fundo, todo o esforço se concentra em abrir um fosso entre a cor e a posição social, com o objetivo de neutralizar as implicações negativas da primeira e de fortalecer as implicações positivas ou a elasticidade da segunda. Esse ponto é deveras relevante, porque aí está o que é verdadeiramente substancial e dinamizador no comportamento do “negro” maneiroso e afável. O seu código, sob este aspecto, compreende duas normas gerais: 1º – “nunca explodir” – ficar imperturbável, “sem se precipitar”, “sem perder as estribeiras” e, principalmente, “sem pagar o pato” por um deslize momentâneo ou imprevistos inevitáveis; 2º – “tirar o máximo de proveito da boa vontade e da má vontade dos brancos”, pois ambas produzem dividendos – a tática, aí, consiste em relacionar os motivos das ações dos “brancos” com as manifestações previsíveis do “preconceito de cor”, para “conhecer o terreno em que se pisa” e para “tirar

partido", se preciso aproveitando a própria "inferioridade", no desenrolar das ações e relações sociais.

Se a diretora de um estabelecimento educacional toma o dentista por um contínuo, este não se ofende; aproveita o incidente para estabelecer camaradagem com ela e conquistar a sua simpatia, ganhando nesse jogo respeito e ascendência. Se o filho vem chorando da escola, protestando que não voltará mais para lá, pois os colegas o "xingam" de negrinho e a professora o "persegue", aproveita o ensejo para "suscetibilizar" o filho, incitando-o a obedecer à professora, a não ligar ou a revidar as xingações dos colegas e a se concentrar nos estudos, para se impor à estima geral. Se um profissional branco vacila em se associar ao "colega de cor", temeroso das conseqüências de tal associação, este não hesita em apontar as causas das vacilações, forçando-o "a pôr as cartas na mesa" e a se submeter ao trato comum. E por aí afora.

No plano da autonomia moral da pessoa, é inevitável que sofram "um arranhão aqui, outro lá". Ou seja, precisam estar predispostos para a composição e para os seus efeitos, bons ou maus, desejáveis ou indesejáveis. No entanto, a análise positivou que, em sua maioria, aceitam a política do risco calculado. Se os "brancos" ultrapassarem certos limites, encontram por trás da amabilidade e da flexibilidade aparentes uma armadura de aço. Nem covardia moral, nem pusilanimidade sistemática. Os maneirismos e a afabilidade são meios para atingir certos fins. As situações extremas são evitadas cuidadosamente. Mas, desde que se tornem inexoráveis, passa a entrar nas regras do jogo a estratégia de retirar delas o proveito possível. Se isso for impraticável, "a pessoa dá o braço a torcer" ou "finge de morto", e "toca o bonde". Assim que pode, recompõe o estado anterior e, se necessário, "tira a sua forra".

Um dos mestres na exploração criteriosa e calculista do comportamento brando e afável nos adiantou a sua receita:

> O preto não deve ser submisso ao branco. Ele tem sua personalidade e seus direitos. Também, não adianta pretender que o branco se modifique de uma hora para outra. Se o branco está errado, o preto não deve sujeitarse à situação que se cria. Se não o tratam bem numa casa, deve retirarse; se querem obrigálo a fazer uma coisa humilhante à sua dignidade, deve recusarse, pura e simplesmente. Quanto aos pequenos atritos da vida cotidiana, ele deve tirar partido para si próprio. É difícil à pessoa encontrar divertimento melhor que desfrutar o branco, com seus preconceitos tolos. O preto deve responder[240] com ironia.

> Rirse por dentro, aproveitar o preconceito como uma armadilha. Todo o branco que cair nela deve ser ostensivamente explorado ou gozado.

É óbvio que tais técnicas de ajustamento racial presumem elevado domínio sobre as próprias emoções, consciência racional de forças psicossociais que interferem com os interesses egoísticos do agente e verdadeiro talento de ator. Portanto, Trata-se de uma modalidade de comportamento inteligente demasiado complexa e desgastadora. Isso explica por que só um reduzido número sabe aproveitála de maneira constante e eficiente.

A grande massa dos "negros que sobem" escolhe entre duas alternativas mais simples de auto-afirmação social. A mais freqüente consiste no alheamento do "problema do negro" e do isolamento do "mundo dos brancos". Umas das histórias de vida, levantada em 1949, situa caracteristicamente essa alternativa. O sujeito, então primeiro-tenente da Força Pública, relatou que teve de enfrentar sérias resistências para conseguir o seu intento; "fazem tudo para impedir que haja um preto oficial, em qualquer corporação militar". Logo no primeiro ano do curso, sentirase "achincalhado" e "mal visto por todos". A sua turma o evitava e "não se dava com ele". Só "tinha amizade com dois ou três colegas [...]; com outros mantinha apenas relações formais pelas necessidades de serviço e disciplina". Estudava freneticamente, pois "se outros podiam passar sem saber muito, ele, por ser preto, dificilmente passaria se não soubesse tudo, *tudo*,[241] se tivesse um único erro". Como também se dedicava intensamente aos esportes, "por gostar" e "ser importante" para seus fins, sofreu esgotamento físico e nervoso. Depois que foi incorporado, julgando-se em "posição garantida", afastouse voluntariamente da convivência com os colegas. Cuidava que já "não precisava mais submeterse às relações formais e forçadas com colegas que o hostilizavam friamente". Não obstante, tratava os que convivessem com ele com "extrema cortesia, esperando que com o tempo desaparecesse aquela hostilidade que o cercava".

A outra alternativa transparece nos casos em que o "negro que sobe" não só quer desfrutar o seu *status*, mas, ainda, pretende utilizálo como degrau para a obtenção de novas vantagens, embora se defronte com dificuldades

provocadas pela falta de socialização suficiente para lidar com os eventos nascidos da interação com os “brancos”.

Já vimos como estes resistem, consciente ou inconscientemente, a tratar “um negro” como igual ou superior; e como o próprio “negro” também resiste à aceitação de “outro negro” como superior. Daí defluem atritos, fricções e tensões intermináveis, que solapam o equilíbrio, a segurança e a serenidade da “pessoa de cor” afetada. Para contornar tais obstáculos e vencer o temor correlato de “perder autoridade”, de “ser desmoralizado publicamente” ou de “perder a devida consideração” (ou seja, a própria posição social adquirida), mostramse “duros”, “intransigentes”, “pessoas de poucas palavras”, impondose o dever de “mandar sem dó nem piedade”.

Na verdade, os resultados das entrevistas sugerem que os sujeitos, nessa situação, foram colhidos de surpresa por vasta teia de complicações que ignoravam. Enlevados pelo próprio êxito, esperavam dos outros reconhecimento ou admiração pelo “valor pessoal” demonstrado. Logo nas primeiras explosões, ficaram perplexos, descobrindo então que deviam se haver, permanentemente, com atitudes e comportamentos hostis. Sem possuírem recursos para se ajustar de outra forma às situações criadas, o desejo de “não ceder terreno” (às vezes falam: “um milímetro de terreno”) e o pânico os impulsionam, bem depressa, a se escudarem no prestígio e no poder inerentes à posição social obtida. Em um caso típico, o sujeito descreveu perfeitamente o mecanismo de ajustamento: “Eles [os colegas brancos] que se danem. Eu sou o chefe mesmo”.

Assim, a fórmula “quem manda sou eu” (ou algo equivalente) define o rumo a seguir, prendendo os seus seguidores a uma filosofia tensa de ajustamento racial. Os “brancos” se exasperam; como vimos, comentam com amargor ou com irritação ocorrências dessa natureza, afirmando que “ninguém agüenta essa gente quando sobe”, “parece que têm o rei na barriga”, “ficam insolentes” (ou “atrevidos”, “intoleráveis”, “pedantes”, “ressentidos” etc.). Alguns chegam a diagnósticos mais complexos, como o demonstram os dois exemplos seguintes: “Eles [os pretos] estão cheios de complexos e não podem estar por cima. Quando estão por baixo são muito humildes. Mas quando estão por cima, ninguém os atura. Ficam impossíveis”; “Esses como outros que conheci, inclusive um que era mestre geral de uma companhia em que trabalhava e que tinha sob suas ordens mais de 70 homens, se tornavam autoritários e criavam péssimas condições

de trabalho. Creio que isto acontece porque eles se sentem em situação de inferioridade e, para serem respeitados, tornam-se exigentes e tirânicos.”

O próprio “negro”, porém, quando se conforma com o “superior da mesma cor” ou atua como espectador fica muito satisfeito quando vê “um preto colocar a canga no branco”. Descobrimos, pela análise das entrevistas, que uns sentem satisfação, outros orgulho ao deparar com personalidades desse tipo, apontando-os como “negros de raça”. Um funcionário público e intelectual negro chegou a declarar, espontaneamente, que ia a certa repartição só para espiar, pelo guichê, o comportamento do chefe da seção:

> Ele é tremendo. Chega e se senta com grande majestade. Para assinar um papel, toma um ar muito importante e assina com acintosa autoridade [...]. Eu penso, aí bichão! Vai ver que ele mal sabe assinar o nome. No trato com os subordinados, é autoritário. “Por que não faz isto?! Faça aquilo!” O pessoal deve ficar amargado com ele, que manda de verdade.

A observação dessas cenas o divertia deveras. É fácil perceber por quê. A inversão da assimetria nos padrões de relações raciais adquire o sabor de uma vingança. Contudo, a segurança superficial e as satisfações produzidas pelo ajustamento racial autoritário custam um preço enorme. Ele funciona como uma espécie de alçapão: traz consigo desencanto, uma condição de beligerância permanente nas relações humanas e o solapamento contínuo das melhores perspectivas de utilização social do talento do “negro que sobe”.

Independentemente de propender para o comportamento maneiroso ou para o comportamento duro, faz parte da imposição do *status* o apego ostentivo a um estilo puritano de vida. Parece que esse puritanismo responde a necessidades, reais ou imaginárias, que levam o negro e o mulato a se expurgarem de atributos, atitudes e comportamentos que estigmatizam o “preto” na sociedade inclusiva (como “dependente”, “ignorante”, “malandro”, “pingueiro”, “vagabundo”, “desordeiro”, “ladrão”, “desonesto”, “desleal”, “criminoso”, “sexualmente desregrado” etc.). Por isso, sob muitos aspectos, ele constitui um mecanismo de autodefesa e de auto-afirmação sociais, cuja função manifesta consiste em evidenciar que se está diante de pessoas ou de grupos de pessoas que pertencem à categoria de “pretos só na cor”.

O fato é que ele impõe um autopoliciamento severo: do modo de se vestir, de calçar e de se apresentar em público; do modo de falar, de

gesticular e de intervir numa conversa; das maneiras, no trato com colegas, subordinados ou superiores, tanto quanto nas relações com conhecidos, amigos e parentes; na correção dos hábitos, das ações e na lealdade dos ideais de vida etc. Em algumas circunstâncias, o que entra em jogo são apenas as aparências. Por exemplo, um grupo de negros e de mulatos se reúne; há grande mistério em torno de um embrulho, que contém "certa coisa"; guardam a "coisa", num recanto escondido da casa, e de vez em quando um e outro vão para lá e depois voltam, dando risadas. Apertando-se um pouco, descobre-se que a "coisa" é um litro de "pinga da boa".

Em outras circunstâncias, ele aparece como algo meramente convencional. Por exemplo, após uma reunião, um dos pesquisadores convidou os convivas para sairmos, acentuando: "Podemos continuar a conversa na rua, talvez em um botequim qualquer". Recebeu, de um dos membros do grupo, uma repreensão amistosa: "Por quem nos toma?! Nós não somos negros de pinga!". Contudo, ultrapassando-se essa superfície, descobre-se que muitas manifestações do puritanismo do "negro que sobe" são puras e íntegras. Elas traduzem um anseio muito forte de "ser gente", de "igualar" ou de "superar o branco", de participar intensa e lealmente das esferas conspícuas da cultura e da vida em sociedade. Nesse nível, as normas, os padrões de comportamento e os ideais de vida contam como valores supremos e intocáveis.

É claro que são discerníveis motivações associadas à ansiedade de proteger a posição social contra os efeitos negativos da estigmatização e que a pureza e a integridade, postas no culto dos valores consagrados socialmente, visam *provar* que o "negro" não é menos capaz que o "branco" de se converter em guardião da ordem social ou da moralidade dela decorrente. Mas isso é secundário neste plano da análise. O que importa é que a identificação íntegra e leal com a esfera axiológica da cultura traduz um empenho exaltado de participar da ordem social e de fundir-se nela, fazendo desaparecer os traços que separam os homens, socialmente, através da cor e da condição racial.

Desse ângulo, é evidente que o puritanismo preenche uma função latente de grande importância dinâmica. Ele define, de maneira altamente ambiciosa e por assim dizer "perfeita", o nível de realização que deve nortear o modo pelo qual o "negro que sobe" deve corresponder às normas, padrões de comportamento e valores sociais da sociedade inclusiva.

Portanto, ele responde, de fato, à pressão moral da sociedade inclusiva. Esta propõe o "mundo dos brancos" como a única alternativa de assimilação e de integração à ordem social vigente. O puritanismo do "negro que sobe" atende a esse requisito, como se ele nascesse de uma decisão e de uma imposição autônoma do próprio "negro". Se as coisas não vão mais longe, na realidade, não é por culpa deste e das compulsões psicossociais que modelam sua personalidade ou suas volições sociais, mas por causa dos mecanismos "raciais" ultra-seletivos da sociedade inclusiva, que reduzem, severa e continuamente, o número de negros e de mulatos assimiláveis, impondolhes critérios de aceitação que colidem com suas disposições igualitárias de integração social.

Além dessas três técnicas sociais de imposição de *status*, exploradas com maior ou menor intensidade pelo "negro que sobe", seria preciso levar em conta certos procedimentos de alcance secundários, embora igualmente característicos da presente situação de contato racial.

Em primeiro lugar, deve-se mencionar a importância dos gastos sibarísticos, que auxiliam o "negro" a alterar, radicalmente, o seu padrão de vida. Eles prejudicam, direta ou indiretamente, a capacidade de poupança e, portanto, de manipulação do *status* real por parte do "negro que sobe". Mas permitem um tipo de controle que é deveras importante: definir o plano de visibilidade, senão do "negro" em geral, pelo menos das pessoas em ascensão, fora e acima das estigmatizações correntes. Com isso, os agentes forçam, direta ou indiretamente, os "brancos" a reavaliálos em termos de atributos inerentes à sua posição social. De outro lado, conferem maior segurança subjetiva aos indivíduos, dandolhes certa liberdade elástica no aproveitamento das oportunidades mais ou menos viáveis de integração à ordem social.

Como os gastos sibarísticos contrariam representações arraigadas sobre os "pretos", mantidas pelos "brancos", e chocam a modéstia dos "negros antigos", eles são amplamente incompreendidos e recriminados nos dois estoques "raciais".

Em segundo lugar, temos de levar em conta o modo pelo qual o "negro que sobe" se localiza perante o negro e o mulato. A absorção de representações e de avaliações sobre o "preto", construídas pelos "brancos", não se explica, apenas, pela ansiedade que ele tenha de se identificar com a "raça" dominante. O isolamento difuso cria, por si mesmo, necessidades

sociais específicas. Por causa delas, o “negro que sobe” procura, na categoria “racial” a que pertence, perspectivas de auto-afirmação compatíveis com suas possibilidades concretas de participação da cultura e do estilo de vida social. Por pouco diferenciada que seja a “população de cor”, torna-se notório que alguns “negros” vivem de “modo diferente”, “como se fossem brancos”.

Esses desenvolvimentos possuem inegável importância dinâmica. Favorecem a percepção de que “algo está se alterando na vida do negro”, pois existem “negros ricos”, “cultos”, “de prestígio” etc. Ora, essa percepção contraria, frontalmente, os estereótipos raciais correntes e as estigmatizações que solapam, impiedosamente, o prestígio social dos “homens. de cor”. Isso explica por que o “negro que sobe” valoriza tanto a estratificação social no próprio “meio negro”. Ele acredita que “se defende”, ao mesmo tempo que trabalha no sentido de modificar a imagem social do “preto”.

Em terceiro lugar, estão certos comportamentos que parecem mesquinhos (como cortar a conta de fornecedor, intimidar um propagandista, deixar um cliente desorientado ou perplexo etc.). Tanto o “branco”, quanto o “negro rústico” focalizam desfavoravelmente ações desse teor. No entanto, elas não devem ser vistas somente através de avaliações desse tipo. Seria conveniente situálas, também, nos núcleos de motivações sociais em que se inserem. Parece evidente que, por meio delas, o “negro que sobe” tenta pôr a serviço da defesa do seu *status* a soma de poder que lhe é conferida pela posição social conquistada. Assim, não só se impõe socialmente, como contribui para liberalizar o comportamento do “branco”, forçando-o a rever suas avaliações “raciais” e, principalmente, a tomar mais cuidado no modo de tratar o “preto”.

Em quarto lugar, por fim, aparece a preocupação de “selecionar os amigos brancos”. Por mais que semelhante comportamento seja apontado como manifestação de “ingratidão” e de “orgulho descabido”, pelos antigos amigos brancos, ele possui real sentido construtivo para o “negro que sobe”. De um lado, algumas vezes aquelas são autênticas relações perigosas, que entram em choque com a adesão a uma concepção puritana do mundo. De outro lado, a pressão em confinar os contatos aos “brancos” de categoria social inferior é nitidamente desmoralizadora (independentemente das qualidades humanas e morais das pessoas envolvidas). Ao se insurgir contra

ela, o “negro” está lutando, também, para se livrar das restrições acarretadas pela cor e para pôr termo “a uma situação que o inferioriza moralmente”.

É óbvio que ele tenta equacionar, nos limites de suas forças, o seu próprio jogo. Compele o “branco” a aceitálo sem restrições (pelo menos ostensivamente prejudiciais e humilhantes); e, o que é mais importante, a reconhecer que a diferenciação social do “meio negro” afeta a estratificação da sociedade global.

As descrições precedentes, sobre as técnicas sociais “para subir” e “para impor” o *status*, devem ter deixado patente quanto importa, para o “negro que sobe”, exibir da maneira mais visível e notória possível os êxitos conquistados socialmente. A discrição é uma virtude de elites consagradas. Lutando para se afirmar socialmente, como “pessoa” e como categoria “racial”, o “negro que sobe” precisa apelar para técnicas de ostentação do prestígio social que o ajudem a quebrar as barreiras existentes, a romper com estereótipos injustos e a usufruir as “prerrogativas de sua posição”.

Essas técnicas se confundem, em vários pontos, com as técnicas sociais usadas para “subir” e para “se impor” socialmente. Todavia, ainda assim é possível discernir, no plano intencional ou no nível da natureza dos efeitos colhidos, uma coisa das outras. Vamos expor, em seguida, os resultados a que chegamos, observando a seriação que nos foi fornecida pela intensidade das respostas obtidas mediante documentos pessoais.

O que se poderia chamar de “uma linha irrepreensível” conta, em primeiro lugar, como técnica de ostentação do *status* adquirido. De modo geral, essa técnica abrange todo o estilo de vida da categoria social a que o “negro” passa a pertencer. Ela responde ao intento de se equiparar ao “branco” do mesmo nível social: no modo de se vestir, no padrão de moradia, nos gastos sibarísticos, no refinamento das maneiras, no exclusivismo das relações sociais etc. Apesar disso, uma longa tradição de privações, associada a certa experiência amarga na exibição de *status* fictícios, contribuíram para valorizar ainda mais as exterioridades marcantes do padrão de vida. Por isso, o vestuário e as maneiras ganharam notável relevo.

Mesmo que o indivíduo goste de “caprichar no trabalho” e de “ter uma conduta moral irrepreensível”, as ostentações feitas com enlevo e amor gravitam em torno daqueles dois focos de autorealização. “Vestindo-se bem” e “agindo como pessoa educada” (ou “fina”), parece que coloca os

outros, de imediato, a par de que “é gente”, “pessoa distinta” ou “de consideração”.

Outra exterioridade importante é o casamento interracial (bem como o namoro, o noivado e o amasiamento interraciais). Se o casamento com “branco” não confere, por si mesmo, prestígio social, ele é reputado como uma evidência cabal do êxito obtido. Assim, nas entrevistas houve quem dissesse que as mulheres, “tendo um postinho”, julgam-se em situação melhor e “não pensam mais em casar com preto”. “Para tudo elas procuram o branco. Nem que seja para sustentálo, para ser explorada ou para ser maltratada por ele.” O mesmo se aplicaria aos homens: “É só melhorar um pouco, já querem brancas. Se pudessem, uma loira. Não querem as mulheres da raça. Acham que isso não pode corresponder à sua situação”.

Essa tendência, que raramente se concretiza na prática, suscita, não obstante, forte ressentimento na “mulher negra”. Eis uma avaliação típica: “O homem patrício não presta mesmo. [...] Não valorizam a mulher negra, não se casam com ela. Quando eles deviam procurar a mulher negra e valorizá-la”. Durante uma das reuniões em grupo, após a intervenção de um dos debatedores, ouvimos de uma das participantes: “Ele falou tudo aquilo contra o preconceito e sobre os brancos. Vai ver na casa dele. Com toda aquela pose, ele deve ser casado com branca”. Não obstante, o homem ou a mulher “de cor”, que “possa se dar ao luxo de casar com branco”, suplementa e consolida o prestígio social obtido anteriormente, por outros meios.

A mudança de atitudes em face das identificações raciais também surge como uma técnica importante de ostentação de *status*. Parece que o “negro que sobe” tende a fortalecer a consciência de que a conquista de uma posição social *deve* neutralizar os riscos de ser tratado, pelo interlocutor “branco”, como “mulato”, “preto” etc. Por isso, com freqüência desenvolve uma reação compensatória, que o leva a exibir completa indiferença (na verdade irreal), no tocante à cor, como se “não tivesse medo” nem “sentisse ressentimento” ao ser identificado como “preto”, “mulato”, “negro” etc.

Semelhante predisposição, entretanto, possui utilidade e sentido efetivos. Os que conseguem reagir desse modo, compelem os “brancos” de seu círculo de convivência a dar maior importância à sua posição social que à sua cor. Além disso, estimulam os filhos, os parentes, os amigos e os

conhecidos a se libertarem de ajustamentos contraproducentes, nas suas relações com os “brancos”.

Por fim, as aventuras sexuais com “brancos” possuem um significado equivalente ao do casamento. O êxito nesse campo é reputado como índice de inclusão numa esfera íntima e fechada de competição com o “branco”. Por isso, qualquer que seja o apego a um estilo puritano de vida, são muitos os “negros que sobem”, de ambos os sexos, que se mostram sensíveis a esse encanto. Como a discrição anularia as vantagens presumíveis, sempre se descobrem meios reservados para “deixar a coisa transparecer” onde elas devem frutificar socialmente.

A essas técnicas, somam-se algumas derivações especiais. Assim, a mudança dos padrões de residência se acentua, cada vez mais, como índice de ostentação de poder econômico e de prestígio social. “Sair do cortiço”, “livrar-se do porão” ou “ter casa de alvenaria” equivalem a se isentar de um estigma degradante. Contratar uma empregada e, especialmente, uma empregada branca, corresponde, por sua vez, a um toque definitivo de requinte. Por fim, como muitos “negros que sobem” continuam umbilicalmente presos às concepções tradicionalistas do mundo, a identificação exacerbada à ideologia racial oficial também se converte em técnica de ostentação de *status*. Nesse caso, tal identificação como que exclui os seus heróis da condição social do “preto”, preparando-os para usufruírem os proventos materiais da exceção que confirma a regra.

Esta breve sondagem das técnicas sociais empregadas pelo “negro que sobe” para lograr e consolidar sua ascensão social insinua quão emaranhada e complexa ainda é a situação de contato entre “negros” e “brancos” na cidade de São Paulo. O sistema de relações raciais desmente, na prática (mesmo quando é considerado do ângulo das “elites de cor”), os princípios de integração da ordem social vigente. Em conseqüência, a estratificação racial aparece como variavelmente aberrante, quando confrontada com a organização da sociedade inclusiva.

São evidentes a persistência e a vigência de critérios obsoletos de determinação do prestígio social em conexão com a cor. Além disso, também são evidentes as fortes e variadas dificuldades encontradas pelo “negro” em suas tentativas mais legítimas de egoenvolvimento e de auto-afirmação em uma ordem social que só é aberta racialmente pelas aparências. De um lado, aquelas técnicas deixam bem claro que a ordem

social vigente ainda se define, literalmente, como “o mundo dos brancos”. De outro, elas indicam, de maneira cabal, que o “negro” precisa se impor, consciente e voluntariamente, uma *segunda natureza humana* para ter acesso a esse mundo e poder compartilhar dele. Malgrado os sucessivos despojamentos que pratica em sua pessoa, a conquista dessa segunda natureza não representa o fim do seu drama nem promove sua equiparação material e moral com o “branco”. Precisa se desdobrar, depois disso, e em várias direções, para defender e usufruir as parcelas de prestígio social de que deveria participar automaticamente.

Apesar desses aspectos sombrios, as mesmas técnicas entremostram que uma realidade nova está desabrochando. O “negro” absorve, progressivamente, as normas, os comportamentos e os valores da sociedade inclusiva. Por conseguinte, começam a desaparecer as principais fronteiras que convertiam essa sociedade num mundo à parte, desfrutado com plenitude apenas pelos “brancos”. Se essas tendências persistirem e se continuar a aumentar, continuamente, a massa de negros e de mulatos que se incorpora, efetivamente, ao sistema de classes sociais, com o tempo aquelas técnicas sociais poderão ser proscritas. Então, para se integrar à sociedade, o “negro” não precisará mais comprovar, socialmente, que é “preto só na cor”.

Podemos passar, agora, ao último tópico a ser abordado na presente parte deste capítulo:[242] os efeitos psicossociais e socioculturais da ascensão social do negro e do mulato. Na exposição, vamos considerar, apenas, dois grupos de questões: 1º – os efeitos da ascensão social que repercutem, diretamente, nas orientações do comportamento do negro e do mulato, no grau de integração do “meio negro” e na ordenação das relações raciais na sociedade inclusiva; 2º – as repercussões secundárias de tais efeitos na situação de contato racial.

Está claro que seria impraticável descrever e analisar todos os efeitos primários, de significação dinâmica, da ascensão social do negro e do mulato. Por isso, no material levantado, selecionamos os aspectos que elucidam melhor como esse processo tende a reconfigurar as próprias bases dos ajustamentos raciais e a reordenar as relações entre “negros” e “brancos”.

Na medida em que operamos com documentos pessoais pertinentes a “indivíduos de cor em ascensão”, os dados coligidos não comportam uma

análise estruturalista nem permitem dizer “como” e “dentro de que limites” esses efeitos estão contribuindo para modificar o próprio sistema de relações raciais da sociedade inclusiva, adaptando-o aos requisitos psicossociais e socioculturais da ordem social competitiva.

Ainda assim, eles lançam alguma luz sobre os processos de mudança, que estão afetando (e tenderão a afetar com intensidade previsivelmente maior no futuro) o referido sistema. Não fora esses processos (vistos nesta parte da discussão no nível de seus principais produtos dinâmicos), não teríamos a registrar nenhuma transformação na situação material e moral do “negro”, bem como em sua capacidade de interagir com as forças psicossociais e socioculturais que a organizam objetivamente.

Na apresentação dos resultados, seguiremos o seguinte esquema: (**I**) efeitos da ascensão social que repercutem, diretamente, nas orientações do comportamento do negro e do mulato: 1º – crise nas relações sociais; 2º – a mobilidade vertical como “ideal primordial”; 3º – a identificação com interesses e valores da posição social obtida ou pretendida; 4º – repúdio ao padrão de vida tradicional do “preto”; 5º – consciência do “preconceito de cor”; 6º – inconformismo e repulsa à ordem tradicionalista; 7º – ambigüidade e ambivalência na definição de lealdades; 8º – emergência e generalização de disposições a competir e a entrar em relações de conflito com o “branco”; 9º – intensificação da competição e do conflito nas relações dos “negros” em seus projetos de ascensão social; (**II**) efeitos da ascensão social que repercutem, diretamente, no grau de integração do “meio negro”: as tendências emergentes de diferenciação e de estratificação sociais na “população de cor”; (**III**) efeitos da ascensão social que repercutem, diretamente, na ordenação das relações raciais na sociedade inclusiva: 1º – formas de aceitação do “negro que sobe”; 2º – o recrudescimento de atitudes e de comportamentos preconceituosos e discriminativos.

No estado atual de mudança da situação de contato, os efeitos dinâmicos mais significativos, do ponto de vista sociológico, transparecem no nível da organização da personalidade e do comportamento do negro e do mulato. Por isso, esses aspectos ganharam natural relevo na exposição. A ordenação adotada não reflete, porém, o grau de importância dinâmica atribuído pelos próprios agentes a cada tópico. Preferimos apelar para um arranjo artificial,

que gradua as conexões dos temas, em conjunto, de uma perspectiva genética.

A crise nas antigas relações de amizade constitui um evento corriqueiro, embora não seja fatal. Em princípio, enquanto o indivíduo em ascensão está, por assim dizer, ensaiando o vôo, as aparências de cordialidade se mantêm inalteráveis. Aqui e ali, surgem pequenas rusgas, causadas por desinteligências superficiais. São amigos e parentes que não se entendem, porque "fulano deu de ficar orgulhoso" e "de parecer que estranha a gente" ou porque, de "uma hora para outra", "deu de chamar a gente de chupim", "de bater com a porta na cara da gente" etc.[243]

Em regra, é dentro de um clima desses que se processa a mudança do indivíduo com sua família para "uma casa melhor". A separação física do "antigo ambiente" é cercada de manifestações de ternura. Os parentes, os amigos e os "vizinhos mais chegados" prestam as últimas homenagens. Há exibição da nova casa aos mais íntimos, antes e logo depois da mudança. Mas, em seguida, principalmente se ocorre mudança real e substancial de *status*, a deterioração das relações entra na fase final. A pessoa "some da circulação" e "faz de morto", quando vê ou é procurado pelos antigos camaradas. Teme que os novos vizinhos o confundam com eles e o considerem como "preto de baixa extração".

Se for inevitável e para "evitar cenas", há uma rápida troca de aperto de mãos ou um cumprimento de longe. Evita-se, porém, que a intimidade anterior se restabeleça. As atenções da pessoa se voltam para o "novo ambiente". Conforme o bairro e o nível social dos vizinhos, as relações são frias, esquivas e por vezes forçadas. Isso agrava ainda mais o temor de sofrer prejuízos pelo passado recente e fortalece sobremaneira as tentativas de "se esquivar" dos parentes e amigos de "situação duvidosa". Aí, entram em cenas as "desculpas esfarrapadas", que são feitas e recebidas, a sanguefrio, como "ofensas inesquecíveis" e irreparáveis.

É nesse contexto, já mencionado, que surgem recriminações características. Os antigos vizinhos, amigos e parentes, se forem "negros", comentam que "fulano anda metido a branco"; e, se forem "brancos", dizem que "fulano pensa que tem o rei na barriga". Os ressentimentos calam fundo, porque os interessados "ficam firmes". Mantêm-se inflexíveis e proclamam que "não gostam de intrigas", que "não têm medo de calúnias" ou que "é melhor que cada um cuide de sua vida". Por fim, alcançam o seu

intento. Os amigos e parentes compreendem que “estão sobrando”; passam a evitar os contatos, desabafando: “Ele que fique com o seu orgulho”, “Deixa estar que ele ainda vai se arrepender”, “Tomara que ele nunca precise de mim” etc.

O aspecto mais dramático emerge, naturalmente, nas relações entre parentes. Para ocultar a origem modesta, todas as diligências são feitas para evitar suas visitas. Embora não se processe ruptura total, preferem visitálos em suas moradias. Levam consigo as pessoas que “eles gostariam de ver” e, eventualmente, um ou outro auxílio, se for o caso. Os parentes entendem esses ardis. Procuram desculpar os seus agentes, diante de amigos, vizinhos ou outros parentes: “Sabe como é, fulano agora é figura importante. Anda muito ocupado. Quase nunca está em casa” etc. Aos íntimos, confidenciam suas amarguras: “Tenho vergonha de ir à casa de fulano, por causa da gente com que ele se dá”, “isso me deixa envenenado”, “estou desapontado com fulano” etc.

Algumas cenas, focalizadas através das informações, chegam a ser tocantes. Alguns parentes provocam *encontros casuais,* só “para matar saudades” e “saber as boasnovas”. Outros lançam mão de artimanhas, para obter notícias (vão ao encontro de um ou outro membro da família, no trajeto para a feira, a escola ou o trabalho; “cercam conhecidos” mais ou menos informados etc.). As coisas pioram muito e se tornam mais dramáticas quando existem parentes idosos dependentes, que são “mais escuros”. Eles são muitas vezes condenados a uma espécie de ostracismo social e sofrem vários “vexames”.[244]

Com o tempo, o furor pela conquista de prestígio social se atenua ou acaba sendo substituído por sentimentos de segurança. Doutro lado, “as saudades apertam”. Uma ou outra ligação se refaz, principalmente com parentes e amigos íntimos. Contudo, isso não restabelece o equilíbrio em termos das velhas relações sociais. Ao contrário, as coisas se passam como se elas fossem enxertadas nos quadros sociais a que os indivíduos em ascensão pertencem (ou julgam pertencer). A melancolia da ruptura pode ser esquecida ou sublimada. Raramente ela é reparada.

As disposições difusas para “melhorar de vida” criam e difundem anseios “para subir”. Formam a convicção de que “o problema do negro é econômico” e que, para resolvêla, “o negro precisa ter tudo o que o branco tem” (bom padrão de vida, casa própria, empregada, automóvel etc.). Mas

só o êxito de muitos na concretização de tais objetivos pode converter a mobilidade social vertical num "valor supremo" e numa "tradição".

A diferença entre as duas perspectivas é sensível: enquanto está na primeira posição, o "negro" concebe a ascensão social como um fim em si mesmo (algo que lhe permitirá "ser gente" e ter acesso a coisas que sempre lhe foram inacessíveis); quando se encontra na segunda posição, o "negro" define a ascensão social como um meio para lograr outros fins. Sem dúvida, em termos de drama humano e como problema social, o "negro" atrai maior simpatia na fase incipiente do processo, na qual seus anseios soam como clamor por justiça social. Contudo, é no último nível que ele começa a reproduzir a história social de outros grupos humanos da cidade, que também "partiram do nada" (em particular, a dos imigrantes).

De acordo com nossas observações, ainda é bem reduzido o número dos que propendem para as últimas avaliações. Mesmo nas reuniões dos "clubes negros" mais refinados e nos "grandes espetáculos" por eles promovidos, nos quais se pode ver a "nata da elite negra", esse número não passa de duas ou três dezenas. No entanto, no terreno prático, esse pequeno número possui enorme importância dinâmica. A razão é simples. Estamos diante de novos tipos de personalidade e de concepção do mundo. Pessoas que já superaram o afã de "ser gente" e que não lutam, candidamente, pelos "interesses da raça"; projetam-se no âmago dos valores de uma sociedade competitiva e querem, realmente, poder em todas as suas formas. É inegável que padecem de uma miopia incurável, pois não enxergam os problemas coletivos dos "negros" nem a função construtiva que os movimentos reivindicatórios poderiam produzir se orientados em estilo conveniente. Mas também é inegável que estão preenchendo papéis pioneiros de grande alcance.

No seio de uma "elite de cor" tão heterogênea e discutível,[245] esse pequeno grupo põe em evidência o que é ascensão social "para valer". Revela, ostensivamente, que na competição com os "brancos", por riqueza, cultura e poder, o verdadeiro dilema se coloca *depois* (e não *antes*) de se ter atingido os mínimos econômicos e socioculturais, com que todos deveriam contar numa sociedade democrática. E, principalmente, forjam novos símbolos e novos mitos, que exprimem o clima moral da ordem social competitiva: o esforço que "vale a pena" não deve visar as magras compensações da "boa colocação", quase sempre de natureza

compensatória (e que, por isso, fomenta manias de auto-afirmação que envolvem *status* fictícios), mas a eliminação progressiva da distância socioeconômica e política, que separa o "negro" do "branco" na competição pelo poder e pelo prestígio social.

Em suma, Esboçam-se novas linhas de ação e de pensamento, que deixam o campo livre para as personalidades fortes e as grandes ambições. Em conseqüência, para um pequeno núcleo inicial, "subir" deixa de ser equivalente de "redenção social", assumindo a mesma significação que possui para o restante da comunidade. Forma-se, assim, em uma parcela da "população de cor", um estado de espírito que converte a acumulação de riquezas, de prestígio social e de poder no "pathos" e no "logos" da vida humana em sociedade.

A influência dinâmica desse estado de espírito, em plena constituição, ainda é restrita. Além do mais, ele esbarra com as limitações de uma herança social que expõe o *maior número* (dessa população) ao império das compensações sôfregas e imediatas, e com as barreiras que restringem, econômica e socialmente, o aproveitamento das aptidões competitivas do negro e do mulato. Pode-se presumir, no entanto, que a longo termo esse estado de espírito provocará efeitos construtivos de grande alcance. Ele abre ao "negro" um novo patamar histórico, que entrosa alguns segmentos das "classes médias de cor", material e moralmente, com os "ideais burgueses de vida" e com os meios para atingilos socialmente.

Esses resultados precisam ser postos em sua devida perspectiva sociológica. Até agora, lidamos com a grande massa da "população de cor" e com as implicações de seus anseios de ascensão social. Invertendo a maneira de olhar as coisas e isolando o pequeno número dos que obtiveram maior êxito e estão, efetivamente, caminhando mais depressa na assimilação dos valores sociais da sociedade inclusiva e na própria ascensão social contínua, observamos uma realidade diferente. A luta pela ascensão não se trava mais em torno de mínimos socioculturais e as compensações introduzidas pelos *status* fictícios ou aparentes perdem toda a significação. Isso não acarreta, todavia, contradições chocantes e dramáticas no seio da "população de cor".

Como veremos a seguir, a mobilização puramente burguesa de pequeno setor da "elite negra" suscita tendências sociais dignas de nota, tanto na diferenciação do "meio negro" quanto nas relações dos "negros" entre si.

No presente, todavia, essa mobilização representa um fenômeno incipiente; e o mencionado pequeno número retira sua seiva das ligações que estabelece com o grosso da "elite de cor", dentro da qual se projeta e se distingue através das funções de liderança.

Qualquer que seja o polarizador (a ascensão social como "redenção social" ou como uma escada em espiral), os êxitos na ascensão social produzem efeitos ressocializadores, que promovem o ajustamento dos indivíduos à posição social adquirida. Graças a essa ressocialização, que varia em função dos dotes pessoais, da situação socioeconômica das famílias e das oportunidades reais de participação dos papéis sociais inerentes à posição adquirida, a ascensão social canaliza e regula a identificação dos indivíduos com as personalidades*status* dos níveis sociais a que passam a pertencer ou a que pretendam pertencer.

Aqui, é preciso separar dois planos distintos de interação dos indivíduos com as forças sociais do ambiente. No plano mais amplo, de adaptação e ajustamento à ordem social da sociedade inclusiva, essa identificação assume a forma de uma tendência insofreável de assimilação e de exteriorização das normas, padrões de comportamento e valores da "raça" dominante. O "negro" procura "dar tudo que tem" para abolir as diferenças de exterioridades ou de traços sociopsíquicos, que o separam socialmente do "branco", como e enquanto categoria "racial". Essa tendência não impede a lenta emergência, a percepção e a identificação progressiva com os interesses específicos do "negro que sobe". Mas cria uma ponte entre as ambições dessa parcela da "população de cor" e as expectativas de comportamento alimentadas pelo "branco", nos diferentes níveis sociais.

No plano mais restrito, da comercialização dos proventos da ascensão social no "meio negro", essa identificação aparece como algo convencional e, ao mesmo tempo, contrabalançado pelo apego emocional aos valores morais da "elite negra". Tudo se passa como se o "negro" possuísse duas faces: uma, para interagir, como indivíduo, com as pessoas e os valores da sociedade inclusiva; outra, para compartilhar dos refinamentos, da segurança e dos prazeres do seu próprio "ambiente íntimo".

Essa dualidade não se alicerça em nenhuma duplicidade. Ela é fruto do isolamento difuso e da necessidade insofreável de forjar centros autônomos de vida social. O importante, do ponto de vista sociodinâmico, vem a ser a qualidade das influências que entram em jogo. O convívio nos centros

próprios de vida social não neutraliza nem deturpa as impulsões de autoidentificação e de envolvimento na ordem social inclusiva, mas reorienta essas impulsões, subordinando-as aos imperativos das "tradições" da "elite negra" e ao puritanismo delas decorrente. Mesmo a pequena parcela que parece estar caminhando mais depressa no sentido do "aburguesamento" não conseguiu se livrar dessas influências. Ao contrário, apega-se a elas e às suas fontes culturais, para facilitar a imposição de sua liderança ao grosso da "elite negra".

Isso cria dois níveis históricos coetâneos de adaptação e de ajustamento do "negro que sobe". Num, ele é variavelmente "moderno", esforçando-se por ser homem de seu tempo e da sociedade em que vive; no outro, ele responde a alternativas que selecionam suas propensões inovadoras e fixam, de maneira universal, o modelo de exteriorização e de fruição sociais do êxito conquistado.

Ora, a análise revela que esse resultado não traduz uma propensão conservantista ou alguma incapacidade de modernização homogênea da pessoa, comportamentos e estilo de vida do "negro". Ele é produto de vários fatores de instabilidade e de insegurança socioeconômicas, que agravam os efeitos arcaizadores do isolamento difuso. Não tendo logrado condições uniformes e completas para instituir em seu meio as formas sociais de vida organizada da sociedade inclusiva, o "negro" procura se proteger através do puritanismo e da revitalização constante de "tradições aristocráticas", que possuem funções simétricas à do comportamento duro e autoritário. Conjuram-se, assim, ajustamentos individuais que poderiam "rebaixar" o nível material, cultural ou moral das associações e os riscos a que se exporiam os jovens, as mulheres ou os adultos em geral sem uma "polícia adequada" dos costumes.

Por enquanto, convém ressaltar uma conclusão fundamental. Como a ascensão social beneficia, de forma heterogênea e seletiva, pequenos segmentos da "população de cor", a identificação com os valores da ordem social dominante na sociedade inclusiva não encontra suportes sociais uniformes em todos os níveis da vida social organizada do "negro". Em alguns níveis de organização do comportamento, da personalidade e da família, este pode se lançar à plena imitação do "branco" e do seu estilo de vida. Em outros, como no da organização da própria família e, especialmente, das *cliques* ou das associações recreativas mais ou menos

requintadas, essa imitação está sujeita a contingências, nascidas de modelos obsoletos de autoproteção social, de determinação do prestígio e de auto-avaliação “racial”.

Até o presente, o traço mais homogêneo do “negro que sobe” consiste no repúdio do padrão de vida tradicional do “preto”. A ascensão social não cria, somente, um mecanismo de passagem de uma posição social para outra. Ela desperta a consciência de que a posição social do “negro” é contínua e subrepticiamente ameaçada pela “cor” e que a representação do “preto”, construída pelo “branco”, constitui a principal ameaça à fruição dos papéis ou direitos sociais conferidos pela posição adquirida. A “pinga”, a “vagabundagem”, a “negligência no trajar-se”, a “instabilidade no trabalho”, o “desregramento de linguagem ou de maneiras” etc. repontam como proibições que levam o grosso dos “negros que sobem” a se comportar, literalmente, como o “antipreto”, de uma perspectiva social imputada pelo próprio “negro” ao “branco”.

Contudo, o que interessa enfatizar é que a ascensão social constrói essa reação em termos construtivos. Engana-se quem pense que entra em jogo, apenas, uma imitação superficial e inconseqüente do “estilo de vida do branco”. O repúdio ao padrão de vida típico do “negro” responde a essa associação. Mas o que lhe dá sentido profundo, permanente e criador são as disposições judicativas que o alimentam. O fato é que “o negro que sobe” adere a um diagnóstico severo da situação da “raça negra”. Segundo esse diagnóstico, o alcoolismo, a desorganização da família, a irresponsabilidade etc. são apontados como as causas da “dependência econômica” e de “desmoralização social” do negro e do mulato.

Portanto, há uma coincidência entre o esforço de autoliberação do “negro” e o esvaziamento de uma imagem negativa, com a qual ele se defronta socialmente. Em certas fases do processo de ascensão social, o “negro” luta pelo segundo objetivo. Em outras – que são as deveras importantes para a sua assimilação à ordem social da sociedade inclusiva – ele se empenha em obter a margem de direitos, de garantias sociais, de respeitabilidade e de segurança que certas formas sociais de vida organizada conferem ao “branco”.

Ora, os êxitos na ascensão social incentivam uma espécie de amadurecimento social do horizonte cultural do “negro”. Depois de várias experiências contraditórias (e por vezes amargas e dramáticas), ele descobre

duas coisas. Primeiro, que “não adianta fugir da cor da pele”. Segundo, que a imagem existente do “preto” só se alterará mediante a absorção do estilo de vida do “branco” em todos os níveis de organização da personalidade, do comportamento e das formas de convivência.

A partir desse momento, o empenho central, no fluxo das ações e das relações sociais, já não se volta para o afã de escapar de ser identificado como “preto”; mas, para algo bem diverso: a reconstrução das bases materiais e morais do estilo de vida imperante no “meio negro”. Tome-se, como exemplo, a preocupação de manter um clima “rigorosamente moral” nas reuniões recreativas das “associações negras”. Em um estudo de caso, o pesquisador recolheu farto material, que comprova essas interpretações. Assim, num dos clubes mais seletos, encontrou o seguinte lembrete, distribuído em forma tipográfica aos participantes:

> “AVISO IMPORTANTE!
>
> CAVALHEIROS E DAMAS
>
> *O CLUBE DOS EVOLUÍDOS* se preza de ser uma sociedade familiar e, como tal, julgamos desnecessário chamar a atenção dos presentes, para que se portem neste recinto, com a máxima ordem, respeito, educação e compostura, que devem reinar obrigatoriamente, num ambiente freqüentado por famílias. Portanto, muita atenção! Pois a Diretoria deste Clube está observando atentamente todos aqueles que faltarem com o respeito ou abusarem do uso de bebidas alcoólicas a fim de tomar enérgicas providências, nas futuras festas dos *Evoluí*dos, ou seja: Veda, terminantemente, a entrada aos cavalheiros e damas, que forem julgados inconvenientes dentro desta sociedade.
>
> MUITO CUIDADO! ORDEM E RESPEITO!”

Portanto, pretendia-se proteger os associados e suas famílias, oferecendo-lhes um ambiente de “padrão familiar”, no qual as jovens, especialmente, não estivessem sujeitas aos riscos das “relações perigosas”. Os não-sócios só podiam receber convites quando apresentados por um sócio; vários indivíduos que não souberam se comportar tornaram-se “pessoas não gratas”; e sócios que deixaram de corresponder às expectativas foram excluídos. A supervisão ia tão longe, que até o uso de meias, por parte das jovens, era prescrito como obrigação mínima; não se contando prescrições mais graves, que proibiam dançar o quadradinho[246] e versavam a conduta dos pares no trato recíproco.

Em um clube dessa categoria, o pesquisador ouviu de um dos diretores: “Quando vemos um branco entrando, já ficamos meio cismados”. É que, dadas certas expectativas de comportamento, o “branco” pode pretender se furtar a esses mecanismos de controle e aproveitar a oportunidade para “desencaminhar as moças”. Eis como o pesquisador resumiu suas conclusões:

> Realmente, numa gafieira, o branco pode ser encarado, pelos negros, como um concorrente a mais na conquista das mulheres, mas aqui, onde as moças são irmãs, filhas e noivas, o branco aparecelhes como um indivíduo que vai conquistar mulheres “honestas”, com as quais estão ligados afetivamente. Evidentemente, em correspondência a esta expectativa de comportamento em relação ao branco, as mulheres não dão oportunidade para serem convidadas a dançar.[247]

Dados dessa ordem evidenciam que o “negro” não é motivado, nessas situações, pela ambição de cair na categoria de “preto só na cor”. Ele busca as garantias de formas de vida social que antes (ou ainda hoje) são privilégios da “raça” dominante. Ao proceder desse modo, não obstante, trabalha no sentido de compelir o “branco” a rever e a abandonar suas representações sobre o “preto”. Isso mostra até que ponto a ascensão social concorre para modificar os conteúdos do horizonte cultural do “negro”, levando-o a situar o repúdio a certas maneiras de ser, de pensar e de agir “características” em um plano altamente construtivo.

As alterações simultâneas da posição social e do horizonte cultural também oferecem ao “negro que sobe” outras possibilidades de percepção e de avaliação do “preconceito de cor”. Na medida em que realiza as condições materiais e morais para determinados ajustamentos, pode discernir, concretamente, onde a “cor” se erige em barreira à aceitação pelos “brancos”. Ao mesmo tempo, aprende a se apoiar nas garantias fornecidas pela posição social para atingir fins contrariados pela condição “racial” dos agentes.

Em limites extremos, chega a compreender que a aceitação pelos “brancos” é secundária, em confronto com as vantagens derivadas da fruição plena ou normal de certas prerrogativas sociais, que podem ser compartilhadas independentemente da modificação do “caráter dos brancos”. No conjunto, o “negro que sobe” se torna mais apto a tomar

consciência e a defender seus interesses sociais no contexto existente de relações raciais.

É claro que muitas formas tortuosas de ajustamento são por vezes franqueadas e repetidas. Mas o que importa aqui não é esse aspecto. A ascensão social amadurece o "negro" para um jogo de paciência secular. Ele aprende, por experiência própria, que não está ao seu alcance modificar a "natureza do branco" e, o que tem maior significação prática, que isso não é indispensável para atingir seus fins de forma egoística e imediatista. Doutro lado, constrói um mecanismo adaptativo de longo alcance: passa a atribuir à ascensão social da "gente negra" e aos seus efeitos visíveis a função manifesta de "reeducar os brancos" e de levar de cambulhada seus "preconceitos tolos". Com isso, conquista uma liberdade moral surpreendente.

A acumulação de percepções objetivas sobre as manifestações e as conseqüências desastrosas do "preconceito de cor" é separada de qualquer intuito de desforço "racial". Em vez de multiplicar reações e frustrações, que poderiam conduzir a um "beco sem saída", prefere "forçar as portas abertas". Não há dúvida que essa orientação de comportamento se explica pela ambigüidade e pela dualidade da situação "racial" brasileira. Se todas as portas "estivessem fechadas", não haveria margem para semelhante alternativa.

Além disso, a pletora de "oportunidades médias", que caracteriza a presente fase de expansão socioeconômica da cidade, também concorre para suscitar esse tipo de ajustamento "racial". No entanto, ele encerra duas lições, que não devem ser negligenciadas. Primeiro, que as potencialidades adaptativas e integrativas do "negro" foram subestimadas pelo "branco". Ao surgirem as oportunidades de ascensão social, ele está se revelando um mestre consumado na arte da sociabilidade, esquecendo e perdoando as amarguras do passado pelas conveniências do presente ou do futuro. Segundo, que as virtudes de uma sociedade competitiva possuem enorme poder de sedução e de corrupção. Ao assimilar o "pathos'" e o "logos" da sociedade competitiva, o "negro" esquece e perdoa seu antigo algoz. Porém, também passa a ignorar o seu passado e o próprio drama da "gente negra". Preocupa-se com as manifestações do "preconceito de cor" segundo objetivos individualistas e interesseiros: para contornálas, neutralizálas ou, se possível, tirar proveito delas.

É indubitável que as técnicas que emprega podem ser difundidas e que tal difusão garantiria, sem sombras de dúvida, melhores mecanismos de defesa coletiva do “negro” e de alteração da ordem “racial” existente. No entanto, há algo mais a considerar. Enquanto não se alcançar semelhante equilíbrio, a grande massa da “população de cor” ficará condenada a prejuízos iníquos. A ética individualista ainda não ensinou ao “negro que sobe” os riscos que ele corre, enquanto perdurar essa situação, nem as vantagens que poderia colher, acaso se dispusesse socialmente a condenála e a conjurála.

A ascensão social do negro e do mulato se processa num clima que favorece a fermentação de atitudes inconformistas e de repulsa à ordem “racial” tradicionalista. De um lado, as disparidades sociais existentes entre os dois estoques “raciais” fomentam um estado permanente de frustração potencial nos “indivíduos de cor”. Mesmo os que se identificam com a ideologia “racial” oficial tendem a admitir, freqüentemente, quer a vigência de um “favoritismo desenfreado” nas relações dos “brancos” entre eles próprios, quer a observância de uma política de “proteção escandalosa” aos estrangeiros e de “aproveitamento unilateral da prata da casa”.[248]

De outro, a própria ascensão social expõe o negro e o mulato a *situações críticas.* Ainda hoje, o “negro rústico” pensa que “se os pretos fossem ricos poderiam ser iguais aos brancos”. Ora, ao conquistar condições para separar, em seus ajustamentos, a cor e a posição social, “o negro que sobe” logo aprende que a riqueza, a adulação e as maneiras distintas não impedem que em várias circunstâncias e para diversos efeitos sociais ele seja considerado e tratado como “preto”.

Essa descoberta geralmente se associa a experiências perturbadoras e chocantes, como vimos antes. No entanto, nenhuma das duas polarizações gera um inconformismo sistemático e praticante. Várias razões explicam esse fato. Primeiro, o “negro” não é menos produto da situação que o “branco”. Ele age de maneira tão ambígua e dissimulada quanto este, dando o “sim” quando preferiria proferir o “não”, e viceversa. Segundo, o isolamento sociocultural difuso cria um palco demasiado estreito para a autorealização social do “negro”. Ao “enriquecer” e “melhorar de posição” não tem outra saída senão se apegar aos modelos de competição por prestígio social já firmados nas “elites de cor”. Esses modelos não deixam margem a uma liberdade elástica. Ao contrário, prendem os indivíduos num

cipoal sem fim de obrigações rigorosas e proscrevem o uso da violência nas relações humanas.[249] Terceiro, as situações de interesses, que se definem em termos de classes sociais, equacionam-se inevitavelmente, no plano "racial", em nome da ordem social estabelecida (portanto, em nome de uma ordem social criada *pelos* brancos e *para os* brancos). Daí decorre que a canalização positiva das frustrações só possui uma direção possível: a da ordem social estabelecida.

Isso faz com que os "negros que sobem" fiquem à mercê dos "brancos", em suas tentativas de autorealização, ou tenham de se contentar com as compensações morais fornecidas, normalmente, pelas formas de associação desenvolvidas pelas "elites de cor". Esse quadro revela quão difícil se torna, para o "negro", o emprego construtivo das insatisfações, ressentimentos e frustrações sociais. Em regra, o "branco", qualquer que seja a sua origem, pode manipular e corrigir suas insatisfações, ressentimentos e frustrações de maneira unívoca – ou seja, no próprio processo de acumulação de riquezas, de prestígio social e de poder. O "negro", ao contrário, vê-se normalmente sujeito a uma dualidade destrutiva: realiza em um plano os requisitos de sua posição social; e, em outro, o reconhecimento da validade e da legitimidade dos efeitos sociais daqueles requisitos.

É provável que essa dualidade desapareça no futuro, se se consumar uma integração eqüitativa e completa nos "homens de cor" nos diferentes níveis sociais da sociedade inclusiva. No momento, ela nos põe diante de dois problemas de capital importância sociológica. Em primeiro lugar, parece evidente que ela demonstra que o impacto da ascensão social, na forma em que ele está se dando através da expansão da ordem social competitiva, contribui mitigadamente para mudar a estrutura e a dinâmica do padrão de acomodação "racial". Aderindo às perspectivas abertas pelo peneiramento "racial" ultra-seletivo, o "negro que sobe" se conforma, psicológica e moralmente, com o tipo de inconformismo dissimulado e latente, que sempre impregnou as relações raciais no Brasil.

Esse tipo de inconformismo "racial", diga-se de passagem, pode ser extremamente útil à consecução de alvos sociais na escala da ação pessoal ou na da atuação de pequenos grupos. Em segundo lugar, ela sugere como tende a se processar, no presente, a neutralização políticosocial das "elites de cor". Na medida em que "a nata" dessas elites se prende a um código éticosocial obsoleto, ela realiza as condições para o autoprovimento

constante do prestígio compensatório, conferido pela participação de formas conspícuas de vida social e pelo exercício correlato das oportunidades de liderança, que elas facultam. Mas se divorcia, crescentemente, da "grande massa de cor" e, o que é pior, do próprio fluxo dos processos históricos-sociais.

Surge, assim, um risco muito grave. Como sucedeu nos Estados Unidos, [250] ela poderá se entregar a autoavaliações complacentes, a formas mistificadas de consciência da realidade e a compensações morais traiçoeiras. Semelhante desfecho manteria a "tradição" de paz social nas relações raciais no Brasil. Porém, sob alto custo social: a exclusão de parcela numerosa da "massa de cor" dos direitos e garantias sociais usufruídos pelos "brancos" e pelos segmentos mais ou menos favorecidos das "elites negras".

Esses resultados indicam, também, que enquanto existir alguma sorte de paralelismo entre cor e posição social o negro e o mulato terão de se conformar com formas ambíguas e ambivalentes de definição social de suas lealdades. Numa entrevista altamente expressiva topamos com uma afirmação típica, segundo a qual o "negro que sobe" não sabe se *caipara cá*, ou se *caipara lá*. Realmente, como cidadão e brasileiro, ele se identifica com a ordem social vigente; em termos dos valores e princípios dessa ordem social, ele se identifica com os interesses e os valores da "raça" dominante. Contudo, na vida prática se vê forçado a opções que o levam ora a se identificar como "preto", ora a repudiar essa identificação.

Tais ambigüidades e ambivalências correspondem a inconsistências do sistema de ordenação das relações "raciais". Por isso, ela não suscita os mecanismos característicos de comportamento marginal nem as formas correlatas de manipulação societária das técnicas de inconformismo racial. A sociedade brasileira sempre foi parcialmente aberta, tanto sob a égide do regime de castas, quanto sob a do regime de classes. Por conseguinte, os mecanismos de dominação racial sempre comportaram a prática sistemática da acefalização da "população de cor".

Os resultados de nossa investigação comprovam que o impacto da mudança social ainda não foi suficientemente longe para alterar esse modelo funesto de relação "racial". Por enquanto, a ascensão social do negro e do mulato assume proporções que não afetam senão as posições inferiores e algumas posições intermediárias da estrutura da sociedade de

classes. Doutro lado, as relações “raciais”, em termos da organização do poder e do seu monopólio pela “raça” dominante, não sofreram nenhuma alteração significativa. Ao contrário, a circulação das elites compreendeu uma rotação altamente negativa para a autonomia da “população de cor”.

As “elites negras”, no período das agitações raciais, foram conduzidas por intelectuais mais ou menos conscientes da tutelagem da “raça branca” e extremamente independentes às suas pressões diretas ou indiretas. Por isso, apesar das grandes divergências internas, eles conseguiram fomentar e difundir uma contraideologia racial dotada de certa unidade e de notável autonomia moral. Nos últimos tempos, a liderança dos intelectuais foi solapada ou eliminada. Em seu lugar, surgiram “homens de ação”, formados sob o tirocínio da luta pela vida e extraídos das diferentes profissões, do pequeno comércio e da pequena indústria. Enfim, por homens que subestimavam a utilidade do “projeto coletivo” e davam precedência às formas de acomodação “racial” que pareciam favorecer a fruição mais rápida possível do prestígio social inerente à posição adquirida. Por isso, ao mesmo tempo que davam seu beneplácito aos canais acessíveis de aburguesamento do “negro” em ascensão social, aderiam a um estilo de vida social que afastava as *elites* da *massa* na “população de cor”.

Eles não deixam de ter razão, em dois pontos. Primeiro, o caminho percorrido favorecia mais que qualquer outro seus desígnios de auto-afirmação social. Segundo, suas técnicas de atuação social são estritamente compatíveis com a estrutura e o funcionamento de um *sistema social aberto.* Nada impediria, portanto, que a longo termo, mantidas as condições de mudança do sistema de relações “raciais”, todos fossem hipoteticamente beneficiados, de modo eqüitativo, pelas mudanças em curso.

Não obstante, eles negligenciaram ou esqueceram as identificações históricos-sociais, econômicas e socioculturais que permitem justificar os clamores igualitários de minorias raciais integracionistas numa *sociedade aberta.* Vendo-se as coisas desse ângulo, parece patente que as influências dinâmicas, desencadeadas diretamente pela ascensão social de algumas parcelas da “população de cor”, estão contidas dentro dos limites da política assimilacionista consagrada pela ideologia “racial” dos círculos sociais dominantes da “população branca”. Nessas condições, era fatal que a satisfação dos interesses egoísticos do “negro que sobe” pouco contribuiria, de imediato, para a eliminação das ambigüidades e das ambivalências que

tornam tão oneroso, à grande massa da "população de cor", o padrão vigente de acomodação "racial".

Os últimos três tópicos se referem a repercussões indiscutivelmente construtivas da ascensão social. Eles dizem respeito à qualidade dos processos adaptativos e integrativos, postos em prática pelas elites em emergência na "população de cor". Na medida em que pretende uma "posição mais vantajosa" na estrutura econômica, de prestígio social e de poder da sociedade inclusiva, o "negro que sobe" altera, simultaneamente, sua visão do mundo e sua relação com o "branco". Ele "quer algo socialmente", embora isso ocorra no plano restrito de interesses sociais particulares e egoísticos. Em conseqüência, luta arduamente para não ser posto à margem da vida e, principalmente, identifica o "branco" como uma espécie de "concorrente privilegiado", o qual tem de superar para atingir seus objetivos pessoais. Daí resulta que abandona e substitui, progressivamente, as atitudes de medo e os comportamentos de capitulação espontânea diante do "branco" em tudo que se relacione, direta ou indiretamente, com sua "ânsia de subir e de vencer".

Os dados recolhidos mostram, de modo concludente, que essas mudanças de perspectiva conduzem à emergência e à difusão de padrões competitivos e de conflito nas relações com o "branco". O êxito na ascensão social depende, largamente, da capacidade de pôr em prática tais padrões de relações "raciais". Embora propenda a evitar "os extremos", o "negro que sobe" tende a aceitar naturalmente e a valorizar socialmente a competição "racial" no nível da renda e do emprego; e, se for conveniente ou necessário, não recua diante de certas situações de conflito, que ponham em jogo as vantagens conquistadas ou uma posição estratégica para obter, sucessivamente, novas vantagens.

Predisposições dessa natureza, que são índices de transformação do caráter do negro e do mulato em ascensão social, propagaram-se de tal forma, que se tornaram facilmente perceptíveis. Numa sondagem feita por meio de questionários, por exemplo, à pergunta: "Acha que existem cargos em nossa sociedade que só são concedidos aos brancos?", 74 mulheres e 238 homens responderam sim; e 49 mulheres e 123 homens responderam não; doutro lado, à pergunta: "Acha que os pretos devem pretender os referidos cargos?",[251] 103 mulheres e 238 homens responderam sim, e apenas 7 mulheres e 19 homens responderam não.

As mesmas razões modificaram, insensivelmente, as relações dos "negros" em ascensão social entre eles próprios. Não só as avaliações recíprocas se tornaram mais realistas; desapareceram as disposições predatórias, características da fase em que as relações humanas se associavam a formas bem definidas de parasitismo social, e em seu lugar surgiram disposições alternativas, que instigam o indivíduo a contar consigo próprio. "Quem confia nos outros está roubado", "O meu amigo sou eu mesmo", "Amigo é dinheiro no bolso" entram no rol de fórmulas com alta circulação, ao lado de outras mais universais, como: "Se Deus quiser, hei de vencer", "Deus ajuda a quem trabalha", "Hei de vencer" etc.

Dada a situação existente no "meio negro", em que o êxito de conhecidos, amigos e colegas suscitava avaliações depreciativas e por vezes hostis, constitui um problema saber por que puderam ocorrer semelhantes alterações nos padrões de relação social sem conseqüências mais graves. [252]

As explicações parecem evidentes. As oportunidades de classificação, vinculadas à proletarização, abriram-se a uma parcela relativamente grande da "população de cor". As oportunidades melhores, que permitam uma classificação fictícia ou real nas "classes médias", por sua vez, distribuíram-se de acordo com o mecanismo de peneiramento "racial" ultra-seletivo. Isso significa que os beneficiados foram diluídos no "meio branco", através de uma massa muito variada e diversificada de situações de trabalho e de convivência social. Acrescentando-se a essas duas razões o fato, bem conhecido, da ascensão do "negro" se conformar a um ritmo lento e balanceado, que favorece a ressocialização e a mobilidade de indivíduos isolados ou de pequenos grupos de indivíduos, obtém-se um quadro de referência completo.

A "população de cor" não está se ajustando, em bloco, aos requisitos da competição regulada e do conflito construtivo nas relações pessoais. Os novos padrões de interação social tendem a se implantar no "meio negro" de forma descontínua e ao azar, segundo as linhas da integração do "negro que sobe" à ordem social da sociedade inclusiva. Em nosso entender, tais modificações também caem na categoria das mudanças que estão afetando o caráter do negro e do mulato. E as condições em que elas se atualizam socialmente sugerem por que as potencialidades negativas, de rancores, hostilidades e ressentimentos cegos, não explodiram repentinamente, no

momento em que algumas oportunidades sonhadas como um mito coletivo só se concretizaram para muito poucos. Como resta, sempre, a esperança de contar nesse número, os êxitos unilaterais dos "outros" são recebidos, pela grande massa, como pequenos golpes, suavizados ou neutralizados pela ilusão maior, que paira sobre cada indivíduo, segundo a qual "a minha vez também chegará".

Já no seio das "classes médias de cor", em particular no que poderíamos chamar de suas elites, prevalece outro estado de espírito. O "negro que sobe" deposita suas esperanças mais amplas nos efeitos reativos da ascensão social. Ele espera que tais efeitos irão reeducar os "brancos", patenteando as qualidades reais do "negro" e eliminando as bases objetivas ou subjetivas dos estereótipos raciais negativos. Por isso, embora raramente ele possa cooperar no processo (a não ser por intermédio das obrigações de parentesco e das relações entre gerações), ele fica atento aos êxitos do negro e do mulato, identifica-os, divulga-os e "sente-se orgulhoso".

Além disso, em alguns círculos já se compreende melhor as vantagens inerentes à infiltração de "negros importantes" na estrutura de poder da sociedade e muitos se dispõem, generosamente, a cooperar na consecução desse fim. Aí estão, provavelmente, os sedimentos para um novo tipo de integração do "meio negro", com a objetivação e a difusão de atitudes e de comportamentos ativos de solidariedade "racial". Por enquanto, é totalmente impossível prever se tais manifestações ficarão presas às diferenças de nível social. As orientações exclusivistas, demonstradas pelas "elites de cor", sugerem que sim. Todavia, a longo termo essas orientações também poderão se alterar, sob a consciência das vantagens inerentes à integração rápida e em larga escala da grande massa da "população de cor" na ordem social competitiva. Então, as "elites de cor" poderão exercer funções de liderança suscetíveis de contribuir para o aparecimento de formas de solidariedade "racial" mais amplas.

Quanto às repercussões diretas da ascensão social do negro e do mulato na diferenciação e na estratificação sociais do "meio negro", algumas tendências são óbvias. A melhoria na participação do nível de emprego e do nível de renda fez com que as antigas "elites de cor" sofressem uma alteração quantitativa e qualitativa. As descrições válidas para o período de 19101930 revelam que essas elites se compunham de pessoas com *status* real de "classe baixa", mas que possuíam profissões estáveis, podiam

reproduzir certas feições da vida do “branco de salão” e, por vezes, herdavam o guardaroupa dos patrões.

Observações feitas por nossos pesquisadores, em cerimônias especiais como casamentos e festas no lar[253] ou nas reuniões e festas dos “clubes importantes”,[254] puseram em evidência que essas elites ainda são heterogêneas, mas possuem numerosos participantes de classe média real. O critério básico, para o reconhecimento e a avaliação do *status* adquirido, usado pelo “negro”, diz respeito ao padrão de vida. Se este for considerado “elevado”, mesmo que o nível ocupacional da pessoa possa ser “baixo”, à luz dos critérios alternativos da sociedade inclusiva, ela pode ser tida como “rica” e de “elite”.

Assim, num documento elaborado por pesquisador negro, este sublinhou:

> Urge também observar que o fato da noiva ser cozinheira por profissão não quer dizer que sua condição seja inferior, eis que a consciência de classe é manifestada em tais meios, com muito mais rigor que em outros. Uma cozinheira que, pela sua capacidade profissional, está em condições de ser chefe em qualquer hotel de luxo pertence à alta classe negra, porque a arte culinária é considerada de fato uma arte no meio negro. A mulher negra sente verdadeiro orgulho, quando lhe é possibilitada a oportunidade de exibir os seus conhecimentos na cozinha. Assim, percebem altos proventos e vivem em situação folgada.

O mesmo se poderia dizer de outras profissões, masculinas ou femininas. O essencial vem a ser o nível de renda e, principalmente, as possibilidades que este abre de exteriorização de um “padrão de vida elevado”. Por isso, essa elite abrange desde a cozinheira e o mecânico, até o dentista, o contador, o médico e o advogado, passando pelo chofer, pelo escriturário, pelo comerciário, pelo corretor, pelo pequeno comerciante e, eventualmente, o pequeno industrial. A sua seleção e afirmação se processa, assim, em termos estamentais: pela capacidade de exibir um estilo conspícuo de vida e de mantêlo mais ou menos fechado tanto ao “negro sem eira nem beira”, quanto ao branco de “intenções dúbias” ou de “baixo padrão moral”.

Contudo, após a realização da pesquisa, as coisas se alteraram ainda mais. A propensão a formas de diferenciação interna é bem nítida, havendo hoje associações “negras” que praticam uma seleção ultrarigorosa de seus membros, levando em conta a situação econômico-ocupacional, o prestígio social e o “padrão moral” dos candidatos. Em conseqüência, as diferenças

de níveis sociais começam a se refletir na diferenciação do “meio negro”, embora certas evidências de *status* compensatório (ligadas a intenções mais ou menos conscientes de “embasbacar” por um estilo “aristocrático” de vida) ainda sejam francamente universais.

Três conseqüências possuem grande significação para a nossa análise. Primeiro, a ligação ou a associação com o “branco” está perdendo a sua antiga importância como fonte de prestígio social (ou de suplementação de prestígio). O estado de espírito anterior propendia a supervalorizar tais relações. Um exemplo é suficiente para esclarecer esse fato. Um músico negro, que tocava saxofone em uma banda de músicos brancos, ouviu o seguinte comentário de outro negro: “Você ganha 300 milréis para tocar na banda? Pois a meu ver você não devia ganhar nada. Só o fato de tocar numa orquestra de brancos já paga ordenado”.

Ora, o “negro que sobe” continua suscetível de suplementar e até de consolidar o seu prestígio social ostentando suas “ligações de amizade” com os brancos. Com freqüência, vê-se forçado a tolerar certo desnível social, aceitando “brancos de posição inferior”. Mas faz uma seleção a seu modo, isolando-se tanto do “branco orgulhoso”, quanto do “branco de má índole” ou de “caráter duvidoso”. E, onde isso se torna possível, evita cuidadosamente o desnível social nas relações com “brancos”, encarado no “meio negro” como “falta de prestígio”, e tende a selecionar os “amigos brancos” no mesmo nível social ou em níveis sociais superiores.

Segundo, as propensões a fixar e a defender níveis sociais marcantes repercutem de duas formas na diferenciação do “meio negro”. De um lado, em tentativas mais ou menos conscientes de reproduzir no “meio negro” as formas de sociabilidade e de organização social da “população branca”. Tais tentativas envolvem, naturalmente, o fortalecimento de atitudes e de comportamentos voltados na direção de converter a “população de cor” numa miniatura do “mundo dos brancos”, o que significa que elas contribuem, sensivelmente, para acentuar as posições e os papéis sociais na linha do regime de classe. De outro, estabelece-se com nitidez a idéia de que o “negro” deve “ser gente” sem deixar de ser “preto”. Portanto, as distinções sociais terão de operar e de ter vigência através e apesar da cor.

As implicações dessa convicção são severas. Ela intensifica até o paroxismo certas propensões exclusivistas e “aristocráticas” das velhas elites, fazendo com que o “negro rico” despreze, evite e revele insopitável

acrimônia em relação ao “negro pobre” e, especialmente, ao “negro desordeiro”. Na verdade, extensa parcela do “negro que sobe” assimila as avaliações e os estereótipos contra o “negro”, construídos pelo “branco”, e os aplica com enorme severidade a todos os negros e mulatos que correspondem à imagem tradicional do “preto”.

Terceiro, os segmentos mais altos (e portanto realmente pertencentes à classe média, no consenso da sociedade inclusiva), apegam-se a uma “política integracionista” dúplice. Quanto à participação do nível de emprego e do nível de renda na sociedade inclusiva, forçam uma linha de interação com o “branco” e de integração igualitária. Quanto ao que se convencionou chamar, no Brasil, de “aspectos íntimos” da vida social (as formas de sociabilidade ligadas ao lar, aos grupos de amizade e às associações recreativas ou culturais), demonstram uma grande timidez, submetendo-se passivamente às avaliações etnocêntricas e aos critérios suprarígidos de seleção impostos pelos “brancos”.

Daí decorre que o incremento do prestígio social e das oportunidades de atuação social, que ele abre, só podem ser mobilizados socialmente no “meio negro”. A ascensão social aumenta a área de participação das “elites de cor” na esfera ocupacional e econômica, mas, ao mesmo tempo, cria novas vias de persistência e de ampliação do isolamento social difuso do negro e do mulato. Não dispondo de outro palco social para a sua autorealização, o “negro que sobe” se fecha dentro dos muros mais ou menos seguros daquelas elites, equilibrando suas compensações pelo fortalecimento do exclusivismo “aristocrático” que as caracterizam e pela acentuação das *linhas de classe* dentro do “meio negro” e nas suas relações com os “brancos”.

Quanto às repercussões diretas da ascensão social do negro e do mulato nas relações com os “brancos”, duas tendências globais podem ser assinaladas. Primeiro, na medida em que o “negro que sobe” possua requisitos especiais para se identificar ou corresponder às expectativas de comportamento do “branco”, ele pode se beneficiar ao máximo quer das oportunidades reais ou potenciais de aceitação igualitária, quer das disposições abertamente tolerantes de pessoas “simpáticas ao negro” ou “infensas ao preconceito de cor”.

Em função dos mecanismos tradicionais de ajustamento “racial”, a ascensão social confere ao “indivíduo de cor” as probabilidades de ser

qualificado e tratado como exceção que confirma a regra. Em função dos mecanismos de integração e de funcionamento da ordem social competitiva, a ascensão social faculta ao "indivíduo de cor" as probabilidades de ser aceito em contatos formais e categóricos, regulados por papéis sociais identificados por meio de sua personalidade-*status*.

Na prática, as duas probabilidades de aceitação se misturam largamente, mas de tal modo que os mecanismos tradicionais absorvem e solapam os mecanismos competitivos de ajustamento "racial". Além disso, a ascensão social do "indivíduo de cor" favorece, singularmente, a manifestação e o aproveitamento efetivo das disposições de tolerância "racial" dos "brancos" que são neutros ou contrários ao "preconceito de cor". Os resultados das entrevistas revelaram que pessoas dispostas "a levar o amigo preto para casa", "a dar oportunidade a um preto de talento" e, mesmo, a casar com uma mulata pela qual "se apaixonara perdidamente", esbarram com a resistência de parentes, amigos, colegas ou superiores.

Os efeitos da ascensão social, na organização da personalidade-*status* do "negro" e no seu reconhecimento social pelo "branco", criam condições mais ou menos favoráveis à emergência de um dos dois mecanismos de ajustamento "racial" mencionados (ou a uma mistura de ambos). O que importa é que, nessas situações, "o próprio preto ajuda a si mesmo", como se diz vulgarmente, facilitando as iniciativas ou disposições do "branco" a seu favor. Segundo, a outra tendência alternativa e exclusiva se caracteriza pelo recrudescimento de atitudes, comportamento e avaliações de caráter intolerante e discriminativo.

Do mesmo modo que no esquema tradicionalista há quem se recuse a contemporizar com a filosofia da exceção que confirma a regra, na órbita da sociedade competitiva existem os que se recusam "a se colocar em pé de igualdade com um preto" mediante contatos formais e categóricos. Aí, a resistência ao "negro que sobe" é específica, pois muitas vezes os mesmos sujeitos se mostram complacentes diante de "pretos humildes" ou que podem ser descritos como "pobresdiabos". Doutro lado, assim como as manifestações do "preconceito de cor" atravessam os diferentes níveis sociais – embora com variações relevantes na intensidade –, essas atitudes e comportamentos puderam ser focalizados em todas as classes sociais e grupos étnicos ou nacionais.

As interpretações aventadas pelo próprio “negro que sobe”, as quais giram em torno de motivações como “o orgulho inveterado das famílias tradicionais”, “o ódio do branco (uns apontam o brasileiro; outros, o estrangeiro) contra o negro”, “o medo da concorrência do negro” etc. são insuficientes para explicar as ocorrências em questão. Embora em certos casos concretos motivações dessa espécie possam entrar em jogo, parece que semelhantes manifestações extremas de intolerância “racial” se explicam, do ponto de vista sociológico, pela resistência com que essas pessoas se opõem, consciente e inconscientemente, à diminuição da distância social entre os dois estoques “raciais”. Ao que parece, temem que a equiparação com o “preto” redunde em degradação social e em perda irreparável de segurança, de prestígio social e de poder por parte do “branco”.

O segundo grupo de questões diz respeito às repercussões indiretas da ascensão social do negro e do mulato na situação de contato racial. Como se trata de um processo recente, torna-se difícil discernir efeitos dessa ordem, que requerem certa duração no tempo para se fazerem sentir objetivamente. Ainda assim, é possível perceber algumas facetas dessa realidade *in fluxu.* Para os fins do presente capítulo, interessaria focalizar algumas delas: as raízes do comportamento calculista no “negro que sobe”; as funções do isolamento nas “classes médias de cor”; em que medida a ascensão do negro e do mulato está contribuindo: (a) para a revisão da imagem do “negro” pelo “branco”; (b) para a revisão da imagem do “negro” pelo “negro”; (c) para a revisão da imagem do “branco” pelo “negro”.

Sem dúvida, o comportamento calculista faz parte da dinâmica do ajustamento humano a uma sociedade competitiva. Desse ângulo, ele conta como requisito psicossocial da própria ascensão social do “negro”. No entanto, há aspectos peculiares na situação do “negro que sobe”, que introduzem o comportamento calculista como produto de uma constelação de efeitos, relacionada com a mobilidade social vertical.

No fundo, o mecanismo é simples: o “negro” pode tentar assumir os papéis sociais inerentes ao *status* adquirido. Então, descobre as “manobras” ou as “maquinações” de pessoas (“brancas” ou “negras”) empenhadas em “deturpar as suas intenções” ou em “sabotar os seus interesses”. Leva os primeiros choques. Mas aprende que “tem de possuir a sua política”. Nesse

ponto, não só descobriu que precisa “agir com a cabeça”; já sabe, por experiências amargas, que “quem não cuida de si, se dana todo”.

Esse tipo de comportamento calculista é curioso. Ele não teria sentido na ordem social tradicionalista, que exigia uma modalidade de cálculo especial: a manipulação das emoções e da vontade do “branco” como meio para atingir outros fins. Também não tem sentido na ordem social competitiva, que requer o cálculo como uma etapa da consciência da situação e do controle voluntário das forças que nela produzem efeitos socialmente previsíveis. Todavia, na interpenetração entre mecanismos tradicionalistas e competitivos de ajustamento “racial”, ele se converteu numa técnica social necessária, usada especificamente como instrumento de autodefesa. Por isso, apesar das incompreensões da velha geração, que acha que o “negro moderno trocou a inteligência pela esperteza”, e da irritação ou perplexidade do “branco”, que vê seus motivos antecipados e anulados pelo “colega negro”, essa técnica encontra largo uso social construtivo.

Na verdade, é inegável que ela põe o “ego” adiante do “outro” e do “nós”. Contudo, ela desempenha a função de “amaciar”, psicológica e moralmente, as decisões do “agente negro”. Vendo-se como se estivesse num palco, ele se torna capaz de prever, com relativa precisão, as atitudes e os comportamentos dos demais atores. Mesmo quando ele não tem possibilidade de tirar proveito prático desse conhecimento, este lhe dá maior maturidade e maior plasticidade de ajustamento. Por isso, deixa de “explodir à toa” e inventa os mais variados expedientes para evitar que certos atritos e tensões, inevitavelmente desencadeados pela competição “racial”, degenerem em conflitos.

Às vezes, reponta o amargor e o ressentimento que a necessidade dessas técnicas de ajustamento provocam. Fala-se que “não há melhor diversão” que “surpreender o branco na armadilha do preconceito”, em “gozação do branco” etc. Por aí se verifica que o “negro” não aprecia tais técnicas e se desmoraliza, em parte, por precisar utilizálas. Porém, elas o auxiliam a construir a sua carreira e contribuem, visivelmente, para desencadear atitudes e comportamentos egoísticos que são, ao mesmo tempo, firmes e conciliadores.

Da mesma maneira, o isolamento das “classes médias de cor”[255] surge como uma técnica de autoproteção social. O padrão e o ritmo da ascensão social, com referência à “população de cor”, apresenta enormes debilidades.

As bases materiais e morais de sustentação do fluxo de mobilidade social vertical são inseguras e movediças; o volume de indivíduos abrangidos pelo processo é diminuto e poucos se elevam ao longo de todas as posições compreendidas pela espiral; a intensidade do próprio processo ameaça continuamente tanto os progressos das gerações, quanto os êxitos dos indivíduos. Tudo isso obriga o "negro" a se concentrar, unilateralmente, na exploração das potencialidades adaptativas e integrativas de determinados papéis sociais a que poderia ter acesso.

Em outras palavras, ele não pode mobilizar todos os papéis sociais inerentes à posição social adquirida. Alguns, por causa das resistências abertas ou veladas dos "brancos"; outros, por falta de condições econômicas, sociais e políticas apropriadas. O isolamento deliberado lhe permite contornar algumas das dificuldades que advêm desses últimos fatores, estimulando uma espécie de utilização marginal dos recursos econômicos, sociais e políticos que são exigidos para o aproveitamentolimite dos papéis sociais mobilizáveis.

Portanto, o isolamento não só resguarda a ambição de um nível de vida alto e puritano. Ele instiga ajustamentos que "fazem render", que transformam as debilidades em força real. Sem apelar para ele, nas atuais circunstâncias muitos efeitos construtivos da ascensão social seriam fatalmente inúteis ou perdidos pelo "negro que sobe". A outros respeitos, não há dúvida de que se trata de uma arma tática, destinada a ser posta de lado assim que seja dispensável. Pois a sua perpetuação indefinida poria em risco as próprias disposições integrativas da "população de cor".

Por fim, o "negro que sobe" deposita grande confiança nos efeitos indiretos de sua ascensão social, como meio para modificar as avaliações e as representações "raciais" vigentes. Os resultados da investigação, porém, não dão margem a conclusões promissoras. Por enquanto, o "branco" tende a resistir à revisão da imagem do "preto", construída no regime escravista e no passado recente. A persistência da aceitação do "negro que sobe" com base na filosofia da exceção que confirma a regra parece ser responsável por isso. Ela permite imputar os êxitos aos talentos singulares de indivíduos isolados; e as falhas ou malogros às características negativas universais do "preto". Ainda assim, percebe-se que a influência de modelos formais e categóricos de relações "raciais" está produzindo resultados positivos.

Aumenta, paulatinamente, o número dos que ajustam as avaliações e os comportamentos reais às normas ideais de julgamento do “negro”.

Reconhece-se, mais amiúde, que o “negro de hoje” está se transformando. “Faz força para estudar”; “procura aproveitar sua inteligência”; ou “pode ser chefe, porque tem competência”. Doutro lado, os efeitos indiretos da elevação do padrão de vida são visíveis. Fala-se, com freqüência, de “negros alinhados” ou de “pretos que se vestem melhor que certos brancos” e que “sabem agir com decência e distinção”.

Portanto, as representações e as imagens gerais perduram. Mas elas perdem, crescentemente, a sua eficácia. Se a ascensão social do negro e do mulato tiver continuidade e ganhar proporções adequadas, elas passarão para o folclore das relações raciais. O mesmo não se pode dizer das representações e imagens construídas ou mantidas pelo próprio “negro”, quer digam respeito a si mesmo, quer se refiram ao “branco”.

Nessa esfera, as alterações são substanciais. Não há dúvida de que o “negro” ainda é prisioneiro da ideologia “racial” forjada pelos “brancos”. Mas, no processo de ascensão, ele teve condições para variar as posições e as perspectivas de que ele participa e, por vezes, critica e refunde essa ideologia. Com isso, libertou-se de muitas implicações ou determinações negativas da imagem do “preto”, que antigamente o humilhavam e o paralisavam, tanto no plano dos mitos, quanto no plano da ação. O fato mais importante, aqui, é que o “negro” que sobe” repudia a imagem de “preto” que confunde “condição racial” e “situação social”. Ele pretende se identificar, socialmente, através dos mesmos modelos de personalidade-*status* que têm valor para o “branco” e são consagrados pela ordem social competitiva. Embora as interferências do “complexo” e de suspeitas irrefreáveis prejudiquem esse processo, ele faz parte da “situação normal” criada pela absorção gradual do “negro” na sociedade de classes.

Afirmação análoga se pode fazer com referência às representações e imagens do “branco”, feitas ou mantidas pelo “negro”. O “branco-senhor”, “superior” e “entesupremo” desapareceu até nos círculos da “população de cor” que ainda lutam por atingir as fronteiras da proletarização. Prevalece uma consciência geral de que todos são “cidadãos” e, portanto, “um não é mais do que o outro”. Nos níveis sociais mais altos dessa população, as impulsões competitivas e igualitárias trabalham ainda mais fundo, o que contribui para alimentar a propensão de ver o “branco” através dos mesmos

modelos de personalidade-*status* que o “negro que sobe” projeta como “seu figurino”.

Estamos, naturalmente, longe de um “produto acabado”. Em situações concretas, essas reelaborações são esquecidas ou desmentidas, imperando os velhos recalques e condicionamentos. Contudo, por limitada ou discutível que seja a sua eficácia prática, elas estão presentes e prefiguram uma realidade nova: o “negro” concebendo-se como “gente”, no mesmo nível, nas mesmas dimensões e com a mesma plenitude com que representa o “branco” como tal.

Terminada a apresentação dos problemas, que constituíam o objeto desta parte do presente capítulo, podemos voltar nossa atenção para as conclusões gerais que a análise comporta. Algo é evidente à primeira vista. As oportunidades de integração do negro e do mulato à ordem social competitiva aumentaram consideravelmente nos últimos tempos. Vários segmentos da “população de cor” se incorporaram, assim, ao sistema de posições sociais dessa ordem, nos níveis da “classe baixa” e, em proporções ínfimas, no das “classes intermediárias”. No entanto, a democratização das oportunidades não obedeceu a um ritmo de crescimento contínuo e acelerado. Ao inverso, ela se deu de maneira tal que permitiu vasta e confusa mistura de critérios de atribuição de posições e de papéis sociais.

Assim, as técnicas tradicionais de seleção social, que manipulavam a cor de forma restritiva e discriminativa, segundo os interesses da monopolização do poder pelos “brancos”, são empregadas conjuntamente com técnicas de peneiramento social racionais, típicas da sociedade de classes. Esse ponto merece séria reflexão. Por que está acontecendo isso?

Se partíssemos da suposição de que a ordem social competitiva corresponderá, normalmente, na situação histórico-social investigada, a todos os requisitos de uma sociedade aberta (dentro dos limites da organização capitalista das relações de produção e da ordenação liberaldemocrática das relações de poder), teríamos de admitir que a equiparação das “raças”, “agrupamentos étnicos” e “grupos nacionais” em presença seria o produto fatal dos processos de mudança social evolutiva. Todavia, a história moderna está repleta de exemplos que demonstram que a ordem social competitiva pode ser ajustada, econômica, cultural e politicamente, ao monopólio do poder por determinado estoque “racial” (nos exemplos em questão: a “raça branca”).

Isso nos obriga a pensar se está ou não sucedendo a mesma coisa no Brasil. As evidências discutidas comprovam que, pelo menos na fase histórico-social aqui considerada, essa não só é uma tendência real, como, de fato, não se manifestaram alterações significativas no padrão de dominação "racial". Infelizmente, aquelas evidências não suportam uma discussão sociológica mais ampla do problema, aconselhando-nos apenas a situá-lo em termos de probabilidades históricas. Essa formulação, porém, é em si mesma relevante, pois levanta uma hipótese de importância heurística fundamental. Se a ordem social competitiva se associa a um padrão inalterável de dominação "racial", a equiparação entre "negros" e "brancos" poderá se desenvolver em diversos níveis da integração do sistema de posições sociais e de organização do poder. Nunca, porém, em termos de igualdade econômica, social e política, "perfeita" ou simplesmente "balanceada", dos estoques "raciais" em interação.

Doutro lado, também parece patente que as disposições psicossociais integracionistas da "população de cor" constituem o verdadeiro motor dos processos de ascensão social descritos. Em outras palavras, a sociedade inclusiva tem se limitado a fazer pressão para compelir aquela população a se identificar com o sistema de normas, interesses e valores da ordem social competitiva, resguardadas as atribuições e as funções da "raça branca" como "raça dominante".

Por isso, por sua própria natureza, essa pressão é assimilacionista. Ela não tem por objetivo direto e imediato nivelar, econômica, social e politicamente, os dois estoques "raciais". Mas, pura e simplesmente, visa colocar a "raça negra" em condições de responder, socialmente, à situação de dominação "racial" que se criou com a consolidação da sociedade de classes.

Dessa perspectiva, o ímpeto, o alcance e a regularidade dos processos de ascensão social do negro e do mulato dependeram da própria vitalidade econômica, social e política lograda pela "população de cor". Em face da sociedade inclusiva, os proventos que esta população colheu na esfera da mobilidade social vertical são meros efeitos indiretos e não visados dos êxitos da pressão assimilacionista.

Segundo nos parece, essa hipótese permite explicar, sociologicamente, as debilidades reveladas pelo padrão e pelo ritmo de ascensão social do "homem de cor". Este está lutando, ainda, por conquistar uma situação de

classe (ou seja: está lutando pela integração à ordem social competitiva). Não só não possui condições satisfatórias para corresponder, material e moralmente, aos critérios de peneiramento numa sociedade de classes, como não conta com nenhum apoio dinâmico exterior, que teria de ser fornecido por pressões diretas da sociedade inclusiva para inserilo no sistema vigente de posições sociais e de organização do poder.

Está claro que a presente situação histórico-social não impedirá desenvolvimentos em outras direções, mais ou menos igualitárias, no futuro. No entanto, ela esclarece o que nos importa saber: por que o "negro" possui fracas possibilidades de utilização social construtiva das oportunidades de ascensão social e, ainda, por que ele não desfruta de condições para desencadear *efeitos multiplicadores* na comercialização societária dos proventos materiais e morais, conquistados pela ascensão social.

Por fim, podemos agora dar uma resposta provisória[256] à controvertida questão de saber se a ascensão social do negro e do mulato constitui ou não um indicador da inexistência (ou pelo menos da neutralidade social) do "preconceito de cor".[257] As evidências acumuladas, bem como as duas conclusões gerais anteriores, sugerem, positivamente, que a ascensão social do negro e do mulato se processou, está se processando e se processará no futuro, apesar da existência e dos efeitos inibidores do "preconceito de cor". Este se reflete tanto na avaliação restritiva do "negro", quanto na limitação de suas oportunidades econômicas, sociais e políticas.

Parece fora de dúvida que as tendências assumidas e os efeitos produzidos pela pressão assimilacionista da sociedade inclusiva repercutiram variada e intensamente na democratização das relações "raciais". Comparando-se a situação histórico-social coetânea com o passado recente ou remoto, constata-se que hoje estamos muito mais próximos de realizar o padrão de *democracia racial*, possível em uma ordem social competitiva regulada pelo monopólio do poder pela "raça dominante". Não só as avaliações raciais construídas no regime de castas começam a entrar em colapso definitivo, como as medidas discriminativas, emanadas ou legitimadas pelo código senhorial de relações raciais, estão desaparecendo com intensidade crescente.

Tudo isso, todavia, não significa que as avaliações etnocêntricas e os procedimentos discriminativos tenham sido eliminados. Eles persistem, às

vezes de forma atenuada ou redefinidos socialmente; e interferem nas relações entre “negros” e “brancos”. Em conseqüência da monopolização do poder pela “raça” branca, ela controla as situações de classe plenamente configuradas pelo grau de desenvolvimento alcançado pela ordem social competitiva em São Paulo. O que quer dizer que as interferências de teor etnocêntrico e discriminativo dos “brancos” prejudicam, irremediavelmente, a “população de cor”.

Em suma, os dados apresentados não validam a hipótese de que a ascensão social do negro e do mulato, nos últimos anos, encontra explicação na ausência ou na quebra do “preconceito de cor”. Ao contrário, eles mostram que a ascensão social dos “homens de cor” está se processando apesar da presença sintomática do “preconceito de cor”. Além disso, indicam, complementarmente, que algumas das manifestações deste último se associam, definitivamente, ao solapamento das tendências de mobilidade social vertical operantes no “meio negro”.

3. Natureza e função das impulsões igualitárias

Os dados reunidos nas duas partes anteriores deste capítulo evidenciam claramente o que significam, do ponto de vista sociológico, os processos de classificação e de ascensão sociais do negro e do mulato. Ambos os processos requerem, produzem e intensificam a absorção regular de padrões de comportamento, de valores sociais e de modelos de organização da personalidade da ordem social competitiva. Por isso, esses processos respondem, a um tempo: 1º – a pressões assimilacionistas da sociedade inclusiva; 2º – a aspirações integracionistas da "população de cor". As primeiras nascem principalmente de necessidades imperiosas de incorporar o "negro" ao trabalho livre, ao sistema de relações de produção capitalista e à ordem legal vigente; as segundas emergem dos anseios materiais e morais do "negro" de corresponder a essas pressões e de se identificar com os padrões de comportamento, com os valores sociais e com os modelos de organização da personalidade impostos e regulados pelos mecanismos de diferenciação e de integração da ordem social competitiva. Portanto, por sua natureza, ambos os processos se realizam através de mudanças psicossociais e socioculturais que provocam, exigem e reativam a redução constante da distância psicológica, cultural e social existente entre os diversos estratos da "população de cor" e a ordem econômica, social e política da sociedade inclusiva.

Em termos das relações dos estoques "raciais em presença" e de sua posição estratégica na estrutura de poder dessa sociedade, isso quer dizer que os referidos processos sociais se associam tanto a efeitos assimiladores quanto a um processo característico de desenvolvimento sociocultural, pelo qual o "branco" perde, continuamente, antigos privilégios ou regalias socioeconômicas, e o "negro" passa a compartilhar, crescentemente, das garantias econômicas, sociais e políticas institucionalizadas pela ordem social competitiva. Como todo o sistema axiológico dessa ordem social se assenta, estrutural e dinamicamente, em interesses e valores sociais

consagrados pela “raça branca”, esses fenômenos conduzem, inevitavelmente, a mecanismos que introduzem os “negros’” no *mundo dos brancos* e os convertem às suas avaliações sociais. Doutro lado, os dois processos preenchem as mesmas funções sociais. Eles engendram atitudes, comportamentos e aspirações sociais que compelem o “negro” a desejar ser “como o branco”, em todas as circunstâncias e para todos os fins em que tal coisa se revela socialmente possível, e a exigir para si as garantias sociais de que aquele se beneficie normalmente, de acordo com as gradações inerentes à estratificação da ordem social competitiva.

Assim, a identificação com o “branco” (através da identificação com o sistema axiológico da sociedade inclusiva) não se alicerça numa pura vontade de ser “parecido”, de ser a “mesma coisa” ou de reproduzir a “imagem do branco”. Ela nasce e é dirigida por motivações e aspirações materiais ou morais, que animam o “negro”, primordialmente, a pretender acesso regular às posições e papéis sociais, configurados em torno das diferentes *situações de classe* da comunidade. Estas é que dão forma e sentido aos processos de imitação, desencadeados pela marcha da assimilação e da integração do negro e do mulato à ordem social competitiva.

Essas considerações indicam que as referidas tendências de classificação e de ascensão sociais repousam em impulsões de teor igualitário. Na medida em que o “branco” exige ou espera do “negro”, impessoalmente, ajustamentos econômicos, políticos e sociais apropriados às regras do jogo, ele modifica, inconscientemente, as conexões de sentido das relações “raciais”, adequando-as às situações de classe existentes ou emergentes. Na medida em que o “negro” exige ou espera, do “branco”, de si próprio ou de ambos, observância estrita dos critérios normais de peneiramento e de atribuição de prestígio social, ele modifica consciente ou inconscientemente, por sua vez, as conexões de sentido das relações “raciais”, adequando-as (do mesmo modo) às situações de classe, existentes ou emergentes.

Por aí se vê como os dois estoques “raciais” se vinculam de maneiras peculiares aos processos históricos-sociais em curso. As tendências dinâmicas, polarizadas em interesses, valores ou comportamentos sociais dos “brancos”, prendem-se ao que poderíamos chamar de “funcionamento normal do sistema”, numa etapa em que se impõe a absorção coletiva,

embora gradual, do negro e do mulato em múltiplas posições diferenciadas do regime de trabalho livre. As tendências dinâmicas, polarizadas nos interesses, avaliações e comportamentos do "negro", são largamente pessoais e intencionais, explicando-se pelo que se poderia designar como "afã de pertencer ao sistema".

Essa diferença é essencial. De um lado, ela permite situar o contraste das orientações psicossociais dos dois estoques "raciais" em presença. O empenho e o egoenvolvimento do "branco" não o levam a tomar plena consciência da situação global nem a se interessar, vitalmente, pela eliminação de inconsistências persistentes no sistema de relações "raciais". De sua perspectiva, o "negro" aparece como o causador aparente das inconsistências, que só se equacionam como realidade indesejável em planos muito restritos (quanto à atualização normal dos ajustamentos em que passam a ser essenciais a assimilação e a integração do "negro").

O empenho e o egoenvolvimento do "negro" conduzemno a tomar consciência da situação global, pelo menos quanto às repercussões dela no solapamento ou na neutralização de seus anseios de igualdade socioeconômica. Isso o leva, naturalmente, a se interessar pelo desaparecimento puro e simples de distinções "raciais", que interferem na estrutura e no funcionamento da ordem social competitiva. De sua perspectiva, o "branco" aparece como o verdadeiro culpado pela demora cultural, como se ele a fomentasse e a explorasse conscientemente. De outro lado, a diferença apontada permite discernir que a impulsão igualitária, como mecanismo de defesa do *ego* e de reação societária, objetivado "racionalmente", constitui uma peculiaridade da "população de cor".

É sabido que essa impulsão se manifesta entre os "brancos". Mas livre de conexões "raciais", pois eles não precisam eliminar barreiras que condicionem ou limitem sua participação da economia, da sociedade e da cultura. Por isso, as impulsões igualitárias identificáveis no "negro que sobe" não são, apenas, as impulsões que organizam a competição por riqueza, por prestígio social e por poder numa sociedade de classes. Estas entram em cena como requisitos e produtos dos processos de assimilação e de integração à ordem social competitiva. Porém, com uma calibração socioeconômica, psicossocial e sociocultural específica, determinada pela ansiedade e pelos interesses da "população de cor" de se entrosar na estrutura e no funcionamento daquela ordem social.

Se essas conclusões são válidas, as impulsões igualitárias, que procuramos descrever e analisar operativamente através do "negro que sobe", atuam – a curto e a longo prazo, mas sempre no nível organizatório – contra o paralelismo entre "cor" e "posição social ínfima" (ou seja, entre "inferioridade racial" e "dependência social"). Elas compelem o negro e o mulato a aderir, consciente e inconscientemente, a identificações e a avaliações sociais que visam a solapar ou a suprimir a importância da "cor" como ponto de referência e como critério de classificação nas relações sociais. Concomitantemente, elas provocam expectativas e aspirações ideais de fortalecimento-limite da "posição social" e de suas implicações sociodinâmicas, tanto na ordenação, quanto na regulamentação das ações e das relações humanas (portanto, inclusive das ações e das relações que envolvem pessoas pertencentes a "raças" distintas).

Ambas as evidências demonstram que aquelas impulsões são portadoras de um impacto inovador de caráter revolucionário, no que tange às conexões "raciais" do sistema social. Até que ponto elas se concretizam socialmente e conseguem impor mudanças efetivas nos padrões de acomodação "racial" é assunto secundário, no momento.[258] Elas não só existem e intervêm ativamente na organização do comportamento social do "negro"; elas também repontam nas relações entre "negros" e "brancos", como parte dos dinamismos que configuram e orientam os processos de assimilação e de integração socioculturais dos primeiros. Na verdade, esses dois processos ganham uma latitude inconformista e reivindicativa no seio da "população de cor". Por mais que essa condição seja dissimulada, se equacione de forma latente e apareça sob o manto de *ambi*ções pessoa*is*, tal latitude é essencial e faz com que a mobilidade vertical do "negro" tenha um *pathos* e um *logos* próprios. *Ele não só quer algo socialmente, como quer se livrar (ouse redimir) de algo socialmente.* As impulsões igualitárias canalizam e calibram os dois tipos de motivações e de aspirações sociais. Por isso, conferem ao "negro" a possibilidade de conceber e de delinear o seu destino, em termos das oportunidades potenciais de uma *sociedade aberta.*

À luz dessas conclusões gerais, óbvias sob vários aspectos, duas questões merecem atenção especial. Primeiro, o grau de tenacidade das impulsões igualitárias. Segundo, as funções que elas preenchem nas relações do negro e do mulato com a sociedade global.

As descrições feitas até aqui (principalmente ao longo da segunda parte deste capítulo) comprovam que as mencionadas impulsões emergem, com freqüência, num clima social materialmente instável e moralmente ambíguo. A necessidade de fazer face às polarizações e às implicações negativas da "cor" forçou o negro e o mulato a apelarem para técnicas de ajustamento que provocam, normalmente, dois efeitos de natureza sociopática: 1º – uma espécie de hipertrofia da "posição social"; 2º – uma inflação característica do "prestígio social".

As coisas se passam, na "população de cor", como se se desenrolassem num jogo cênico. As exterioridades do *status* contam, subjetiva e objetivamente, tanto para a auto-avaliação e a auto-afirmação sociais dos indivíduos, quanto para a formação de consenso social a respeito de sua "situação". Assim, uma cozinheira que seja "uma artista consumada" pode, se tiver um bom emprego, alcançar um nível de renda relativamente alto no "meio negro". Isso lhe faculta a possibilidade de ostentar, pelo menos em certos fins, um padrão de vida que se parece, exteriormente, com o da classe média da sociedade inclusiva. Os seus parentes, amigos e conhecidos acham que "ela está muito bem"; e ela própria se representa como parte da "'elite" (ou da "classe média de cor"). Note-se que semelhante obliteração do *status-real* não surge como uma ficção, como acontece com o brilho estonteante mas fugaz das fantasias ricas no Carnaval. É algo constante e que define, pela continuidade de certas aparências, a "situação" da pessoa (e, por vezes, de sua família). Portanto, não se trata de um *status* totalmente fictício[259] e existe, atrás de mecanismos compensatórios típicos, um lastro mínimo e estável, que suporta e dá realidade à montagem cênica. No conjunto, porém, as ambigüidades de semelhante condição humana suscitam uma interrogação. Impulsões igualitárias embricadas numa tal situação de existência social possuem alguma consistência? Elas não se diluem nos artifícios e nas miragens, que alimentam perpetuamente o complexo jogo cênico em que se converte a vida social na "alta sociedade de cor"?

Os resultados de nossa investigação comprovam, de modo irretorquível, que os elementos fictícios e os mecanismos compensatórios interferem negativamente nos processos de assimilação e de integração do "negro" na ordem social competitiva. Contudo, eles também patenteiam que as aparências desnorteantes da montagem cênica são menos perigosas do que

parecem e, o que é mais importante, a partir da aquisição efetiva de uma *situação de classe* suas interferências negativas acabam sendo neutralizadas. Os que conseguem obter segurança e se afirmar socialmente por meio de certos artifícios, em regra se empenham fortemente no sentido de preservar, melhorar ou ampliar o suporte real da montagem cênica.

Duas tendências são bem conhecidas. A mais simples e geral se revela no apego ao nível de renda, que obriga o indivíduo a aceitar a estabilidade ocupacional, com todas as suas implicações. A tendência alternativa, observada pelos que ocupam posições estratégicas mais vantajosas, conduz à mobilidade ocupacional, como recurso para elevar, concomitantemente, o nível de renda e o padrão de vida. Por conseguinte, as impulsões igualitárias não se confundem nem se diluem no emaranhado de ambigüidades que cercam a vida associativa do "negro de elite" ou da "classe média de cor". Ao contrário, desde que o jogo cênico não seja meramente ilusório, elas constituem a espinha dorsal das manifestações de auto-afirmação social.

Isso não impede certas gradações. O grau de tenacidade das impulsões igualitárias depende da aquisição de uma posição na estrutura da sociedade global e da consciência que os indivíduos alcancem dessa condição social. Em conseqüência, ele varia segundo uma escala elástica, na qual podemos compreender as diversas "situações pessoais" socialmente possíveis. Assim, no limite negativo extremo, deparamos com o indivíduo que lança mão do *status* fictício para se afirmar socialmente. Aí, não estamos diante de um processo de simulação, propriamente dito, mas de um processo sociopático, orientado pela manipulação sistemática de meios e fins deformados.

Lembramos, a respeito, a carreira do sedutor profissional (em particular o momento em que o indivíduo julga que "uma pessoa com sua aparência" e "na sua situação" deve ter "emprego à altura" e decide se transformar em rufião). Num ponto intermediário, temos a cozinheira que logra, por seus méritos, um padrão de vida aparentemente "rico". Aí, o indivíduo maneja certos mecanismos compensatórios, mas estes podem ter uma aplicação construtiva (mormente quando eles não comprometem o *status* real e engendram comportamentos voltados para a consolidação ou a melhoria deste último).

Por fim, no limite positivo extremo encontramos o operário, o técnico ou o profissional liberal, por exemplo, que se esforçam por elevar as impulsões igualitárias ao plano do comportamento social inteligente. Trata-se de

indivíduos com plena capacidade de ajustar as expectativas de um padrão "elevado" (ou "aristocrático") de vida ao seu nível de renda. Encaram a montagem cênica como uma elaboração convencional, atribuindolhe apenas importância relativa no conjunto das "responsabilidades morais" de cada um. Há, pois, uma correlação entre o grau de afastamento ou de egoenvolvimento em uma *situação* de classe e o grau de tenacidade das impulsões igualitárias. Elas emergem como requisitos da luta por uma *situação de classe.* Mas, à medida que esta se consolida, elas se diferenciam e se fortalecem, a tal ponto que os indivíduos acabam ficando conscientes de sua existência e de sua utilidade social.[260]

Embora essas ponderações possam parecer tautológicas, julgamos indispensável explicitálas. A razão é simples. Pretendíamos deixar bem claro que certos elementos peculiares do estilo de vida do "negro que sobe" não neutralizam seus anseios de identificação com a ordem social estabelecida e de mobilidade social vertical. As impulsões igualitárias encerram uma vitalidade que deriva do tipo de interação do indivíduo com o sistema organizatório da sociedade global. Qualquer que seja a expressão que assumam, em suas objetivações culturais no "meio negro", elas sempre contêm um mínimo de consistência interna. Isso explica, segundo supomos, por que certas tendências de integração social estão se universalizando e se intensificando no seio da "população de cor", ao mesmo tempo que indica ser este processo irreversível.

Nas relações do negro e do mulato com a sociedade global, as impulsões igualitárias preenchem duas funções básicas. Primeiro, elas concorrem para integrálos em escala social[261] às posições localizadas no núcleo da ordem social competitiva. Segundo, elas concorrem para equiparálos aos "brancos", em todos os níveis de diferenciação dessa ordem social.

Quanto à primeira função, é preciso que se considere que as impulsões igualitárias motivam e regulam socialmente dois tipos de ajustamentos, com freqüência complexamente entrosados na prática. De um lado, elas por assim dizer põem o "negro" em condições de perceber e de aproveitar oportunidades de classificação e de ascensão sociais ligadas às pressões quantitativas e qualitativas produzidas pela expansão do sistema de relações de produção. De outro lado, elas dão ao "negro" condições para suportar a unilateralidade dos critérios de peneiramento social e de atribuição de prestígio social, bem como disposições para tentar corrigila.

Quanto à segunda função, elas reativam, reorganizam e reorientam, continuamente, ajustamentos que permitem participações progressivamente mais intensas e maduras dos modelos de organização do comportamento, da personalidade e do horizonte cultural do negro e do mulato. A equiparação com o "branco" depende de êxitos prévios nas relações competitivas. Por isso, essa função se vincula, especificamente, aos processos que determinam os conteúdos e conformam a estrutura da pessoa humana na ordem social competitiva. Secularização de atitudes e de avaliações sociais; racionalização dos modos de agir e de conceber o mundo; individualização dos interesses, dos valores sociais e da localização da pessoa na organização da sociedade global – esses são os principais aspectos dos fenômenos que se desenrolam graças a essas conexões funcionais das impulsões igualitárias.

Seria preciso, agora, fazer uma rotação de perspectivas, para projetar os efeitos dessas duas funções das impulsões igualitárias na cena histórica. Parece evidente o que tudo isso significa sociologicamente. Não é só a superação da herança sociocultural rústica e de complexos inibidores que conta essencialmente. Mas, também, a modernização do "homem de cor" – sua mobilização para a vida social ativa, como ela se organiza na sociedade de classes. Vê-se, pois, que essas impulsões assinalam um evento deveras importante para o negro e o mulato. A sua afirmação na sociedade global através de garantias e papéis sociais coordenados pela posição social adquirida, em termos da estrutura e dos dinamismos da ordem social competitiva. Enfim, vemos o "negro" se colocar em face da adversidade como alguém que já poderá dominála e conduzila. Aos poucos, do seu estofo nasce o cidadão, eliminando-se o circuito que isolava e proscrevia o "negro" do destino comum.

Capítulo iii

O problema do negro na sociedade de classes

Introdução

Os resultados dos dois capítulos anteriores nos põem diante de uma problemática sociológica clara. Existe uma pressão integracionista, que opera no sentido de compelir o negro e o mulato a absorverem as normas, os padrões de comportamento e os valores sociais da ordem social competitiva. Mas essa pressão não mobiliza todas as influências socializadoras da sociedade inclusiva. No fundo, ela corresponde, positivamente, à necessidade de neutralizar a distância históricocultural que se estabeleceu entre a herança sociocultural da "população de cor" e a civilização da era industrial. O que significa, sociologicamente, que ela é calibrada pela necessidade de identificar o "negro" com a ordem social competitiva e, por conseguinte, de desenvolver nele lealdade para com os fundamentos econômicos, jurídicopolíticos e sociais dessa ordem societária. Ela não abrange outras áreas da socialização e da participação de interesses econômicos, de garantias sociais e de bens culturais. Em conseqüência, Trata-se de uma pressão integracionista que não afeta, propriamente falando, os padrões predominantes de concentração racial da renda, do prestígio social e do poder. Tais conclusões indicam que a sociedade de classes está se convertendo em um sistema social aberto, em termos da organização das relações raciais, mas sem modernizar, a curto prazo pelo menos, os padrões de dominação racial herdados do passado, os quais conferem o monopólio do poder aos círculos dirigentes da "raça branca" e dão a esta a condição quase monolítica de "raça dominante". Dentro desse quadro global, o que se poderia entender como democratização das relações raciais aparece como um processo histórico-social extremamente heterogêneo, lento e descontínuo.

Essas inferências são corroboradas, empírica e interpretativamente, pelas conclusões que se podem extrair dos dados concernentes ao protesto coletivo do "negro" e aos mecanismos de mobilidade social vertical inerentes às tendências de classificação do "homem de cor" no núcleo da

ordem social competitiva. O protesto coletivo desencadeava, no seio da "população de cor", compulsões psicossociais que respondiam por seus conteúdos e por seu sentido, à pressão integracionista da sociedade inclusiva. Contudo, ele punha em xeque os padrões estabelecidos de concentração racial da renda, do prestígio social e do poder, pois pretendia a universalização, *ex abrupto*, dos interesses econômicos, das garantias sociais e dos valores culturais em que se fundam a legitimidade e o equilíbrio da ordem social competitiva. Assim, o "problema do negro" se equacionava no próprio plano dos requisitos ideais da integração e do funcionamento do regime de classes, imprimindo às agitações raciais o caráter de luta organizada e consciente pela igualdade entre as "raças".

Em outras palavras, ao mesmo tempo que reagia à pressão integracionista da sociedade inclusiva, o protesto coletivo do "negro", através dos movimentos reivindicatórios, levava-a demasiado longe. Isso explica por que ele não encontrou eco entre os "brancos" e só contagiou pequenas parcelas da "população de cor", condenando-se a um malogro indiscutivelmente funesto. Os mecanismos de ascensão social do negro e do mulato, por sua vez, podiam ser e foram calibrados pela qualidade e pela intensidade da pressão integracionista da sociedade inclusiva. Eles testemunham onde e como esta se abria, de imediato e em escala social, ao negro e ao mulato: na esfera do trabalho livre e nas posições heteronômicas da pirâmide ocupacional, associada ao sistema capitalista de relações de produção. O que quer dizer que aquela pressão somente produziu efeitos estruturais e dinâmicos diretos em um único nível: o da diferenciação das posições e dos papéis ocupacionais e profissionais do "homem de cor".

Quebrou-se, no entanto, o hiato histórico provocado pelas condições em que se consumaram, na cidade, a revolução burguesa e a consolidação da ordem social competitiva. O "negro" encontra, finalmente, vias normais e permanentes de engajamento à sociedade de classes. Todavia, as demais posições do sistema organizatório, com seus papéis sociais correspondentes, não foram afetadas senão de forma indireta, na rede de efeitos e em proporção à vitalidade socioeconômica adquirida pelos estratos em formação da "população de cor". Nem mesmo os papéis eleitorais, ligados ao sistema nacional de poder, sofreram qualquer focalização direta e imediata. Onde o "negro" se preocupa com as obrigações decorrentes da

condição de cidadão numa comunidade nacional republicana, ele o faz na linha estrita de seus interesses materiais ou morais e ao azar.

Se a pressão integracionista da sociedade inclusiva se voltasse nessa direção, teríamos um indicador objetivo e relevante do aparecimento de forças históricos-sociais tendentes a implantar, com a rapidez possível, uma equiparação socioeconômica e políticosocial dos estoques "raciais" em presença. Dadas essas condições externas, que iriam ordenar, canalizar e graduar o modo pelo qual a ordem social competitiva iria se tornar aberta à "população de cor", as impulsões igualitárias operantes nessa população ficaram sujeitas: 1º – a um condicionamento histórico-social prévio de teor altamente restritivo; 2º – a uma seleção confinada, rígida e inevitável.

Não é de se admirar, portanto, que o "negro" em ascensão tenha optado por uma vida tão realista quanto oportunista, voltando as costas seja para os movimentos reivindicatórios, seja para os interesses comuns da "coletividade negra". Como dizem alguns de seus expoentes, "pensar em movimentos coletivos dá azar"; ou, "as agitações raciais dão muito trabalho e não adiantam nada. É a mesma coisa que bater com a cabeça na parede". Aderiram, insensivelmente, à lógica de que "pessoas espertas não dão murros em ponta de faca", contando com sérias razões para realizar e fundamentar semelhante opção. Proceder em sentido contrário equivaleria a arriscar a segurança e os encantos de "pertencer ao sistema" em troca de miragens. A sociedade inclusiva já delineou o caminho a ser percorrido e, com ele, traçou a solução final para o "problema do negro".

Esses resultados nos colocam na contingência de examinar o nosso tema de uma perspectiva mais ampla. Primeiro, seria necessário tentar discernir se as tensões raciais repercutem de alguma maneira no padrão de integração da ordem social competitiva. Não nos interessa o quadro geral de manifestações do "preconceito de cor".[262] Mas, apenas, determinar como as tensões raciais são percebidas e controladas socialmente. Segundo, conviria estabelecer os contornos reais do que se configura, na atualidade e tendo em vista a situação de contato focalizada, como o *dilema racial brasileiro.* Aceitando tal debate, penetramos na problemática central da investigação, ao mesmo tempo que ganhamos uma perspectiva estimulante para propor as conclusões mais gerais a que chegamos.

1. A reação societária às tensões raciais

A análise desenvolvida no capítulo precedente indica que a classificação no núcleo da ordem social competitiva constitui um requisito estrutural e dinâmico para qualquer alteração dos padrões vigentes de relações raciais. A razão disso é palpável. O paralelismo entre "cor" e "condição social dependente" só pode ser rompido a partir do momento em que o negro e o mulato alcancem condições de equiparação econômica, social e política diante do branco. Na verdade, a referida análise também sugere, conclusivamente, que essas condições não são, em si mesmas, suficientes para modificar o *status quo* racial imperante. Os "brancos" ignoram, neutralizam ou solapam, consciente e inconscientemente, os efeitos sociais da classificação do "negro" nos níveis sociais a que pertencem. Contudo, eles não podem impedir que os "homens de cor" em ascensão social mudem suas concepções de personalidade-*status*, seu modo de interagir com a sociedade inclusiva e suas atitudes em face das formas de acomodação racial, herdadas do passado. Aos poucos, insensivelmente, *paripassu*à classificação do negro e do mulato na ordem social competitiva, os padrões de relações raciais sofrem transformações sociologicamente significativas. A longo termo, tais transformações alimentam (mantidas as tendências descritas) a adaptação paulatina mas progressiva do sistema de relações raciais aos requisitos econômicos, jurídicopolíticos e sociais daquela ordem social.

Não se pode dizer o que aconteceria, se o processo ganhasse intensa aceleração constante, de modo a se ajustar ao padrão de integração da sociedade de classes e ao ritmo com que ela está se desenvolvendo, historicamente, em São Paulo. Na conjuntura de pleno emprego e de elevação constante da renda média real, que prevalecem no momento, seria provável que as contradições existentes entre normas, estereótipos e comportamento manifesto exerceriam influências inovadoras construtivas. Em resposta a uma massa crescentemente mais numerosa de "homens de

cor” em condições de disputar e de fazer valer os papéis sociais inerentes às posições adquiridas, as normas ideais encontrariam possibilidades plásticas de dinamizar o comportamento efetivo dos “brancos”, canalizando-o no sentido da democratização acelerada dos padrões de relações raciais.

Por enquanto, porém, as coisas estão longe de se equacionar, sociologicamente, desse modo. A absorção de negros e de mulatos na estrutura do sistema de classes assume proporções tão limitadas e continuidade tão vacilante, que se mantém, com relativa inflexibilidade, o velho círculo vicioso. A “cor” continua a operar como marca racial e como símbolo de posição social, indicando simultaneamente “raça dependente” e “condição social inferior”. Além disso, a “população de cor”, em sua quase totalidade, não possui elementos para se livrar dessa confusão, vexatória e nociva ao mesmo tempo. O próprio “negro que sobe” – entidade privilegiada dessa população – tem de travar uma luta heróica, ininterrupta e inglória para desfrutar, pessoalmente, parcelas mínimas das prerrogativas polarizadas em torno de suas posições sociais. Essa compulsão igualitária, por si mesma comprometida e oscilante, é diluída e anulada pelo contexto social. Como vimos, a categoria de empregador compreendia, em 1940, somente 133 negros e mulatos para 15.261 brancos – ou seja, 0,78% para 97,04%. Ora, tomando-se como referência o padrão de composição demográfica da população segundo a cor, essa proporção deveria ser, conjeturalmente, muito diversa em um regime de equiparação socioeconômica de “negros” e “brancos”. O número de empregadores “negros” deveria ser aproximadamente 13,5 vezes maior (da ordem de 1.609 indivíduos); e o número de empregadores “brancos” deveria ser aproximadamente 1/10 menor (da ordem de 13.804 indivíduos) – deixando-se de lado os “amarelos”, que ultrapassam em mais de 1/6 a proporção equiparativa conjetural.

Portanto, temos de partir de uma realidade que não corresponde às racionalizações convencionais, defendidas pelos “brancos” que se identificam com a ideologia racial brasileira. Eles mistificam a realidade racial, ao se representarem a “situação do negro” através das normas ideais de comportamento e das potencialidades igualitárias da ordem social competitiva. Doutro lado, falseiam irremediavelmente a sua perspectiva social, ao se apegarem à opinião de que nas “camadas baixas” não existem distinções raciais. Isso ocorre, mas nas situações de convivência peculiares

ao mundo social modelado pela *cultura de folk.* Aí, o "negro" se equipara ao "branco", para quase todos os efeitos sociais, por meio de uma "nivelação por baixo". Trata-se de uma conseqüência sociodinâmica da absorção na rede de relações humanas, criadas pela economia de subsistência. Na sociedade metropolitana, no entanto, a "nivelação por baixo" implica em pertencer à "classe operária", pelo menos, o que exigiria proletarização sistemática dos segmentos da "população de cor" envolvidos no sistema de trabalho livre fora das ocupações pertencentes às classes "média" e "alta".

Essa condição não se realiza senão parcialmente e de maneira tão fragmentária quanto indecisa. O que resulta, na prática, numa séria limitação da integração do "negro" ao regime de classes. Apenas alguns segmentos daquela população chegam a desfrutar, organicamente, de *situações de classe típicas.* Outras parcelas da mesma população – presumivelmente mais da metade, ainda hoje – se encontram à margem ou na periferia do sistema de trabalho livre e do regime de classes, flageladas por condições anômicas de existência social ou pela agregação esporádica ao mundo do subproletário da grande metrópole.

Em suma, na situação de contato descrita, "nivelação por baixo" não quer dizer o mesmo que equiparação com o "branco". Ao contrário, ela significa perpetuação indefinida das duas polaridades que sustentam, tradicionalmente, o paralelismo entre "cor" e "posição social ínfima" na sociedade brasileira: anomia social e dependência socioeconômica. Embora isso não explique tudo (pois deve-se tomar em conta, também, as formas residuais de intolerância, determinadas pelas tradições culturais dos vários grupos étnicos ou nacionais da sociedade paulistana), oferecenos um pano de fundo geral para estabelecer, sociologicamente, *como* e *por que* o paralelismo entre "cor" e "posição social ínfima" acha viabilidade histórica no presente e condições externas de persistência sociocultural. Parece que, vendo as coisas desse ângulo, fica patente que o "negro" só terá elementos para modificar, em escala coletiva, seus padrões de reação societária às expectativas e aos comportamentos do "branco": 1º – quando conseguir se integrar plenamente à socieda de de classes; e 2º – quando essa integração se der, no mínimo, de modo eqüitativo, em confronto com outros estoques "raciais".

Ainda que as duas condições não sejam suficientes para alterar a situação geral – já que os comportamentos "raciais" dos "brancos" são motivados e controlados por fatores culturais estranhos à ordenação do regime de classes –, elas seriam decisivas em dois pontos. Primeiro, como suporte material e moral para a alteração das representações de personalidade-*status* do negro e do mulato, bem como dos mecanismos de reação societária da "população de cor" às manifestações características do preconceito ou da discriminação raciais. Segundo, como requisito sociodinâmico da organização, em escala coletiva, do comportamento inteligente do negro e do mulato, adequando-o às exigências típicas das situações de classe, incorporadas ao nosso mundo histórico-social. À luz desses dois pontos, parece claro que o "negro" necessita de bases materiais e morais para manipular em outro estilo e em benefício próprio as garantias conferidas pela "posição social". Enquanto os agentes do "preconceito de cor"[263] operam, predominantemente, protegidos por situações de classe bem configuradas, as suas vítimas se debatem, normalmente, com dificuldades insuperáveis, sendolhes com freqüência impossível defender seus interesses sociais por meio de técnicas, comportamentos e controles sociais consagrados ou garantidos pela ordem social competitiva.

Essa colocação do problema sugere, de imediato, que as tensões "raciais" emergem, no contexto da sociedade inclusiva, fora e acima dos interesses e valores sociais imanentes às situações de classe, na forma em que estas se atualizam socialmente em São Paulo. O motor do comportamento inconformista do "negro que sobe" (pois o desejo de ascensão já é, em si mesmo, uma opção de teor e de orientação reivindicativos, como já vimos) está no anseio de "ser gente", de "subir", de "pertencer ao sistema" ou à "ordem estabelecida". O que entra em jogo, em regra, visa à "conquista de uma posição" (ou seja, de uma "situação de classe") . Todavia, raramente o referido anseio pode se objetivar "de dentro" de uma situação de classe, quando se trata do negro e do mulato; e, mais raramente ainda, pode ele contar com os suportes estruturais e dinâmicos que situações desse tipo oferecem à manipulação de meios ou fins estratégicos, de interesse específico e imediato para "os homens de cor" em ascensão social.

Do lado do "branco", por sua vez, a freqüência de competição real com o "negro" é quase nula. Ela só se concretiza esporadicamente, ao sabor de casos isolados, que não repercutem nos padrões vigentes de relações raciais.

Nenhuma das situações de classe, configuradas historicamente na atualidade, chegou a ser ameaçada pela presença ou pela concorrência do negro e do mulato. Por conseguinte, não são *interesses de classe* que interferem nas manifestações do "preconceito de cor". A contraprova dessa interpretação pode ser obtida facilmente: o desenvolvimento da ordem social competitiva não contribuiu, de nenhum modo, nem para intensificar as manifestações do "preconceito de cor", nem para modificar o seu padrão sociocultural.

Na verdade, o "negro" não cai, como e enquanto tal, na esfera de percepção e de consciência social sistemáticas do "branco". Ao que parece, em grande parte porque ele não é concebido e representado, socialmente, como concorrente real ou potencial na fruição de garantias ultradesejadas e limitadas do regime de classes. Por isso, a importância da cor na visibilidade social das pessoas é secundária. O que possui significação sistemática são os símbolos externos de riqueza, de prestígio social e de poder, os quais definem os níveis socioeconômicos da pirâmide social, ou as qualidades e aptidões pessoais dos indivíduos, destacados de sua posição social. Contudo, essa condição geral da percepção e da consciência do homem pelo homem não constitui um fator de neutralidade nos ajustamentos do "branco" em face do "negro" e, tampouco, deve ser encarada como uma prova da ausência do "preconceito de cor". Este se desencadeia, unilateral e confinadamente, onde e quando o "negro" emerge à tona, convertendo sua presença em algo incontornável ou inevitável. Então, independentemente de motivações e controles sociais ligados à organização da sociedade de classes, entram automaticamente em jogo mecanismos específicos, que colocam sua pessoa ou seus interesses e comportamentos no foco de percepção, consciência e reação das pessoas "brancas" envolvidas.

Nesse contexto, dependendo das tradições culturais dos grupos étnicos ou nacionais a que estas pertençam, do nível social em que elas se situem e de suas peculiaridades psicológicas quanto à tolerância ou à intolerância raciais, os estereótipos, as avaliações e as representações desfavoráveis ao negro e ao mulato podem desempenhar ou não influência decisiva no condicionamento e na orientação das atitudes e dos comportamentos dos "brancos". Em conjunto, isso delineia uma realidade contraditória e caótica. Só há uma ponte com o passado e com seu legado cultural – a que se

objetiva, socialmente, através da estereotipação, das avaliações e das representações "raciais", as quais não se ligam, por seus conteúdos ou por suas funções, à estrutura e à dinâmica do sistema de classes.

Doutro lado, esse fator constante e universal não contém nenhum poder regulador próprio. Ele tanto pode ser neutralizado, quanto pode ser intensificado ou, mesmo, exacerbado por outras influências concomitantes (associadas às tradições culturais dos grupos étnicos ou nacionais, às convenções imperantes em cada classe social e às polarizações dos tipos de personalidade).

Não nos cabe aprofundar a análise nessa direção. Mas esses dados são suficientes para evidenciar como se estabelece, dinamicamente, a vinculação entre o passado, seu legado cultural e o presente. Os estereótipos, as avaliações e as representações desfavoráveis ao "negro" encontram vias de atualização sociocultural graças a complexos de traços culturais, sociais ou psicológicos cuja existência e continuidade independem, na situação históricocultural descrita, da organização da sociedade de classes.[264]

Portanto, a aceitação e a atração, bem como a rejeição e a aversão diante do "negro" são reguladas através de influências psicossociais e socioculturais que não se prendem geralmente (ou só se prendem esporadicamente) à estratificação produzida pelo desenvolvimento do regime de classes em São Paulo e às tensões que ela poderia suscitar na esfera das acomodações raciais. Em outras palavras, elas nada têm a ver, estrutural e dinamicamente: 1º – com os interesses materiais e morais da "população de cor" na presente conjuntura; 2º – com os interesses e os valores que conformam, idealmente, os padrões normais de integração da ordem social competitiva.

Chega-se, desse modo, a um resultado aparentemente paradoxal. Ambas as conclusões sublinham que o "negro" não se converteu (pelo menos até os nossos dias) em uma realidade fatal, a que o "branco" não pudesse fugir e a que devesse, por isso, fazer face inexoravelmente. Ao inverso, este pode colocálo em segundo plano, ignorálo e projetar seu destino como se a sociedade inclusiva fosse racialmente homogênea ou nela só contasse o poder de decisão da "raça" branca.

Ora, o que importa salientar, sociologicamente, é que esse elemento, em vez de aparecer como uma condição positiva da integração "racial" em

moldes democráticos, surge como um fator de inércia, de efeitos profundamente negativos. Ele equaciona, socialmente, o desinteresse geral do "branco" pelo "negro", o qual concorre para perpetuar, indefinidamente, certos modelos arcaicos de acomodação racial. Espera-se que o "negro" se ajuste aos padrões da civilização vigente. Mas se ignora o que isso significa, material e moralmente, para a sociedade inclusiva, e como isso possa ou deva repercutir na equiparação de "negros" e "brancos" quanto à fruição das garantias sociais, asseguradas pelo regime de classes. E, o que é indisfarçavelmente sociopático, onde o "negro" irrompe, por si mesmo, em níveis relativamente "altos", as ocorrências são percebidas e explicadas: 1º – como se ainda tivesse plena vigência o critério tradicionalista de dominação racial, que excluía a exceção da regra geral e a manipulava para reforçála; 2º – como se o paralelismo entre "cor" e "posição social ínfima" fosse um ingrediente normal nas relações entre "negros" e "brancos".

Essa realidade é funesta para os interesses e as aspirações sociais da "população de cor". Além disso, ela traduz as graves dificuldades que pesam sobre a evolução progressiva dos padrões de relações raciais herdados do passado. Formou-se uma espécie de vazio histórico, que impede o entrosamento normal entre esses padrões e as tendências assumidas pelo desenvolvimento da sociedade de classes em São Paulo. Estamos, em suma, diante de uma realidade sociopática, de conseqüências graves. Na medida em que a "população de cor" fica mais ou menos à margem, a sociedade inclusiva deixa de se modernizar em bloco e de realizar certas condições essenciais para o seu equilíbrio dinâmico. Não é só a continuidade e a intensidade do crescimento que são ameaçadas; são, também, sua homogeneidade e os próprios fundamentos materiais ou morais de uma ordem social competitiva, democrática e aberta.

Em vista disso, tornam-se de importância central os temas que permitem focalizar esses aspectos da assintonia existente entre os padrões de relações raciais e a ordem social estabelecida. Limitandonos ao essencial, vamos tratar, nesta parte do presente capítulo, dos seguintes tópicos: as formas de exteriorização do "preconceito de cor"; as bases perceptivas e cognitivas do padrão brasileiro de "preconceito de cor", tal como ele pode ser caracterizado através da situação histórico-social investigada; as funções manifestas e latentes do "preconceito de cor" na sociedade paulistana; os mecanismos de reação societária às manifestações veladas e ostensivas do

“preconceito de cor”. O debate desses temas, com materiais empíricos selecionados, permitirá completar o círculo de nossa abordagem, contribuindo para demarcar melhor o grau de defasagem que ainda subsiste entre os padrões de relações raciais e as formas sociais de organização da vida, imperantes em São Paulo na era da civilização industrial.

O “preconceito de cor”[265] aparece à análise histórico-sociológica como uma formação psicossocial e sociocultural típica da civilização luso-brasileira. Ele conjuga avaliações e atitudes preconceituosas, de cunho etnocêntrico e utilitário, a compulsões e controles sociais discriminativos, oferecendo a necessária base eidológica e etológica para aquelas avaliações e atitudes[266] bem como articulando-as a comportamentos estandardizados, que lhe conferem um mínimo de efetividade, de coercitividade e de continuidade. Nesse sentido, tanto as avaliações e atitudes preconceituosas quanto os comportamentos discriminativos possuem o caráter de *universais*,[267] sendo dotados de certa homogeneidade e generalidade.

Parece evidente (embora isso não seja abertamente reconhecido) que as contradições e inconsistências inconciliáveis, nascidas do conflito dessas avaliações e atitudes com os padrões ideais da civilização luso-brasileira, não foram propriamente eliminadas. Ao contrário, foram absorvidas numa composição *suigeneris*, que dissimula esse conflito e concilia os indivíduos com suas repercussões nos planos afetivos e cognitivos do comportamento social.

Atendo-nos ao essencial, são dois os principais resultados dinâmicos dessa composição conciliadora de elementos psicossociais e socioculturais incongruentes e idealmente exclusivos. Primeiro, o “preconceito de cor” não eclode na cena social de maneira sistemática, atualizando-se socialmente como uma realidade subreptícia, ambígua e difusa. Segundo, a cor opera como uma referência dúplice: associa, inseparavelmente, “raça” e “condição social”, estigmatizando socialmente toda uma categoria “racial”. Esse aspecto pode parecer secundário. No entanto, ele é crucial. Na verdade, é graças a ele que a categoria “racial” estigmatizada se vê compelida a aceitar as formas de acomodação racial impostas. Desenvolvendo atitudes, avaliações e comportamentos ambivalentes, confusos e incongruentes (alimentados pela duplicidade da referência diferenciadora), seus componentes ficam incapacitados de discernir a

estigmatização racial da dependência socioeconômica e do isolamento sociocultural, não sabendo, portanto, por onde e como impugnálos. Em conseqüência, as vítimas do "preconceito de cor" são reduzidas à contingência de enfrentálo sob grande confusão moral e sem meios para se congregar em minorias raciais integradas. Representando-se como parte ativa, de direito e de fato, da ordem social estabelecida, só aprendem a lidar com os efeitos nocivos da situação de contato racial, quando o conseguem, no âmbito puramente individual. Também estálhes vedado o recurso coletivo e organizado a técnicas radicais de desmascaramento e de protesto, porque as tensões raciais foram confinadas ao fluxo subterrâneo das relações raciais e são definidas, socialmente, como ameaça incontornável à "paz social".

No conjunto, pois, tudo concorre para disciplinar, encobrir e conter as manifestações do "preconceito", submetendo-as às exigências estruturais e dinâmicas de uma civilização que converteu a acomodação social em alvo ideal da integração societária dos estoques "raciais" em interação.[268] Elas não podem ir tão longe, que ponham em risco a convergência de interesses, ideais de vida e valores sociais, requerida pelo padrão históricocultural desenvolvido de acomodação racial. Doutro lado, porém, elas não podem ser abolidas sem que esta convergência se transforme, automaticamente, em equiparação social pura e simples dos estoques "raciais" em presença.

Penetramos, assim, no âmago da estrutura e dinâmica da situação de contato racial predominante em São Paulo. Elas impedem a diferenciação (e, por conseguinte, o agravamento) do "preconceito de cor" encoberto em formas sistemáticas de preconceito e de discriminação raciais. Ao mesmo tempo, não obstante, amortecem ou anulam as repercussões das tendências de democratização da riqueza, do prestígio social e do poder na esfera das relações raciais.

Descobre-se, assim, uma faceta deveras instrutiva de nossa realidade racial. Ela sugere que assiste razão aos que apontam o Brasil como um caso extremo de tolerância racial. Entretanto, também evidencia o reverso da medalha, infelizmente negligenciado: a tolerância racial não está a serviço da igualdade racial e, por conseguinte, é uma condição neutra em face dos problemas humanos do "negro", relacionados com a concentração racial da renda, do prestígio social e do poder. Ela se vincula claramente, de fato, à defesa e à perpetuação indefinida do *status quo* racial, através de efeitos que

promovem a preservação indireta das disparidades sociais, que condicionam a subalternização permanente do negro e do mulato.[269]

As vítimas do preconceito e da discriminação são encaradas e tratadas, com relativo decoro e civilidade, como pessoas; contudo, como se fossem pessoas pela metade. Os seus interesses materiais ou morais não entram em linha de conta. O que importa, imediata e realmente, é a "paz social", com tudo o que ela representa como fator de estabilidade dos padrões vigentes de dominação racial.

Esse complexo contexto histórico-social faz com que o "preconceito de cor" apareça na consciência social do "branco", tanto sob os aspectos etológicos, quanto sob os aspectos eidológicos, como se constituísse uma necessidade maldita. O negro prolonga, assim, o destino do *escravo*, pois a escravidão suscitou a mesma sorte de reações estandardizadas.

Temos de chamar a atenção para esse fato, porque ele é fundamental. Os que apreciam as relações raciais na superfície e não se preocupam nem com o padrão históricocultural de acomodação social que elas envolvam, nem com as implicações deste em termos de concentração racial da renda, do prestígio social e do poder, bem como do modelo correspondente de dominação racial, não atinam com a existência, as ramificações profundas e as influências persistentes do fenômeno. Nas entrevistas e nas situações experimentais que elas provocam, na interação do pesquisador com os sujeitos da investigação, a negação obstinada e escandalizada consistia quase um procedimento sistemático. Ninguém quer aceitar a pecha de ter "preconceito de cor". Só os que caem na categoria de personalidades intolerantes e os que são, tipicamente, neutros ao "preconceito de cor" admitem, francamente, a sua existência e a sua legitimidade ou ilegitimidade.

A realidade é descoberta aos poucos, pela acumulação de contradições que não afetam o equilíbrio nem as orientações de comportamento das pessoas. Perguntas como "levaria um 'preto' à sua casa"; "aceitaria um 'preto' como chefe"; "deixaria sua filha (ou irmã) se casar com um 'preto'" etc. conduzem à explicitação das inconsistências, em regra percebidas rapidamente pelos entrevistados e recebidas com bom humor. "É. Desse lado está certo. Nós temos preconceito mesmo. Mas o que se vai fazer?" Arranjos dessa ordem traduzem certa organização da personalidade, do comportamento e da concepção do mundo. Não se trata de leviandade nem

de irresponsabilidade, mas de um padrão sociocultural, que confere aos indivíduos certo relativismo e segurança para superar conflitos insolúveis entre os padrões ideais da cultura e os procedimentos sancionados convencionalmente pela prática.

A negação obstinada e escandalizada representa um mecanismo fácil de defesa, pelo qual se contorna a contingência de reconhecer verdades embaraçosas, seja para a integridade do "Nós" coletivo, seja para as lealdades das pessoas em face deste. Ao mesmo tempo, entram em jogo quatro influências concomitantes, que reforçam esse tipo de ajustamento. A mais forte e ativa se liga à herança do nosso mundo senhorial. As tensões provocavam resultados funestos, quer no âmbito da organização ou das relações das famílias, quer no âmbito da distribuição do poder e do exercício da autoridade.

A nossa cultura sempre foi pobre de técnicas sociais para manipular as tensões. A via, aparentemente mais eficaz e seguida, sempre foi a de contornar as causas das tensões e de intimidar a "parte fraca" (a mulher, o menor, o escravo, o dependente, o colono, o subordinado, o empregado etc.). Essas técnicas impregnaram os procedimentos correntes na discussão e controle das manifestações do "preconceito de cor". Não só se difundiu a opinião de que este "não existe no Brasil" como ela foi imposta aos divergentes, "brancos" ou "negros". Os *mores* cristãos, por sua vez, contribuíram para alimentar essa tendência. A esfera da civilização luso-brasileira que mais sofre, em virtude das inconsistências socioculturais assinaladas, é a religiosa. Embora a religião católica não tenha impedido nem a escravidão, nem o "preconceito de cor", ela difundiu certa repugnância em admitir, francamente, as facetas sombrias do caráter humano e da organização da sociedade.

As outras duas influências são secundárias, mas nem por isso irrelevantes. Por influência do catolicismo e, em larga parte, pelo anseio de identificação com a *Civilização* (européia), o "preconceito" e a "discriminação" são tidos como degradantes, como se ombreassem com a incivilidade e a barbárie. A República, por seu lado, consolidou um estado de espírito – que vinha de longe – de valorização da pessoa e de seus atributos. Mas de tal modo que, por assim dizer, generalizou "o direito de ser gente", materializando na condição de cidadão os direitos universais do homem.

Por curioso que pareça, essa influência reforçou os influxos do catolicismo, sublinhando o teor do “preconceito de cor” como fonte de desrespeito à pessoa e de envilecimento dos próprios agentes. No conjunto, portanto, essas influências são convergentes, excluindo o “preconceito de cor” do rol das coisas abertamente desejáveis, respeitáveis e dignificantes. Elas não tiveram força suficiente para modificar o caráter dos homens e a organização da sociedade – nem no passado, nem no presente. Por isso, não puderam alterar a situação de contato racial. Antes, aderiram às suas exigências imperativas, como de uma fonte inesgotável de artifícios e de racionalizações, graças aos quais a realidade parece menos feia e o abominável, mais ou menos sofrível. Não obstante, além da preocupação de “dourar a pílula”, fortaleceram a propensão a amenizar o modo de dosála. A fórmula seria: “Bem, o preto não é igual à gente. Mas ele também tem sentimentos humanos e precisa ser respeitado”.[270]

À luz de tais contornos, o “preconceito de cor” não só se atualiza discreta e brandamente, como se fosse “outra coisa”. Mas, ainda, assume expressões que iludem os seus agentes ou as suas vítimas e, o que é mais importante, não fanatiza ninguém – qualquer um, mesmo entre os que “sentem desprezo” ou “odeiam os pretos”, está potencialmente propenso a desenvolver o jogo da exceção que confirma a regra e a aceitar, em circunstâncias especiais, relações do tipo formal, confinado e categórico com “pessoas de cor”. Atitudes e comportamentos divergentes podem ser assinalados, com relativa freqüência, na fímbria das personalidades intolerantes. Em primeiro lugar, aparecem os “brancos” que foram deformados pelo exercício do mandonismo ao velho estilo. Esses não respeitam as convenções e geralmente revelam, de modo claro e ostensivo, suas atitudes e avaliações raciais. Deve-se notar que, se o paternalismo converteu a tolerância afetada e a bondade simples (nas relações com o “negro”) em uma espécie de símbolo da “posição superior”, o mesmo aconteceu com os rompantes de quem sabe “qual é o seu lugar” e “qual é o lugar dos outros”. Em vista disso, nesse estrato da população se encontram as pessoas que não temem exibir e até cultivar atitudes “chocantes” e francamente divergentes no trato humano com o “negro”. Talvez por essa razão, este focaliza as “famílias tradicionais” e os descendentes dos “barões” ou dos “grandes fazendeiros” como se fossem “os responsáveis pelo preconceito de cor”.

Em segundo plano, vêm os componentes das classes médias urbanas, principalmente os de extração luso-brasileira. Estes se conformam, predominantemente, às convenções vigentes. Mas chegam a tais extremos na evitação do "negro", devido provavelmente ao medo de comprometer seu prestígio social, que acabam caindo na própria armadilha. Convertem o lar numa fortaleza inviolável, tendem a ser racialmente exclusivistas nas relações sociais e, com freqüência, externam avaliações penosas (de teor francamente compensatório) sobre o negro e o mulato.

Por fim, em terceiro lugar estão os estrangeiros ou descendentes de estrangeiros que compartilham de tradições culturais próprias. Nesse caso, as divergências nas avaliações e comportamentos raciais se explicam pelo condicionamento cultural. A intolerância chega a ser acentuada, objetivando-se em torno de avaliações e representações raciais variavelmente depreciativas, intransigentes e hostis. Contudo, suas opiniões e atitudes raramente sobem à tona, quase sempre na forma de confidência ou quando as pessoas "explodem". Prevalece, nesses estratos da população, certo temor de transgredir "os costumes dos brasileiros" e, principalmente, de ofender os próprios "brancos" nativos, destratando ou maltratando "outros brasileiros" (as "pessoas de cor"). A extrema sensibilidade dessas pessoas às manifestações do "preconceito de cor" as leva a perceber o que se passa. Em conseqüência, a explicação de que o "preconceito de cor" é um produto da imigração e da imitação dos estrangeiros (às vezes indireta, ajunta-se: pretende-se instaurar aqui os modelos norteamericanos de relações raciais) ganha extraordinário vigor.

Ela não chega a ser tão freqüente quanto a explicação alternativa, que focaliza, negativamente, a influência dos descendentes das "famílias tradicionais". Todavia, apresenta maior contundência. Os "negros" que advogam essa opinião o fazem com virulência que não transparece em se tratando daqueles últimos. Aparentemente, porém, não são as atitudes e os comportamentos divergentes dos estrangeiros e seus descendentes, no trato convencional do "negro", que causam semelhante reação. Ao que parece, o que conta são os ressentimentos provocados pelos processos de substituição populacional e pela idéia de que os imigrantes brancos tomaram o lugar da "prata da casa".

A importância heurística dos três focos de divergência, em matéria de avaliações, atitudes e comportamentos raciais, é evidente. A análise

sociológica da diferenciação das avaliações, atitudes e comportamentos divergentes em questão patenteia que eles são conformados, contidos e calibrados pela matriz convencional envolvente. Em outras palavras, eles surgem antes como polaridades extremas do "tratamento duro" do negro e do mulato, admitidos pelo padrão assistemático e difuso do preconceito e da discriminação raciais, do que como base potencial para o aparecimento e a elaboração sociocultural do padrão sistemático e aberto do preconceito e da discriminação raciais. Isso significa que a tolerância social diante das avaliações, atitudes e comportamentos raciais divergentes não é flexível e ilimitada. Ao contrário, ela desapareceria a partir de um ponto crítico, que ameaçasse a coletividade de formas puras de racismo.

Esta conclusão é animadora, na medida em que sugere ser difícil ultrapassar os limites convencionais, impostos pela tradição cultural, no modo de conceber e de tratar o "negro". Não obstante, ela contém um contrapeso sombrio. Pois constitui a evidência sociológica mais conclusiva de que as manifestações do "preconceito de cor" são reguladas por um padrão históricocultural. Para eliminálas, não bastaria atuar na superfície, policiando o comportamento isolado dos indivíduos. Seria preciso atingir esse padrão, que nos protege contra as ameaças do racismo, mas também nos afasta da verdadeira trilha da democracia racial.

Além dessas considerações, de caráter geral, conviria tentar estabelecer as relações existentes entre avaliações, atitudes e comportamentos raciais de teor variavelmente preconceituoso e discriminativo, e os tipos de contato envolvidos pelas situações possíveis de convivência racial. O conhecimento dessas relações possui notória importância. De um lado, porque sugere, de imediato, quais são os limites dentro dos quais avaliações, atitudes e comportamentos desse gênero são aprovados ou tolerados socialmente. De outro, porque indica, indiretamente, até que ponto tais avaliações, atitudes e comportamentos são orientados, estandardizados e regulados socialmente, ou seja, através de um padrão históricocultural comum.

Os dados coligidos evidenciam que existem quatro modalidades típicas de contato por trás da imensa variedade de relações possíveis entre "negros" e "brancos". Em primeiro lugar, uma espécie de contato por agregação. A mera coexistência de categorias raciais distintas cria uma rede de interdependência que converte os componentes dessas categorias em membros do "nosso grupo". Embora o ponto de referência global venha a

ser a *comunidade nacional* – todos aparecem como “brasileiros” –, a base das interações é fornecida pelo que se poderia chamar de sociabilidade de massa.[271]

Por conseguinte, “negros” e “brancos” aparecem como entidades puras, como se o contato fosse estritamente categórico e se definisse em termos da identificação dos indivíduos com as categorias raciais pertencentes ao “nosso grupo”. Nesse plano, o “preconceito de cor” se exterioriza de maneira impessoal e suave, mas ao mesmo tempo insidiosa e corrosiva. A cor se afirma, em toda a sua plenitude, como marca social, que liga o negro e o mulato, inelutavelmente, a uma *raça inferior* e a uma *posição social degradante.*

O melhor exemplo, a respeito, pode ser extraído de certos ditos, já arrolados anteriormente: “negro não é gente”, “fazer papel de negro”, “preto bom já nasce morto”, “coisa de negro”, “não passa de negro”, “logo vi que era negro”, “Negro quando não suja na entrada, suja na saída”, “Se eu gostasse de negro trazia um saco de carvão nas costas” etc. A eles poderíamos acrescentar os ditos alternativos usados pelos próprios “negros”: “branco não presta”, “branco que não tem onde cair morto”, “branco fingido”, “falso que só branco!”, “Se eu gostasse de branco carregava um saco de cal nas costas”, “alma de branco”, “branco pãoduro” (ou “unhadefome”), “eu sou negro mas sou meu dono” etc.; e os ditos ainda mais expressivos, que salientam, aparentemente, atitudes ou avaliações positivas: “Coitado, ele não tem culpa de ser negro”, “nem parece negro”, “é preto só por fora”, “Negro quando dá de ser bom, é bom de verdade”, “negro de alma branca” etc., ou “branco bom”, “eta branco legal”, “nem parece branco”, “branco bão, que nem miolo de pão” etc.[272]

A maior parte dos estereótipos negativos, que estigmatizam o negro e o mulato racial e socialmente, projeta-se em verbalizações desse tipo, amplamente difundidas em nossos sistemas projetivos. Por isso, elas não só são inoculadas inadvertidamente, como condicionam a formação de imagens persistentes (do “branco” sobre o “negro” e viceversa) e chegam a converter avaliações etnocêntricas em sucedâneos de juízos de realidade. [273]

Portanto, é no plano elementar da situação de contato, onde a interdependência das categorias raciais parece amorfa, indiferenciada e neutra, que a estereotipação negativa do “negro” lança suas raízes. Assim se

explica por que os efeitos sociais da estereotipação escapam à consciência dos agentes; e, o que é mais importante, por que a própria estereotipação é tão tenaz e envolvente. Ela faz parte dos sistemas projetivos, herdados com o patrimônio sociocultural lusobrasileiro, e se insere entre as influências psico e sociodinâmicas formativas.

Em segundo lugar, vem o contato regulado convencionalmente, de acordo com as premissas do padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial. A máscara da civilidade põe uma cunha entre os sentimentos íntimos, as convicções profundas e as conveniências ou o decoro da vida em sociedade. Em consonância com a dualidade ética reinante em sociedades de castas, o "branco" se impôs – e com isso também impôs ao "negro" – o princípio geral de que cada um deve saber qual é "o seu lugar" e se comportar de acordo com as suas exigências exteriores. O contexto afetivo, lógico e moral desse tipo de interação faz com que o paralelismo entre estratificação racial e estratificação social seja encarado como um fato natural, necessário e inevitável. Por isso, apesar de empregar todos os meios disponíveis para fortalecer ou resguardar o padrão de dominação racial que engendra e mantém tal paralelismo, o "branco" cultiva, explicitamente, o preconceito de não ter preconceito.[274] Como só é essencial preservar certo padrão de dominação racial, acaba sendo fácil mascarar esse objetivo por trás de propósitos de defesa da ordem social (ou, simplesmente, de defesa da "paz social").

A cor só entra em jogo, como marca racial, na medida em que ela também funciona como símbolo de *status* social. Dispomos de duas vias para descobrir essa forma dissimulada de preconceito e de discriminação raciais. De um lado, a que se oferece quando as convenções que regulam a acomodação racial são rompidas, unilateralmente, na polaridade "inferior". Ou seja, quando o negro ou o mulato se negam "a ser tratados como preto" (mesmo nas condições de "pretos de alma branca"). Nesse caso, o "branco" procura, brandamente, "colocar o preto no seu lugar" (lembramos um exemplo já analisado: pode mandar servir o almoço da visita na cozinha, independentemente de ser mulato, de possuir um curso superior e de ter uma profissão liberal). De outro, a que se descortina quando os "brancos" são forçados a exibir "o que se passa por dentro". Um pequeno incidente no tráfego, uma provocação ingênua dos melindres do entrevistado ou uma

rixa podem contribuir poderosamente para “soltar a língua”. Enumeremos alguns exemplos mais sugestivos:

(1) Por ocasião do levantamento básico, surpreendemos, em um bar da vila Nova Conceição, um chofer de praça bebendo pinga em companhia de um negro. As aparências eram de camaradagem. Ao se instalar no carro, foi logo dizendo: “Estes pretos quando a gente dá a mão querem tomar a perna”. “Por quê?” “Aquele preto queria que eu lhe emprestasse cem milréis, até amanhã. Disse que era para ele passar a noite.” “Não lhe deu?” “Eu não! Ele é muito atrevido.” “Mas, não é seu amigo?” “Não é nada. Eu nem o conheço. Estava tomando um aperitivo e ele pediu para convidálo. Eu deixei. Ele pediu logo um copo de três milréis de caninha.” Então, entrou em outras confidências. Em suma, disse que não gostava de “preto”, porque os achava confiados, atrevidos e falsos. “Ninguém pode confiar neles.” Perguntamos se os considerava inferiores aos brancos. “Isso não sei dizer. Meus conhecimentos não dão para isso. Só sei que nunca vejo pretos em lugares importantes. Só ocupam lugares baixos.” Depois, lembrou-se que conhecia um “advogado de cor”, mas acrescentou: “É um em mil. Todos os outros são analfabetos. Não sabem nada. Não se pode aproveitar essa gente”. Insistimos nas contradições de seu comportamento. Ele estava em companhia de um “preto”, tratava-o cordialmente e, no entanto, expunhanos aquelas opiniões. Ao que retrucou: “Eu não gosto deles. A gente precisa aceitálos. Senão dizem que a gente é orgulhoso. Mas não gosto deles. O que se vai fazer? A gente precisa viver de acordo com os costumes do país. Aqui, o nosso costume é esse. Eu não posso destoar dos outros. Acham que a gente deve aceitar os pretos; eu não aceito. Mas sei que eles não valem nada”.

(2) Numa conversa em grupo, entre pessoas de classe média e de estirpe luso-brasileira antiga, pusemos em causa a opinião de um dos participantes, segundo a qual “o negro é inferior ao branco”. A pessoa em questão – que aceita em sua pequena indústria “empregados de cor”; leva-os para comer em sua casa; joga futebol com eles; e faz camaradagem com os que parecem merecer a sua confiança – não teve dúvidas em afirmar prontamente: “O negro é mesmo inferior ao branco. As pessoas que dizem que não têm preconceito fazem isso por hipocrisia. Ainda não vi um branco, desde os meus tempos de colégio, que não tivesse preconceito. Mas escondem isso”. Questionado, acrescentou:

> Quanto ao tratamento amável concedido ao negro por certas pessoas, principalmente nas camadas ricas, acho que se pode comparar o fato com o tratamento que as mesmas pessoas dispensam aos animaizinhos da casa. Eles tratam os negros como se fossem um cachorrinho ou um gatinho de estimação. Dão até o nome da família a eles. Por causa disso, é claro que não tratam o negro como um igual. Também, não pensamos em confundir o negro com o branco [...]. O negro sabe que é inferior e reconhece que o branco é mais inteligente e deve mandar neles. Por isso, se comporta com o branco com timidez e com respeito, aceitando o seu lugar. Ele nunca poderá alcançar a mesma posição que o branco, por mais que faça.

Ao esclarecer suas opiniões, sublinhou, espontaneamente:

> o preconceito não existe por causa da cor. Mas por causa da própria circunstância do negro ser inferior ao branco e sempre ter servido aos brancos, como escravo, como criado e como operário. A cor serve para situar as pessoas e como uma espécie de ponto de referência. Ela simplifica as coisas, condensando em torno dela as idéias que o branco tem do negro.

(3) Um barbeiro, de descendência ítalobrasileira, relatounos uma briga em que se vira envolvido e na qual se machucara (as evidências exteriores o levaram "a se explicar" por conta própria).

> Eu ia para casa e o Dito [negro que era servente na escola em que ambos trabalhavam] me convidou para tomar um aperitivo. Entramos no *Tabuleiro da Baiana* e pedimos uma pinga cada um. Nisso chegou um amigo do Dito, preto como ele. Só que era um sujeito alto, parecia um monstro. Tinha uma mão que era isto, sem mentira nenhuma [e indicou, por gesto, um tamanho desproporcional]. Ele cumprimentou o Dito e lhe disse: "Como é?!... Você não convida os amigos pra um aperitivo?" Então, lhe oferecemos uma pinga. Ele aceitou e conversou um pouco com o Benedito. Depois, voltou-se para mim e disse: "Olhe, me dê cinco milréis. Eu quero cinco milréis de você". Eu respondi: "Cinco milréis eu não tenho. Se você quiser beber conosco pode. Mas dinheiro eu não posso dar. Estou com a conta certa". Ele respondeu: "Eu já disse que quero cinco milréis de você!". Ele implicou comigo. Queria que eu desse o dinheiro para ele. O Dito interveio. Tentou acalmar o amigo. Ele não atendeu e lhe disse: "Que é isso? Você agora deu pra desprezar sua raça?". Aí eu disse: "Eu não dou dinheiro p'ra ninguém. Se quiser beber, bebe. Se não, dê o fora! Se quiser cinco milréis vá trabalhar!". O tal homem não me disse nada. Virou-me um forte tapa na nuca, que me fez bater com o rosto no balcão e cair. Se tivesse um copo, eu morria. O Dito, em vez de segurar o amigo, se afastou. Eu a princípio fiquei tonto. Depois me recobrei de novo. Aí, fiquei como um louco. Não vi mais ninguém. Me joguei de cabeça na barriga dele. Com a cabeçada, ele foi cair do outro lado do balcão e bateu com a cabeça numa saliência de mármore. Eu fiquei com medo dele, e dei um pontapé bem no meio da perna, pra acertar nos culhões dele. Era pra matar aquele filho da puta. Depois dei dois pontapés na cara dele, eu me abaixei e ainda dei alguns socos. Me tiraram de cima dele, senão eu não sei onde ia parar. Ele punha sangue pela boca, pelos ouvidos e pelo nariz.[275] [...] Fomos parar na polícia. Mas o delegado me conhecia e me soltou. Eu não ia ficar preso por causa de um preto bêbedo. Eu tinha machucado ele, mas não o provoquei [...]. Depois, o Benedito me

> criticou, por ter batido no amigo, que estava bêbedo. Respondilhe: “Você é que fez um bonito papel. A sua obrigação era ter segurado o seu amigo. Agora você está me criticando porque eu não apanhei. Você está com dor de corno por causa disso. Queria que ele me batesse porque é de sua raça. Pois fique sabendo que pra mim você não existe mais. Não quero saber de mais nada com você. Pra mim, chegou essa!”.

Movido pelo assunto, teceu vários comentários sobre os “pretos”. Asseverou: “Não tenho amizade por pretos. Não gosto dessa gente. Falo isso na cara deles. Mas eles levam em brincadeira [...]. Não levo pessoas pretas pra casa. Você acha que vou levar macaco pra minha casa?”. Por julgálos “falsos” e “sem moral”, não os queria como amigos:

> Eu tenho ido à Vila Matilde porque minha mulher está doente e está na casa da mãe dela. Tenho observado essa gente lá. Eles são tarados. Não são como os outros. Tanto faz ser casado como solteiro, não têm nenhuma moral. Se têm filhos, não ligam para os filhos. Se é casado, é a mesma coisa que não tivesse mulher. Vivem como se fossem sozinhos. Não têm noção de responsabilidade e de decência, como os brancos. As mulheres pretas e mulatas vão com quem mostrar dinheiro. Por qualquer dinheiro elas vão com qualquer um. Tanto faz que seja casado ou solteiro. Eu não sei se é porque são muito quentes. É uma raça muito diferente e parece que as mulheres são mais quentes que as outras. Até as mulheres pretas casadas aceitam aventuras com quem as quiserem. A lavadeira que vai buscar roupa lá em casa não pode me ver. Parece que me quer comer com os olhos. E não se importa que tenha mais gente vendo.[276]

Quanto às diferenças raciais, afirmou reiteradamente que “o preto é tarado”, e que os considera “inferiores ao branco”: “Não têm inteligência nem ligam para a vida. Eu não sei, mas parece que eles não são humanos. Eles não são como as outras gentes. Quando eu olho para eles tenho a impressão de que ainda são bichos. Só são uns embriagões, que querem beber pinga e que envergonham o Brasil com a ignorância que têm”.

Pressionado, admitiu que “existem exceções”: “Isso não quer dizer que todos os pretos são assim”. Contudo, salientou: “Não confio muito. Eles podem ser direitos. Mas quem vai adivinhar?”. Até com referência ao futebol fazia restrições ao “preto”, dizendo que “os clubes em que existem negros são diferentes dos clubes só de brancos”. Em seu entender, “os jogadores pretos são desonestos e atingem propositadamente os adversários, da coxa para baixo [...]. Clube bom não tem negro. Os torcedores negros não sabem perder [...]. Os clubes pretos quase sempre são fechados pela polícia. Neles sai sempre briga, pois eles [jogadores] vão para o campo, de navalha”.

(4) Dois incidentes corriqueiros comprovam a mesma realidade. O pesquisador viajava num autolotação, de Santo Amaro para o centro. Ia ao lado do chofer; atrás, estava outro passageiro mulato. Em Vila Nova Conceição o trânsito estava interrompido, porque dois caminhões, que deveriam seguir em direção contrária, estavam bloqueando a passagem. [277] Os motoristas conversavam animadamente, alheios ao congestionamento do tráfego. Por fim, eles resolveram partir. Aí, o chofer do lotação descobriu que o chofer do caminhão, que ia na direção contrária, era mulato. Então, falou em voz alta, sem se importar com o "passageiro de cor": "Logo vi que era negro! Raça filha da puta!".

Outro incidente ocorreu com um chofer de táxi, estando o pesquisador a seu lado. Ele queria ultrapassar uma camioneta, que ia na frente. Mas o outro não dava passagem, apesar das buzinadas. Graças a um farol, conseguiu ultrapassálo, contramão. Aí percebeu que o chofer era negro: "Ah! É um preto. Logo vi!" "Mas, preto é bom chofer, geralmente, não?" "Sim! Quando bebe! Preto bêbedo é bom chofer" "Por que diz isso?" "É que preto bom já nasce morto. O senhor já viu preto que presta? Existem alguns como os brancos. Eu conheci um, lá no ponto. Esse roubava pouco!"

(5) Todavia, mesmo em situações que exigem circunspecção, uma quebra do bomtom pode fazer o branco perder as estribeiras. Uma das pesquisadoras registrou um caso desses. Um médico, de renome, dirigia uma divisão de certo instituto oficial. Certa ocasião, organizaram uma festa informal em sua homenagem. A assistente social teve a idéia de encarregar uma escriturária, descrita como mulata clara e a funcionária mais antiga, de fazer a saudação. Via-se pela fisionomia do dr. M. a sua contrariedade, e em meio ao discurso ele interrompeu os elogios da oradora, dizendo secamente: "Isso são coisas da cabeça da dona V." (a assistente social). A moça ficou com a cara deste tamanho! No fim da festa, o dr. M. disse à dona V.: "Então, foi só essa funcionária que a senhora encontrou para fazer o discurso? Uma mulata?!...".[278]

Em resumo, as duas vias permitem levantar um véu que nem é muito denso, nem muito pesado. Há uma "maneira correta" de fazer as coisas, nas relações entre "negros" e "brancos". Ela é marcadamente convencional. Não afeta os níveis profundos da sociabilidade nem o caráter das pessoas envolvidas. Que o "branco" se apegue a semelhantes convenções, parece fácil de compreender. Mesmo depois que o padrão tradicionalista de

dominação racial entrou em crise, para ele está em jogo a hegemonia da "raça" branca. Contudo, grande número de negros e mulatos – muitos parcial ou totalmente desvinculados da concepção tradicionalista do mundo – também prefere esse modelo de acomodação racial. Escolhemos, para exemplificar, as opiniões de uma jovem mulata, que discernia habilmente o "preconceito de cor" de outros mecanismos de avaliação, seleção ou rejeição.[279] Ela viveu, antes de vir para São Paulo, em Angra dos Reis e no Rio de Janeiro. Aqui, foi residir em Santo André. Sentiu-se "chocada" com as atitudes dos vizinhos, em sua maioria imigrantes estrangeiros de primeira geração. Percebeu que "eles se retraíam, de maneira que poderia ser até considerada afrontosa, para evitar relações com os pretos. Não querem de jeito nenhum estabelecer convivência com pessoas de cor". A sua "decepção foi tão grande", que "ficou com ódio da cidade", achando que "São Paulo é o pior lugar para os negros [...]. No Rio há maior tolerância que aqui. Notei que algumas pessoas não gostam de negros e evitam relações. Mas vi mais contatos e casamentos entre negros e brancos".

Pedimos a um intelectual negro que analisasse essa propensão. De acordo com suas conclusões, ao "preconceito do branco" corresponde "um preconceito simétrico do negro". Portanto, não é só aquele que pretende "pôr o negro em seu lugar"; este também procura "se colocar em seu lugar". Se tudo se fizer com discrição e respeito aparente, ele não se sente "melindrado" e "ofendido". Mas, se o "branco não for suficientemente educado", tornando ostensivo o que deveria ser dissimulado, "então ele se julga ferido em seu pundonor". Os "brios de gente" e os "direitos de cidadão e de brasileiro" levamno a ter ódio dos "brancos" que agem dessa maneira, e até a maltratálos ou a agredilos. São interessantes suas conclusões. Ponderou que não aprova, pessoalmente, essa tendência. Mas, em sua opinião, ela é inevitável. Enquanto o "negro" não melhorar sua situação econômica e sua educação, a "consideração fingida" seria o melhor que ele poderia esperar em sua convivência com os "brancos". Doutro lado, acentuou que é difícil combater e extirpar essa tendência. Mesmo depois de melhorar sua situação econômica e sua educação, o "negro" vacila antes de tentar um novo estilo de vida e de relações com os "brancos". Vence as hesitações e afronta o medo de ser repudiado. Nesse momento, descobre que "a cor é uma barreira". O temor de humilhações e, principalmente, de

praticar violências, aconselha-o a se retrair voluntariamente. Em conseqüência, “não se livra do seu complexo” e, o que é pior, “não reeduca o branco, que continua a ver o negro de um prisma deformado e a vitimálo com seus tolos preconceitos”.

Em terceiro lugar, deparamos com o contato que é tipicamente divergente do padrão tradicionalista de relação racial, seja na polaridade do “branco”, seja na polaridade do “negro”, seja em ambas. Mesmo sob a plena vigência da concepção tradicionalista do mundo, os brancos racialmente intransigentes se recusavam, obstinadamente, a obedecer aos preceitos das convenções que regiam as relações raciais. Já indicamos, de várias maneiras, como essas pessoas “agiam de forma desabrida”, externando seus sentimentos profundos e se recusando a tratar o negro como se “ele fosse gente”. Sua regra de ouro consistia no conhecido “lé com lé, cré com cré”.

Ora, as nossas investigações mostraram que o número de “brancos” de estirpe brasileira que perfilhavam tais orientações era bem maior do que se poderia presumir. Ao que parece, isso se prende às peculiaridades da formação da cidade. Os fazendeiros que aqui se instalavam tinham suas fazendas no Oeste Paulista. Permaneciam pouco tempo à testa delas, gerindo-as de longe e através de um preposto. Simultaneamente, envolviam-se em várias atividades econômicas e políticas, que os distanciavam do mundo da fazenda e do escravo. Em certas épocas, toda a família se deslocava para a casa da fazenda e lá passava uma temporada. Nessas condições, o seu código era mais “burguês” que “aristocrata”. Viam o “negro” friamente, como instrumento de trabalho, e não entretinham refinamentos psicológicos que poderiam exigir complicadas racionalizações compensatórias. Por isso, exteriorizavam claramente atitudes e avaliações sobre o “negro” que se chocavam com os padrões senhoriais de decoro na matéria.[280]

A contraprova dessa interpretação é fornecida por um estudo de caso de Maria Isaura Pereira de Queirós.[281] Ele evidencia que as famílias brancas importantes, cuja organização se aproximasse mais do padrão tradicionalista, desenvolviam maior tolerância e compreensão diante dos dramas humanos do “negro”. Nessas famílias, só um ou outro ranzinza, obnubilado com a “pureza de sangue” ou premido por um casamento indesejável, insurgia-se contra o costume de “dourar as pílulas” nas

questões pertinentes ao “negro”. Pelo que se pode julgar, tais famílias é que se situavam, integralmente, na “tradição brasileira” (naturalmente, como ela se manifestava nas camadas senhoriais).

Quer a explicação aventada seja verdadeira, ou não, três coisas podem ser estabelecidas, por meio das evidências conhecidas: 1º – além dos casos esporádicos de personalidades racialmente intolerantes, certas condições concorriam para que os *rompantes de franqueza* dos “paulistas de quatro costados” não poupassem os tabus vigentes nas relações raciais; 2º – semelhantes tendências eram francamente divergentes, o que significa que singularizavam as atitudes, as avaliações e os comportamentos “raciais” de uma minoria; 3º – embora seja impossível determinar, mesmo conjectural e grosseiramente, a expressão quantitativa dessa minoria, as nossas experiências e os resultados de sondagens que efetuamos comprovam que ela abrangia um número apreciável de pessoas.

A importância sociológica dessas ilações é clara. Elas indicam que o “código racial” tradicionalista também prevaleceu integralmente em São Paulo (o que já comprovamos, por outras vias, na primeira parte deste trabalho); e, o que é mais significativo, que certas modalidades divergentes de manifestação da intolerância racial são anteriores e independentes do fluxo imigratório.[282] Não obstante, a imigração exerceu influências específicas e concomitantes no mesmo sentido.[283] Não só os imigrantes eram portadores de tradições culturais próprias, que não resolviam de *modo brasileiro* os problemas provocados pela “mistura com os pretos”. Ao se abrasileirarem e ao absorverem os “costumes do país”, eles reinterpretaram a tradição cultural brasileira.

No que concerne ao “negro”, o aspecto verdadeiramente crucial está aqui. Os resultados de nossas investigações (tanto da observação de situações concretas de convivência racial, quanto das entrevistas) patentearam que os italianos, os alemães, os austríacos, os espanhóis, os sírios e libaneses, os japoneses etc. praticamente redefiniram as convenções que regulavam as acomodações raciais. Eles jamais conseguiram compreender o jogo dúplice de uma aceitação que era, ao mesmo tempo, uma rejeição, ou de uma cordialidade que era mais aparente que substancial. Em conseqüência, na imitação do branco de estirpe brasileira, cometeram lapsos que comprometiam o padrão tradicionalista de relação racial. Tomavam as formas pelos conteúdos, subvertendo por completo as

bases da convivência racial. Assim, acabavam atribuindo ao “negro” uma consideração que estava longe de ser protocolar e convencional, perdendo o controle da interação e, principalmente, a possibilidade de combinar a preservação da distância social a um respeito mútuo decoroso.

Por conseguinte, caíam em armadilhas ingênuas. Aceitavam a amizade de vizinhos ou colegas de cor, vendo-se, depois, em palpos de aranha com as “liberdades” e os “atrevimentos”, que resultavam de uma camaradagem mal concebida e engendrada, à luz da “tradição brasileira”. Portanto, para “colocar o negro em seu lugar”, viam-se na contingência de romper as relações ou de evitálos de maneira ultrajante. Como descobriu uma das pesquisadoras, forjaram um mundo no qual “não havia lugar para o negro”.

Ao mesmo tempo, dadas as suas condições de vida, estavam expostos a uma contaminação que não afetava os “brancos das camadas dominantes”. Estes podiam entreter relações com negros e mulatos sem prejudicar o seu prestígio social. Às vezes, elas serviam, mesmo, como um meio de exibição e de incremento do prestígio social. Ora, as polaridades que associavam a cor a uma posição social dependente ou degradante suscitavam entre os imigrantes e seus descendentes, precoce ou tardiamente,[284] o temor de serem socialmente confundidos com “aquela espécie de gente”. À inexperiência no trato com o “negro” se somava, pois, uma influência convergente e deterioradora, que fortalecia, seriamente, a propensão para moderar ou suprimir o convívio social com os “pretos”.

As arestas perigosas do padrão tradicionalista de relação racial ganhavam, desse modo, outra contundência. Em particular, a estereotipação negativa, absorvida da tradição cultural ambiente, convertia-se num fator incontrolável e funesto. Ela iria se refletir em atitudes manifestas e em comportamentos reais numa escala e segundo um estilo verdadeiramente chocantes para a “tradição brasileira”.

A esse quadro, devemos acrescentar outros dois elementos: a formação de classes médias e os efeitos reativos do comportamento do “negro que sobe”. Independentemente de sua composição racial, étnica ou nacional, as classes médias em formação também são fortemente sensíveis às ameaças potenciais ou reais ao seu prestígio social. O contato freqüente e íntimo com o “negro” é visto não só como algo embaraçoso e indesejável, mas como um risco. Não se proscrevem nem a “empregada de cor” nem as relações de teor esporádico, informal ou categórico, notório. O que se teme,

acentuadamente, é a intimidade com o colega, o amigo ou o vizinho “de cor” e, em especial, que “eles apareçam em casa”. Mas a própria visibilidade superficial e ocasional de tais relações aparece como “embaraçosa”.

Eis um depoimento característico. Uma química, de meiaidade, que trabalhava como pesquisadora em um instituto oficial, mencionou espontaneamente à entrevistadora: “Quando eu encontro na rua um preto ou mulato conhecido, porque eu tenho vários conhecidos de cor, e começam a conversar, eu fico preocupada, com receio que passe uma pessoa conhecida. Eu me sentiria mal, se fosse vista na rua, ou à porta de um cinema, conversando com pessoa de cor”. A solução mais simples e generalizada consiste em “atalhar o mal pela raiz”, com a evitação, ostensiva e acintosa, se for necessário, de relações que se “prestem a confusões” com “pessoas de cor”. Aos poucos, quase insensivelmente, a evitação deixa de ser cuidadosa e dissimulada, assumindo a expressão de um procedimento calculado e sistemático.

O “negro que sobe”, por sua vez, converte-se numa fonte de problemas. Ele quer ser aceito pelo “branco” de nível social equivalente e exige o mesmo tratamento que aquele dispensa aos outros colegas ou amigos. Eis um exemplo, extraído da entrevista de uma jovem jornalista e funcionária pública:[285]

> Na repartição havia um colega preto, instruído, culto, educado, de boas maneiras, com certa posição funcional. Saía conosco, ia a bailes do clube profissional e tirava as moças brancas. Tínhamos de agüentar ali, firmes! Muitas vezes, eu e ele saímos juntos e fazíamos um trecho do meu percurso a pé. Eu ia conversando, agüentando firme. Mas, por dentro, imaginando: “Quem nos vê não irá pensar que somos colegas de serviço”. Certa vez, um grupo da repartição foi a Porto Alegre, onde fomos a algumas *boates*. Ele achava-se no direito de nos tirar para dançar, e não podíamos recusar e depois ir dançar com outros. Agora, você imagine que situação!

O “branco”, principalmente dos segmentos mais altos da “classe baixa” e da “classe média” para cima, fica perplexo nessas situações. As ambigüidades entre cor e posição social subalterna desaparecem. Ou aceita e trata o “negro” como um igual, ou não pode ter relações com ele. Ainda aqui, a evitação deliberada e sistemática se impõe como a solução mais simples.

Eis aí como se está formando, sob o pano de fundo da crise do padrão tradicionalista de relações raciais, um contexto afetivo, lógico e moral que confere aos “brancos” “o direito de ter preconceito” e de manifestálo publicamente. As atitudes de intolerância se projetam nesse contexto, reelaborando e fortalecendo velhas avaliações etnocêntricas.

Alguns exemplos permitirão acompanhar tais desdobramentos, nos diferentes níveis mencionados. Em documento redigido para a nossa pesquisa por um paulista pertencente a uma das mais ilustres “famílias de quatrocentos anos” da cidade, deparamos com a seguinte opinião:

> Colocando de lado todo sentimentalismo de simpatia e piedade que o negro sempre despertou, no nosso país, veremos que a essa raça se conferiram sentimentos que ela nunca possuiu. É importante no entanto não confundir o valor cultural de uma raça com virtudes de determinadas pessoas. A história indica, em vários países, pretos que exerceram em variadas épocas, com pleno sucesso, as mais diferentes atividades profissionais, tais como a de jornalista, advogado, engenheiro, médico, etc., mas, por outro lado, a ciência que observa os fatos friamente, livre de qualquer paixão, provou que, até hoje, os negras não puderam se constituir em povos civilizados. Para a ciência essa inferioridade é um fenômeno de ordem perfeitamente natural [...]. Donde posso concluir afirmando que alguns negros são capazes de exercer qualquer atividade profissional, mas que a maioria da raça é, como mostram os fatos cotidianos, totalmente incapaz.

Em uma conversa, de que participavam várias pessoas, outro paulista, descendente de estirpe ilustre, explicava “o progresso da Argentina” pela baixa proporção de negros e mulatos na população. Terminou, afirmando: “É uma sorte para eles não terem muitos pretos lá. Isso é uma porcaria, que não presta para nada!”.

Quanto aos imigrantes ou seus descendentes, selecionamos duas ilustrações. Uma, colhida ao acaso. O pesquisador viajava em um ônibus, ao lado de um senhor que, depois, soube ser filho de italianos. O veículo ia pela avenida 9 de Julho, do centro para os bairros. Na altura do túnel, um caminhão, carregado de sacos de cal, ultrapassou-o. Sentados sobre os sacos iam dois negros e um mulato, sendo que um deles lançava punhados de cal para o ar, gritando: “Pó de arroz! Pó de arroz!”. O pó, espalhado pelo vento, atingia os passageiros do ônibus, que ficaram revoltados. O mencionado desconhecido não se conteve, dizendo, ao pesquisador: “Olhe a cor! Deus me livre, não é à toa que eu não gosto dessa gente. O senhor já viu branco

fazer isso?”. Em seguida, teceu vários comentários sobre “a mistura existente no Brasil”. Em seu entender,

> em nenhum outro país o negro é aceito como aqui. Isso se explica. É que há muita mistura entre nós. Não existem brasileiros. São todos filhos de italianos, de alemães, de japoneses, de suíços, etc. Cada um acha que a terra do pai é melhor e vive com esse sentimento. Eu não. Eu gosto desta terra e educo meus filhos para gostar dela [...]. No Brasil não pode haver unidade. Porque são muitas gentes, de raças diferentes. Na Europa não é assim. Pelo menos o meu pai diz que os italianos pensam todos de um modo. Não tem essa mistura, como aqui.

Insistiu, reiteradamente, em que “os pretos são falsos e não prestam. Em 100 se encontra um que presta. E assim mesmo não se pode confiar nele [...]. É um absurdo que o preto viva com tanta liberdade entre os brancos”.

A outra ilustração foi extraída da autobiografia de uma jovem, cujo pai era filho de alemães e cuja mãe pertencia a tradicional família brasileira:

> Meu pai que, frente à minha mãe, possui o privilégio de ter sangue ariano, desde pequena me revoltou com suas opiniões: “Negro não presta. O Brasil não vai para a frente por causa dessa negrada. Na Europa, sim, dá gosto de se viver. Lá não se vê nenhum negro nas ruas. Que vergonha, quando um estrangeiro vem para cá e vê essa pretada e tem até de se sentar ao lado deles, no bonde!” [...]. Há cerca de um mês ainda o ouvi dizer: “A turma do futebol hospedou-se no Excelsior. Essa negrada não tem vergonha. Eu, se estivesse hospedado lá, pedia imediatamente a minha conta”. Assim pensa meu pai, dos negros.[286]

Para exemplificar o que ocorre nas classes médias, selecionamos as opiniões de um contador branco, que nos pareceram bem características. Numa roda de amigos, discutia-se o “preconceito de cor”. Ele discordou dos que sustentavam que “o preto fosse culpado pela situação em que vive e pelo preconceito de cor”:

> [...] O preconceito de cor foi criado pelo branco. Não foram os negros que criaram o preconceito. Mas um homem não tem culpa por ter sido escravo. Os brancos é que os arrancaram da África e os trouxeram para o Brasil. Mas um indivíduo não deixa de ser homem por ser escravo. Eu não acho justo que se culpe o preto por causa disso [...]. O problema do negro é de educação. Se os pretos fossem educados, eles poderiam revelar suas capacidades. Sociologicamente falando [sic!] não há diferenças entre as raças. Todos são iguais. O que o branco pode fazer, o preto é capaz de fazer!

Premido por perguntas diretas, admitiu francamente: “Particularmente, não quero relações com pretos. Não gosto de conviver com eles [...]. Em

minha família, ninguém gosta de pretos. Mas isso não tem nada que ver com as minhas idéias".

Essas ilustrações comportam uma conclusão evidente. Em alguns setores da "população branca", a crise dos padrões tradicionalistas de relações raciais não põe um paradeiro ao "preconceito de cor". Ao contrário, deixa margem a que ele se manifeste de maneira mais vigorosa, ostensiva e contundente.

Em quarto lugar, é preciso considerar como a expansão e a diferenciação da ordem social competitiva estão se refletindo na organização das relações raciais. Nos níveis em que ela atingiu seu padrão de integração normal, "negros" e "brancos" se defrontam como se fossem potencialmente iguais. Já assinalamos as interferências que solapam, contêm ou neutralizam esse processo histórico-social. No entanto, onde o "negro" irrompe, de fato, como "competidor do branco", ele dispõe de algumas condições mínimas para participar de modo diferente da distribuição da renda, do prestígio social e do poder.

Como apontamos, as proporções em que isso se dá não convertem o "negro" em ameaça coletiva à segurança do "branco". Ao sabor das debilidades que afligem a este último, suas reações tanto podem ser indiretas e impessoais, quanto individualizadas e diretas. Na primeira categoria, cabem as reações provocadas pelo êxito recente do "negro" em certos ramos ocupacionais, como nas profissões artesanais, por exemplo. As opiniões sustentadas por um mestre de pintura, já idoso, possuem caráter típico:

> Não se pode confiar neles [nos pretos]. São muito falsos e perversos. Eu tenho sofrido muito com essa gente. Eles não têm palavra. Só pensam no dinheiro. Querem receber no sábado e ganhar muito. No trabalho, não pensam [...]. São maus empregados. Faltam no serviço, não são caprichosos e não possuem consciência dos deveres profissionais. Perceberam muito bem que podem ganhar dinheiro com a pintura, mas não fazem o esforço necessário [...]. Os mestres pretos não têm palavra e não fazem serviço que preste. Combinam uma coisa com o freguês e fazem outra. Assim, desmoralizam a profissão. Não entregam o serviço no dia e matam a pintura. Quem trabalha para eles está bem arrumado! Também não cumprem direito os outros compromissos. Quem se fia neles, está perdido! É preciso brigar muito para obrigálos a fazer o que devem.

A sua indignação se concentrava no que chamava de "invasão da profissão pelas pessoas de cor". Os que se preocupam com isso recebem a

novidade como algo “aborrecido” e desconcertante, como se os “negros” degradassem suas profissões. Na segunda categoria, situam-se os inevitáveis atritos desencadeados pela competição interracial. No capítulo anterior já descrevemos um caso típico. Em regra, o “branco” recebe o “colega de cor” como se fosse um “subalterno” e “dependente”. Inculca-se o dever de “protegêlo” e de “orientálo”. Quando descobre que “ele pinta” e, mais, que pode ser sobrepujado numa concorrência leal, lança mão de vários subterfúgios para se assegurar vantagens permanentes. Se eles falham, não tem outro remédio senão “aceitar as coisas como elas são”.

Sem dúvida, ao “trançar os seus pauzinhos” nem sempre o “branco” pode evitar que o “preconceito de cor” se exteriorize de maneira ostensiva e (algumas vezes) virulenta. O importante, porém, não está nisso, mas no fato de que, até agora, atritos e fricções desse tipo ficam confinados, sem contribuírem, de modo definido, para a diferenciação do “preconceito de cor” em algo socialmente consciente, aprovado e sistemático. Doutro lado, também merece atenção o reverso da medalha. A expansão da ordem social competitiva ainda é insuficiente para eliminar ou neutralizar as interferências irracionais dos fatores raciais em diversas esferas das relações humanas. Bem ponderados os dois aspectos, parece evidente que a ordem social competitiva tende a absorver tanto as manifestações veladas quanto as manifestações acintosas do “preconceito de cor”, no melhor sentido da tradição cultural brasileira, dissociando-as de padrões históricos-sociais típicos de conflito racial.

Essas quatro situações possíveis de contato racial, que circundam, condicionam e delimitam socialmente a exteriorização do “preconceito de cor”, oferecem um bom quadro de referência para a compreensão do contexto afetivo, lógico e moral em que este se manifesta. Enquanto a concepção tradicionalista do mundo teve plena vigência, as duas situações de contato, mencionadas em primeiro lugar, faziam com que as relações raciais fossem estritamente reguladas pelos costumes. Daí decorria: 1º – o horizonte cultural dos *agentes* e das *vítimas* do “preconceito de cor” era parcial ou totalmente bloqueado à percepção e à consciência da realidade racial circundante; 2º – as atitudes e comportamentos raciais divergentes, que podiam ser tolerados, eram entendidos como peculiaridades pessoais – segundo fórmulas variáveis: entre os “brancos”, “sabe como é, fulano sempre foi assim, franco demais”, “ele age assim, mas no fundo é muito

bom", "ele nunca soube o que é ter pena dos outros" etc.; entre os "negros", "aquele cara é duro de roer", "o orgulho chegou ali, parou!", "ele pensa que o negro nasceu pra canga" etc., como se não se enquadrassem no padrão dominante de tratamento do negro e do mulato, do qual constituíam uma diferenciação de teor explícito e radical.

Sem que isso envolvesse qualquer espécie de tortuosidade, estabeleciam-se, espontaneamente: (a) uma predisposição geral desfavorável à análise e à discussão das questões relacionadas com a "cor" e com a "situação do negro", o que convertia o "preconceito de cor" numa espécie de área proibida e de tabu; (b) a tendência a identificálo através de manifestações atípicas à sociedade brasileira (especialmente, por meio de experiências dos "grupos dos outros", como os Estados Unidos, nos quais o preconceito e a discriminação raciais assumem, normalmente, caráter aberto e sistemático), o que facultava negar a sua existência "entre nós"; (c) a propensão a diluir os elementos centrais nas manifestações do "preconceito de cor" entre as questões que seriam "matéria íntima", de "consciência" ou "puramente pessoal", dando-se uma cobertura intocável aos aspectos por assim dizer ferrenhos e residuais às atitudes e aos comportamentos preconceituosos ou discriminativos (o que permitia, naturalmente, um desdobramento dos planos de tratamento e de consideração do "negro": o decoro exterior combinado à sua exclusão parcial ou total dos círculos permanentes de convivência do "branco").

Ao entrar em crise a concepção tradicionalista do mundo, duas liberdades fundamentais se tornaram possíveis. Uma, de divergir, sem outros cuidados, das atitudes e comportamentos raciais estereotipados convencionalmente. Outra, de criticar a "hipocrisia" inerente a tais atitudes e comportamentos. Aí, é preciso distinguir, historicamente, as duas orientações que separam, nitidamente, a objetivação das opiniões dos "negros" da objetivação das opiniões dos "brancos".

A nossa análise demonstrou, particularmente ao longo do Capítulo 1 (vol. 2), que o "negro" foi pioneiro nesse processo de reelaboração de uma ideologia racial. Ele atacou, certeiramente e de forma radical, tanto o padrão assimétrico de relação racial, quanto os seus dividendos, expressos nas avaliações etnocêntricas e nas atitudes discriminativas, correlacionadas em torno do "preconceito de cor". No entanto, a sociedade inclusiva ficou surda e muda a qualquer tentativa de diálogo, que circunscreveu todo o

processo aos círculos mais ou menos conscientes e inquietos da “população de cor”.

O mesmo não sucedeu com o lento desabrochar de novas atitudes e avaliações raciais no seio da “população branca”. Na medida em que a crise da concepção tradicionalista do mundo se acentuava e em que a ordem social competitiva se consolidava, as duas últimas situações de contato se configuravam histórico-socialmente e passavam a orientar as percepções e as explicações do “branco” sobre a realidade racial ambiente. Por estranho que pareça, foram os que tendiam para a explicitação e o endurecimento do “preconceito de cor” que avançaram mais na crítica destrutiva do “preconceito de cor” ao velho estilo difuso, encoberto e assistemático. O que importa é que, entre os efeitos circulares acumulativos dessa nova percepção e explicação da realidade racial ambiente, nota-se: 1º – uma desorientação crescente dos que se protegiam sob o escudo dos costumes, negavam a existência do “preconceito de cor” mas aplicavam ao “negro” uma fórmula de congelamento; 2º – uma convergência bem definida entre o diagnóstico da situação racial reinante, feito desde a década de 1920 pelos “negros”, e as verberações à dissimulação, realizadas com intensidade cada vez maior pelos próprios “brancos” que preferem se livrar de constrangimentos exteriores à manifestação ostensiva do “preconceito de cor”.

Doutro lado, os “brancos” que aderiram de maneira íntegra e racional aos requisitos materiais e morais da ordem social competitiva tendem a se apegar a atitudes, avaliações e comportamentos que expõem o padrão tradicionalista de “preconceito de cor” à dura prova. Alguns ainda fazem distinções, como se estivessem divididos entre o passado e o presente. É o caso, muito freqüente, dos que admitem igualdade racial perfeita nas esferas econômica, educacional e política, mas acham que as relações de amizade e o convívio íntimo (nos bares, nos clubes ou no lar) devem ser regulados pelos sentimentos de atração ou repulsão raciais profundos. Outros, porém, vencem lentamente as barreiras anteriores, primeiro com “vergonha” e indecisão, em seguida de modo resoluto, propagando opiniões que defendem a integração completa, sem restrições ou reservas, do negro e do mulato a todas as situações de vida do “branco”.

No conjunto, resulta outro tipo de convergência, agora não só com os objetivos ideais dos movimentos reivindicatórios do “negro”, mas também

com os seus propósitos de classificação e de ascensão sociais. Os “brancos” que caem nessa categoria percebem e explicam, parcial ou totalmente, com grande objetividade e isenção, a realidade racial existente em São Paulo. Ao mesmo tempo, impugnam tanto as manifestações veladas quanto as manifestações acintosas do “preconceito de cor”, retomando a problemática integracionista dos movimentos reivindicatórios do negro e do mulato, embora o façam com relativa vacilação e sem empenho consciente, ardoroso e denodado. Como é muito grande a labilidade da situação de contato global, a sua influência construtiva poderá aumentar continuamente, se a ordem social competitiva continuar a se expandir sem a interferência de conflitos raciais.

Esse complexo e heterogêneo quadro de referência tem uma importância heurística especial. Ele nos ensina que estamos diante de uma realidade multiforme e caótica, na qual se entrechocam as contradições de atitudes, avaliações e comportamentos raciais variavelmente típicos do passado, do período de transição ou das exigências do presente e do futuro.

Se tomássemos, isoladamente, as manifestações discretas do “preconceito de cor”, que se atualizam aos nossos olhos, tanto poderíamos caracterizar o padrão históricocultural que está em crise, como poderíamos evidenciar que existem analogias impressionantes com outras sociedades, nas quais se praticam o preconceito e a discriminação raciais de maneira deliberada, ostensiva e sistemática, quanto poderíamos descrever, por fim, um estado de tolerância mais ou menos completa, inerente à conveniência racial igualitária. A expressão numérica dessas tendências nunca foi determinada.

Mediante um conjunto de entrevistas em que a polarização das atitudes dos “brancos” parecia inconfundível e homogênea (e, portanto, em número bem reduzido), chegamos a estimativas que permitem estabelecer as seguintes proporções: 60%, para o primeiro grupo; 25%, para o segundo; e 15% para o último.[287] Isso sugere que o *eidos*, o *logos* e o *ethos* da percepção e da explicação da realidade racial ambiente, no que diz respeito ao “branco”, ainda se definem através de influências diretas ou indiretas do horizonte cultural tradicionalista. E, o que é deveras mais significativo, que nessa esfera de nossa vida social, onde as coisas não parecem confusas e contraditórias aos agentes, elas se impõem como alternativas.

Na medida em que a pressão exterior para compelir a determinadas escolhas é nula (ou quase nula), tais alternativas não são nem imperiosas nem urgentes. Mas elas existem, confundem os indivíduos e, principalmente, colocamnos diante de um emaranhado de percepções, de explicações e de racionalizações mutuamente exclusivas em conflito insolúvel.[288]

Estabelecidas essas proposições enquadrativas, que situam as totalidades que dão sentido à nossa interpretação da presente conjuntura, devemos passar à análise das bases afetivas, lógicas e éticas do "preconceito de cor", como ele se manifesta em São Paulo. Limitandonos ao essencial, vamos tratar, apenas, de três aspectos: a consciência alcançada socialmente sobre as manifestações do "preconceito de cor" pelo "negro" e pelo "branco"; as explicações que ambos fornecem a tais manifestações; os componentes éticos do comportamento estandardizado do "branco" e do "negro" nas situações sociais em que o "preconceito de cor" se manifesta.

Quanto ao primeiro tópico, é notória a diferença entre o "negro" e o "branco" com referência à capacidade de tomar consciência do "preconceito de cor". Essa diferença pode ser estimada, grosseiramente, pelo volume desigual das respostas obtidas em cada estoque "racial" por meio de documentos pessoais. O material levantado entre os "brancos" – sem que houvesse qualquer intenção deliberada nesse sentido[289] – corresponde a pouco menos de 1/4 de todo o material coligido. É curioso que essa desproporção quase se repete no número de temas ou de itens focalizados espontaneamente pelos entrevistados, pois os "brancos" entram, apenas, com precisamente 1/4 dos dados expurgados.

Em termos qualitativos a diferença é ainda mais flagrante. O "branco" não discerne claramente as diferentes manifestações do "preconceito de cor" e comete lapsos insanáveis no reconhecimento dos efeitos psicossociais ou socioeconômicos que elas desencadeiam. Entre os próprios "brancos" e "negros" circulam explanações que pretendem explicar essas diferenças de percepção e de consciência da realidade racial ambiente. Tudo resultaria de uma espécie de "preconceito do negro", antes vitimado por suas "manias de perseguição" e por suas fantasias compensatórias ou autopunitivas, que pelo "preconceito real dos brancos".

Explanações dessa ordem possuem patente teor etnocêntrico; são mais um sintoma da influência bloqueadora da tradição cultural, compartilhada

por “negros” e “brancos”, que uma fonte de esclarecimentos positivos sobre a situação existente. Não há dúvida de que o estado emocional do negro e do mulato interfere em sua capacidade perceptiva e cognitiva. Mas esse estado nem é uma condição primária da percepção e da consciência da realidade racial nem opera como uma geratriz fatal de erros e deformações. Em nosso entender, o grau de bloqueamento da capacidade de percepção e de consciência não é o mesmo nas duas categorias “raciais”. Na verdade, o grosso da população total – portanto, de “negros” e de “brancos” – tem o seu horizonte cultural obstruído pelos costumes que regulam, convencionalmente, as relações raciais. Todavia, enquanto o “branco” pode ignorar ou permanecer indiferente às conseqüências negativas diretas e indiretas do “preconceito de cor”, com o “negro” acontece o inverso. Elas forçamno a romper a obnubilação condicionada pelo horizonte cultural e a fazer indagações que entram em choque com as imagens correntes da nossa realidade racial.

É preciso atentar para duas coisas. Primeiro, tais indagações respondem a experiências que se repetem continuamente. Segundo, os conhecimentos que elas engendram podem ser testados e selecionados por meio das mesmas experiências, e incorporados à herança sociocultural da “população de cor”. Isso quer dizer, em outras palavras, que existem alternativas configuradas culturalmente, no que respeita à percepção e à consciência da realidade racial; e que essas alternativas são compartilhadas, unilateralmente, pelos negros e mulatos, que alcançam, assim, certas possibilidades de atenuar ou de anular as influências bloqueadoras da tradição cultural. As discrepâncias observáveis no seio da “população de cor” não invalidam essa hipótese geral. Ao contrário, fortalecemna, pois indicam que ocorrem flutuações intensas no modo pelo qual diferentes estratos da “população de cor” participam, simultaneamente, dos elementos universais da tradição cultural e das alternativas oferecidas por sua própria subcultura.

Nas formas de percepção e de consciência do “preconceito de cor”, desenvolvidas pelo “branco”, existem certos elementos gerais. Entre esses elementos, o mais importante e decisivo diz respeito às confusões insanáveis, provocadas pelo horizonte cultural tradicionalista. Tais confusões se objetivam de várias maneiras. Primeiro, numa tendência muito acentuada a ignorar a existência de um “problema negro”. Em documento

típico, redigido por uma informante branca de família tradicional, esta afirma categoricamente: “Suponho que o negro não tem problema. Ele não se sente mal no meio dos brancos e estes sentem-se mal no meio de pretos. Os brancos têm o problema da cor (embora se trate da cor dos pretos)”.

Em seguida, vem a controvérsia relacionada com a existência ou a inexistência do “preconceito de cor”. Uma das pesquisadoras focalizou uma discussão, entre senhoras pertencentes a famílias tradicionais paulistanas, e conseguiu, assim, um bom exemplo.

Uma das senhoras defendeu com convicção a idéia de que “não existe preconceito de cor em São Paulo”, dando como exemplo um médico “preto”, de Santos, que é casado com mulher branca, de ótima família e possui boa clientela branca. Outra senhora se opôs às suas afirmações, dizendo que “o preconceito existe, manifestando-se mais ou menos fortemente, de acordo com a situação, as pessoas envolvidas etc.”. Deu dois exemplos, por sua vez: o de um engenheiro, descrito como “negro retinto”, que respondeu, por carta, a um anúncio de uma firma da capital, ajuntando ótimas credenciais, fornecidas pela escola em que se formou. A resposta foi favorável. “Quando se apresentou para tomar posse do emprego, disseramlhe cruamente que não podiam tomálo por ser preto, que nem teriam cogitado em aceitálo, caso soubessem de sua cor.”[290] O outro exemplo se referia às experiências de uma delegação de médicos de São Paulo, que foi a um congresso de medicina, realizado na Bahia. Na comitiva que os recebeu estava uma médica negra. Isso causou péssima impressão, pois os componentes da delegação paulista consideravam que estariam sendo “tratados com pouco caso”. Devido ao valor daquela médica, porém, acabaram modificando sua atitude. Por fim, tais confusões se associam a inconsistências características. A pessoa afirma que “não tem preconceito” e que é partidária da democracia racial, mas, ao mesmo tempo, expressa atitudes e avaliações que contradizem semelhantes opiniões.

Eis como um estudante universitário, descendente de família tradicional e militante socialista, exprime-se sobre o assunto:

> Sou de opinião que afinal numa democracia todos são iguais e a gente deve tratar o negro bem. É claro que cada um tem o seu lugar e a gente não vai estar a toda hora se metendo com eles; mesmo porque não se deve dar muita confiança, pois o preto sempre desilude a gente um dia; bem diz o ditado que “Preto quando não suja na entrada, suja na saída”. Mas eles têm o direito de progredir na vida se se esforçarem e a gente não pode fazer como nos

> Estados Unidos onde até lincham o preto e onde existe tudo separado para pretos e para brancos. Afinal, isso já é desumanidade; de qualquer forma eles não têm culpa de serem pretos. Acho que a gente não deve fazer sentir que há diferenças entre nós e eles. [...] Quanto a haver preconceito de cor, entre nós, acho que não há. Não há nenhuma daquelas restrições pesadas que há por exemplo nos Estados Unidos. Ninguém proíbe o preto de andar por onde quiser, onde estudar e fazer uma boa carreira na vida. Talvez haja algumas pessoas que tenham preconceito, e considerem que o negro devia ser tratado como no tempo da escravidão. Mas, em geral, nas minhas relações mais chegadas, todos reconhecem que afinal a diferença de cor não é razão para a gente fazer restrições aos pretos, pois ninguém escolhe como vai nascer e eles não têm culpa de nascerem pretos.

Outro elemento dotado de certa generalidade consiste em reduzir o "preconceito de cor" a uma peculiaridade individual e, portanto, negligenciável. Em depoimento feito em público, o informante declarou:

> Sou branco e creio que o preconceito de raça existe no Brasil, como existe em toda parte. Tenho amigos escuros e brancos e sei que o preconceito é uma condição pessoal de cada indivíduo. Há indivíduos que sentem aversão por pessoas, se são negras. E viceversa. E há indivíduos que procuram estudar cientificamente, para encontrar a possibilidade que os pretos e os brancos possam entender-se mais ou menos.[291]

Mesmo em auto-análises essa tendência se faz sentir. Uma das entrevistadoras registrou que uma senhora, de família tradicional:

> [...] disse-me que não tem nenhum preconceito de cor; para ela, pretos e brancos são inteiramente iguais. Não acredita que à cor estejam presos atributos morais ou intelectuais. Todavia, sente-se fisicamente repelida pela pele preta; não sabe dizer por que, pois em criança teve ama de cor e lhe queria muito bem. A repugnância é muito forte e ela se envergonha de tal sentimento, de modo que, se entra num bonde, vendo lugar vazio ao lado de preto ou preta, vai resolutamente sentar ali, para ver se consegue se dominar. Mas até hoje o nojo perdura.

Um terceiro elemento, que merece atenção especial por causa de sua generalidade, é a propensão a reduzir o "preconceito de cor" a um "preconceito de classe". A própria lei Afonso Arinos, que inclui entre "as contravenções penais as práticas resultantes de preconceitos de raça ou de cor", salienta que se tinha em mira a "transformação da mentalidade racista que se denuncia entre nós, principalmente nas altas esferas sociais e governativas do país."[292] Ora, as manifestações do "preconceito de cor" constituem uma ameaça "para a paz social futura" – como rezava o projeto de lei – porque não se confinam às"altas esferas sociais". Mesmo no lúcido

parecer, elaborado pelo deputado Plínio Barreto, esse aspecto foi realçado, como se estivesse em jogo, apenas, a desigualdade socioeconômica dos dois estoques "raciais":

> Se está franqueado a todos o acesso às funções públicas, nem a todos se acha franqueado o acesso a certos círculos sociais. O negro ainda é, para muita gente, um ser inferior, indigno de se acotovelar com o branco e de lhe disputar, na sociedade, a consideração de seus semelhantes [...]. Enquanto o branco mantiver a supremacia econômica que lhe veio dos antigos senhores de escravos, e os pretos continuarem, pela falta de recursos, a constituir as classes mais pobres, os preconceitos persistirão. Não haverá leis que os destruam. Nunca houve lei alguma que pudesse desarraigar sentimentos profundos e trocar a mentalidade de um povo.[293]

Malgrado o que há de verdade nessa descrição verdadeiramente íntegra da situação, pelo que vimos no capítulo anterior não basta reduzir a distância social e econômica entre o "negro" e o "branco" para refundir o padrão das relações raciais. A obstinação em confundir os aspectos visíveis do "preconceito de cor" com algo que às vezes se subestima como "um simples preconceito de classe"[294] fomenta, pois, um verdadeiro impasse.

Existe, ainda, um quarto elemento de caráter geral, que se evidencia nos casos extremos e dramáticos, em que as ocorrências contradizem, clamorosamente, os dogmas da ideologia racial dominante. Tome-se, como exemplo, os episódios vinculados com a rejeição de Katherine Dunham e seus acompanhantes pelo Hotel Esplanada.[295] Ao tratar do assunto, o *Correio Paulistano* salientou que é sabido que "em nossa terra não vingava preconceito de cor. Aliás essa é uma verdade sentida e reconhecida por todos os brasileiros e também pelos que visitam nossa terra. *Muito dificilmente se tem conhecimento da atuação de qualquer brasileiro que viesse a criar condi*ções *capazes de permitir uma conclusão naquele sentido*".[296]

Outro jornal foi mais explícito, como se poderá verificar pelo seguinte excerto: "Parece que afinal o detestável problema, também quer surgir entre nós. Seria um crime que surgisse, e é indispensável por isso mesmo avolumar o protesto que merece. *Certamente é estrangeira a mão que ousou fechar aquela porta*".[297] Semelhante focalização converte o estrangeiro em "bode expiatório", ao mesmo tempo que projeta a tradição racial brasileira como genuinamente democrática. Os próprios "negros" sucumbiram, em parte, a essa deformação, que difundiu uma imagem

superficial e unilateral da realidade, como se as avaliações etnocêntricas e os comportamentos raciais discriminativos lançassem suas raízes na influência exclusiva dos imigrantes e seus descendentes.

Contudo, esses elementos que restringem e perturbam a percepção e a consciência dos padrões vigentes de acomodação racial são compensados e neutralizados por outras tendências, que instauram uma compreensão alternativa relativamente franca e objetiva. Em regra, o "branco" ganha essa compreensão com limitações insanáveis. Mas, quanto maior venha a ser a variedade e a intensidade dos seus contatos com os "negros", maior acaba sendo a sua familiaridade com o assunto e, por conseguinte, sua objetividade. A importância dos contatos não deriva, porém, de uma sorte de infecção dos pontos de vista dos "brancos" pelas "queixas dos negros". É que eles nos obrigam a desdobrar e a medir, através de experiências concretas (que às vezes se transformam em dramas de consciência), os diversos refolhos que disfarçam a duplicidade imperante nas relações raciais. Ao que parece, se o grau de desenvolvimento alcançado pela ordem social competitiva em São Paulo é insuficiente para forjar a elaboração de padrões igualitários de relações raciais, ele já é bastante forte para reduzir e em alguns aspectos eliminar a obnubilação intelectual resultante do acatamento estrito de racionalizações convencionais.

Em conseqüência, a experiência direta, se não muda o comportamento e o caráter das pessoas, altera suas opiniões e as leva a representar a realidade racial com maior realismo. Além disso, onde as exigências específicas do próprio padrão de equilíbrio da sociedade de classes entram em conflito com os costumes estabelecidos, estes sofrem ataques frontais. A diretoria da Seção de Colocação dos Trabalhadores da Delegacia Regional do Trabalho, por exemplo, levou a público fatos que, no passado, somente os líderes dos movimentos "negros" debatiam francamente: "A nossa Seção não conseguiu, até hoje, colocar sequer um dos trabalhadores de cor que se candidataram a empregos em escritórios. Como conseqüência, algumas vezes indivíduos com ótimas qualificações são inaproveitados. É o caso de pessoas que nos procuraram recentemente e que tinham curso científico completo, havendo, outrossim, um contador nas mesmas condições".[298]

As entrevistas com chefes de seção de pessoal de algumas grandes organizações privadas revelaram, do mesmo modo, que algumas empresas foram forçadas a optar entre a supressão de certas restrições raciais

sistemáticas e a insuficiência permanente de mão-de-obra. Embora essas pressões não afetassem por igual todas as empresas e todos os níveis de emprego, elas sugerem quão difícil vem a ser a defesa de certos costumes e dos véus que os encobriam.

Como o "negro" não participa proporcionalmente de todas as situações de classe, configuradas historicamente, sua presença na vida ou na visibilidade do "branco" é extremamente variável. Isso faz com que a capacidade de percepção e de consciência do "problema do negro", por parte do "branco", seja amplamente condicionada pelas perspectivas de interação racial, abertas ou reguladas pelas situações de classe. Em dois pontos, apenas, a qualidade da percepção ou das informações adquire importância especial. De um lado, os indivíduos pertencentes às "classes médias" algumas vezes ocupam posições estratégicas na estrutura de determinadas instituições. Se estas contam com algo como uma "política racial", formal ou informal, cabelhes colocála em prática e zelar para que as coisas se passem de acordo com as prescrições dela resultantes. Assim se explica por que pessoas com convívio superficial, esporádico ou nulo com o negro e o mulato alcançam conhecimento penetrante de aspectos da realidade que nem estes últimos surpreendem com certeza.

De outro lado, os intelectuais constituem uma categoria à parte. Os resultados das entrevistas demonstraram que, independentemente da situação de classe,[299] o intelectual tende para um padrão de objetividade e de franqueza quase similar ao revelado pelo próprio "negro" conscientemente inconformista. Ao que parece, o intelectual toma, com freqüência, uma atitude radicalista, que estimula o equacionamento da "situação do negro" como um *problema moral.* Nesse caso, a qualidade da percepção se põe em primeiro plano, entrando em jogo alguma intenção desmascaradora (em regra, voltada contra o próprio "branco"). O seguinte documento, escrito por ilustre jornalista de estirpe brasileira tradicional, indica a amplitude de visão e a extrema independência que regulam a apreensão da realidade:

> Sim [existe preconceito de cor em São Paulo], e o aprofundamento da "linha de cor", à qual o benevolente feudalismo entre os nossos avós foi mais ou menos indiferente, é mesmo um dos traços característicos do desenvolvimento monstruoso (emprego o adjetivo sem conotação moral) de São Paulo (capital e Estado). Por sabidos motivos de ordem econômica e estatística, os restos da população escrava do Brasil tendiam a ser cordialmente

> reabsorvidos numa sociedade mais ou menos mestiça na qual mesmo os “puros” não deviam mexer muito no problema das próprias origens. O institucionalismo da solução empírica em que muitos observadores estrangeiros e nacionais viram precipitadamente a inauguração de uma “democracia racial”, vai cedendo lugar a um confuso campo de batalha onde opera de modo larvado, é verdade, porém cada vez mais, o preconceito de cor. Algumas razões de ordem geral podem ser sugeridas para explicar a sua sobrevivência, ou melhor, a tendência atual a constituir-se como fato normal e exteriormente à divisão de classes, uma “linha de cor”: 1o – o conflito de interesses entre o trabalhador nacional e o imigrante estrangeiro, conflito que, sempre latente, é agora patente nas novas condições de industrialização do país; 2o – a incapacidade geral do Estado, a resolver certos problemas gerais (educação popular e fixação do homem ao solo); 3o – a demagogia dos mentores do Estado e dos partidos políticos (por exemplo, a chamada lei Afonso Arinos que, longe de estancar, sanciona o preconceito); 4o – a própria atividade gregária e associativa dos negros multiplicando a possibilidade de surtos ocasionais do preconceito inverso (defesa contra o branco).

Tentaremos explicar, por meio de alguns exemplos, como as manifestações do “preconceito de cor” são retidas no campo de percepção e de consciência nos diferentes níveis sociais. Na “classe baixa” se nota certa flutuação nos conteúdos e formas de percepção, que se prendem, provavelmente, a diferenças de socialização. Quanto mais próximo o indivíduo esteja do mundo rústico brasileiro, mais dificuldades encontra em estabelecer distinções essenciais; quanto mais egoenvolvido esteja o indivíduo no mundo urbano, mais claras são suas noções sobre a situação do negro e do mulato.

Assim, segundo um pedreiro, recémvindo do interior, e cujo avô era “preto” (descrito como “do tipo caboclo morenobranco”), “no Brasil não há preconceito por causa da cor. As barreiras são por questões de família. As intrigas é que fazem as pessoas brigarem. Trazem separação”. Não obstante, observou que na capital, como no interior, “há muitas pessoas que não deixam de jeito nenhum a filha ou a irmã casar-se com preto. Acham indecente que uma branca ande na rua com um saco de carvão. Isso não se explica senão pela cor. Não é que achem o preto inferior ao branco, nem que tenham ódio ao negro. A questão está na diferença da cor”. Em seu entender, “os austríacos, os alemães, os polacos, os checoslovacos etc., não querem saber de pretos. Só aceitam empregados morenos quando não podem arranjar outros [...]. Não querem saber de preto de jeito nenhum. Os italianos também, mas agora menos. Essa mania está terminando, entre eles”.

Um comerciário, também vindo do interior mas com longa permanência em São Paulo, descendente de italianos e brasileiros, patenteou maior penetração. Segundo suas observações, na firma onde trabalhava "jamais aceitariam um preto para qualquer serviço. O patrão não só não gosta de pretos, mas tem medo deles". Na cidade onde vivia, faziam uma separação estrita entre "negros" e "brancos" no jardim. Por isso, ficou atento ao que acontecia em São Paulo. Descobriu que "o preto não é bem visto na sociedade; [...] acham que preto não presta, é desordeiro e não é honesto. [...] É fácil obter bons empregos em São Paulo, contanto que não se seja preto [...]; principalmente os estrangeiros, que têm tudo nas mãos deles, não dão lugar nenhum para os pretos. Eles acham que o negro é ladrão, que não merece confiança".

Confessou que, antes de casar, possuía amigos pretos, embora nenhum fosse "amigo íntimo". Depois de se casar, não visitou nem foi visitado por esses amigos. "Isso é freqüente com todos. Quando somos solteiros, nos reunimos muito, para muitos fins. O casamento e a vida de família corta a vida de solteiro. Se um preto me visitasse em casa, eu o receberia bem. Mas não tomo a iniciativa de reatar as relações com os ex-amigos pretos." Quanto ao intercasamento, adiantou: "Ninguém gosta de casar filhas, irmãs e parentes com pretos. Eu mesmo não acho boa a idéia. Em geral, em São Paulo as pessoas que conheço fazem tudo que podem para impedir isso. Só no interior ocorrem tais casamentos, de medo dos pretos macumbeiros. Acham que é macumba e que é perigoso não deixar casar com o macumbeiro". A situação reinante nos Estados Unidos atraía sua atenção. Pensava que ela prova que pretos e brancos são iguais e que a separação foi um estímulo para os primeiros.

Por sua vez, um carpinteiro, descendente de franceses e brasileiros, que nasceu e se criou na Bela Vista, mostrou amplo conhecimento dos dilemas enfrentados pelo "negro". "Eles [os pretos] têm razão de ter consciência do preconceito e de reagir contra ele. Não é brincadeira o que acontece." Exemplificou com a firma, na qual trabalhava (um laboratório): "[...] tinham a mania de não aceitar pretos. Há pouco tempo é que começaram a aceitálos em trabalhos manuais. Não havia outros". Também, relatou vários casos de rejeição de candidatos a empregos mais ou menos modestos, por causa da cor. "O preconceito contra o negro é muito forte, embora se pretenda dizer que o brasileiro não tem preconceito. Mesmo entre pessoas

pobres ele existe. Mas é muito menor que o revelado pelas pessoas ricas. Os pobres têm menos preconceito por causa da convivência obrigatória com os pretos, no trabalho e como vizinhos." A convivência seria maior no trabalho, pois muitos evitariam "levar para casa os colegas pretos" [...]. "Os brancos tratam os colegas pretos como se não tivessem preconceito." Todavia, este se revelaria, indiretamente, de três maneiras:

> (1) nas brincadeiras de mau gosto, a que expõem os colegas pretos, tratando-os pejorativamente e maldosamente. Como se estivessem brincando, mas com a intenção de humilhálos; (2) nas tentativas de evitar o estreitamento das relações com os colegas pretos. Esses são os que têm maior preconceito. Evitam toda intimidade, circunscrevendo as relações às exigências do serviço; (3) nos comentários.
> Mesmo os que parecem não ter nenhum preconceito e dão margem a que se pense que a cor não conta para eles, patenteiam o preconceito que têm contra os negros pelos comentários que fazem por detrás. Essa é a regra. Comentam tudo que os colegas pretos fazem, com a intenção desfavorável. Menosprezam o seu caráter e as suas ações. São sempre comentários maldosos e depreciativos.

No conjunto, pois, a experiência concreta não só orienta mas circunscreve a percepção da realidade racial. Dois pontos merecem, não obstante, ser ressaltados nesta exposição. Primeiro, os sujeitos separam o "preconceito de cor" de outras influências. Aliás, a respeito seria interessante mencionar os resultados da entrevista de um tapeceiro. Ele reconhecia que "a maior parte das pessoas evitam ter relações ou negócios com eles" e sabia que na firma, para a qual trabalhava, "os patrões não gostam de pretos". No entanto, salientou que os "pretos" perdiam bons empregos não se candidatando às colocações oferecidas por aquela firma. Segundo, é preciso notar que os "brancos" de diferentes grupos nacionais, étnicos ou raciais procedem a retaliações recíprocas. Uns procuram lançar nas costas dos outros a parte por assim dizer mais odiosa ou vexatória. O seguinte trecho da entrevista de um contínuo permite apreciar claramente essa influência:

> Minha família tem, e muito, preconceito de cor. Meus pais são portugueses e meus irmãos brasileiros, mas todos têm preconceito.[300] [...] Moramos no Brás, na parte central do comércio. Não sei se foi por terem sempre morado ali, no meio de italianos, que eles adquiriram esse preconceito. Talvez tenha havido influência, porque o italiano é o povo com mais preconceito que conheço. Eles não só têm preconceito como não procuram esconder. Por exemplo, no Rio o povo é bom. Trata todo o mundo bem. Não sei se têm preconceito, mas pelo menos não mostram. Tanto tratam bem um branco, como um de cor. Em São Paulo

> a educação do povo é muito diferente e eu acho que é influência dos italianos. O italiano é um povo que considera todos os outros povos inferiores. Quando tratam bem ou elogiam uma pessoa de outro povo ou cor, é pura hipocrisia e, em geral, é por interesse. Sentem desprezo não só para com os negros como para todas as outras raças e povos. Apresentam nas discussões uma falta total de educação. Exaltam-se e quando discutem sobre qualquer coisa, e principalmente quando querem demonstrar superioridade pessoal, fazem de um modo que a gente chega a ficar com complexo de inferioridade.

Não dispomos de espaço para mencionar os vários tipos de documentos pessoais, coligidos entre pessoas de "classes médias".[301] Em regra, essas pessoas só deixavam de perceber a realidade racial de acordo com o prisma moldado pela tradição cultural quando se defrontam com casos sintomáticos. Ou é a donadecasa que precisa dar assistência a uma empregada "preta" que está com dor de dentes. Vai a vários consultórios, na Vila Mariana, alguns deles vazios, e não consegue ser atendida; insiste, mas lhe dizem que é impossível atender pois não haviam marcado hora. "Eu disse que então marcávamos uma hora. Respondeu que não podia. Estavam com todas as horas tomadas." Por fim, a esposa de um dentista, que estava ausente do consultório, dispõe-se a fazer um curativo e depois arranja com o marido o tratamento da paciente. "Ela foi tratada porque tivemos a sorte de encontrar a mulher do dentista. As mulheres têm melhor coração." Ou é o funcionário que observa o procedimento do chefe de seção, do gerente ou do patrão, vendo como eles evitam a admissão ou a promoção de "empregados de cor". Ou é o chefe de seção de pessoal ou o gerente que recebe ordens expressas de "não admitir negros no serviço", às vezes "sem nenhuma exceção" ou "com tais e quais exceções".

Em conseqüência, seus focos de percepção da realidade são muito estreitos. Mas lhes fornecem convicções firmes e um conhecimento mais ou menos matizado. O gerente de um banco se espantou que alguém pudesse duvidar da existência do preconceito de cor em São Paulo. Parecialhe que ele é forte e evidente. O chefe da divisão de pessoal de uma grande organização industrial, cuja matriz está em São Paulo, adiantou que o preconceito de cor flutuava do norte ao sul do país (de um mínimo para um máximo de intensidade). Segundo suas observações, ele é mais moderado em São Paulo que no extremo sul.

Os que não dispõem de um sistema de referência exterior por vezes contam com recursos intelectuais mais refinados. Partem, então, da

autoanálise e chegam a conclusões igualmente interessantes. Uma advogada e funcionária pública, de estirpe luso-brasileira, por exemplo, aponta o seu "horror físico à empregada negra" e adianta que o marido compartilha da mesma disposição.

> Eu não suporto passar pela rua Direita à noite de sábado ou domingo por causa da quantidade de pessoas de cor. É tudo negro! [...] Os pretos e brancos não são iguais. Eu sei, porque estudei sociologia e psicologia, que as diferenças de comportamento provêm muito mais das condições sociais que da cor. Mas são diferentes. Nunca aceitaria namorado e muito menos marido negro.

Outro exemplo nos é fornecido por uma senhora que possuía curso superior e era professora de línguas:

> Veja, você, agora que falamos em preconceito nesse sentido íntimo, eu me recordo. Sobre aquele casal que mora em Vila Nova Conceição (médico negro casado com uma alemã) [...] Uma vez, conversando com uma amiga, ela disse-me: "Como essa moça aceitou um marido preto?! Mesmo que seja educado, fino, enfim com tudo que um homem possa ter para agradar... não sei! Eu acho que não teria coragem de ser mulher... de dormir com um negro!". Eu lembro. Nesse momento também pensei nas intimidades da noite e senti um arrepio passar pelos meus nervos. É engraçado!... A gente pensa que não tem nenhum preconceito e, num certo ponto, a gente sempre tem!

Até um pequeno incidente pode abrir uma fresta para a apreciação da realidade, como nos sugere um documento, escrito por uma professora licenciada em pedagogia: "Não deve haver preconceito contra o preto. Eu não tenho preconceito senão para casar. Mas é muito difícil uma 'isenção' perfeita. Outro dia eu mesma (reconheço que fiz mal) fiquei com raiva da proprietária e disse:

'Está fazendo um papel de negro!'. Eu me surpreendi com isso, mas o que eu queria era ofender bastante".

A documentação coligida evidencia a ocorrência freqüente de três tipos de viés. Primeiro, a combinação do reconhecimento franco com uma indiferença complacente diante do "problema racial". Assim, um educador revelou que o preconceito de cor é muito forte, não só em São Paulo mas no resto do Brasil. Contudo, ele está condenado ao desaparecimento, graças à diluição progressiva dos "pretos" na população branca. "Essa é a tendência. É claro que demorará séculos. Mas, no futuro, não existirão mais preconceitos entre nós."[302] Segundo, embora o estrangeiro também seja

muito focalizado, o “paulista antigo” tende a ser o bode expiatório predileto nesses níveis sociais. Assim, uma funcionária pública e estudante de direito declarou à entrevistadora:

> Eu acho que o fato de poucos pretos ocuparem cargos superiores é devido ao preconceito dos brancos. Você sabe. Embora não haja nas leis qualquer referência ou impedimento à subida de pretos – e olhe que para um estudo examinei toda a legislação da República! – os cargos aqui no Brasil são “dados” às pessoas amigas de quem os dava e por isso os pretos foram sempre excluídos na distribuição dos mesmos. Ficavam para os amigos, os afilhados, os filhinhos de papai de quem os dava, e como os mandões eram de família “dos quatrocentos anos” e brancos, só davam para pessoas do seu grupo. É por isso que as pessoas de cor, mesmo quando têm capacidade, não conseguem subir.

Outro documento, de um contadorbancário, ítalobrasileiro, é ainda mais expressivo:

> É claro que existe [preconceito de cor em São Paulo]. Eu já observei que os paulistas é que têm maior preconceito contra eles [os pretos]. Especialmente os antigos. Eu vejo lá no banco e aqui no bairro [Brooklin Paulista]. São eles que falam mal dos pretos e vivem atacando os pretos por causa de qualquer coisa. O preto é ladrão, o preto é malandro, etc. Das outras raças, os italianos são os que têm menos preconceito contra os pretos. No interior, muitas italianas se casam com pretos. Agora os judeus são uma raça filho da puta. Eles não valem nada. São os que têm mais preconceito. Mas não é só contra os pretos. É contra todos os brasileiros. Depois deles vêm essas raças de alemães, de húngaros, de suecos. Agora, os portugueses são os que odeiam mais os pretos. Eu tenho observado. Não sei se você também já observou isso. Porque dizem que os portugueses andam atrás das pretas, eles não gostam disso. De fato, quase todo português tem algum parente preto. É só procurar, a gente acha. Então eles metem o pau no negro. Não gostam de ouvir essas coisas.

Terceiro, nos segmentos das classes médias mais afetadas pelos efeitos da modernização e da secularização da cultura, o “preconceito de cor” tende a ser focalizado com severidade inconformista. Uma professora de meiaidade forneceu uma resposta característica: “Creio que o preconceito é um sinal de ignorância. A cor não é responsável pelo nível social, pelo comportamento do indivíduo. São as condições sociais que atuam sobre ele, determinando tal posição ou tal comportamento”.

Nas parcelas das gerações ascendentes, incluídas nessa rede de efeitos, a condenação assume forma veemente. Uma jovem estudante universitária escreveu, em seu documento:

> Pessoalmente considero o preconceito como uma nódoa imunda, que existe entre nós [...]. Acho esse preconceito uma coisa estúpida, despida de qualquer lógica. Acho uma coisa descabida, mormente entre gente civilizada, que nos gabamos de ser [...]. Sabemos que cientificamente nada foi provado quanto à superioridade do branco em relação ao negro, sabemos tudo isso e mais, mas ainda continuamos a olhar o preto como um leproso. Quando é que um verdadeiro 13 de Maio raiará em nossa terra?

Esse viés exerce limitada influência na situação de contato, porque são pouco numerosos os círculos das classes médias afetados profundamente pela revolução intelectual provocada graças à modernização e à secularização da cultura. A grande massa, nessas classes sociais, continua a temer as conseqüências degradantes ou desabonadoras das "relações com pretos". Por isso não é de admirar que, no seio dela, seja cultivado o ponto de vista inverso, expresso na seguinte resposta de um jornalista e cronista parlamentar ao entrevistador:

> Tudo o que eu disser sobre preconceito fica prejudicado, porque eu o tenho. Acho mais: devíamos organizar associações para acabar com os negros. Não sei se a razão desta minha atitude tem origem no fato de que, para ir à estação de rádio, tenho de passar pela rua Direita todas as noites e ver aqueles pretos por ali vagabundando, malandros... Essa presença me faz mal.

Os documentos colhidos por meio dos questionários de observação em massa demonstram, por outro lado, que as pessoas de classe média mais ou menos intelectualizadas alcançam uma inteligência global consistente da situação do negro e do mulato na cidade. Dada a extensão desses documentos, é impossível transcrevêlos, mesmo seletivamente. A título de exemplo, vamos citar, apenas, alguns trechos de um deles, escrito por uma jovem de estirpe brasileira:

> De um modo geral, pode-se dizer que o negro está em contato permanente com os brancos. Basta que saiamos de casa, (se não temos um empregado preto) para que entremos em contato com a gente de cor [...]. A relação vulgar, dos bondes ou ônibus, das ruas ou mesmo dos bares, é uma coisa banal, e quase nem nos apercebemos se andamos ao lado de um preto ou de um branco. Já nas salas de aula e nos locais de trabalho a coisa se complica um pouco. "Não é que eu não concorde em que os pretos trabalhem na firma. O que não admito é que ocupem lugares bons, onde poderia estar um branco." Esta é a mentalidade da maioria dos funcionários públicos, empregados comerciais e da indústria, em São Paulo. E que mentalidade! [...] Uma amiga minha diz que isso "são reminiscências do tempo em que os parentes dessas pessoas tinham escravos. Eles herdaram esse preconceito racial". E eu fico

pensando que as histórias do Brasil estão muito erradas, pois todas dão um número bastante reduzido de famílias que podiam ter escravos [...].

Aqui, na Aclimação, é bastante reduzido o número de pretos. Na minha rua existem umas 15 empregadas de cor, distribuídas pelas diversas casas, existe o moço que trabalha no açougue, e que está estudando piano comigo, há o farmacêutico prático, e o servidor de café, no bar. Os cobradores de ônibus, são poucos os de cor. E de um modo geral há um ambiente carregado quando uma pessoa de cor entra no ônibus. Porque a Aclimação é um bairro de grãfinos, e os grãfinos não admitem a igualdade de classes porque lêem revistas americanas, e têm um notável espírito de momice. Então, se o preto estiver bem vestido, há uma hostilidade latente, um chispar de olhos, que não se sabe bem se é preconceito ou se é inveja. [...]

As empregadas, geralmente, habitam os porões das casas residenciais, quando os há; ou esses comuníssimos quartos construídos sobre as garagens. Poucos os pretos que aparecem na igreja, e não há clubes no bairro. Na Liberdade, meio caminho da cidade, há um Salão Progressista, do P.S.P., freqüentado exclusivamente por pretos, e que tem no andar térreo um cabeleireiro alizador. As famílias finas do bairro se recusam admitir empregadas pretas, o que provoca de um modo geral hostilidade e rancor das mulatinhas e negras da minha rua [...]. Com raras exceções, os pretos se comportam da mesma forma que os brancos, relativamente à classe social que ocupam. Exceto uma certa timidez e retraimento, e quase sempre um complexo de inferioridade, trabalham e vivem normalmente, sem procurar se desentender com os brancos [...]. Não é que exista neles, propriamente, uma preferência pelos clubes dos homens de cor. O que acontece é que os clubes de brancos geralmente opõem objeção, e barram mesmo de maneira escandalosa a entrada dos pretos. De maneira que a segregação racial vai se tornando de hora a hora um problema de mais difícil solução e de maiores proporções. Ligue-se a isso o fato de que “bar onde entra preto é lugar de cafajeste”, e teremos por que se estabelece de maneira tão sensível esse complexo de cor [...].

No seu círculo de relações contam com maior número de pretos que de brancos, porque os brancos não querem ter relações com os pretos. Não temos no Brasil o problema racial dos Estados Unidos. Os negros não se tornam uma classe fechada, que se recuse a manter relações com os brancos. Estes é que têm feito muitas e boas para segregar o negro, que não conseguem, até hoje, conceber como homem livre, como um igual. Se o problema do negro chegar a assumir no Brasil as proporções que adquiriu nos Estados Unidos só haverá um grupo culpado: o dos brancos. O problema se agrava nas cidades [...].

Os casos de preconceito de cor surgem diante dos olhos a todo momento. Ora é o cavalheiro ou a senhorita que prefere viajar em pé nos ônibus ou bondes para não se sentar ao lado de pretos. A barragem dos pretos em bailes e festas é também uma coisa freqüente e inegável. O caso do Hotel Excelsior, recusando-se a hospedar a notável bailarina americana Katherine Dunham, revela bem o espírito que vai se desenvolvendo pouco a pouco entre a alta burguesia, que eu considero, como já disse, antes de momismo que de preconceito [...].

É comum a existência de fábricas que recusam serviços a moços de cor. E os jornais registram diariamente anúncios de pessoas que procuram empregada branca. Esses anúncios são geralmente dos bairros finos da cidade (Jardim Paulista, Jardim América, Aclimação, Jardim Europa, Higienópolis). O preconceito aumenta com o dinheiro.[303]

Os componentes da “classe alta” encontram maior dificuldade em tomar consciência da realidade racial. A área de contato informal e simpático com

o “negro” é tão reduzida e tão regulada, que os casos dramáticos ou chocantes raramente se tornam conhecidos. Ainda assim, eles abrem algumas frestas, que permitem ver certos aspectos da situação independentemente dos estereótipos raciais e das avaliações etnocêntricas. Com freqüência, os casos mais debatidos dizem respeito ao intercasamento. Experiências dolorosas são retidas e amplamente utilizadas como fonte de comprovação de que “o preconceito existe” ou de que ele “é muito forte”, como se pode ver através de exemplos descritos.[304]

Portanto, ao contrário dos membros da “classe baixa” – que elaboram experiências –, das “classes médias” – que lidam com experiênciaschave –, os membros das “classes altas” dependem de experiências por assim dizer limites, que põem em choque as próprias bases morais da concepção tradicionalista do mundo. Um ilustre professor universitário, de família rica e altamente conceituada, *verbigratia*, disse ao entrevistador:

> Sem dúvida existe [preconceito de cor] em São Paulo. Pode ser que em outros estados haja maior harmonia. Em São Paulo, porém, ele existe e é muito forte. Só que se manifesta sem violência. Para conhecer isso não é preciso fazer uma pesquisa. Todos nós o sabemos. Há até muitos casos tristes, nas relações entre brancos e pretos. Embora não seja violento, como nos Estados Unidos, e de ter uma forma especial, que leva à permissão do convívio com o preto, em determinadas esferas, ele aparece quando uma pessoa toca em coisas íntimas. Mesmo na Bahia um homem branco se revoltaria diante da idéia de ceder sua filha em casamento a um preto.[305]

A perspectiva social de extensa parcela da “alta sociedade” é claramente dominada pela aceitação do padrão de relação racial tradicionalista como algo socialmente “normal” e “necessário”. Daí decorre, em alguns círculos, não só a reação típica, já discutida anteriormente, de que “há preconceito e está certo”, mas uma tendência insopitável a perverter os dados da experiência concreta. Tal coisa transparece claramente em três níveis distintos. Primeiro, na propensão a inverter as baterias. As “queixas” ou “insolências” do negro e do mulato são voltadas contra eles próprios, como se o “problema negro” não consistisse na prevenção do branco contra o negro, mas na prevenção do negro contra o branco. Assim, aquele é que estaria se segregando e criando o “problema negro entre nós”. Segundo, na incapacidade relativa de aceitar com bom humor ou com eqüidade os efeitos da democratização da riqueza, do prestígio social e do poder, que chegaram a se refletir no comportamento do “negro”. Tome-se como

exernplo a “empregada negra moderna”. Sua maneira de se vestir, sua independência no falar ou no agir e, especialmente, sua autonomia em face da família empregadora excitam uma obnubilação quase completa da razão. É como se tudo estivesse apodrecendo e o “negro” fosse o barômetro da subversão da ordem moral. Terceiro, na incapacidade de receber com sanguefrio e com objetividade a reação crítica do “negro” às manifestações reais do “preconceito de cor”.

Por ocasião da pesquisa, contamos numa das reuniões com a presença de um intelectual pertencente a uma tradicional família de fazendeiros. Ele ouviu atentamente os depoimentos dos colaboradores negros e mulatos; no fim, pediu a palavra para contestar as suas afirmações. No dia em que se realizava outra reunião, ele foi convidado a comparecer. Negou-se terminantemente, dizendo: “Eu não vou lá. Aqueles ligas têm mais preconceito que nós. Eles enchem o saco da gente com as idéias deles”. Trata-se, na verdade, de uma versão atenuada da antiga intolerância que condenava o “negro”, no passado, ao sofrimento mudo e passivo. Ainda assim, ela é sintomática, pois evidencia que se opõe uma resistência concentrada aos fatos ou ocorrências que poderiam abalar formas de compreensão mistificadas da realidade racial brasileira. Doutro lado, deve-se levar em conta influências de sentido contrário, que contribuem para desarmar os espíritos.

Primeiro, a liberalização crescente das esferas de autonomia do indivíduo torna impraticável manter certos controles exteriores. Isso redunda, na esfera da acomodação racial, num abrandamento indireto das relações entre “negro” e “branco”. Assim, seria impraticável impedir, atualmente, o casamento da filha ou da irmã com um “negro”. Podemos focalizar essa possibilidade através dos resultados da entrevista com um médico. Ele indicou que “a sociedade os vê [aos pretos] como elementos pouco dignos de pertencerem a ela”. Mas acrescentou: “Não me sentiria com força moral para intervir no casamento de uma irmã ou filha (com um preto), se se dispuserem a enfrentar a reação da sociedade. Isso é lá com elas”.

Por aí se vê que a tolerância que se está configurando não elimina as compulsões proibitivas, mas as transfere da sociedade para o indivíduo (o controle social deixa de ser exterior, para se tomar subjetivo). Ao mesmo tempo, constata-se que ela prescinde (ou é alheia) a qualquer reciprocidade de perspectivas, nas relações do “branco” com o “negro”, compadecendo-se

antes com a justiça do “eu lavo as mãos”, do que com os princípios de uma eqüidade democrática.

A moral da história é fácil de deduzir. Nem sempre (para não dizer raramente), a aceitação de comportamentos aparentemente mais tolerantes contém uma mudança qualitativa da mentalidade dos agentes. O “preconceito de cor” pode ficar mais sufocado e escondido. Nem por isso ele cede lugar à simpatia e à comunhão. O que significa que um certo tipo de cegueira incurável continua a tapar a visão do “problema negro” por parte dos componentes da “alta sociedade”.

Segundo, esta também se expõe aos influxos da modernização e da secularização da cultura. Em conseqüência, em seus círculos mais ou menos intelectualizados, em que não prevalece a adesão manifesta ao “preconceito de cor”, esboçam-se tentativas de superação de um estado de espírito considerado obsoleto e degradante. Eis como esse esforço é descrito por uma jovem universitária:

> Quanto à minha atitude geral frente ao problema do preconceito devo dizer sinceramente que procuro evitar sentilo todas as vezes que posso. Isto é, que procuro racionalizálo cada vez mais. Em certas ocasiões, contudo, não posso deixar de sentir certas manifestações que só depois de consciente conseguem ser racionalizadas. Freqüentando eu, em certa ocasião, uma piscina de estação de água aconteceu-me o seguinte. Ao dirigir-me para o vestiário vi um indivíduo de cor parda bem escura mergulhar na piscina. Meu primeiro pensamento foi: “Mas como permitiram a entrada desse indivíduo aqui?”. Depois, entretanto, reagi não dando mais importância ao caso e mais tarde vim a saber que o indivíduo em questão era o guarda ou por assim dizer o homem que tomava conta da piscina. Atendia quase diariamente aos banhos, creio que por uma obrigação de sua profissão e também, talvez, para resolver casos de acidentes. Ao saber disso não pensei mais no assunto e sempre que podia conversava ou gracejava com ele. Todavia, essa primeira reação minha permaneceu tão viva em meu pensamento que até hoje me é um pouco desagradável lembrar-me dela e escrever sobre ela. É, para mim, uma prova evidente de certa falta de controle racional sobre certas situações. E também mais uma prova de que, se tais reações se verificam em pessoas “atentas” e de certa formação, que diria daquelas que não têm, diante de si, nenhum problema relativo a uma atitude científica da questão racial.

Como já acentuamos, o “negro” não é menos produto da situação sociocultural que o “branco”. No entanto, ele possui elementos suplementares para romper e, até, insurgir-se contra as limitações das formas existentes de percepção e de consciência da realidade racial. As experiências concretas nem sempre são elaboradas de modo radicalmente construtivo. Mas elas têm a seu favor uma influência excitante: os

interesses e as aspirações sociais, condicionados ou alimentados pela situação da "raça" do negro e do mulato, alargam e aprofundam sua capacidade de perceber e de conhecer aquela realidade. O sofrimento, a vergonha e a revolta, isoladamente ou em conjunto, levamnos ao fundo do abismo. Em conseqüência, suas cogitações não param no limiar das exterioridades. Elas se voltam em todas as direções e apanham, por igual, tanto o agente, quanto a vítima do "preconceito de cor".

O "branco" descobriu algumas facetas da "culpa do negro" pela situação imperante e chegou a vislumbrar vários aspectos do "preconceito do negro contra o negro". Contudo, ele nunca foi mordido pela tortura que dilacera o equilíbrio psicológico e moral do "homem de cor". Não precisou, sequer, ver-se diante do espelho, quanto mais descer aos subterrâneos das intenções ou dos comportamentos humanos e da vida social organizada! Sem dispor de técnicas psicológicas, sociais e culturais adequadas – por vezes ainda na penumbra de uma herança sociocultural rústica –, o "negro" realizou essa proeza, superando-se a si próprio e às limitações da tradição cultural na compreensão das dimensões generosas ou sombrias do padrão brasileiro de "democracia racial". Contra a pressão moral, vinda dos "costumes" e da resistência passiva ou ativa dos "brancos", destroçou um a um os vários véus que adulteravam a percepção e mistificavam a consciência da *realidade racial brasileira.*[306]

Não obstante, a percepção e a consciência das manifestações e efeitos do "preconceito de cor", por parte do negro e do mulato, apresentam certas debilidades características. Primeiro, como sucede entre os "brancos", existem várias fontes crônicas de bloqueamento parcial ou total do horizonte cultural do "negro". Assim como o "branco", mostra-se contraditório, perplexo e desorientado em proporções consideráveis. Há o "negro" que compartilha da opinião geral, consagrada oficialmente, e que escreve, na resposta aos formulários de observação em massa: "Sim, com orgulho, de fato no Brasil não existe o preconceito de cor".[307] Há, ao mesmo tempo, o "negro" de opinião vacilante. As entrevistas de um contador nos oferecem uma ilustração típica:

> Não tenho certeza se o que existe em São Paulo é preconceito ou alguma coisa que tem outro nome. [...] O branco não tem confiança no negro. Isso sim. O negro não sabe fazer as coisas. Não teve tempo de preparar-se como os brancos. Daí surgirem as atitudes dos brancos contra os negros. Mas se os negros se preparassem e se igualassem aos brancos,

> seriam aceitos por eles e tratados de outra maneira. [...] Não sei se existe mesmo preconceito ou se é outra coisa, devida à desconfiança do branco e à incapacidade do negro de comportar-se como o branco espera.

Por fim, há o "negro" que perfilha opiniões contraditórias. Na análise das convergências, reduzimos as variantes contraditórias a três fórmulas básicas:

(a) Os sujeitos negam, com veemência oscilante, a existência do "preconceito de cor". Mas admitem, francamente, que "não adianta lutar contra o preconceito" (em entrevista com uma bailarina mulata escura, por exemplo, colhemos as seguintes opiniões típicas, logo após uma reunião para debater o assunto:

> Só disseram mentiras. Não sei como alguém pode mentir desse jeito, tão descaradamente. [...] Não existe preconceito em São Paulo. O negro é recebido em toda a parte e é bem tratado pelos brancos [...]. Entrei em todos os lugares. Como bailarina, fui fazer minhas danças folclóricas onde muito branco bom não chega. Nessas famílias da *elite* e nessas famílias francesas [...].

Adiante, porém, asseverou com naturalidade: "Não adianta nada a gente querer lutar contra o preconceito de cor e para melhorar a situação do negro. Não há união entre os negros" etc.).[308]

(b) Os sujeitos negam, também com veemência oscilante, a existência do "preconceito de cor". Mas pregam, simultaneamente, as vantagens da segregação aberta e sistemática. Ao entrevistar um jovem foguista negro, por exemplo, a pesquisadora coligiu as seguintes opiniões típicas:

> Não acho que haja distinções, desde que o indivíduo possua habilitações [...]. Não acho que os pretos sejam prejudicados pelos brancos, em particular, mas sim pela situação econômica em que geralmente se encontram [...]. Sei alguma coisa da situação nos Estados Unidos, das lutas e dos preconceitos. Mas acho que essa situação é melhor do que a daqui, porque estimula os pretos a se unirem e a lutar por uma situação melhor.[309]

(c) Os sujeitos não negam que exista "preconceito de cor", mas revelam temor de "mexer no assunto" e forçar o "branco" a ter consciência da realidade racial. Na entrevista com um contador mulato, funcionário de um serviço público autárquico, por exemplo, registramos as seguintes opiniões típicas:

> A lei [Afonso Arinos] tem aspectos bons, porque dá ao negro e ao mulato um instrumento para lutar contra o preconceito. Mas seu principal defeito consiste em pôr em evidência o mesmo. Ele era como cinza no borralho. Ninguém tinha consciência nítida da sua existência, principalmente entre os brancos. Agora, a lei chamou a atenção para o fenômeno. E muito branco não vai gostar de ser compelido a aceitar o negro.[310]

Inconsistências e incongruências dessas espécies são, todavia, facilmente compreensíveis e explicáveis. O "negro" absorve, de várias maneiras, a ideologia "racial" dominante e vê a si próprio, ao "branco" e ao mundo em que vive, através das perspectivas que ela oferece. Já logra uma vitória quando consegue abstrair as experiências concretas desse contexto moral e examinálas com maior ou menor acuidade, independentemente de suas pressões diretas e indiretas. Aliás, o peso da socialização e do condicionamento cultural é empiricamente discernível. O bloqueamento da percepção e da consciência da situação obedece a uma escala descendente. Ele é muito intenso onde o "negro" ainda está integradamente preso ao horizonte cultural tradicionalista. Aí, a identificação com as normas e os valores da ideologia "racial" oficial é máxima.

Recapitulando o que já escrevemos em outras partes deste trabalho, lembramos que seria necessário considerar dois tipos humanos simultaneamente: o "negro" rústico, que se recolhe desconfiada e reservadamente do convívio com o "branco"; e o "negro" refinado, plenamente identificado com os interesses, o valor e o mundo dos "brancos". Ambos tendem a negar a existência do "preconceito de cor". Um, por inexperiência; outro, por se ver aceito como cavalheiro de exceção. Porém, enquanto o primeiro obedece ao padrão assimétrico de relação racial inadvertidamente, por ter sido modelado para agir segundo os costumes da cultura rústica, o último pratica um tráfico, visando deliberadamente aos efeitos do branqueamento social. Como observamos, os dois tipos humanos eram mais freqüentes no passado. Doutro lado, os mecanismos de reação societária ao "preconceito de cor" também interferem com alguma intensidade no bloqueamento do horizonte cultural do "negro".

Como assinalamos reiteradamente nos três capítulos precedentes, o "complexo" se associa, abertamente, ao uso sociopático do "preconceito de cor" como uma espécie de bode expiatório. Os exemplos transcritos evidenciam que o próprio "negro" tomou consciência de como o preconceito é explorado como fonte de racionalização das frustrações e de

defesa do *ego*. Graças a tal uso, convinha confundir as coisas, bastando para os fins práticos visados trazer à baila verbalizações inconsistentes (e, por vezes, contraditórias). Além disso, devem-se considerar os casos das "pessoas de cor" que superam as barreiras reais ou imaginárias do "preconceito de cor" pelos caminhos tortuosos da marginalidade. É o que sucedia, em grande escala, com o "negro malandro", no passado; e ainda ocorre, com relativa freqüência, em face do mesmo tipo humano, no presente. Ao transgredir as regras do jogo da sociedade inclusiva, ele se libera de seus controles e se protege contra os efeitos destrutivos do "complexo".

"Negros" e "brancos" focalizam essa modalidade de reação societária como sendo "inconsciente" e "prejudicial". De fato, o "negro malandro" diferencia uma porção do ambiente social e age dentro dela com grande insensibilidade moral. Mas ele está longe de ser indiferente à pressão exterior, pois os mecanismos adaptativos e integrativos que ele põe em prática respondem, isolada e globalmente, àquela pressão. O que seria certo dizer é que ele não tem necessidade de se defrontar com os dilemas morais que torturam, consciente e inconscientemente, os "negros" que se impõem as regras do jogo da sociedade inclusiva e ficam "complexados". No mesmo nível, seria preciso tomar em conta o "negro ordeiro", que consegue absorver as regras em questão com um mínimo de equilíbrio e de sobriedade. Ele não sofre a tortura da mente, mas vive no inferno da ordem. Como se procurasse o branqueamento pela purificação, aprisiona-se voluntariamente às expectativas de comportamento do "branco" e as converte em valores absolutos.

Malgrado o excesso de sensibilidade moral, só através de ocorrências indisfarçáveis ou dramáticas[311] esse tipo humano se livra da obnubilação inerente ao apego fanático às normas, valores e modelos ideais de organização da personalidade. As suas sondas estão voltadas normalmente para o próprio "negro irresponsável", que fornece as comprovações vivas dos estereótipos negativos dos "brancos". Por isso, não é de admirar que descubra muito mal e de forma incongruente as contradições que pontilham as relações raciais.

No documento pessoal de uma das pesquisadoras encontramos uma límpida descrição de um desses tipos:

> Esse indivíduo é, entre aqueles que encontrei, o que sente mais agudamente os problemas de sua raça. Ele é completamente inculto mas bastante inteligente e sensível para perceber a importância dessas situações que embora parecendo inconseqüentes geram graves desajustamentos. Não só comentou comigo a existência do preconceito na fábrica como também procurou esclarecer-me alguns problemas dos pretos. Atribui a culpa do atual estado de coisas em grande parte ao preto que se estereotipa como irresponsável e malandro. Uns, então, sofrem em razão das atitudes dos outros. Mas acha também que o branco deveria olhar mais no fundo da alma do preto, procurando ressaltar o que é bom e não apenas o que ele tem de ruim. Disse-me que o preto ama o branco. Fato esse que ele explica como uma sobrevivência da época escravocrata.

Enfim, não podemos ignorar as ilusões das “classes médias de cor”. O “negro” que se volta, obstinadamente, para os efeitos da ascensão social e que se afirma, mediante mecanismos compensatórios ou reais, pelas exterioridades de sua “situação social”. Como apontamos no capítulo precedente, ele sabe – por duro tirocínio pessoal – o que é e o que não é “preconceito de cor”, bem como conhece todas as suas ramificações. Mas não pretende corrigilos nem se envolver numa cruzada. Os seus objetivos são imediatistas, divorciando-o consciente e inconscientemente dos “problemas da raça”.

O fato é que ele chega, por mero cálculo social, a uma nova modalidade de capitulação passiva. Cede para vencer e se impor, socialmente, como e enquanto indivíduo. Neste plano, a negação, a atenuação e mesmo a deformação de ocorrências claramente percebidas e conhecidas fazem parte de um destino social. Como proceder de outro modo, sem se desmascarar e servir de alvo aos que exigem das “elites negras” comportamentos racialmente responsáveis? Contradições flagrantes, expressas por meio de racionalizações amáveis – “a coisa existe, mas nunca aconteceu comigo”, “eu sei onde piso. Não me meto onde os negros não são bem recebidos”, “é preciso distinguir entre preconceito e seleção”, “nossa gente é muito sensível, vê perseguição por toda parte” etc. – e que não impedem a exposição simultânea de exemplos ou de confidências dolorosas, servem como simples expediente de fuga. Nesse extremo, estamos bem longe do bloqueamento suscitado pela concepção tradicionalista do mundo. As pessoas “enxergam o que se passa”. Entretanto, a percepção e a consciência da realidade são filtradas por ilusões e esperanças sociais que, se não cegam os homens, fecham as suas bocas e os desarmam.

Segundo, há uma ambigüidade fundamental na focalização do “branco” como e enquanto gerador do “preconceito de cor”. Sem dúvida, nas diversas fórmulas de equacionamento do “preconceito de cor”, que o “negro” se propõe, o “branco” nunca deixa de ser agente das avaliações etnocêntricas e dos comportamentos discriminativos (qualquer que seja a responsabilidade direta ou indireta do próprio “negro” em sua motivação, condicionamento ou causação). Algumas gradações insinuam o caráter universal do “preconceito de cor” (existe tanto entre os “ricos”, quanto entre os “pobres”); e marcam sua intensidade variável (é maior entre os primeiros, que entre os segundos). Em conseqüência, chega-se a um dilema final. Dadas essas condições, o que faz com que o “negro” possa unificar suas percepções e conhecimentos através de uma imagem do “branco”? Nos limites das bases perceptivas e cognitivas do comportamento social inteligente do negro e do mulato, essa unificação se processa segundo duas linhas divergentes. Ou entram em cena as antigas famílias dominantes e seus descendentes; ou se apela para o imigrante e seus descendentes.

No fundo, a unidade da projeção nasce de uma confusa inteligência do mecanismo global de dominação racial. O “branco” vem a ser uma polaridade que representa a categoria racial dominante, embora ele possa ser visto à luz das “velhas elites” ou dos “novos ricos”. Daí decorre a ambigüidade que apontamos. Embora alguns ponham em realce que o “preconceito de cor” emana dos “ricos e poderosos”, trazendo à baila “a imitação servil dos Estados Unidos pelas falsas elites brasileiras”, a grande maioria permanece indecisa, dividindo quase proporcionalmente suas acusações aos “brancos”.

A importância do tema nos levou a suscitar um debate público, de que participaram os principais colaboradores negros e mulatos de nossa pesquisa.[312] O dr. Ângelo Abataiguara defendeu o ponto de vista de que o “preconceito de cor”, existente em São Paulo, constitui um fenômeno peculiar e artificial:

> Estive em toda a parte [no Brasil] e nunca vi o preconceito de cor, a não ser aqui em São Paulo, trazido por elementos estrangeiros, por pessoas que querem imitar não sei o quê. Desconhecem o assunto e têm um orgulho tolo. [...] O que eu noto aqui é um preconceito artificial. Qualquer um dos presentes pode notar que este preconceito de cor é todo artificial [...]. Assim, eu cheguei à conclusão de que existe um preconceito artificial, trazido pelos estrangeiros [...] que não é da índole do povo [brasileiro].

O prof. Arlindo Veiga dos Santos discordou, dizendo que “não foram os estrangeiros que trouxeram o preconceito. O estrangeiro que chega ao Brasil não tem preconceito. O preconceito ele o encontra aqui”. Nos debates, o dr. Raul Amaral introduziu o artifício de comparar a situação existente em São Paulo com outros núcleos do interior do estado. Em suas conclusões salientou:

> O preconceito de cor, no meu entender, é muito mais forte na sociedade brasileira, em virtude do desequilíbrio econômico provocado pela debandada do negro, em virtude da Abolição. Explica-se perfeitamente. Em Ribeirão Preto o preconceito é muito mais intenso que em São Paulo [...]; em Tietê, Porto Feliz, Piracicaba, Campinas e outras tantas cidades paulistas em que menor foi a ingerência de estrangeiros [...] o preconceito não é artificial. [...] Eu digo isto porque sou filho de Campinas e conheço perfeitamente a situação do negro ali [...]. É o negro de Campinas que mais sofre dentro do Estado de São Paulo, isto porque Campinas foi e é, nos tempos atuais, o centro da sociedade escravocrata de São Paulo. Foi o centro econômico e intelectual do Estado no século passado, como ninguém ignora.

O procedimento foi repetido pelo dr. Francisco Lucrécio, em sua intervenção em reunião posterior, o qual salientou (tendo em mente São Paulo, Campinas, Sorocaba e outras cidades):

> A meu ver, quem faz esse preconceito são as famílias tradicionais brasileiras, e não o estrangeiro. O estrangeiro que pratica o preconceito contra os negros, aprende com os brasileiros. Haja vista que os filhos de estrangeiros não ouviram de seus avós ou de seus pais o modo com que tratavam os negros na escravidão. Ao passo que aquelas famílias tradicionais de Campinas, mesmo já pela sua tradição, pela sua influência nos filhos, já contaram o modo por que tratavam os negros e desta maneira eles trazem na sua mentalidade, os netos dos escravocratas, o mesmo conceito que aprenderam de seus avós. [313]

Os documentos pessoais iriam nos revelar que essas duas apreciações se repetem com grande intensidade, nos diferentes círculos da "população de cor", surgindo como bode expiatório ora o "estrangeiro", ora as "famílias tradicionais".

De pouco nos adiantaria reproduzir os dados coligidos, que reiteram, na verdade, as evidências contidas nas opiniões transcritas. Três documentos, porém, possuem significação especial. Um dos pesquisadores, em documento pessoal sobre seus contatos com um grupo de entrevistados, escreveu:

> É interessante notar a importância da representação das atitudes dos estrangeiros para com o negro. Asseveram que o estrangeiro não tem preconceito; que fora do Brasil o preto é tratado com consideração etc. Os estrangeiros adquiriram o preconceito aqui, em contato com pessoas da antiga aristocracia rural. Trata-se de uma idéia compensatória, que constitui uma fonte de autodignificação do preto diante do branco.

Na verdade, como salientamos anteriormente, a realidade é bem mais complexa e matizada do que sugerem os conteúdos da percepção e da consciência da situação, exteriorizados pelo negro e pelo mulato. Se é certo que o "preconceito de cor" estava contido no padrão de dominação racial elaborado na sociedade escravista, também não é menos certo que os imigrantes transportavam consigo opiniões e avaliações raciais que permitiam uma fácil absorção daquele padrão. Isso não se deu rapidamente e de modo equilibrado porque ele se viu reduzido, no início, à condição de substituto do escravo ou foi projetado na esfera da plebe urbana e dos vacilantes grupos intersticiais autônomos da cidade. Todavia, a própria maneira deformada, segundo a qual entendeu os "costumes raciais do país", contribuiu para fomentar tendências evitativas e discriminativas nas relações com os "negros".[314]

Além disso, na medida em que a ascensão socioeconômica facultava maior liberdade na seleção e observância dos "costumes do país", muitos elementos da herança cultural transplantada vieram à tona. Desse modo, atitudes, avaliações e comportamentos etnocêntricos e discriminativos, estranhos ao padrão tradicionalista de relação racial assimétrica, foram paulatinamente enxertados no "preconceito de cor" nativo. O volume de informações, coligidas por meio de várias técnicas diferentes e aplicadas igualmente a "brancos" e "negros", demonstra que aí se acha um dos fatores inegáveis do incremento de práticas discriminativas e da formação de atitudes ou comportamentos ostensivamente preconceituosos.[315]

Dois documentos característicos mostram que o "negro" não se deu perfeita conta da complicada situação global que se forjou historicamente. Numa das entrevistas, realizadas como parte de um estudo de caso sobre o Cortiço Jacareí, o pesquisador anotou as seguintes opiniões de um negro de idade, que vivia da venda de perfumes que ele mesmo fabricava:

> Não existe preconceito no cortiço.[316] Todos se tratam como iguais, como brasileiros. Só os brasileiros antigos têm preconceito por ignorância. Eles é que criaram isso, procurando desprezar o negro. Os estrangeiros, principalmente os italianos que predominaram em São Paulo, não têm preconceito. São Paulo era uma cidade pequena. Em poucos anos, passou de 500 mil habitantes para 2 milhões. Isso quer dizer que entraram muitos estrangeiros novos. Por isso, o imigrante antigo pode conduzir-se de modo diferente do imigrante novo. Aquele viveu no período de necessidade ao lado do negro. Conheceu o negro e fez amizade com ele. Por isso é que não tem preconceito. Os imigrantes novos vêm para cá com os recursos de parentes que já estão bem aqui. Entram como *técnicos.* Não são mais imigrantes. Depois que chegam, vão vender frutas e bugigangas na rua. Assim é que são técnicos.

Em sua exposição frisou que havia maior "preconceito de cor" entre esses imigrantes mais recentes, sendo que ele seria mais intenso "da parte dos judeus, húngaros, austríacos, alemães etc. Essa gente não aprecia o negro". O outro documento condensa as opiniões de um grupo de intelectuais negros e mulatos, de classe média, que participaram de uma discussão reservada do assunto:

> A idéia dominante consiste em que o preconceito de cor varia muito em São Paulo, de grupo social para grupo social, de grupo étnico para grupo étnico. Assim, ele aumenta entre os brasileiros ao chegar-se nas camadas mais ricas, sendo mais intenso nos descendentes dos antigos fazendeiros escravocratas. Parecelhes que os "brancos de quatrocentos anos" são os que têm atitudes mais negativas e que prejudicam mais os negros. Esperam do negro um comportamento servil e não pretendem tratálos como iguais [insistiram: "humanamente

> falando”]. Depois, vem o grupo mais amorfo dos grãfinos. Estes podem abranger estrangeiros. Neles os negros não são aceitos e o preconceito é intenso. Por fim, os estrangeiros em geral têm preconceito e com maior intensidade os mais ricos. Eles não trazem o preconceito, mas o adquirem aqui, com os brancos brasileiros. E chegam a ser “mais realistas do que o rei”, pensando que é de bomtom ostentar atitudes de preconceito contra o negro.

Portanto, verifica-se, no conjunto, que o “negro” não consegue formar uma imagem integrada da situação global nem difundila de forma relativamente homogênea. As flutuações das percepções e tomadas de consciência pressupõem significativos elementos em comum, os quais comportam, por sua vez, inegáveis parcelas de verdade. Mas patenteiam que, como o “branco” (ainda que em menor escala e de modo bem diverso), alcança uma inteligência globalmente inconsistente e parcialmente confusa do “preconceito de cor”. Em conseqüência, ele não consegue apreender o padrão assumido pelas práticas discriminativas e pelas avaliações etnocêntricas, localizando com notória incongruência ou apenas pela rama os papéis preenchidos pelos “brancos” na dinamização do “preconceito de cor”.

Terceiro, isso se explica, em grande parte, por outra debilidade, que deriva da ausência de condições históricos-sociais que comportassem a emergência de uma “minoria negra” integrada. Não há dúvida de que existe uma *situação de raça.* Tanto no passado, remoto ou recente, quanto no presente, essa situação se definiu, econômica, social e culturalmente, pela posição das “raças” em presença da estrutura de poder da sociedade inclusiva. Contudo, o “branco” sempre montou sua dominação racial em um aparato histórico-social que, a par de reduzir a “raça negra” à anomia e à impotência, diluía e disfarçava sua extrema condição heteronômica. Durante a vigência do regime de castas, na forma que ele assumiu na era da escravidão, sempre foi impossível (e teria fatalmente de ser) congregar os escravos ou os libertos em formações sociais dotadas de um mínimo de integração e de autonomia.

Isso não impedia tensões raciais mais ou menos graves e ostensivas, que eclodiam sob diversas modalidades (fugas dos escravos, aparecimento de quilombos etc.). Mas não se ia nem se poderia ir além, como nos demonstram as penetrantes interpretações histórico-sociológicas de Perdigão Malheiros. No período de desagregação da sociedade de castas, o

“negro” foi automaticamente projetado na plebe rural e urbana. Assim, ou se incorporou ao mundo rústico do campo, ou ficou predominantemente ligado ao destino das camadas marginais do mundo urbano.

O que importa ressaltar é que não dispunha, como categoria racial, de suportes socioeconômicos e morais para se diferenciar como um grupo “racial” identificável, integrado e autônomo. Sob novas aparências, persistiram todas as condições materiais e morais que permitiam montar (e esconder) a dominação racial sobre irredutível aparato socioeconômico e cultural. As descrições e conclusões arroladas nos capítulos 3 (v. **I**) e 1 (v. **II**) mostram as duas facetas dessa realidade – do ângulo da estabilidade do padrão tradicionalista de relação racial assimétrica; e da perspectiva do malogro da rebelião do “negro” contra tais vicissitudes.

Ao ser mobilizado pela expansão da ordem social competitiva nas duas últimas décadas, o negro e o mulato se viram diante de pressões concorrentes, que introduziram no “meio negro” os princípios de estratificação social da sociedade inclusiva sem eliminar as tendências ao isolamento sociocultural da “população de cor”. Por conseguinte, as alterações mais profundas abalaram as formas de classificação social do negro e do mulato, mas não romperam as chamadas “linhas de cor” propriamente ditas.

Esse é o retrato da situação atual, extensamente descrita no capítulo precedente. Parece claro que o padrão de dominação racial, elaborado no passado, entrou em crise. Porém, ao mesmo tempo é evidente que ele está (pelo menos nas condições históricos-sociais focalizadas) se ajustando a uma *ordem social aberta* em que se mantém a concentração racial da renda, do prestígio social e do poder em pontos e em níveis estratégicos. De imediato, o principal efeito dessas transformações se refletiu de modo negativo no “meio negro”. De um lado, porque a classificação e a ascensão sociais do negro e do mulato se dissociaram da formação gradual de uma minoria “negra”, racialmente identificável, integrada e autônoma. De outro, porque as elites se divorciaram das massas, o que fomentou uma insensibilidade sem paralelos, na história cultural da cidade, nas atitudes dos “negros” diante do próprio *problema negro.*

Em síntese, isso quer dizer que a conquista de situações de classe típicas não conferiu à “população de cor” (pelo menos por enquanto) qualquer possibilidade de moldar uma situação social de raça compatível com a

estrutura econômica, social e de poder da sociedade de classes. O "negro" continua desarticulado e impotente diante do "branco", sem meios específicos para exercer influências diretas na reelaboração em curso do padrão de dominação racial.

Atendo-nos ao essencial, daí decorrem: 1º – a inexistência de uma situação de raça, configurada historicamente pela ordem social competitiva, priva o negro, em escala coletiva, de fontes psicossociais de diferenciação, reorganização e unificação das bases perceptivas e cognitivas do comportamento social inteligente; 2º – o "negro" tenta corrigir o vazio resultante dessa condição de fato através dos recursos perceptivos e cognitivos acumulados no decorrer das lutas contra o escravismo e contra o padrão de dominação racial imanente à ordem social tradicionalista, como se ainda estivéssemos no primeiro quartel do século **XX**; 3º – tais recursos perceptivos e cognitivos se mostraram suficientes para uma compreensão da realidade racial bem mais profunda, realista e independente que a desenvolvida pelos "brancos", mas não comportavam uma visão daquela realidade como um todo *in fluxu*.

No fundo, portanto, o empenho de "pertencer ao sistema" confinou o horizonte cultural do negro e do mulato, concentrando suas ambições e aspirações sociais – e com elas a sua capacidade de tomar consciência da realidade racial ambiente – na derrocada do antigo padrão de dominação racial. Segundo supomos, isso explica tanto a ambigüidade de sua focalização consciente dos papéis ativos dos "brancos" na dinamização do "preconceito de cor", quanto a sua alienação diante do que este representaria para o destino comum da "raça negra" na sociedade inclusiva. Por paradoxal que pareça, o "negro" desmascara o "branco", pondo em xeque as racionalizações que dissimulam os fundamentos e os efeitos visíveis do "preconceito de cor". Não obstante, submete-se espontaneamente ao seu jogo, contendo o seu próprio conhecimento da realidade racial num limiar histórico.

Está claro que teríamos outro panorama, se a perspectiva social do negro e do mulato fosse diferente. Se o ponto de partida de seu comportamento social inteligente atribuísse importância central às conseqüências sociopáticas da concentração racial da renda, do prestígio social e do poder na ordenação das relações sociais, o afã de "pertencer ao sistema" se objetivaria, socialmente, em conexão com o ideal de "alterar o

sistema."[317] Essa simples rotação da perspectiva social conferiria ao "negro" a possibilidade de superar o tipo especial de alienação que pesa sobre seu conhecimento do "preconceito de cor".

Por enquanto, esse conhecimento serve para compensar as inconsistências das opiniões e avaliações raciais correntes, elaboradas pelos "brancos", bem como para dar ao "negro" uma imagem realista e pragmática do mundo, que atenda às suas necessidades de auto-afirmação social.[318] Se ocorresse aquela rotação de perspectiva, porém, o "negro" ganharia condições subjetivas para pensar o seu presente e o seu futuro como uma minoria "racial" identificável, integrada e autônoma, ou seja, conquistaria a capacidade intelectual de alargar sua imagem do mundo até o ponto requerido por uma intervenção socialmente construtiva no vacilante desenvolvimento da democracia racial no Brasil.

É preciso que se entenda o espírito da presente discussão. Não pretendemos impugnar o alcance prático, o teor lógico ou o valor moral do conhecimento sobre o "preconceito de cor", alcançado pelo negro e pelo mulato. Tão-somente procuramos situar algumas de suas debilidades crônicas, que nascem de uma correlação entre o "querer algo socialmente" e o "ver algo socialmente". Como sucede com outros segmentos da população brasileira, deslocados da economia de subsistência para a produção capitalista (embora de forma mais acentuada e grave), os alvos visados socialmente acabam obscurecendo, de alguma maneira, a completa consciência racional de interesses e fins, que poderiam (ou deveriam, idealmente) orientar a ação e as relações sociais (e, portanto, a percepção e a consciência da realidade).

No caso do "negro", essa interferência é particularmente importante. O afã impaciente de "ser alguém", de "subir", de "ser respeitável" – enfim, de "pertencer ao sistema" – obceca as pessoas, levando-as a agir em conformidade com a parábola do *prato de lentilhas.* Não é que isso seja um mal em si mesmo, que o "negro" possua alguma culpa pelo que está sucedendo ou que as coisas deveriam se passar de outro modo. O fato é que o "negro" age assim e esse tipo de ação possui um sentido típico. Ele mostra como a ordem social competitiva funciona como uma espécie de aranha gigante. Atrai, prende, imobiliza e suga a sua presa. Se, em vez de presa, o "negro" se apresentasse, por sua vez, como outra aranha gigante, a moral da história seria outra...

Desse ângulo, as deformações do homem rústico e desamparado, que cai nas malhas do sistema de trabalho livre e assim encontra um destino econômico que equivale a uma ascensão social, surgem à análise como se fossem vistas através da lente de aumento de um microscópio. Durante a laboriosa fase de adaptação e de assimilação, só conta vitalmente, para ele, a transição do estado de miséria e de dependência para a posição social adquirida, com seus proventos (ou "regalias").

As peculiaridades da situação econômica e sociocultural do "negro" fazem com que essas interferências sejam bem mais ruinosas para ele, que para o "branco" que se proletariza. É que ele enfrenta, simultaneamente, dois tipos de barreiras: as que nascem das classes e as que se polarizam em torno da cor. Quanto maior for a limitação do seu "querer algo socialmente" e quanto maior for a limitação do seu "ver algo socialmente", tanto pior para ele. Uma coisa não corrigirá a outra automaticamente, como acontece entre os "brancos", quase que como *uma questão de tempo.* Se vence umas barreiras, tomba nas outras, como nos ensinam os dilemas das "classes médias de cor". Por isso, tínhamos de insistir nesses aspectos. Eles são essenciais. Embora reconhecendo o que houve de grandioso e de ousado no avanço do "negro", além do teto perceptivo e cognitivo imposto pelo horizonte cultural dominante, cabianos ressaltar por que não foi mais longe e o que significa – para a situação de interesses da "população de cor" na sociedade de classes e para a formação de uma democracia racial dentro desta – a retração que o tipo de "querer algo socialmente" introduziu no "ver algo socialmente".

Ao descobrir como o "preconceito de cor" se manifesta e quais os efeitos que ele produz, o "negro" logrou, simultaneamente, dois objetivos. De um lado, a capacidade de não ser obnubilado pelas inconsistências das opiniões, avaliações e racionalizações raciais correntes, construídas e consagradas pelo "branco". De outro, a faculdade de agir racionalmente com referência a fins, ou seja, de resguardar os seus interesses nas relações com o "branco".

As incongruências de seu comportamento social inteligente vão aparecer, daí em diante, em três níveis distintos. Primeiro, ao se contentar com tais resultados – o desmascaramento daquelas inconsistências e as formas de autoproteção social puramente individualizadas. Esse limite, diga-se de passagem, não foi imposto coercitivamente pelos "brancos". Ele nasceu, espontaneamente, dos objetivos valorizados socialmente pelos negros e

mulatos em ascensão. É característico desse limite o universo de discussão em que é debatido o "problema do negro".

Numa reunião com intelectuais e membros racialmente inconformistas das "classes médias de cor" ouvimos uma longa e variada exposição sobre casos concretos de manifestações do "preconceito de cor". A conclusão final de um dos líderes do debate foi a seguinte: "São esses casos que nos mostram qual é a situação entre nós. Quando dizem que não há preconceito, estão mentindo. Exemplos como esses são muitos. A pessoa fica isolada por causa da cor". Eis aí o que adquire importância. Como se ainda se defrontasse com o monolítico padrão tradicionalista de relação racial assimétrica, interrompe-se o processo de conhecimento da situação no âmbito do desmascaramento do "branco" (quando os interesses da "população de cor" exigem que ele seja conduzido até o nível da transformação da realidade).

Segundo, independentemente desse saber realista e de desmascaramento, ainda na orla da concepção rústica do mundo, o "negro" já estava convicto de que o "branco divide para reinar", como tentou demonstrar, com exemplos concretos, um idoso e denodado membro da Irmandade do Rosário,[319] em suas entrevistas. O próprio "negro" devia atentar para a insegurança dos mecanismos de autodefesa de que lança mão e, principalmente, para os riscos flagrantes dos canais de ascensão social pelos quais luta tão sofregamente, os quais combinam mobilidade social vertical com persistência indefinida da desigualdade racial. Por esse caminho, não estão optando, conscientemente, pela implantação de democracia racial no Brasil. Mas, ao contrário, admitindo uma conivência tácita com a adulteração progressiva da ordem social competitiva na esfera das relações raciais.

Terceiro, parece claro que os limites do conhecimento da realidade racial, elaborado pelo "negro", procedem de um lapso histórico. O sujeito não parte da configuração do presente, vista através de uma situação de classe, mas de ações isoladas de personalidades discretas, ambas inculcadas como evidências indiscutíveis do "preconceito e cor" e esbatidas, projetivamente, no padrão tradicionalista de dominação racial. Em um contexto histórico-social em que o próprio padrão tradicionalista de dominação racial entrou em crise e no qual o perigo coletivo, em termos da situação de interesses da "raça negra", consiste no solapamento e na

deformação das tendências de democratização das relações raciais, esse tipo de conhecimento é pelo menos insuficiente.

Na época da eclosão dos movimentos reivindicatórios no "meio negro" essa tática podia produzir frutos. Tratava-se de demolir a bastilha, de pôr abaixo as muralhas da intolerância e do temor, que inibiam e manietavam o "negro". Em nossos dias, as exigências da situação histórica são mais complicadas. É preciso acrescentar outros componentes ao desmascaramento. Numa fase de transição, não importa apenas apontar e combater, no plano dos ajustamentos sociais dos indivíduos, as manifestações e os efeitos concretos do "preconceito de cor". Impõe-se estabelecer como isso tende a repercutir no próprio padrão de dominação racial, que gradua a distância social existente entre as "raças" e determina a soma de poder que umas possam possuir sobre outras. Sem este tipo de conhecimento, o "negro" não tem como perceber e se dar conta de combinações possíveis entre formas espoliativas de dominação racial e o funcionamento do regime de classes.

Em nosso levantamento, por exemplo, demos extensa atenção ao modo pelo qual os diversos círculos da "população de cor" reagiram, intelectualmente, à promulgação da "lei contra o preconceito de raça de cor". É sintomática a convergência de opiniões e avaliações. Deu-se realce quase exclusivo ao significado daquela lei como desmascaramento da "hipocrisia do branco". Mesmo antigos líderes dos movimentos reivindicativos no "meio negro" insistiram entusiasticamente nesse aspecto, negligenciando por completo as questões de autêntica política racial numa sociedade democrática. Só uma ou outra voz isolada apontou a inocuidade da lei e o quanto ela deixava a desejar à luz de uma legislação que visasse implantar no Brasil um padrão eqüitativo de relações raciais.

Essas reflexões sugerem, em conjunto, que o "querer social" mesmo do "negro que sobe" é insuficiente para ampliar o horizonte cultural do "homem de cor" até os limites das exigências da situação. No entanto, nesse ponto pretendíamos ir mais longe: levantar o problema da qualidade do conhecimento da realidade racial que o "negro" precisa desenvolver, para intervir na construção do seu destino na comunidade e na democratização do nosso sistema de relações raciais.

Os resultados dessa análise das debilidades das formas de percepção e de consciência do "preconceito de cor", por parte do "negro", põemnos diante

de uma pergunta simples mas crucial. A que se deve a sua repetição crônica? Seriam elas produtos do nível intelectual médio da "população de cor"? Tais perguntas nos levam, diretamente, ao âmago dos debates, que se travam na sociedade paulistana, entre "brancos" e "negros" que aceitam ou recusam a idéia de que "existe preconceito de cor em São Paulo". É preciso que se diga que os "brancos" infensos à aceitação da fórmula positiva propendem a defender duas afirmações convictas: 1º – trata-se de "balelas" ou de "fantasias do preto"; 2º – que são frutos de sua "profunda ignorância" e do seu "surdo rancor contra o branco".

Ora, essas premissas situariam o horizonte cultural do "negro" em primeiro plano. No entanto, os resultados da análise, expostos anteriormente, não comprovam tal contrapercepção, racionalizadora e autodefensiva. Os dados expostos no Capítulo 1 mostram, abundante e conclusivamente, que as técnicas de percepção e de consciência da realidade, exploradas pelo negro e pelo mulato, foram elaboradas num ambiente de agitação intelectual, social e moral, contando com a colaboração persistente de uma elite letrada. Houve, também, uma doutrinação organizada e o recurso a formas de comunicação sistemática que envolveram as parcelas variavelmente incultas, semicultas ou cultas da "população de cor" no clima intelectual e moral requerido pelo emprego daquelas técnicas.

Em suma, a partir de certo momento, o que importava, na participação dos setores de qualificações intelectuais "baixas", era o arsenal de experiências concretas de cada indivíduo. À luz dessas experiências, ele aprendia como se libertar da ideologia racial dominante, como identificar as manifestações e os prejuízos causados pelo "preconceito de cor" e, enfim, como desmascarar o "branco" e sustentar com ele um diálogo de "pessoa consciente do que está dizendo".

Se atentarmos para a natureza das debilidades apontadas, veremos que, de fato, o horizonte cultural da "população de cor" entra em linha de conta, mas exatamente numa esfera que transcendia aos ajustamentos rotineiros do "negro" à sociedade paulistana. Como vimos, as deficiências das formas de percepção e de consciência, que podem ser associadas à falta de técnicas socioculturais apropriadas de manipulação da experiência, surgem no nível histórico, em que o conhecimento da realidade racial teria de se conjugar à projeção coletiva em um desenvolvimento sociocultural *in fluxu* e, portanto,

à transformação da mesma realidade racial. A nossa própria discussão, nos cinco capítulos anteriores e nas páginas precedentes, insinua que a situação histórico-social de existência do "negro" tolhia essa possibilidade.

Ao orientarmos a análise nessa direção, pretendíamos apenas aproveitar as perspectivas abertas por um tipo de interpretação que permitia ir mais longe e compreender melhor o comportamento social inteligente do "negro", com base em raciocínios conjeturais. Isso posto, torna-se patente quais são as fontes daquelas debilidades. Elas residem na situação de existência social do negro e do mulato, que tiveram de se confrontar com os "brancos" num terreno em que a história já estava feita e no qual não se jogava o futuro da sociedade inclusiva, mas a gradual equiparação da categoria "racial" dominada à categoria "racial" dominante.

Aí parece estar o fator tópico, pelo qual se descobre que as formas de percepção e de consciência da realidade racial, elaboradas socialmente pelo "negro", foram direta e indiretamente refreadas e corrompidas pelo padrão vigente do "preconceito de cor" e pela reação do próprio "branco" ao processo de desmascaramento, a que se viu submetido. Numa sociedade em que o "preconceito de cor" se manifesta de modo assistemático, dissimulado e confluente (combinando critérios raciais e sociais de maneira ambígua mas inflexível), na qual a desigualdade racial confere hegemonia total à "raça" dominante e em que os *mores* suscitam, cultivam e mantêm uma consciência mistificada da realidade racial, remar contra a corrente constituía uma tarefa ingrata, difícil e incerta.

Antes de poder dialogar com o "branco", o "negro" tinha de convencer a si próprio e de vencer as resistências ao desmascaramento aninhadas no "meio negro". Converteu-se em "ponto de honra" aquilo que deveria ser um meio e um estratagema para conhecer a realidade e depois transformála socialmente. O "negro" se obstinou em mostrar que "estava certo", desviando a sua rota de um pragmatismo construtivo, para se empenhar, de corpo e alma, numa cruzada que nunca encontraria fim. Daí a insistência crônica – ao mesmo tempo lógica, ética e emocional – no tema central ("o preconceito existe") e a renitente tendência em converter essa percepção em verdade socialmente consagrada.

No vasto material coligido a respeito, nota-se como o "negro" responde ao "branco" e às pressões diretas e indiretas da sociedade inclusiva, em

todos os tons da serenidade ou da veemência. Eis um pequeno rol de exemplos:

> *(1)* a afirmação de que no Brasil não existe preconceito contra o negro é uma balela. O preconceito existe. O que não existe, claramente, é uma discriminação racial, de resto existem as restrições e uma acentuada intolerância contra o negro;[320]
> *(2)* A esperteza, a safadeza ou o sadismo nacional, porém, não conseguem impingir aos negros – que sofrem nas próprias carnes o orgulho, o ferrete, o carimbo identificador do "seu lugar" – a fantasia composta de imensidades pueris que os fatos da vida cotidiana desmentem a todo momento. Diante da triste realidade em que vive, o homem negro procura avançar em consciência, colimando aquele estado de aperfeiçoamento, de elevação, de dignificação da pessoa humana, e todas as vezes que assim procede, tentando fugir da sonolência, tentando libertar-se de nocivos atavismos, herança mórbida do cativeiro, os sonoros sinos da demagogia cabocla sufocam o seu grito lancinante, bimbalhando solenemente: "negro não tem problemas; não temos barreiras baseadas na cor; somos um povo sem preconceito";[321]
> *(3)* Existe, sim, o preconceito no Brasil. Só não o vê, aquele que não o quer. Aquele negro que não sabe avaliar o próprio Eu.[322]

Registramos, mesmo, num debate público, a seguinte contestação: "Antes de mais nada, eu quero dizer a V. Exa que negar o preconceito de cor no Brasil é negar as cores da bandeira nacional". Em resumo, o "negro" se viu comprimido, numa situação histórico-social de existência sufocante, por um padrão de manifestação do "preconceito de cor" que operava, por si mesmo, como uma espécie de areia movediça, e por mecanismos tortuosos de reação societária ao desmascaramento da ideologia racial dominante. Não se configuraram saídas fáceis e construtivas para o uso produtivo das formas de percepção e de consciência do "preconceito de cor", com as quais uma minoria "racial" impotente e desarticulada pôs em xeque os fundamentos da "democracia racial brasileira".

Tudo isso corrobora algo que é fundamental: o "negro" se debateu com as manifestações e com os efeitos do "preconceito de cor" no plano de sua luta pela sobrevivência na *grande cidade* da era capitalista. Graças à desagregação da ordem escravocrata e senhorial, à formação, expansão e consolidação da ordem social competitiva, ele podia modificar gradualmente o seu destino social. No entanto, o "preconceito de cor" barrava o seu caminho, solapando, diluindo ou impedindo sua passagem da área periférica e marginal para o núcleo do regime de classes. O contexto da situação de existência social o impulsionava, portanto, a saber por que era

repelido, como condição para lograr êxito em suas tentativas de “pertencer ao sistema”.

Aqui, delineiam-se os influxos positivos da situação de existência social, que forçou o “negro” a despertar de sua letargia, a irromper no “mundo dos brancos” e a destruir os seus *idola*. Restringindo-nos ao essencial, vamos debater os três pontos mais importantes, do ângulo do tópico analisado: o “preconceito de cor” como construção conceitual reativa; como se processa o egoenvolvimento e a autoidentificação com os usos normais dessa construção; os conteúdos que ela apresenta na consciência social do negro e do mulato.

Nos dois capítulos precedentes, esboçamos como a noção de “preconceito de cor” se firmou como categoria histórico-social. Seria inútil retomar, agora, a problemática que se imporia da perspectiva de uma análise diacrônica. Contudo, há um elemento que precisa ficar bem esclarecido, pois, de outro modo, não se poderá formar uma inteligência global do sentido da atividade inconformista, socialmente organizada, consciente e orientada do “negro”. Por que a noção de “preconceito de cor” foi construída como uma categoria conceitual inclusiva, que abrange, por igual, tanto atitudes e avaliações preconceituosas, quanto práticas e comportamentos discriminativos?

Nos dados já expostos, neste capítulo e no precedente, observar-se-á facilmente como o “negro” opera nos dois planos, simultaneamente, embora algumas vezes os confunda entre si. Mesmo os eruditos, com treino históricosociológico, incidem nessa confusão. Assim, um funcionário público negro, relativamente versado na nossa literatura histórico-sociológica e com outras leituras teóricas, apontou como o “preto” é *barrado* em diferentes instituições e grupos sociais, de tal modo que “a discriminação racial se mistura com a discriminação de classe”. Em seguida, aduziu: “Não há, de fato, discriminação, creio eu, mas há preconceito. Há preconceito de cor em todas essas instituições públicas. O preconceito se manifesta e para isto basta somente dar uma olhada que se constatará da verdade do que afirmo”.

Ainda mais ilustrativo é o exemplo seguinte, extraído da contribuição pessoal de um dos estudiosos negros mais esclarecidos e lúcidos:

> É longa, erudita e renovada sempre a controvérsia em torno da questão do preconceito no Brasil. Nós nos filiamos à corrente que admite a existência de um preconceito não propriamente racial, não com a sinistra agudeza das discriminações vigentes nos Estados Unidos [...]. Somos dos que não estão inteiramente convencidos de que a discriminação entre nós é apenas um fator de preconceito de classe, pois o elemento negro, pela precariedade de recursos econômicos ou educacionais, pertence, na sua maioria, às camadas ditas inferiores da sociedade. Porém, a discriminação não o atinge pelo fato de ser integrante desta ou daquela classe social e econômica – pelo menos no sul do país –, mas exclusivamente pela coloração da sua epiderme. O tratamento é tanto mais brando e atenuado quanto menos visíveis forem os caracteres externos que o possam identificar não como classe, mas como grupo racial de que procede.

À vista de tais exemplos e das conclusões que eles proporcionam, procuramos esclarecer o problema por meio de indicações fornecidas por uma análise sincrônica. A confusão (se for legítimo falar de confusão, aqui) não procede do "negro", mas das ambigüidades do nosso sistema de relações raciais e do próprio padrão assistemático, dissimulado e confluente, assumido pelo preconceito e pela discriminação raciais na sociedade brasileira.

Na verdade, o "negro" revelou ampla versatilidade na percepção e na consciência dos elementos que compõem, estrutural e dinamicamente, o nosso padrão de "preconceito de cor". Há uma forte estereotipação negativa dirigida contra o "negro", de teor intensamente etnocêntrico e intolerante, portanto preconceituoso; existem duas polaridades, expressas em termos de *raça* (cor) e de *classe* (condição social "inferior" ou subalterna); e objetivam-se várias prescrições que regulam a exclusão do negro e do mulato, no convívio com os brancos, segundo diretrizes calibradas pela estereotipação negativa, ora em função da cor, ora em função da classe, ora em função de ambas.

Na medida em que a eficácia do comportamento social consciente do "negro" dependia naturalmente de sua capacidade de apreender, perceptiva e cognitivamente, essa complexa formação psicossocial como um todo operativo, ele tinha de construir a noção de "preconceito de cor" como um amálgama de elementos díspares. Nesse sentido, a confusão emana de outra fonte: das contradições existentes entre a ordem racial e a ordem social de nosso sistema societário global. Revelando-se capaz de discernila, de reproduzila e de dominála, por meio de uma construção conceitual tão plástica quanto operativa, o "negro" deu o primeiro passo para atacar

aquelas contradições e para diminuir a distância históricocultural e socioeconômica, que o separava do “branco”.

Não se pense, porém, que o egoenvolvimento e a autoidentificação do “negro” com o estado de espírito requerido para o pleno domínio e o uso eficaz dessa construção conceitual constituam algo simples. Como minoria “racial” impotente e desarticulada, a “população de cor” recebe com toda a força o impacto das pressões diretas ou indiretas da sociedade inclusiva, intensamente adversas ao gênero de inconformismo inerente à exploração sistemática daquela construção conceitual.

Enquanto os movimentos reivindicatórios fermentavam no “meio negro”, eles ofereciam um suporte adequado de doutrinação e de propaganda. Por assim dizer, processava-se uma socialização autônoma do “negro” pelo “negro”, como se ele pertencesse a uma minoria racial integrada e independente. O malogro daqueles movimentos com o desaparecimento concomitante da *imprensa negra* fez com que o esforço de doutrinação e de propaganda sofresse um sério golpe, diluindo-se nas atividades inconstantes de algumas associações culturais. Em conseqüência, como ocorre com os “brancos”, é através das experiências concretas e do intercâmbio da vida cotidiana que o “negro” forma o seu tirocínio, convencendo-se ou não da legitimidade e da importância prática da mencionada construção conceitual.

O nosso levantamento patenteou que várias influências concomitantes trabalham a personalidade do “negro”, desde a mais tenra infância, estimulando-o a desenvolver suspeitas e a canalizar as ansiedades ou as frustrações na direção do “preconceito de cor”. Pequenos incidentes, despercebidos como tais pelos “brancos”,[323] causam as primeiras perturbações e desconfianças. Por volta da puberdade, da adolescência e da mocidade, sólidas e aparentemente indestrutíveis relações de camaradagem entram em crise, por vezes definitiva. Aí, o desapontamento é maior. O desalento do menor e do jovem precisa encontrar amparo na compreensão dos mais velhos – e uma “explicação”.[324]

Nas tentativas de escolarização, de profissionalização ou de participação em atividades sociais institucionalizadas da comunidade, surgem outras tantas decepções. Agora elas despertam “revoltas” e desencadeiam todo um circuito de relações cooperativas, entre pais e filhos, entre irmãos, entre as gerações, entre amigos e conhecidos – enfim, entre as “vítimas do preconceito”, que se protegem na sua fraqueza, ensinando aos jovens os

“mistérios da vida”. A partir da mocidade, poucos mantêm intactas “suas ilusões”. Os que “só ouviram falar” ou “não sofreram ainda” compartilham de confidências, das “queixas” e do rico folclore dos falatórios, apreensivos diante da perspectiva de passar pela mesma provação. Entre jovens e adultos, o tema entra nas conversas e discussões sérias. Aqui e ali, aumenta dia a dia o número dos que adotam o estado de espírito de quem “não tem mais dúvida”: “Existe mesmo! É inútil negar!”.

Embora o próprio “negro” também cultive as suas racionalizações raciais, quase sempre como mecanismo compensatório ou de autodefesa (“comigo não acontece”; “fulano tem mania de perseguição”; “é preciso distinguir entre seleção e preconceito”; “a nossa gente tem muito complexo” etc.), poucos deixam de se inquietar ou se sentem realmente seguros.

Refletindo-se sobre a natureza desse tirocínio, constata-se facilmente que ele afeta a própria estrutura do comportamento, da personalidade e da concepção do mundo do negro e do mulato. Não se trata, como acontece com o “branco”, de perceber e interpretar exteriormente experiências de “outros”. Mas de ser contagiado por essas experiências e de vivêlas. Graças a essas circunstâncias, os componentes lógicos da percepção e da consciência da realidade racial repousam num lastro emocional e moral que, comumente, compele o “negro” a manejar irracionalmente o seu “conhecimento objetivo” do meio ambiente. Ele não só tende a converter tal conhecimento numa verdade em si e para si, indubitável e sacrossanta. Também projeta o seu destino humano através dela, como se “a redenção do negro” dependesse, especificamente, de um consenso geral a respeito da malignidade intrínseca do “preconceito de cor”. Por isso, caminha insensivelmente para um equacionamento recolhido, estático e sob muitos aspectos contemplativo do seu “dilema moral”, como se fosse humilhante pleitear a condição de pessoa e indecoroso fazê-lo, ainda por cima, fomentando discórdias inevitáveis. Em conseqüência, o desmascaramento só encontra plena aplicação racional como fonte de esclarecimento subjetivo do indivíduo e de compreensão de sua posição nas relações com os outros.

A análise dos diferentes tipos de documentos[325] demonstrou que é surpreendentemente rica a penetração alcançada pelo “negro” na percepção e na tomada de consciência do “preconceito de cor” como realidade

psicossocial e históricocultural. Embora a intensidade das experiências concretas, o amadurecimento da perspectiva social e a firmeza das convicções centrais sejam flutuantes – indo da neutralidade franca (numa proporção baixa, mas expressiva) até um pronunciado fanatismo racista (em casos isolados e raros) –, consideradas em conjunto as manifestações coligidas abrangem, praticamente, todos os aspectos relevantes (como *motivo*, *condi*ção ou *conseqüência)* da objetivação do "preconceito de cor" nas relações entre "negros" e "brancos".

Ao que parece, no plano em que responde dinamicamente às exigências da situação, que é o da luta pela sobrevivência no seio da comunidade e, portanto, pela classificação nas posições sociais institucionalizadas que lhe são imediatamente acessíveis, o "negro" possui uma imagem clara, diferenciada e consistente da realidade racial.

Em particular, merece ser posto em relevo o que isso representa sociologicamente. O conhecimento de senso comum, acumulado pelo "negro" nos últimos anos, num lapso de tempo menor que o da duração de duas gerações,[326] comporta uma caracterização bastante razoável do padrão existente de "preconceito de cor" e permite atentar para os seus principais efeitos, seja no nível da organização das relações raciais, seja da perspectiva dos controles voluntários, que poderiam contribuir para alterálos em certas direções socialmente desejáveis.

Quanto ao primeiro ponto, aquele conhecimento de senso comum envolve: (a) critérios de reconhecimento do "preconceito de cor"; (b) discernimento das conexões estruturais e dinâmicas que associam o "preconceito de cor" à forma de acomodação racial imperante na sociedade brasileira; (c) certas condições exteriores ao "preconceito de cor" que exercem sobre ele, não obstante, uma pressão agravante.

No que concerne aos critérios de reconhecimento do "preconceito de cor", o "negro" elaborou uma técnica simplista mas sutil: o divisor de águas passa pelas diferenças notórias (e por isso irrefutáveis) que se estabelecem entre o tratamento dado ao "homem de cor" e o que se dispensa ao "branco" em situações e em condições análogas. Desse ângulo, o elemento manipulado primordialmente diz respeito à posição social e às *prerrogativas* (direitos e deveres sociais), que esta confere às pessoas em interação. Portanto, no nível mais profundo de sua consciência social, o "negro" se representa o "preconceito de cor" como um sistema de práticas

discriminativas, aplicadas pelos “brancos” em seu intercâmbio social com o “homem de cor”. A sutileza de sua percepção da realidade não está aí, porém na maneira como resolve, concretamente, a questão de saber “o que é” e “o que não é” “preconceito de cor”. O principal foco de referência, então, deixa de ser o “branco”. Toma-se em conta a “vítima” – e não o “algoz” – e procura-se, nela, os requisitos para se determinar se, de fato, ela poderia invocar a eqüidade pleiteada em face do “branco”.

Já existe um verdadeiro folclore em torno do “preconceito simulado”, que aconselha extrema prudência e moderação (“nem tudo que o negro entende por preconceito tem esse caráter”, “a nossa gente é muito sensível”, “é preciso saber se havia preconceito ou falta de capacidade”, “devemos distinguir entre seleção e preconceito” etc.). O “negro” não proscreve o uso do “preconceito de cor” como mecanismo de autoproteção, como mecanismo compensatório ou, mesmo, como *bode expiatório* explícito. Contudo, ao tolerar e (por vezes) ao incentivar tais manipulações, separa intencionalmente uma coisa da outra (embora as distinções, por conveniência ou por solidariedade, nem sempre sejam exteriorizadas).

O “algoz” é tomado em consideração suplementarmente. Primeiro, para decidir algo que, em termos sociológicos, chamaríamos de conexão de sentido das ações. Ou seja, em termos do próprio “negro”, “se se trata de preconceito, mesmo, ou de falta de educação”. Segundo, para se situar como *socii*diante do outro agente. A melhor ilustração, sobre esse aspecto, énos fornecida pela entrevista de um jovem “negro” que defendia o ponto de vista de que o japonês não teria “preconceito contra o negro”. Ele fundava o juízo emitido na experiência que tinha no convívio com outros rapazes japoneses que não faziam restrições à sua presença e o levavam às suas casas. Indicou, espontaneamente, que o japonês não namorava, não noivava e não se casava com negros; no caso, disse, “é preciso separar o isolamento do preconceito”.

Esse exemplo e outros mais simples demonstram que o “negro” admite uma ampla flutuação do tratamento diferencial, sabendo atribuíla à distância sociocultural existente entre as pessoas em contato. Esse complexo de atitudes, de expectativas de comportamento e de técnicas sociais não impede que ele fundamente o “preconceito de cor” em elementos invariáveis. Ainda que aqui reine alguma confusão, a tendência dominante consiste: (a) em tomar a *cor* em sentido amplificado, como se ela

fosse um símbolo, ao mesmo tempo, da extração racial e da condição social do negro e do mulato; (b) em imputar ao “branco” uma definição categórica desse símbolo, que o converte em índice de inferioridade total (ou seja, racial, econômica, social, cultural, moral, política etc.).

Por aí se pode aquilatar quanto o “negro” se adiantou ao “branco” na compreensão da realidade racial ambiente. O último fica furioso com o primeiro e nem quer ouvir falar em “preconceito de cor”, porque teme estar sendo acusado de praticar alguma modalidade degradante de racismo. No entanto, ele não só não tem essa intenção, como vai adiante, fundindo os diferentes elementos que sempre articularam as relações entre “negros” e “brancos” à equivalência entre estratificação racial e estratificação social. Com uma precisão penetrante e pungente, constrói a cor como uma categoria histórico-social, ligando o que os “brancos” separam no pensamento, mas unificam no comportamento efetivo.[327]

Por essa razão, o “branco” pretende que, ao conquistar uma *situação de classe*, pelo prestígio social adquirido o “preto” anula as limitações ou as restrições associadas à cor; o “negro” advoga, exatamente, o contrário: depois de educado, de ter uma competência e uma posição é que depara com o “branco” pela frente e “encontra todas as portas fechadas”.

Por fim, é preciso testar o “preconceito de cor”. O teste é de realização fácil – basta submeter a personalidade branca visada a contatos por assim dizer experimentais. Todavia, o sistema moral de referência é complicado. Vejamos um exemplo. Um jovem negro disse para um seu amigo mulato que “as moças da Faculdade [de Filosofia] não devem ter preconceitos”. Tencionava convidálas para ir a uma gafieira, para ver o resultado. O amigo ponderou: “Elas não irão e isso não tem nada a ver com preconceito. Elas também não vão a gafieiras de branco. Não é o meio em que vivem”. O que mostra que, onde o teste é feito, o “negro” se preocupa em estabelecer um sistema de referência adequado às provas.

No que se refere à compreensão das bases estruturais e dinâmicas do “preconceito de cor”, graças à qual o negro projeta as suas relações com os “brancos” na organização da própria sociedade global, nove itens atraem atenção especial.[328]

Primeiro, o “negro” tem plena consciência da importância que a dissimulação possui nas orientações do comportamento do “branco”. A fórmula pela qual descreve essa tendência envolve duas palavras muito

cruas: “fingimento” ou “falsidade dos brancos”. No entanto, ela se expressa com maior neutralidade e cortesia nos círculos cultos da “população de cor”, onde se fala que a cordialidade do “branco” é aparente – “uma questão de verniz”. Como já indicamos, porém, não se liga uma repulsa definida a esse estado de coisas. Ao contrário, como declarou em sua entrevista uma jovem mulata, ao descrever suas relações com seus professores: “Eu não sei se as atenções e delicadezas dos professores são naturais ou são fingidas. Pode ser que não sejam naturais. Isso pouco me importa. O essencial é que me tratem bem e eu me sinta considerada pelos professores”.

Segundo, a estereotipação negativa, em todas as suas modalidades – desde as objetivações de teor folclórico e popularesco (aqui através do samba), até as avaliações que defrontam o caráter do “negro” nas representações do “branco” (“negro é vagabundo”, “sujo”, “beberrão”, “não merece confiança” etc., ou “a negra é porca”, “mulher àtoa”, “só serve pr’aquilo” etc.) e restringem a sua aceitação

–, é percebida tanto formal e materialmente, quanto funcionalmente. Embora o conhecimento da dissimulação crie vacilações, mas sem interferir, via de regra, no curso exterior das relações sociais, os conhecimentos pertinentes à estereotipação formam a própria base das manifestações de autodefesa do “negro” e do que se poderia chamar de seu “preconceito reativo”.[329] Em algumas circunstâncias, mesmo, eles suscitam desconfianças irredutíveis, que “envenenam” e deterioram todo o clima de convivência com os “brancos”.

Terceiro, há uma clara percepção da dualidade do código ético do “branco”, à qual se associa uma tendência reativa insopitável de entender a ideologia racial dominante como uma consciência falsa e mistificadora da realidade. Ainda que os dados expostos a partir do quarto capítulo prescindam de qualquer reforço empírico, a importância desse item nas orientações das atitudes e comportamentos do negro e do mulato nos aconselha a reproduzir parte de um dos documentos típicos, que recolhemos. Num debate público, através da intervenção de um advogado negro com larga participação na liderança dos movimentos reivindicativos, ouvimos as seguintes ponderações:

> Não podia, como ainda não pode, o branco habituar-se à idéia de considerar sua propriedade perdida como um cidadão em pé de igualdade. Havia de, por todos os meios, conservar a

> sua antiga mentalidade de senhor e manter o negro no seu lugar, na cozinha das novas casas grandes, nas senzalas do analfabetismo, nas gargalheiras da inferioridade, sem lhes propiciar sequer uma oportunidade [...]. Há uma técnica perfeita, talvez fruto de um acordo tácito, para esconder e atenuar as culpas coletivas do grupo dominante [...] uma técnica verdadeiramente negativa que ainda agora, nos dias que passam, é adotada com êxito nas relações públicas internacionais do Brasil. É o emprego de um chavão surrado e desmoralizado aqui dentro das nossas lindes territoriais. Com efeito, esse método de divulgação, de se fazer história, com base unilateral, destina-se a fazer uma espécie de *pressão,* uma certa dose de preparação psicológica dos menos avisados e dos mais crentes dos visitantes estrangeiros e os leva a enxergar o problema das relações raciais por um prisma deformado propositadamente. Por esse prisma, tudo aqui é um mar de rosas. O branco é branco, o preto é branco, o amarelo é branco, tudo constitui um clima de branquitude imaculada, onde os vários contatos dos vários grupos étnicos participantes da nacionalidade – já adaptados ou em vias de adaptação – esses contatos se fizeram e se fazem roseamente, sem choques, branda, mansa e placidamente. [...] A questão era e ainda o é camuflada de modo que aquela pressão se exercita até em certos setores culturais, impingindonos ao mundo como a mais perfeita expressão de democracia racial. E aqui [...] é a apresentação para inglês ver. O clima preparado, a história, a notícia, o relatório afirmam que não temos problemas ou preconceitos de cor. Essa assertiva, partilhada até ingenuamente por cidadãos e personalidades de muito bom quilate, é a fatiota bonita para "inglês ver"; é a bela viola do brocardo popular. Em verdade, porém, o negro é um marginalizado e, como tal, um insatisfeito.

Quarto, em conseqüência desse conjunto de percepções, ao contrário do "branco", o "negro" tende a discernir com objetividade a emergência e a perpetuação de práticas discriminativas. Vê-se inclinado, assim, a retêlas como "um dado natural da situação". Eis um bom exemplo. Em sua entrevista, um escriturário negro focalizou as manifestações do "preconceito de cor" no comércio, dizendo:

> os donos de lojas, de bar (não há garçons de cor) não são culpados por essas barreiras. São os fregueses que os obrigam a agir assim, quando não colocam um negro. É claro que um negro atrapalha os negócios: chega um freguês, há dois balconistas – um branco e um negro, por exemplo –; se o branco estiver ocupado, ele fica embromando até que o branco esteja livre. Isto, além de atrapalhar o serviço, traz prejuízos para o empregador.

Quinto, o "negro" também aprende objetivamente as fontes de diferenciação das atitudes, avaliações e comportamentos raciais dos "brancos". Ele não só sabe como as diferenças de níveis sociais e de tradição cultural (relacionadas com as origens raciais, étnicas ou nacionais dos diversos grupos da população) se refletem na graduação da intensidade do "preconceito de cor", como já assinalamos anteriormente; lida, ainda,

com duas outras variáveis: as conexões entre a tolerância ou a intolerância e o tipo de personalidade dos “brancos”; e as oscilações devidas à própria gradação da cor da pele, ao sexo, à idade etc., do agente negro ou mulato. [330]

Sexto, semelhante compreensão da situação global desenvolve no “negro” uma forte propensão a discernir as pessoas, os valores e as oportunidades de suas próprias opiniões ou avaliações gerais do “branco”, do seu “preconceito” e de suas conseqüências (o isolamento disfarçado das “pessoas de cor”). Isso não só estimula a acumulação de percepções úteis numa sociedade onde a aceitação seletiva do “negro” depende dos “caprichos”, da “simpatia” ou da “tolerância” dos “brancos” e na qual o “negro” pode se converter, com relativa facilidade, em exceção que confirma a regra. Gera, outrossim, certa maturidade de julgamento, graças à qual homens e mulheres, adultos e jovens, tentam “separar o joio do trigo” ou seja, selecionar em seus círculos de relações com “brancos” aqueles que podem ser “amigos certos e verdadeiros” ou “com os quais se pode contar”. Aliás, em diversas entrevistas ouvimos a mesma afirmação de que, apesar do “preconceito de cor”, pode haver “amizade profunda, desinteressada e verdadeira” do “branco” para com o “negro”. Essa convicção, que é ao mesmo tempo uma esperança, não confunde o “negro”. Nesse ponto, ele revela um conhecimento atilado das potencialidades de convivência interracial de uma sociedade em que o “preconceito de cor” é difuso e assistemático.

Sétimo, o “negro” não consegue captar, plenamente, todos os meandros das atitudes, vacilações e comportamentos dissimulados dos “brancos”. A convivência com estes ainda não foi tão longe que permitisse tal coisa. No entanto, ele distingue com penetração cabal as duas modalidades mais freqüentes de exteriorização do “preconceito de cor”: a dissimulada e a ostensiva; e revela que sabe algo mais: que a última escapa à tradição brasileira e a contraria.[331]

Por isso, sempre que pode, prefere aproveitar as evidências fornecidas pela última manifestação para criticar e combater o “preconceito de cor” em geral.

Oitavo, como não podia deixar de suceder, o “negro” é muito sensível aos matizes da situação interna em suas repercussões nas formas de acomodação e de consciência do próprio “homem de cor”. O importante,

em tudo isso, é a compreensão objetiva, inculcada pelo sofrimento e por fortes decepções comuns, de que condições externas, de participação da cultura ou de êxito unilateral, regulam o grau de consciência, de autonomia moral e de lealdade para com o *nosso grupo*. Em conseqüência, divergências substanciais – mesmo quanto à existência ou à não-existência do "preconceito de cor" e aos meios para combatêlo – ganham um foco de referência suprapessoal, podendo ser situadas em "níveis de explicação" que reduzem os perigos potenciais de desentendimentos e de conflitos. Os dados coligidos mostram que essa condição tem sido neutra para a superação das divergências. Mas introduz um mínimo de respeito e de compreensão pelo "outro" – senão das suas razões – nas fricções intermináveis. Em suma, o "negro" volta sobre si mesmo a fórmula que aplicou ao conhecimento do "branco" e da situação global, descobrindo e ajustando-se intelectualmente às diferentes formas de diferenciação sociocultural do comportamento, da personalidade e das orientações de sua contraideologia racial.[332]

Nono, há um item que não é universal, mas se associa, com muita freqüência, às objetivações mais radicais e intransigentes da "situação do negro". Trata-se do papel explícito que a espoliação desempenha na formação e na manutenção do "preconceito de cor". As percepções operam em três níveis distintos: (a) de explicação do processo abolicionista como um esbulho histórico e a expulsão irremediável do "negro" para a periferia da sociedade organizada; (b) de explicação das bases materiais e morais da perpetuação da desigualdade racial e, portanto, da associação entre o "preconceito de cor" e a defesa dos privilégios da "raça dominante"; (c) de explicação dos níveis diferenciais de aproveitamento, retribuição e promoção do "negro" no sistema de trabalho livre, o que situa a espoliação em termos de manter uma reserva de candidatos para os trabalhos indesejáveis e da deterioração dos níveis de remuneração do "trabalhador negro".[333] Esse item, embora apareça de maneira assistemática e só em contextos especificamente inconformistas, possui importância quase única. É que ele constitui o único componente do desmascaramento racial que não gravita em torno de argumentos morais e que apela, francamente, para uma aparente vinculação do "preconceito de cor" com os interesses materiais da "raça dominante".

No que diz respeito às condições exteriores ao “preconceito de cor”, de natureza agravante, três pontos merecem consideração especial. Ao que parece, o “negro” tende a colocar em realce a própria capacidade de “lidar com o branco”. Os que não têm tirocínio sobre a convivência com os “brancos” e, principalmente, os que se entregam de maneira obstinada a certas convicções funestas, criadas pelo “complexo”, ajudariam a agravar as manifestações do “preconceito de cor” e a convencer os “brancos” de que “a melhor política” (para não dizer “a única política certa”) seria a da exclusão ou a da aceitação ultraexclusiva.

Outro ponto que é focalizado com relativa penetração se relaciona com as migrações internas. Muitos dos entrevistados abordaram o assunto espontaneamente, procurando sugerir as dificuldades inerentes à renovação contínua da “população de cor”. Aos poucos, o “negro” aprende a viver na cidade, a usar os seus recursos e a se resguardar das manifestações veladas ou ostensivas do “preconceito de cor”. No entanto, “os pretos que vêm da zona rural sem qualificações técnicas, sem recursos e sem conhecimentos [...] não podem se ajustar na cidade como grupo”. Em suma, em cada geração os mesmos problemas se recolocariam continuamente como se a experiência acumulada coletivamente fosse inútil.

Por fim, o “negro” também percebe que a comunidade metropolitana possui inconvenientes imprevisíveis. Os grupos raciais, étnicos e nacionais, bem como as classes sociais, adquirem novas formas de autonomia e de auto-afirmação. Ganham, por conseguinte, liberdade de desobedecer a normas consagradas socialmente e de impor suas concepções particulares do mundo. Assim, o “negro” se deu conta de que o “preconceito dissimulado”, por ruim que seja, é preferível ao “preconceito ostensivo” e tentou compreender este último como parte da “situação nova”, em gestação.

Quanto ao segundo ponto, os efeitos do “preconceito de cor” são retidos, como assinalamos, em dois níveis distintos. Vejamos, primeiramente, os que se elevaram à esfera de consciência social à luz da organização das relações raciais na sociedade paulistana. Aí ele é representado como “o grande problema do negro”. Embora haja clara consciência de que o “preconceito” não opera isoladamente e de que a barreira principal vem do “problema econômico”,[334] difundiu-se, graças aos movimentos reivindicatórios, a firme convicção de que o “preconceito de cor” impede a

correção das dificuldades econômicas que degradam o nível de renda e o padrão de vida da "população de cor". Doutro lado, acentua-se que a mistificação da consciência racial, fomentada pela raça dominante, colhe os próprios "negros" em suas malhas, desarmando-os e impelindo-os à passividade. Eis como essa percepção se faz sentir, com acento típico:

> [...] existe preconceito de cor [...] e de maneira bem perniciosa, pois, além de ser um preconceito, é hipócrita. Nos Estados Unidos, onde esse preconceito é declarado, beneficiou o negro, levou-o a voltar as vistas para si e resolver os seus próprios problemas. No Brasil, aconteceu justamente o contrário. A negação do preconceito de cor fez com que o negro caísse cada vez mais. O aspecto que nós verificamos disto aí está, para que todos vejam. O negro não tem possibilidade de nada. Não tem possibilidade de ascensão. Essa é uma situação que, se continuar, estará fadada a raça negra a um desaparecimento inglório no concerto racial.

Desse contexto lógico, emocional e moral tinha de sair, naturalmente, uma visão implacável dos efeitos do "preconceito de cor". Quaisquer que sejam as limitações de sua herança sociocultural e de seu ponto de partida intelectual, nesse terreno o desmascaramento dos velhos mitos raciais atingiu seus verdadeiros fins. Se as coisas não se modificaram, a culpa não cabe ao "negro", mas à ausência de comunicação efetiva e de solidariedade orgânica entre os estoques "raciais" em coexistência social.

Nesse plano, pelo menos cinco percepções básicas requerem menção obrigatória. Primeiro, uma que é cultural e delineia, vigorosamente, o modo pelo qual o "negro" se representa a função manifesta do "preconceito de cor". Por seu intermédio, o "branco" "visaria *manter o negro no seulugar*", ou seja, preservar a distância social existente entre os estoques raciais e manter a desigualdade racial tanto nas relações entre os indivíduos, quanto na sucessão das gerações.

Seria inútil acrescentar outras transcrições à ampla documentação já apresentada. Não obstante, julgamos que o seguinte trecho de um dos depoimentos merece exceção:

> O que há, pois, é a oposição racial velada, um meio termo entre os extremos de classe e de raça, sob a forma de representações coletivas, estereotipadas, que pintam o negro como preguiçoso, bêbedo, imoral, abúlico, estereótipos que são uma tremenda barreira aos seus esforços de ascensão; e quando esses esforços se concretizam – a conceitualização do problema é plástica – *o preconceito de cor atua como arma de defesa do branco*,

> provocando na alma do negro um estado de tensão que pode favorecer o ressentimento ou um complexo qualquer.[335]

Segundo, a compreensão de que mesmo a aceitação seletiva envolve certo grau de isolamento, que não nasce da inibição da "pessoa de cor" mas das disposições de seus "amigos brancos". Em sua entrevista, uma professora negra salientou:

> Mas numa reunião [sente-se] falta de ambiente mais elevado. Sente-se isolamento. Se eu chegasse a uma festa, ficaria sem poder conversar, porque só dão atenção às outras [às brancas]. Entre os homens, também. Numa festa, num baile, nota-se quando um cavalheiro branco dança com preta. Salvo quando a moça preta tem duas dúzias de conhecidos brancos. [336]

Portanto, a imagem de que a aceitação é ambígua, precária e insatisfatória, impondo penosa indulgência para com as atitudes, os comportamentos ou as preferências do "amigo branco", e implicando isolamento residual em plena interação, possui ampla consistência. No espírito do "negro" ela aparece como uma aproximação que é, ao mesmo tempo, um afastamento. Além disso, há grande interesse pelos efeitos que transformam o "preconceito de cor" em drama psicológico e moral.

Duas percepções específicas se voltam nessa direção. Uma, que apanha o "complexo de inferioridade" como formação psicossocial reativa. Nessa percepção, três elementos ganham realce: (a) como ela se forma, dinamicamente, sob a pressão de avaliações etnocêntricas e de práticas discriminativas dos "brancos"; (b) as experiências por assim dizer formativas das crianças e dos jovens em suas relações com os "brancos" da mesma geração ou das gerações mais velhas; (c) a comprovação de que ele não é um "atavismo ou alguma coisa que possa vir de pai para filho [...] mas é adquirido dos diversos comportamentos de brancos para com o preto".[337] Assim, este responde ao argumento, bastante generalizado entre os "brancos", de que "traz uma mentalidade servil na massa do sangue".

A outra percepção se relaciona com a apatia e com o que se poderia chamar de capitulação passiva do "negro" diante do "branco". Sem animosidade, ambas as coisas são projetadas na matriz das relações de subserviência – a vinculação do senhor e do escravo – e nas situações

posteriores, que frustraram a ressocialização da pessoa do “negro” para o regime de liberdade e de igualdade. Em conseqüência, procura-se um fator explicativo de natureza histórica, que não teria vigência em constelações nas quais o “negro” pudesse se afirmar socialmente. A apatia e a capitulação passiva são focalizadas, portanto, como anomalias que não refletem a vontade do “negro”; porém, um destino inelutável, contra o qual ele pretende (e espera) lutar, segundo uma filosofia inconformista: “quem tem de resolver o problema do negro é o próprio negro”.[338]

Quinto, ainda que de modo parcialmente confuso, o “negro” estabelece uma ligação entre as manifestações do “preconceito de cor” e o monopólio do poder pelo “branco”. Não só aponta, com argúcia, que as pressões morais, nascidas indiretamente das suas manifestações, desunem as “pessoas de cor” e aumentam sua propensão “a valorizar o branco”. Mas compreende que a norma de “dividir para reinar” faz parte de um código não expresso, que converte o “preconceito de cor” em uma arma funesta de dominação racial.

Em outro plano, o “negro” passa para juízos de valor de eficácia prática. A questão não era simples. Como categoria “racial” que herdou uma situação de raça extremamente heteronômica e que não dispunha dos mecanismos de solidariedade dos outros grupos étnicos ou raciais, até o caminho do seu autoesclarecimento se deparava como muito problemático. Por isso, não é de admirar que as grandes fórmulas práticas sobre “a segunda Abolição” e “a redenção do negro” tenham surgido no *clima das agitações* raciais, provocado pelos movimentos reivindicatórios. Na verdade, não se foi muito além, posteriormente. Só ocorreu uma mudança de estado de espírito, digna de menção. Como parte de uma orientação autoritária, pensou-se em alguns círculos da “população de cor” que o melhor seria fazer “o branco engolir o preconceito de cor”. Foi a primeira objetivação de uma réplica simplista à própria filosofia “racial” do “branco”: o que importa não é o que este pensa ou faz, mas o que é acessível ao “negro”, independentemente das preferências íntimas da “raça dominante”.

Nos últimos tempos, toda essa filosofia foi adocicada; porém, ao mesmo tempo, adquiriu maior vitalidade e eficácia prática. O “negro” prefere solapar a capacidade de resistência do “branco”, roubandolhes os argumentos que dariam sentido às práticas discriminativas. Portanto,

continua a lidar com o mesmo arsenal de fórmulas práticas (integração da família negra; valorização da mulher, da instrução e do lar estável; absorção de controles sociais que coajam o pai, a mãe, o jovem, o profissional etc., aos padrões mínimos de responsabilidade e de solidariedade, vigentes entre os brancos; instigação ao incremento do nível de renda e do padrão de vida; reeducação indireta do "branco" pela difusão dos tipos de personalidade ideal da sociedade inclusiva no "meio negro"; valorização da ação conjunta do "negro" para resolver os seus problemas e da "união da raça negra" etc.).

Contudo, o grau de amadurecimento revelado no uso dessas técnicas sociais, principalmente daquelas que podem ser exploradas em escala pessoal, aumentou consideravelmente. Embora não se empenhe ou só participe moderadamente de agitações ou grandes debates coletivos, o "negro" começa a enfrentar melhor certos desafios cruciais e inevitáveis. Discerne com maior objetividade a relação que existe entre a qualidade do comportamento e o tipo de ajustamento que é preciso desenvolver. Propõe-se com integridade (e às vezes também com argúcia) o problema de como ajustar a sua personalidade às exigências materiais e morais de uma sociedade de classes. Tenta aprender a competir sem criar uma área de desgastes pessoais e sem induzir o "branco" a formas abertas de resistência, afastando habilmente o perigo dos conflitos raciais. Tudo isso significa um alargamento do horizonte cultural médio, se não de toda a "população de cor", pelo menos dos que estão capitalizando os proventos da ascensão social. Contudo, está cada vez mais perplexo (e fica, talvez por isso, desinteressado) diante da colocação desses problemas em termos da situação coletiva do "negro".

Na época da intensificação dos movimentos reivindicatórios, já se sabia claramente que o *problema negro* tem duas faces. Uma, diz respeito ao que o próprio "negro" tem que fazer e deve fazer para enfrentálo e resolvêlo. Outra, coloca o "branco" dentro da arena. O *problema negro*, em termos das manifestações e dos efeitos do "preconceito de cor", é um problema reflexo. Os depoimentos coligidos indicam, vigorosamente, como isso se tornou consciente (eis três excertos ilustrativos: "[...] dar oportunidade ao negro. Como dar essa oportunidade? Instruindo o patrão branco, porque é ele precisamente quem não vai dar emprego ao negro"; "É preciso que o operário branco entenda que ele é tão pobre, tão miserável quanto o operário negro. É preciso que ele entenda que ele é igual ao preto e não há

diferença"; "Interessa resolver este problema [o do 'preconceito de cor'] pela educação, mais do branco que do negro. Porque o branco que é maleducado, não é o negro").

Todavia, como modificar o comportamento do "branco" antes de eliminar o "preconceito de cor"? Nesse ponto, o horizonte cultural do "negro" fica obnubilado. Como e aonde conduzir uma influência, através de um diálogo entre surdos e mudos inativos? As perplexidades que vitimaram os movimentos reivindicatórios continuam a operar com todo o seu peso funesto. O "negro" percebe as soluções e pressente o que se deveria fazer para conduzilas à ação. No entanto, não tem meios para ir mais longe, porque não é senhor do seu destino nem das condições que dão acesso às técnicas sociais de controle, a serem manipuladas. Daí ficar, mesmo no terreno prático, como mero formulador de diagnósticos.

Feita essa ampla (mas necessária) excursão pelos meandros dos mecanismos de percepção e de consciência sociais do "preconceito de cor", podemos voltar a nossa atenção para os outros dois aspectos a serem considerados.[339] Está claro que, em vista dos dados reunidos através da análise desenvolvida, é suficiente concatenar, aqui, as conclusões a que chegamos na interpretação seja das explicações fornecidas às manifestações do "preconceito de cor" pelo "branco" e pelo "negro", seja dos componentes éticos que regulam a orientação do comportamento do "branco" e do "negro" nas situações sociais em que aquelas se desencadeiam.[340]

Conseguimos caracterizar dezesseis explicações do "preconceito de cor", manipuladas logicamente pelo "branco", sendo que quinze típicas e uma atípica. Entre as explicações típicas, sete abstraem os itens e os temas explicativos de caracteres imputados diretamente ao "negro":[341] *(1)* "os negros são culpados, pois agem servilmente, como se ainda fossem escravos"; *(2)* "eles não são aceitos por causa da cor";[342] *(3)* "é uma raça degenerada";[343] *(4)* "o preconceito nasce da falta de educação do preto"; *(5)* "os pretos não são inferiores, mas sentem que a cor os torna inferiores"; *(6)* "eles são tratados assim por causa das condições em que vivem";[344] *(7)* "o que chamam de preconceito é uma prevenção do negro contra o branco".

As oito explicações típicas restantes isolam itens e temas explicativos de caracteres imputados diretamente ao próprio "branco": *(1)* "os brancos

desprezam os pretos e não gostam deles";[345] *(2)* "os pretos são mal vistos pelos brancos. Por isso, são evitados"; *(3)* "os brancos não dão oportunidades aos pretos"; *(4)* "é falta de educação do branco"; *(5)* "é coisa de branco rico, imitada pelo branco pobre"; *(6)* "o que vale é o dinheiro"; *(7)* "isso veio de fora. É coisa dos imigrantes"; *(8)* "é imitação dos norteamericanos".

Nenhuma das explicações elabora caracteres imputáveis ao "negro" e ao "branco", simultaneamente, em termos de interdependência e de ação recíproca. A explicação atípica, por sua vez, foi formulada por um intelectual. Retém o "preconceito de cor" como uma conseqüência, independentemente de condicionamento social e cultural, de sentimentos profundos: "O preconceito de cor nasce de atitudes de simpatia e de antipatia, que fazem com que os indivíduos da mesma raça se unam e os indivíduos de raças diferentes se repilam".

Pudemos caracterizar quinze explicações do "preconceito de cor", manipuladas logicamente pelo "negro", sendo que catorze típicas e uma atípica. Entre as explicações típicas, seis extraem os itens e temas explicativos de caracteres diretamente imputados ao "branco":[346] *(1)* "o preconceito de cor é uma arma de defesa do branco"; *(2)* "o preconceito explica-se pelo orgulho dos antigos senhores e pelo ódio que eles devotavam ao negro"; *(3)* "é um preconceito artificial nascido de prevenções trazidas com os imigrantes"; *(4)* "imitação dos Estados Unidos, favorecida pelo ódio existente contra os negros entre os brancos";[347] *(5)* "nasce da hipocrisia do branco"; *(6)* "é produto do atraso e da falta de educação dos brancos".

Três explicações típicas retiram os itens e temas explicativos de caracteres diretamente imputados ao "negro":[348] *(1)* "a culpa é do negro, que não sabe fazer as coisas e comportar-se direito"; *(2)* "o negro é responsável como vítima, porque não se insurge contra as manobras dos brancos"; *(3)* "o preconceito de cor se explica pelos recalques [ou pelo complexo] do negro".

Seis explicações típicas apanham os itens e temas explicativos de caracteres imputados, simultaneamente, ao "branco" e ao "negro" ou às suas formas de interação social:[349] *(1)* "é um preconceito de classe, pois a cor indica a inferioridade econômica e social do negro diante do branco"; *(2)* "o negro foi escravo do branco e nunca teve recursos comparáveis aos

dos imigrantes. A Abolição deulhe liberdade, mas não independência econômica e social. Continuou, como antes, uma vítima inerme dos estereótipos que o degradavam como indivíduo, como pessoa e como raça"; *(3)* "a raça branca criou para si o conceito de superioridade e para a raça negra o conceito de inferioridade. Ao aceitar os dois conceitos, o negro sancionou a cor como marca da superioridade da raça branca e da inferioridade da raça negra"; *(4)* "o preconceito existe porque o branco nunca deixou o negro conquistar verdadeira igualdade de direitos"; *(5)* "é um preconceito misto, de raça e de classe. Não é só de raça, porque há brancos que aceitam o negro. Não é só de classe, porque certas restrições atingem todos os negros, mesmo os ricos. Como preconceito misto, é um preconceito de cor"; *(6)* "os brancos eliminaram os negros de sua vida e se acostumaram a viver isolados deles. Agora, os negros pensam que estão proibidos de comparecer a certo lugares".

A explicação atípica elabora uma representação ultrapessimista, apontando o "preconceito de cor como uma miséria da natureza humana". Ressalta que mesmo depois de ficar rico e de se integrar às camadas respeitáveis da sociedade, o negro poderá se debater nas malhas das evitações e das restrições vigentes. O que convém ressaltar, nesse conjunto de indicações, é mais ou menos óbvio. Há um contraste fundamental na manipulação lógica das percepções e conhecimentos de senso comum sobre o "preconceito de cor", que distingue, nitidamente, o "negro" do "branco". Ambos operam conceitualmente com os mesmos itens e temas explicativos. A inteligência da situação por parte do "negro", porém, é sensivelmente orientada pela presunção, direta ou indireta, de que o "preconceito de cor" envolve uma espécie de esbulho social praticado por uma raça contra outra. Por isso, as suas construções explicativas se projetam "numa perspectiva social em que contam, conjuntamente, a intenção de determinálo e a disposição de corrigilo. Em nosso entender, é graças a essa perspectiva social que o "negro" logra conferir teor específico, sentido genético e alguma penetração histórica às suas construções explicativas, preparando-as para ser, ao mesmo tempo: uma fonte de esclarecimento da razão; e um instrumento da ação, individual ou coletiva.

A análise dos componentes éticos, envolvidos direta ou indiretamente pelas manifestações do "preconceito de cor", levanos a resultados fundamentais para a caracterização da dinâmica do comportamento racial

do “branco” e do “negro”. No fundo, as orientações do comportamento racial do primeiro ainda são, extensa embora confusamente, governadas por uma ét*ica mascarada.* Isso se evidencia de três maneiras.

Primeiro, pela própria natureza das objetivações, socialmente persistentes, da dualidade do código ético do “branco”. Enumeramos oito aspectos típicos dessas objetivações, que traduzem o *background* moral das ações e das relações raciais, a partir do contexto psicossocial predominante entre os “brancos”:

(1) Continua a ser flagrantemente característico o contraste entre o *overt* e o *covert* (o manifesto e o subjetivo), nas atitudes, avaliações e comportamentos do “branco” em face do “negro”, o que faz com que a cordialidade exterior aparente coincida com tendências profundas de aversão ou de evitação;

(2) A principal conseqüência da dualidade do código ético consiste na obnubilação (com freqüência parcial, embora às vezes seja total) do horizonte moral do agente “branco”, o que deixa o campo aberto para o livre curso das avaliações etnocêntricas e das práticas discriminativas;

(3) A essa conseqüência se soma a deformação tácita (mas de tendências universais entre “os que possuem preconceito”) dos critérios de avaliação da pessoa, em suas aplicações ao “negro”, o que facilita o influxo incontrolado da estereotipação negativa, orientada contra o “preto” ou contra a “raça negra”;

(4) Do mesmo modo, as prescrições usuais ou costumeiras, de equanimidade, ponderação e “espírito de justiça”, deixam de ter valor (em regra de maneira parcial e variável), quando o “negro” entra em cena;

(5) É quase automática, entre os “brancos”, a combinação de três propensões concomitantes: aplicar critérios exclusivos ou unilateralmente exigentes de controle das realizações da “pessoa de cor”, reter as evidências concernentes aos casos negativos (ou aos aspectos negativos de determinados casos) e generalizálas a todas as “pessoas de cor”, como se as conclusões resultantes fossem “comprovadas”, “verdadeiras” e “indiscutíveis”;

(6) Nos confrontos entre as realizações, o caráter etc., de “brancos” e “pretos”, são tomados como critérios de julgamento os padrões do próprio “branco”, sem se levar em conta que os “pretos” não desfrutam das mesmas possibilidades materiais, intelectuais e morais, ou seja, omite-se, com

freqüência por completo, a necessidade de relativizar a perspectiva de avaliação;

(7) Mesmo nos casos positivos de aceitação, nas relações com os "negros" que caem na categoria da exceção que confirma a regra, subsiste a propensão a estabelecer, como ideal, limites de controle que não são impostos universalmente aos "brancos", em condições análogas;

(8) A predisposição acentuada a se admitir que influxos irracionais ("uma antipatia profunda", "uma ojeriza incontrolável", "uma repulsa incontida" etc.) operem livremente (ou sob um esforço limitado de autocontrole) nos contatos e nas relações com "pretos que não sabem o seu lugar".

Segundo, pela natureza das influências que modelam, moralmente, a perspectiva social dos "brancos" nas relações raciais. Na verdade, os "brancos" aderem a uma ét*ica mascarada*, em grande parte, porque ainda estão sob o domínio do padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial. Não há outra explicação para os fatos registrados, que revelam: 1º – sua extrema insensibilidade – diante dos dramas humanos provocados pelas práticas discriminativas; em face das contradições indisfarçáveis entre a estereotipação negativa e os conflitos de padrões ideais da cultura; e ante as inconsistências visíveis das atitudes, avaliações e comportamentos raciais, herdados do passado, e os fundamentos axiológicos, compartilhados conscientemente, da ordem social competitiva; 2º – sua extrema tenacidade – na defesa e na perpetuação, no plano etológico, do padrão tradicionalista de relação racial, pela qual incrementam, pelas formas possíveis, a alienação moral do "negro" (o que está por trás de disposições do tipo "preto não é gente", "é preciso pôr o preto no seu lugar", "o negro não tem cabeça para se governar" etc. – senão a autonomia moral do "branco" e a mais completa heteronomia moral do "negro"?); 3º – sua extrema auto-complacência – patente no empenho de "salvar-se as aparências" (o que canaliza a crítica ou a fúria não contra o preconceito ou a discriminação, mas contra a sua manifestação ostensiva) – alimenta uma espécie de farisaísmo exemplar,[350] francamente tolerante ao comércio com o "preconceito de cor".

Terceiro, pelo campo confinado da revolução do horizonte moral. Esta tende a se operar com intensidade crescente. Mas encontra uma barreira na ausência de entusiasmo com que os critérios da ordem social competitiva

são aplicados ou impostos às relações raciais. Há os que perfilham desaprovações virulentas – e que representam o "preconceito de cor" como "nódoa imunda", "coisa estúpida", "comportamento indigno de gente civilizada" etc. Contudo, tais verbalizações não impedem, em situações concretas, que seus agentes tomem decisões morais ambíguas e por vezes chocantemente contraditórias.

Doutro lado, os que sentem alguma responsabilidade pelo "destino dos outros" nem sempre se julgam seguros. Já nos reportamos a um caso concreto. Uma das pesquisadoras se viu diante de um dilema: apoiar a "mãe preta", que proibia a filha de estudar, ou apoiar esta última? E mais tarde, o que poderia lhe oferecer? Portanto, muitas vacilações nascem da essência das coisas. Mesmo quando pretende se livrar dos antigos padrões de moralidade, o "branco" os carrega consigo e é forçado a leválas em conta. A sociedade ainda não os converteu em forças superadas, pois ela própria, nessa esfera, entretém muitas estruturas arcaicas. O ponto de equilíbrio da dinâmica do comportamento racial do "branco" não nasce, em síntese, totalmente do presente. Há um compromisso com o passado recente (e mesmo com o passado remoto) que faz com que o universo moral do "branco", a esse respeito, seja amplamente conformado (e, em vista das exigências da situação, claramente deformado) pelo padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial.

Apesar de o "negro" não escapar totalmente a essa fatalidade, desvendamos um panorama bem diverso na análise do seu mundo moral, naquilo em que ele se relaciona com as manifestações do "preconceito de cor". Seria impossível (e também inútil) negar que as orientações do comportamento racial do "negro" são dirigidas e reguladas por uma ét*ica reflexa*. Na medida em que ele assimilou os padrões da vida moral do "branco", o "negro" se enxerga, pensa e age através de uma moralidade que reflete os centros de interesse e os valores da "outra raça", que é a "raça dominante". Todavia, especialmente a partir da segunda década deste século **XX**, ele não usa essa moralidade como uma máscara. Não se esconde por detrás dela; nem possui razões para proceder desse modo. Ao contrário, seus interesses e suas aspirações sociais nos animam a uma rotação copernicana.

Quebrada a estrutura socioeconômica que o submergia em completo e irremediável estado de alienação moral, ele pretende praticar, íntegra,

inequívoca e substancialmente, aqueles padrões de moralidade. Por essa razão, ele expõe o "branco" a um impasse insustentável. Ele não ataca seus padrões de moralidade, nem os coloca em dúvida. Mas pretende, para si, como indivíduo e como coletividade, o direito de usufruílos sem limitações. Em conseqüência, além de reflexa, a sua é também, e por excelência, uma ét*ica igualitária*, na qual está em causa, como objetivo supremo, o propósito de igualar o "branco", socialmente, como e enquanto categoria "racial".[351]

Os diversos aspectos desse vasto quadro, com algumas das suas implicações mais significativas, delineiam-se limpidamente através dos resultados da nossa análise. Como o "branco", o "negro" também está preso à concepção tradicional do mundo e ao que ela faz das relações raciais. No entanto, a dinâmica do seu comportamento racial não se determina por impulsões pelo *status quo* e, portanto, de estabilidade do sistema de relações raciais. Ela se emaranha e se infiltra pelos meandros do presente (e daí se entrosar variavelmente com o passado), até um ponto em que a responsabilidade moral se volta para uma realidade em emergência e, em certo sentido, para o futuro. Como não entra em jogo a criação de uma ética própria, mas a conquista de uma posição autônoma para a fruição total de uma ética estabelecida, legitimada e aberta – da qual se vê afastado pelas contingências da desigualdade racial –, os anseios igualitários, inconformistas e inovadores do "negro" irão transparecer em dois planos: na pluralidade ética e na revolução do horizonte ético.

Sem dúvida, o "homem de cor" também suporta as inconsistências oriundas da tenacidade com que a relação racial heteronômica resiste a ser despejada no sótão das quinquilharias históricas. Aqui, vemos o indivíduo que sabe (ou pensa que sabe) que "o negro nunca passa de negro"; ali, está "o negro que sabe (ou pensa que sabe) qual é o seu lugar"; acolá, deparamos com os que se mortificam porque sabem (ou pensam que sabem) quais são as causas do "complexo", cultivam um puritanismo saudosista etc. Em situações desse tipo, o "negro" vive no presente, mas sem lutar por ele. Não é o que acontece quando se focaliza a cena através do que se acha em ebulição nas relações do "negro" com a ordem social da sociedade de classes. Então, a ética alimentada pela concepção tradicionalista do mundo aparece em plena crise. Nem mesmo os mais rústicos e ingênuos a respeitam integralmente, pois dá-se de ombros a muitas de suas regras e

todos repelem o espezinhamento extremo – “em mim, nenhum branco bota canga”...

Ao seu lado, como no passado recente, vicejam os que não têm meios para conquistar independência econômica e autonomia social. Sem bases materiais para pleitear uma ética da responsabilidade, constroem a sua antípoda: o relaxamento de todos os laços ou obrigações morais.

Ainda estamos nos limites da ética, pois o código do “negro malandro” e do “negro largado” cultiva a irresponsabilidade sistemática. É o seu caminho rude, para impor a liberdade da pessoa e uma esfera tangível de autodeterminação. Por fim, contam aqueles que conseguiram “pertencer ao sistema” e podem desfrutar os padrões de moralidade consagrados pela ordem social competitiva, em consonância com as regras morais que prevalecem no próprio “mundo dos brancos”. Estes estão diminuindo, lenta mas tenazmente, a distância social que separava o “negro” do “branco” e subvertendo as fontes da alienação moral do “homem de cor”.

Essa pluralidade de éticas é, em si mesma, um episódio sintomático. Ela indica que houve uma alteração radical na cena histórica; e que, em alguns pontos, o “negro” tem êxito na aventura de se libertar de outra ét*ica reflexa* que o aprisionava à moralidade do escravo. Apanhando-o nessa última fímbria em que ele porfia, diretamente, pela condição moral da pessoa no presente (e, através dele, no futuro), apreciamos, em segundo lugar, como ele refunde a sua própria natureza humana e os limites dentro dos quais trabalha por uma autonomia moral que permite combinar liberdade e responsabilidade. Então, quase podemos medir o caminho percorrido. As formas e os conteúdos do horizonte ético deixam, crescentemente, de distanciar e separar o “negro” do “branco”. Torna-se “uma peça do sistema”. Mas para ele isso é importante, porque é uma façanha na luta pela autoliberação.

Ao lado dos atributos, que definem o homem como parte do cosmos moral da sociedade capitalista,[352] erige-se todo um código ético que prevê, condiciona ou proíbe a rendição diante do “branco”: *(1)* A capitulação passiva, com os ingredientes que a determinavam e disciplinavam segundo as normas do padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial, é proscrita como “indigna”, “degradante” e “repulsiva”; *(2)* Com isto, não se condena, apenas, uma moral do senhor e do escravo: prescrevese que a concomitância entre o indivíduo e a pessoa, válida para o

“branco”, possui plena vigência para o “negro”;[353] *(3)* A valorização do padrão e do estilo de vida do “branco”, com seus interesses e valores sociais – e não a valorização do “branco” em si mesmo; *(4)* Por conseguinte, ao se identificar com a ordem social vigente da sociedade inclusiva (que é, ao mesmo tempo, “o mundo dos brancos”), o “negro” se divorcia de uma estratificação racial que não foi forjada nem por ela nem para ela. Pode se proclamar, com todo o vigor, arauto e campeão da igualdade racial; *(5)* Ao dissociar o comportamento e a pessoa do “branco”, o “negro” escolhe para combater não o agente humano do “preconceito de cor”, mas o padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial, com o tipo de dominação do homem pelo homem dele decorrente; *(6)* Tudo isso pressupõe um afã característico em quase todas as éticas igualitárias (pelo menos no período de sua imposição e consolidação): o “negro” procura se assegurar uma combinação estrategicamente vantajosa da objetividade à responsabilidade, tanto para desarmar moralmente o adversário, quanto para infundir à crítica dos costumes todo o peso irresistível da indignação de cunho propriamente moral.[354]

Pelo que se pode inferir, a revolução do horizonte ético do “negro” foi muito mais longe do que as aparências deixam suspeitar. Há, verdadeiramente, um clima potencial moralmente ativo seja para o desmascaramento do oponente (ou do simples defensor da ordem, no caso dos que ainda se identificam com o padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial), seja para a exposição das avaliações etnocêntricas ou das práticas discriminativas à execração pública (como fontes de prejuízos substanciais e irreparáveis à dignidade da pessoa e à intangibilidade de sua autonomia moral).

Por mais que se possa objetar que essas tendências serão inócuas,[355] enquanto persistir a falta de sincronia entre as orientações morais do comportamento racial do “branco” e do “negro”, algo é evidente e indiscutível. As pressões morais, procedentes das vítimas do “preconceito de cor”, emergem como forças dinâmicas, que operam no sentido de solapar ou destruir as funções das distinções raciais na organização do sistema societário global.

Encerramos, assim, a discussão do segundo dos quatro temas, que constituem objeto desta parte do presente capítulo.[356] Em nosso entender, logramos fixar um quadro nítido da situação de contato racial existente, a

partir da consciência social e do comportamento social inteligente dos próprios atores do drama. O “preconceito de cor” se manifesta de forma discreta, velada e morna. Contudo, isso não impede que ele corresponda a um padrão históricocultural e que, em conformidade com esse padrão, opere de modo constante, geral e segundo variações coordenadas socialmente.

Longe de se apresentar como fenômeno isolado, esporádico ou episódico – que afetasse, exclusivamente, certas personalidades atípicas ou deformadas –, ele apanha em suas malhas, de uma maneira ou de outra, todo um conjunto de ações ou de relações sociais, em que os homens se defrontam, primacialmente, como *brancos* e *negros*. Se as coisas não são tão evidentes, isso decorre da própria natureza do padrão históricocultural em questão, que impõe ao preconceito e à discriminação raciais uma feição assistemática, dissimulada e confluente. Sendo o que é, ele parece *outra coisa*.[357]

Os cultores do “preconceito de cor” podem colher suas magras e funestas vantagens, sem incorrer no ônus que outros têm pago ao reconhecimento inconfundível e leal de suas práticas preconceituosas e discriminatórias. Doutro lado, e isso é bem mais importante para os fins da análise, fica a nu algo essencial: o comportamento racial ainda é largamente modelado por influências arcaicas. Graças ao “preconceito de cor”, essas influências não só sobem à tona, como se projetam no presente, concorrendo com outras forças socioeconômicas ou socioculturais, que estão reelaborando as bases raciais da vida social organizada. Isso significa, naturalmente, que as influências arcaicas, mantendo-se ativas, também atuam como influências arcaizantes.

Não nos interessa, no momento, conduzir a análise empírica para o esclarecimento dos problemas sociológicos que aí se levantam. No entanto, nos limites da indagação que nos propusemos fazer, temos de completar o nosso quadro, sugerindo como efeitos dessa ordem se fazem sentir na atualidade. Passamos, pois, ao debate dos outros dois temas: as funções manifestas ou latentes do “preconceito de cor” e os mecanismos de reação societária às suas manifestações veladas ou ostensivas. Só que, agora, já dispomos de um sistema de referência empírico, bastandonos enunciar as conclusões teóricas mais relevantes a que chegamos.

Muitas questões fundamentais se colocariam diante de uma análise funcional do "preconceito de cor". Na verdade, pelo menos se poderia fazer uma pergunta crucial: por que certas funções sociais do "preconceito de cor" foram mantidas? O padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial entra em crise com a desagregação da ordem social escravocrata e senhorial; e essa crise ganhou intensidade, nos desenvolvimentos históricos recentes da cidade, a partir do segundo decênio deste século **XX**. Então, graças a um processo lento mas contínuo, os remanescentes do *antigo regime* entram na fase final de desintegração e de colapso. A concentração da riqueza, do prestígio social e do poder se altera de tal maneira que, no quarto de século subseqüente, quase se completa o primeiro ciclo da revolução econômica, social e política que fez de São Paulo a comunidade burguesa mais representativa do capitalismo e da civilização industrial no Brasil.

No entanto, como já apontamos, esse processo teve limitada repercussão na esfera das relações raciais. Somente quando entramos no quarto decênio deste século **XX** os efeitos do crescimento econômico e do progresso sociocultural começariam a repercutir definidamente na situação socioeconômica do negro e do mulato – e, como vimos, de forma vacilante e mitigada, mediante a absorção, em maiores proporções, da "população de cor" no proletariado urbano e em alguns níveis das classes médias.

A *revolução burguesa*, iniciada sob a égide dos grandes fazendeiros e dos imigrantes, desencadeia-se e chega ao término do seu primeiro ciclo históricosociológico, portanto, como um fenômeno típico do *mundo dos brancos*. Quase durante meio século, o "negro" contou apenas simbolicamente nesse processo, do qual ficou à margem em termos das posições estratégicas da estrutura de poder da sociedade global. O que nos interessa ressaltar, nesse amplo quadro histórico, é que nessas condições o regime de classes não funcionou como um sistema social aberto, competitivo e democrático senão para a "população branca" (e, no primeiro quartel do século **XX**, apenas para os segmentos dessa população que tinham grande vitalidade econômica, forte autoridade política ou algum prestígio social). Em tais condições, apesar das contradições entre o padrão tradicionalista de dominação racial e os fundamentos materiais ou morais da ordem social competitiva, a desigualdade racial se manteve quase intata e segundo moldes típicos do antigo regime.

Só no início do século **XX** é que se evidenciariam algumas tendências de solapamento estrutural e funcional daquele padrão de dominação racial, mas sem repercussões profundas, como sugerimos pela análise das agitações raciais no "meio negro". No conjunto, porém, foi no segundo ciclo daquela revolução histórico-social que se delinearam alguns sintomas de transformação do sistema de relações raciais herdado do passado. A absorção crescente do negro e do mulato em posições localizadas no núcleo da ordem social competitiva tende a oferecer as bases econômicas, psicossociais e socioculturais de um novo tipo de vinculação do "homem de cor" com as forças que organizam, estrutural e funcionalmente, as relações humanas na comunidade metropolitana. Todavia, o caráter incipiente dessa transformação (realmente profunda) e, principalmente, a distância socioeconômica e cultural que continua a separar os diferentes estratos da "população branca" da "população de cor" fazem com que ainda seja marcante o isolamento do "negro", com tudo o que ele representa como sintoma, efeito e condição (simultaneamente) da desigualdade racial ao velho estilo.

Aqui se acham as razões que permitem explicar, sociologicamente, não só por que o "preconceito de cor" se perpetuou com tamanha tenacidade. Mas o que tem maior importância interpretativa, por que ele se infiltrou na teia de relações de classes e alcançou elementos socioeconômicos, psicossociais e socioculturais para se atualizar através delas.

A persistência de modelos de distância econômica, social e cultural intransponíveis pela "coletividade negra" como um todo ou transponíveis, a duras penas, por pequenos grupos dessa coletividade produziu dois efeitos históricos-sociais de grande magnitude: 1º – manteve as acomodações da "população de cor" à ordem social da sociedade global em níveis de isolamento econômico e sociocultural que são atípicos (para não dizer anormais) no regime de classes sociais; 2º – associou às diferenças econômicas, sociais e culturais, inerentes ao regime de classes (e que se refletiram direta ou indiretamente nas acomodações raciais em São Paulo), a significação adicional de barreiras estruturais e dinâmicas às tendências viáveis de mobilidade social vertical no seio da "população de cor".

Essas conseqüências, descritas em outras palavras, querem dizer duas coisas. Primeiro, a equiparação socioeconômica e cultural do "negro" ao "branco" não assumiu, como processo histórico-social, caráter universal,

homogêneo e contínuo. Segundo, o bloqueamento do *mundo dos brancos* aos "negros'" – mesmo àqueles que se achassem em ascensão social real – iria se mostrar considerável, como se a organização da sociedade de classes se regesse, nesse domínio das relações humanas, pelos princípios da dominação racial tradicionalista.

Pode bem ser que tudo isso não passe de um fenômeno de transição. Nesse caso, as dificuldades de equiparação socioeconômica e cultural do "negro" ao "branco", bem como a desintegração do padrão de isolamento econômico e sociocultural difuso, seriam fenômenos de ocorrência previsível em futuro próximo. Essa não é, porém, a realidade que focalizamos em nossas investigações. Elas evidenciam, claramente, que a modernização do nosso sistema de relações raciais não foi nem tão longe nem tão fundo a ponto de se forjar um padrão de acomodação racial que fosse típico do regime de classes e que pudesse exercer influências construtivas seja na equiparação dos "negros" aos "brancos", seja, por conseguinte, na superação de modelos obsoletos de desigualdade social, que separam e isolam, inevitavelmente, as categorias "raciais" afetadas.

Atendo-nos à perspectiva sociológica aberta por essas conclusões, precisamos convir que o paralelismo entre *condi*ção *racial* e *posi*ção *socioeconômica* continua a possuir grande vitalidade, embora ele tenha se atenuado e existam probabilidades de que ele venha a desaparecer no futuro. Ele não desapareceu nem na fase de formação, nem na fase de consolidação e de expansão acelerada do regime de classes. E é desse ângulo históricosociológico que se poderia responder à pergunta formulada.

No conjunto das grandes transformações econômicas, sociais e culturais *in fluxu*, surgiram condições psicossociais altamente favoráveis a fenômenos de inércia cultural, nessa esfera do nosso sistema civilizatório. O "preconceito de cor" perdeu as bases materiais e morais que o suportavam no *antigo regime*, seja no período áureo deste (em que a ordem escravocrata e senhorial se manteve intata), seja no seu período de vigência parcial (na história cultural da cidade, aproximadamente durante os três decênios iniciais deste século **XX**). Ganhou outras bases materiais e morais, porém, que permitiram a persistência e por vezes o recrudescimento (quem sabe se ocasional e provisório?) das convenções costumeiras, que ordenavam as relações sociais entre "brancos" e "negros", no passado longínquo ou recente.

O que importa salientar é que o "preconceito de cor" por assim dizer *passou*de um mundo sociocultural a outro; e não *passou*como uma relíquia destituída de significações e de funções sociais. Ao contrário, se as análises desenvolvidas até aqui, com os dados empíricos comprobatórios, foram bem entendidas: ele *passou,* sensivelmente, com as mesmas significações e funções que sempre possuiu. É claro que houve algumas perdas. Em um mundo no qual o "branco" e o "negro" não se defrontam como *senhor* e *escravo,* já não se precisa do preconceito para fundamentar e legitimar moralmente a propriedade do homem pelo homem; e tampouco é necessário codificar a discriminação, de modo a regular a convivência das raças, sem misturálas socialmente. Mas também ocorreram acréscimos compensadores. Novas atitudes e avaliações raciais foram incorporadas, por meio da absorção de correntes imigratórias e de sua herança cultural. E, o que é relevante e precisa ser retido com objetividade, em nosso foco de análise, em vista da composição "racial" dos estratos da população beneficiados pela consolidação da ordem social competitiva, as condições de diferenciação das classes sociais e de estabilização de seus níveis sociais de vida não só favoreceram a perpetuação, em bloco, dos principais componentes do "preconceito de cor" como complexo cultural. Ofereceram-se novos suportes estruturais e dinâmicos, pelos quais a função subalternizadora da "posição social ínfima" – a polarização simétrica inseparável da "condição racial" – foi projetada no contexto da sociedade de classes.

Sem dúvida, isso explica duas coisas. Primeiro, por que as manifestações do "preconceito de cor" não sofreram solução de continuidade, embora passassem a se referir às condições da convivência interhumana na sociedade de classes. Segundo, por que o seu próprio padrão históricocultural permaneceu quase intato. Pondo de lado a questão de saber se é normal ou não a equivalência registrada entre desigualdade racial e desigualdade social em uma sociedade de classes, o fato é que essa equivalência fez com que o "preconceito de cor" continuasse a se manifestar de forma assistemática, dissimulada e confluente.

Contudo, em um ponto as coisas tiveram de se modificar de maneira radical. No passado, o preconceito e a discriminação raciais se diluíam e se disfarçavam por trás do padrão tradicionalista de dominação racial. Com o desaparecimento das estruturas que o suportavam, o "preconceito de cor"

veio à tona por si mesmo, ou seja, sem se diluir e se disfarçar em outros componentes do comportamento social dos “brancos”, em suas relações com os “negros”.

Trata-se, naturalmente, de uma conseqüência fácil de prever e inevitável. O padrão de equilíbrio da sociedade de classes impõe que o grau de concentração racial da renda, do prestígio social e do poder seja regulado pela capacidade de competição espontânea dos estoques raciais em presença. Embora as próprias condições de formação e de funcionamento da sociedade de classes introduzam vantagens que acabam beneficiando, unilateralmente, um dos estoques raciais e de maneira que dificilmente possa ser corrigida pelo simples automatismo da competição espontânea, [358] daí decorre que a estratificação do sistema tende a ignorar (senão a anular) as diferenças raciais. Como a transição não se processa de maneira automática, na realidade as estruturas arcaicas, vinculadas às influências diferenciadoras das diferenças raciais, são condenadas ao desaparecimento. Mas o mesmo não ocorre, pelo menos com igual rapidez, com os seus conteúdos culturais. Estes podem resistir à mudança, incrustando-se em novos suportes estruturais.

Está claro que, quanto maiores forem as dificuldades à transição de um tipo de organização a outro, ou quanto maiores forem os resíduos inassimiláveis legados por um regime a outro, maior será a tenacidade dos conteúdos culturais. Nos Estados Unidos, o fenômeno se manifestou, historicamente, segundo a primeira alternativa. Em São Paulo, chegamos à conclusão de que prevaleceu a segunda alternativa. Em toda a fase de formação da ordem social competitiva a composição racial dos estratos localizados nas posições estratégicas da estrutura da renda, do prestígio social e do poder foi tão unilateral, que durante pouco mais de quatro decênios a própria relação tradicionalista se manteve, total ou parcialmente, como suporte estrutural do “preconceito de cor”.

À medida que esse suporte se decompõe e se esfacela, porém, os seus componentes não desaparecem pura e simplesmente. A nossa análise demonstrou que eles se reaglutinam. E, o que é curioso, essa reaglutinação se processa em torno dos comportamentos que possuem maior vitalidade. Assim, o “preconceito de cor” correspondia a funções específicas no passado; no sistema total de acomodações raciais, outras funções eram

preenchidas pelo padrão de relação com o negro como “escravo” ou como “liberto”.[359]

O mesmo sucedeu, em seguida, depois da Abolição, onde o padrão tradicionalista de relação racial continuou a ter vigência. Ora, à medida que esse padrão se desagrega, muitas de suas funções são absorvidas pelo “preconceito de cor”. Por conseguinte, independentemente de outras flutuações, percebe-se uma tendência bem clara de congestionamento funcional do “preconceito de cor”, como se lhe coubesse atender a necessidades sociais que eram satisfeitas através de outras fontes de controle social.

Isso explicaria uma terceira coisa, que precisa ser considerada sob cuidadosa atenção. Nas situações de convivência em que o “preconceito de cor” se manifesta, ele como que inflexiona as relações sociais normais, deformando-as em tal direção, que elas acabam tendendo, parcial ou totalmente, para o modelo fornecido pelo padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial. Graças a essa influência, caracteristicamente dinâmica mas sociopática, qualquer estrutura da sociedade de classes pode servir como suporte eventual do “preconceito de cor”. Doutro lado, ao ser assim inflexionada, a estrutura absorvente sofre uma diferenciação sociopática momentânea, passando a preencher as funções que, no passado, eram normalmente exercidas pelo padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial.

Enquanto certas porções do passado se reproduzem vividamente na atualidade, segundo tempo mais ou menos recuado e em lapsos variáveis de duração, o “preconceito de cor” absorve significações e funções sociais que antes recaíam nos suportes estruturais em que ele se inseria.

Essas explanações de ordem geral mostram quão complexa vem a ser uma análise funcional do “preconceito de cor” em São Paulo. Em compensação, ela lança enorme luz sobre o teor arcaico e o caráter arcaizante do “preconceito de cor”. A relutância em aceitar as alternativas atuais, inerentes ao regime de classes, compele os homens a voltar sobre as suas origens e a agir sob a ficção de que os processos históricos-sociais são reversíveis. Vê-se, assim, em toda a sua extensão a gravidade do “preconceito de cor” como problema social específico. Ele não constitui a única causa do desinteresse geral pela integração do “negro” à sociedade de classes. Mas desencadeia, entre os que o cultivam, intensa ou fracamente,

atitudes, avaliações e comportamentos sociais que impedem a aproximação total e a plena normalização das relações entre “negros” e ”brancos”. Doutro lado, impossibilita a diluição homogênea e rápida de distinções raciais que perderam, completamente, sua razão de ser. Três quartos de século após a Abolição, ele lança uma nódoa indelével em nosso clima de relações humanas, como se não soubéssemos perdoar os pecados que não foram cometidos pelos negros, mas por outros brancos.

Como lidamos com dados pessoais e com situações de convivência que abrangem pequeno número de pessoas, pudemos focalizar as funções sociais preenchidas nas manifestações do “preconceito de cor” em termos das situações de interesses de cada categoria “racial” e das orientações recíprocas que as caracterizam. Para facilitar a exposição, vamos proceder à enumeração dos resultados da análise segundo a natureza das conexões funcionais e a categoria “racial” em que elas se evidenciam dinamicamente. Eis o rol de funções que conseguimos discernir sociologicamente:

I – Funções manifestas do “preconceito de cor”:

(A) Entre os “brancos”:

(1) “Manter o negro em seu lugar”[360] – ou seja, combinar distância social e desigualdade racial de modo a impedir o acesso do “negro” a posições e papéis sociais concebidos como “apanágio do branco”. Isso exclui o “negro” do horizonte cultural do “branco” como um igual (condição em que só aparece, parcial ou totalmente,, como exceção que confirma a regra); alternativamente, projeta-o nesse horizonte cultural como subordinado e dependente;

(2) “Manter o negro na linha”[361] – ou seja, agindo em consonância com as normas, expectativas de comportamento e valores sociais decorrentes da disposição do “branco” em “manter o negro em seu lugar”. Em conseqüência, trata-se da aplicação de técnicas de controle social direto ou indireto que visam a manter o comportamento manifesto dos “negros”, nas relações com os “brancos” ou em situações de que estes participam, dentro de limites tolerados e prefixados convencionalmente;

(3) Confinar racialmente a área do *nosso grupo* – essa função possui duas polaridades: uma, que diz respeito aos padrões de sociabilidade e de

solidariedade; outra, que se refere à “pureza de sangue”. Por meio da primeira, processa-se ampla exclusão do “negro” dos círculos sociais do “branco”, principalmente no nível da “convivência íntima”; por meio da segunda, estabelece-se forte desaprovação ao casamento interracial, como se ainda estivesse em jogo o conhecido mecanismo de nobilitação social do “negro” pela sua inclusão no núcleo legal da “família branca”. Mais que qualquer outra, essa função se associa ao desinteresse pelo drama do “negro” no período de formação da sociedade de classes e pelo seu destino social no presente. Formou-se, graças a ela, no consenso do “branco”, uma propensão a admitir que a perístase do sistema sociocultural é tão acessível ao “negro” quanto a ele próprio. As ocorrências lamentáveis não suscitam simpatia e solidariedade, mas fortalecimento da estereotipação negativa e desaprovação frontal, como se a sua integração à ordem social vigente não fosse matéria de interesse coletivo;

(4) Concentrar a responsabilidade e a autoridade, com seus reflexos na representação da capacidade de organização, de decisão e de mando, nas mãos do “branco” – função derivada do padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial e que estimula o “branco” a atribuir a si mesmo o “direito de mandar” e de esperar do “negro”, correlatamente, o “dever de obedecer”;

(5) Preparar o “branco”, emocional e logicamente, para o clima de relações humanas resultante da dualidade do código ético, predominante no convívio interracial – também constitui uma função derivada do padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial; alimentando a “política de dois pesos e duas medidas”, que compele o “branco” a agir de uma maneira diante dos interesses ou das pessoas de sua “raça” e de outra maneira diante dos interesses ou das pessoas do “negro”;

(6) Fomentar critérios divergentes na aplicação das técnicas de avaliação e de controle sociais nas relações dos “brancos” entre eles próprios e com os “negros” – essa função também deriva do padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial; ela representa uma condição fundamental para “manter o negro em seu lugar” e para “manter o negro na linha”; seus efeitos solapam tanto os interesses puramente individuais e egoísticos do “negro” (como eles transparecem, por exemplo, nos mecanismos de mobilidade social vertical), quanto os interesses altruísticos (expressos na tendência a converter a “população de cor” numa minoria racial integrada);

(7) Projetar o “preconceito de cor” na área proibida e inconveniente da cultura – essa é uma função derivada do próprio “preconceito de cor”; não se associa, apenas, à defesa do padrão existente de desigualdade racial, mas, também, ao temor de que o reconhecimento franco incite os “negros” à união e à insubordinação coletiva.

(B) Entre os “negros”:

(1) Desenvolver tolerância e passividade diante da desigualdade racial e suas fontes ou conseqüências sociais – trata-se de uma polarização recíproca das duas funções mencionadas anteriormente: o próprio negro “coloca-se no seu lugar” e “age como deve” ou põe em prática mecanismos reativos que não incorrem em desaprovação sistemática por parte do “branco” (como os ajustamentos evitativos do “negro rústico”; a irresponsabilidade do “negro malandro”; o “complexo” ou o puritanismo do “negro ordeiro” etc.).

O importante não é o desajustamento ou o preço que o “negro” paga ao ajustamento. Mas o acatamento tácito e explícito de um código social e moral ajustado à condição heteronômica da “raça negra”;

(2) Incentivar a identificação do “negro” com a ideologia racial dominante – dado o caráter assistemático e dissimulado das manifestações do “preconceito de cor”, o seu terceiro componente (a confluência entre “cor” e “condição social”) possui enorme importância dinâmica. Não é o *agente*, mas a *vítima do preconceito* que acaba determinando o sentido das ações que a “prejudicam”. Como os “brancos” despiram a dominação que exercem de qualquer significação racial ostensiva e como suas opiniões, avaliações ou representações raciais são impostas como os *mores raciais* da sociedade brasileira, estabelecem-se condições extremamente propícias para uma espécie de efeito de inércia.

A vítima do preconceito não só é presa numa complexa armadilha, que cria enorme confusão moral. Mas propende, automaticamente, a lidar com suas experiências amargas segundo os critérios dos próprios agentes do preconceito, omitindo ou negligenciando um dos elementos em que repousa a objetivação e a eficácia sociais da confluência entre “cor” e “condição social”.[362] Daí se segue que as manifestações do “preconceito de cor”, enquanto suas vítimas não logram, socialmente, um mínimo de autonomia moral, em vez de afastálas da ideologia racial dominante, produzem o efeito

inverso, levando-as, ingenuamente, a absorvêla, a observála e a defendêla; [363]

(3) Ajustar o "negro", psicológica, social e moralmente, às situações de convivência e de interação com o "branco" associadas ao padrão históricocultural vigente de desigualdade e de dominação raciais – essa é uma função derivada do padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial; seu principal efeito psico e sociodinâmico consiste na formação de imagens em que o "branco" aparece como entidade dominante, quer entrem em jogo atributos psicológicos, sociais ou morais de indivíduos isolados, quer se trate desses atributos vistos através do conceito de "raça".

Tais imagens não só fomentam disposições à passividade e à subserviência, como fomentam um estado característico de alienação, graças ao qual a vítima do preconceito espera do "branco" as decisões para "resolver o problema" e vê na mestiçagem o caminho miraculoso para "melhorar a raça";

(4) Preservar, difundir e fortalecer formações reativas de natureza desmoralizadora – todas as formas de preconceito e de discriminação raciais se vinculam, funcionalmente, à defesa da ordem racial em que emergem socialmente; em nossa situação de contato isso se evidencia através dessa conexão funcional. As vítimas do preconceito desenvolvem opiniões, avaliações e representações raciais que as levam a consumar, pelas próprias mãos e, aparentemente, por decisões próprias, os atos irracionais de sacrifício extremo.

Desse ângulo, o "complexo", em seus diversos níveis de manifestações, atua como uma força destrutiva incontrolável, instigando crianças, jovens e adultos a se abandonarem a reações autopunitivas e derrotistas – o que converte o desinteresse sistemático, o desalento e a desilusão em mecanismos normais de ajustamento psicossocial. Essas formações reativas constituem o único recurso que os extremamente fracos possuem seja para proteger seu equilíbrio psicológico seja para resguardar sua "dignidade moral". Contudo, custam um preço exorbitante, pois animam uma redução drástica voluntária da área de participação da sociedade e da cultura, ao mesmo tempo que comprometem as vítimas do preconceito com atitudes e comportamentos que redundam na perpetuação ou no fortalecimento do *status quo* racial com todas as suas iniqüidades materiais e morais;

(5) Reprimir a agressividade até um ponto de tensão – as ambigüidades que cercam as manifestações do "preconceito de cor" deixam suas vítimas sem alvos concentrados para projetar a agressividade "para fora"; por conseguinte, a manipulação construtiva das tensões emocionais e morais, assim acumuladas, passa a depender, paradoxalmente, do autodomínio do "negro" no uso de técnicas sociais dos próprios agentes do "preconceito de cor" (o que pode resultar da ascensão social e dos reflexos desta na ampliação da área de participação da cultura).

Daí resulta uma incapacidade constante: a vítima do "preconceito de cor" raramente sabe manipular, construtivamente, a agressividade acumulada, voltando-a contra si, com freqüência, por meios indiretos. A vergonha ou o furor conduzem seja ao retraimento e à inércia (o que pode condicionar a desorganização progressiva da personalidade e da família), seja à violência mais ou menos cega (nas relações com o próprio "negro" ou com os "brancos", o que é mais comum). Em qualquer das hipóteses, elas desencadeiam atitudes e ações que dão ao "branco" a convicção de que a estereotipação negativa é "verdadeira" e traduz a realidade. De outro lado, tais atitudes e ações engendram maior falta de segurança e maior desorientação moral, forçando a vítima do preconceito a acreditar que, "no fundo", os seus algozes têm razão;

(6) Provocar consenso e simpatia entre as vítimas do próprio preconceito – essa função se consolida em conexão com os efeitos econômicos e psicossociais da classificação do negro na ordem social competitiva. Ao mudar de *status* social, o "negro" adquire novas técnicas sociais de auto-ajustamento e de autocontrole. Em conseqüência, aos poucos se desprende do universo tradicionalista e se liberta da apatia que o submetia à condição de vítima cega, muda e indefesa do "preconceito de cor". Assim, a mudança do contexto social contribui para alterar a personalidade do "negro" e seu modo de lidar com os problemas resultantes da manifestação do "preconceito de cor";

(7) Canalizar a formação de mecanismos conscientes de reação construtiva a seus efeitos prejudiciais – conforme a posição social adquirida e o grau de habilidade em aproveitar suas vantagens (principalmente na esfera da utilização das garantias e dos direitos sociais acessíveis), o "negro" pode tirar proveitos diretos no processo mencionado. Inclusive, pode se colocar em situação vantajosa para explorar a *indignação moral*,

que as manifestações do “preconceito de cor” suscitem em seu espírito, no ânimo dos “brancos” ou no “meio negro”.

Por enquanto, esse fator só sofreu manipulação efetiva no âmbito dos ajustamentos pessoais de personalidades em condições de comercializar essa indignação em fins próprios (relacionados, em regra, com a competição com os “brancos” e a mobilidade social vertical);

(8) Gerar uma área espúria de barganha entre os agentes do preconceito e suas vítimas – essa conexão funcional é inevitável; e, na medida em que o próprio padrão do “preconceito de cor” o exclui da categoria dos “grandes problemas sociais da sociedade”, essa área de barganha é insignificante. Mas esta aparece no plano dos ajustamentos pessoais, tornando visível o “negro trânsfuga”, que se acovarda moralmente e fica “capacho dos brancos”, em troca de compensações ínfimas ou discutíveis; e no funcionamento de certas associações, construídas com fins ilícitos, de “explorar a boafé” dos incautos, em regra, naturalmente, os “brancos poderosos”.

II – Funções Latentes:

(A) Entre os “brancos”:

(1) Eliminar a insubordinação, a violência e o conflito sistemático, da área de reações toleradas das vítimas do preconceito;

(2) Inculcar a *cor* da “raça dominante” como símbolo e fonte de posição social, de prestígio e de poder;

(3) Suscitar e fortalecer atitudes de lealdade do “branco” para com a hegemonia da “raça branca” e os meios pelos quais ela pode ser alcançada psicológica, social e culturalmente. Isso coloca, naturalmente, o “preconceito de cor” dentro da rede dos *interesses disfarçados*;

(4) Quebrar, reduzir ou anular a capacidade de resistência e os anseios virulentos de autonomia moral das “pessoas de cor”, como processo de afirmação niveladora em face do “branco” ou contra ele;

(5) Manter o contato racial no plano das relações categóricas ou de simpatia regulada, como condição da estabilidade da desigualdade racial e para impedir que aceitação seletiva solape, de alguma maneira, a dominação da “raça branca”.

(B) Entre os “negros”:

(1) Inculcar a “posição social” como símbolo de autonomia, de prestígio social e de poder;

(2) converter a ascensão social num processo de desligamento da condição de “preto” e, em sentido muito amplo, de branqueamento social, anulando pela base a importância que ela poderia ter tanto para a formação de uma minoria “negra” integrada, quanto para a equiparação entre “negros” e “brancos” na estrutura social;

(3) desenvolver e generalizar formas de autoproteção inócuas para a alteração dos padrões vigentes de relações raciais, seja por causa do seu teor irracional (como sucede com os indivíduos que defendem o equilíbrio do *ego* atribuindo as rejeições a razões improcedentes), seja por causa de seu teor egoístico e escapista (como acontece com os indivíduos que aprendem a lidar racionalmente com os efeitos socialmente previsíveis do “preconceito de cor”); no fundo, ambas as reações acomodam as vítimas do preconceito à situação racial existente;

(4) restringir o universo reivindicatório do “negro”, concentrando sua atenção, sua insatisfação e sua ambição em torno de aspirações de igualdade social que não põem em choque a concentração “racial” da renda, do prestígio social e do poder – e, portanto, que não afetam, diretamente, a situação de interesses dos brancos como e enquanto “raça dominante”;

(5) fomentar, em um contexto de consciência crítica e insatisfeita da situação racial, a diferenciação de atitudes, avaliações e comportamentos divergentes que definem os interesses específicos no “negro” como e enquanto categoria “racial”. Essa conexão funcional aparece como conseqüência da expansão da ordem social competitiva e responde aos requisitos dinâmicos de uma sociedade aberta multirracial. Ela condiciona a emergência das impulsões igualitárias e das manifestações de inquietação “racial” que lançam o “negro”, individual ou coletivamente, à luta pela equiparação plena em face do “branco”.

Essa enumeração nos revela, sob novo ângulo, quão profunda é a influência de fatores arcaicos na organização do horizonte cultural e das atividades sociais dos agentes do “preconceito de cor”. Na verdade, a questão de preparar o “negro” para a igualdade social, a livre competição e a solidariedade nacional não entram em linha de conta. O que prevalece,

intencional ou inconscientemente, é a orientação inversa, que visa assegurar continuidade e eficácia a um modelo de dominação racial que alicerça a hegemonia da "raça branca" na *incapacidade civil* da "raça negra".

Graças ao padrão que assume, o "preconceito de cor" não cria alvos explícitos de defesa ou de ataque. A vítima sofre as suas conseqüências negativas em extrema impotência, acabando ela própria por forjar ou por agravar o seu isolamento sociocultural, aumentando ainda mais a distância econômica e sociocultural que a separa da "raça dominante". Ela não dispõe, assim, de condições para construir qualquer solidariedade de tipo racial e para se erguer, paulatinamente, como minoria racial integrada. Doutro lado, as pressões da sociedade inclusiva mantêm um ritmo desigual de participação do progresso econômico, social ou cultural. Enquanto a quase totalidade da "raça dominante" se projeta na arena histórica e lidera os desenvolvimentos da mudança cultural progressiva, nem mesmo os segmentos favorecidos da "população de cor" têm acesso às formas de socialização e de sociabilidade, às técnicas de controle social e às posições ou papéis sociais institucionalizados de significação estratégica na organização de poder da coletividade.

Nesse sentido, Delineia-se uma linha de cor invisível, que estabelece um teto tácito à equiparação econômica e sociocultural do "negro" ao "branco". Esse teto pode ser furado por indivíduos isolados, sob a anuência ou a complacência do "branco". Mas não existe nenhuma disposição a compreendêlo (e, por conseguinte, a combatêlo) como barreira à integração nacional. Por fim, parece claro que, sob a pressão de seus interesses específicos, o "negro" projeta as manifestações do "preconceito de cor" em novas conexões de sentido e, portanto, em conexões funcionais que articulam melhor as relações raciais às possibilidades ou às exigências do presente.

No entanto, não possui elementos para intervir construtivamente na reconstrução do sistema existente de relações raciais. Primeiro, porque não é responsável nem pode corrigir a falta de um sistema de solidariedade supraracial, suscetível de identificar o "branco" com o "negro" e de irmanálo a seus anseios igualitários. Segundo, porque não dispõe de meios para melhorar a consistência, difundir e concretizar esses anseios dentro da "população de cor". O controle desses meios depende da abolição das fontes econômicas, sociais e culturais do padrão vigente de desigualdade

racial e, a julgar pelo que vimos, só a longo termo e lentamente é de se esperar alguma alteração de caráter estrutural. Terceiro, as funções de efeitos sociais construtivos se atualizam por intermédio das mudanças que afetam a situação econômica ou sociocultural do "negro" na sociedade inclusiva. Onde este passa a pertencer ao "sistema" (principalmente onde isso se dá em posições dotadas de alguma vitalidade socioeconômica), o "homem de cor" adquire uma situação de classe e, com ela, certas facilidades para proteger seus interesses pessoais, mesmo contra as manifestações mais arraigadas, encobertas e corrosivas do "preconceito de cor".

Não obstante, por enquanto as alterações dessa ordem só alcançam a área de ajustamentos pessoais que pode ser controlada pelas intenções do *socius.* O que significa que elas ainda não atingem, vitalmente, a concentração racial da renda, do prestígio social e do poder, sendo quase irrelevantes, portanto, como suporte para a modificação dos padrões vigentes de relações raciais. Na verdade, nem mesmo na esfera da competição puramente pessoal o "negro" encontra condições para resguardar seus interesses, continuando fora de questão o uso construtivo do conflito nas relações raciais.

Em suma, ao mudar sua situação social o "negro" transforma sua capacidade de interação com o "branco", o que dá origem a novas conexões funcionais nas manifestações do "preconceito de cor" definidamente vinculadas à transformação da ordem racial existente. Mas essas conexões não se desenvolvem plenamente, porque são sufocadas por padrões de comportamento racial obsoletos e por estruturas raciais arcaicas.

A análise dos mecanismos de reação societária às manifestações ostensivas ou veladas do "preconceito de cor" conduz a conclusões análogas. O sistema societário não possui nenhum mecanismo de repressão de tais manifestações. O padrão de dominação racial, herdado com a relação racial tradicionalista e assimétrica, pressupõe o "preconceito de cor" como requisito número um. Doutro lado, a formação e o desenvolvimento da ordem social competitiva ainda não se refletiram, estrutural e dinamicamente, na diferenciação desse padrão de dominação racial.

Como acentuamos, apesar das anomalias conseqüentes, as diferenças socioeconômicas e culturais da sociedade de classes serviram como suporte morfológico e dinâmico para a perpetuação do antigo padrão de dominação

racial. Isso determinou certa exacerbação do “preconceito de cor”. Na verdade, onde este não exerceu influência bem definida na adaptação da relação racial tradicionalista e assimétrica ao regime de classes, ele próprio absorveu alguns de seus significados e funções, condenados ao desaparecimento pelo novo clima de convivência humana. Portanto, ainda aqui a situação histórico-social de transição, com que nos deparamos, colocanos diante da mesma realidade.

A mudança social progressiva afetou o antigo sistema de relações raciais, sem contudo abalálo profundamente ou substituílo por algo mais ajustado aos requisitos materiais e morais da ordem social competitiva. Em conseqüência, as técnicas de controle social, que canalizam, disciplinam e orientam os mecanismos de reação societária ao “preconceito de cor”, ou são obsoletas e anacrônicas (como expressão direta de um estado extremo de demora cultural), ou são inconsistentes e débeis, estando longe de responder às exigências de uma ordem social competitiva (e, por isso mesmo, aberta e democrática pelo menos em alguns níveis da organização social).

Daí resulta: 1º – as tensões raciais, que emergem, como vimos, largamente dissociadas dos padrões normais das relações competitivas e de conflito numa sociedade de classes, são também enfrentadas, em grande escala, por meio de mecanismos de reação societária anacrônicos; 2º – a diferenciação desses mecanismos, em termos dos interesses e dos valores inerentes à ordem social competitiva, é quase neutra no plano dos controles societários globais; 3º – as tendências predominantes nos ajustamentos raciais analisados demonstram que a “população de cor” é mais sensível àqueles interesses e valores sociais, o que faz com que exiba, com maior intensidade e tenacidade, expectativas de comportamento mais ou menos adequados às exigências da situação.

O que caracteriza, fortemente, a reação do “branco” às manifestações do “preconceito de cor” não é o desejo de reconhecêlo como *problema social* e de extirpálo. Mas, ao contrário, o empenho de “salvar as aparências”, agora combinado ao temor de que a exacerbação do “preconceito de cor” acarrete novas ameaças à *paz social*. Enquanto a concepção tradicionalista do mundo se mantinha com equilíbrio, era fácil conjurar esses riscos descarregando nas costas do “negro” os ônus pelo equilíbrio do sistema de relações raciais. Assim, recorria-se a um expediente consagrado pela

prática. Onde o “preconceito de cor” se manifestasse de forma típica, exigindo reajustamento da situação, esta se processava à custa do próprio “negro”.

O procedimento tácito consistia em removêlo de determinados papéis sociais “para o bem dele”.[364] Não se cogitava desse “bem” à luz da mudança da estrutura da situação, da organização do comportamento ou do caráter dos “brancos”. Havia uma variável humanitária: ela transparecia onde o “branco” se impunha uma rotação de perspectivas sociais, que o envolvia na situação humana do “preto”. Esta conduzia, diretamente, às manipulações pressupostas pela fórmula de tratar a pessoa ou os interesses do “negro” como exceção. Assim, “apertava-se” na educação deste e nas exigências que ele tinha de suportar com êxito para ser acolhido “como se fosse branco” ou como “negro de alma branca”.

Ora, essa fórmula era, por sua própria essência, acomodatícia. Ela não pressupunha nenhum intento de pôr termo ao “preconceito de cor” e às suas conseqüências nefastas, seja para as suas vítimas diretas, seja para a coletividade. Permitia retirar uma ou outra “personalidade” do destino comum da “raça negra”, servindo os episódios para demonstrar o teor “democrático” do comportamento racial dos “brancos” e, simultaneamente, que o “negro” forjava a sua própria degradação. Mesmo na fase em que a concepção tradicionalista do mundo começa a entrar em crise irreversível (muito tardia, na esfera das relações raciais), esse padrão de humanitarismo farisaico dominava completamente os espíritos.

Já mencionamos, por duas vezes, um caso típico: da mãe que proibira sua filha de estudar, para evitar futuras desilusões. A jovem branca, que discutiu o caso com a velha, colocou-se o dilema existente. De um lado, a desilusão da moça; de outro, as perspectivas que ela teria. Viu-se tolhida e desempenhou o papel de Pilatos, que vem a ser o gesto de solidariedade racial que o “branco” julga ao seu alcance. Convém relembrar as melancólicas reflexões da informante, uma jovem de sensibilidade e magnífico caráter: “Tal estímulo [de incitar a mãe a corresponder aos desejos da filha] teria sido, a meu ver, um ato desumano. Mas quando penso nele fico também a pensar se mais desumano não seria deixar essa jovem sem nenhuma oportunidade de ascensão, sem nenhum horizonte de progresso”. Eis aí o drama ético do “branco”, em toda a sua pureza.

A crise da concepção tradicionalista do mundo o liberta das garras da acomodação farisaica, mas não tanto que o incite à verdadeira indignação moral. Incentivar o "negro" a se igualar ao "branco" seria um "ato desumano"; não fazê-lo, porém, vem a ser um "ato mais desumano". Com isso, fecha-se o círculo vicioso, onde deveriam começar ações de solidariedade social para com o "negro". Nada se alterará profundamente, enquanto o "branco" se fechar, abstratamente, nesse dilema. A "paz de consciência" pode ser obtida. O "branco" reage, individualmente, de modo a superar aquilo que ele combate na concepção tradicionalista do mundo. Mas não vai além, para impedir que os anseios igualitários do negro e do mulato suscitem "atos desumanos".

É claro que as situações de convivência forçam as portas em outras direções. Às vezes, o "branco" pode pôr em prática um novo padrão de humanitarismo. Em nossas observações, surpreendemos diversos e reiterados flagrantes dessa espécie. Um bom exemplo nos é fornecido pelo chefe do serviço de colocações de uma organização patronal. Ele acabou aprendendo, pela própria experiência, o que significa "preconceito de cor" na competição do "negro" por melhores níveis de ocupação e de renda. Aos poucos, envolveu-se emocional e moralmente na situação. Procurava ajudar os "candidatos de cor", com todo o empenho. "Outro dia me pediram um porteiro branco. Tinha somente a ficha de um negro e não o mandei. Depois apareceu um nordestino. Achei que era branco, mas pedi a umas colegas que o observassem e me confirmassem ou não. Acharam que era branco. Entretanto, a firma não o contratou."

Quando conseguia colocar um protegido, ficava entusiasmado, como o demonstrou, com exuberância, ao tratar do caso de um contador negro, que colocara em um emprego difícil e que "estava dando conta do recado".

Esse avançolimite, que caracteriza o desdobramento positivo das disposições igualitárias do "branco", pára no limiar do respeito pela ordem racial existente. Se as firmas aceitarem as sugestões, elas dão frutos. Caso contrário, receberão os candidatos de acordo com as preferências raciais expressas. A pressão da procura favorece o sentido do processo. No entanto, não se esboça a disposição de acelerálo, de forçar as coisas e, inclusive, de "colocar contra a parede" os que persistem na orientação contrária. Onde esta bandeira se ergue, ela é conduzida pelo "negro", que se vê mal compreendido e amargamente desamparado.

Dois estudos de caso permitiram avaliar a consistência dessa reação espontânea, que desaprova particularmente as manifestações ostensivas do "preconceito de cor", sob a capa do "preconceito de não ter preconceito". Um deles focalizava as repercussões da hospedagem a Katherine Dunham e seu grupo pelo Hotel Esplanada. Em toda a imprensa, de São Paulo e de outras capitais dos estados, surgiram censuras violentas.[365]

Porém, nem mesmo os jornais que demonstraram maior acuidade e objetividade foram ao fundo da questão e suscitaram a necessidade de atalhar o mal pela raiz. Somente numa manifestação deparamos com algo que abria esta perspectiva, malgrado as confusões explícitas: "somos sinceros quando afirmamos que não existem preconceitos raciais entre nós [...]. Todavia devemos trabalhar muito para que o conceito de igualdade humana penetre profundamente entre nós".

A conclusão que se pode extrair é que havia mais empenho em se ignorar a realidade racial que em descobrila, corajosa e objetivamente. Doutro lado, a desaprovação atingia menos o "preconceito de cor", em si mesmo, que os riscos do seu agravamento e de sua transformação em preconceito e discriminação raciais sistemáticos, descritos como "tifo racista".

O outro estudo de caso tomou por objeto as repercussões da promulgação da Lei Afonso Arinos, contra as manifestações da discriminação e do preconceito de raça ou de cor. Como se tratava de uma medida legislativa, que pretendia preceituar tais manifestações como contravenções puníveis legalmente, essa lei dava margem a que se considerasse como o "branco" se propõe o problema do controle do "preconceito de cor".[366]

Três coisas se patentearam claramente. Primeiro, independentemente de reconhecerem ou não a existência ou a gravidade do problema, prevalecia entre os "brancos" a tendência a considerar tais atitudes e comportamentos como de "foro íntimo". Em conseqüência, não se colocava a questão de extirpálo, mas de restringir a sua evidência ou os prejuízos que ele poderia acarretar às suas vítimas. Segundo, percebiam o interesse do "negro" em se revoltar contra certas manifestações irretorquíveis do "preconceito de cor", inclusive em termos dos direitos fundamentais, garantidos pela Constituição. Contudo, não se atentava para o interesse maior, relacionado com o equilíbrio da ordem social competitiva numa sociedade multirracial. Por isso, o controle mesmo do "preconceito de cor" aparecia como um

dilema humanitário, com fundamentos jurídicos, e não como uma imperiosa necessidade de caráter nacional. Terceiro, só opiniões isoladas atinavam com as razões mais profundas da existência e da exacerbação do "preconceito de cor". Ignorou-se, assim, a inocuidade da lei e o que ela representava como evidência substancial do "preconceito de não ter preconceito". As medidas que poderiam ter alcance construtivo, relacionadas com a participação anômala do "negro" do fluxo de renda, do prestígio social e do poder, foram simplesmente ignoradas. Como sucedeu no espírito do legislador, elas não se fizeram presentes, pois se isso acontecesse o *problema do negro* assumiria outra feição no quadro de cogitações pragmáticas dos "brancos".

Bem diversa é a posição do "negro" diante das manifestações veladas ou ostensivas do "preconceito de cor". Ao contrário do "branco", que por mais longe que vá, no plano verbal, permanece apático à necessidade de intervir na concentração racial da renda, do prestígio social e do poder, o "negro" parte dessa necessidade e em torno dela constrói suas reações coletivas contra o "preconceito de cor". Na verdade, qualquer que seja sua situação socioeconômica e cultural, ele jamais é indiferente ao dilema moral decorrente do "preconceito de cor" e também jamais se descarta da convicção, expressa ou meramente subentendida, de que o preconceito representa uma injustiça social.

Nós já apontamos, anteriormente, como o "negro" associa um teor reivindicativo aos seus anseios de ascensão socioeconômica. Ora, o *pathos* e o *logos* dessa reação se encontram no modo pelo qual ele se define, praticamente, diante do controle das manifestações e dos efeitos do "preconceito de cor". Se reduzíssemos a cinco as posições esquematicamente puras, que o "negro" poderia tomar nessa esfera de sua relação com a estrutura racial da sociedade brasileira, poderíamos constatar como ele nunca chega a ser, verdadeiramente, neutro em face dos interesses que se associam à *situação de raça* em que se acha inserido. O limite extremo pode ser tomado na atitude de retraimento do "negro rústico". Ele por assim dizer se isola irracionalmente, mas ao se isolar emite um protesto mudo, que é o único ao seu alcance, rejeitando um mundo no qual ele aparece como uma entidade subumana.

Em seguida, devemos considerar a situação do "negro desordeiro" e "malandro". Indo-se à substância das coisas, a sua reação possui o mesmo

significado que a do “negro rústico”. Só que ele procura alcançar o mesmo fim por outros meios. Julgando-se menos “ingênuo”, recusa-se a ser “trouxa”, recorrendo à irresponsabilidade declarada e sistemática como um expediente de evasão e de protesto. A essas duas reações toscas precisaríamos agregar as alternativas do “negro consciente” e socialmente “respeitável”. Aqui, temos três situações características. A do “negro trânsfuga”,[367] que independentemente de sua posição socioeconômica aceita a condição da exceção que confirma a regra em toda a plenitude, inclusive no plano das lealdades raciais.

Esse tipo, de fato, age como “superbranco”. Quase sempre mestiço e com freqüência mulato claro,[368] o seu pecado consiste em tomar ao pé da letra os mitos raciais elaborados pelo “branco”. Ele não é, propriamente falando, um *traidor*, embora seja representado dessa maneira no “meio negro”. O seu mal – se há algum mal nisso – está no grau com que se envolve com o *super ego ideal*, construído pelos “negros” como uma resposta à imagem estereotipada do “preto”.

De passagem, já indicamos como esse *super ego* se forma e como ele é compartilhado tanto no nível do “negro ordeiro”, quanto na carreira do “negro que sobe”. Os indivíduos não se tornam “trânsfugas” senão quando, ao participarem desse *super ego*, exageram nas medidas e acabam se convertendo em “lacaios” ou “escarradeiras dos brancos”. No entanto, até tais personagens dinamizam suas atitudes e comportamentos por uma incoercível incompatibilidade ao “preconceito de cor”. Sob certos aspectos, embora não se dêem conta disso, eles também reagem irracionalmente ao “preconceito de cor”, entendendo suprimilo pela rendição incondicional ao “branco”. Por isso é que eles repelem tão acintosa, violenta e ressentidamente os traços da imagem estereotipada do “preto” e se entregam por completo à ilusão de que pertencem ao *mundo dos brancos.*

O antípoda do “negro trânsfuga” é, naturalmente, o “negro consciente” e “radical”. O protótipo do *agitador racial*, que nasceu e prosperou com os movimentos reivindicatórios no “meio negro”.

Esse, não só repele o “preconceito de cor” – mas faz a teoria que permite ligá-lo à concentração racial da renda, do prestígio social e do poder.

Por fim, temos o laborioso *self-made man* do “meio negro”, que descrevemos no capítulo precedente. Este pode se acomodar ao “preconceito de cor” e se amoldar, até, às suas manifestações mais

chocantes. Mas é seu adversário intransigente, embora fuja da luta racial organizada.

No conjunto, pois, apesar de todas as suas ambigüidades e contradições, a *situação de raça* confere aos diferentes estratos da "população de cor" uma espécie de sexto sentido, que polariza radicalmente a reação societária do "negro" ao "preconceito de cor" e o anima, consciente ou inconscientemente, a representálo como um esbulho social e algo indigno em si mesmo.

Essa disposição transparece de várias formas nos diferentes níveis do comportamento do "negro" e já eclodiu, de maneira sistemática, nas inquietações que agitaram o "meio negro".[369] O que nos interessa, aqui, diz respeito às razões que anulam essa disposição. Por que ela não se faz sentir como uma força socialmente construtiva e inovadora? Uma parte da resposta é mais ou menos óbvia. A própria desigualdade racial fomenta uma condição de dependência que reduz o "negro" à extrema impotência. Este não tem condições para se proteger senão através dos mecanismos de reação societária da sociedade global, vale dizer, senão indiretamente, através do "branco".

Dadas as inconsistências do nosso sistema de solidariedade nacional e as conseqüências do isolamento sociocultural difuso, mesmo quando demonstra a maior dose de "boa vontade", o "branco" não possui condições para ser um portavoz autêntico dos anseios de autonomia econômica, social e cultural do "negro". Tal coisa exigiria: 1º – que ele se transformasse em crítico da concentração racial da renda, do prestígio social e do poder; e 2º – que ele se dispusesse a reagir socialmente contra as manifestações do "preconceito de cor" mediante medidas que visassem, pelo menos, a curto e a longo prazo, à equiparação progressiva das duas "raças" na estrutura de poder da sociedade.

Doutro lado, como nos ensina o capítulo anterior, o próprio envolvimento da "população de cor" nessa estrutura de poder opera como uma fonte incontrolável de solapamento e de neutralização da capacidade de reação societária do negro e do mulato às manifestações do "preconceito de cor". Faltalhes autonomia econômica, sociocultural e política para engendrar mecanismos específicos de solidariedade racial e para desencadear ou fortalecer certas tendências básicas para a consolidação de uma democracia multirracial. Por essa razão, provavelmente, o "negro que

sobe" prefere voltar as costas às inquietações e às agitações raciais. Tenta submeter a controle apenas os efeitos do "preconceito de cor" que podem ser corrigidos no plano do comportamento social inteligente dos indivíduos isolados. Quanto ao *problema negro*, que constituía o alfa e ômega dos movimentos reivindicatórios, ele se omite, como se fosse impotente para tomar em suas mãos as decisões que afetam o seu próprio futuro e o destino de uma política racial baseada no pluralismo democrático.

Ainda aqui, portanto, descobrimos quanto os mecanismos de reação societária ao "preconceito de cor" estão divorciados da estrutura e da dinâmica de uma sociedade de classes. As fricções provocadas pelas manifestações do "preconceito de cor" só parcialmente se fundem ou se mesclam com a estratificação e o funcionamento da ordem social competitiva, tal como ela se apresenta na maior comunidade industrial do Brasil. Elas originam tensões que são, por isso, representativas de outros estágios de nosso desenvolvimento histórico-social. Como não poderia deixar de suceder, tais tensões são submetidas a controle ou largadas a si mesmas segundo técnicas sociais variavelmente características do passado remoto ou recente. Sob esse aspecto, somente o "negro" procura se inserir, material e moralmente, no mundo criado pelo regime de classes, mas como se fosse um intruso, que não desperta nem entusiasmo nem solidariedade no coração dos outros homens.

Encerramos, assim, a discussão dos temas que deviam ser examinados nesta parte do presente capítulo. Em nosso entender, as conclusões se orientam, homogeneamente, na mesma direção. Elas indicam que se estabeleceu um hiato considerável entre o nosso sistema de relações raciais e o padrão de integração social da ordem social competitiva, tal como ela chegou a se consolidar, historicamente, em São Paulo.

As tensões raciais eclodem em um mundo em rápida mudança econômica, social e cultural. Contudo, tal como se manifestam e são enfrentadas socialmente, elas não contribuem nem para precipitar a desintegração dos antigos padrões de relações raciais, nem para acelerar a formação de novos padrões de relações raciais, ajustados à estrutura e à dinâmica da sociedade de classes. Por enquanto, ambos os efeitos resultam da própria diferenciação da ordem social competitiva e das repercussões deste processo na reorganização do sistema herdado de acomodação racial. Graças ao estilo de sua manifestação e ao tipo de reação societária que

estimulam na sociedade global, as tensões raciais antes atuam no sentido de dar continuidade e de fortalecer a desigualdade racial, que na direção oposta, de incrementar a equiparação socioeconômica e cultural do “negro” em face do “branco”.

Dadas essas condições sociodinâmicas, são naturalmente limitadas as oportunidades do “homem de cor” de se transformar em agente histórico da modernização dos padrões vigentes de relações raciais. Ele fica, quase literalmente, à mercê das tendências, da mudança sociocultural espontânea. Realiza verdadeira proeza, sob todos os aspectos, quando consegue perceber o significado, as tendências ou as conseqüências das mudanças em curso, ajustando-se a elas ou se esforçando por atender às suas exigências psico e sociodinâmicas. Todavia, raramente ele logra condições exteriores e subjetivas propícias. Isso não só o impede de intervir regularmente na elaboração social construtiva das tensões raciais. Também dilui ou anula a maioria das influências inovadoras que o “negro” poderia exercer socialmente, no sentido de eliminar ou de reduzir a desigualdade racial.

2. O dilema racial brasileiro

Os resultados da análise precedente completam o nosso quadro de referência da situação de contato racial investigada. Ele evidencia, com vigorosa comprovação empírica, que a *situação de raça* da "população de cor" ainda não corresponde, estrutural e funcionalmente, às possíveis *situações de classe* segundo as quais se configura, morfológica e dinamicamente, a ordem social competitiva, tal como ela se manifesta em São Paulo. A explicação desse fenômeno de demora cultural foi fornecida ao longo de minucioso esforço de descrição e de interpretação, que combina a análise sincrônica com a análise diacrônica da realidade racial.

De um lado, a desagregação do regime de castas e estamental, associado à escravidão, não repercutiu diretamente nas formas de acomodação racial desenvolvidas no passado. Não só os mecanismos de dominação racial tradicionais ficaram intatos. Mas a reorganização da sociedade não afetou, de maneira significativa, os padrões preestabelecidos de concentração racial da renda, do prestígio social e do poder. Em conseqüência, a liberdade conquistada pelo "negro" não produziu dividendos econômicos, sociais e culturais. Ao contrário, dadas certas condições especificamente históricas, do desenvolvimento econômico da cidade, ela esbarrou com as pressões diretas e indiretas da substituição populacional.

As limitadas formas de sociabilidade e de vida social integrada, herdadas pela "população de cor" do regime escravocrata e senhorial, sofreram um impacto destrutivo e essa população enfrentou uma longa e intensa fase de desorganização social. Esses fenômenos contribuíram, decisivamente, para agravar os efeitos dinâmicos desfavoráveis da concentração racial da renda, do prestígio social e do poder. Por anômalo que isso possa parecer, manteve-se inalterada uma *situação de raça* típica da ordem social desaparecida, formando aquela população, em sua quase totalidade, um sucedâneo da antiga plebe rural e urbana.

De outro lado, a formação e a consolidação do regime de classes não seguiram um caminho que beneficiasse a reabsorção gradual do ex-agente

do trabalho escravo. A ordem social competitiva emergiu e se expandiu, compactamente, como um autêntico e fechado *mundo dos brancos.* Na primeira fase da *revolu*ção *burguesa* – que vai, aproximadamente, da desagregação do regime escravista ao início da **II** Grande Guerra[370] – ela responde aos interesses econômicos, sociais e políticos dos grandes fazendeiros e dos imigrantes. Na segunda fase dessa revolução, inaugurada sob os auspícios de um novo estilo de industrialização e de absorção de padrões financeiros, tecnológicos e organizatórios característicos de um sistema capitalista integrado, ela se subordinou aos interesses econômicos, sociais e políticos da burguesia que se havia constituído na fase anterior – ou seja, em larga escala, aos interesses econômicos, sociais e políticos das classes altas e médias da "população branca".

Em vez de se ajustar à ordem social competitiva, a *situação de raça* da "população de cor" teria permanecido inalterável, não fossem as transformações sofridas pelo fluxo da substituição populacional. O declínio progressivo mas drástico das correntes imigratórias e a intensificação das migrações internas acarretaram certas alterações no mercado de trabalho e nas técnicas de peneiramento ocupacional. Esse fenômeno é recente, porém, e ainda não se refletiu de maneira relevante nos padrões de concentração racial da renda, do prestígio social e do poder. Mas ele possui enorme importância heurística, porque indica que, nos últimos vinte e cinco anos, a situação de raça da "população de cor" passou a sofrer uma modificação definida, graças à aquisição de *situações de classe* típicas por alguns segmentos daquela população (a maior parte, mediante a proletarização; uma minoria, rala e heterogênea, pela incorporação nas classes médias; alguns, como casos individuais e esporádicos, pela inserção na classe alta).

A importância dinâmica desse processo deriva das conexões psicossociais do comportamento coletivo do negro e do mulato. Enquanto a ordem social competitiva parecia totalmente bloqueada aos seus anseios de classificação e de ascensão sociais, o "negro" ou se retraía e se isolava, agravando os efeitos anômicos da desorganização social, imperante no "meio negro"; ou se congregava em associações e movimentos raciais, que davam vazão às suas inquietações e canalizavam, coletivamente, o clamor do "protesto negro".

Na medida em que as pressões do mercado de trabalho foram abrindo a ordem social competitiva ao negro e ao mulato e em que se concretizaram

certas oportunidades de classificação e de ascensão sociais, o negro e o mulato vão se concentrar na luta absorvente para “pertencer ao sistema”. Abandonam as “agitações raciais” e se lançam, ardorosamente, pela senda da competição egoística e individualista.

Ambos os processos tiveram, até agora, escassos reflexos na desigualdade racial. Contudo, eles assinalam certas transformações raciais na organização do horizonte cultural, do comportamento e da personalidade do “negro”. O primeiro, porque o preparou para conhecer e reagir ao mundo em que vivia. Forneceulhe uma contraideologia racial, que o preparou para desmascarar a existência e os efeitos do “preconceito de cor” e o auxiliou, eficazmente, a diminuir a distância cultural que separava seus anseios sociais das exigências da situação. O segundo, porque deu continuidade e eficácia ao processo de reeducação, desencadeado pelos movimentos reivindicatórios, e porque reorientou suas insatisfações coletivas, concentrando-as em alvos viáveis e de efeitos profundos. Ofereceu ao “negro” a probabilidade de irromper na cena histórica como “gente”, com novos pontos de apoio societário para competir individualmente com o “branco” e, quem sabe, para propugnar coletivamente o advento da *Segunda Aboli*ção.

Se tudo isso é considerável, no conjunto a “população de cor” apenas está no limiar de uma nova era. Antes, por simples inércia, a concentração racial compacta da renda, do prestígio social e do poder era suficiente para resguardar um padrão absoluto de desigualdade racial. Agora que essa concentração começa a apresentar indícios de que está deixando de ser compacta, outros mecanismos entram em jogo, para resguardar e fortalecer a distância econômica, social e cultural que sempre separou o “branco” do “negro” em São Paulo. O pior é que este não dispõe nem de autonomia econômica, social e cultural nem de vitalidade política para arrostar, em segurança, as repercussões desastrosas desses mecanismos em suas tentativas de “pertencer ao sistema”. Impotente e desorientado, vê o “preconceito de cor” se insinuar pelos meandros das relações de classes, solapando ou diluindo suas aspirações mais construtivas de integração social e corrompendo o clima moral dos ajustamentos raciais. Em suma, descobre que “pertencer ao sistema”, “tornar-se gente” e “ser igual ao branco” são coisas distintas e que possuem muitas gradações. Como se fosse uma hidra, a desigualdade racial se recupera a cada golpe que sofre.

Onde os interesses e os liames das classes sociais poderiam unir as pessoas ou os grupos de pessoas, fora e acima das diferenças de "raça", ela divide e opõe, condenando o "negro" a um ostracismo invisível e destruindo, pela base, a consolidação da ordem social competitiva como *democracia racial.*

Delineia-se claramente, assim, o *dilema racial brasileiro.* Visto em termos de uma das comunidades industriais em que o regime de classes sociais se desenvolveu de modo mais intenso e homogêneo no Brasil, ele se caracteriza pela forma fragmentária, unilateral e incompleta com que esse regime consegue abranger, coordenar e regulamentar as relações raciais. Essas não são totalmente absorvidas e neutralizadas, desaparecendo atrás das relações de classes. Mas se sobrepõe a elas, mesmo onde e quando as contrariam, como se o sistema de ajustamentos e de controles sociais da sociedade de classes não contivesse recursos para absorvêlas e regulálas socialmente.

Caracterizando-se o dilema racial brasileiro desse ângulo, ele aparece como um fenômeno estrutural de natureza dinâmica. Ele se objetiva nos diferentes níveis das relações raciais. Por isso, seria fácil reconhecêlo nos lapsos das ações dos indivíduos que acreditam "não ter preconceito de cor"; nas inconsistências das atitudes, normas e padrões de comportamento interracial; nos contrastes entre a estereotipação negativa, as normas ideais, de comportamento e os comportamentos efetivos nos ajustamentos raciais; nos conflitos entre os padrões ideais da cultura, que fazem parte do sistema axiológico da civilização brasileira; nas contradições entre os tipos ideais de personalidade e os tipos de personalidade básica modelados através dessa civilização etc. Mas ele se originou de uma causa geral e comum: os requisitos estruturais e funcionais da sociedade de classes só se aplicam fragmentária, unilateral e incompletamente às situações de convivência social em que os *socii*se apresentam, se consideram e se tratam como *brancos* e *negros.*

Em outras palavras, as estruturas da sociedade de classes não conseguiram, até o presente, eliminar normalmente as estruturas preexistentes na esfera das relações raciais, fazendo com que a ordem social competitiva não alcance plena vigência na motivação, na coordenação e no controle de tais relações.

As descrições feitas permitem compreender e explicar geneticamente esse fenômeno de demora cultural. Ele se produz, de forma recorrente,

porque o “negro” sofre persistentes e profundas pressões assimilacionistas e, apesar de responder a elas através de aspirações integracionistas ainda mais profundas e persistentes, não encontra vias adequadas de acesso às posições e aos papéis sociais do sistema societário global. Para que sucedesse o contrário, seria preciso que ambas as pressões se combinassem, pelo menos, a uma equiparação social progressiva entre “negros” e “brancos”. Isso nos ensina, pois, algo muito importante. O dilema racial brasileiro constitui um fenômeno social de natureza sociopática e só poderá ser corrigido por meio de processos que removam a obstrução introduzida na ordem social competitiva pela desigualdade racial.

Essa explicação permite situar o *problema do negro* de uma perspectiva realmente sociológica. Ele não constitui um “problema social” apenas porque evidencia contradições insanáveis no comportamento racial dos “brancos”, porque traduz a persistência indefinida de padrões iníquos de concentração racial da renda, do prestígio social e do poder ou porque, enfim, atesta que uma parcela considerável da “população de cor” sofre prejuízos materiais e morais incompatíveis com os fundamentos legais da própria ordem social estabelecida. Esses sintomas conduzem à superfície o mal crônico, que é mais grave e pernicioso. Trata-se das condições mínimas de diferenciação e de integração normais de um sistema social.

A plasticidade do comportamento social humano e do funcionamento das instituições sociais permite que uma sociedade opere satisfatoriamente mesmo sob condições de equilíbrio social instável, mantidas cronicamente. Todavia, enquanto condições dessa espécie ficam inalteráveis, tal sociedade é condenada a formas anormais ou subnormais de desenvolvimento interno. Ela jamais pode se expandir até os limites de diferenciação e de integração normais, a que poderia atingir idealmente. Em terminologia durkheimiana, diríamos que ela não concretiza as potencialidades de desenvolvimento, asseguradas pelo tipo de civilização correspondente.

Ora, o dilema racial brasileiro nos coloca diante de uma realidade dessa espécie. O desenvolvimento da ordem social competitiva encontrou um obstáculo, está sendo barrado e sofre deformações estruturais na esfera das relações raciais. Desse ponto de vista, a correção de semelhante anomalia não interessa, primária e exclusivamente, aos agentes do drama, inclusive o que é prejudicado de modo direto e irremediável. Ela constitui algo de interesse primordial para o próprio equilíbrio do sistema, ou seja, para a

normalidade do funcionamento e do desenvolvimento da ordem social como um todo.

Como se sabe, onde as coletividades humanas enfrentam problemas sociais dessa magnitude elas revelam, ao mesmo tempo, especial dificuldade em descobrir e usar técnicas de controle social apropriadas. São Paulo não constitui, naturalmente, uma exceção a essa regra. A própria situação existente nasce, em larga parte, do fato de a desigualdade racial ser percebida, explicada e aceita socialmente como *algo natural*, *justo e inevitável*, como se a ordem social competitiva não alterasse o antigo padrão de relação entre o "negro" e o "branco". A única fonte dinâmica de influência corretiva irrefreável vem a ser, portanto, a própria expansão da ordem social competitiva. Mas isso faz com que a homogeneização do sistema social dependa de influxos espontâneos que são, por sua própria natureza, demasiado lentos e instáveis. Acresce que há um risco evidente e, por isso, previsível. As tendências descobertas não excluem a possibilidade de uma conciliação entre as formas de desigualdade inerente à sociedade de classes e os padrões herdados de desigualdade racial.

Por aí se infere quão importante se torna o lado prático do problema. Os mecanismos de reação societária são variavelmente inócuos ou insuficientes. Ou eles não captam a realidade racial no sentido de transformação da ordem social competitiva; ou eles fazem isso – como acontece com algumas das técnicas sociais manipuladas pelo "negro" – mas não encontram repercussão no fluxo da história. Ainda assim, duas coisas são evidentes.

Primeiro, a única força de sentido realmente inovador, e inconformista, que opera em consonância com os requisitos de integração e de desenvolvimento da ordem social competitiva, procede da ação coletiva dos "homens de cor". Desse lado, a reorganização dos movimentos reivindicatórios e sua calibração ao presente parece algo fundamental. Hoje, o "meio negro" está mais diferenciado. Esses movimentos deveriam atender à variedade de interesses sociais, econômicos e culturais que emergiram no seio da "população de cor". Contudo, desde que se desse maior atenção à necessidade de envolver os "brancos" em tais movimentos, essa variedade de centros de interesses seria um fator positivo, pois facilitaria uma compreensão mais rápida do pluralismo democrático em uma sociedade de classes multirracial.

Segundo, grande parte da perplexidade que paira sobre o ânimo dos "brancos" e dos "negros" provém da inexistência de uma *filosofia democrática* das relações raciais, compartilhável e aplicável socialmente. No clima moral predominante nos ajustamentos raciais em curso, é duvidoso que se chegue a algo dessa espécie. O "branco" se apega, consciente ou inconscientemente, a uma percepção deformada da situação de contato racial. O "negro", por sua vez, quando rompe essa barreira, não só é ouvido, como suscita incompreensões irracionais. Além disso, pelo próprio teor reivindicativo de suas aspirações igualitárias, ele luta por corrigir as inconsistências e as contradições das relações raciais dentro de uma área imediatista, que se delimita por seus interesses econômicos, sociais e culturais prejudicados ou insatisfeitos.

Por isso, qualquer inovação construtiva, de sentido mais amplo, teria de resultar de técnicas racionais de controle. Muitos países já enfrentaram problemas análogos, demonstrandonos o caminho a seguir. Seria preciso introduzir serviços especiais, de âmbito nacional, regional e local, para lidar com os problemas práticos de absorção de contingentes populacionais diversos a uma sociedade democrática. Infelizmente, a questão tem sido subestimada no Brasil, prevalecendo a orientação irracional de se abandonar tais contingentes a destinos ingratos e quase sempre improdutivos para a coletividade como um todo.

À luz do que pudemos desvendar, a respeito da situação do negro e do mulato em São Paulo, parece óbvio que se deve pensar numa mudança radical de tal orientação e de modo a se levar em conta, também, contingentes populacionais localizados nas *grandes cidades.* No estabelecimento de uma política de integração racial assim orientada, os diversos segmentos da "população de cor" merecem atenção especial e decidida prioridade. De um lado, porque de outra maneira seria difícil se reaproveitar, totalmente, essa importante parcela da população nacional no regime de trabalho livre. De outro, porque não se pode continuar a manter, sem grave injustiça, o "negro" à margem do desenvolvimento de uma civilização que ele ajudou a levantar.

Como escreveu Nabuco, "temos de reconstruir o Brasil sobre o trabalho livre e a união das raças na liberdade". Enquanto não alcançarmos esse objetivo, não teremos uma *democracia racial* e, tampouco, uma *democracia.* Por um paradoxo da história, o "negro" se converteu, em nossa

era, na pedra de toque da nossa capacidade de forjar nos trópicos esse suporte da civilização moderna.

Bibliografia

Abranches, D. de. *O cativeiro* (memórias). Rio de Janeiro, 1941. pp. 226228.

Adorno, T. D., FrenkelBrunswik, E., Levinson, D. J., Sanford, R. N. e outros. *The authoritarian personality.* Nova York: Harper & Brothers, 1950.

"A Frente Negra Brasileira e a instrução." *A Voz da Raça.* São Paulo, ano **I**, nº 2, 25 mar. 1933.

Aguiar, J. de. "Os centenários e nós." *O Clarim da Alvorada.* São Paulo, 7 dez. 1930, ano **XII**, nº 31.

"A legenda do século." *O Clarim da Alvorada.* São Paulo, 28 set. 1936, ano **VIII**, nº 36.

A Liberdade (Órgão crítico, literário e noticioso, dedicado à classe de cor). São Paulo, 3 ago. 1919, ano **I**, nº 2.

Allport, G. A. "Prejudice: a problem in psychological and social causation." *The Journal of Social Issues.* November, 1950. Supplement series nº 4 (Kurt Lewin Memorial Award Issues).

Allport, G. W. *The nature of prejudice.* p. 51.

Almeida, V. U. de e Mendes Sobrinho, O. T. M. *Migração rural-urbana.* São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1951.

Alvorada. Novembro de 1945 e 13 de maio de 1947 ("Nosso ideal de liberdade").

Amaral, R. J. do. "Basta de explorações." *Alvorada.* São Paulo, Edição comemorativa à data da descoberta da América, out. 1945.

——. "Desígnios..." *Alvorada.* São Paulo, fev. 1948, ano **III**, nº 29.

——. "Novo rumo." *A Voz da Raça.* São Paulo, jun. 1936, ano **III**, nº 54.

——. "O aniquilamento dos negros em São Paulo." *A Folha da Manhã.* 1º nov. 1941.

——. "O negro e a cultura." *O Clarim da Alvorada.* São Paulo, 13 maio 1933, ano **X**, nº 42.

——. "O negro não tem problemas." *Alvorada.* São Paulo.

——. *O negro na população de São Paulo.* Ms.

——. *Os Pretos do Rosário de São Paulo.* São Paulo: Ed. Alarico, 1953.

——."Perspectivas." *Alvorada.* São Paulo, jan. 1948, ano **III**, nº 28.

——. "Redenção." *A Voz da Raça.* 24 jun, 1933, ano **I**, nº 14.

——. "Sou negro." *O Clarim.* São Paulo, maio 1935, ano **I**, nº 4.

——. "Tese errada." *Alvorada.* São Paulo, jun. 1947, ano **II**, nº 24.

Andrade, A. M. B. de. "A Abolição em São Paulo. Depoimento de uma testemunha." *O Estado de S. Paulo.* 13 maio 1918. Annaes da Câmara dos Deputados de São Paulo. 1928.

A Província de São Paulo. 1º out. 1887, 15 out. 1887, 9 nov. 1887, 13 nov. 1887, 24 jan. 1888, 23 fev. 1888, 23 mar. 1888, 8 abr. 1888, 10 mar. 1888, 1º maio 1888, 9 maio 1888, 12 maio 1888, 23 maio 1888, 27 maio 1888, 2 jun. 1888, 5 jun. 1888, 7 jul. 1888, 8 jul. 1888, 14 jul. 1888, 15 jul. 1888, 24 jul. 1888, 25 ago. 1888, 5 dez. 1888.

Araújo Filho, J. R. "A população paulistana."

Araújo, O. E. de. "Latinos e nãolatinos no município de São Paulo." *Revista do Arquivo Municipal.* São Paulo, 1941, ano **VII**, v. **LXXV**.

A Redempção. 13 maio 1897, 18 maio 1897, 27 jun. 1897, 29 ago. 1897, 13 maio 1898.

A Voz Da Raça. São Paulo, 18 mar. 1933, ano **I**, nº 1.

A Voz Do Bom Retiro. São Paulo, 15 abr. 1956.

Azevedo, F. de. *A cultura brasileira.* 2a ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1944.

Azevedo, S. de A. "Imigração e colonização no estado de São Paulo." *Revista do*

Arquivo Municipal. São Paulo, 1941, ano **VII**, v. **LXXV**.

Azevedo, Th. de. *Les elites de couleur dans une ville brésilienne.* Paris, unes**c**o,1953. *(passim)*

Baldus, H. e Willens, E. *Dicionário de etnologia e sociologia.*

Barros, M. P. de. *No tempo de Dantes.* Prefácio de Monteiro Lobato. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1946.

Bastide, R. *A criminalidade negra no estado de São Paulo.*

——. "A imprensa negra do estado de São Paulo." *Estudos Afro-Brasileiros.* 2ª série. São Paulo, Boletim nº 2 da Cadeira de Sociologia **I** da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

——. "A macumba paulista." *Estudos Afro-Brasileiros.* 1ª série. São Paulo, Boletim **LIX** da Cadeira de Sociologia **I** da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1946.

——. "Os suicídios em São Paulo, segundo a cor." Boletim **CXXI** da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

—— e Bergue, P. Van den. "Estereótipos, normas e comportamento interracial em São Paulo," *Apud* Bastide, R. e Fernandes, F. *Brancos e negros em São Paulo.* pp. 35971 e 36567.

—— e Fernandes, F. *Brancos e negros em São Paulo.*

——. *Sociologie duBrésil* **I** *Naissance d'une classe sociale, la classe moyenne* **II** *– De la caste à la classe.* Centre de Documentation Universitaire de la Université de Paris, [s. d.], *(passim).*

—— e Mussolini, G. "Os suicídios em São Paulo, segundo a cor." *Estudos AfroBrasileiros.* 2ª série. São Paulo, Boletim nº 2 da Cadeira de Sociologia **I** da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. [s. d.].

Bateson, G. N. pp. 2930.

Beiguelman, P. *Teoria e ação no pensamento abolicionista.* São Paulo, ed. mimeogr. da Autora, 1961. 2 v.

Bergel, E. E. *Social stratification.* Nova York: Mc GrawHill Book Co., Inc., 1962.

Bertanfly, L. von. *Problems of life.* Londres: C. A. Watts & Co., 1952.

Bettelheim, B. e Janowitz, M. *Dynamics of prejudice. A psychological and socio-logical study of veterans.* Nova York: Harper & Brothers, 1950.

Bicudo, V. L. "Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor de seus colegas." In: *Relações entre negros e brancos em São Paulo.* São Paulo: Ed. Anhembi, 1955. pp. 227310.

——. *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo.* 1957.

*Boletim do Serv*iço *de Imigração e Colonização.*

Bouglé, C. *Essais sur le régime des castes.* 3ª ed. Paris: Librairie Félix Alcan, 1935.

Brasil, M. C. “A contribuição das diversas unidades da federação e regiões fisiográficas para a população de São Paulo”. *Estudos Demográficos.* Laboratório de Estatística do **I**BGE, nº 246.

Brown, L. G. *Social pathology, personal and social disorganization.* Nova York: F. S. Crofts & Co., 1942.

Bruno, E. da S. *História e tradi*ções *da cidade de São Paulo.* Rio de Janeiro: Liv. José Olympio Ed.

Calmon, P. “A Abolição.” *Revista do Arquivo Municipal.* São Paulo, maio 1938, ano **IV**, v. **XLVII**.

Camargo, A. de. “Exortação.” *O Novo Horizonte.* São Paulo, maio 1949, ano **III**, nº 36.

——. “Explanação de motivos.” *O Novo Horizonte.* São Paulo, maio de 1946, ano **I**, nº 1.

——. “Há negro snob?” O *Novo Horizonte.* São Paulo, mar. 1948, ano **II**, nº 19.

——. “Negro!!! Você é importante.” O *Novo Horizonte.* São Paulo, jul. 1947, ano **II**, nº 12.

——. “Os jovens aconselham.” O *Novo Horizonte.* São Paulo, jul. 1948, ano **I**H, nº 25.

Camargo, J. F. de. *Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos.* São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1952.

Cambará, J. “Deputado de cor.” O *Bandeirante.* São Paulo, ago. 1918, ano **I**, nº 2.

Campos, G. Entrevista a *O Novo Horizonte.* São Paulo, out. 1947, ano **II**, nº 15.

Campos, S. “Muito pouco para nós.” O *Novo Horizonte.* São Paulo, set. 1946, ano **I**, nº 5.

Cardoso, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional.* São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

——. “Condições sociais da industrialização de São Paulo.” *Revista Brasiliense.* nº 28.

——. “Cultura, base essencial para o progresso.” Citações extraídas do estudo sobre a imprensa negra em São Paulo.

Cardoso, F. H. e Ianni, O. *Cor e mobilidade social em Florianópolis.*

Cenni, F. *Italianos no Brasil.* São Paulo: Liv. Martins Ed., [s. d.].

Cohen, A. K. *Delinquent boys.* Londres: Routledge & Kegan Paul, 1956. Correio Paulistano. 19 out. 1888.

Costa, A. da. “Educação.” O *Clarim da Alvorada.* São Paulo, 28 set. 1928, ano **I**, nº 8.

Costa, J. “Saudação aos homens negros do Brasil.” *A Voz da Raça.* São Paulo, out.1936, ano **III**, nº 58.

Costa Pinto, L. A. da C. *O negro no Rio de Janeiro.* São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1953. (*passim*)

Couty, L. *Le Brésil en 1884.* Rio de Janeiro: Faro & Lino, Editeurs, 1884.

——. *L’Esclavage auBrésil.* Paris: Librairie de Guillaumin et Cie.,1881.

Cox, O. C. *Caste, class & race. A study in social dynamics.* Nova York: Doubleday & Co., 1948.

Davie, M. R. *Negroes in american society.* Nova York: Mc GrawHill Book Co., Inc., 1949.

Dénis, P. *Le Brésil.* cap. **VII** e **XII**.

——. *Le Brésil* du **XX**e *si*ècle. Paris: Librairie Armand Colin, 1928.

Diário da Noite. São Paulo. entre 21 jan. 1958 e 9 mar. 1958. Reportagens escritas por Elias Raide.

Diário do Congresso. Rio de Janeiro, 18 jul. 1950.

Dias, E. *História das lutas sociais no Brasil.* São Paulo: Ed. Edaght, 1962. (*passim*) Dias, E. “Lutas operárias no estado de São Paulo.”

Dicionário de sociologia. Porto Alegre: Ed. Globo, 1950.

Dobzhans, Th. *The biological basis of human freedom.* Nova York: ColumbiaUniversity Press, 1956. (*passim*)

——. e Allen, G. “Does natural selection continue to operate in modern mankind?” *American Anrhropologist.* Ago. 1956, v. 58, nº 4, pp. 591604.

Dollard, J. *Cast and class in a southern town.* Nova York: Doubleday Anchor Books, 1957.

Doyle, B. W. *The etiquette of race relations in the south.* Chicago, Illinois: The University of Chicago Press, 1937.

Durkheim, E. *De la division du travail social.* 2ª ed. Paris: Félix Alcan Éditeur, 1902.

Eduardo, O. da C. *The negro in Northern Brazil.* Washington: University of Washington Press.

Ellis Jr., A. *Populações paulistas.* São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1934. Estimativas das taxas de natalidade para o Brasil, As unidades da federação e as principais capitais. Rio de Janeiro: **I**BGE, 1948.

Estudo Econômico e Financeiro sobre o estado de São Paulo. Esp. pp. 5659.

Estimativas das taxas de natalidade para o Brasil segundo a cor. Rio de Janeiro: **I**BGE, 1950.

Estudos sobre a natalidade e a mortalidade no Brasil. Rio de Janeiro, 3ª série.

Fernandes, F. *Dicionário brasileiro contemporâneo.* 2ª ed. Porto Alegre: Ed.Globo, 1960.

——. *Ensaios de sociologia geral e aplicada.* São Paulo: Liv. Pioneira Ed., 1960.

——. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo.* São Paulo: Ed.Anhembi, 1961.

——. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica.* São Paulo: Cia. Ed.Nacional, 1959.

——. “Representações coletivas sobre o negro: O negro na tradição oral.” In: *Mudanças sociais no Brasil.* São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

Ferreira, H. D., Barros, E. T. e Etrog, J. “A composição da população segundo a cor, no conjunto da federação”. In: *Estudos sobre a composi*ção da pop*ulação do Brasil segundo a cor.*

Ferreira, V. “O dia de fé da raça negra.” *O Clarim da Alvorada.* São Paulo, maio 1931, ano **VIII**, nº 32.

——. “Raça negra, de pé!...” *O Clarim da Alvorada.* São Paulo, 23 ago. 1931, ano **VIII**, nº 35.

Frazier, E. F. *Bourgeoisie noir.*

——. *The negro in the United States.* Nova York: The Macmillan Co., 1949. Freire, G. *Casa grande* & *senzala.* Rio de Janeiro: SchmidtEditor, 1938.

Frente Negra Brasileira. “Suas finalidades e obras realizadas.” [s. d.].

Frever, H. *La sociología, ciencia de la realidad.* Trad. F. Ayala. Buenos Aires: Editorial Losada, 1944.

Fromm, E. *The sane society.* Londres: Routledge & Kegan Paul, 1956.

Furtado, C. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1959.

Gerth, H. e Mills, C. W. *Character and social structure.* Nova York: Harcourt, Brace and Co., 1953.

Ginsberg, A. M. “Pesquisas sobre as atitudes de um grupo de escolares de São Paulo em relação com as crianças de cor.”

Góes, F. “Nota sobre brancos e pretos na Bahia.” Artigo publicado em 6 ago. 1945.

Goldstein, K. *La structure de l’organisme.* Trad. de E. Buckhardt e J. Kuntz. Paris: Gallimard, 1951.

Guimarães, R. “Nós, os negros,” *O Novo Horizonte.* São Paulo, mar. 1948, ano **II**, nº 19.

Gumplowicz, L. *Précis de sociologie.* Trad. Charles Baye. Paris: Editeur Léon Chailley, 1896.

Halmos, P. *Towards a measure of man.* The frontiers of normal adjustment. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1957.

Harding, J. e Kutner, B. “Prejudice and ethnic relations.” In: *Handbook of Social Psychology.* Apud Lindzey, G. (org.). Cambridge, Mass.: AddisonWesley Publishing Co., 1954.

Herskovits, M. J, *The myth of the negro past.* Nova York: Harper & Brothers Pub., 1941.

——. “The social organization of the candomble.” *Anais do* **XXXI** *Congresso Internacional de Americanistas.* São Paulo: Ed. Anhembi, 1955.

Holanda, S. B. de. *Memórias de um colono no Brasil.* (1850). Introdução a Thomaz Davatz. São Paulo: Liv. Martins Ed., 1941.

——. *Raízes do Brasil.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio Ed.

Horney, K. *New ways in psychoanalysis.* Nova York: W. W. Norton & Co. Inc., 1939. Ianni, O. *As metamorfoses do escravo.* São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

——. “Fatores humanos da industrialização no Brasil”. *Revista Brasiliense.* São Paulo, 1960. nº 30.

IBGE. Recenseamento de 1940.

“Idéias contemporâneas”. *O Clarim. da Alvorada.* São Paulo, Colaboração da Liga dos Amigos da Luta. 31 jan. 1932, ano **IX**, nº 39.

Jesus, C. M. de. *Quarto de despejo – diário de uma favelada*. Apresentação de Audálio Dantas. 4ª ed. São Paulo: Liv. Francisco Alves (Ed. Paulo de Azevedo.), [s. d.].

Johnson, C. S. *Patterns of negro segregation.* Nova York: Harper & Brothers Pubs., 1948.

Joviano, R. “Marcha no mesmo sentido.” *Alvorada.* São Paulo, jul. 1947, ano **II**, nº 22.

Kardiner, A. e Ovesey, L. *The mark of oppression. The American negro.* Nova York: W. W. Norton & Co., Inc., 1951.

Krech, D. e Crutchfield, R. S. *Theory and problems of social psychology*.

Kuper, L., Watts, A. e Davies, R. *Durban. A study in racial ecology.* Londres: Jonathan Cape, 1958.

Landtman, G. *The origin of the inequality of the social class.* Londres: Kegan Paul, Trench, Trubner & Co., 1938.

Leal, V. N. *Coronelismo, enxada e voto.* Rio de Janeiro: Ed. da *Revista Forense*, 1948. Leclerc, M. *Cartas do Brasil*. Tradução, prefácio e notas de Sérgio Milliet. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1942, p. 82.

Leite, D. M. “Preconceito racial e patriotismo em seis livros didáticos primários brasileiros.” *Boletim de Psicologia.* São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1950, nº 3.

Leite, H. de F. “Preconceitos de raça.” *O Alfinete.* São Paulo, 3 set. 1918, ano **I**, nº 2.

Leite, J. C. “A mocidade negra.” *O Clarim da Alvorada.* São Paulo, 13 maio 1929, ano **VI**, nº 16; 28set. 1931, nº 36.

——. “A Nova Abolição.” *Alvorada.* São Paulo, 13 maio 1946.

——. “Atualidade do negro brasileiro.” *Alvorada.* out. 1946, ano **II**, nº 13.

——. Movimentos sociais no meio negro. Ms.

——. *O alvorecer de uma ideologia.*

——. *O Clarim.* São Paulo, maio 1935, ano **I**, nº 4.

——. “O grande problema nacional.” *O Clarim da Alvorada.* São Paulo, 7 dez. 1930, ano **VII**, nº 31.

——. “Por que lutamos.” *Alvorada.* São Paulo, 28 set. 1946.

——. “Preconceito, casa grande e senzala.” *Alvorada.* São Paulo, mar. 1947, ano **II**, nº 18.

——. “Será o inimigo do negro o próprio negro?” *O Clarim da Alvorada.* São Paulo, 27 jul. 1930, ano **VII**, nº 28.

——. “Um ano de silêncio.” *O Clarim da Alvorada.* São Paulo, 13 maio 1933.

Conforme, também, “Liga dos Amigos da Luta, o que necessitamos.” O *Clarim da Alvorada.* São Paulo, 8 nov. 1931, ano **VIII**, nº 37; ano **X**, nº 42.

Levy Jr., M. I. *The structure of society.* Princepton University Press, 1952. “l’lmmigrazione italiana dal 1886 all oggi. Il lavoro nelle ‘fazendas’ e la formazione della piccola proprietà.” In: *Cinquantanidilavoro degliitalianiin Brasile.* São Paulo: Lo Stato di S. Paolo, Società Editrice Italiana, 1936.

Linton, R. (org.) *Acculturation in seven American indian tribes.* Nova York: Appleton Century, Co., 1940.

Linton, R. *O homem.* Trad. de L. Vitela. São Paulo: Liv. Martins Ed., 1943.

Lobato, L. “Partidos políticos da raça negra.” *Senzala.* São Paulo, abr. 1946, ano **I**, nº 3.

Lobo, H. e Aloisi, I. O *negro na vida social brasileira.* São Paulo: S. E. Panorama, 1941.

Lowrie, S. H. “Ascendência das crianças nos parques infantis.” *Revista do Arquivo Municipal.* Vs. **XXXIX** e **XLI**.

——. “Fontes bibliográficas das estatísticas de população no estado de São Paulo.” *Boletim Bibliográfico.* São Paulo, nº 1.

——. *Imigração e crescimento da população no estado de São Paulo.* São Paulo: Edição da Escola Livre de Sociologia e Política, 1938.

——. “O elemento negro na população de São Paulo.” *Revista do Arquivo Municipal.* São Paulo, jun. 1938, ano **IV**, v. **XLVIII**.

——. “Origem da população da cidade de São Paulo e diferenciação das classes sociais.” *Revista do Arquivo Municipal.* São Paulo, jan. 1938, ano **IV**, v. **XLIII**. Lucrécio, F. “A constante fundação de núcleos frentenegrinos!...” *A Voz da Raça.* São Paulo, set. 1936, ano **III**, nº 57.

——. “O preto que tem alma própria.” *A Voz da Raça.* São Paulo, dez. 1936, ano **III**, nº 60.

Machado, J. de A. *Suicídios na capital de São Paulo.* (18761904). São Paulo: Gerbe, 1905.

Malheiros, A. M. P. *A escravidão no Brasil.* Ensaio histórico jurídicosocial. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1866. v. **I**.

Malinowski, B. *A scientific theory of culture and other essays.* Chapel Hill: The University of North Caroline, 1944.

Manifesto da Sociedade Brasileira contra a Escravidão. Rio de Janeiro: Tip. de G. Leuzinger & Filhos. [s.d.].

Mannheim, K. *Ideologia e utopia*. Trad. de E. WiIlens. Porto Alegre: Ed.Globo, 1950.

Martuscelli, C. "Uma pesquisa sobre aceitação de grupos nacionais, grupos 'raciais' e grupos regionais, em São Paulo." *Boletim* nº 3 *da Cadeira de Psicologia.* Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1950.

Matos, D. L. de. "O parque industrial paulistano." In: *A cidade de São Paulo.*v. **III**, cap. 1, p. 1115.

Matos, O. N. de. "São Paulo no séc. **XIX**." In: *A cidade de São Paulo.* Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1958. v. **II**, cap **II**, p. 6669.

Mays, J. B. *Growing up in the city.* The University Press of Liverpool, 1954.

Mendes Sobrinho, V. U. *Migração rural-urbana.*

Mendonça, L. *O precursor do abolicionismo no Brasil: Luís Gama.* Transcrito por Sud Mennucci. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1938.

Merton, R. K. *Social theory and social structure.* Illinois: The Free Press of Glencoe, 1949.

Milliet, S. "A fórmula de Martius." *In: Roteiro do café.* pp. 115160.

——. *Roteiro do café e outros ensaios.* 3ª ed. (revista e aumentada). v. **XXV** da Coleção do Departamento de Cultura. São Paulo, 1941.

Ministério da Indústria e Obras Públicas. Diretoria Geral de Estatística. *Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, culto e analfabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro, 1898.

Monbeig, P. *La croissance de la ville de São Paulo.* Grenoble: Institut et Revue de Géographie, Alpine, 1953. Esp. cap. **III**, pp. 2731.

Morais, E. de. *A campanha abolicionista* (18791888). Rio de Janeiro: Liv. Leite Ribeiro, 1924. pp. 264266, 305 e 308.

Morais, G. de. "O sacerdócio da fé." *O Clarim da Alvorada.* São Paulo, 13 maio 1960, ano **VII**, nº 26.

Morais, P. de. Apud Santos, J. M. dos. *Os republicanos paulistas e a abol*ição. p. 225. Moreira: R. J. *Bailes de negros.* Ms.

——. "Brancos em bailes de negros." *Anhembi.* São Paulo, 1956.

—— e Leite, J. C. Movimentos sociais no meio negro. (Ms).

Morse, R. M. *De comunidade a metrópole. Biografia de São Paulo.* Trad. de M. A. Madeira Kerbeg, Comissão do **IV** Centenário da Cidade de São Paulo, Serviço de Comemorações Culturais. São Paulo, 1954.

Mortara, G. "A fecundidade das mulheres e a sobrevivência dos filhos nos diversos grupos de cor da população do Brasil." *Estudos Demográficos.* Rio de Janeiro: Laboratório de Estatística do **I**BGE, ago. 1956, nº 173.

——. "A fecundidade da mulher nos diversos grupos de cor, segundo as unidades da federação." *Estudos Demográficos.* Rio de Janeiro: Laboratório de Estatística do **I**BGE, nº 268.

——. *Estudos sobre a natalidade e mortalidade no Brasil.*

——. "Natalidade e mortalidade no município de São Paulo nos anos de 1939 a 1949." *Estudos Demográficos.* Rio de Janeiro, Laboratório de Estatística do **I**BGE, maio 1951, nº 4.

——. "O desenvolvimento da população preta e parda no Brasil." In: *Contribui*ções para *o estudo da demografia no Brasil.* Rio de Janeiro, **I**BGE, 1961.

Mortara, V. "A população do município de São Paulo segundo a cor." *Estudos de estatísticas teórica e aplicada.* Pesquisas sobre os diversos grupos de cor nas populações do estado de São Paulo e do Distrito Federal. nº 12.

Mourão, E. "A população do estado de São Paulo segundo a cor." *Estudos de estatísticas teórica e aplicada* (monografia). Pesquisas sobre os diversos grupos de cor nas populações do estado de São Paulo e do Distrito Federal. nº 12.

"Movimento Imigratório do estado de São Paulo. Quadros estatísticos básicos." (quadro E11, p. 145). *Boletim do Serviço de Imigração e Colonização.* São Paulo: Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, outubro de 1940. nº 2.

"Movimento migratório no estado de São Paulo" (quadro AI, p. 4950). *Boletim da Diretoria de Terras, Colonização e Imigração.* São Paulo: Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, outubro de 1937, ano **I**, nº 1.

Movimentos sociais no meio negro. (Ms.).

Myrdal, G., Sterner, R. e Rose, A. *An American dilemma. The negro problem and modern democracy.* 2ª ed. Nova York: Harper & Brothers Pubs., 1944.

Nabuco, J. *O abolicionismo.* Londres: Abraham Kingdon e Cia., 1883.

Nogueira, O. "Atitude desfavorável de alguns anunciantes de São Paulo em relação aos empregados de cor." *Sociologia.* São Paulo, 1942, v. **IV**, nº 4.

——. "Preconceito de marca e preconceito racial de origem." *Anais do* **XXXI** *Congresso de Americanistas* (23 a 28 de agosto de 1954). Baldus, Herbert (org. e public.). São Paulo: Ed. Anhembi, 1955. v. **I**.

——. "Relações raciais no município de Itapetininga." *Relações entre negros e brancos em São Paulo.* São Paulo: Ed. Anhembi.

Novicow, J. *Les luttes entre soci*étés *humaines et leurs phases successives.* Paris: Félix Alcan, Ed., 1893.

Obras completas de Rui Barbosa. Edição do Ministério da Educação e Cultura, 1884. v. **XI**, t. I. Rio de Janeiro, 1945, Introdução de Astrogildo Pereira.

O Correio Paulistano. 31 jan. 1833, 15 set. 1887, 30 out. 1887, 11 nov. 1887, 13 nov. 1887, 16 nov. 1887, 18 jan. 1888, 1º nov. 1888, 8 abr. 1888, 27 abr. 1888 e 13 jul. 1950.

"O dia da Mãe Preta." O *Clarim da Alvorada.* nº 8.

O Diário Popular. 30 abr. 1892. *Apud* Morse, R. M. *De comunidade a metrópole.*

O Estado de S. Paulo. 27 jul. e 8 ago. 1950.

Oliveira, A. "Aos nossos leitores." O *Alfinete.* São Paulo, 3 out. 1918, ano **I**, nº 2.

Oliveira, E. de. "*Escolar! Progresso.*" São Paulo, 30 abr. 1932, ano **IV**, nº 48.

Oliveira, J. da S. "Situação do preto no Brasil." *A Voz do Bom Retiro.* São Paulo, 15 abr. 1956.

“Origem da população da cidade de São Paulo e diferenciação das classes sociais.” *Revista do Arquivo Municipal.* São Paulo, 1938, ano **IV**, v. **XLIII**.

Park, R. E. *Race and culture.* Illinois: The Free Press, Glencoe, 1950.

Parsons, T. *The social system.* Tavistock Publications, 1952.

Patrocínio, J. do. “Conferência feita no teatro Politeama em Sessão de Confederação Abolicionista de 17 de maio de 1885.” *Folheto* nº 8. Rio de Janeiro: Tip. Central, 1882, pp. 45.

Patterson, S. *Colour and culture in South Africa, a study of the cape colored people within, the social structure of the Union of South Africa.* Londres: Routledge and Kegan Paul, 1953.

“Pela liberdade da raça.” *A Voz da Raça.* São Paulo, 29 jun. 1935, ano **III**, nº 46.

Pesquisas sobre os diversos grupos de cor nas populações do estado de São Paulo e do Distrito Federal. Rio de Janeiro: **IBGE**, 1951.

Petrone, P. “As indústrias paulistanas e os fatores de sua expansão.” *Boletim Paulista de Geografia.* São Paulo, jul. 1953, nº 14.

Pierson, D. *Brancos e pretos na Bahia.* São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1945. Pipkin, C. W. “Poor laws.” *Encyclopaedia of social sciences.* v. **XII**.

Populações paulistas. p. 107.

Prado Jr., C. *Formação do Brasil contemporâneo.* Colônia. São Paulo: Liv. Martins Ed., 1942.

——. *História econômica do Brasil.*

Progresso. São Paulo, 7 jul. 1932. ano **V**, nº 51.

Queirós, M. I. P. de. “O mandonismo local na vida política brasileira.” In: **I***NEP Anhembi*, *Estudos de sociologia e história*; São Paulo: Ed. Anhembi, 1957.

Radchiffe-Brown, A. R. *Structure and function in primitive society.* Londres: Cohen & West, 1952.

Ramos, A. “O espírito associativo do negro brasileiro.” *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, 1938, ano **IV**, v. **XLVII**.

Recenseamento geral do Brasil – 1940, 1950 e 1960. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Série Regional – São Paulo. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, **I**BGE, Rio de Janeiro, 1950, 1954 e 1962.

Relatório apresentado ao exmo. sr. presidente da província de São Paulo, pelos srs. dr. Elias Antonio Pacheco e Chaves (presidente), dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho, dr. Joaquim José Vieira de Carvalho, engenheiro Adolfo Augusto Pinto, Abilio Aurélio da Silva Marques. São Paulo: Leroy King BookWalter, Tip. King., 1888.

Revista do Arquivo Municipal. São Paulo, 1938, ano **IV**, v. **XLVII**.

Ribeiro, D. A. *Política indigenista brasileira.* Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, 1962.

Ribeiro, R. *Cultos afro-brasileiros do Recife: um estudo de ajustamento social.*

Recife, Publicação do Instituto Joaquim Nabuco, 1952.

Rodrigues, P. “A Frente Negra Brasileira.” *A Voz da Raça.* São Paulo, 3 jun. 1933, ano **I**, nº 11.

Rohrer, J. H. e Sherif, M. *Social psychology at the crossroads.* Nova York: Harper & Brothers, Pub., 1951.

Rose, A. M. *l’origine des prejugés.* Paris: Unes**c**o, 1951.

——. *Race prejudice and discrimination: readings in intergroups relations in the United States.* Nova York: Alfred A. Knopf, 1951.

Ross, E. *A principies of sociology.* 3ª ed. Nova York: AppletonCenturyCrofts Ind., 1938.

Rugendas, J. M. *Viagem pitoresca através do Brasil.* Trad. de Sérgio Milliet. São Paulo: Liv. Martins Ed., 1940 (1ª ed. 1835).

Saenger, G. *The social psychology of prejudice. Achieving intercultural understanding and cooperation in a democracy*. Nova York: Harper & Brothers Publishers, 1944.

Saint-Hilaire, A. de. *Voyage dans les provinces de Saint-Paul et de SainteCatherine.* Paris: A. Bertrand, Libraire Editeur, 1851.

Santana, E. T. "Preconceito de cor." *Relações entre pretos e brancos em São Paulo.* São Paulo: Ed. do Autor, 1951.

Sant'Ana, J. O. de. "Arregimentemse, negros do Brasil. Na República e pela República." *Brasil Novo.* São Paulo, Orgão Socialista, 13 abr. 1933, ano **I**, nº 1.

Santos, A. V. dos. (Presidente Geral da Frente Negra Brasileira.) "Congresso da Mocidade Negra Brasileira. Mensagem aos negros brasileiros." *O Clarim da Alvorada.* São Paulo, 9 jun. 1929, ano **VI**, nº 17.

——. *Folheto.* 2 dez. 1931.

——. "Manifesto à gente negra brasileira." 2 dez. 1931.

——. "Palavras aos pais negros." O *Clarim da Alvorada.* São Paulo, 13 maio 1927, (número especial, sob o formato de revista) ano **IV**, nº 33, p. 3.

Santos, I. V. dos. "Liberdade utópica." *A Voz da Raça.* São Paulo, 13 maio 1933, ano **I**, nº 9.

——. *Marieta, a heroína.* São Paulo: Casa Espíndola, 1932.

Santos, J. M. dos. *Os republicanos paulistas e a Aboli*ção. São Paulo: Liv. Martins Ed., 1942.

Santos, M. A. dos. "Filantropia escravocrata." *O Clarim.* São Paulo, abr. 1935, ano **I**, nº 3.

——."Trajetória do ideal." *Tribuna Negra.* São Paulo; 1ª quinz. set. 1935, ano **I**, nº 1.

Santos, O. P. dos. "Eis aqui uma concretização..." O *Novo Horizonte.* São Paulo, maio 1946, ano **I**, nº 1.

——. "Eis a política a ser adotada." *O Novo Horizonte.* São Paulo, março de 1948, ano **II**, nº 19.

Schaden, E. *Aspectos fundamentais da cultura guarani.* São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

Schapera, I. *Married life in an African tribe.* Nova York: Sheridan House, 1941.

Schmidt, A. *A marcha. Romance da Aboli*ção. São Paulo: Ed. Anchieta, 1941.

Sentinela Negra. "Negros, alerta!" *O Patrocínio.* Campinas, 11 jun. 1933, ano **I**, nº 2.

Silva, A., L. da. "A anthropologia no exército brasileiro." In: *Archivo do MuseuNacional.* Rio de Janeiro, 1928. v. **XXX**.

Simonsen, R. "As conseqüências econômicas da Abolição." *Revista do Arquivo Municipal.* São Paulo, maio 1938, ano **IV**, v. **XLVII**. (Transcrito do *Jornal do Comércio*, 8 maio 1938.)

——. *Brazil's industrial evolution.* Escola Livre de Sociologia e Política, 1939. Situação Demográfica. São Paulo, Departamento de Estatística do Estado, Governo do Estado de São Paulo. (Separata do

Anuário, 1961). 1963. Smith, T. L. *Brazil: people and institutions.* Revised Edition. Louisiana State University Press: Baton Rouge, 1954.

Sousa, G. G. "Com o Brasil pela raça." *O Clarim* da *Alvorada.* São Paulo, 13 maio 1933, ano **X**, nº 42.

Sousa, J. E. de. "De ontem a hoje." *O Clarim* da *Alvorada.* São Paulo, 23 ago. 1931, ano **VIII**, nº 35.

Sousa, L. de. "Como pregar a união." *O Clarim* da *Alvorada.* São Paulo, 13 maio 1933, ano **X**, nº 42.

——. "O momento." *O Clarim* da *Alvorada.* São Paulo, 7 abr. 1929, ano **VI**, nº 15.

Souza, A. C. de M. e. *A família brasileira.* (Ms.). Publicado em inglês. *Apud* Smith, T. L. e Merchant, A. *Brazil: portrait of half a continent.* Loc. cit.

——. *Portrait of half a continent.* Nova York: Smith, T. Lynn e Marchant, A. (org.). The Dryden Press, 1951.

Souza, R. P. "Biotipologia dos universitários paulistas." *Revista* de *Biologia e Higiene.* v. **VII**, nº 1.

Tálamo, A. P. "A discriminação racial dificulta a colocação de empregados em São Paulo." *A Folha da Manhã.* São Paulo, 22 maio 1959.

Taunay, A. de E. *História do café no Brasil.* Rio de Janeiro, 1939. v. 7.

Tejo, A. de L. *Retrato sincero do Brasil.* Porto Alegre: Ed. Globo, 1950. *Apud Estudos Afro-Brasileiros.*

Thompson, E. T. (org.). *Race relations and the race problems.* North Carolina: Duke University Press, Durham, 1939.

Veiga Filho, J. P. da. *Estudo econômico e financeiro sobre o estado de São Paulo.* São Paulo: Tip. do Diário Oficial, 1896.

Viana, F. J. de O. *Populações meridionais do Brasil.* 5ª ed. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio Ed., 1952 (1ª ed.: 1918). v. **I**.

Waoley, Ch. (org.). *Races et classes dans le Brésil rural.* Unes**c**o, Paris, [s.d.].

Warner, W. L. "American caste and class." *American Journal of Sociology.* Set. 1936, nº **XLII**.

——. Nota metodológica a St. Clair Drake e Horace R. Cayton. *Black metropolis: a study of negro life in a northern city*. Harcourt. Nova York: Brace and Co., 1945.

——. *Prefácio a Alisson Davis, Burleigh Gardner e Mary R. Gardner.* Deep South, Chicago: The University of Chicago Press, 1941.

——. *Structure of American life.* Edinburgh: At the University Press, 1952. cap. **I**.

Werneck, F. P. de L. (Barão de Paty de Alferes). *Memória sobre a fundação e o custeio de uma fazenda na província do Rio de Janeiro.* Anotada pelo dr. Luís Peixoto de Lacerda Wemeck. 3ª ed. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1878.

Willens, E. "Race attitudes in Brazil." *The American Journal of Sociology.* Mar. 1949, v. **LIV**, nº 5.

Williamson, R. C. "Race relations in South Africa." *Sociology and Social Research.* Jan. e fev. 1935, v. 39, nº 3; 1955.

Wirth, L. "The problem of minority groups." *Community life and social, policy Selected Papers by Louis irth.* Chicago: The University of Chicago Press, 1956. *Apud* Linton, R. (org.). *The science of man in the world crisis.* Nova York: Columbia University Press, 1945. Transcrito por Turner, R. H. e Killiam, L. M. *Collective behavior.* PrenticeHall, Inc., Englewood Cliffs. 1957. nº 5.

Índice remissivo
(termos para pesquisa no e-reader)

Abataiguara, Ângelo
Abolição da escravatura
abolicionismo
ação integralista
acomodação racial
acumulação capitalista
advogados
África
agricultura
Aguiar, Jaime de
alcoolismo
alimentação
Almeida, Unzer de
Alvorada
Amaral, Raul Joviano do
Amaral, Rubens do
amizade
analfabetismo
anomia
“antigo regime”,
apatia
aristocracia
ascensão social
assalariados
Assembléia Legislativa
Assis, Machado de
Associação Cultural do Negro
Associação dos Negros Brasileiros
Associação José do Patrocínio
auto-afirmação social
autodefesa

Bandeira Cultural Negra Brasileira,
Barreto, Plínio
Bastide, Roger
Bergue, Van den
Bernardo, José
Bogardus, Emory
branqueamento populacional
burguesia

café
Camargo, Arnaldo de
Campos Sobrinho, Carlos de
capitalismo
Cardoso, Fernando Henrique
Carnaval
Casa da Cultura AfroBrasileira
casamento
Centro Cívico Beneficente Senhoras Mães Pretas
Centro Cívico Palmares
Cesarino Júnior
Clarim da Alvorada
classe média, 86, 89, 130, 176, 186,
“classes médias de cor”,
classes sociais
classificação social
Clube Negro de Cultura Social
Código Civil Brasileiro
comércio
“complexo de inferioridade”,
condições de vida
conformismo
Congresso Mundial da Cultura Negra
contrato de trabalho
Convenção Nacional do Negro
Convenção Paulista do Negro

Correio Paulistano,
O cortiços
Costa, Justiniano
crescimento econômico
crianças
Cruz e Souza
Cruz, Bastos

Delegacia Regional do Trabalho
“democracia racial”
demora cultural
dentistas
desemprego
desigualdade racial
Diário da Noite
dilema racial
dinâmica social
discriminação racial
distância social
534 doenças, 240
dominação racial
Dunham, Katherine, 465, 477, 560
Durkheim, Émile

economia capitalista
“elite de cor”
engenheiros
enriquecimento
escolarização
Estado Novo
Estados Unidos
“estilo urbano de vida”
estrangeiros
Europa
expansão urbana

fábricas
família negra
família tradicional
fascismo
fazendeiros
Federação dos Homens de Cor
Ferreira, Vicente
festas
Florêncio, Benedito
fome
“formas de dominação”
Frente Negra Brasileira
Frente Negra Socialista
futebol

Gama, Luís
garantias sociais
Grêmio Recreativo Kosmos
Grêmio Recreativo e Cultural
Guarda Civil
Guedes, Lino

herança sociocultural
hipocrisia
Hitler, Adolf

humanitarismo
humilhação

IBGE
idealismo
ideologia racial
Igreja
igualdade racial
igualdade social
imigrantes

“imprensa negra”
individualismo
indústria
industrialização
interesses econômicos
Irmandade de N. S. do Rosário dos Homens Pretos
isolamento sociocultural
Itália
italianos

japoneses
Jesus, Carolina Maria de
Jornal de Debates
judeus
justiça social

ladrões
lavoura
Legião Negra Brasileira
Lei Afonso Arinos
Lei Áurea
Lei do Ventre Livre
Leite, José Correia
liberalismo
livre competição
Lowrie, S. H.
Lucrécio, Francisco

“malandros”
Malheiros, Perdigão
médicos
“meio negro”
Mendes Sobrinho, O. Teixeira
mercado de trabalho
migrantes

Milliet, Sérgio
miscigenação
miséria
mobilidade social vertical
Mocidade Negra
modernização
Moraes, Gervásio de
Morais, Evaristo de
moralidade
Mortara, Giorgio
Movimento AfroBrasileiro de Educação e Cultura
mulheres
“mundo rural”
“mundo urbano”
música
“negro em ascensão”
Novo Horizonte, O

Oeste Paulista
operários
ordem social competitiva
Organização de Cultura e Beneficência Jabaquara

papéis sociais
“parasitismo”
pardos
paternalismo
patrões
paz social
Pena, Belisário
Pereira, Miguel
Pinto, Costa
“plebe”
polícia

Pombo, Rocha
população branca
população brasileira
população negra
população paulistana
portugueses
poupança
prestígio social
Primeira Guerra Mundial
Primeira República
Primeiro Encontro de Estudos sobre a Cultura Negra (1963)
privilégios
profissionalização
profissões
proletarização
promiscuidade
prosperidade
prostituição
puritanismo

Queirós, Maria Isaura Pereira de

“raça dominante”
racismo
“realidade racial brasileira”
Rebouças, André
recenseamentos
“redenção do negro”
regime de classes
regime republicano
relações raciais
renda
República
revolução burguesa
Revolução Constitucionalista (1932)
Revolução de 1930

riquezas
Romero, Silvio

samba
Sampaio, Teodoro
Sant’Ana, Guaraná
Santos, Arlindo Veiga dos
Santos, Francisco Costa
Santos, Isaltino Veiga dos
saúde
“sedutor profissional”
Segunda Guerra Mundial
senzala
Senzala (revista)
“serviço de negro”
Serviço Nacional de Proteção ao Negro
serviços domésticos
servilismo
sexualidade
Silva, Adhemar Ferreira da
sistema de produção
Sociedade Beneficente 13 de Maio,
sociedade de classes
sociedade escravocrata
sociedade inclusiva
status social

Teixeira, Jorge Prado
tensões raciais
trabalho escravo
trabalho livre
tradicionalismo
tráfico negreiro

União Negra Brasileira

urbanização

vagabundos
velhas elites
“vergonha da cor”
vestuário
Viana, Oliveira
vida social organizada
violência
Voz da Raça, A

Wirth, Louis

[1] Se adotássemos a classificação das minorias, proposta por Louis Wirth, à luz da natureza desses movimentos os negros e os mulatos constituíam uma "minoria assimilacionista" (ver "The Problem of Minority Groups". *Community life and social policy*, Selected Papers by Louis Wirth. Chicago: The University of Chicago Press, 1956, pp. 237260; publicado previamente em R. LINTON, org. *The science of man in the world crisis.* Nova York: Columbia University Press, 1945, p.347372; e transcrito por TURNER, R. H. e KILLIAN, L. M. *Collective behavior.* PrenticeHall, Inc., Englewood Cliffs, 1957, nº 5, p. 321 *et seqs.*

[2] Conforme, a respeito, especialmente DIAS, E. *História das lutas sociais no Brasil.* São Paulo: Ed. Edaglit, 1962, *passim.*

[3] Essa foi a imagem que os próprios "negros" elaboraram da situação, como o atesta o título de seu principal órgão de luta, o *Clarim da Alvorada.*

[4] Citações extraídas do estudo de caso sobre *Movimentos sociais no meio negro*, pp. 34, elaborado por Renato Jardim Moreira com a colaboração de José Correia Leite.

[5] Id., p. 16.

[6] Id., p. 2.

[7] Id., pp. 1314.

[8] Id., p. 6. Outros casos análogos, relatados no estudo de caso, foram omitidos na presente discussão.

[9] Id., p. 78.

[10] Sobre o aparecimento, a natureza e a variedade dessa imprensa, cf. BASTlDE, R. "A imprensa negra no estado de São Paulo".

[11] MOREIRA, R. J. e LEITE, J. C. Op. cit., pp. 6, 11 e 12. Deixamos de trans crever o texto correspondente para não alongar demais esta parte do trabalho.

[12] "Foi Vicente Ferreira quem introduziu (nesse período) o termo negro para substituir o então vazio e usado homem de cor. Homem de cor também é o ama relo e o índio; acabou com essa baboseira de homem de cor, que não quer dizer nada." (Op. cit., p. 9).

[13] Ibid. pp. 1112.

[14] Id., p. 3. Aliás, em outro documento, um informante da época salientou, no mesmo sentido, a influência de poetas, romancistas, historiadores e ensaístas brancos que "faziam o que os [escritores] negros deveriam fazer".

[15] Id., pp. 56.

[16] Ver FERNANDES, F. "Caracteres rurais e urbanos na formação e desenvolvi mento da cidade de São Paulo". Cap. VI de *Mudanças sociais no Brasil.*

[17] Note-se que estas observações também se aplicam a outros desenvolvimentos subseqüentes do presente capítulo.

[18] SANTOS, A. V. dos (presidentegeral da Frente Negra Brasileira). "Manifesto à gente negra brasileira." (Trecho transcrito literalmente como no original). 2 dez. 1931. Op. cit., p. 8.

[19] Id., p. 3; transcrito literalmente como ocorre no texto. O trecho subseqüente foi extraído da p. 6.

[20] Id., p. 5 (transcrição literal).

[21] Id., p. 3.

[22] Antigo presidente da República, de tradicional tronco paulista.

[23] Depoimento feito em público pelo dr. Francisco Lucrécio.

[24] SANTOS, A. V. dos. "Manifesto à gente negra brasileira" (Presidentegeral da Frente Negra Brasileira). Op. cit. citações extraídas das pp. 56, respectivamente (transcrição literal).

[25] Ibid., pp. 45 (transcrição literal).

[26] Citações extraídas de explicações fornecidas pelo dr. Arlindo Veiga dos Santos sobre a organização e os fins da Frente Negra Brasileira.

[27] SANTOS, A. V. dos. “Manifesto à gente negra brasileira.” Op. cit., p. 8 (trans crição literal do fecho dessa manifestação).
[28] “Conveniente”, no contexto das declarações do informante, equivalia a “con duta esperta” (sem nenhuma conotação pejorativa).
[29] AMARAL, dr. R. J. do. *Frente Negra Brasileira. Suas finalidades e obras realizadas*, s. d., pp. 1 e 34 (documento redigido em fins de 1936).
[30] SANTOS, A. V. dos. “Manifesto à gente negra brasileira”, p. 6.
[31] Id., p. 3 (trecho transcrito na íntegra; conforme p. 325).
[32] Id., p. 8.
[33] MOREIRA, R. I., em colaboração com LEITE, I. C. “Movimentos sociais no meio negro”, p. 4.
[34] A respeito, vejase transcrição feita anteriormente, nas pp. 2021.
[35] SANTOS. A. V. “Manifesto à gente negra brasileira”, p. 3.
[36] Conforme pp. 1112.
[37] MOREIRA, R. J. e LEITE, J. C. Op. cit., p. 16 (a citação anterior também foi extraída desta fonte e da mesma página). Pelo que consta na tradição oral, o sr. Francisco Costa Santos foi o principal idealizador da Frente Negra Brasileira; a respeito de sua personalidade, vejase *A Voz da Raça*. São Paulo, 18 mar. 1933, ano **I**, nº 1.
[38] Ibid., pp. 13 e 14 (a unidade monetária era o milréis).
[39] 38 Transcrições extraídas dos Estatutos da Frente Negra Brasileira, aprovados em 12 de outubro de 1931, em reunião realizada no salão das Classes Laboriosas, a que compareceram mais de mil aderentes. Vejase *A Voz da Raça*, São Paulo, 15 abr. 1933 (Ano **I** – nº 5). A Frente Negra Brasileira possuía um hino próprio, com letra do dr. Arlindo Veiga dos Santos e música do professor Alfredo Pires; intitulavase *Hino da gente negra brasileira:*

“Salve! Salve! hora gloriosa,
Em que aponta, no país,
Esta aurora luminosa
Que fará a Pátria feliz.

Coro

Gente Negra, Gente forte,
Ergue a fronte varonil,
És a impávida coorte
– Honra e glória do Brasil.

Os herdeiros dos lauréis
Do trabalho, a ciência, a guerra,
Surgem, nobres e fiéis,
Pelo amor da Pátria Terra.

São do sangue escravo herdeiros,
De Tupis e de Africanos,
Que, confiantes Brasileiros,
Bradam soberbos e ufanos.

Cesse a voz dos preconceitos!
Caia a bastilha feroz,
Que o valor dos nossos feitos
Ruge altivo dentro em nós!

Nossa cor é o estandarte
Que entusiasma Norte e Sul;
Une a todos para o marte
Sob o Cruzeiro do Azul.

Ouve: – os clarins dos P ALMARES
Vêm falar da Pátria nova!
Ressoa o clangor nos ares
Chamando os bravos à prova!
Seja o toque da alvorada.
Que diga a todos: Reunir
E a Nação, alvoroçada
Corra à voz de ressurgir.”

(Transcrito de *A Voz da Raça*. São Paulo, 29 abr. 1933, ano **i**, nº 7)

[40] MOREIRA, R. J. e LEITE, J. C. Op. cit., p. 27.

[41] Citação extraída do folheto *Frente Negra Brasileira. Suas finalidades e obras realizadas*, p. 2. Seria inútil estender as citações a respeito, embora exista farto material disponível.

[42] SANTOS, A. V. “Manifesto à gente negra brasileira”. Op. cit., p. 6.

[43] *Frente Negra Brasileira. Suas finalidades e obras realizadas*, p. 2. (note-se: este documento foi redigido pelo dr. Raul Joviano do Amaral).

[44] Id., pp. 24 (relembramos que esse documento é da lavra do dr. Raul Joviano do Amaral). Alguns trechos dessa transcrição já foram citados em outras partes deste trabalho. Não obstante, dada a importância do texto, pareceunos melhor reproduzilo na íntegra.

[45] Depoimento feito em público pelo dr. Arlindo Veiga dos Santos.

[46] AMARAL, dr. R. J. do. *Frente Negra Brasileira. Suas finalidades e obras realizadas*, p. 2.

[47] MOREIRA, R. J. e LEITE, J. C. *Movimentos sociais no meio negro*. pp. 16 1718.

[48] Ibid., p. 18. Note-se que o informante apenas relatou fatos ocorridos, não usando a oportunidade para um desforço pessoal. Neste documento, aliás, descreve o dr. Arlindo Veiga dos Santos como “um moço equilibrado, de um caráter inatacável”, que se distinguia por “suas idéias de um nacionalismo extremado” (id., p. 19).

[49] Ibid., p. 20.

[50] Ibid., p. 21.

[51] Ibid., p. 27; ver transcrição anterior, na p. 54.

[52] Conforme acima, pp. 1112.

[53] Este assunto já foi extensamente debatido no capítulo precedente e, em parte, também no capítulo 2 (v. **I**).

[54] MOREIRA, R. J. e LEITE, J. C. *Movimentos sociais no meio negro*. p. 15.

[55] *A Voz da Raça*. São Paulo, 18 mar. 1933. Ano **I**, nº 1 (Grifo nosso).

[56] MOREIRA, R. J. e LEITE, J. C. Op. cit., pp. 1516.

[57] Essa aspiração vem desde os pródromos dos movimentos reivindicatórios, como se pode inferir da seguinte transcrição: “Que a data de 14 de julho corra paralela e de braços com a de 13 de maio, data que emancipou uma raça, que, com o seu suor e com o seu sangue, firmou o alicerce da grandeza e da riqueza desta nossa pátria imensa que se chama Brasil” (*A Liberdade*, órgão crítico, literário e noticioso, dedicado à Classe de Cor. São Paulo, 3 ago. 1919, ano **I**, nº 2). O Hino da Frente Negra repisava esse tema, ao prescrever: “Cesse a voz dos preconceitos. Caia a bastilha feroz” etc. (ver trechos citados anteriormente, notas 35 e 36).

[58] Note-se bem: A Frente Negra Brasileira, com outras “associações negras”, fez o que estava ao seu alcance para “educar” e também para “reeducar” os seus aderentes. A barreira, entretanto, é muito complexa, pois envolve recursos econômicos, sociais e culturais inacessíveis. A longo termo, tais problemas têm de ser resolvidos na órbita da sociedade inclusiva, como veremos adiante.

[59] A seriação dos dez pontos discutidos não foi determinada pela ordem de importância dos temas correspondentes.

[60] MOREIRA, R. J. e LEITE, J. C. *Movimentos sociais no meio negro*, cit., p. 16.

[61] Trecho extraído do depoimento feito em público por Geraldo Campos de Oliveira.
[62] Os conceitos de solidariedade mecânica e de solidariedade orgânica são empregados na acepção que lhes atribui E. Durkheim (ver *De la division dutravail social.* 2a ed. Paris, Félix Alcan, Editeur, 1902. Livro Primeiro, caps. **II** e **III**).
[63] Conforme já se comentou nas páginas anteriores.
[64] Na segunda parte do presente capítulo, que versa sobre "uma ideologia de desmascaramento racial".
[65] AMARAL, dr. R. J. do. *Frente Negra Brasileira. Suas finalidades e obras realizadas*, p. 1. (Grifo nosso).
[66] Ibid., p. 6.
[67] SANTOS, I. B. V. dos. *Marieta, a heroína.* São Paulo: Casa Espíndola, 1932, p. 4.
[68] Dirigida no plano civil pelo dr. Joaquim Guaraná de Sant'Ana e, no militar, pelo capitão Gastão Goulart (ver *Progresso*, São Paulo, 7 jul. 1932), ano **V**, nº51. Mais tarde, o dr. J. Bento de Assis substituiu o primeiro, na chefia civil do movimento.
[69] MOREIRA, R. J. e LEITE, J. C. *Movimentos sociais no meio negro.* Cit., p. 23.
[70] SANTANA, J. O. de. "Arregimentemse negros do Brasil. Na República e pela República." *Brasil Novo.* São Paulo, 13 abr. 1933. Órgão Socialista, ano **I**, nº 1.
[71] Foi dirigido por José Correia Leite, Fernando Góes e Raul Joviano da Amaral. O diagrama da página 107 oferece uma idéia da amplitude com que foi concebida a Associação dos Negros Brasileiros.
[72] Foi dirigido por Arnaldo de Camargo e Aristides Barbosa, mais tarde substi tuído por Ovidio P. dos Santos (e, temporariamente, por Moisés Isis); circulou de 1946 a 1954.
[73] Foi dirigida por Geraldo Campos de Oliveira, com a colaboração de Sebastião Batista Ramos e Armando de Castro; circulou em 1946.
[74] Entre os quais cumpre distinguir o *Cruzada Cultural*, dirigido por José da Silva Oliveira, que começou a circular em 1950.
[75] Os movimentos reivindicatórios foram designados, no "meio negro", com a palavra "agitação" e seus líderes, sem nenhuma segunda intenção, foram chama dos "agitadores".
[76] Editorial sobre "Frente Negra do Brasil." *O Clarim da Alvorada.* São Paulo, 8 nov. 1931, ano **VIII**, nº 37.
[77] LEITE, I. C. "A Mocidade Negra." *O Clarim da Alvorada.* São Paulo, 13 maio 1929, ano **VI**, nº 16.
[78] SANTOS, A. V. dos. "Congresso da Mocidade Negra Brasileira. Mensagem aos Negros Brasileiros." *O Clarim da Alvorada.* São Paulo, 9 nov. 1929, ano **VI**, nº 17.
[79] Editorial "Pela Liberdade da Raça." *A Voz da Raça.* São Paulo, 29 jun. 1935, ano **III**, nº 46.
[80] ALMEIDA, A. de. "Preconceito." *O Patrocínio.* São Paulo, 18 dez. 1927, ano 2, nº 21.
[81] LEITE, J. C. "O grande problema nacional". *O Clarim da Alvorada.* São Paulo, 7 dez. 1930, ano **VII**, nº 31. Essa tomada de consciência vinha se afirmando há tempo: vejamse, especialmente, os escritos de CAMBARÁ, J. "Deputado de Cor." *O Bandeirante.* São Paulo, agosto de 1918, ano **I**, nº 2; e de LEITE, H. de F. "Preconceitos de Raça." *O Alfinete.* São Paulo, 3 set. 1918, ano **I**, nº 2.
[82] SANTOS, A. V. dos. "Congresso da Mocidade Negra Brasileira. Mensagem aos Negros Brasileiros", artigo citado.
[83] SANTOS, I. V. dos. "Liberdade utópica." *A Voz da Raça.* São Paulo, 13 maio 1933, ano **I**, nº 9. (Transcrição literal); ver, do mesmo autor, "Patrícios negros!" *Progresso.* São Paulo, 31 jan. 1932, ano **IV**, nº 45.
[84] RODRIGUES, P. "A Frente Negra Brasileira." *A Voz da Raça.* São Paulo, 3 jun. 1933, ano **I**, nº 11.

[85] RAJOVIA (pseudônimo de Raul Joviano do Amaral). “Novo Rumo.” *A Voz da Raça.* São Paulo, jun. 1936, ano **III**, nº 54.
[86] Id. “O negro não tem problemas.” *Alvorada.* São Paulo. Edição comemorativa à data de 28 de setembro, set. 1945.
[87] AMARAL, R. J. do. “Basta de explorações.” *Alvorada.* São Paulo. Edição comemorativa à data da descoberta da América, outubro de 1945. Em artigo pos terior, afirma Raul Joviano do Amaral: “[...] Mas nas terras do Sul o preconceito é de cor e raça e não de classe”. (“Tese Errada.” *Alvorada.* São Paulo, junho de 1947) ano **II**, nº 24.
[88] LEITE, J. C. “Preconceito, casa grande e senzala.” *Alvorada.* São Paulo, mar. 1947, ano **II**, nº 18.
[89] OLIVEIRA, A. “Aos nossos leitores.” *O Alfinete.* São Paulo, 3 set. 1918, ano **I**, nº 2.
[90] LEITE, J. C. “O grande problema nacional”, artigo citado.
[91] “Frente Negra do Brasil.” Editorial do *Clarim da Alvorada*, nº 37, já citado.
[92] “Idéias Contemporâneas.” Colaboração da *Liga dos Amigos da Luta, O Clarim da Alvorada.* São Paulo, 31 jan. 1932, ano **IX**, nº 39.
[93] SANTOS, O. P. dos. “Eis a política a ser adotada.” *O Novo Horizonte.* São Paulo, mar. 1948, ano **II**, nº 19.
[94] “Frente Negra do Brasil.” *O Clarim da Alvorada*, nº 37, editorial citado.
[95] As duas gravuras foram reproduzidas neste trabalho, em virtude de seu valor simbólico.
[96] Mesmo quando se tratava de explicar às gerações ascendentes os fins do Congresso da Mocidade Negra ou se comentasse o significado do “Dia da Mãe Preta” (ver LEITE, J. C. “A mocidade negra.” *O Clarim da Alvorada*. São Paulo, 7 abr. 1929, ano **VI**, nº 15; e o editorial sobre aquela efeméride, em *O Clarim da Alvorada*, 28 set. 1931, ano **VIII**, nº 36).
[97] LEITE, J. C. *O alvorecer de uma Ideologia.* Trabalho em ms., a ser publicado na série Cultura Negra, pela Associação Cultural do Negro, citações extraídas das pp. 1, 16 e 20.
[98] Ver LEITE, J. C. Op. cit., p. 2.
[99] Dessas perspectivas, esclarecese um importante problema sociológico, que foi levantado por Luís Lobato, em “Partidos Políticos da Raça Negra” *(Senzala*, São Paulo, abr. 1946, ano **I**, nº 3, pp. 23). A dinâmica da situação envolvia dois momentos distintos: um, de afirmação como “raça”; outro, de diluição final das “linhas de classe”. Alguns elementos do “meio negro” não perceberam a dialética da situação, apegandose a soluções estreitas e inviáveis, como a formação de um partido fechado. A estratégia geral dos movimentos sociais negros era, não obstante, correta, já que não foi afetada irremediavel mente pela referida posição.
[100] FERREIRA, V. “O Dia de Fé da Raça Negra.” *O Clarim da Alvorada.* São Paulo, 13**V**1931, ano **VIII**, nº 32.
[101] SANTOS, A. J. V. dos. “Palavras aos pais negros.” *O Clarim da Alvorada.* São Paulo, 13**V**1927, ano **IV**, nº 33, (número especial, sob o formato de revista, p. 3). Transcrição literal.
[102] SOUSA. J. E. de. “De ontem a hoje.” *O Clarim* da *Alvorada.* São Paulo, 23 **VIII**1931, ano **VIII**, nº 35.
[103] Editorial sobre “O Dia da Mãe Preta.” *O Clarim da Alvorada.* nº 8, já citado.
[104] LUCRÉCIO. F. “O preto que tem alma própria.” *A Voz da Raça.* São Paulo, dez. 1936, ano **III**, nº 60.
[105] FERREIRA. Y. “Raça negra, de pé!...”. *O Clarim da Alvorada.* São Paulo, 23 ago. 1931, ano **VIII**, nº 35. Transcrição literal.
[106] Editorial de *O Clarim da Alvorada* sobre “A legenda do século” (relativa à gravura mencionada anteriormente, referência ao liberto que quebra as próprias grilhetas). São Paulo, 28 set. 1936, ano **VIII**, nº 36, p. 3.

[107] SOUSA. G. G. “Com o Brasil pela raça.” *O Clarim da Alvorada.* São Paulo. 13 maio 1933, ano **X**, nº 42.
[108] LEITE. J. C. *O Clarim.* São Paulo, maio 1935, ano **I**, nº 4.
[109] AMARAL, R. J. do. “Sou negro.” *O Clarim.* São Paulo, maio de 1935, ano **I**, nº 4.
[110] CAMARGO, A. de. “Exortação.” *O Novo Horizonte.* São Paulo, junho de 1946, ano **I**, nº 2.
[111] Id., ibid. São Paulo, maio de 1949, ano **III**, nº 36.
[112] LEITE, J. C. “Atualidade do negro brasileiro.” *Alvorada*, outubro de 1946, ano **II**, nº 13.
[113] Id. “Um ano de silêncio.” *O Clarim da Alvorada.* São Paulo, 13**V**1933, ano **X**, nº 42; conforme, também: Liga dos Amigos da Luta, “O que necessitamos.” *O Clarim da Alvorada.* São Paulo, 8**XI**1931, ano **VIII**, nº 37; SANTOS, M. A. dos. “Trajetória do ideal.” *Tribuna Negra*, São Paulo, 1a quinzena de setembro de 1935, ano **I**, nº **I**.
[114] “O nosso dever é enfileirarmos.” *O Clarim da Alvorada.* São Paulo, 28 set. 1931, ano **VIII**, nº 36.
[115] COSTA, J. “Saudação aos homens negros do Brasil.” *A Voz da Raça.* São Paulo, outubro de 1936, ano **III**, nº 58.
[116] COSTA, J. Discurso como presidente da Frente Negra Brasileira, em soleni dade oficial realizada em 20 de setembro de 1936; ms., p. 5.
[117] LEITE, J. C. “Porque lutamos.” *Alvorada.* São Paulo, 28 de setembro de 1946.
[118] Dispensamonos de fazer novas citações de referências sobre este tópico para não alongar desnecessariamente esta parte do trabalho.
[119] JOVIANO, R. “Marcha no mesmo sentido.” *Alvorada.* São Paulo, jul. 1947, ano 11, nº 22; conforme, também AMARAL, R. J. “Perspectivas.” *Alvorada.* São Paulo, jan. 1948, ano **III**, nº 28; e, num sentido mais amplo: CAMARGO, A. de. “Negro!!! Você é importante.” *O Novo Horizonte.* São Paulo, jul. 1947, ano **II**, nº 12. CAMPOS, S. “Muito pouco para nós.” *O Novo Horizonte.* São Paulo, set. 1946, ano **I**, nº 5; entrevista a *O Novo Horizonte.* São Paulo, out. 1947, ano **II**, nº 15; AMARAL, R. J. do. “Desígnios...” *Alvorada.* São Paulo, fev. 1948, ano **III**, nº 29.
[120] LUCRÉCIO, F. “A constante fundação de núcleos frentenegrinos!...” *A Voz da Raça.* São Paulo, set. 1936, ano **III**, nº 57.
[121] AMARAL, R. J. do. “Redenção.” *A Voz da Raça.* São Paulo, 24 jun. 1933, ano **I**, nº 14; ver também, SANTOS, O. P. “Eis aqui uma concretização...” *O Novo Horizonte.* São Paulo, maio 1946, ano **I**, nº 1.
[122] Conforme, especialmente: GUIMARÃES, R. “Nós, os negros,” *O Novo Horizonte.* São Paulo, mar. 1948, ano **II**, nº 19; CAMARGO, A. de. “Explanação de motivos.” *O Novo Horizonte.* São Paulo, maio 1946, ano **I**, nº 1; LEITE, J. C. “Será o inimigo do negro o próprio negro?”, *O Clarim da Alvorada.* São Paulo, 27 jul. 1930 ano **VII**, nº 28; SOUSA, L. de. “Como pregar a união.” *O Clarim da Alvorada.* São Paulo, 13 maio 1933, ano **X**, nº 42; CAMARGO, A. “Os jovens aconselham.” *O Novo Horizonte.* São Paulo, jul. 1948, ano **III**, nº 25.
[123] MORAIS, G. de. “O sacerdócio da fé.” *O Clarim da Alvorada.* São Paulo, 13 maio 1930, ano **VII**, nº 26.
[124] COSTA, A. da. “Educação.” *O Clarim da Alvorada.* São Paulo, 28 set. 1928, ano **I**, nº 8.
[125] AGUIAR, J. de. “Os centenários e nós”. *O Clarim da Alvorada.* São Paulo, 7 dez. 1930, ano **VII**, nº 31.
[126] SOUSA, L. de. “O momento.” *O Clarim da Alvorada.* São Paulo, 7 abr. 1929, ano **VI**, nº 15; vejamse também OLIVEIRA, E. de. “Escola!” *Progresso.* São Paulo, 30 abr. 1932, ano **IV**, nº 48; “A Frente Negra Brasileira e a instrução.” *A Voz da Raça.* São Paulo, 25 mar. 1933; Sentinela Negra, “Negros, Alerta!” *O Patrocínio.* Campinas, 11 jun. 1933, ano **I**, nº 2; SANTOS, M. A. dos. “Filantropia escravocrata.” *O Clarim.* São Paulo, abr. 1935, ano **I**, nº 3.

[127] AMARAL, R. J. “O negro e a cultura.” *O Clarim da Alvorada.* São Paulo, 13 maio 1933, ano **X**, nº 42.
[128] A “classe média de cor” nem sempre abrange indivíduos em situação social de classe média. Em sua maior parte, compõese de indivíduos em processo incipiente de classificação social e que se distinguem do resto da “população de cor” por causa disso. Não obstante, o professor Roger Bastide cunhou essa noção para indicar a parcela dessa população que dispõe de maiores oportunidades de integração à ordem social competitiva.
[129] Sobre o assunto, vejase MERTON, R. K. *Social theory and social structure.* Op. cit., p. 51; e FERNANDES, F. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica.* Op. cit., pp. 26768 (nesta obra, apresentamos as seguintes definições: “*Função manifesta* é a parte tomada pelas conseqüências das ações e das atividades de pessoas, instituições, grupos e camadas sociais na efetivação de adaptações, ajustamentos e controles sociais de que parecem depender as condições normais ou desejadas de existência, e que são realizadas, de modo mais ou menos consciente, por causa disso”; “*Função latente* é a parte tomada pelas conseqüências das ações e das atividades de pessoas, instituições, grupos e camadas sociais na atualização de processos sociais que contribuem para determinar as condições de estabilidade e de mudança da sociedade, considerada em suas unidades ou como um todo”).
[130] As questões relacionadas com a estratificação social e com a mobilidade social serão tratadas no próximo capítulo.
[131] Excetuandose, naturalmente, os que continuam fiéis à estratégia de afirmação racial, elaborada pelos movimentos reivindicatórios.
[132] Além dos trabalhos mencionados no capítulo 2, apresenta especial importância para os fins de nosso estudo as monografias de Ewald Mourão (“A população do estado de São Paulo segundo a cor”) e de Valério Mortara (“A população do município de São Paulo segundo a cor”), insertas na Publicação nº 12 da série *Estudos de Estatística Teórica e Aplicada* (*Pesquisas sobre os diversos grupos de cor nas populações do estado de São Paulo e do Distrito Federal,* op. cit.). A última monografia é particularmente importante para os nossos propósitos, pois contém uma descrição meticulosa da composição por sexo e idade dos diferentes grupos de cor do aglomerado paulistano.
[133] A respeito das tendências demográficas provocadas pelas migrações internas, além dos trabalhos já mencionados, vejase BRASIL, H. C. “A contribuição das diversas Unidades da Federação e Regiões Fisiográficas para a população de São Paulo.” *Estudos Demográficos,* nº 246, do Laboratório de Estatística do **IBGE**.
[134] **VII** *Recenseamento geral do Brasil* – 1960. Estado de São Paulo, Sinopse Preliminar do *Censo demográfico,* **IBGE**, Rio de Janeiro, 1962.
[135] Vide op. cit., p. 14. Apesar do empenho que demonstramos junto ao **IBGE**, não conseguimos apressar a apuração dos referidos aspectos da população do município de São Paulo.
[136] Essa porcentagem é consistente com os resultados a que chegaram V. Unzer de Almeida e O. Teixeira Mendes Sobrinho (*Migração rural-urbana,* loc. cit.), con siderando estratos da população que receberam mais intensamente os impactos demográficos “equilibradores” das migrações internas.
[137] Os dados sobre a distribuição das ocupações na cidade, apurados pelos censos de 1950 e 1960, não foram, infelizmente, divulgados.
[138] Deve-se levar em conta que extensa parte dos que se qualificam como emprega dos com freqüência se ocupam em trabalhos braçais e ainda não são, propria mente falando, proletários. Vendem sua força de trabalho e se inserem no regime de trabalho livre, embora a proletarização seja, para eles, uma condição incipiente ou, por vezes, remota.
[139] A amostra é notoriamente pequena e não se deve, portanto, atribuir às pistas enunciadas mais que uma significação precária. Contudo, deve-se notar que nela contam como empregados domésticos 20,76% e que, pelos dados do censo de 1940, essa porcentagem seria de 18,49%. Com

relação a outras atividades, as variações mais ou menos consideráveis se explicam pelo fato de termos conside rado as profissões exercidas pelos informantes (e não sua posição em certo ramo de atividades econômicas). Por fim, há uma diferença apreciável entre a porcenta gem aqui apresentada para as atividades hortícolas e de jardinagem (2,33%) e a fornecida pelo censo de 1940 (4,35%). Essa diferença se explica facilmente: os pesquisadores aplicaram os questionários no centro e em bairros em que essas atividades são menos freqüentes.

[140] O que talvez se explique pelo critério de aplicação dos questionários. Os pes quisadores eram alunos e deram preferência a "sujeitos de cor" que pertenciam a seus círculos de relações ou eram "conhecidos". Em uma amostra sistemática é bem provável que a referida porcentagem fosse bem maior.

[141] As duas últimas alternativas foram introduzidas pelos sujeitos. Como elas são relevantes, foram mantidas.

[142] Essas conclusões sugerem, doutro lado, que a proporção de alfabetizados e de analfabetos vem a ser irrelevante na formação das experiências que determinam a consciência da situação. Os dados relativos ao estado de São Paulo (tomando-se como referência o recenseamento de 1940) mostram que as menores proporções de alfabetizados e as maiores proporções de analfabetos se concentram na "população de cor" (declararam que sabiam ler: entre os brancos, 55%; entre os pretos, 34%; entre os pardos, 38%; entre os amarelos, 61%; que não sabiam ler: entre os brancos, 45%; entre os pretos, 66%; entre os pardos, 62%; entre os amarelos, 39%). Não obstante, o negro e o mulato, independentemente dessa limitação, tomam consciência dos requisitos da competição ocupacional e dos efeitos do "preconceito de cor" em dois níveis distintos.

[143] Coisas, aliás, freqüentemente confundidas na situação histórico-social do negro e do mulato, como se verá na segunda parte deste capítulo.

[144] Fato mais ou menos raro, mas que registramos com certa intensidade tanto entre firmas nacionais, quanto entre firmas estrangeiras, grandes, médias ou pequenas.

[145] Colhidos entre patrões e chefes de seção de pessoal de grandes, médias e peque nas empresas, todos brancos, alguns de ascendência brasileira, outros estrangeiros.

[146] Nele trabalham mais de 1.800 funcionários; pela estimativa do chefe de pes soal, não contava com mais de 30 "pretos" ou "mulatos".

[147] Vejase, acima, o capítulo sobre os movimentos sociais no "meio negro".

[148] Omitimos outros exemplos, por nos parecerem desnecessários.

[149] Outras ilustrações foram omitidas, por parecerem dispensáveis.

[150] Conforme já mencionamos, o "complexo" é descrito, no "meio negro", como a totalidade de reações perceptivas, cognitivas e de defesa do ego diante de mani festações reais ou presumidas do "preconceito de cor".

[151] Especialmente, através das pistas abertas pelas contradições entre as pro fissões exercidas e as profissões ideais, indicadas aqui.

[152] Como nos declarou um empreiteiro, com referência ao contrato de "trabalha dores de cor" como serventes de pedreiro, como pedreiros etc.

[153] Não obstante, é possível descrever o processo em questão, o que faremos na parte subseqüente deste capitulo.

[154] LOWRIE, S. H. "Origem da população da cidade de São Paulo e diferencia ção das classes sociais." *Revista do Arquivo Municipal*, jan. 1938, ano **IV**, v. **XLII**, pp. 195212.

[155] Está claro que a classificação no estrato inferior da sociedade de classes constitui um fenômeno de mobilidade social vertical. O sistema de referência empregado por Lowrie sublinha esse fato, pois estaríamos diante da passagem da "classe semidependente" para a "classe trabalhadora".

[156] Os aspectos dinâmicos da situação apontada serão caracterizados adiante.

[157] Suprimimos a enumeração dos clubes por motivos óbvios.

[158] Trecho de um estudo de caso elaborado por Renato Jardim Moreira.
[159] Na literatura sociológica brasileira (ou concernente ao Brasil) o leitor encontrará outros tipos de abordagem do fenômeno. Consultese, especialmente, FREIRE, G. *Sobrados e mucambos.* Op. cit., v. 3, cap. **XI**; PIERSON, D. *Brancos e pretos na Bahia.* Cia. Ed. Nacional: São Paulo, 1945, parte **IV**; WAGLEY, C. (org.) *Races et classes dans le Brésil rural.* Paris, **UNESCO**, [s. d.] (que pretende estender a validade das interpretações de Pierson); AZEVEDO, F. de. *A cultura brasileira.* 2a ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1944. (parte **I**, cap. 1); AZEVEDO, T. de. *Les elites de couleur dans une vile bresili*énne, Paris, **UNESCO**, 1953, *passim;* PINTO, L. A. da C. *"O negro no Rio de Janeiro"*. Op. cit., parte segunda; CARDOSO, F. H. e IANNI, O. *Cor e mobilidade social em Florianópolis.* Op. cit., *passim;* IANNI, O. *As metamorfo- ses do escravo.* Op. cit., pp. 23668; com referência a São Paulo: as análises de Roger Bastide sobre os efeitos da ascensão do negro e do mulato na atualização e fortalecimento do preconceito de cor (ver BASTIDE, R. e FERNANDES, F. *Brancos e negros em São Paulo.* Op. cit., caps. **III** e **IV** e, especialmente, *Sociologie duBrésil*, op. cit., em que antecipa a divulgação de alguns resultados de nossa pesquisa).
[160] A mesma ponderação deverá ser tida em mente em relação à procedência dos dados do capítulo seguinte.
[161] O grifo das duas palavraschave é nosso.
[162] Geraldo Campos de Oliveira e Luís Lobato.
[163] Número de abril e maio de 1951, sob o título "Cultura, base essencial para o progresso"; citações extraídas do estudo sobre a imprensa negra em São Paulo, elaborado por Fernando Henrique Cardoso, ms., fls. 89.
[164] lbid.
[165] As informações do entrevistado foram condensadas livremente na ocasião, mantendo-se literais, não obstante, algumas frases centrais.
[166] Na verdade, mulatos; uns escuros, outros claros.
[167] Certas indicações gerais indispensáveis já foram arroladas, anteriormente, na primeira parte deste capítulo.
[168] CAMARGO, A. de. "Há negro snob?" *O Novo Horizonte.* São Paulo, mar. 1948, ano **II**, nº 19.
[169] Dr. Arlindo Veiga dos Santos.
[170] Pois é claro que integração na ordem social competitiva significa, inevitavel mente, envolvimento progressivo em situações de competição com os "brancos".
[171] Referiase aos "lourinhos", termo com que designava pejorativamente os negros e os mulatos.
[172] Note-se que o dono de uma importante casa de modas vendeu uma fantasia caríssima "para uma negra". As empregadas resistiram à operação e ele próprio se justificou diante dos amigos, dizendo que não podia determinar a cor dos clientes. Como ela podia pagar, teve de vender.
[173] Passamos a tratar o segundo tópico, a ser analisado nesta parte do presente trabalho (ver p. 185).
[174] JESUS, C. M. de. *Quarto de despejo – diário de uma favelada.* Apresentação de Audálio Dantas, 4a ed. São Paulo: Liv. Francisco Alves (Ed. Paulo de Azevedo), [s. d.]. (O diário se inicia com anotações de 15 de julho de 1955 e termina com uma inscrição datada de 1º de janeiro de 1960.)
[175] Ibid., pp. 133 e 158, respectivamente.
[176] Ibid., p. 174.
[177] Conforme já se mencionou, os resultados da análise do censo de 1940 (p. 142 *et seqs.*).
[178] Declaração feita em público pelo sr. Jorge Prado Teixeira.
[179] Id.
[180] Declaração feita em público pelo sr. Luiz Lobato.
[181] Sobre a noção de perístase, ver BALDUS e WILLEMS, E. *Dicionário de etnologia e sociologia.*

[182] Note-se que a enumeração adotada não obedece a nenhum critério valorativo. Por conseguinte, a ordem de apresentação exclui qualquer propósito de graduar a importância relativa de cada influência.
[183] Trecho da autobiografia de um mulato claro, de caracteres negróides muito atenuados.
[184] Transcrição literal.
[185] Ver pp. 195196.
[186] Sobre essa labilidade nas manifestações do "preconceito de cor" em São Paulo, ver a formulação da principal hipótese que orientou a interpretação da situação de contato racial existente em São Paulo, em BASTIDE, R. e FERNANDES, F. *Brancos e negros em São Paulo.* pp. 33536 (essa parte foi redigida pelo segundo autor); quanto à natureza e aos efeitos do "preconceito de cor", nessa situação de contato, vejamse, nessa obra, os resultados da análise de Roger Bastide (caps. **III** e **IV**, pp. 163267).
[187] Note-se: a pesquisadora é branca; na ocasião, era acionista da referida fábrica e estava bem familiarizada com a composição e o funcionamento de sua administração.
[188] Note-se: informações prestadas pelo contadorchefe da aludida organização, branco e descendente de italianos.
[189] No caso, o informante, branco e encarregado da seção de pessoal, exibiunos as fichas em questão, em que as fotografias pareciam parte dos dados pessoais, exigidos de cada candidato.
[190] Acresce que algumas firmas não possuem algo parecido com uma "política racial". Chefes de seção de pessoal, gerentes ou outros funcionários seguem tais critérios por inspiração própria.
[191] Documento escrito de próprio punho pelo informante; a seguir, enumera como suas tentativas de auto-afirmação são frustradas na vida prática.
[192] Documento escrito de próprio punho pelo informante; transcrição literal de algumas passagens.
[193] In BASTIDE, R. e FERNANDES, F. *Brancos e negros em São Paulo.* pp. 232, 234 e 238.
[194] Transcrição literal de trecho de documento escrito de próprio punho por informante branco.
[195] Conversas com pessoas que iam às reuniões em massa ou que serviram de sujeitos nas entrevistas formais e informais.
[196] Grifamos essa parte da transcrição, para colocála em evidência.
[197] Não nos é possível analisar a fundo, aqui, o vasto material que coligimos sobre as manifestações e os efeitos psicossociais do "complexo" nas atitudes e compor tamentos do negro e do mulato.
[198] Note-se que essas manifestações de compreensão e de solidariedade não impedem o livre curso de "comentários malévolos", feitos "pelas costas" dos indi víduos em questão. Nesses comentários, muitas vezes são apontadas as causas reais dos "fracassos", nos casos em que estes não resultam apenas do "preconceito de cor".
[199] Note-se: os termos "recalque" e "recalcado" são empregados pelo próprio "negro" na explicação que descobriu para a formação do "complexo".
[200] O entrevistador consigna que o termo proteção foi empregado pelo sujeito como equivalente de reconhecimento do valor da pessoa; não como uma alter nativa esperada de paternalismo. Ele era contador e o escritório que montou era de contabilidade.
[201] Em sua entrevista, sempre descreveu outras pessoas da mesma cor, negros ou mulatos, com o termo "patrício".
[202] Transcrição literal do documento escrito de próprio punho.
[203] No próximo capítulo tentaremos focalizar os aspectos aqui negligenciados, por motivos empíricos. Se os efeitos da expansão da ordem social competitiva tivessem eliminado as fontes históricosociais da demora cultural, na esfera das relações raciais, o convencionalismo associado ao prestígio especificamente social assumiria maior importância e teríamos de lhe devotar atenção sistemática.

[204] Note-se: o entrevistado discorda da opinião sustentada “por muita gente” (segundo suas palavras) de que “o preto é inferior ao branco”.
[205] Por motivos óbvios, omitimos o nome do banco.
[206] O diálogo foi reproduzido da forma exposta pela própria entrevistada.
[207] Esse depoimento já foi utilizado antes, neste trabalho; no entanto, julgamos recomendável reproduzilo, por causa do contexto da análise.
[208] MARTUSCELLI, C. “Uma pesquisa sobre aceitação de grupos nacionais, grupos ‘raciais’ e grupos regionais, em São Paulo.” *Boletim* nº 3 da Cadeira de Psicologia. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1950, pp. 5373.
[209] Id. Tabela **III**, p. 61.
[210] Essa sondagem foi feita em 1951 por Lucilla Herrmann. A análise dos resultados foi feita por BASTIDE, R. e BERGUE, P. Van den. “Estereótipos, normas e comportamento interracial em São Paulo.” In: BASTIDE. R. e FERNANDES, F. *Brancos e negros em São Paulo.* pp. 359371.
[211] BASTIDE, R. e BERGE, P. Van den. Op. cit., pp. 36567 (omitimos outras referências, porque nos limitamos ao essencial).
[212] Ocorrência descrita em público pelo sr. Luís Lobato. Os dados pessoais e particulares foram omitidos, para evitar identificações penosas.
[213] Segundo formulação feita em público pelo sr. Luís Lobato.
[214] Informações prestadas pelo sr. José Pelegrini.
[215] Vejase, a respeito, BASTIDE, R. e BERGUE, P. Van den. “Estereótipos, normas e comportamento interracial em São Paulo”. Op. cit., pp. 36567.
[216] BASTIDE, R. e BERGUE, P. Van den. Loc. cit.
[217] Por ser documento redigido pela informante, foi reproduzido literalmente. Seria conveniente ressaltar que outros documentos corroboram, amplamente, o depoimento transcrito.
[218] Lembramos que segundo Bastide e Van den Bergue, 43% dos brancos de uma amostra de classe média reputavam “os negros menos inteligentes que os brancos”.
[219] Tratandose de documento pessoal, escrito pelo informante, reproduzimolo na íntegra.
[220] Parte de um depoimento, feito em público, pelo sr. Afonso Dias.
[221] Naturalmente, em situaçõeslimite e, portanto, em casos mais ou menos raros. Não obstante, a nossa pesquisa demonstrou que alguns brancos são neutros ao “preconceito de cor”.
[222] Na terminologia do negro e do mulato, o “branco” destituído de “preconceito do cor”.
[223] Trata-se de uma família tida como de “quatrocentos anos” e muito conceituada.
[224] Elaborado por Renato Jardim Moreira.
[225] Julgamos melhor omitir a identificação. Mas Trata-se de um dos clubes mais importantes da “classe alta” da cidade.
[226] Em conjunto, os resultados dessa discussão comprovam, literalmente, as conclusões de Fernando Góes (“Nota sobre brancos e pretos na Bahia”, artigo publicado em 6 ago. 1945). De acordo com seu ponto de vista, não ocorre verdadeira aceitação do negro culto e rico pelas classes altas. Ele an tes suscita um sentimento de admiração e se vê tratado com os cuidados requeridos pelas exceções. A presente referência foi extraída de um estudo de caso sobre o negro na imprensa paulistana, elaborado por Maria Isaura Pereira de Queirós.
[227] Note-se: a pessoa em questão não é intelectual, mas pracista de importante firma, produtora de papel e papelão; descende de antiga família luso-brasileira e pertence ao nível mais elevado da classe média.
[228] Parte desse documento já foi utilizada anteriormente.
[229] É o que sucede em situações reguladas através de contatos categóricos. Mesmo o branco que “procura evitar relações com pessoas de cor”, nessas situações sente-se obrigado a tratálas “com respeito devido à sua posição”, aceitando tais “contrariedades” com a filosofia “são ossos do ofício”.

[230] Ao contrário, pois, do que supõem, em regra, os próprios “negros que sobem”.
[231] O “negro” em ascensão social, naturalmente.
[232] Passamos a discutir, naturalmente, o terceiro tópico a ser analisado nesta exposição (ver pp. 171172).
[233] Note-se que o diálogo focalizado abrangia um interlocutor velho e outro jovem. Nas gerações ascendentes da “população de cor” não se atribui valor unilateral ao ensino superior, como nas gerações velhas. Os componentes das primeiras dão preferência às escolas profissionais e ao ensino técnico. Depois, se forem bem sucedidos, arranjando empregos que permitam estudar, “tentam os cursos superiores”, sustentandose pelo trabalho.
[234] Isso é mais comum entre os mulatos, que entre os negros. Tal propensão pode ser explicada tanto pela ânsia de “acumular prestígio”, quanto pela relativa falta de oportunidades satisfatórias, a qual estimula, naturalmente, a “tentar a sorte” em outros campos.
[235] Note-se que, temendo os riscos de “não poder educar os filhos”, muitas refreiam, deliberadamente, as aventuras fora do casamento ou adotam práticas anticoncepcionais.
[236] Chegamos a registrar um caso impressionante. O chefe da família mantinha três empregos (um pela manhã, como entregador de jornais; outro à tarde, como servente de serviço público; e outro à noite, como faxineiro de banco). Com esse ganho, e fazendo extrema economia nos demais gastos, conseguiu formar o filho mais velho em medicina e duas filhas como professoras. Na ocasião da pesquisa, a última filha freqüentava o ginásio.
[237] As alternativas nesse sentido são tão raras, que só registramos um caso dessa espécie (já mencionado acima: o do dentista mulato, que montou uma clínica de parceria com um médico branco). No entanto, temos conhecimento de alguns casos análogos, principalmente no comércio a varejo e em escritório de serviços de contabilidade.
[238] Como também o namoro, o noivado e o amasiamento interraciais.
[239] Sobre o assunto, vejase BASTIDE, R. *Sociologie duBrésil.* **I** – Naissance d’une classe sociale, la classe moyenne; **II** – De la caste à la classe. Centre de Documentation Universitaire de la Université de Paris, s.d., *passim*, onde vêm descritos os resultados das descobertas de nossa investigação.
[240] Isto é, reagir.
[241] Termo grifado pelo entrevistador.
[242] Conforme pp. 184185.
[243] Esta última expressão também envolve, como a anterior, repúdio às obrigações pessoais de entreajuda familiar ou vicinal.
[244] Nem sempre saem com a família; ao sair, podem “ficar para trás”; não devem “aparecer” para certas visitas; para outras “não são apresentados”; nem sempre se sentam à mesa, quando há “visita de cerimônia” etc. Um dos documentos, pertinentes a um mulato claro, que era advogado, mostra que a pessoa pode chegar a extremos cruéis, mesmo em se tratando de sua mãe.
[245] À luz dos critérios econômicos, sociais e culturais da sociedade inclusiva, pois seus componentes nem sempre pertencem, sequer, às classes médias.
[246] Modo de dançar característico das gafieiras.
[247] Dados extraídos de um estudo de caso sobre “Brancos em bailes de Negros”, elaborado por Renato Jardim Moreira.
[248] Ou seja, do nacional “branco” de origem modesta.
[249] Note-se: proscrevem o uso da violência fora e acima das situações em que ele é justificado pelo código moral vigente na sociedade inclusiva, ou seja, em todos os fins que poderiam interessar diretamente ao “negro” como e enquanto tal. O fundamento da proscrição se encontra nos modos de ser, de falar e de agir do “negro malandro” e “desordeiro”.
[250] Conforme F’RAZIER, F. *Bourgeoisie noir.*

[251] É preciso notar que essa pergunta foi entendida ou redefinida, por grande parte dos sujeitos, como se tivesse sido formulada do seguinte modo: “Acha que os pretos devem pretender os cargos que habitualmente são ocupados pelos brancos em nossa sociedade?”.
[252] Ou seja, através de conflitos virulentos com os “brancos” e a ordem social estabelecida.
[253] Realizadas por Jorge Prado Teixeira.
[254] Realizadas por Renato Jardim Moreira.
[255] É óbvio que não temos em vista o padrão de isolamento difuso, que decorre das pressões da sociedade inclusiva para “manter o negro em seu lugar”. Mas o mecanismo reativo que este próprio teve de desenvolver para “tirar partido” das oportunidades recentes de ascensão social.
[256] No sentido de ser válida somente para a situação histórico-social descrita.
[257] A questão da neutralidade social do “preconceito de cor” é levantada até pelos agentes humanos, em formulações que o situam como “uma questão de gosto” ou de “natureza estética”.
[258] No próximo capítulo, debateremos a questão desse ângulo.
[259] Como já descrevemos, ao tratar da diferenciação sociopática da personalidade do sedutor profissional.
[260] O que fica evidente na discussão, feita no quarto capítulo, da contra ideologia “racial” elaborada pelos movimentos reivindicativos no “meio negro”.
[261] Poderseia falar em massa, desde que se entendesse que o processo ainda não abrange a totalidade da “população de cor”, mas uma parte dela.
[262] Esse quadro, como já indicamos, achase descrito por Roger Bastide (ver BASTIDE, R. e FERNANDES, F. *Brancos e negros em São Paulo*, cap. **III** – “Manifestações do preconceito de cor”; cap. **IV** – “Efeitos do preconceito de cor”, pp. 163267). Como parte do programa geral de pesquisas, desenvolvido sob o patrocínio da **UNESCO** em 1951, devem-se considerar os seguintes trabalhos: V. L. BICUDO, “Atitudes dos alunos dos grupos de escolares em relação com a cor de seus colegas.” (In: *Relações entre negros e brancos em São Paulo.* São Paulo: Ed. Anhembi, 1955. pp. 277310); GINSBERG, A. M. “Pesquisas sobre as atitudes de um grupo de escolares de São Paulo, em relação com as crianças de cor.” (Id., pp. 31161); O. NOGUEIRA, “Relações raciais no município de Itapetininga.” (Id., pp. 362554); SANTANA, E. T. “Preconceito de cor.” *Relações entre pretos e brancos em São Paulo.* São Paulo: Ed. do Autor, 1951. Também merecem consulta especial os seguintes trabalhos: LOBO, H. e ALOISI, I. *O negro na vida social brasileira.* São Paulo: S. E. Panorama, 1941; NOGUEIRA, O. “Atitude desfavorável de alguns anunciantes de São Paulo em relação aos empregados de cor”. *Sociologia*, São Paulo, 1942. v. **IV**, nº 4, pp. 328358; BICUDO, V. L. “Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo.” *Sociologia.* São Paulo, 1947, v. **IX**, nº 3, pp. 195219; WILLEMS, E. “Race attitudes in Brazil”. *The American Journal of Sociology*, mar. 1949. v. **LIV**, nº 5, pp. 40208; LEITE, D. M. “Preconceito racial e patriotismo em seis livros didáticos primários brasileiros”. *Boletim de Psicologia*, nº 3. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1950. pp. 20631; MARTUSCELLI, C. “Uma pesquisa sobre aceitação de grupos nacionais, grupos ‘raciais’ e grupos regionais, em São Paulo.” Op. cit.; NOGUEIRA, O. “Preconceito de marca e preconceito racial de origem. Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil”. *Anais do* **XXXI** *Congresso de Americanistas*, 23 a 28 de agosto de 1954. São Paulo. Organizados e publicados por Herbert Baldus. São Paulo: Ed. Anhembi, 1955, v. **I**, pp. 409434. Vejase, também, a série de reportagens escritas por Elias Raide sobre o assunto (*Diário da Noite*, São Paulo, entre 21 jan. 1958 e 9 abr. 1958).
[263] Reiteramos, aqui, que estamos usando o conceito como categoria históricosociológica, ou seja, na acepção em que ela aparece na consciência social do “negro” e no consenso dos “brancos” mais ou menos tolerantes.

[264] É óbvio que, em outras circunstâncias, poderia suceder o inverso. As influências mencionadas, sob forte competição racial e numa situação de conflito, poderiam se vincular a interesses e a valores do regime de classes, associando o passado ao presente de forma mais dinâmica e, provavelmente, mais dramática. Conviria atentar para o exemplo norteamericano à luz dessa perspectiva.

[265] Já indicamos, reiteradamente, que operamos com o termo "preconceito de cor" como uma categoria históricosociológica, construída pelos "negros" e, em larga medida, compartilhada pelos "brancos". O que caracteriza essa categoria, como mencionamos, é seu caráter compreensivo. Ela funde as duas noções técnicas, de preconceito racial e de discriminação racial. Tendo em vista os propósitos deste capítulo, conviria ressaltar como se estabelece a distinção entre os dois conceitos e como os utilizamos em nossa investigação. O preconceito racial pode ser definido como "uma atitude social propagada no público por uma classe exploradora, com o fito de estigmatizar determinado grupo como inferior, de tal modo que a exploração do próprio grupo ou de seus recursos possa ser justificada". (COX, O. C. *Caste, class* & *race*. A study in social dynamics. p. 393); por sua vez, "a discriminação racial somente aparece quando negamos a indivíduos ou grupo de pessoas a igualdade de tratamento que eles possam desejar" (ALLPORT, G. W. *The nature of prejudice*. p. 51). Além da bibliografia fornecida nessas duas obras, seria importante considerar, em particular, as seguintes tentativas de focalização do tema: ALLPORT. G. A. "Prejudice: a problem in psychological and social causation"; JOHNSON, C. S. *Patterns of negro segregation*; MYRDAL, G. com a colaboração de STERNER R. e ROSE, A. *An american dilemma. The negro problem and modern democracy*; KARDINER A. e OVESEY, L. *The mark of oppression. The american negro*; ADORNO, T. D. FRENKELBRUNSWIK, E.; LEVINSON, D. J., SANFORD, R. N. e outros. *The authoritarian personality*; BETTELHEIM B. e JANOWITZ M. *Dynamics of prejudice. A psychological and sociological study of veterans*; ROSE, A. M. *L'origine des prejugés*; SAENGER, G. *The social psychology of prejudice*; POWDERMAKER, H. *Probing our prejudices*; ROSE, A. M. *Race prejudice and discrimination*: *readings in intergroups relations in the United States*; KRECH, D. e CRUTCHFIELD, R. S. *Teoria and problems of social psychology*, caps. **XII** e **XIII**; HARDING, J. e KUTNER, B. "Prejudice and ethnic relations." In: *Handbook of social psychology*, v. 11, cap. 27. As controvérsias sobre a conceituação e a abordagem de ambos os fenômenos não podem ser apreciadas aqui. No entanto, julgamos essencial esclarecer que não concebemos o preconceito racial como cabendo no domínio específico da personalidade e a discriminação racial como exclusivamente pertinente à estrutura social, como é corrente entre muitos sociólogos e psicólogos sociais norteamericanos. Ambos podem ser considerados nos diversos níveis da análise sociológica (da ação e da relação sociais; do comportamento coletivo; da socialização e organização da personalidade; das normas, representações e valores sociais; ou da diferenciação e integração dos sistemas sociais). Em nossa investigação, sem negligenciar os demais aspectos, concentramos a análise nos aspectos estruturais e dinâmicos das conexões entre o preconceito racial, a discriminação racial e os padrões de integração da ordem social. Assim, o preconceito racial foi explicitamente referido à natureza de suas funções, como fonte de legitimação de opiniões, avaliações e representações sociais, que motivam, calibram e orientam atitudes e comportamentos sociais; e a discriminação racial foi explicitamente referida como parte do conjunto de processos que configuram, graduam e regulam as disparidades resultantes da superposição existente entre estratificação social e estratificação racial no sistema social total. Essa focalização permitiu compreender a complementaridade dos dois conceitos e das análises correlatas. Doutro lado, favoreceu uma orientação descritiva que procura combinar a análise de regularidades de coexistência com a análise de regularidades de seqüência, consideradas em termos da variação dos padrões de integração da ordem social. Por fim, cumpre pôr em relevo que não consideramos o preconceito racial e a discriminação racial como produtos peculiares do regime de classes. Grande número de especialistas propende para o ponto de vista geral de que ambos os fenômenos não ocorrem em sociedades tribais, de castas e estamentais. Pensamos, ao

contrário, que uma análise estruturalfuncional, projetada numa perspectiva histórica, evidencia que o preconceito e a discriminação raciais preenchem certas funções primárias universais e invariáveis. Onde ocorram interferências entre estratificação social e estratificação racial, eles tanto servem como fonte de legitimação das formas estabelecidas de ordenação social das relações raciais, quanto para dinamizar, fortalecer e perpetuar os mecanismos sociais de dominação racial vigentes. A diferença entre a sociedade tribal, a sociedade de castas, a sociedade estamental e a sociedade de classes, a respeito, consiste em que, nesta última, surgem condições e processos sociais que configuram ambas as manifestações como "injustas", "indesejáveis" e "perigosas" para o equilíbrio do sistema de poder da sociedade global. Contudo, isso não é suficiente para prefigurar um limite do humano. O preconceito racial e a discriminação racial constituem uma realidade multiforme. E o sociólogo precisa estar preparado para surpreendêla através de suas várias roupagens e das possíveis combinações entre etnocentrismo e diferentes tipos de dominação do homem pelo homem.

[266] Sobre ambos os conceitos, de *eidos* e de *ethos* na análise psicossociológica e etnosociológica, conforme BATESON, G. Naven. Op. cit. pp. 2930.

[267] Sobre este conceito, conforme UNTON, R. *O homem*, p. 299 *et seqs.*

[268] Sobre esse aspecto, ver o prefácio do autor em CARDOSO, F. H. e IANNI, O. *Cor e mobilidade social em Florianópolis.* pp. **XIXXIII**.

[269] Tomamos o conceito de subalternização da análise de L. A. Costa Pinto (ver O *negro no Rio de Janeiro*, *passim*).

[270] Transcrição literal de afirmação de um jovem de família lusobrasileira tradicional.

[271] Para se usar conhecido conceito sociológico, cunhado por G. Gurvitch.

[272] Arrolamos rica documentação folclórica e fizemos amplo levantamento dos estereótipos raciais vigentes. Infelizmente, não podemos expor a documentação coligida neste trabalho.

[273] A melhor ilustração, a respeito, consiste nas descobertas de Dante Moreira Leite ("Preconceito Racial e Patriotismo em Seis Livros Didáticos Primários Brasileiros", op. cit.), que evidenciam como a nossa literatura pedagógica difunde e mantém avaliações etnocêntricas desfavoráveis ao "preto". Os autores dos livros didáticos analisados, provavelmente, enfileiramse entre os adeptos da *democracia racial*. Contudo, inadvertidamente projetam imagens do "preto" que produzem o efeito inverso.

[274] Erige, inclusive, essa modalidade peculiar de preconceito em *mores*, subtraindo as inconsistências psicossociais ou socioculturais que ele pressupõe à percepção sistemática, ao conhecimento objetivo e à discussão crítica.

[275] Essa descrição foi confirmada pelo outro protagonista, o sr. Benedito.

[276] A lavadeira em questão era mulata clara.

[277] Na ocasião da pesquisa, a estrada de Santo Amaro só possuía uma via pavimentada, muito estreita.

[278] Omitimos outros casos análogos, por nos parecerem desnecessários.

[279] Por ocasião das entrevistas, já tinha concluído o ginásio, um curso de datilografia e estava prestes a se diplomar como contadora, sustentando seus estudos com a renda do próprio trabalho.

[280] Isso parece explicar as opiniões correntes nos fins do século **XIX** e no primeiro quartel do século **XX**, segundo as quais os brancos das famílias senhoriais de São Paulo abominavam o negro (ABRANCHES, D. de. *O captiveiro*, p. 228) ou sentiam aversão por ele (ELLIS JR., A. *Populações paulistas*, pp. 9899).

[281] Elaborado a pedido do prof. Roger Bastide.

[282] Essa afirmação não pressupõe a idéia de que tal coisa não ocorresse, nos círculos sociais considerados, fora de São Paulo. Antes, já apontamos como o mandonismo podia condicionar a formação de personalidades autoritárias e divergentes, mesmo em questões raciais. O que

pretendíamos sugerir é que, presumivelmente, o fenômeno apresenta maior intensidade em São Paulo.

[283] Coube a Sérgio Milliet, na crítica das interpretações sociológicas de Gilberto Freire, evidenciar alguns dos aspectos mais notórios das peculiaridades histórico culturais do Brasil meridional e em que medida elas se prendem aos processos de transplantação dos imigrantes e de suas culturas (ver "A fórmula de Martius". In: *Roteiro do café*, pp. 145160).

[284] Ou seja, desde a instalação na cidade, quando viviam com os "negros" nos cortiços; ou a partir do momento em que começavam a "ficar ricos" e mudavam de residência, de padrão de vida e de posição social.

[285] Essa entrevista foi realizada em meados de fevereiro de 1956.

[286] Para que se tenha uma idéia de como estamos diante de atitudes, avaliações e comportamentos que se repetem, vamos reproduzir um trecho da autobiografia de outra informante: "Todavia, observei em camadas cultas, também, grande preconceito em relação ao preto. Na minha família, onde não há incultos, sendo meu pai advogado, minha mãe normalista e estando todos os meus irmãos estudando, há uma antipatia bárbara pelo preto. [...] Meu pai mormente odeia os pretos. Para ele preto não é gente e acabouse. Ele é neto de alemão, diz que tem raça pura, que negro é de raça inferior, de raça de escravos. Caçoa sempre de minha mãe por ela ter traços grossos [sic!] e ser morena, dizendo que ela deve ter negros na família. Ela sempre zangase, pois também não tolera negros, ao escutar tal coisa. Meus irmãos, por seu lado, repetem como papagaios o que meus pais dizem. Muitas vezes eu briguei com eles, pedindo que me dessem uma razão decente para tal antipatia. Nunca me deram uma explicação racional, até reconhecem ser irracional o seu pensamento, mas continuam a dizer que não gostam mesmo de negro, que negro não presta, que são canalhas, que são sujos, etc."

[287] Essas porcentagens seriam bem diferentes se considerássemos atitudes, avaliações e comportamentos em bloco, independentemente de sua integração homogênea no nível da organização da personalidade. Nesse caso, seria bom ver as indicações de conjunto, fornecidas por BASTIDE, R. e BERGUE, P. Van den. "Estereótipos, normas e comportamento interracial em São Paulo". (Em BASTIDE, R. e FERNANDES, F. *Brancos e negros em São Paulo*, loc. cit.)

[288] Por hipótese, podemos admitir que a solução de tal conflito resultará da própria evolução e da integração normal da ordem social competitiva.

[289] Entendase, portanto, que os "brancos" revelaram uma predisposição bem definida a resistir à discussão do assunto ou, então, que não estão interessados nos problemas criados pelos padrões vigentes de acomodação racial. Infelizmente, é impossível determinar qual dessas duas razões seria mais importante ou como elas se combinam na prática.

[290] Na discussão, também acrescentou que a pessoa em questão se suicidou em virtude do desgosto que teve.

[291] Trecho de depoimento feito em público pelo sr. Hamilton de Oliveira.

[292] *Diário do Congresso.* Rio de Janeiro, 18 jul. 1950, p. 5.513.

[293] 'Transcrito por *O Estado de S.Paulo*, 8 ago. 1950.

[294] Está claro que não imputamos essa tendência nem a Afonso Arinos de Melo Franco nem a Plínio Barreto; a exemplificação, no que lhes diz respeito, tentava apenas mostrar como a influência da tradição cultural chega a afetar até o comportamento inteligente, crítico e racional com relação a fins.

[295] A ocorrência se deu em julho de 1950 e provocou escândalo de grandes proporções. Renato Jardim Moreira fez um estudo de caso a respeito, aproveitando dados extraídos de 55 notícias de diferentes jornais de São Paulo e de outras regiões do país. Usamos só alguns dos resultados desse estudo em manuscrito.

[296] *Correio Paulistano.* São Paulo, 13 jul. 1950 (Grifo nosso).

[297] O grifo é nosso. Dada a utilização que fizemos desse excerto, julgamos melhor omitir o nome do jornal em questão.
[298] Entrevista de Anita Pietrangelo Talamo, publicada sob o título “A discriminação racial dificulta a colocação de empregados em São Paulo” (*A Folha da Manhã.* São Paulo, 22 maio 1959).
[299] Pois foram entrevistados intelectuais brancos de todas as categorias sociais.
[300] O temor de que os pais e os irmãos maltratassem ou suscetibilizassem amigos e namoradas de cor (mesmo mulatas claras) fazia com que ele se abstivesse de leválos para casa.
[301] O leitor poderá suplementar o material que iremos expor com as informações arroladas no capítulo anterior, fornecidas por chefes de seção de pessoal, gerentes ou empresários a respeito da rejeição e do peneiramento dos “empregados de cor”.
[302] Note-se que esse entrevistado deu impressionantes exemplos de manifestação de “preconceito de cor” nas escolas, nas relações dos professores, dos alunos e de ambos entre si.
[303] A autora desse documento se refere a diversos casos de discriminação e a ou tros aspectos das relações entre brancos e negros. O documento possui 10 páginas datilografadas. Os trechos transcritos dão uma idéia geral do modo de focalizar o “problema do negro”.
[304] Conforme pp. 453454.
[305] O entrevistado arrolou dois exemplos, um deles altamente dramático, de tensões definitivas provocadas pelo intercasamento racial. Omitimolos, no entanto, por nos parecer desnecessário insistir em assunto tão ventilado neste trabalho.
[306] Sobre esse tópico, ver a análise desenvolvida no Capítulo 1 deste volume, em especial a parte concernente à elaboração de uma ideologia de desmascaramento racial.
[307] Nos documentos pessoais, em média, 3 “pessoas de cor” sobre 10 demonstravam atitudes e avaliações desse tipo ou vacilantes.
[308] Possuímos outros depoimentos da mesma natureza, de homens e mulheres de idades diferentes. Julgamos desnecessário reproduzilos.
[309] Conforme nota anterior.
[310] Conforme nota 47.
[311] Como em exemplos transcritos anteriormente: a recusa sistemática de “empregados de cor” na firma em que a pessoa trabalhe; a resistência aberta ao “freguês de cor”; a preterição da própria pessoa em promoções justas; ou casos mais dramáticos, em que a “honra da família” se vê envolvida (aventuras da filha menor com jovens “brancos” que não pretendem casar; indiferença da polícia; e desacato às “pessoas de cor” pelos agentes da lei etc.).
[312] O debate girou em torno de afirmações iniciais, feitas pelo dr. Ângelo Abataiguara, numa das reuniões em que aplicamos a técnica de observação em massa em situação de grupo. É evidentemente impossível reproduzir os debates, nos quais foi pequeno o número de oradores (a inscrição era espontânea, mas relativamente grande o público que intervinha por meio de aplausos ou vaias. Em regra, em cada reunião desse tipo participavam de 80 a 120 ou 140 pessoas).
[313] Como já fizemos, em outras passagens deste trabalho, identificamos os informantes porque as reuniões e os debates possuíam caráter público.
[314] Conforme pp. 436444.
[315] Boa parte dessa documentação foi analisada por Roger Bastide e suas principais conclusões divulgadas (conforme BASTIDE. R. e FERNANDES. F. *Brancos e negros em São Paulo*, loc. cit.).
[316] Note-se que outras entrevistas, feitas com brancos, negros e mulatos no mesmo cortiço, não comprovaram plenamente essa afirmação.
[317] Note-se que “alterar o sistema”, no nível das relações raciais e nos termos aqui considerados, equivale a estender os princípios da integração da ordem social competitiva à esfera da convivência racial. Trata-se, pois, literalmente, de uma “revolução dentro da ordem”. Se a expansão do regime de classes ocorresse com maior homogeneidade e celeridade, mantendo-se constante a absorção da

"população de cor", esse processo se realizaria espontaneamente – é claro, sob a pressão dos interesses e aspirações dos componentes daquela população.

[318] Tendo em vista o volume de evidências, já expostas neste trabalho, que suportam essas conclusões, dispensamonos da obrigação de fornecer exemplos escolhidos.

[319] Sobre essa irmandade, vejase AMARAL, R. J. *Os pretos do Rosário de São Paulo.* São Paulo: Ed. Alarico, 1953.

[320] Trecho de um documento escrito à mão, por um funcionário público, mulato claro.

[321] Trecho de extenso depoimento de um advogado e político negro.

[322] Resposta suplementar, aposta à mão no formulário, por informante negro.

[323] Parecenos dispensável reproduzir informações reunidas, esparsamente, nos capítulos precendentes. Além disso, o leitor encontrará no trabalho já citado de Roger Bastide dados referentes às diferentes modalidades de manifestação do "preconceito de cor". No caso, lembramos as experiências desagradáveis das "crianças de cor" no convívio com outras crianças da vizinhança e nas relações com a professora ou colegas "brancos" na escola. O dr. Francisco Lucrécio elaborou um interessante estudo de caso, a respeito, que infelizmente não podemos aproveitar, e que demonstra que é precoce a deformação da personalidade da "criança negra" sob diferentes e intensas manifestações do "preconceitos de cor" em seus círculos de convivência com o "branco".

[324] Aparentemente, essas crises causam apreensões aos pais e constituem uma das fontes de tortura moral dos adultos. Vários entrevistados trataram largamente do assunto. Um deles traçou um gráfico, como uma espécie de ípsilon, com a haste do lado esquerdo mais comprida (representando os brancos) que a do lado direito (representando os negros). Até aos dez anos, não surgiriam, freqüentemente, novidades dramáticas (brancos e negros continuariam juntos, representados no tronco comum); na puberdade, as duas hastes começariam a seseparar. Aos vinte anos, a separação atingiria a extremidade das hastes. O gráfico demonstraria, ao mesmo tempo que já nessa idade o branco estaria proporcionalmente três ou quatro vezes adiante do companheiro negro, num processo de distanciamento contínuo e irreversível, correspondente à graduação da distância social que se estabeleceria entre eles. O engenhoso e sensível informante declarou, compungido: "A gente vê a filha quietinha e aborrecida sem companhia. As outras se afastam dela. Ela olha com uma tristeza nos olhos e com uma aflição muda. Elas não sabem por que isso acontece. Ainda não estão preparadas para isso. É duro para um pai ver-se nessa situação. A gente não pode nem explicar por que isso acontece. É obrigado a fingir que está tudo muito bem e procurar distrair a atenção da menina [...]. O pai negro devia morrer mais cedo que o branco, para não ver essas coisas". A documentação sugere, não obstante, que a estratégia dos pais varia. Uns se revoltam e "atiçam os filhos"; outros agem calmamente, ajudando-os a atravessar a crise com os menores danos psicológicos possíveis.

[325] Esses documentos foram coligidos de várias maneiras. O grosso das informações resulta da aplicação de entrevistas, da técnica de observação em massa (sob a forma de depoimento redigido pelo informante ou exposto verbalmente, em situação grupal) e de reuniões ou seminários com diferentes tipos de personalidades do "meio negro", para debate do "preconceito de cor" como problema social. Essas informações foram amplamente suplementadas por materiais de outra procedência (questionários; histórias de vida; estudos de caso sobre formas dramáticas, ostensivas e irrefutáveis de discriminação; e alguns documentos escritos, extraídos principalmente da imprensa diária). Dado o volume e a variedade da documentação coligida, bem como o objetivo deste capítulo, desde logo ficou fora de cogitação sequer uma utilização resumida e parcial dos dados de fato.

[326] Isso indica, segundo supomos, a influência altamente construtiva que foi exercida pelos movimentos reivindicatórios, pela imprensa negra e pelas associações culturais negras em todo o processo.

[327] Pensamos que os dados transcritos no capítulo precedente e neste nos dispensam de transcrever os dados em que fundamos esse importante ponto da imagem do "preconceito de cor" construído

pelo negro. Gostaríamos de lembrar, não obstante, os excertos transcritos anteriormente (esp. pp. 496498) e umas referências suplementares. Um dos entrevistados negros declarou que via certas preferências exclusivistas do branco como matéria de "gosto pessoal". Mas frisou: "o que não aceito é ser tratado nas relações pessoais como um ser inferior, de modo distinto que os brancos se tratam entre si". Enfatizou que "a dignidade de toda pessoa humana é igual" e que "o preconceito deve ser procurado exclusivamente neste domínio". Não são menos importantes, para a fundamentação da análise desenvolvida, os dois trechos seguintes, extraídos de depoimentos de dois ilustres intelectuais negros: (1) "O preconceito de cor no Brasil – prefiro dizer preconceito de cor porque não existe um antagonismo racial e individual – é fruto dessa diferenciação econômica, dessa disparidade social e intelectual, que faz com que o branco esteja numa situação mais privilegiada que o negro. Daí concluímos que o preconceito é manifestado simplesmente em função dessa situação". (2) "O certo é que o preconceito existe e se somos recebidos na sociedade dominante, não menos certo é que somos vistos como pessoas de cor, respeitadas, mas mantidas a uma certa distância".

[328] Foinos impossível descobrir alguma forma de seriação dos itens na compreensão da realidade racial pelo "negro". Por isso, a sistematização adotada é arbitrária.

[329] Eis uma ilustração típica, tomada das entrevistas com uma professora mulata: "Um dia, após o trabalho, saí com uma colega branca. No dia seguinte, ela disse-me: 'Meu noivo achou você simpática'. Respondilhe: 'Não se preocupe, eu posso pensar o mesmo, com relação a ele, mas não me interessa'. 'Mas ele não disse para ofender lhe!' [...] Sempre que ele chegava eu dizia: 'Olhe, seu noivo está aí'. Ela sempre dizia: 'Ele já disse que acha você muito simpática'." É fácil perceber todo o mundo de avaliações subterrâneas, que animava as reações da professora mulata, e como essa condição afetava suas relações normais com a colega e seu noivo.

[330] Não seria possível transcrever documentação comprobatória. No entanto, dados expostos neste capítulo ou no precedente oferecem, por si mesmos, pistas conclusivas. Lembremos que até o tratamento de senhor ou de senhora e a propensão autoritária dos "brancos" merecem focalização intensa.

[331] Dados a respeito já foram examinados neste capítulo e no precedente.

[332] Aliás, em uma das histórias de vida, encontramos a seguinte enumeração dos tipos de "negro" em face do "preconceito de cor": "Existem quatro tipos de negros: (1) Os que vivem no mundo dos brancos e dizem aos negros que o preconceito é uma coisa terrível, que precisa acabar. No entanto, não fazem nada para isso. O que dizem a propósito do preconceito é apenas para evitar que outros negros se aproximem dos brancos e consigam a mesma posição. Usam o preconceito como um trampolim. (2) Os que fazem do preconceito negócio, organizam associações e obtêm vantagens dos brancos, quer vendendo votos, quer recebendo auxílios. (3) Os que arrumam a vida e não querem mais saber dos negros. (4) Os que se aproximam dos brancos e procuram educálos, mostrarlhes o que é o negro, seu papel na formação da nacionalidade brasileira. Por outro lado, são auxiliados pelos brancos e conseguem se elevar acima de seu meio".

[333] Coligimos dados especiais a respeito de tais manifestações, principalmente por meio de depoimentos, obtidos pela técnica de observação em massa, em debates públicos. Alguns dados já foram utilizados em outras partes deste trabalho. Além disso, a discussão desenvolvida sobre o tema, no Capítulo 1 deste volume, é suficientemente ampla e bem documentada.

[334] Ao tratar do assunto, o secretário de uma das grandes associações culturais negras em São Paulo afirmou: "Em toda a parte existe miséria. Mas parece que o preto no Brasil sofre miséria e meia".

[335] O grifo é nosso.

[336] Outros testemunhos a respeito já foram transcritos no capítulo anterior.

[337] Trecho extraído de depoimento de um intelectual e funcionário públi co negro.

[338] Norma veiculada pelos primeiros jornais da "imprensa negra" e pelos movimentos reivindicatórios. Aparece em grande número de documentos pessoais.
[339] Conforme p. 452.
[340] Embora pudéssemos estender a análise em maior profundidade, considerando, em relação ao primeiro tema, os fundamentos explicitamente formulados como "causa" do preconceito de cor; e, quanto ao segundo, as conseqüências da frustração sistemática (consciente ou inconsciente), das expectativas de comportamento e das aspirações sociais do negro e do mulato, tivemos de nos contentar com uma discussão limitada do assunto.
[341] As explicações serão arroladas segundo a ordem de freqüência. Esta foi omitida, porque não dispúnhamos de condições para discutir suas implicações. Doutro lado, as explicações foram esquematizadas mediante a eliminação de itens ou temas não essenciais.
[342] Note-se que entre os itens ou temas eliminados, numa das variáveis dessa explicação típica ocorria: "Eles não são aceitos por causa da cor e da inferioridade social". Na explicação número 5 consignamos a explicação que correlaciona "cor" e "inferioridade social".
[343] Note-se: a "degeneração" não é representada como atributo racial, mas socio cultural ("vida largada", "mau caráter", "não presta", "não merece confiança", "espírito revoltado" etc.). Como acontece nas outras construções, não introduzimos arbitrariamente a qualificação "raça degenerada". Ela se repetiu explicitamente, como o item central da explicação em jogo.
[344] Note-se: essa explicação é, logicamente, equivalente à de número 3, porque as "condições em que vivem" são representadas como provocando crime, corrupção, prostituição etc. No entanto, os sujeitos não a ligaram, explicitamente, à condição racial.
[345] Note-se: essa explicação ocorre com intensidade três vezes superior às demais, arroladas a seguir.
[346] Note-se: as explicações de números 1 a 4 apresentam a mesma freqüência.
[347] Note-se: as variáveis explicitam ora o "branco" nativo, pertencente à "antiga aristocracia rural", ora o "branco" estrangeiro, ora ambos. Como isso não era essencial, suprimimos tais distinções.
[348] Essas explicações ocorrem com uma intensidade maior que as anteriores (segundo uma escala que oscila de uma vez e meia a três vezes mais). Foram ordenadas segundo a ordem decrescente da freqüência.
[349] Note-se: as explicações foram arroladas segundo a ordem de freqüência decrescente; as três primeiras ocorrem com o triplo ou mais que o dobro da freqüência alcançada pelas demais.
[350] Nesta altura do trabalho poderia parecer desnecessário qualquer intento de ilustração empírica. Não obstante, gostaria de dar dois exemplos, para que as coisas fiquem bem marcadas: (1) Uma jovem, altamente identificada com o "espírito democrático" na aceitação e tratamento do "negro", asseverou, em documento pessoal escrito de próprio punho: "Quanto ao namoro e casamento, acho que não deva ser permitido, não por serem pretos ou inferiores, mas para que os descendentes não venham a culpar os pais pela cor que têm. Se a pessoa porém não se importar com isso, namore e case. O que muitas vezes acontece é o preto não querer casar com o branco com medo que o despreze". (2) Em conversa com um informante mulato, o padrereitor de um educandário católico admitiu que existia "preconceito de cor" e que nem ele nem a Igreja Católica eram culpados disso. "Contou-me o caso de um irmão, que fora professor na escola, e foi classificado como preto. Os alunos não gostaram de receber aulas dele. Muitos escreveram para as famílias, sobre o caso, contando que possuíam um padre-mestre preto. Alguns pais foram à escola, para conhecer o professor preto. Depois, alguns começaram a retirar os filhos. [...] O padrereitor terminou: 'Ele era nosso irmão. Mas nós o afastamos daqui, para o bem dele'."
[351] Sobre a natureza das influências dinâmicas que se desencadeiam, assim, funcionalmente, conforme a última parte do capítulo anterior.

[352] Analisados em superfície e em profundidade na segunda parte do capítulo anterior.
[353] Lembramos uma formulação, já mencionada, feita por lúcido informante negro: “No presente, porém, os pretos já estão agindo com maior liberdade. Já não aceitam tudo com passividade, e muitos lutam por seu direito de serem tratados como Homens, não como Pretos”.
[354] O que se pode apreciar tendose em mente o poder coativo de semelhante crítica, quando ela é apropriadamente voltada para as inconsistências do comportamento racial, que põem em jogo os padrões ideais da cultura e o equilíbrio dinâmico da ordem social estabelecida.
[355] Note-se: deixamos de discutir as implicações da dualidade do código ético e da autocomplacência nos juízos éticos, com referência ao “negro”, porque os resultados da análise conduzem às mesmas inferências gerais, já estabelecidas.
[356] Conforme p. 419.
[357] Portanto, por aí se vê que o caráter de suas manifestações ambíguas não deriva nem da malícia nem da tibieza dos agentes. Mas, primordialmente, de influências dinâmicas externas, que modelam o seu caráter para agir e pensar assim.
[358] O que é fácil de entender. O estoque racial cujos membros ocupem maior número de posições estratégicas na fase de transição acaba monopolizando as oportunidades iniciais mais promissoras. Doutro lado, é típico do funcionamento normal da sociedade de classes que o domínio de posições estratégicas pelos membros de determinado estoque racial aumente, incessantemente, suas vantagens iniciais sobre os membros de outros estoques raciais. A correção gradual de ambos os efeitos só poderia ser obtida por mecanismos de mobilidade social vertical e em condições de elevação acelerada dos níveis de participação da renda, do prestígio social e do poder por todos os estoques raciais. Não se possui conhecimento de nenhuma sociedade contemporânea em que isso tenha ocorrido.
[359] Ver, a respeito, FERNANDES, F. e BASTlDE, R. *Brancos e negros em São Paulo*, capítulo **II**.
[360] Expressão empregada corretamente, tanto pelos “brancos” quanto pelos “negros”.
[361] Conforme nota precedente.
[362] Os aspectos emocionais, lógicos e morais dessa situação já foram analisados anteriormente. Doutro lado, ao reagir conscientemente ao “preconceito de cor”, o “negro” supera a condição descrita de vítima passiva e indefesa. A conexão funcional apontada tinha de ser construída, não obstante, no estado em que ela possuía o máximo de poder coativo, ou seja, com referência a um estado hipotético no qual a vítima do preconceito atua segundo as expectativas dos próprios agentes.
[363] Na formalização das conexões funcionais evitamos digressões teóricas e análise de cunho empírico. Neste ponto, precisamos fazer uma exceção, por temermos que a discussão anterior não fornecesse, por si mesma, elementos esclarecedores suficientes.
[364] Os dados já expostos, no capítulo anterior e neste, dispensamnos de uma digressão empírica. No material exposto, um dos melhores exemplos é mencio nado na nota 89.
[365] Nas notícias coligidas, aparecem condenações veementes, através de palavraschave como “impressão de revolta”, “verdadeira surpresa”, “o detestável problema”, “insulto às tradições brasileiras”, “repugna a todos nós, como cristãos e como latinos”, “ser negro já se vai tornando crime entre nós”, “caso triste”, “enver gonha as nossas tradições”, “tifo racista” etc.
[366] Sobre as repercussões mencionadas, conforme a análise do autor em BASTIDE, R. e FERNANDES,F. *Brancos e negros em São Paulo* (cap. **V**, esp. pp.301318).
[367] Expressão tomada da gíria dos próprios “negros”.
[368] Às vezes designado como “mulato do tipo carioca”.
[369] Dispensamonos de discutir o assunto, sob os dois ângulos, neste capítulo. Quanto à parte que mais poderia interessar, ver a descrição e a interpretação das inquietações raciais no Capítulo 1 deste volume.
[370] Pontos do referência escolhidos por motivos especificamente econômicos.